O INSTITUTO

VOLUME 87.º

VOLUME 8.º

O INSTITUTO

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 87.º



4.ª SERIE — VOLUME 16.º

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1934

O INSTITUTO

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1934

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

Aguiar (Martinz de) — Os sinais de Galvão 475
Alfredo Pimenta — A these da Infanta nas liricas de Camoens... 137
Álvares Pereira (Carlos Eugénio) — Quatérnios e Imaginários . 515
António de Vasconcelos (Dr.) — Augusto Mendes Simões de Castro 1
Augusto d'Esaguy (Dr.) — Breve notícia sôbre o médico português Isaac de Sequeira Samuda..... 262
Carvalho (Rui Galvão de) — Três ensaios sôbre Antero de Quental 224
Domingos da Cruz — A mutualidade em Portugal 85, 168, 288
Ferraz de Carvalho (Amadeu) — Toponímia de Coimbra e arredores (Contribuïção para o seu estudo 395
Girão (A. de Amorim) — Civitas Æminiensis (Subsídios para um estudo geográfico da cidade de Coimbra)..... 249
Gummá y Martí (Alfredo) — Una expedición catalana al norte da California 592
José Maria Rodrigues (Dr.) — A tese da Infanta nas líricas de Camões — V. Reparos à «Brotéria» 57
—— VI. 141
Leite Pinto (F. de P.) — Sideróstatos, Helióstatos, Celóstatos... 323
Machado (Carlos Roma) — A nacionalidade portuguesa e o nome de Cristobal Colon 524
Magalhães Lima (Jaime de) — Doutor Augusto Mendes Simões de Castro 193
Mattos Cid (Antonio de) — S. Francisco de Xavier e o Oriente português 124, 460
Oliveira (Alberto de) — O culto de Coimbra 202
Pile (Miguel d'Almeida) — Oxford — História 498
Trincão (Mário Simões) — Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia 207, 359

Pág.

TUDE MARTINS DE SOUSA E FRANCISCO VIEIRA RASQUILHO — Amieira — Do antigo priorado do Crato 151, 270, 574

VASCONCELLOS (J. LEITE DE) — Toponímia Coimbrã (Breves deambulações pelo distrito) 485

VILHENA (JOÃO JARDIM DE) — Dois heróis do reinado de D. Afonso V 371

*** — As três conferências africanas 107

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág

Amieira — Do antigo priorado do Crato, por Tude Martins de Sousa e Francisco Vieira Rasquilho 151, 270, 574

Augusto Mendes Simões de Castro, pelo Dr. António de Vasconcelos 1

Augusto Mendes Simões de Castro (Doutor), por Jaime de Magalhães Lima 193

Civitas Æminiensis (Subsídios para um estudo geográfico da cidade de Coimbra), por A. de Amorim Girão 249

Conferências africanas (As três), por *** 107

Culto de Coimbra (O), por Alberto d'Oliveira 202

Ensaios (Três) sôbre Antero de Quental, por Rui Galvão de Carvalho 224

Expedición catalana (Una) al norte da California, por Alfredo Gummá y Martí 592

Francisco de Xavier (S.) e o Oriente português, por Antonio de Mattos Cid 124, 460

Heróis (Dois) do reinado de D. Afonso V, por João Jardim de Vilhena 371

Livros recebidos 248

Mutualidade em Portugal (A), por Domingos da Cruz 85, 168, 288

Nacionalidade portuguesa (A) e o nome de Cristobal Colon, por Carlos Roma Machado 524

Notícia (Breve) sôbre o médico português Isaac de Sequeira Samuda, pelo Dr. Augusto d'Esaguy 262

Oxford — História, por Miguel d'Almeida Pile 498

Quatérnios e Imaginários, por Carlos Eugénio Álvares Pereira 515

Sideróstatos, Helióstatos, Celóstatos, por F. de P. Leite Pinto ... 323

Sinais de Galvão (Os) — por Martinz de Aguiar 475

These da Infanta (A) nas líricas de Camoens, por Alfredo Pimenta 137

Tese da Infanta (A) nas líricas de Camões — V. Reparos à «Brotéria», pelo Dr. José Maria Rodrigues 57

Pág.

Tese da Infanta (A) nas líricas de Camões — VI, pelo Dr. José Maria Rodrigues 411

Toponímia de Coimbra e arredores (Contribuïção para o seu estudo), por Amadeu Ferraz de Carvalho 395

Toponímia Coimbrã (Breves deambulações pelo distrito), por J. Leite de Vasconcellos 485

Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia, por Mário Simões Trincão 207, 359

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 87.º

4.ª SERIE — VOLUME 16.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1934

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Augusto Mendes Simões de Castro, pelo Dr. António de Vasconcelos 1

A tese da Infanta nas líricas de Camões — V. Reparos à «Brotéria», pelo Dr. José Maria Rodrigues 57

A mutualidade em Portugal, por Domingos da Cruz 85

As três conferências africanas, por * * * 107

S. Francisco de Xavier e o Oriente português, por António de Matos Cid 124

A these da Infanta nas liricas de Camoens, por Alfredo Pimenta .. 137

AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO (1)

(ESBÔÇO BIOGRÁFICO — NOTAS BIBLIOGRÁFICAS)

I — Esbôço Biográfico

Visitei Coimbra, pela primeira vez, no outôno de 1867, tendo eu pouco mais de sete anos de idade.

Vim em companhia de meu Pai, a quem restavam aqui alguns amigos dos tempos da juventude, que êle passara em a nossa decantada *terra de encantos*.

Chegámos à noitinha, cansados da incómoda jornada dum longo dia, em que nos servimos de três meios de locomoção: — a cavalo desde a nossa aldeia nas faldas ocidentais da Serra da Estrela até Santa-Comba Dão, numa diligência de Santa-Comba à Mealhada, e por fim em comboio até Coimbra. Albergámo-nos no *Paço do Conde*, ao tempo a melhor hospedaria da cidade.

---

(1) À veneranda memória daquele que foi seu sócio ilustre — o dedicadíssimo historiador da cidade de Coimbra e seu maior bibliógrafo, *Dr. Augusto Mendes Simões de Castro* — e em reconhecimento dos muitos serviços e valiosa colaboração que à sua actividade ficou devendo, dedica *O Instituto* uma série de estudos especialmente cedidos para esta homenagem.

Reünidos depois em volume à parte, subordinado ao título de Coimbra — *Colectânia de estudos* in-Memoriam do Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, êles evocarão, no pensamento comum que os inspirou, a nobre figura do honrado antiquário, e a cidade dilecta, ao estudo da qual amorosamente êle votou a sua vida inteira.

Ao número dêsses estudos pertence o presente artigo.

Na manhã seguinte, começou meu Pai as visitas aos amigos, levando-me consigo.

Uma das primeiras foi à rua das Fangas, hoje de Fernandes Tomás, entrando numa livraria, que estava logo ao princípio da rua, à esquerda de quem subia do Arco de Almedina, no sítio onde hoje se encontra o armazém de móveis do sr. Crisóstomo. Casa velha, loja pequena, cercada de estantes, tendo uma porta aberta para a rua de Quebra-Costas, outra para a rua das Fangas, únicas franqueadas ao público, pois uma terceira porta, que havia a par com esta, junto da esquina do prédio, estava ocupada por uma exposição de livros. Um balcão dividia longitudinalmente a loja em duas partes, uma facultada aos frègueses, outra, a de lá do balcão, reservada ao pessoal da casa, onde então estacionava um caixeiro, funcionário que agora pomposamente se intitularia «empregado do comércio».

Na parte destinada ao público, passeava um cavalheiro já bastante encanecido, com suíças grisalhas, na cabeça um gorrinho de veludo azul muito escuro, bordado a matiz, tendo uma borla de froco das côres vivas do bordado, pendente dum cordão sôbre a orelha esquerda. Vestia uma *inglesa* larga e desabotoada. Trazia as mãos juntas atrás das costas, e percorria a passos largos todo o comprimento da loja, indo e vindo em constante deambulação.

Apenas viu entrar meu Pai, o velho passeante, que era o proprietário da livraria, correu para êle de braços abertos, falando com uma acentuação pronunciadamente estranjeira: — «¡Oh, quem aqui vem! ¡Há tanto tempo que não vejo êste velho amigo! ¿Então de saúde, bem, como parece?» Depois da primeira explosão amistosa, seguiram-se várias preguntas de curiosidade, e veio, muito naturalmente, a apresentação do pequeno, o qual foi festejado pelo velho livreiro-editor, que era o cidadão francês, já então usando nome aportuguesado, José Augusto Orcel, sucessor de seu irmão

Jacques Antoine Orcel, que muitos anos antes, no primeiro quartel do século XIX, estabelecera em Coimbra a sua livraria.

Atrás do balcão, o caixeiro não estava só. Junto das estantes, que vestiam o fundo da loja, achava-se um rapaz dos seus vinte e tal anos, alto, magro, cabelo penteado para trás, testa grande, feições insinuantes, olhos semi-cerrados quando os aplicava à leitura, mas vivos, bigode prêto, caído sôbre a bôca, aspecto meigo e sério, trajando batina académica, a capa dum e outro lado passada e composta sôbre os ombros, em forma de romeira. Parecia muito entretido, a tirar familiarmente da estante, um após outro, alguns livros chegados há pouco, e que pelo título lhe chamavam a atenção. Trazia-os para uma pequena mesa de pau preto, colocada a meio da casa, junto duma coluna, que sustentava o pavimento do primeiro andar. Ali, sentado, percorria com a vista os índices, e tomava cuidadosamente algumas notas em tiras de papel ou verbetes, indiferente ao que se passava ou dizia junto dêle. Em certa altura, arrecadou no bôlso do peito da batina as notas coligidas, despediu-se afectuosamente do Orcel, saüdou meu Pai com uma inclinação de cabeça, e saíu.

Meu Pai, simpatizando com o aspecto do rapaz, preguntou ¿quem era aquele estudante? — «É, respondeu o livreiro, um Sobrinho do Doutor Simões de Carvalho, lente de Filosofia, que o meu Amigo bem conhece. Sai ao Tio na cultura das letras. Tem bastante valor, é muito estudioso e aplicado, e, quem quiser encontrá-lo, tem de o procurar nas livrarias, ou na Biblioteca da Universidade, onde passa a maior parte do seu tempo. Está no 2.º ano de Direito, e tem já escrito para os periódicos literários alguns artigos, com bastante aceitação. Agora mesmo acaba de publicar um livro muito interessante sôbre Coimbra, que está tendo muito boa venda». — E, voltando-se para o caixeiro, acrescentou: — «Ó José, dá cá o *Viajante em Coimbra*».

O caixeiro, que, se me não engano na identificação, era o José Diogo Pires, que pouco depois veio a estabelecer-se com uma nova livraria no largo da Sé-velha, ao fundo da rua do Cabido, em frente da *porta Especiosa* da velha catedral, foi a uma estante, e dum grande pacote, embrulhado em papel, tirou e trouxe um livro de formató in-8.°, brochado em capa de papel côr-de-rosa, onde se lia o título — GUIA HISTORICO / DO / VIAJANTE EM COIMBRA / E / ARREDORES / *Adornado com gravuras* — (Seguia-se uma vinheta representando o escudo heráldico de Coimbra, coberto com a respectiva coroa ducal) — COIMBRA / IMPRENSA DA UNIVERSIDADE. — No *frontispício do livro*, além da repetição destas indicações da capa, acrescentava-se mais, por cima da vinheta, a menção do autor — POR / AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO.

Meu Pai entreteve-se um pouco a folhear o volume e a comentar as estampas, assinadas por *J. Mariz Junior,* desenhista, e por *Nogueira da Silva* e *Alberto,* gravadores; e, vendo na página final da capa a indicação — *Preço 700 reis* —, pagou o exemplar, e entregou-mo para eu o trazer.

Na minha fantasia infantil, considerei aquele livro um tesouro.

Eu, ao tempo, já podia ler nêle um pouco, mas a sua leitura ainda certamente me não interessava. ¡Com que respeito feiticista porém eu me apossei dêle, e com que sentimento de orgulho eu tomei a sério o papel de portador e depositário de tal preciosidade!

E aquele Senhor, que, tão novo, já escrevia para os periódicos, e fazia livros, e era estudante da Universidade, quase um Doutor, e usava aquele trajo decorativo, que eu nunca tinha visto lá pelas minhas terras, e que agora se me deparava nesta primeira visita a Coimbra, como uniforme duma classe privilegiada de eleitos — aquele estudante misterioso impressionou-me de-veras, a sua figura invulgar gravou-se profundamente na minha memória, envolvida numa

atmosfera de sentimentalidade, de respeito e veneração, que jàmais se extinguiu.

*

Decorridos quase dois anos, voltei a Coimbra, em Fevereiro de 1869, desta vez para ficar.

Via então freqüentemente o simpático e distinto Simões de Castro, trajando quase sempre a sua capa e batina académicas, a passar da rua do Visconde da Luz, onde morava, para a da Calçada, na qual estavam duas boas livrarias: — a do Manoel de Almeida Cabral, especialmente freqüentada de lentes, na loja ocupada na actualidade pelo estabelecimento de barbeiro do sr. Basílio, e a do José Melquíades Ferreira dos Santos, um pouco além, onde está a loja de ferragens do sr. Bernardino, e na qual estacionavam principalmente estudantes. Simões de Castro demorava-se numa e noutra, farejando os livros que havia, à cata de novas publicações históricas, nacionais ou estranjeiras.

Outras vezes encontrava-o a subir a calçada do Arco de Almedina. Habitualmente entrava na já nossa conhecida livraria do Orcel; subia a rua do Quebra-Costas, fazia visita, na rua das Covas, à livraria do velho e honrado José Mesquita, e lá seguia para a Universidade, onde era assíduo freqüentador da Biblioteca, nas horas que as aulas lhe deixavam livres.

Mas não era só nas livrarias e na Universidade que êle gastava o seu tempo. Amava com muito afecto a sua linda terra, a sua querida Coimbra, cujos monumentos, cujos atractivos, cujas antigüidades, cujas païsagens, êle perscrutava, e conhecia, e contemplava, como apreciador devotado.

E o tempo ainda lhe chegava para sair pelos arredores, em passeios longos e saüdáveis, nos quais admirava as belezas, e pesquisava, investigava, colhia informações e notícias, que eram apontadas sistemàticamente nos seus verbetes, depois classificados e religiosamente guardados em

caixas de cartão, com os convenientes rótulos por fora, as quais se achavam ordenadamente dispostas com método, por forma que, num dado momento, prontamente encontrava qualquer notícia, sem desperdício de tempo. Êste sistema observou sempre rigorosamente, até ao fim da vida.

Quando algum amigo a êle recorria, a pedir qualquer esclarecimento respeitante a Coimbra e sua história, Simões de Castro, num gesto que lhe era peculiar, principiava por levar a mão direita ao mento, cingindo-o com o dedo polegar por baixo, e por cima o indicador curvado a cobrir a pequena mosca, que lhe adornava o lábio inferior. Reflectia um pouco, espevitando a sua magnífica memória, e dizia logo, simplesmente, despretenciosamente, sem reservas algumas, o que sabia sôbre o ponto da consulta; e, se esta era feita em sua casa, ia logo às estantes, e apresentava o livro, o folheto, a caixa dos verbetes e apontamentos, que ao assunto se referiam.

A sua cabeça era uma biblioteca viva, era um índice copioso e seguro, que nunca se consultava debalde.

*

Augusto Mendes Simões de Castro, filho de Joaquim Mendes de Castro e de D. Ana Augusta Simões de Castro, nasceu em Coimbra, no domingo 3 de Agôsto de 1845. Se a morte no-lo não tivesse roubado, completaria hoje, dia 3 de Agôsto de 1933, em que escrevo estas linhas, 88 anos de idade.

Passou a infância e juventude em casa de seus Pais, e na casa e na quinta de seu Tio materno, o ilustradíssimo e muito culto Lente da Faculdade de Filosofia na Universidade, o Doutor Joaquim Augusto Simões de Carvalho, que sempre foi extremosamente seu amigo até ao fim da vida, deixando-o herdeiro da sua grande e muito estimada e

bela propriedade, a quinta de Montes-Claros, subúrbio de Coimbra.

Foi o Doutor Simões de Carvalho que o guiou e dirigiu na sua carreira literária, desenvolvendo-lhe e cultivando-lhe a inteligência, educando-lhe e polindo-lhe o gôsto literário, diciplinando-lhe a vontade e os sentimentos com meios persuasivos e conselhos, que êle dòcilmente seguia. O venerando e muito ilustre professor, que eu bem conheci, ia cultivando com esmêro aquela tenra planta, não se apressando a fazer-lhe iniciar a carreira dos estudos preparatórios oficiais.

Só em Outubro de 1857, quando o Augusto já passava dos 12 anos, é que o mandou matricular no Liceu, na cadeira de gramática portuguesa e latina, cujos rudimentos lhe foram ensinados pelo Doutor Nuno José da Cruz, que primava mais pelas suas boas palavras e maneiras delicadas e bondosas, do que pela ciência das línguas que professava.

No ano lectivo seguinte (1858–59) freqüentou no mesmo estabelecimento oficial de ensino secundário a cadeira de latinidade, regida pelo legendário P.e Manoel Simões Dias Cardoso, regularmente inteligente, sabedor da língua que ensinava, mas a quem os estudantes não respeitavam, e designavam pela alcunha extravagante de «*Patagónia*», sobrecarregando-o de anedotas burlescas, que lhe caricaturizavam o perfil; e também se matriculou na de francês, de que era professor distinto o Doutor Francisco António Denis.

Continuou em 1859-60 o estudo da língua francesa, com êste mesmo professor.

Em 1860-61 cursou as disciplinas de Filosofia racional e moral e princípios de Direito natural, ensinados pelo Doutor Luís Adelino da Rocha d'Antas, o «*Gata-pelada*» das pinturescas facécias e ridiculizantes anedotas estudantinas.

Matriculou-se no ano de 1861–62 em História e Geografia, cuja cadeira era regida pelo simpático e excelente

professor Doutor João António de Sousa Dória, bom médico, de carácter extremamente bondoso, muito respeitado, que no seguinte ano de 1862-63 continuou a ministrar-lhe ensino análogo, na cadeira de História, Cronologia e Geografia. E terminou com êste preparatório o seu curso liceal, que, como se vê, era ainda muito reduzido.

Então passou a cursar a Universidade.

¿Qual das cinco Faculdades escolheu?

Com a mente povoada de sonhos de cultura superior e de ciências históricas, não pensou em arranjar uma habilitação profissional, que lhe desse abundantes meios pecuniários; quis sim formar o seu espírito, preferindo aquela Faculdade, que mais satisfizesse as suas necessidades psicológicas, a sua curiosidade de ilustração variada. Escolheu por isso a Faculdade de Teologia. Matriculou-se em Outubro de 1863, como aluno ordinário, no 1.º ano desta Faculdade, nas cadeiras de História eclesiástica, de que era catedrático o Doutor António Bernardino de Meneses, e de Teologia fundamental, regida pelo Doutor Dom Vitorino da Conceição Teixeira Neves Rebêlo, egresso crúzio, a quem os estudantes, pouco respeitosamente, chamavam «*o Marmelada*», alcunha que João de Deus já havia cantado nos seus versos, quando cursava a boémia coimbrã. Eram bastante problemáticas as letras e a ciência do Dom Vitorino. A Faculdade de Teologia, que tinha no seu professorado lentes talentosíssimos, dos mais brilhantes do corpo catedrático universitário, infelizmente não estava bem servida no 1.º ano. Era uma fachada, um portal de ingresso, que não correspondia à grande magnificência do edifício.

Os alunos, matriculados neste 1.º ano teológico de 1863-1864, constituíam um curso muito notável, já pelo número que costumava ser reduzidíssimo, já pela qualidade dos estudantes. Entre os 22, que se inscreveram, coube a Simões

de Castro o n.º 5. Contava, entre os condicípulos: José Simões Dias (n.º 3), que foi um dos mais ilustrados professores dos nossos Liceus, e poeta distintíssimo; António Maria de Sena (n.º 4), que, depois de bacharel em Teologia, se formou e doutorou em Medicina, vindo a ser lente dessa Faculdade, director do hospital do Conde de Ferreira, e psiquiatra notabilíssimo; Domingos Moreira Guimarães (n.º 12), que muito honrou o clero e o professorado em Braga; Prudêncio Quintino Garcia (n.º 17), que veio a ser deão da catedral de Coimbra, professor, arqueólo, paleógrafo e polígrafo muito erudito; José Joaquim Lopes Praça, que depois se doutorou em Direito, cuja Faculdade ennobreceu como lente, e foi professor dos Príncipes D. Luís Felipe e D. Manoel; etc. etc.

Simões de Castro matriculou-se também êste ano no Liceu, na cadeira de língua grega, regida pelo insigne helenista António Inácio Coelho de Morais. A aprovação no exame desta língua, assim como no da língua hebraica, eram habilitação indispensável para a matrícula no 5.º ano teológico; donde se vê que muito a sério projectava levar ao fim o curso e formar-se nesta Faculdade.

Antes de encerrar porém o ano, foi acometido de doença grave, que o obrigou a interromper os estudos universitários. Só veio a recomeçá-los em 1866.

Estes anos de interrupção não foram consagrados à ociosidade; ocupou-se, durante êles, nos seus predilectos estudos, especialmente da querida Coimbra, das antiguidades, dos monumentos, da história da sua cidade natal.

Tinha à disposição a biblioteca da Universidade, de que era assíduo freqüentador, e algumas livrarias particulares muito notáveis, tais como a de seu Tio o Doutor Simões de Carvalho, a do Dr. João Correia Aires de Campos, a do cónego tesoureiro-mór da Sé Doutor Francisco da Fonseca Correia Tôrres, a do Doutor António Luís de Sousa Hen-

riques Sêco, a do jornalista Joaquim Martins de Carvalho, etc., e, sôbre tudo, recorria aos magníficos arquivos, tanto ao do Cabido, em que eram as suas investigações auxiliadas e guiadas pelo Doutor Correia Tôrres, como ao da Câmara Municipal, onde lhe facilitava o trabalho a direcção erudita e as indicações preciosas do Dr. Aires de Campos.

*

Quando, em Outubro de 1866, se apresentou de novo a matricular-se na Universidade, havia tomado novo rumo.

A formatura em Teologia era a que mais lhe agradava, a que melhor se amoldava ao feitio do seu espírito, mas não lhe proporcionava uma carreira profissional; e, à medida que ia passando a verdura dos anos, começava êle a cair em si, e a considerar que era necessário ganhar por si mesmo os meios de subsistência, e não continuar a ser pesado à família. Para tirar proveito material da formatura em Teologia, teria de se ordenar; e, perscrutando a conciência, êle não sentia, nem jàmais sentira, vocação para o estado eclesiástico. Ir ordenar-se sem vocação, com o intuito apenas de angariar meios de vida, era cousa que repugnava ao seu feitio moral, era expediente que nunca adoptaria. O curso jurídico não lhe agradava, e o seu feitio pessoal mal se amoldava ao estudo e exegese das leis; mas abria-lhe a porta para numerosas carreiras lucrativas, das quais depois escolheria uma, segundo as circunstâncias e oportunidades. Resolvera pois matricular-se no 1.º ano da Faculdade de Direito, e efectivou esta sua resolução.

Fêz o seu curso jurídico, que levou a cabo normalmente em cinco anos, sem interrupções nem incidentes, sempre com a reputação de estudante inteligente e aplicado.

Recebeu o grau de bacharel, que lhe foi conferido pelo Doutor João de Sande de Magalhães Mexia Salema, no dia

1 de Junho de 1870; a 9 de Junho de 1871 fêz o acto de formatura, terminando nêle o seu curso universitário, de que nunca tirou as respectivas cartas, porque jàmais lhe foram necessárias.

No decorrer da sua formatura, pensou Simões de Castro em se habilitar também com o Curso administrativo, que lhe daria preferência, se viesse a pretender lugares da carreira administrativa. Chegou a matricular-se e a freqüentar a cadeira de química inorgânica, da Faculdade de Filosofia, incluída no quadro do 1.º ano daquele Curso. Foi uma tentativa, um propósito passageiro, que em breve pôs de parte.

Teve por professores: — no 1.º ano os Doutores Vicente José de Seiça Almeida e Silva, Pedro Augusto Monteiro Castelo-Branco, e José Dias Ferreira; — no 2.º os Doutores Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva, e Vicente José de Seiça; — no 3.º os Doutores José Manuel Ruas, João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens, e Augusto César Barjona de Freitas; — no 4.º os Doutores João de Sande de Magalhães Mexia Salema, Bernardo de Serpa Pimentel, e Diogo Pereira Forjaz de Sampaio, e ao mesmo tempo, na cadeira de química inorgânica, o Doutor Miguel Leite Ferreira Leão; — no 5.º os Doutores António Luís de Sousa Henriques Sêco, Joaquim José Pais da Silva Júnior, e António Aires de Gouveia.

Estou recordando as figuras graves, algumas bem originais, de todos estes lentes, que eu ainda conheci, embora nem todos já fossem professores no meu tempo de estudante de preparatórios: figuras de tipos muito variados, todos muito distintos; mas, se algumas dessas figuras aparecessem agora no meio coimbrão, seriam olhadas com estranheza, e admiradas, como se admiram, nos livros de paleontologia, as formas extraordinárias dos sêres ante-diluvianos.

O curso jurídico, a que pertenceu Simões de Castro, era excepcionalmente distinto. Constava de 76 alunos no

1.º ano; ao 5.º porém chegaram apenas 47. Dêstes, alguns foram premiados, outros tiveram as honras de *accessit,* outros finalmente foram declarados distintos. Note-se que a Faculdade de Direito era acusada da extrema parcimónia com que distribuía as classificações: distinções apareciam uma ou outra vez, escassamente; *accessits* eram muito raros; quanto a prémios, só de anos a anos é que saía, com geral admiração, algum. Êste curso porém era excepcional. No 4.º ano, o do bacharelato, chegou a haver dois prémios, quatro *accessits*, e seis distinções. Três dos seus condicípulos receberam com solenidade, a 14 de Julho de 1872, o grau e insígnias de Doutores; foram Eduardo Dally Alves de Sá, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, e Júlio Marques de Vilhena.

Também foi seu condicípulo, mas apenas na aula de Filosofia do Direito no 1.º ano do curso, António Sebastião Valente; no mesmo dia em que se doutoraram aqueles três em Direito, recebeu êste o grau de Doutor e as respectivas insígnias em Teologia, vindo depois a ser lente desta Faculdade, e mais tarde Arcebispo de Goa e Patriarca das Índias orientais.

No 2.º ano teve por condicípulo, na cadeira de Economia política, João Inácio do Patrocínio da Costa e Silva Ferreira, talento notabilíssimo, que a 10 de Julho de 1870 se doutorou na Faculdade de Matemática, e foi lente da Escola Politécnica de Lisboa, homem excepcionalmente distinto e culto.

Entre condicípulos tão notáveis, Simões de Castro era de todos muito estimado e apreciado pelas suas raríssimas qualidades morais, e apontado como estudante regularmente inteligente e extremamente conciencioso, trabalhando porém para as aulas apenas *quantum satis* para cumprir, mas sem entusiasmo, sem pretensões, sem aspirações. Estava evidentemente deslocado naquela ordem de estudos.

A sua carreira universitária deslizou sem embaraços nem percalços, mas também sem brilho. As lucubrações jurídicas

estavam muito longe de o atrair, de o prender, de o entusiasmar. Consagrava-lhes apenas a atenção indispensável; nada mais.

*

Ao mesmo tempo que freqüentava as aulas de Direito, ia prosseguindo, com afectuoso carinho, nos seus estudos predilectos, e trazia a público vários trabalhos literários seus.

Em 1864 a 1866 havia já publicado alguns artigos no *Archivo Pittoresco,* singelas notas avulsas, primeiros ensaios modestos, nos quais entretanto já manifestava atracção pelos estudos históricos, e escrupuloso cuidado em buscar a verdade e em a expor fielmente (1).

Quando aluno do 1.º ano de Direito (1866-67), continuou a mandar para as revistas os seus artigos arqueológicos, históricos, ou de curiosidade (2), e foi então dando os últimos retoques, revendo as provas, e fazendo imprimir o seu primeiro livro, muito interessante e recheado de erudição realmente notável, de-veras para admirar na verdura da sua idade. Foi no fim dêste ano que apareceu o *Guia histórico do Viajante em Coimbra* (3), no qual Simões de Castro revela o seu talento e paciência de estrénuo investigador, a sua honestidade e seriedade inconcussas, um espírito crítico meticuloso e recto, sempre desejoso de acertar, embora ainda pouco exercitado. Para bem aquilatarmos os seus méritos, precisamos de ponderar que o autor era então um moço inexperiente de 22 anos, e que os trabalhos de crítica histórica estavam entre nós muito pouco vulgarizados, limitados a uma *élite* restritíssima, à frente da qual se erguia

---

(1) Vid. adiante, in *Notas bibliográficas,* n.os 1 a 5.

(2) Ibid., n.os 6 e 7.

(3) Ibid., n.º 8.

a figura singularmente colossal de Alexandre Herculano, muito superior ao seu tempo e ao seu meio.

A publicação dêste livro cercou Simões de Castro duma aura de simpatia, de respeito, de prestígio no meio académico, mas que não conseguiu arrancá-lo ao sentimento de modéstia, sincera, natural, de que se manteve couraçado sempre, durante tôda a sua vida.

E a série de artigos jornalísticos foi continuando a aparecer até ao fim do curso universitário(1). Estava no princípio do 4.º ano, quando resolveu publicar uma revista mensal, intitulada *Panorama photográphico,* saindo os doze números, que constituem o vol. I, durante êste ano académico e no princípio do seu 5.º ano.

Apenas formado, arrumou a um canto da estante os seus livros jurídicos, e... esqueceu-se dêles, não mais os abriu.

Não encetou, na prática, nenhuma das carreiras a que o habilitava a formatura. Nem a advocacia, nem os cargos administrativos, nem a magistratura judicial o atraíam.

*

Queria prosseguir livremente nos seus estudos, nas ocupações da sua predilecção.

O seu feitio moral não lhe permitia, é verdade, continuar a ser pesado à família. Precisava de se colocar em condições de ganhar para viver: mas, para angariar o seu sustento, que bem pouco era, pois se alimentava como um passarinho, pouco lhe bastaria.

Vagou um lugar de aspirante telègrafo-postal. Concorreu a êle, e obteve despacho. Assim viu regularizada a sua situação, modestíssima.

---

(1) Vid. *Notas bibliogr.*, n.os 9 a 19.

No desempenho das funções burocráticas era modelar, e dum zêlo e escrúpulo admiráveis: zêlo na defesa dos interesses do Estado, escrúpulo no cumprimento exacto dos seus deveres profissionais. ¡Extraordinário!

O seu cargo prendia-o à repartição apenas uma boa parte da noite, pois entrava a serviço logo depois de anoitecer, e terminava de madrugada, achando-se livre a tempo de ainda poder aproveitar um bom sono, até 9 ou 10 horas da manhã. Ficava-lhe depois livre o resto do dia, para se ocupar no que quisesse.

E com êste modo de vida, e com os pequenos vencimentos que assim auferia, vivia satisfeito, pois lhe chegavam para as suas despesas.

*

Não deixava de ir publicando, de tempos a tempos, as suas interessantes notas avulsas (1).

Em 1872 saíu à luz um pequeno volume, que redigiu em colaboração com Côrte-Real e com Silva Rocha, no qual se comemora e descreve a *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal* (2), ocorrida nos princípios dêste ano. Registo histórico muito interessante, cheio de notícias bem curiosas, e onde se inserem alguns documentos.

E, a êste propósito, permita-se-me referir, que a visita a Coimbra do Imperador e da Imperatriz do Brasil foi muito festejada por tôda a cidade, especialmente pela Academia.

De regresso do Pôrto e Braga, chegaram à estação de Coimbra, em comboio especial, na segunda-feira 4 de Março, pouco depois das 8 ½ horas da manhã. Recebidos pelas autoridades, e acompanhados festivamente, através das ruas da Sofia, do Visconde-da-Luz, e da Calçada, belamente ador-

(1) *Notas bibliogr.*, n.os 20 a 26.

(2) Ibid., n.º 27.

nadas de colgaduras, com as janelas apinhadas de gente, e a mocidade académica vitoriando sem cessar, dirigiram-se ao hotel Bragança, onde se hospedaram, o qual ficava à Portagem, esplêndida exposição, com janelas e terraços sôbre o rio, a juzante e muito próximo da ponte, a velha e saüdosa ponte de cantaria.

Na Universidade haviam destinado para êste dia, em obséquio aos imperiais visitantes, uma solenidade de doutoramento: recebia o supremo grau académico, na Faculdade de Matemática, Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto.

Convidado o Imperador a ir assistir, recusou-se, alegando que *não queria figurar em solenidade* ou acto oficial, pois desejava manter absolutamente o incógnito protocolar, com que viajava. Depois de muitas instâncias, lá transigiu em ir.

Às 11 ½ horas chegava à porta-férrea num carro, acompanhado de Pôrto-Alegre, cônsul geral do Brasil em Portugal, do Barão do Bom-Retiro, e do Barão de Itaúna. A Imperatriz ficara no hotel a descansar.

Vinham em trajo de viagem. Causou desagradável impressão o jaquetão burguês, ultra-modesto, e o chapéu mole já bastante usado, com que se apresentou o Imperador, quando o protocolo universitário exigia rigorosamente, nestes actos, veste talar, uniforme de gala, ou casaca.

A rapaziada académica achava-se aglomerada em frente da porta-férrea, onde o Imperador se apeou, pois nesse tempo a nenhum carro era permitido entrar no pátio da Universidade.

Aos vivas entusiásticos dos rapazes, correspondia D. Pedro levando a mão direita, sacudidamente, à aba do chapéu, num gesto rápido, nervoso e quase automático, que bem revelava o enfado e aborrecimento que tais demonstrações lhe causavam. Estou a descrever o que pessoalmente presenciei, aquilo que vi e observei por meus próprios olhos, na rua do Infante D. Augusto, hoje de Cândido dos Reis, junto da porta-férrea da Universidade, e no interior do pátio; o que

se passou lá dentro da sala, conheço-o pelas narrativas impressas, e algumas particularidades por me serem mais tarde referidas pelo Dr. Simões de Castro.

Acompanhado dos três áulicos, e seguido da turba-multa dos estudantes, o Imperador subiu o lanço de escadas do princípio da *Via-latina,* entrou no vestíbulo ou corredor, onde começavam as escadas da reitoria, e penetrou na sala dos Capêlos pela porta que se abre no tôpo dêsse corredor.

A sala já estava a essa hora muito povoada. Grande número de senhoras ocupava as tribunas, que a cercam, e parte do espaço reservado pela teia. Vazios os doutorais, e o estrado de honra da presidência, no tôpo da sala, assim como algumas bancadas e cadeiras reservadas ao pessoal universitário. O Imperador com a sua pequena comitiva entrou, relanceando os olhos por todos os lados, estudando e observando tudo.

Veio um empregado indicar-lhe uma cadeira rica, de espalda, que lá em cima, na presidência, estava reservada para Sua Majestade, no lugar principal. Recusou-se a subir, e vendo ali, junto da teia, dois bancos com alguns lugares ainda vazios, sentou-se num dêles, o que estava à direita, e os três da comitiva no da esquerda. E dali não conseguiram mais tirá-lo.

No mesmo banco, em que o Imperador se sentou, estavam já três pessoas: uma destas era Simões de Castro, que usando o direito, que as leis e tradições académicas concedem aos graduados das diversas faculdades em todos os actos universitários, trajava capa e batina.

O Imperador encetou logo conversa, muito familiarmente, com os seus companheiros de banco, pedindo mil informações e esclarecimentos. Estranhou que os doutorais se conservassem ainda vazios, e que o corpo catedrático se demorasse tanto em vir. Responderam-lhe que a cerimónia já tinha

principiado, mas não ali. Estavam na Real-Capela, assistindo à Missa do Espírito Santo, acabada a qual viriam em cortejo para a sala dos Capelos.

Depois de entrar a Universidade, e de todos haverem ocupado os seus lugares, continuou a pedir esclarecimentos, querendo que lhe dissessem, um por um, os nomes dos setenta e quatro doutores, que tomaram assento nos doutorais, e interessando-se, e demorando-se a fixar as fisionomias daqueles que já conhecia de nome. Assim é que festejou, e mostrou conhecer pelas suas obras e fama, o reitor Visconde de Vila-Maior, o catedrático teólogo, já então aposentado mas presente ao acto, Doutor Rodrigues de Azevedo, o médico Doutor Costa Simões, o filósofo Doutor Santos Viegas, etc.

No seu discurso, bastante mais longo do que as praxes e os moldes tradicionais permitiam, o doutorando não fêz a menor alusão à presença do Imperador, embora se referisse em têrmos encomiásticos à nação brasileira; mas o decano Doutor Raimundo Venâncio Rodrigues, na alocução que proferiu ao exornar o novo Doutor com as insígnias doutorais, expraiou-se em elogios e agradecimentos a Sua Majestade Imperial, esquecendo o carácter de incógnito, que o acompanhava.

No livro — *Viagem dos Imperadores do Brasil,* dá-se conta destas conversas longas e animadas na sala dos Capelos, durante a cerimónia; mas, mencionando os nomes dos outros dois cavalheiros, que estiveram conversando com o Imperador, não se faz a menor alusão a Simões de Castro. É que foi êste mesmo o relator dessa parte da narrativa, e a sua excessiva modéstia não lhe permitiu que revelasse o facto, de haver tido a honra de conversar familiarmente com tão alta personagem.

Nessa mesma tarde, mas já acompanhado da Imperatriz, foi D. Pedro visitar o monumental templo e mosteiro de Santa Cruz. Era prior desta igreja o Dr. Manoel Cardoso

de Figueiredo Nogueira, condicípulo de Simões de Castro nas aulas de Direito eclesiástico do 4.º e 5.º anos dos cursos teológico e jurídico, que nelas se reüniam. Pedira o prior Nogueira ao condicípulo o obséquio de aparecer na ocasião da visita imperial, para servir de *cicerone;* e outro, com igual aptidão, não podia êle encontrar.

Efectivamente foi, e, apenas o Imperador viu Simões de Castro, logo o notou, acenando-lhe com a mão a chamá-lo. Acudiu o prior a fazer a apresentação daquele desconhecido, com quem Sua Majestade estivera falando na Universidade, sem saber quem era.

Apenas ouviu o nome — *Dr. Augusto Mendes Simões de Castro* — logo D. Pedro disse: — «É o autor do *Guia Histórico do Viajante em Coimbra,* e do *Brasão de Coimbra,* livros que me ofertou, rementendo-os pelo correio, e que eu muito aprecio. Quando agora cheguei a Coimbra, já conhecia esta linda cidade histórica, através das páginas do *Guia.* Muito estimei êste encontro».

Simões de Castro foi nesta visita um precioso achado para o Imperador. Nada digno de registo deixou de ser apontado e apreciado.

Vendo como o seu *Guia* fôra tão bem acolhido por D. Pedro, o nosso biografado mandou logo dali um portador a sua casa, que ficava próxima, buscar um exemplar do vol. I do *Panorama photographico,* e pediu licença a Sua Majestade para lho oferecer, sendo muito benèvolamente recebido.

*

Continuou a publicação do *Panorama photographico,* saindo o vol. II em 1872, e o III e último em 1873 (1).

Ao mesmo tempo ia escrevendo alguns artigos avulsos,

---

(1) *Notas bibliogr.*, n.os 28 e 35.

todos interessantes e curiosos, meticulosamente exactos nas notícias que davam.

Para se ver e aquilatar a sua actividade literária, no decorrer dos anos até à morte, passem-se os olhos pela sua bibliografia, que publicamos em seguida a estas notas biográficas (1). Não faremos aqui menção especial dos seus artigos dispersos; reportemo-nos porém aos livros, que sairam depois de 1872.

Fundou Simões de Castro uma nova revista em 1879, com o título de *Portugal pittoresco* (2), de que sairam apenas doze números, que formam um volume, com artigos notáveis de vários. É pena que não continuasse esta publicação.

Comemorando o tricentenário do nacimento de Camões, publicou-se em 1880, editado pelo bibliófilo Aníbal Fernandes Tomás, um livro luxuoso e de bastante valor, intitulado *Ignez de Castro,* no qual colaboraram, entre outros, os três literatos conimbrigenses Felipe Simões, Simões de Castro e Fonseca Pinto. Tem notável interesse e valor a secção de Simões de Castro — *A Fonte dos Amores* (3).

*

No mesmo ano de 1880 principiou a estampar-se, na Imprensa Académica, a 2.ª edição do *Guia Histórico do Viajante em Coimbra* (4). Não era uma simples reïmpressão; èra sim um novo livro, pois a doutrina da 1.ª edição saía largamente refundida, corrigida, ampliada, organizada em novo e melhor plano de disposição. Tinha decorrido mais de uma dúzia de anos, e nesse tempo havia o nosso investigador apurado muitas notícias, emendado muitas opiniões ante-

(1) *Notas bibliogr.*, n.os 29 e segs.
(2) Ibid., n.º 62.
(3) Ibid., n.º 69.
(4) Ibid., n.º 70.

riores, corrigido vários êrros e lapsos, estudado de novo alguns monumentos e instituïções. O livro pois, que agora ia aparecer, era repleto de novidades, e vinha ocupar na literatura coimbrã um lugar de singular importância.

O grande escrúpulo e meticulosidade de Simões de Castro obrigava-o a retardar e demorar a revisão das provas, para verificar tudo com o maior cuidado. Assim é que a impressão das fôlhas se ia protelando, mediando grandes intervalos entre umas e outras.

Ao entrar o outono de 1886, estavam impressas já cinco gravuras fora do texto, e quinze fôlhas, isto é, 240 páginas, o que correspondia a cêrca de dois têrços da obra. Nesta altura foi inesperadamente suspensa a revisão das provas, e a remessa do original para a imprensa. Mais ainda: Simões de Castro fêz recolher a sua casa tudo quanto estava impresso, e liquidou as suas contas com a tipografia. Guardou cautelosamente as fôlhas impressas, para que não caíssem em mãos de pessoas estranhas, e, quando algum amigo lhe preguntava pelo livro, e lamentava a demora do seu aparecimento, respondia com evasivas, dizia que havia de continuar a impressão quando pudesse ser, e nada mais. Viram os amigos que êle sentia grande contrariedade em falar do assunto, e por isso deixaram de se lhe referir.

¿Que mistério seria êste? ¿Que facto se teria dado, para que assim se desgostasse, e para deixar de concluir e pôr à venda o livro, depois de haver feito tão grande despesa com a impressão da maior parte dêle?

¿Seria algum êrro grave, porventura descoberto na parte já impressa, que o forçara a esta medida radical, ruïnosa para as suas tenuíssimas finanças? Não, de certo. Uma errata no fim do livro corrigiria o deslizo, sem prejudicar a reputação do autor. Poderia mesmo reïmprimir-se um quarto de fôlha, ou até uma fôlha inteira, e nenhum vestígio restaria do lapso.

Mistério havia, certamente, e que o incomodava e torturava, mas de que êle fazia segrêdo, e que ninguém conhecia.

Veio finalmente a descobrir-se o motivo dêste insólito procedimento: motivo surpreendido pelos amigos, mas não revelado por êle, que sentiu grande contrariedade com esta divulgação.

Eis o caso: —

Tinha o nosso biografado um amigo, seu conterrâneo, também arqueólogo e literato, também apaixonado admirador das glórias e das belezas de Coimbra, que agora residia em Lisboa, e era bibliotecário da Sociedade de Geografia. Sabendo quanto êste se interessava pelas cousas da sua terra natal, Simões de Castro enviava-lhe, solícita e obsequiosamente, as fôlhas da nova edição do *Guia*, à medida que se iam imprimindo; e êsse amigo, sempre interessado, escrevia-lhe a agradecer a gentileza destas sucessivas remessas, com palavras de entusiástico elogio à obra.

Chegou o fim da primeira quinzena de Outubro de 1886.

A Universidade abriu no dia 16, com a solenidade da oração *de Sapientia*, que nesse ano era recitada pelo catedrático de Medicina Doutor Bernardo António Serra de Mirabeau, e com a distribuïção dos diplomas de prémios e de honras de *acessit* aos alunos mais distintos do ano precedente.

Neste dia as ruas de Coimbra viam-se novamente povoadas de estudantes, chegados de férias, para recomeçarem os seus trabalhos. Algumas famílias de alunos, atraídas pela cerimónia da reabertura solene da *alma Mater studiorum*, também afluíram à cidade de sonho e poesia; e, as que neste meado do mês recolhiam das praias, aumentavam o movimento das ruas.

Era normal, e repetia-se todos os anos em igual dia, esta afluência de pessoas, muitas delas de maior ou menor cultura. Contava-se com isto, e nas livrarias esperava-se esta

ocasião, para expor à venda quaisquer novidades literárias, os livros que acabavam de sair à luz. No presente ano foi uma jóia literária de palpitante interesse, que se expôs. As vidraças das lojas de livros achavam-se pejadas de exemplares do volume — *Coimbra antiga e moderna,* do referido arqueólogo daqui oriundo, livro que acabava de ser editado pela Livraria Ferreira de Lisboa. Chamava logo as atenções com o seu lindo cromo, em face do frontispício, representando o escudo heráldico ducal de Coimbra, berrante pelos seus vivos esmaltes, vermelho e verde, pelo brilho dos seus metais, ouro e prata. Volume de 388 páginas, tinha a ilustrá-lo, além da estampa colorida, uma regular fototipia com a vista panorâmica de Coimbra, e uma grande litografia, dobrada em forma de mapa, reproduzindo a — *Illustris ciuitatis CONIMBRIAE in Lusitania ad flumen Mundam effigies,* publicada no princípio do século XVII por Jorge Braunio.

Percorrendo-lhe o Índice, onde se encontram repetidos os sumários, que, um a um, vêem à frente dos 19 capítulos da obra, tem-se logo a impressão de que é um livro muito erudito e sumamente interessante, mas redigido com graça e beleza, sendo a erudição ministrada em doses parciais, diluída, espiritualizada e tornada atraente e agradável, fàcilmente digerível ainda para estômagos débeis.

Era pois um livro tentador, que devia ter, e teve realmente, larga extracção, muito rápida venda.

Simões de Castro ficou surpreendido, com tal novidade. Nunca o seu amigo, a quem enviava as fôlhas do *Guia,* e cujo nome se via estampado, como autor, à frente do volume, lhe dissera que trabalhava em tal obra.

Leu o livro com curiosidade febril, em verdadeiro sobressalto. Estava realmente recheado de novidades, mas... ¡colhidas, em grande parte, nas fôlhas da 2.ª edição do seu *Guia histórico do Viajante,* ainda incompleta, e desconhecida do público!!!

E isto ainda não era tudo. Foram aproveitadas as notícias, que Simões de Castro, uma a uma, havia colhido para o seu livro, com tantos trabalhos e canseiras, durante tantos anos de investigações; mas (mais estranhável ainda!) a própria redacção fôra em parte aproveitada, sem a mais leve citação ou indicação, por forma que, quando, daí a tempo, a 2.ª edição do *Guia* chegasse a sair, ¡êle Simões de Castro é que seria apontado como plagiário!!!

Para que se possa ajuïzar da gravidade do facto, façamos uma simples transcrição.

Na 1.ª edição do *Guia*, quase nada se lê sôbre a *Sala dos exames privados* na Universidade. Diz-se, apenas, na pág. 169:—

> Nos Paços da Universidade ha ainda a notar a sala dos exames privados, onde existem os retratos de quasi todos os reitores, desde o tempo de D. João III.

Apareceria na edição 2.ª, pág. 185, esta descrição:—

> A sala dos *exames privados* é uma das mais curiosas do edificio universitario. Pouco alumiada, por estar no interior dos paços, sem que possa receber directamente a luz, e concorrendo ainda para lhe diminuirem a claridade os ladrilhos vermelhos do pavimento, as pinturas carregadas do tecto, os azulejos das paredes e as telas em que se vêem os retratos de trinta e oito reitores da universidade(1), esta sala apresenta uma apparencia sombria e mysteriosa, que produz no visitante uma singular impressão. Os espiritos reflexivos acharão porventura interesse em examinar minuciosamente os retratos dos prelados que por mais de dois séculos regeram os destinos da corporação universitaria, e alguns até os destinos do próprio paiz, como ministros e validos influentes e preponderantes dos monarchas. É muito para ver não só a diversidade de physionomias, mas a variedade dos trajos e insignias que ostentam os varões alli enfileirados: este de capa e espada á antiga

(1) O mais antigo que alli se vê retratado é D. Garcia d'Almeida, o primeiro reitor que teve a universidade depois de transferida para Coimbra em 1537.—(Nota do *Guia*).

portugueza; aquelle com o roquete episcopal; um com o habito dos monges de S. Jeronymo; outro com a roupeta dos jesuitas; este vestido de missionario do Varatojo; aquelle com a murça dos conegos regrantes de Santo Agostinho ou frades cruzios.

Abrindo a *Coimbra antiga e moderna*, na pág. 172, lê-se: —

A mais curiosa quadra que alli ha a ver é, sem contestação, a sala chamada dos *exames-privados*. Situada no interior do edificio, e sem ser de modo algum directamente alumiada pela claridade do dia, tem um aspecto sombrio e de terrivel severidade; o chão ladrilhado a vermelho, o tecto de pinturas de côr carregada, as paredes de azulejo em parte encobertas por trinta e oito retratos de reitores, dos quaes o mais antigo é o de D. Garcia d'Almeida, impressiona profundamente quem lhe transpõe o limiar. É de notar o contraste que existe entre essas figuras mudas e immoveis destacando-se sombriamente do fundo negro dos quadros: um traja o roquete episcopal; outro a roupeta jesuitica; este mostra ser conego regrante de Santo Agostinho, e aquelle ser monge de S. Jeronymo; quem cingido do habito de missionario do Varatojo; quem vestido de capa e espada, com toda a impertinencia dos tempos cavalleiros.

O plágio é flagrante; mas note-se que o autor da *Coimbra antiga e moderna* não carecia de tão vil acção, porque era um arqueólogo de valor, e redigia com facilidade, numa linguagem sã e correcta, com graça e espontaneidade. ¿Para que praticaria tal infâmia? Vinha a propósito a contundente parábola do profeta Natan a David, referida no *Livro II dos Reis,* cap. XII.

Foi êste, sem dúvida alguma, o maior desgôsto, a mais pungente dor moral, sofrida por Simões de Castro em tôda a sua vida literária. E o que mais o torturava, não era o prejuízo material sofrido; era sim o considerar um tal aleijão moral, uma tal falta de probidade, tão infame abuso de confiança, que profundamente repugnava ao seu feitio bom, recto, puro e lealíssimo.

Verificado o facto, não hesitou um só momento sôbre o que tinha a fazer. Sacrificou o seu querido livro, sem revelar a ninguém a prevaricação do falso amigo, a qual veio mais tarde a tornar-se conhecida, mas não por delação sua. Retraíu-se em silêncio, sofrendo a sua grande dor. Silencioso a tal respeito viveu, silencioso morreu, deixando as fôlhas impressas do seu malogrado livro escondidas num canto escuro da sua casa.

¡Que grandeza de alma, que bondade de Santo!

*

Nos seus longos passeios pelas cercanias de Coimbra, ia muitas vezes até à admirável mata do Buçaco, que muito amava, e onde passava dias de descanso e sossêgo.

Estudou a mata, o mosteiro, as capelas eremíticas, as inscrições, as belezas naturais e artificiais daquela estância edénica. As origens, as vicissitudes, a história do célebre eremitério dos carmelitas, tudo isso se lhe tornou familiar; e, quando julgou suficiente a colheita realizada, escreveu então, com a probidade meticulosa, que lhe era peculiar, o *Guia do Viajante no Buçaco*, ornado de 2 gravuras, o qual apareceu em público no ano de 1875 (1).

Esgotou-se com relativa rapidez, tornando-se necessária 2.ª edição, que em 1883 era posta à venda, ilustrada com 4 gravuras (2).

Apareceu a 3.ª edição em 1896, mais ampliada, e trazendo 8 gravuras e uma planta da mata (3).

Em 1908 saíu a 4.ª e última edição, com 12 gravuras, 1 mapa, e 1 retrato do general Wellington (4).

---

(1) *Notas bibliogr.*, n.º 53.
(2) Ibid., n.º 72.
(3) Ibid., n.º 79.
(4) Ibid., n.º 87.

Nestas sucessivas edições, o livro foi-se sobrecarregando de materiais, tornando-se cada vez mais interessante para o erudito, para o historiador, mas menos aproveitável para o viajante, para o visitante e turista, que quere numa leitura rápida colhêr impressões leves, que o esclareçam e guiem.

Lembrou-se por isso Simões de Castro de escrever uma notícia resumida e ligeira, que apareceu à venda em 1921, sob a denominação de *Elucidário do Viajante no Buçaco* (1). Para o ilustrar aproveitou algumas das estampas do *Guia do Viajante no Buçaco.*

Houve necessidade de 2.ª edição, que apareceu em 1923 (2).

Quando o autor faleceu, estava já preparada, a impressão completa, mas ainda não exposta à venda, a 3.ª edição, que saiu, póstuma, em 1932 (3).

*

Nas suas publicações literárias, Simões de Castro revela-se um notável investigador, com dotes de persistência, de honestidade, de rigor, muito excepcionais: é também um narrador e divulgador conciencioso até à meticulosidade, claro, nítido e exacto, escrupulosamente verídico.

Conhecia mais que regularmente a língua portuguesa, e esmerava-se em escrevê-la com vernácula correcção, embora tivesse de sacrificar os efeitos literários à pureza sóbria da linguagem. Não se pode dizer que fôsse um estilista, nem um artista da palavra; não queria mesmo sê-lo. Preocupava-se mais com o rigor clássico da frase, do que com o brilho e beleza do estilo, que nele era sempre simples e corrente.

---

(1) *Notas bibliogr.*, n.º 103.
(2) Ibid., n.º 106.
(3) Ibid., n.º 115.

Também não era, evidentemente, um historiador. Faltavam-lhe para isso faculdades essenciais de abstracção, de generalização, de síntese, embora tivesse em grau subido as não menos essenciais de análise, de amor e culto à verdade, de clareza e nitidez de juízo e de exposição.

Conversador muito interessante e erudito, a memória, tenaz e pronta, era um auxiliar precioso, que tinha à sua disposição. Tornavam muito simpático e atraente o seu convívio, aquela incomensurável modéstia, extrema bondade, simplicidade ingénua, que sempre o acompanhavam, como elementos inseparáveis e intrínsecos do seu carácter.

Nunca foi um lutador. Naturalmente bom e pacífico, evitava tôdas as discórdias e dissenções, fugia das discussões apaixonadas. Dizia com franqueza e simplicidade o que pensava, o que sentia; mas, ao encontrar quem o contrariasse com vivacidade, ao ver surgir oposição vibrante, mais ou menos violenta, calava-se, mudava de assunto, falava de outras cousas, ou, alegando um motivo qualquer, retirava-se cortêsmente: nunca atraiçoava porém o seu pensamento, as suas idéas, nunca dizia palavra que fôsse contrária à sua conciência, à sua opinião pessoal. Discutia à boa paz, com sinceridade, sem calor nem paixão, entre gente amiga, pacífica, séria e de boa fé; recusava-se porém a manter polémica, retraía-se, remetia-se a discreto silêncio, ao ouvir trovejar a paixão, ao ver garras felinas distenderem-se para a luta. ¡Espírito manso, eminentemente pacífico, êle era um bom, um simples, um Santo!

Nunca encontrei ninguém mais modesto do que êle: modéstia inexcedível, dificilmente igualável. Jàmais falava de si, das suas obras. Tinha conciência da honestidade destas, mas não aludia a nenhum dos predicados que elas possuíam. Guardava no escrínio mais íntimo da sua alma o gôzo e satisfação, que lhe causava a recordação dos seus escritos.

Algumas vezes, passados anos sôbre a publicação de

qualquer dos seus artigos, reeditava-o noutra revista, mais ou menos acrecentado ou modificado. Poderá alguém suspeitar que nisto havia manifestação de vaidade, querendo figurar uma e outra vez com o mesmo artigo, para que se falasse no seu nome, para aumentar o seu prestígio. Nada disso. Repetia a publicação, não pelo gôsto de tornar a ver a sua prosa em letra de fôrma, não por vaidade pueril, mas por ter observado que a anterior publicação passara porventura despercebida, escondida nas páginas dum periódico, duma folha que se perdera, sendo por isso ignorada a notícia, aliás interessante, pela gente da actual geração. Pelo interesse que tinha das cousas históricas, pretendia divulgá-la, torná-la conhecida das pessoas que em Portugal ainda lêem. Não era pois a vaidade que o movia: era o desejo sincero e louvável de instruir, de tornar conhecida uma notícia, que reputava interessante, entre pessoas que já não iam ler a anterior publicação.

*

Durante o meu curso de estudante universitário (1878-1885), freqüentei com assiduïdade, como leitor, a biblioteca académica.

Deparavam-se-me a cada passo aborrecidas dificuldades para encontrar qualquer livro, porque os serviços daquele estabelecimento andavam ao tempo bastante fora do que era para desejar. Os catálogos estavam pèssimamente organizados, pois nêles haviam trabalhado indivíduos incompetentes, alguns também falhos de escrúpulo: ¡pessoas assalariadas, muitas delas simples estudantes, sem saber bibliográfico, sem tirocínio, sem fiscalização alguma! Trabalho miserando. Alguns dos assalariados cuidavam apenas de receber, no fim de cada mês, o modesto estipêndio, sem se importarem com a quantidade, e muito menos com a qualidade, dos serviços prestados.

Dos empregados do quadro, havia apenas dois capazes, válidos, zelosos:—o oficial José Marques Perdigão Donato, excelente funcionário, encarregado do serviço burocrático, isto é, da escrituração e da contabilidade do estabelecimento; e o porteiro Bento Pereira de Miranda, figura bastante pinturesca, que supunha ingènuamente falar com facilidade a língua francesa com os estranjeiros visitantes, mas a quem os próprios franceses não entendiam. Conversava muito em alta voz, perturbava constantemente com a sua tagarelice, com o seu incoercível pigarro, e com o tilintar importuno das chaves das estantes, o silêncio necessário nas salas de estudo; mas conhecia um pouco a biblioteca, e estava sempre pronto a atender e servir os rapazes.

Só o *Bento Penetra* (nome de guerra que os estudantes lhe davam, e com que êle, embora não simpatizasse, se não escandalizava) recebia as cédulas de requisições de livros; só êle dava informações dos que havia, nos limites dos seus restritos conhecimentos, e os ia buscar e facultar.

Os outros empregados do quadro eram *verbos de encher*.

José Mendes Denis, 1.º oficial, estava decrépito. Vèlhinho, sempre muito bem posto, trajando sobrecasaca e chapéu alto, de cara muito enrugada e palidez cadavérica, cabeleira e suíças retintas de negro de azeviche, que contrastava *artificiosamente* com a côr e o enrugado *naturais* da pele, ou passeava, ou estava sentado a ler, repousando. Fôra um bom empregado e um hábil calígrafo e desenhista à pena, mas agora nada fazia, nada já podia fazer.

O contínuo João Pereira de Miranda, êsse nem conversava, nem lia, nem fazia barulho, nem servia os alunos. Passeava constantemente, em silêncio, concentrado, ao que parecia, em profunda meditação, como se andasse a cogitar num transcendente problema filosófico; provàvelmente, porém, nem sequer pensava em nada. Desde a abertura da biblioteca êle esperava pacientemente a hora em que havia

de sair ao fechar desta. Quando alguém entrava, e acertava de passar junto dêle, dirigia-lhe a pregunta, certa e sabida: — «*Então ¿o que há de querer?*» Pedia-se-lhe um livro, mesmo daqueles que todos conheciam, por ser de consulta constante. A sua resposta, o seu gesto, eram estes, já esperados: — alongava o lábio inferior, fingia emergir numa laboriosa evocação de memória, e momentos depois, abrindo os braços com as mãos estendidas, e meneando negativamente a cabeça, dizia triste e desolado: — «*Nâo há cá*». Era a personalização da indolência, da preguiça, da inutilidade.

Havia ainda um ou dois rapazes, praticantes extraordinários, de fora do quadro, que se empregavam habitualmente a escrever verbetes, e que vinham às vezes em auxílio do Bento, atender obsequiosamente a um ou outro estudante, que se lhes dirigisse. Francisco Lopes Lima de Macedo, e mais tarde António Marques Perdigão Donato, ambos felizmente ainda vivos, criaram grandes simpatias entre os estudantes freqüentadores da biblioteca, a quem atendiam, sem obrigação, com afectuosos requintes de boa vontade e de delicadeza. Mas tôdas estas boas-vontades ficavam em parte inutilizadas pela fôrça das circunstâncias. Rapazes novos, conheciam ainda mal a biblioteca, e os catálogos, que havia, eram... um verdadeiro horror.

¡Seria menos difícil achar uma agulha num palheiro, do que encontrar os verbetes de alguns livros, nos caóticos e absurdos catálogos, que eram uma autêntica e miserável burla! Nós, os estudantes, riamo-nos com os disparates que se nos deparavam freqüentemente, nos volumes do chamado *catálogo metódico* (?!).

Por exemplo ¡lembro-me de que o verbete da *Nova Floresta* de Bernardes se encontrava na secção de Botânica! e o *Theatro ecclesiastico*, título de uma obra de canto-chão em 2 volumes, vulgarmente conhecida pela denominação de *Arte de Mafra*, figurava entre as obras dramáticas! E, como

êstes, havia centenas de disparates, que dificultavam e tornavam até impossível a busca. Também me está ocorrendo êste característico dislate: — As *Institutiones Theologiæ Dogmaticæ* do Padre Alberto Knoll, estampadas por Pietro Marietti, em Turim, eram no respectivo verbete dadas por impressas em *Augusta dos Touros* (!), pois o catalogador dêste modo verteu a denominação latina — *Augustæ Taurinorum,* dada àquela cidade italiana.

A maior, a mais urgente necessidade, cuja resolução se impunha, era organizar de novo a catalogação.

O bibliotecário Dr. Bernardo de Serpa Pimentel, excelente pessoa, mas velho e sem actividade, nada fazia e raríssimas vezes passava pela biblioteca. Considerando alguns professores a urgência que havia de pôr côbro a tanto desleixo, e de erguer a biblioteca à situação de poder bem desempenhar a função importantíssima que lhe pertencia, foram ter com o reitor da Universidade, Visconde de Vila-Maior, e representaram-lhe a conveniência, e até necessidade, de ser convidado o professor de Medicina, Doutor Augusto Felipe Simões, a tomar sôbre si o encargo de refazer os catálogos, e de introduzir ordem e diciplina nos serviços. Aproveitou-se a saída de Bernardo de Serpa para Lisboa, ao abrir a Câmara dos Pares, e, por portaria reitoral de 1 de Janeiro de 1879, foi Felipe Simões nomeado bibliotecário interino.

Prestou neste cargo relevantes serviços. Dedicou-se especialmente à catalogação, na qual empregou, a escrever verbetes, o oficial José Marques Perdigão Donato, que era zeloso, muito ponderado, e tinha excelente forma de letra: também meteu diciplina em todos os outros serviços.

Era um erudito e um diciplinador. Mas, bastante brusco no seu trato, não convidava os rapazes a aproximar-se dêle. Quando a êstes se dirigia, era geralmente ralhando, vociferando àsperamente.

Acabaram na biblioteca as conversas, os comícios burlescos com o Bento; quando porém era necessário um esclarecimento bibliográfico, que os empregados não sabiam dar, ninguém se atrevia a ir fazer qualquer pregunta ao bibliotecário.

Foi por essa ocasião que tive ensejo de me relacionar com Augusto Mendes Simões de Castro, relações que a pouco e pouco se foram tornando amistosas, e por fim íntimas e familiares.

Não era, ao tempo, empregado da biblioteca; quase todos os dias porém ali ia, e se demorava algumas horas num dos gabinetes da 2.ª sala, onde costumava trabalhar. Como deixei dito, havia muito tempo que eu o conhecia e venerava; entretanto jàmais tivera ensejo de a êle me dirigir, de com êle conversar.

Desde que me matriculei na Universidade em Outubro de 1878, comecei logo a procurá-lo no seu gabinete de trabalho, a pedir-lhe esclarecimentos bibliográficos; e encontrei-o sempre bom, acolhedor, perfeito conhecedor da biblioteca, verdadeiro catálogo vivo, que nunca falhava. Usei e abusei da sua bondade, e, em breve, da sua amizade. Mas nunca se enfadava, tudo dizia, feliz por ser prestável, por poder auxiliar os outros com as luzes do seu saber.

Bibliófilo e bibliógrafo muito distinto e erudito, êle era um consultor permanente e precioso, que nós, os rapazes, ali tínhamos, pois nunca recusava os seus esclarecimentos a ninguém; acolhia conhecidos e desconhecidos, e a todos ensinava. O seu grande prazer era difundir os conhecimentos que possuía. E dêste convívio resultou o multiplicar-se dia a dia o número dos seus amigos e admiradores. Todos os rapazes, que freqüentavam a biblioteca da Universidade, tinham a maior veneração, verdadeiro culto de gratidão e admiração, por Simões de Castro.

Mas... ¡que modéstia no seu trato, na forma natural,

simples, de nos ministrar conhecimentos preciosos, como se fôssem notícias banais!

*

Naturalmente prestável, por amizade pessoal e por índole êle auxiliava muito, nos serviços bibliotecários, seu primo e amigo, o Doutor Felipe Simões.

Foi sòmente em 1884, logo após a morte desastrosa dêste, que Simões de Castro apareceu nomeado, por portaria reitoral de 23 de Fevereiro, para continuar a catalogação e inventários, principiados pelo malogrado Felipe Simões, e para substituir nos seus impedimentos o lente bibliotecário Bernardo de Serpa.

Os serviços oficialmente prestados desde então por Simões de Castro à biblioteca da Universidade, durante mais de 40 anos, são inestimáveis. Sem fazer alardes, trabalhando em silêncio, dia a dia, hora a hora, escrupuloso e honestíssimo, quase sem ser visto — ou lá em cima no cubículo dos reservados, ou em baixo na sala dos manuscritos, ou no seu gabinete privativo na 2.ª sala de leitura — êle ia produzindo uma grande obra, concienciosa, metódica e erudita.

Para merecer o título de grande benemérito da biblioteca, bastava o catálogo dos manuscritos, que êle deixou bastante adiantado, e feito com minuciosidade e exactidão admiráveis. Os numerosos verbetes dos catálogos, por êle escritos na sua letra miúda, são os mais bem feitos, os mais ricos em pormenores, de quantos existem na biblioteca. No catálogo dos reservados há 1.379 verbetes seus.

Note-se também que nos 13 volumes do *Arquivo bibliográfico da Universidade*, e nos 7 primeiros volumes do sucedâneo *Boletim bibliográfico da biblioteca da Universidade,* a sua colaboração é muito distinta, ampla e valiosa.

Simões de Castro, pelas suas importantes e multíplices

funções neste estabelecimento universitário, ¡percebia, como vencimento, a gratificação de 25$000 réis mensais!

O seu labor aqui não era absolutamente cotidiano. Cansado de trabalhar na estação do correio tôdas as noites, quase sempre reservava um dia por semana para os seus passeios, para o seu descanso, e faltava êsse dia na biblioteca. Não pertencendo ao pessoal do quadro, nenhum dos bibliotecários, que se sucederam, jàmais pensou em lhe mandar descontar na fôlha, à minúscula gratificação mensal, a parte correspondente aos pouquíssimos dias do mês em que faltava. Mas êle é que, na sua conciência pura e escrupulosa, nunca se conformou com a prática de arrecadar essas mealhas, êsses 8 tostões, que não ganhara por não ter trabalhado num dia. Entregavam-lhe os 25$000 reis íntegros na tesouraria da Universidade; êle porém, em vez de os meter na algibeira, apartava a cota que correspondia às faltas, logo ia ter com o oficial Donato, encarregado da contabilidade, e dava-lha a guardar, constituindo-se assim, na mão dêste, um insignificante cofre particular, donde saía, de longe em longe, o dinheiro para pequenas despesas, que não entravam na conta oficial: — compra de algum livro velho, gratificação por algum trabalho extraordinário, etc.

Eis um facto, geralmente desconhecido, que revela o feitio moral, requintadamente honesto, do nosso biografado.

*

Em 1871, quando freqüentava o 5.º ano de Direito, foi Simões de Castro distinguido pela Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, a 18 de Janeiro, com a nomeação de Sócio efectivo.

Inscreveu-se na classe de Literatura e Belas-Artes, sendo logo escolhido para vogal da comissão de redacção da revista *O Instituto,* órgão da sociedade. Manteve-se neste

cargo no período de 1871 a 1873, durante o qual se publicaram os volumes XV e XVI. A 16 de Fevereiro de 1873 foi eleito secretário da mesma redacção para o biénio de 1873–1874.

Colaborou em *O Instituto* com artigos interessantes, logo desde 1872, principiando a série das suas publicações nos volumes XV e XVI, em que saíram, por êle assinados — *O Brasão de Coimbra* — *O Bispo de Coimbra D. Fr. Álvaro de S. Boaventura* — *Os Meninos de Palhavã* — *As ermidas do Buçaco* — *Jornada da Universidade a Elvas em 1645* — *Igreja de S. Tiago* — *A ermida do Calvário no Buçaco*(1).

Voltou a pertencer à comissão de redacção em 1877, comissão esta que dirigiu a publicação dos vols. XXIV a XXVI; e mais tarde, desde Fevereiro de 1887, foi vogal da que publicou os vols. XXXIV a XLI, até Outubro de 1893. Em sessão da Direcção da Sociedade, a 21 dêste mês, elegeu-se nova comissão, de que êle já não fêz parte.

Saiu desgostoso, pela orientação, e ainda mais pelos processos, usados nestes últimos tempos.

Como já tive ocasião de dizer, Simões de Castro não era um combativo, não lutava. Quando as cousas tomavam rumo que não fôsse do seu agrado, retirava-se sem se queixar, sem fazer apreciações hostis, sem dizer mesmo os motivos por que saía. Ouvindo apreciar desfavoràvelmente, mas com vivacidade, aquilo mesmo que êle não defendia, aquilo de que também discordava, geralmente guardava silêncio, evitava entrar na controvérsia, para não se inquietar nem perder a serenidade. Receava muito o feitio meridional, expansivo e exagerado, que predomina entre nós. Preferia calar-se, a discutir com paixão.

O mesmo procedimento, quando discordava do que via ou ouvia. Foi o que agora sucedeu.

---

(1) *Notas bibliogr.*, n.os 20 a 26.

Não achava bem, desgostava-o o que se fazia; retirou-se para não se inquietar, nem contrair mais responsabilidades, mas sem dizer o verdadeiro motivo, desculpando-se com a sua fraqueza e achaques, que não o deixavam trabalhar, e lhe impunham um pouco de descanso.

*

Em fins de 1895, fui eu encarregado pela Direcção do Instituto de Coimbra de assumir o cargo de 1.º redactor da revista, e de escolher os colegas que comigo colaborassem na respectiva comissão. Tive para isso carta branca.

Lembrei-me desde logo, entre outros, do Dr. Simões de Castro. A êle me dirigi, fiz o convite, insisti com muito calor, procurei fazer valer os meus direitos de velha e nunca desmentida amizade. Tudo foi baldado.

Encontrei uma resistência insuperável, com que não contava. Nenhumas outras razões opunha senão o seu cansaço, a sua falta de saúde, os seus incómodos crónicos, a necessidade que sentia de repouso e despreocupação; mas o verdadeiro motivo era certamente outro. Fiquei muito aborrecido com tal teimosia, que eu na ocasião reputei injustificável.

Sem outras dificuldades, organizei a comissão de redacção, com os seguintes nomes, dispostos pela ordem alfabética:

António Augusto Gonçalves
António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, 1.º redactor
António José Teixeira de Abreu
Francisco José de Sousa Gomes
Joaquim Mendes dos Remédios, secretário.

Entrámos animados todos dos melhores desejos de fazer obra boa, que não deslutrasse, antes concorresse para bem firmar os créditos da sociedade sábia de que *O Instituto* era

porta-voz. Trabalhámos com entusiasmo, num grande e desusado esfôrço.

Não obstante, ao fim de 7 números, que apareceram sempre em dia, ¡fomos obrigados a sair, não se nos deixando sequer concluir o volume, que ia em mais de meio, e entrando intempestivamente outra comissão, para o completar!

Simões de Castro fôra prudente; estava justificada a sua insólita atitude. Viu melhor do que todos nós.

*

Na classe de Literatura e Belas-Artes, em sessão de 5 de Março de 1873, propusera o Doutor Augusto Felipe Simões a criação de uma *Secção de Arqueologia,* no seio do Instituto de Coimbra; mais propusera também, que em alguma das salas do Instituto se desse cabida aos monumentos arqueológicos e paleográficos, que se pudessem adquirir.

Tal proposta foi logo amplamente apoiada pelo sócio Miguel Osório Cabral de Castro, o qual declarou que ofereceria para êsse Museu, se chegasse a criar-se, alguns objectos arqueológicos que possuía. Os sócios presentes todos acolheram com aplauso a feliz proposta.

Era porém necessário levá-la à Assembleia Geral do Instituto, pois só esta é que tinha poderes para criar a nova Secção. Entretanto, desde logo foi nomeada uma *Comissão arqueológica,* para promover a execução da medida alvitrada. Ficou composta dos sócios efectivos seguintes:

Abílio Augusto da Fonseca Pinto
António Xavier de Sousa Monteiro
Augusto Felipe Simões
Augusto Mendes Simões de Castro
João Correia Aires de Campos

João José de Mendonça Cortês
Manuel da Cruz Pereira Coutinho
Miguel Osório Cabral de Castro.

Ao instalar-se esta Comissão, escolheu para seu presidente Miguel Osório, para vice-presidente o arqueólogo Pereira Coutinho, prior da Sé-velha, e para secretário Simões de Castro.

Todos trabalharam de alma e coração, distinguindo-se entretanto Aires de Campos, Simões de Castro, Felipe Simões e Miguel Osório.

Simões de Castro, ardendo em fôgo de entusiasmo, esforçava-se por infundir vigor e actividade na Comissão, por alimentar nela o fôgo sagrado. Tomando muito a peito o seu papel de secretário, êle redigia actas extensas, cuidadas, minuciosas, verdadeiros relatórios, que ficariam para o futuro como padrões históricos da vida e trabalhos da Comissão de Arqueologia. Dessas actas estão publicadas três, que relatam discussões e resoluções notáveis (1).

A nova Secção de Arqueologia foi definitivamente criada em Assembleia Geral do Instituto, a 28 de Janeiro de 1874. A 4 de Julho seguinte aprovou-se o *Regulamento da Secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra,* e a 16 de Janeiro de 1875 elegeu-se a primeira direcção dela, presidida por Miguel Osório.

De facto, as figuras mais importantes desta direcção, pelas funções que lhe incumbiam, e pelo zêlo, exacção e competência com que as exerceram, foram Aires de Campos conservador do museu, e Simões de Castro secretário.

Trabalhou-se naqueles primeiros tempos muito, e muito bem.

O Museu do Instituto, que foi o embrião do actual de

---

(1) *Notas bibliogr.*, n.os 32, 33 e 34.

Machado de Castro, no qual se integrou, era o núcleo, o centro da grande actividade da Secção de Arqueologia. Aires de Campos reünia, dispunha, classificava, catalogava, descrevia, historiava os objectos que se iam recolhendo; Simões de Castro trabalhava, e estimulava activamente os outros sócios, auxiliava o conservador nos seus trabalhos, rebuscava todos os recantos de Coimbra e cercanias, à descoberta de monumentos epigráficos, esculturais, diplomáticos ou nomismáticos, fazia reproduzir as inscrições em decalcos, os quais eram recolhidos no Museu, promovia a vinda, por doação ou por simples depósito, dos monumentos que andavam já deslocados, ou em risco de se perderem, e nas magistrais e minuciosas actas, que redigia, registava ou relatava os acontecimentos, as conferências e palestras que estavam em uso, as entradas e proveniências dos objectos, tudo com exactidão meticulosa, como quem fazia registos para a história.

Foi um período de gloriosa actividade, que infelizmente não durou muito. O entusiasmo esfriou, à medida que os grandes entusiastas da Secção de Arqueologia foram morrendo. Aires de Campos foi dos últimos a desaparecer: faleceu a 17 de Setembro de 1891.

Cansado, aborrecido, desgostoso pelo marasmo e abandono em que via cair tudo, Simões de Castro resolveu-se por fim, com grande mágoa, a fechar o livro das actas, e, último abencerragem, deixou então de freqüentar o Instituto, aonde agora ia, como que para matar saüdades, de longe em longe, ler alguma revista, e passear os olhos pelas duas salas do primitivo Museu, ora cheias de pó e de teias de aranha. Ali recordava com saüdade as glórias do passado, ali chorava a abjecção do estado presente. Êle e Júlio Henriques eram os que mais do coração lamentavam êste vergonhoso abandono. Mas ¿que fazer?

*

Quando, em 1895, António Augusto Gonçalves, coadjuvado por alguns outros sócios dedicados ao Instituto, meteu ombros à empresa de reorganizar e ampliar largamente o Museu, dando-lhe nova e intensa vida, e se fêz depois com grande solenidade a sua inauguração, no 3.º domingo depois da Páscoa, a 26 de Abril de 1896, Simões de Castro apoiou entusiàsticamente esta revivecência, recomeçou a freqüentar o Museu aos domingos, foi caloroso apologista da nova feição que a Secção de Arqueologia tomava; mas... não se prestou, embora solicitado, a compartilhar os cuidados da sua direcção, manteve-se no papel de simples sócio, muito afectuoso e dedicadíssimo. Lá tinha as suas razões, que a ninguém comunicava, que a ninguém deixara perceber, mas que nós adivinhávamos.

*

Eis o homem excepcional e benemérito, que foi Simões de Castro. Sempre bom, sempre honesto, sempre trabalhador, sempre igual, conquistou durante a sua longa vida muitos amigos e admiradores; jàmais teve um inimigo.

Há anos, em 1919, o Dr. José Leite de Vasconcelos lembrou-se de lhe prestar uma justíssima homenagem: consagrou a êle, *em sinal de veneração*, o vol. XXIV, correspondente aos anos de 1919–1920, do *Archeologo Português*, como a *investigador consciencioso das antiguidades da nossa terra, sobretudo de Coimbra, o qual, de entre os cultores da Arqueologia, que ora vivem em Portugal, é quem há mais tempo trabalha nesse campo, sempre com afinco.* À frente do volume saíu um retrato do homenageado, e um notável artigo biogràfico-crìtico-bibliográfico, escrito pelo Dr. Fortunato de Almeida. Homenagem digna e justíssima, e sob todos os aspectos muito louvável.

Agora coube a vez ao *Instituto*, que por esta forma quis manifestr o seu bom desejo de solver uma dívida de gratidão.

Resta a Universidade, a qual pela direcção da sua biblioteca não deixará certamente de dar público testemunho do seu reconhecimento, pelo muito que deve à memória do nosso biografado.

*

O Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, depois de velho, passou algum tempo torturado por doenças graves. A intervenção cirúrgica do Doutor Ângelo da Fonseca proporcionou-lhe ainda alguns anos de vida, embora atormentados, de quando em quando, pelos acessos de asma.

A-pesar-dos anos, movia-se com bastante agilidade, e passeava muito, segundo os inveterados hábitos. Mantinha-se lúcida a sua inteligência, a memória tenaz e pronta.

Continuava a interessar-se apaixonadamente pelas cousas de Coimbra, e não tinha decrecido o seu filial amor à Universidade, a sua afeição entranhada por tôdas as instituïções e monumentos da sua terra; era cada vez mais afectuoso para com os raros amigos, que ainda lhe restavam de outrora.

Passara a viver habitualmente na sua quinta de Montes-Claros, para onde levara os seus livros de consulta mais freqüente, e donde vinha a Coimbra, vários dias de cada semana, visitar a sua magnífica livraria, e apagar saüdades no convívio dos amigos.

Por fim, na terça-feira 19 de Abril de 1932, após alguns dias de doença pneumónica, na sua querida quinta, inesperadamente, serenamente, em plena lucidez de espírito, com perfeita conciência de suas faculdades, fechou os olhos, e adormeceu no sono plácido e tranqüilo do justo.

¡Que a sua bela alma goze no seio de Deus o eterno descanso!

II) — Notas Bibliográficas

1864

1) — *O Mosteiro de Chelas,* in *Archivo Pittoresco,* Lisboa, vol. VII, pp. 408–409.

1865

2) — *Labyrintho curioso,* in *Arch. Pitt.* cit., vol. VIII, p. 64.

3) — *Mosteiro de Lorvão,* ibid., pp. 75–77, e 87–88. — (Vid. infra, n.º 110).

4) — *Notas* a um artigo de Inácio de Vilhena Barbosa, intitulado — *O Sanctuário do Mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra,* as quais se lêem ibid., pp. 391–392.

1866

5) — *O Arco de Almedina,* in *Arch. Pitt.* cit., vol. IX, p. 366.

1867

6) — *O Bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, e as obras que mandou fazer na Sé Velha da mesma cidade,* in *Arch. Pitt.* cit., vol. X, pp. 13–14 — (Vid. infra, n.ºs 51, 59 e 67).

7) — *A Ponte de Coimbra,* in *Amigo do Estudo,* Coimbra, p. 7.

8) — *Guia historico / do / Viajante em Coimbra / e / arredores / Condeixa, Lorvão, Mealhada, Luso, Bussaco, / Monte-mór-o-velho e Figueira / (com gravuras) / por / Augusto Mendes Simões de Castro* / (Uma vinheta com o escudo ducal de Coimbra) / *Coimbra / Imprensa da Universidade.* — 1 vol. in-8.º, com 6 + 328 pp., no fim a indicação — IMPRENSA DA UNIVERSIDADE — MDCCCLXVII, e na última página da capa — *Preço 700 réis.* — É ilustrada com cinco estampas fora do texto, desenhadas por J. Mariz Júnior, gravadas em madeira por Nogueira da Silva e Alberto. — (Vid. infra, n.º 70).

1868

9) — *Villa da Figueira da Foz,* in *Arch. Pitt.* cit., vol. XI, pp. 337–338.

1869

10) — *Archeologia* — Série de 5 artigos anónimos, publicados com êste título no periódico *Tribuno Popular* de Coimbra, n.os de 17, 21, 24, 28 e 31 de Julho de 1869, descrevendo alguns objectos da secção arqueológica da Exposição distrital de Coimbra, realizada neste ano. Foram êsses artigos reproduzidos nas pp. 252 e ss. do livro — *Exposição distrital de Coimbra,* publicado anònimamente nesta cidade, no referido ano de 1869, do qual porém foi autor e editor Eduardo Simões de Castro, irmão de Augusto Mendes Simões de Castro, que escreveu aqueles artigos, e que inspirou, orientou, e fêz a revisão tipográfica do livro.

11) — *Panorama photographico de Portugal,* dirigido e editado por Augusto Mendes Simões de Castro, saindo o 1.º número com a data de 1 de Novembro de 1869, e os 2 imediatos em Dezembro do mesmo ano. Os restantes 9 números saíram no ano seguinte de 1870, mas o frontispício com o índice trazem a indicação de 1871. Cada número é ilustrado com uma fotografia. Foram impressos os números que constituem êste vol. I, uns na Imprensa da Universidade, outros na Imprensa Académica, os últimos, assim como o frontispício e índice, na Tipografia do Paiz, em Coimbra. — (Vid. infra, n.os 28, 35 e 43). — O director Simões de Castro colaborou neste I volume com os seguintes 8 artigos assinados:

12) — *O Castelo de Almourol,* pp. 17–18 — (vid. infra, n.º 16);

13) — *Jardim Botânico de Coimbra,* pp. 33–37 — (vid. infra, n.os 18 e 64);

14) — *Sala grande da Universidade,* pp. 65–66;

15) — *Conventos de Sancta Clara e S. Francisco da Ponte de Coimbra,* pp. 97–99;

16) — *O Castelo de Almourol* (cont. da p. 18), pp. 127–128 — (vid. supra, n.º 12);

17) — *Forte de Sancta Catharina na villa da Figueira da Foz,* pp. 129–131;

18) — *Jardim Botânico da Universidade* (cont. da p. 37), pp. 132–136 — (vid. supra n.º 13, e infra n.º 64);

19) — *Claustro do Silencio no Mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra,* pp. 137–139.

1872

20) — *O Brasão de Coimbra, resenha do que escreveram e disseram acêrca d'elle alguns auctores distinctos, colligida e annotada por Augusto Mendes Simões de Castro.* — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872. — Opúsculo de 60 pp., dedicado a Carlos Relvas. — Aproveitou-se para êste opúsculo a composição dum artigo que, com o mesmo título — *O Brasão de Coimbra*, o autor publicou in *O Instituto*, vol. XV, pp. 107-110. — (Vid. infra, n.os 77 e 111).

21) — *O Bispo de Coimbra D. Fr. Álvaro de S. Boaventura*, in *O Instituto* cit., vol. XV, pp. 110-111. — Êste artigo foi motivado pela publicação, que Simões de Castro tinha feito em o precedente número da revista *O Instituto* (vol. XV cit., pp. 92-95), duma carta inédita, escrita pelo dito Bispo-Conde D. Fr. Álvaro de S. Boaventura ao Colégio cardinalício, justificando por falta de saúde o não ter ido pessoalmente fazer a visita canónica *ad sacra limina*, e descrevendo o estado da sua igreja de Coimbra. É interessante a carta, e mais interesse lhe dão as notas, que Simões de Castro lhe juntou.

22) — *Os Meninos de Palhavã — Desterro de D. José e D. António no Bussaco*, ibid., pp. 232-235.

23) — *As Ermidas do Bussaco*, in *O Instituto* cit., vol. XVI, pp. 45-48. — (Vid. infra, n.º 26).

24) — *Jornada da Universidade a Elvas em 1645*, ibid., pp. 91-96.

25) — *Egreja de Sanct'-Iago em Coimbra*, ibid., pp. 238-240.

26) — *A Ermida do Calvario no Bussaco*, ibid., pp. 284-285. — (Vid. supra, n.º 23).

27) — *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*, por José Alberto Côrte-Real, Manoel António da Silva Rocha, e Augusto Mendes Simões de Castro. — Coimbra, 1872. — 1 vol. in-8.º, de 32 + 352 pp. — Custo 700 réis.

28) — *Panorama photografico de Portugal*, vol. II. — Coimbra, 1872. (Vid. supra n.º 11, e infra 35 e 43). — Consta de 12 números, cada

um com uma fotografia. — Assinados pelo director da revista, Simões de Castro, contém os 3 escritos seguintes:

29) — *O Palácio acastelado da Pena em Cintra,* pp. 1–6 — (vid. infra, n.os 40 e 48);

30) — *Nota* a um artigo de Rodrigues de Gusmão, intitulado — *Ruinas do antigo Mosteiro de Santa Clara* — Simões de Castro dá indicações muito interessantes das diferenças de nível, que há entre o pavimento primitivo do edifício, a superfície das águas que nêle se entancam, o leito do rio Mondego, a superfície das águas do mesmo abaixo da ponte, tudo isto referido ao dia 14 de Outubro de 1872, e relacionado com o nível do mar na barra da Figueira, na maior baixa mar observada;

31) — *Túmulos de D. Affonso Henriques e D. Sancho I,* pp. 85–98 — (vid infra, n.º 74).

1873

32) — *Acta da sessão de 2 de Abril de 1873,* da Comissão de Arqueologia do Instituto de Coimbra, em que se resolveu fazer explorações arqueológicas, fundar um Museu, etc., — in *Catalogo dos objectos existentes no Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra.* — Coimbra, Imprensa Literária, 1877, pp. 63–64.

33) — *Acta da sessão de 5 de Junho de 1873,* da Comissão de Arqueologia do Instituto de Coimbra, em que se discutiram, além doutros assuntos, as ruínas de *Conimbriga,* e a localização de *Aeminium,* — in *O Instituto,* vol. XVII, pp. 80–83.

34) — *Acta da sessão de 6 de Novembro de 1873,* da referida Comissão, sôbre os mesmos assuntos da anterior. — Ibid. pp. 270–274.

35) — *Panorama photographico de Portugal,* vol. III. — Coimbra, 1873. — (Vid. supra n.os 11 e 28, e infra n.º 43). — Êste volume consta, como os anteriores, de 12 números, cada um acompanhado duma fotografia. Nêle se contẽem os seguintes 5 artigos, assinados pelo director da revista, Simões de Castro:

36) — *O Convento de S. Domingos e o Collegio de S. Thomaz em Coimbra,* pp. 17–22 — (vid. infra, n.º 99);

37) — *Sé Velha de Coimbra,* pp. 33–35 — (vid. infra, n.os 71 e 98);

38) — *Egreja de Santa Cruz de Coimbra,* pp. 49–51;

39) — *Claustro do Silencio no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, pp. 65-66;

40) — *Janella do Paço da Pena em Cintra*, p. 73 — (vid. supra n.º 29, e infra n.º 48).

1874

41) — *Bispos Condes*, in *O Instituto*, vol. XIX, pp. 17-23. — (Vid. infra, n.os 57 e 78).

42) — *Convento do Bussaco*, ibid., pp. 258-268. — (Vid. infra, n.º 50).

43) — *Panorama photographico de Portugal*, vol. IV. — Coimbra, 1873. — (Vid. supra, n.os 11, 28 e 35). — Tem êste volume, como os anteriores, 12 números, cada um ilustrado com uma fotografia. Nêle se encontram, assinados pelo director da revista, Simões de Castro, os 7 artigos seguintes:

44) — *Capellas imperfeitas do Mosteiro da Batalha*, pp. 9-10;

45) — *Documento curioso* (apresenta e comenta uma carta-régia de 12 de Agosto de 1550, regulamentando a ceia, que os licenciados eram obrigados a dar aos doutores, que assistiam ao seu acto), pp. 13-14;

46) — *Uma cascata na Serra da Estrella*, p. 17;

47) — *Claustro real do Mosteiro da Batalha*, p. 25;

48) — *Palácio da Pena em Cintra*, p. 33 — (vid. supra, n.os 29 e 40);

49) — *Portal d'uma egreja na Batalha*, p. 57;

50) — *Convento do Bussaco*, pp. 73-77 — (vid. supra, n.º 42).

1875

51) — *O Bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, e sua munificencia para com a sua Cathedral*, in *O Instituto*, vol. XX, pp. 136-144. — (Vid. supra n.º 6, e infra n.os 59 e 67).

52) — *A floresta do Bussaco*, ibid., pp. 199-205. — (Vid. infra, n.os 66 e 86).

53) — *Guia historico do Bussaco* (com 2 gravuras). — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875. — 1 vol. in-8.º, com XII + 284 pp. — (Vid. infra, n..os 72, 79 e 87).

1876

54) — *A Fonte da Fervença*, in *A Borboleta*, Braga, vol. I (1876), pp. 120, 130 e 136.

1877

55) — *Pascoal Parente*, in *A Borboleta* cit., vol. II, pp. 102–103.

56) — *Apontamentos para a historia de Coimbra*, in *A Borboleta* cit., vol. III, pp. 163–165, e 177–178.

57) — *Conde de Arganil*, in-*Diccionário popular*, dirigido por Manoel Pinheiro Chagas, vol. II, pp. 313–314. — (Vid. supra n.º 41, e infra n.ª 78).

58) — *A Egreja de Sancta Justa e as inundações do Mondego*, in *O Instituto*, vol. XXIV, pp. 36–45.

1878

59) — *O Bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida e a sua munificencia para com a sua Cathedral*, in *Museu ilustrado*, vol. I, pp. 254–257. — (Vid. supra n.ºs 6 e 51, e infra n.º 67).

60) — *Actas das sessões de 2 de Maio e 1 de Agosto de 1878*, da secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra, registando e comentando livros e objectos oferecidos, in *O Instituto*, vol. XXVI, pp. 140–144.

1879

61) — *Duques de Coimbra*, in *Museu illustrado*, vol. II, pp. 158 e 184.

62) — *Portugal pittoresco, sob a direcção de Augusto Mendes Simões de Castro*, vol. I. — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1879. — Não se publicou mais nenhum volume. — Formato in-4.º, compreendendo 12 números, saídos mensalmente de Janeiro a Dezembro; abrange êste volume 4 + 192 pp., com 12 estampas fora do texto, em que se imprimiram 13 gravuras, das quais 5 foram desenhadas e gravadas por J. R. Christino, as restantes desenhadas por Mariz, mas gravadas 4 por Pedroso, 3 por Alberto, 1 por Nogueira da Silva e Alberto. Nesta publicação encontram-se, assinados pelo director Simões de Castro, os seguintes 5 artigos:

63) — *A Egreja de Sancta Cruz de Coimbra*, pp. 17–19;

64) — O *Jardim botanico da Universidade*, pp. 49-51 — (vid. supra, n.os 13 e 18);

65) — *Bibliotheca da Universidade*, pp. 81-85;

66) — *Os cedros do Bussaco*, pp. 97-99 — (vid. supra n.º 52, e infra n.º 86);

67) — *O Bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida e sua munificencia para com a sua Cathedral*, pp. 113-119 — (vid. supra, n.os 6, 51 e 59).

68) — *Carta a Annibal Fernandes Thomaz acêrca do Catálogo inédito dos Bispos de Coimbra por Pedro Alvares Nogueira*, in *Boletim de Bibliographia Portuguesa*, vol I, (1879), pp. 208-211.

1880

69) — *A Fonte dos Amores*, in *Ignez de Castro*, publicação luxuosa comemorativa do *Tricentenário de Camões*, organizada e editada por Anibal Fernandes Tomás, in-4.º, com gravuras. O trabalho de Simões de Castro — *A Fonte dos Amores* — preenche a secção *Historia*, abrangendo as pp. 43-66 do volume.

70) — *Guia historico do Viajante em Coimbra e arredores*, 2.ª ed. — Imprensa Académica, 1880. — Imprimiram-se apenas 15 fôlhas, ou sejam 240 pp., talvez cêrca de dois têrços do livro, ficando suspensa nessa altura a impressão; e não mais continuou. Em 1919 a *Gazeta de Coimbra*, n.º 930 (4 nov.), anunciou enconiàsticamente a próxima conclusão e publicação do interessantíssimo volume; entretanto a notícia não se confirmou, infelizmente. — (Vid. supra, n.º 8. — Cf. o que se disse no texto, a pp. 20 e ss., a propósito desta suspensão).

1881

71) — *Noticia histórica e descriptiva da Sé Velha de Coimbra* (com 1 fotografia). — Coimbra, Imprensa Académica, 1881. — 1 opúsculo de 32 pp. — (Vid. supra n.º 37, e infra n.º 98).

1883

72) — *Guia historico do Viajante no Bussaco*, 2.ª ed. — Coimbra, 1883. — 1 vol. in-8.º de 12 + 258 pp., com 4 gravuras. — (Vid. supra n.º 53, e infra n.os 79 e 87).

1884

73) — *O Collegio dos Jesuitas, a Sé Nova e o Collegio das Artes em Coimbra,* in *O Instituto,* vol. XXXII, pp. 98–113.

1885

74) — *Os Tumulos de D. Affonso Henriques e D. Sancho I.* — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885. — 1 opúsculo de 16 pp. com 1 fotografia. — (Vid. supra, n.º 31).

1887

75) — *Um livro rarissimo de um notavel litterato,* in *O Instituto,* vol. XXXV (1887–1888), pp. 89–102, e 153–162. — Notícia do poemeto — *Conimbricæ encomiũ ab Ignatio Morali editum Conimbricae — Apud Ioannem Barrerium Typographum Regium. — M.D.LIIII* — opúsculo tão raro, que dêle apenas é conhecido um único exemplar, pertencente ao próprio Simões de Castro. — É êste artigo seguido da *Bio-bibliographia de Ignacio de Moraes* por Diogo Barbosa Machado. Vem depois reeditado o opúsculo quinhentista, precedido duma zincografia reproduzindo o frontispício do precioso folheto. Abre pela carta-dedicatória, datada de Coimbra nos Idos de Setembro de 1553: — *D. Antonio fortissimi Principis D. Lodouici Portugalliæ Infantis filio Ignatius Moralis S. P. D.* etc. — Começa a seguir o poema *Conimbricæ encomium,* constando de 247 dísticos, aos quais são apostos mais 5 dísticos com o título *Idem Ignatius Moralis ad Conimbricam.* — É formosíssimo e interessantíssimo êste poemeto, em que se descreve a cidade de Coimbra do meado do século XVI, quando a Universidade, recentemente para ela transferida por D. João III, estava na pujança da sua actividade e glória. Surpreendem-se, como num instantâneo fotográfico, algumas praxes e usos académicos, dos quais se conservaram vestígios até nossos dias. Descreve-se a cidade em si, as suas igrejas, palácios, mosteiros, colégios universitários; as belezas dos arrabaldes, a amenidade do clima, a índole carinhosa e pacífica da população indígena, etc. etc. A cultura clássica do autor, o seu admirável engenho, o seu estro poético, a espontâneidade e correcção magistral com que escrevia versos admiráveis, que bem podiam ser atribuídos a Vergílio, Ovídio ou Horácio, tudo torna precioso o opúsculo, e encarece o serviço prestado por Simões de Castro, salvando-o.

76) — *Elogio de Coimbra em versos latinos, por Ignacio de Moraes, Professor na Universidade no século XVI — Segunda edição com um prólogo por Augusto Mendes Simões de Castro.* — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1887. — Aproveitou-se para esta edição tôda a composição do número precedente, constituindo um opúsculo de 24 pp. in-4.°, com uma estampa, reprodução do frontispício da 1.ª ed. — Veio a fazer-se, pouco depois, uma 3.ª edição, esta promovida e retocada pelo conhecido humanista B.el Joaquim Alves de Sousa. Saiu na publicação periódica conimbrigense *Instituições christãs*, ano VIII, 2.ª série (2.° semestre de 1890), pp. 20–22, 50–53, 83–86, 110–114, e 139–142. — É antecedida dum prefácio, firmado pelas iniciais A. S., que representam o nome do seu autor, e revisor do poemeto, que nêle corrigiu alguns evidentes êrros tipográficos da 1.ª ed., escrupulosamente conservados na 2.ª; modernizou a ortografia do texto, e acrecentou algumas cotas marginais às que já existiam. Saíu esta 3.ª ed. em separata, com o título da anterior — *Elogio de Coimbra em versos latinos por Ignacio de Moraes professor da Universidade no seculo XVI.* — Coimbra, Typografia das Instituições christãs, 1890.

1895

77) — *O Brasão de Coimbra,* in *O Instituto*, vol. XLII, pp. 597-602 (com uma gravura intercalada no texto, reproduzindo o sêlo antigo, usado pela vereação municipal de Coimbra nos séculos XIII e XIV). Deve considerar-se êste artigo como um aditamento ao atrás registado sob o n.° 20, publicado 23 anos antes. — Saíu em separata. — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895; 1 opúsculo de 8 pp. — (Vid. supra n.° 20, e infra n.° 111).

78) — *Bispos Condes — Noticia da origem do titulo de Conde de Arganil, de que usam os Bispos de Coimbra.* — Coimbra, Minerva Central, 1895. — 1 opúsculo de 8 pp. — (Cf. supra, n.os 41 e 57).

1896

79) — *Guia historico do Viajante no Bussaco,* 3.ª ed. com 8 gravuras e uma planta da mata. — Imprensa da Universidade, 1896, pp. 8+288. — (Vid. supra n.os 53 e 72, e infra n.° 87).

1901

80) — *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra.* — Principiou a ser publicado em Janeiro de 1901, em o n.º 1 do vol. I do *Archivo bibliográfico da Bibliotheca da Universidade,* continuando ininterruptamente até ao último número do vol. XIII (1913), em que finalizou esta publicação. Em 1914 principiou a sair a nova revista *Boletim bibliográfico da Biblioteca da Universidade,* prosseguindo em todos os seus números o *Catálogo dos Manuscritos,* desde o vol. I (1914) até ao vol. VII (1925), em que cessou a colaboração de Simões de Castro, que neste ano deixou de trabalhar na Biblioteca.

81) — *Advertência* àcêrca duma carta de André Falcão de Resende, publicada a seguir, in *Archivo bibliográphico da Bibliotheca da Universidade* cit., vol. I, pp. 13-16 e 27-32

82) — *Jornada da Universidade de Coimbra a Elvas em 1645.* — Elvas, Tipografia Progresso, 1901. — 1 opúsculo de 18 pp. — É o n.º XII da colecção «Correio Elvense».

83) — *Coimbra,* in *A Arte e a Natureza em Portugal,* revista ilustrada portuense, número publicado em Setembro de 1901 (vol. I).

1902

84) — *A Dama da cutilada,* in *Arch. bibl.* cit., vol. II, pp. 13-15.

1903

85) — *Convento de Santa Clara em Coimbra,* in *A Arte e a Natureza* cit., número de Maio de 1903 (vol. III).

1905

86) — *O Bussaco,* ibid., número de Maio de 1905 (vol. VI). — (Vid. supra, n.ºs 52 e 66).

1908

87) — *Guia histórico do Viajante no Bussaco,* 4.ª ed., com 12 gravuras fora do texto, 1 mapa da mata, e 1 retrato do general Wellington. — 1 vol. in-8.º de 244 pp. — Imprensa da Universidade, 1908. — (Vid. supra, n.ºs 53, 72 e 79).

1909

88) — *Advertencia e nota a um Manuscrito acêrca da Viagem da Rainha da Gram-Bretanha D. Catharina por Portugal, no seu regresso de Londres a Lisboa, em 1693*, com a publicação do próprio Ms., in *Arch. bibl.* cit., vol. IX, pp. 93-96, e 107-112.

89) — *Advertência e notas sôbre a «Primeira parte das Antiguidades da Muy nobre cidade de Lisboa, Imperio do Mundo e Princesa do Mar Oceano», de Antonio Coelho Gasco,* ibid., pp. 123-128, continuando a publicação do Ms. em os números seguintes do mesmo *Arch. bibl.*

1910

90) — *A Batalha do Bussaco, por A. M. S. de C. — Capitulo especial e outros trechos, extraídos da 4.ª edição do seu livro «Guia historico do Viajante no Bussaco», com uma estampa,* etc. — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910. — 1 opúsculo de 16 pp.

1912

91) — *A Universidade de Coimbra e o Marquês de Pombal*, in *Revista da Universidade de Coimbra,* vol. I, pp. 701-705. — Fêz-se uma separata dêste artigo, que traz a indicação da Imprensa da Universidade, 1913.

1914

92) — *Um Manuscrito interessante de D. Marcos da Cruz*, in *Boletim bibliográfico da Biblioteca da Universidade,* vol. I, pp. 28-35.

93) — *Vinda de El Rei D. João III a Coimbra no ano de 1550*, ibid., pp. 78-86, 140-147, 191-194, e 291-294. — Tirou-se separata com o título — *Notas acêrca da vinda e estada de El Rei D. João III em Coimbra no ano de 1550, e do modo como foi recebido pela Universidade.* — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

94) — *Frontispicio ornamentado de um exemplar manuscrito em pergaminho, da «Chronica de D. Afonso Henriques» de Duarte Galvão,* in *Boletim bibl.* cit., vol. I, pp. 236-241 (com 1 estampa).

95) — *Alguns apontamentos àcêrca da 2.ª edição dos «Dialogos de Vária História» de Pedro de Mariz,* ibid., pp. 347-350 (com 1 estampa).

96) — *A «Vita Christi» da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* ibid., pp. 473-481 (com 4 estampas).

1915

97) — *As Constituições do Bispado de Coimbra, publicadas em 1521 pelo Bispo Conde D. Jorge de Almeida, e notas biográficas a êle relativas,* in *Boletim bibl.* cit., principiadas no vol. II (1915), pp. 99–109, continuadas no vol. III (1916), IV (1917), e V (1920) onde concluem. — São acompanhadas de 2 fotogravuras. — Foram imimpressas em livro, aproveitando a composição do *Boletim*, com o título da 1.ª ed.: — *Costituycoões do bispado de Coimbra: feytas pollo muyto reuerendo e magnifico senhor o señor Dom Jorge Dalmeyda: Bispo de Coimbra Conde Darguanil &c.* — 2.ª ed. — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919. — [Já se havia principiado a reïmpressão dêste interessantíssimo livro, de que se conhece apenas o exemplar existente na Biblioteca da Universidade, na revista *O Instituto,* vol. XLII (1895), pp. 181–189 (com uma fototipia reproduzindo o frontispício), e pp. 240–246, 309–314, 380–388, 649–652, 722–730, e 789–797; e no vol. XLIII, pp. 84–92, 234–240, 371–391. Fêz-se separata de tôda a parte impressa].

1916

98) — *Sé Velha de Coimbra,* in *Boletim da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, e sua região,* n.º 1, pp. 2–6. — (Vid. supra, n.ºs 37 e 71).

99) — *Pórtico do Colégio de Santo Tomás em Coimbra,* ibid., n.º 2, pp. 8–9. — (Vid. supra, n.º 36).

100) — *Igreja do antigo Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra,* ibid., pp. 12–16.

101) — *A Torre da Universidade de Coimbra,* ibid., n.º 3, pp. 16–18.

1917

102) — *Alguns escritos do Cardeal D. Jorge da Costa,* in *Boletim bibl.* cit., vol. IV (1917), pp 159–168, e vol. V (1920), pp. 24–47.

1921

103) — *Elucidário do Viajante no Bussaco.* — Coimbra, Tipografia União, 1921. — 1 vol. in 8.º, 64 pp., 6 ests., e 1 mapa da mata. — (Vid. infra, n.ºs 106 e 115).

104) — *António Augusto Gonçalves*, artigo in *Homenagem a António Augusto Gonçalves — 31 de Julho de 1921.* — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923. — Compreendido êste artigo nas pp. 9-10 do vol. in-4.º.

1922

105) — *Notas àcêrca da vinda e estada de El-Rei D. Sebastião em Coimbra, no ano de 1570, e do modo como foi recebido pela Universidade*, in *Boletim bibl.* cit., vol. VI (1921), pp. 277-322. — Saíu em separata: — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922. — 1 opúsculo de 48 pp. com 1 gravura.

1923

106) — *Elucidário do Viajante no Bussaco*, 2.ª ed. — Coimbra-Editora L.da, 1923. — 1 vol. in-8.º, com ests. e 1 mapa da mata. — (Vid. supra n.º 103, e infra n.º 115).

107) — *O castelo de Coimbra e a lenda de Martim de Freitas*, in *Arquivo Coimbrão*, vol. I (1923-24), pp. 48-54.

1924

108) — *El-Rei D. Sebastião e a espada de D. Afonso Henriques*, in *Arquivo Coimbrão*, vol. cit., pp. 165-172. — Foi também publicado em separata: — Coimbra-Editora L.da, 1924. — 1 opúsculo de 10 pp.

109) — *Um retrato d'El-Rei D. Sebastião*, in *Terra portuguesa*, tôm. V, n.º 38, pp. 17-19.

1926

110) — *O mosteiro de Lorvão e as invasões francesas.* — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926. — 1 opúsculo de 8 pp. — Aproveitou-se para êle a composição dum artigo, com idêntico título, que saíu in *O Instituto*, vol. LXXIII, pp. 604-610. — (Vid. supra, n.º 3).

1927

111) — *O Brasão de Coimbra*, in *Terra portuguesa*, tôm. V, n.º 42, pp. 122-123. — (Vid. supra, n.os 20 e 77).

112) — *Aeminium*, in *Arte e Arqueologia*, vol. I, pp. 65-67, com 2 estampas. — Saíu em separata: — Coimbra, Imprensa da Univer-

sidade, 1930—1 opúsculo de 4 pp., intercalada uma folha com dupla gravura.

113) — *Brazões de Coimbra no Museu Machado de Castro,* in *Arte e Arqueologia,* vol. I, pp. 161-165.—Saíu também em separata:—Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, 8 pp., 2 folhas com gravuras.

1931

114) — *Uma visita real a Coimbra,* in *Arquivo Coimbrão,* vol. II, (1930--1931), pp. 195-197.

(Publicações saídas após o falecimento do autor)

1932

115) — *Elucidário do Viajanto no Bussaco,* 3.ª ed., com 6 estampas e 1 mapa da mata.—Famalicão, Tipografia Minerva, de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1932.—1 vol. in-8.º de 56 pp.—(Vid. supra, n.ºs 103 e 106).

1933

116) — *Um folheto muito raro,* artigo in *Boletim da Biblioteca da Universidade,* vol. X (1933), pp. 325-326.—Segue-se a reprodução do folheto, que tem por título—*Testamento / e / vltima disposiçam com que / faleceo o licenceado / Manoel / Soares de Oliveira, / natvral que foi da villa de / Pereira accessor, & auditor gèral do Governador, & / Capitão General das Ilhas Phelipinas na Cida- / de de Manilha, aonde faleceo aos 3. de / Septembro de 1675.* [Vinheta] *Foi impresso por mandado do Illvstrissimo Senhor / Dom Fr. Alvaro de Sam Boaventura, / Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Senhor de Coja, do Conselho de Sua Al- / teza, sendo Prouedor da Casa da Santa Misericordia / da Cidade de Coimbra. /*—Coimbra, Joseph Ferreyra, Impressor da Universidade, 1680.—A reprodução dêste folheto abrange no *Boletim* as pp. 327-342.

Dr. António de Vasconcelos.

A TESE DA INFANTA NAS LÍRICAS DE CAMÕES

V

REPAROS À «BROTÉRIA»

Em os números de Junho e Julho últimos da *Brotéria* publicou o Sr. Padre Domingos Maurício dois artigos, intitulados, um, *O elogio fúnebre da Infanta D. Maria e os amores de Camões,* e o outro, *A Lírica de Camões e a solução de alguns problemas na sua última edição crítica* (vol. XVI, fasc. 6, e vol. XVII, fasc. 1).

Nêles contesta S. R.ma o que tenho afirmado a respeito das pretensões amorosas do autor de *Os Lusíadas* relativamente à filha mais nova de el-rei D. Manuel I, e no segundo (pág. 63) assevera que «em tôda a *Lírica* (camoniana) não há *uma só composição amorosa,* referente a D. Maria».

Agradecidas, pela minha parte, as expressões amáveis do Sr. P.e Maurício, vejamos os embargos que tenho a opor ao conteúdo doutrinal dos dois artigos.

I

A última opinião de D. Carolina Michaëlis sôbre a paixão amorosa de Camões pela Infanta

Lê-se na *Brotéria* (1.º art.): «Sem pretendermos sumariar as possíveis relações de Camões com a Infanta, só

podemos, quando muito, subscrever as prudentes palavras de D. Carolina Michaëlis:

> É natural que nova, bela, cheia de espírito e amável, exercesse também certa sedução mundana sôbre os moços fidalgos da côrte. Um sorriso benévolo, um lampejo de luz nos olhos geralmente serenos, uma suave emoção na voz bem timbrada ao pronunciar as palavras de agradecimento, seriam, de longe em longe, a recompensa de acções nobres, feitos cavalheirescos praticados ou de versos sublimes em sua honra» (Carolina Michaëlis, *A Infanta D. Maria*, pág. 73, Pôrto, 1902)».

Mal se compreende que o articulista se esquecesse aqui das seguintes palavras da ilustre Mestra, relativas aos amores de Camões pela Infanta, publicadas vai para dez anos, no *Diário de Lisboa,* n.º 866, de 4 de Fevereiro de 1924: «E sempre apaixonado! Desde a cabeça de oiro e neve de Coimbra, pela alma gentil de Natércia, os corpos ardentes de Bárbara e Dinamene, a nobreza de D. Francisca de Aragão, e a excelsa infanta D. Maria, que platònicamente amava, mas de *profundis* adorava! constantemente amava!»

No 2.º artigo transcreve o Sr. Padre Maurício estas palavras, mas procura atenuar-lhes a importância com o seguinte comentário:

«Em rigor, pode discutir-se que a 4 de Fevereiro de 1924 (*data do citado Diário*), essa fôsse a opinião definitiva de D. Carolina Michaëlis. Foi o *Cancioneiro do P. Pedro Ribeiro* trasladado no dia 1 de Fevereiro (1)? Porque não modificou a il. Autora, nas provas da *Introdução,* revistas até 26 (2), o que já não julgava exacto, ao tempo da impressão do texto?» (2.º fasc., pág, 55, n.º 2).

Por uma razão muito simples. A grande Mestra, modêlo de saber e de probidade mental, quis deixar exarada a opi-

---

(1) No texto diz-se apenas: «Trasladado em Fevereiro de 1924».

(2) Não sei donde provém esta data.

nião, que já tivera, de que a paixão de Camões pela Infanta não passava de um romance (1) e recorreu, para isso, às datas, esperando que ninguém se quisesse enganar, com elas à vista.

Para evitar isso, foi bem clara e terminante. O volume que contém o *Índice* do *Cancioneiro* veio-lhe às mãos em 24 de Maio de 1919 e aproveitou as férias extraordinárias que então houve, para elaborar o trabalho que intitulou *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro* (2). Êste achava-se concluído em 15 de Julho de 1919 e conservou-se manuscrito, até que em Fevereiro de 1924 foi trasladado para a impressão e veio a público nesse mesmo ano de 1924. E foi de-certo para evitar equívocos que em 4 de Fevereiro dêste ano D. Carolina Michaëlis publicou no *Diário de Lisboa* a sua nova opinião sôbre os amores de Camões, divergente da que exarara 5 anos antes e ia agora ser divulgada com a respectiva ante-data (15 de Julho de 1919).

Como é que, em presença disto, se duvida que fôsse dada como definitiva a opinião expressa no *Diário de Lisboa* de 1924?

«Porque não modificou a il. Autora, nas provas da *Introdução,* revistas até 26 (de Fevereiro), o que já não julgava exacto, ao tempo da impressão do texto?» pregunta o Sr. P.e Maurício.

Porque era aquela a opinião que ela tinha em 1919. E o substituí-la por outra em 1924 mais valor dá a esta última.

Demais, a modificação que se deseja fôsse feita em 1924 no trabalho escrito em 1919 não passaria de uma falta de probidade mental, pois teria por fim dar como já professada neste ano de 1919 uma opinião que só mais tarde a tão meticulosa Mestra adoptou.

---

(1) Vid. o *Cancioneiro* citado, pág. 47, nota 1.

(2) Vid. o *Cancioneiro*, págs. 13 e 14.

Compreendo bem o desagrado que deve causar aos impugnadores da tese infantista a última opinião desta Senhora, mas contra factos não há argumentos.

II

O soneto «Que levas, cruel morte?» A quem se refere? Dúvidas sôbre quem seja o seu autor

Na 2.ª edição das *Rimas* de Camões (Lisboa, 1598), a fl. 21, v., foi publicado, sob o n.º 83, o seguinte soneto:

Que levas, cruel Morte? Hum claro dia.
A que horas o tomaste? Amanhecendo.
Entendes o que levas? Não o entendo.
Pois quem to fez levar? Quem o entendia.
Seu corpo quem o goza? A terra fria.
Como ficou sua luz? Anoitecendo.
Lusitania que diz? Fica dizendo ..
Emfim não mereci Dona Maria.
Mataste quem a viu? Ja morto estava.
Que diz o cru Amor? Falar não ousa.
E quem o fez calar? Minha vontade.
Na corte que ficou? Saudade brava.
Que ficou lá que ver? Nenhũa cousa,
Mas fica que chorar sua beldade.

Quem é a «Dona Maria» a que se refere êste soneto? Faria e Sousa diz que em um manuscrito encontrou o nome de D. Maria de Távora, filha de Luiz Álvares de Távora, mas acrescenta que é êrro, pois em outros originais se diz que é a Infanta D. Maria. E só de uma princesa, acrescenta, se podia dizer que a não merecia um reino.

Além de que, no último dos manuscritos que êste comentador achou, em vez de «Dona Maria», estava «Gran Maria».

O Sr. P.e Maurício perfilha a opinião e os argumentos de Faria e Sousa. Ouçamo-lo.

a) «O soneto é evidentemente feito à morte da Infanta».

«Evidentemente»? A Infanta nasceu em 1521 e faleceu em 1577, portanto com 56 anos. Ora esta composição ocupa-se de uma dama que a morte levou na flor da idade, quando para ela amanhecia o claro dia da vida (v. 1-2); de uma dama a respeito da qual o Amor não ousa falar, porque a morte lho impede. «Evidentemente», não se poderia dizer isto, tratando-se de uma Senhora daquela idade, que tantos anos vivera uma vida recatada, tôda entregue a obras de piedade e de beneficência; de uma Senhora que talvez morresse tuberculosa; de uma Senhora a respeito de quem Camões, ao voltar do Oriente, informa que quási era outra cousa do que dantes fôra:

> Que me quereis, perpétuas saüdades?
> Com que esperanças ainda me enganais?
> .....
> Aquilo a que já quis é tão mudado
> Que quási é outra cousa; porque os dias
> Tem o primeiro gôsto já danado
>
> *Lírica*, son. 110.

b) «Seria hipérbole exagerada a comoção da Lusitânia por morte de uma senhora, pouco mais que obscura na brilhante côrte de Lisboa». É realmente uma hipérbole exagerada, mas somos forçados a admiti-la, visto que neste soneto se não pode tratar da Infanta D. Maria (cf. a letra *a*).

Devo dizer que é êste um dos indícios (os outros logo serão apontados) que me levam hoje a supor que o soneto não é de Camões.

c) «Seria encómio pródigo apelidá-la (a D. Maria de Távora) de grã Maria. Grã Maria, cuja morte foi pranteada sentidamente em Portugal inteiro, houve só uma — a Infanta».

É verdade. Mas na 1.ª edição do soneto lê-se apenas «D. Maria». O epíteto «gran» deve ser uma daquelas faltas de probidade mental que tornaram tristemente célebre a F. e Sousa, o aliás tão erudito comentador de Camões.

A maneira como êle se exprime sôbre o assunto está a revelar o falsário: «*Dona Maria* no es poetico, aunque pudo el Poeta dezirlo, porque entonces se usaba, como por antonomasia, desta Infanta... Finalmente yo apresento esto del ultimo manuscrito... Quien no lo aprobare, ahi se tiene lo que dizen sus ediciones y guste de lo que quisiere».

d) «Aquele verso: *A que horas o tomaste? Amanhecendo,* aplica-se com tôda a propriedade à filha de D. Manuel. Devemos a Luiz Álvares esta particularidade biográfica que escapou a Fr. Miguel Pacheco e nos revela a exactidão do poeta. Diz o prègador jesuíta,... sublinhando a ocorrência da morte da Infanta ao amanhecer: «*Morreu das duas para as três horas depois da meia noite*».

Ora «das duas para as três horas» (foi isto em Março) não é ao amanhecer, é de noite, já que se apela para «tôda a propriedade» do verso.

Mas não é esta a interpretação dos dois versos por que principia o soneto. A vida da falecida senhora é comparada a um dia, que tinha começado claro, mas que acabou muito cedo, que findou quando ainda só amanhecia. «Dia» e «amanhecer», no sentido translato, como a «luz» e o «anoitecer» do verso 6.º

e) «O verso da 2.ª estrofe: «*Como ficou sua luz? Anoitecendo*, incompreensível a respeito de D. Maria de Távora, é uma elegante alusão do poeta às magníficas obras, mandadas executar pela Infanta na Igreja e Convento da Luz, em Carnide, onde jaz sepultada e ao tempo da sua morte, inacabadas».

Seria o cúmulo da adaptação!

Sem ela, é perfeitamente compreensível o verso citado.

A luz do claro dia vai-se escurecendo, pois a Morte o leva consigo.

Ver na palavra «luz» uma alusão ao convento e igreja da Luz e insinuar que o *anoitecendo* se explica pelo facto de ficarem *inacabadas* estas obras, é ultrapassar tudo o que se poderia esperar da imaginação de um intérprete.

f) «No verso: *Seu corpo quem o goza? A terra fria,* transparece, igualmente, a referência velada à virgindade da *sempre noiva,* cujos inúmeros projectos de casamento, com geral admiração, se malograram».

¿E porque não ver nestes versos uma alusão a D. Maria de Távora, que, segundo o genealogista Manso de Lima (1), morreu «sem estado», isto é, solteira?

g) «Na incisiva expressão dos tercetos seria vão descortinar qualquer sugestão erótica: há apenas o eco do mesmo dobre a finados que tem tão grande retumbância na oração fúnebre do P.e Luiz Álvares».

Palavras e mais nada, às quais basta contrapor a leitura dos dois tercetos: Quem viu aquela que a morte agora leva já estava morto de amores por ela; mas Amor agora não diz nada, porque a Morte o fêz emmudecer. Na côrte não ficou que ver, pois lhe falta a beldade que a Morte agora lhe tirou.

E tudo isto tratando-se, como já fica dito, de uma Senhora que morreu com 57 anos de idade, tôda entregue, e não apenas nos últimos anos da sua vida, a devoções e ao exercício das obras de misericórdia (2). E seria a esta Senhora que se refeririam os versos:

> Que discorra Amor? Falar não ousa.
> E quem o fêz calar?

---

(1) Ms. da Biblioteca Nacional, no cap. dos Távoras.

(2) Basta ler a oração fúnebre do P.e Álvares, publicada pelo sr. P.e Maurício.

Ao que a morte responde:

Minha vontade.

h) «Se o poeta neste soneto, e quiçá nos dois seguintes, fala com tão vivo acento de saüdade nacional, mas sem de longe deixar entrever qualquer acesso de *paixão pessoal,* como, por ex., lhe mereceu a *Alma gentil* do son. 120, qual a explicação»?

A explicação é muito simples. A *Alma gentil* era Dinamene, que êle tão apaixonadamente amou, e o *claro dia* do soneto *Que levas, cruel Morte,* era D. Maria de Távora, que nenhuma paixão amorosa consta haver inspirado a Camões.

Refere-se o soneto a uma senhora que morreu ainda nova, que, em dois manuscritos onde êle se encontra, se diz ser D. Maria de Távora, dama da rainha D. Catarina.

E desta dama nos diz um seu contemporâneo, Andrade Caminha, no epitáfio XIII (*Poesias,* ed. de 1779, pág. 269):

Quem jaz aqui? Uma grande formosura,
Com as graças de que era tôda ornada:
Honra e virtude e ser, preço e brandura,
Tudo em idade muito antecipada.
Quem tanto aqui escondeu? A morte dura,
Que desfaz, sem respeito a nada.
Onde houve tantas graças? Em Maria,
Em quem tudo isto e muito mais se via.

Muito melhor do que a Infanta, satisfaz esta dama às condições do soneto *Que levas, cruel Morte?*

Mas será realmente camoniano êste soneto, com a sua, por vezes arrevezada, ligação dos conceitos, com a tão arrojada hipérbole a respeito de Lusitânia, com o estranho epíteto «brava», junto a «saüdade»?

Ou será obra do duque de Aveiro, pois como tal é dado

no *Índice* do *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro,* coleccionado no Oriente ainda em vida do Poeta (1)?

Numa palavra: Que o soneto tem por assunto D. Maria de Távora é o que não oferece dúvida. E pode ainda contestar-se que êle pertença a Camões.

Na *Lírica* é êste soneto dado como de Camões; cumpre todavia recordar aqui o que ficou exposto a pág. XXVIII do prefácio daquela publicação: «... Embora não seja improvável, dado o estado em que (os editores) encontraram o magno problema da *Lírica,* que alguma ou algumas composições hajam ainda de ser retiradas ou tenham de vir a ser admitidas... Porém, se alguma composição entrou a mais ou vem a faltar, têm os editores a consciência segura de que a lírica de Camões não ficou por essa razão prejudicada, porque nem o que porventura faltasse poderia desfalcar o tesouro, nem o que entrou o conseguiria enriquecer».

Mas, depois de tudo isto, reparo em que o próprio sr. Padre Maurício se não decide a admitir o soneto *Que levas, cruel Morte?* como «incontestàvelmente camoniano» (2), o que não o impede de afirmar, pouco depois, que êle «é evidentemente feito à morte da Infanta» (cf. pág. 63 e 64 do 2.º fasc.).

Em que ficamos? E como é que um soneto que se não sabe com certeza se é ou não camoniano se apresenta como

---

(1) Veja-se D. Carolina Michaëlis, *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, pág. 47 e 128. Neste último lugar escreve a ilustre Senhora: «Alheio (a Camões) é provàvelmente também o soneto fúnebre em diálogo *Que levas, cruel morte? — Um claro dia*, a que já me referi, por os comentadores o haverem relacionado erròneamente com a Infanta D. Maria. Metido entre os de Camões em 1598, é dado no *Índice* (*do Canc. do Padre Pedro Ribeiro*) como do duque de Aveiro».

(2) «Sem contudo nos dicidirmos a admiti-lo como incontestàvelmente camoniano». E em nota: «(D. Carolina Michaëlis) não se decide pela sua origem».

o melhor argumento de que «em tôda a *Lírica* não há *uma só composição amorosa* referente a D. Maria?» Que tem uma uma cousa com a outra?

III

O soneto «Que poderei do mundo já querer?»

Para o Sr. Padre Maurício «em tôda a *lírica* (de Camões) não há *uma só composição amorosa,* referente a D. Maria».

Ora desde 1910 que eu aduzo como achando-se nestas condições, por exemplo, o soneto 113 da *Lírica,* a respeito do qual o articulista da *Brotéria* guarda o mais profundo e sintomático silêncio.

Leiamos êsse soneto, que na questão presente tanta importância tem;

¿Que poderei do mundo já querer,
Pois no mesmo (1) em que pus tamanho amor,
Não vi senão desgosto e desfavor
E morte, emfim, que mais não pode ser!
Pois *se* (2) não farta a vida de viver,
Pois já sei que não mata grande dor,
Se houver cousa que mágoa dê maior,
Eu a verei, que tudo posso ver.
A morte, a meu pesar, me assegurou
De quanto mal me venha (3); já perdi
O que a perder só ela (4) me ensinou.

---

(1) Isto é: naquilo mesmo. Cf., por ex., no soneto 110, o verso «Aquilo a que já quis é tão mudado».

(2) No texto: *me*. O poeta quere dizer: Pois não vem a morte. Com o *me* o sentido seria: Pois me não farto de viver.

(3) No texto: *vinha.* O contexto pede *venha.* De quanto mal me possa vir.

(4) No texto, em vez de *só ela, o mêdo.* Esta palavra deve ser uma

Na vida desamor somente vi,
Na morte a grande dor que me ficou.
Parece que para isto só nasci.

Vê-se, pelo seu conteúdo, que o soneto tem por assunto uma Senhora e foi escrito na última fase da vida do poeta, isto é, depois que voltou do Oriente (1570). E foi também nessa época que a Infanta morreu (1577).

Ora quem pode ser, senão esta, a Senhora a respeito da qual o poeta se exprime nos termos empregados no soneto?

Se há outro nome, é indispensável que êle apareça, para se avaliarem os seus direitos a excluir a filha de D. Manuel I.

E não é o espaço de tempo tamanho, tão vago, que se não possa proceder ao necessário exame.

Note-se que o inquérito tem de versar sôbre uma Senhora que tamanha influência teve na vida de Camões, de uma Senhora da parte de quem êle não viu senão desamor, de quem só recebeu desgôsto e desfavor.

Outras composições camonianas que se não podem referir senão à Infanta D. Maria, e que dou como reproduzidas aqui, encontra-as o leitor, por exemplo, na *Tese da Infanta, IV*, há pouco publicada.

IV

Os exílios do Poeta

Para o desviar de amores mal correspondidos, por parte de D. Margarida da Silva, da casa de Abrantes, a familia do jovem amigo de Camões, D. António de Noronha, mandou-o para Ceuta, de que era governador um tio. Em um

---

nota marginal, que exprimia o complemento de *perder* e que depois foi introduzida no texto, riscando-se as palavras *só ela*, isto é, *a morte* do verso 9. O poeta não diria que estava agora sob a acção do mêdo. Pelo contrário.

recontro com os mouros foi D. António morto, do que a antiga requestada se mostrou pesarosa. Dêste assunto se ocupa Camões em o son. 183:

Alma gentil, que à firme Eternidade
Subiste clara e valerosamente,
Cá durará de ti perpètuamente
A fama, a glória, o nome e a saüdade.
Não sei se é mor espanto em tal idade
Deixar de teu valor inveja à gente,
Se um peito de diamante ou de serpente
Fazeres que se mova a piedade.
Invejosas da tua acho mil sortes,
E a minha mais que tôdas invejosa,
Pois ao teu mal o meu tanto igualaste.
Oh ditoso morrer! sorte ditosa!
Pois o que não se alcança com mil mortes,
Tu com uma só morte o alcançaste!

Em que igualou D. António o seu mal ao de Camões? Em não merecer a atenção daquela por quem estava apaixonado. Mas D. António de Noronha foi mais feliz do que o poeta, pois com a sua morte fêz mover a piedade um peito de diamante. Êle Camões nem com mil mortes conseguiria o que D. António alcançou com uma só (1).

Vejamos agora como argumenta o sr. Padre Maurício: «Os desterros por uma dama não argüem, històricamente, que se trate da Infanta. Não sofreu esta sorte o amigo de Camões, D. António de Noronha, por causa de D. Margarida da Silva? E não disse o poeta, comparando o seu caso

---

(1) Note-se a expressão velada do penúltimo verso:

O que não se alcança etc.,

em vez de:

O que eu não alcanço.

No caso presente alude Camões à Infanta.

com o dêle: *Pois ao teu mal o meu tanto igualaste?...* Se simples particulares, como o pai de D. António de Noronha, podiam conseguir a remoção de amorosos para Ceuta, repugna que qualquer senhora de influência na côrte, *por si ou sua familia por ela*, agenciassem que um môço atiradiço e fragueiro fôsse removido para onde se não tornasse importuno»?

Isto lê-se e sente-se a vontade de fazer os comentários que o assunto requeria. Prefiro, porém dirigir-me ao leitor.

Não chamarei, porque não é preciso, a sua atenção para a diferença entre o caso de Camões, desterrado para Ceuta pela influência directa de uma Senhora (cf. as odes 3.ª e 4.ª, adiante citadas), e o de D. António de Noronha, mandado pela família para aquela cidade, nas condições que ficam expostas.

Também acho melhor nada dizer sôbre a interpretação das palavras *ao teu mal* etc.

É preciso não contar de mais com a inércia mental do leitor e com a paciência do antagonista.

Mas prossigamos com a história dos exílios. «Supor que a Infanta interveio — é claro, só depois de ver comprometido o seu casamento com Filipe II — na trasladação de Camões da Índia para as Molucas, parece-nos tão inadmissível como julgar que, no destêrro de Ceuta, mandou oferecer dinheiro ao poeta para que desistisse do seu intento amoroso! Mas suponhamos a verosimilhança. Tendo presente a zargunchada aos homens do govêrno na Ode XIII, não se concebe, quando mais pungente era, talvez, o destêrro das Molucas, o soneto laudatorio D. João III († 1557). Era demais para um algoz ao serviço da Infanta».

Desfiemos o que aí fica.

a) Em vez de apresentar a razão ou razões pelas quais lhe parece inadmissível a intervenção da Infanta no destêrro do poeta da Índia para as Molucas, tão inadmíssivel como

a conjectura do oferecimento de dinheiro, deduzida da *Carta de Ceuta* (*Lírica*, p. 372) — assuntos que aliás nada tem um com o outro —, o articulista limita-se a duas afirmativas, que deixa sem provas.

São, para êle, dois pontos que ficam arrumados e o segundo, como conjectura que é, sempre tirará alguma fôrça ao primeiro.

Porque é inadmissível a intervenção da Infanta no destêrro da Índia para as Molucas? ¿Quem é a Senhora da canção IX (*Com' fôrça desusada*), a quem o poeta se dirige nos termos que adiante vão expressos: «Olhai» etc? Que outra interpretação se deve dar ao *soneto sem pernas* da carta de Ceuta? É isto que seria preciso deslindar.

b) Qual é a zarguncha da aos homens do govêrno que se encontra na Ode XIII (1) ou em qualquer das outras composições poéticas desta espécie? A Ode XIII, a última da *Lírica*, começa pelo verso *Fogem as neves frias* (2) e versa o assunto indicado na estrofe 8.ª.

> ... Emfim, tudo passa;
> Não sabe o tempo ter firmeza em nada;
> E a nossa vida escassa
> Foge tão apressada
> Que, quando se começa, é acabada.

Como se vê, mal tinha cabimento qualquer zarguncha da aos políticos em uma composição que versava êste tema.

c) «Como explicar o soneto laudatório a D. João III, falecido em 1557»?

Quando chegou ao Oriente a notícia do falecimento do monarca português, já «o pensamento» do poeta se havia

---

(1) Por lapso de revisão, fácil de corrigir, a ode XIII saíu com o n.º XII, como esta com o n.º XI.

(2) Cf. Horácio, Odes, l. IV, 7.

de novo «transformado» (1), para só tornar a reviver depois que voltou para Lisboa.

E essa transformação operou-se precisamente por causa do exílio para as Molucas, que tornou possível a influência de Dinamene no coração do poeta.

Sem esta mudança, expressamente declarada, o vice-rei Conde do Redondo não dispensaria por certo a Camões a amistosa protecção de que nos ficaram tantas provas. Basta lembrar as relações de intimidade em que vivia com a Infanta a família do generoso amigo do poeta (2).

Mas era também necessário que o vice-rei estivesse precavido contra qualquer observação que de Lisboa se lhe pudesse fazer a respeito de Camões. E de aí proviria, creio eu, o soneto em louvor de D. João III.

Pôsto isto, vejamos se é «inadmissível julgar que na trasladação de Camões para as Molucas houvesse a intervenção da Infanta».

Quando Camões partiu para o Oriente, em 1533, ficava justo o casamento da Infanta D. Maria com o príncipe herdeiro do trono de Espanha.

Embora, para poder voltar de Ceuta, houvesse renunciado aos «seus altos pensamentos» (3), Camões, durante a viagem, viu-se outra vez obsediado por êles.

O propósito de esquecer o passado, com que partiu de Lisboa, foi substituído, durante a perigosa tempestade que

---

(1) Cf. o 2.º terceto do soneto 114:

> Esta foi a celeste formosura
> Da minha Circe, e o mágico veneno
> Que pôde transformar meu pensamento.

A primeira transformação deu-se em Ceuta, como fica dito.

(2) Veja-se Fr. M. Pacheco, *Vida etc.*, fl. 91. Pertenceram à Casa da Infanta a condessa e três filhas

(3) Cf., por exemplo, as redondilhas *Ó meus altos pensamentos* e *Esperanças mal tomadas*.

no Cabo assaltou a *S. Bento*, por uma viva saüdade amorosa:

... Amor ali, mostrando-se possante,
.....
Vendo a morte presente, em mim dizia:
Se alguma hora, Senhora, vos lembrasse,
Nada do que passei me lembraria.

Écloga VI (*O poeta Simonides*).

Mas o casamento da Infanta não se efectuou e Camões já estava disso informado quando partiu para o aborrecido e perigoso cruzeiro nas proximidades do Cabo de Guarda fui, ansioso por que terminasse o seu tempo de serviço militar, para poder voltar para Lisboa, só «por tornar a ver», «só por ir a servir e querer» aquela que «já vira» (1).

Mas, de regresso a Gôa e quando ia terminar o seu triénio de serviço militar, foi obrigado a partir para as Molucas, nas condições expressas nesta estrofe da Canção *Com fôrça desusada:*

E agora venho a dar
Conta do bem passado
A esta triste vida e longa ausência.
Quem pode imaginar
Que houvesse em mim pecado
Digno de uma tão grave penitência?
Olhai que é consciência,
Por tão pequeno êrro,
Senhora, tanta pena!
Não vedes que é onzena?
Mas se tão longo e mísero destêrro
Vos dá contentamento,
Nunca se acabe nêle o meu tormento.

Veja agora o leitor se «é inadmissível julgar que na tras-

(1) Canção VIII, *Junto de um sêco, duro e estéril monte.*

ladação de Camões para as Molucas houvesse a intervenção da Infanta».

Ou é outra a Senhora de quem êle se queixa? E qual é então ela? É preciso que apareça o seu nome, para que se vejam os direitos que tem a figurar neste capítulo da história amorosa do poeta.

V

Outros argumentos do articulista da «Brotéria»

a) Extracto de uma longa explanação do Sr. Padre Maurício: «Dar-nos-ão os termos *ousadia, atrevimento, perigoso pensamento,* com que o poeta classifica o seu discutido caso de amor, maior luz? Também esta fraseologia e tudo o mais que se extracta no *Prefácio* da edição crítica, para inculcar as ameaças iminentes sôbre a vida de Camões, é comum aos líricos contemporâneos, posteriores e... de todos os tempos» E cita-se Caminha, o futuro arrábido Fr. Agostinho da Cruz, António Ferreira e Bernardes.

O primeiro, por exemplo, confessa quão demasiado *alto* tem de voar para merecer a sua amada; o segundo reconhece ter pôsto o *pensamento em tamanha altura* que o perde já de vista a confiança, e culpa o Amor da sua ousadia. Ferreira também se sentiu desfalecer, quando se viu *pôsto tão alto.*

De outros lugares que poderiam ainda ser citados, transcrevo apenas êste de Caminha a Filis, isto é, a D. Francisca de Aragão:

> ... Estás tanto acima
> De quanto na terra há,
> Que teu nome à rima
> Que te cantará
> Grande estima lhe dará.
>
> *Poesias,* ed. de 1791, pág. 407.

Em resumo:

Pode Camões falar-nos quantas vezes quiser, nos seus altos pensamentos; pode lastimar a grande queda que êles deram; pode dizer-nos, por exemplo, no soneto 43:

> Se aspirais, por ousado, a tanta altura,
> Não vos espante haver ao sol chegado,
> Porque é de águia real vosso cuidado,
> Que quanto mais o sofre, mais se apura;

pode preguntar, como no soneto 46:

> ¿Onde mereci eu tal pensamento,
> Nunca de ser humano merecido?

pode fazer esta reflexão, tão cheia de desânimo e de amargura:

> Eu que espero de um ser que é mais que humano?

pode dizer tudo isto e muito mais, que não passa de um vulgar retórico, a exprimir em verso conceitos ôcos, que lhe não saem do coração, a que nada corresponde na realidade.

Tal é a situação a que se vê rebaixado um dos maiores líricos de todos os tempos, que tira precisamente a sua fôrça e o seu valor do contacto em que está com a realidade:

> ... Quando lerdes
> Num breve livro casos tão diversos,
> Verdades puras são.
>
> (Soneto 1).

Vejamos como explicar isto.

Sobressaem na lírica amorosa de Camões três vultos femininos: Isabel Tavares, D. Francisca de Aragão e a Infanta D. Maria.

Nas composições que têm por assunto as duas primeiras, evita Camões a linguagem exagerada, tão vulgar nos poetas seus contemporâneos; não há nenhuma daquelas expressões retóricas que tão longe nos levam da realidade; nada que, por exemplo, se possa comparar com o que Andrade Caminha diz a respeito de D. Francisca de Aragão. Leia-se, por ex., a apaixonada Écloga IV, em que Camões procura rehaver o amor da justamente magoada prima. Vejam-se os sonetos 126 a 129, que têm por assunto a dama predilecta da rainha D. Catarina.

A respeito da Infanta, porém, usa o Poeta da linguagem que correspondia à categoria social da Senhora a quem se referia. Que outras expressões poderia êle empregar, se realmente se tratasse da Infanta D. Maria?

Nem se diga que o verso final do soneto 96

> Eu que espero de um ser que é mais que humano,

nos reporta aos ridículos exageros de Caminha e de outros.

Para vermos que isto não é verdade, basta ler todo o soneto.

Camões menciona o exemplo de Apolo, de quem a ninfa Dafne, filha do rio Pneio, não fêz caso, e argumenta:

> Pois se um deus nunca viu nem um engano
> De quem era tão pouco em seu respeito,
> Eu que espero de um ser que é mais que humano!

Eu, pobre Camões, que espero de uma Senhora que ocupa uma posição social tão elevada e que, a meu respeito, se pode considerar mais que humana?

b) Continua o articulista: «Como é que a tradição regista os amores de João Lopes Leitão, D. Jorge da Silva, do B.to Amadeu e de Bernardim Ribeiro, e guarda o mais absoluto silêncio sôbre a obra de Camões, que, em tanta e tão importante parte, no dizer dos editores (da *Lírica*), é

inexplicável sem a chave dos amores da Infanta? Como é que o amor do Poeta, que, aliás o tornou na sua infelicidade *fábula da gente* (son. 7) e portanto foi notório, passou despercebido no registo dos contemporâneos, quer íntimos, alguns também infelizes e, segundo se supõe, em iguais condições — quer, sobretudo, émulos que não poupariam zargunchadas ao temível competidor, ousado e ridiculamente repelido?»

Depois que o futuro Filipe II enviüvou em 1545 pelo prematuro falecimento da infanta D. Maria, filha de D. João III, a tia e homónima desta, que, por influência principalmente da rainha D. Catarina, tinha visto frustrado o enlace que tanto ambicionava com o príncipe espanhol, julgou reaparecer-lhe a ocasião de realizar as suas ardentes aspirações. E neste sentido se iam encaminhando as cousas, quando no paço de Santa Clara — residência então da Infanta — foi apresentado o jovem e genial poeta, já afamado por encantadoras composições líricas.

Camões ficou fascinado pela gentileza e afabilidade da ilustre Senhora(1) e começou a maldizer da Fortuna e do Môço cego (son. 23):

Êle, que os corações obriga a tanto,
Ela, porque os estados desiguala.

---

(1) Mais tarde, mordido de ciúmes, queixava-se êle nestes termos (son. 64):

Se a ninguém tratais com desamor,
Antes a todos tendes afeição,
E se a todos mostrais um coração
Cheio de mansidão, cheio de amor,
Desde já me tratai com desfavor.
Mostrai-me um ódio esquivo, uma isenção;
Poderei acabar de crer então
Que sòmente me dais a mim favor.
Que, se tratais a todos brandamente,
Claro é que aquele é só favorecido
A quem mostrais irado o continente.
Mal poderei eu ser de vós querido,
Se tendes outro amor na alma presente,
Que amor é um, não pode ser partido.

Daqui a levantar os olhos para a ilustre Senhora a distância não era grande.

E compreende-se bem a surpresa e a irritação por que esta se sentiria dominada, logo que percebeu os intuitos do audacioso poeta. Mas era necessário, a todo o risco, evitar o escândalo, que tanto dano lhe podia causar. Tomou, porisso, a resolução de não se dar por achada..

Daí os repetidos queixumes do poeta, de que só reproduzirei estes:

MOTE

Olhos, não vos mereci
Que tenhais tal condição:
Tão liberais para o chão,
Tão irosos para mi

VOLTA

¿Baixos e honestos andais,
Por vos negardes a quem
Não quer mais que aquele bem
Que vós no chão espalhais?
Se pouco vos mereci,
Não me estimeis mais que o chão,
A quem vós o galardão
Dais e mo negais a mi.

Camões insistiu e o resultado foi ser obrigado a sair de Lisboa para o Ribatejo, onde encontrava parentes próximos.

Era preciso que o nome da Infanta não aparecesse e que nem ao menos se soubesse o verdadeiro motivo por que o poeta saiu de Lisboa. E é porisso que só mais tarde aparece a vaga tradição de uns amores no paço da Rainha, ou de uns amores no paço, que o fizeram desterrar da côrte.

Por causas que ignoramos, mas que se podem presumir,

tornou-se necessária a saída do Ribatejo e o destêrro para Ceuta. Só pelo que diz Camões é que sabemos quem foi a causadora dêle:

> Pois minha desventura
> Como já não abranda uma alma humana,
> Que é contra mim mais dura
> E ainda mais desumana
> Que o furor de Calirröe profana?
>
> Ode III.

> Triste de mim! ¿Que alcanço por queixar-me,
> Pois minhas queixas digo
> A quem já ergueu a mão para matar-me
> Como a cruel imigo?
>
> Ode IV.

Continuava o segrêdo por parte da Infanta e das pessoas com quem ela se aconselhava. Camões, convencido de que elá não desistiria do seu intento, resolveu recorrer a uma pessoa altamente colocada, naturalmente o 2.º Conde de Linhares (1), e fazendo uma declaração que equivalia ao abandono de seus «altos pensamentos», conseguiu voltar para Lisboa. Cf. o final das *Oitavas ao desconcerto do mundo.*

Não seria esta pessoa que iria revelar um segrêdo que a Infanta tanto queria se guardasse; não seria também o poeta quem viria publicar o seu desastre amoroso (2).

A situação em que se achava o poeta no Oriente, depois de não ter podido realizar o seu intuito de voltar para Lisboa,

---

(1) Deve ser o mesmo «Senhor», da elegia 5.ª, escrita também em Ceuta.

(2) Lembremo-nos da maneira como se exprimem Andrade Caminha e João Lopes Leitão: «O que todos ver tememos» e «o que mais tememos». *Tese I*, pág. 30-31.

«só por tornar a ver, por ir a servir e querer» a Infanta, esta situação, digo, patenteia-no-la bem o soneto 107:

Já foram dias em que por ventura
Vos vi, Senhora, se isto dizer posso
C'o coração seguro, sem ter mêdo;
Agora, em tanto mal não me assegura
Da própria fantasia o enojo vosso.
Eu não posso entender êste segredo!

Não seria também, na terceira fase — volta para Lisboa — que o poeta iria tornar público o segrêdo da sua paixão amorosa. Releiam-se os sonetos desta época (108 a 112), sobretudo o 112:

Na desesperação já repousava,
O peito longamente magoado,
E com seu dano eterno concertado,
Já não temia, já não desejava;
Quando uma sombra vã me assegurava
Que algum bem me podia estar guardado
Em tão formosa imagem, que o traslado
Na alma ficou, que nela se enlevava.
Que crédito que dá tão fàcilmente
O coração àquilo que deseja,
Quando lhe esquece o fero seu destino!
Ah! deixem-me enganar, que eu sou contente;
Que, pôsto-que maior meu dano seja,
Fica-me a glória já do que imagino.

Recapitulando: A paixão amorosa de Camões pela Infanta era conhecida só de pessoas que a não tornariam pública, e as poesias de Camões que dela se ocupam claramente também não passavam das mãos do seu autor ou das de pessoas de inteira confiança.

Mas o soneto 7, em que o poeta declara ter sido «fábula da gente», isto é, ter andado nas bôcas do mundo? Êste

soneto, como se sabe, é a tradução, quási sempre literal, de outro por que abrem as *Rimas* de Petrarca.

Basta confrontar os dois tercetos:

> Ma ben veggi'or sì come al popol tutto
> Favola fui gran tempo: onde sovente
> Di me medesmo meco mi vergogno.

E na versão portuguesa:

> Pois vejo que tamanho sentimento
> Só me rendeu ser fábula de gente
> (Do que comigo mesmo me envergonho).

O soneto exprime antes os sentimentos do poeta italiano que os do tradutor e data provàvelmente do tempo em que êste começou a estudar as poesias do cantor de Laura.

c) Continua o sr. Padre Maurício: «Como é que, através da *Lyrica* (de Camões), havendo tão fundas cóleras contra os contraditores da sua paixão desgraçada, não há vestígios de sobressalto e de ciúme, na iminência da Infanta ir cair nos braços dos pretendentes?»

Queira o leitor recordar êste passo da Canção *Vinde cá,* espécie de testamento amoroso do Poeta, em que só figuram, embora em planos muito diferentes, Isabel Tavares e a Infanta:

> ¿Pois quando aquele mal me atormentava,
> E aquela dor que das Tartáreas águas
> Saiu ao mundo e mais que tôdas dói,
> Que tantas vezes sói
> Duras iras tornar em brandas máguas?
> Agora, co'o furor da mágua irado,
> Querer e não querer deixar de amar;
> E mudar noutra parte, por vingança,

O desejo privado de esperança,
Que tão mal se podia já mudar?
Agora a saüdade do passado,
Tormento puro, doce e maguado,
Que converter fazia estes furores
Em maguadas lágrimas de amores?

Que desculpas comigo só buscava,
Quando o suave Amor me não sofria
Culpa na cousa amada, e tão amada!
Eram, emfim, remédios que fingia
O mêdo do tormento, que ensinava
A vida a sustentar-se de enganada.

¡E não há no poeta «vestígios de sobressalto e de ciúme»!

d) «Dado o interêsse especial que D. Maria parece ter tido por Filipe II, quer em 1543, quer em 1545, quer em 1553 e 1559, era verosímil que a princesa desse aso a qualquer veleidade do poeta ou de outro qualquer cortesão, conhecendo as boas esculcas que a Espanha, desde o tempo do astuto Carlos V, trazia nas côrtes vizinhas?»

Não, não era verosímil. E de aí o procedimento havido com o poeta e já atrás sumariado.

A Infanta não aceitou a côrte do poeta e, como isto não bastasse, fê-lo exilar primeiro para o Ribatejo e depois para Ceuta, tudo isto com as devidas cautelas e sem se divulgar o motivo. Se não fôsse o próprio poeta, em composições não destinadas ao público, pouco saberíamos dêstes exílios e nada da pessoa que os promoveu.

e) «Pelos anos de 1540 a 1546, data aproximativa em que se supõe ter irrompido a chama erótica do poeta, perpassava através do Paço uma rajada de austeridade e intenso fervor religioso, por obra e graça de S. Francisco Xavier, Simão Rodrigues e seus sucessores».

A partir de 1537, vivia a Infanta fora do palácio real, em casa própria, com um luzido séquito de dignitários e de damas (cf. Fr. Miguel Pacheco, *Vida* etc., fl. 91). Ou é também aplicável ao paço de Santa Clara o que se diz do Paço real?

f) «Porque é que se perdeu a tradição de Camões e não se perderam, ou antes, se forjaram a tradições de D. Jorge da Silva, de Bernardim Ribeiro e outros» ?

Porque a tradição de Camões não existia, para se perder. Tinha havido todo o cuidado em guardar segrêdo sôbre as suas pretensões amorosas.

Oiçamos W. Storck (*Vida de Camões*, § 146): «Pedro de Mariz alude muito vagamente a «huns amores no Paço da Rainha», por causa dos quais, homiziado ou desterrado, o Poeta embarcara para a Índia. Severim de Faria, baseando-se nos dizeres lacónicos de Mariz, afirma o mesmo, sem dar um passo mais, e explica: «parece que esta (arte da poesia) o trouxe outra vez a Lisboa, onde continuou algum tempo, até que huns amores, que, segundo dizem, tomou no paço o fizeram desterrar da côrte».

Quere dizer; os escritores mais próximos do tempo do poeta falam da sua vida amorosa como quem não percebia nada dela.

g) Mas as Líricas? «Seriam acaso desconhecidas as suas *Líricas,* quando no tempo de Soropita os Mss. já pululavam? E essas *Líricas*, de tão dramático sentido, não provocariam a curiosidade dos leitores para as decifrarem e comentarem na sua *picante* intenção?»

O que delas tirou a curiosidade dos leitores foi apenas o dislate da pobre D. Catarina de Ataíde, que tem levado tempo a ser abandonado. E tirou mais o *tolle* quási geral contra a tese da Infanta, *tolle* que não deixará de surpreender a quem de futuro estudar, sem opinião antecipada, a obra lírica de Camões.

Como conclusão diz o Sr. Padre Maurício: «Quando os elementos coevos exaltam tão uniformemente a pureza e o recato da Infanta, quando, a contrastá-los, apenas se apresentam meras coincidências ou congruências, nenhuma das quais em si ou em relação ao conjunto oferece carácter individuante, a tese da presente edição não pode ser crìticamente ponto de partida para a interpretação e organização da *Lírica* de Camões».

Paremos um pouco aqui. Que tem a tese infantista com a pureza e recato da Infanta? Não se defendeu ela, primeiro com tôda prudência, e depois com tôda a energia, de quem ousou levantar os olhos para ela? Que mais estava ela obrigada a fazer, dentro dos limites que lhe eram impostos pela sua posição social?

¿Faltam elementos «com carácter individuante»? Mas porque os eliminou o Sr. Padre Maurício? Porque guarda o mais completo silêncio, por exemplo, a respeito da chamada Canção do Guardafui e do destêrro que se lhe seguiu? E, repito, porque se esqueceu redondamente, entre outros, do soneto *Que poderei do mundo já querer?* Quem é a Senhora, mencionada neste soneto, a quem o Poeta não deveu senão desgôsto e desfavor, de quem sòmente viu desamor, e que tão desalentado o deixou com a sua morte?

Lamenta o Sr. Padre Maurício que ainda desta vez não fosse aproveitada a magnífica e rara oportunidade, oferecida pela Imprensa da Universidade, para prestar ao poeta incomparável a homenagem que a cultura da sua pátria lhe deve e que tem de ser feita em bases absolutamente diversas».

Absolutamente diversas? Enquanto o Sr. Padre Maurício não demonstrar que é infundada a tese infantista (chamemos-lhe assim); que, por exemplo, o soneto *Que poderei do mundo já querer?* e os que com êle se relacionam se não referem à Infanta D. Maria, esta continuará a ser a

chave da lírica amorosa de Camões. E tem S. R.ma muito que esperar. A tese infantista apoia-se em argumentos irrespondíveis.

Dr. José Maria Rodrigues.

Errata importante. — A pág. 416 do *Instituto*, n.º 4 do vol. 15.º, 4.ª série, eliminar o período «Agora o articulista... resposta» e bem assim as linhas 12 a 19 da mesma página. Fazer o mesmo a pág. 25 da separata *A Tese da Infanta, IV*.

A MUTUALIDADE EM PORTUGAL (1)

CAPÍTULO IX

Uma síntese numérica desoladora. Acudámos à mutualidade

Destacadas, assim, as cifras das quatro associações principais do país, podemos agora ver, excluídas elas, como se distribuem as verbas da mutualidade portuguesa, confrontando os quadros que seguem com os anteriores, onde tudo foi englobado.

Notemos, primeiro, as receitas, capital e despesas, recapitulando e desdobrando.

Receitas, mas apenas de cotas e jóias:

Acusadas na estatística para tôdas as associações.....	28.990 contos	
Abater:		
Montepio Geral.....	2.574	
Inabilidade.....	1.690	
Empregados do Comércio de Lisboa.	956	
Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa.....	598	
		5.81
Restam.....		23.172

(1) Cont. do vol. 86.º, pág. 675.

Capitação por associado, excluídos os 49.600 que pertencem às quatro referidas associações:

Na cidade de Lisboa.....	53$63
Na do Pôrto.....	31$14
No resto do país.....	49$15

Mantém-se ainda mais elevada a capitação em Lisboa, mas já com 21$40 a menos do que nos apareceu com os quatro organismos. Por aqui se vê quanto êles se distanciam das demais associações da capital, e que o primeiro se destaca bastante dos três restantes, dando, por isso, maiores pensões.

Capital social:

Total da mutualidade (contos)...	217.567

Abater:

Montepio Geral (com as reservas)	70.133	
Inabilidade.....	3.048	
Empregados do Comércio.....	1.572	
Empregados no Comércio e Indústria.....	1.024	
		75.777
Restam.....		141.790

Capitação por associado, excluídos os das quatro associações:

Na cidade de Lisboa.....	531$12
No Pôrto.....	80$65
No resto do país.....	84$66

Muito propositadamente deixamos para aqui a capitação em qualquer dos quatro organismos, para, por êste importante

factor da posição social de cada um, podermos tirar conclusões seguras no sentido de virem a ser aconselhadas medidas que não comprometam o seu futuro, pois se, de um modo geral, as cotas estão longe de corresponder à desvalorização da moeda, mais o devem sentir mutualidades que, ano a ano, vão melhorando os serviços e a assistência que prestam aos seus agremiados.

Ora a capitação associativa do capital dá-nos o seguinte:

No Montepio Geral.....	5.497$61
Na Inabilidade.....	143$11
Na Associação dos Empregados no Comércio.....	158$16
Na do Comércio e Indústria.....	155$36

Notamos, assim, que o Montepio Geral tem uma elevada capitação, devida, sobretudo, aos lucros da gerência nas várias secções de empréstimos e rendimentos, por isso ano a ano elevando bastante os fundos sociais, e regulando pelos lucros líquidos as subvenções extraordinárias, emquanto as restantes três associações apresentam uma capitação baixíssima, muito inferior à média geral de Lisboa, mesmo excluída a influência do Montepio.

Quere parecer-me, portanto, que devem os seus corpos gerentes estudar maduramente o assunto, visto ser pequeno o seu capital social, não obstante os longos anos que contam e, embora, e talvez por isso, ofereçam aos associados reais vantagens. ¿Mas poderão mantê-las com a cota actual? É prudente verificar, e prover do melhor remédio que possam encontrar.

A êste pensamento deve já ter obedecido o novo regime de pensões e cotas adoptado pela *Inabilidade,* visto ser ela também a de mais baixa capitação. E se o seguro na doença

tem para as associações as contingências de uma epidemia que pode surgir, o da velhice e da sobrevivência requerem ainda maiores cuidados, demais quando estes ramos, pode dizer-se, estão ainda em ensaios em Portugal.

Postas estas bem intencionadas considerações, vejamos agora as despesas. Consideremo-las primeiro no seu conjunto, para, depois, as desdobrarmos nas principais rubricas da sua aplicação.

Despesas globais, segundo o Anuário Estatístico, 30.924 contos.

ABATER:			
Montepio Geral:			
Pensões e subsidios pagos, excluídas as subvenções extraordinárias.....	1 4$6		
Gastos gerais.....	539	2.025	
Inabilidade:			
Pensões e subsidios pagos..	1.226		
Gastos gerais.....	322	1.548	
Empregados no Comércio:			
Subsídios pagos.....	389		
Medicamentos, pensos, enfermagem, etc.	189		
Médicos.....	210		
Gastos gerais...	243	1.031	
Empregados no Comércio e Indústria:			
Subsídios pagos.....	322		
Dispensário clínico (medicamentos, enfermagem, etc.)	80 93		
Gastos gerais.	130	625	5.229
Restam	.....	.. .. .	25.695

Podemos agora ver a capitação associativa de despesa

em Lisboa, excluídas estas quatro associações, para a compararmos com a do Pôrto e do resto do país.

Na cidade de Lisboa.....	52$06
» » do Pôrto.....	46$30
No resto do país.....	52$43

Os quatro organismos fazem baixar a capitação em Lisboa de 62$08 para 52$06, isto é, 10$00 por associado, por aqui se vendo como êles influem no mutualismo da capital.

Desdobradas nêles as despesas, como o fizemos, e sentindo que as poucas e contraditórias estatísticas oficais não tragam maior e melhor descriminação dos gastos da mutualidade, vejamos então, excluídas as quatro mais importantes associações, quanto gasta o mutualismo português em pensões e subsídios pecuniários de qualquer natureza, com médicos, com medicamentos, incluindo enfermagem e gastos correlativos no tratamento dos doentes, com administração pròpriamente dita, abrangendo também cobradores, pessoal, instalações, expediente, etc.

Segundo o *Anuário Estatístico*, os 30.924 contos trazem apenas a seguinte e singela divisão, que bem pouco nos diz.

Subídios pecuniários.....	12.429	contos
Médicos.....	2.853	»
Medicamentos.....	6.770	»
Administração (gastos gerais).	8.872	»

Tiremos as percentagens destas verbas, mas excluídas as importâncias respectivas dos aludidos quatro organismos:

Subsídios pecuniários, de qualquer natureza (pensões, funeral, desemprêgo, etc.)...	12.429	
Menos os abonos das quatro associações.	3.423	
A transportar.....		9.006 = 35,1 %

Transporte.....	.....	9 006 = 35,1 %
Medicamentos, incluindo enfermagem e gastos correlativos.....	6.770	
Menos o gasto das quatro associações...	269	6.501 = 25,3 »
Médicos.....	2.853	
Menos 303 contos das duas associações do comércio, e mais 50 do Montepio Geral e Inabilidade.....	353	2.500 = 9,9 »
Administração, (gastos gerais).....	8.872	
Menos os das quatro associações.....	1.234	7.638 = 29,7 »
Soma.....	.....	25.645 = 100,0

Tal é a verdadeira expressão dos gastos da mutualidade portuguesa, que agora melhor podemos comparar nas suas principais rubricas, que aqui aparecem muito alteradas, em relação às percentagens dêste quadro com o de páginas 650 do vol. 86.º, no qual não tinhamos ainda abatido as verbas dêstes últimos quatro organismos.

Há uma diferença, para menos, de 5 % nos subsídios pecuniários, a qual tem nêles a sua contrapartida; pelo contrário, os medicamentos, que o Montepio Geral e a Inabilidade não fornecem, e embora tenhamos nesta rubrica incluídos os gastos com a assistência medicamentosa das duas associações de comércio, sobem 3,5 % nas restantes mutualidades; os gastos com médicos, avultando sobretudo nas duas referidas associações comerciais, fazem baixar a percentagem respectiva nas restantes em 0,6 %; e os gastos gerais, incluindo cobradores, que absorvem a quási totalidade da verba respectiva, aparecem-nos aqui agravados em 2,1 %, o que se explica, pois quanto maior fôr o aglomerado social de um organismo, com o conseqüente aumento de receitas, tanto menor será nêle a percentagem das despesas de administração. Tal é o caso das quatro associações em

referência, embora nas duas primeiras nos pareçam elevadas tais despesas. Indicação é esta que aconselha, não a criação de mais associações nas áreas onde já existem, mas o robustecimento das que houver, pela fusão, pela atracção de sócios, por apreciáveis vantagens que elas ofereçam. Foi êste o batalhar de muitos anos por parte de alguns mutualistas que ao problema se dedicaram, no número dos quais enfileirei e me mantenho.

Mas outras considerações me sugere êste último quadro, agrupando agora nêle o que chamarei verbas activas, isto é, aplicadas directamente ao fim mutualista, e verbas passivas, aquelas que são um contrapêso daquelas, e que é preciso atenuar. Assim temos:

Verbas activas:

Subsídios pecuniários.....	35,1 %	
Medicamentos, e assistência médica, enfermagem, etc.....	35,2 »	
		70,3
Verbas passivas.....		29,7
		100,0

Estas são demasiadamente elevadas. A própria distribuïção das quatro associações em referência no-lo vai demonstrar.

No Montepio Geral:

Verbas activas.....	73,3 %
» passivas.....	26,7 »
	100 »

Na Inabilidade:

Verbas activas.....	70,9 %
» passivas.....	29,1
	100 »

Na dos Empregados do Comércio:

Verbas activas.....	76,4 %
» passivas.....	23,6 »
	100 »

Nos Empregados no Comércio e Indústria:

Verbas activas.....	79,2 %
» passivas.....	20,8 »
	100 »

Nenhuma delas atinge a percentagem geral de gastos gerais. Mas aparecem-nos ainda elevados os das duas pri-primeiras, aproximando-se mais do geral a Inabilidade, o que atribuo à enorme dispersão dos seus muitos associados, com a pequena capitação e pagamento dêstes. Quanto às segundas, apresentam uma cifra razoável, devido à concentração dos seus serviços clínicos nas sedes respectivas, assim economisando proporcionalmente nos gastos médicos pròpriamente ditos.

Repare-se, como no assunto insistimos, na pequenez dos subsídios pecuniários e dos gastos com medicamentos.

Mas melhor ela resulta do seguinte quadro, com a capitação associativa de cada um dos quatro organismos e dos demais de todo o país.

Coube a cada sócio:

Montepio Geral		147$70
Na Inabilidade.....		57$52
Nos Empregados no Comércio:		
Subsídios pecuniários.....	39$19	
Assistência medicamentosa e cirúrgica, incluindo enfermagem.....	19$01	
Médicos *(assistência)*.....	21$12	
		79$32

Nos Empregados no Comércio e Indústria:

Subsídios pecuniários.....	48$85	
Assistência medicamentosa e cirúrgica, com enfermagem.....	12$13	
Médicos *(assistência)*.....	14$11	75$09

Nas restantes do país:

(Excluídos os sócios e os gastos respectivos das quatro acima)		
Subsídios pecuniários.....	16$67	
Medicamentos.....	12$03	
Médicos	4$63	33$33

Aqui nos surge, bem nítida, a vantagem dos maiores aglomerados associativos, ainda que o Estado para isso deva intervir. A baixíssima capitação das restantes associações do país, no que mais interessa ao doente e ao inválido, demonstra a pouquíssima eficácia da assistência que assim prestam com semelhante pulverisação. Ela não é proporcional à capitação dos pagamentos, como atrás deixamos demonstrado.

Não se inclui médico no Montepio Geral e na Inabilidade, porque não prestam assistência clínica aos seus associados, dispendendo as importâncias que acima referimos com os médicos que têm contratados para inspeccionarem os indivíduos que nelas pretendam inscrever-se.

Mas, ainda a respeito dos subsídios pecuniários, carecemos de fazer uma reserva. Não nos diz a estatística se a verba em questão inclui as subvenções extraordinárias do Montepio Geral, na importante quantia de 8.482 contos, como

me parece que devia incluir. Sendo assim, então, acrescida de muito a capitação associativa da aludida colectividade, na rubrica respectiva, baixa a quantia misérrima a já pobríssima verba que em dinheiro foi gasta com cada sócio do país, excluídas as outras mutualidades, cujo apuramento fizemos à parte no quadro acima. Vejamos então:

Montepio Geral, pensões e subvenções extraordinárias abonadas:

$$\left(\begin{array}{l}1.486 \text{ contos} + 8.482 = \dfrac{9.968}{12.757}\\ \text{por sócios}\end{array}\right)$$

coube a cada um 731$37.

Nas demais mutualidades, excluídas as quatro referidas:

$$\left(\begin{array}{l}12.429 \text{ contos} - (9.968 + 1.226 + 389 + 322) = \dfrac{524}{540.145}\\ \text{por sócios}\end{array}\right)$$

coube a cada um $97.

Esta é que me parece ser a verdade, pois que a carestia dos medicamentos, mesmo sem as especialidades, tão raramente abonadas nas associações, o que muito dificulta a terapêutica moderna, abatendo mesmo o moral dos doentes, que nelas ouvem falar; o maior custo da assistência médica; e as maiores despesas com a cobrança e outros gastos gerais, não deixam às mutualidades margem alguma para subsídios pecuniários na doença, porque a pequenez da cota o não permite. Conheço muitos associados, e na minha casa isso acontece, que não vão receber o misérrimo subsídio.

Fechemos agora, em quadros sintéticos, o estudo numé-

rico e proporcional de tôda a mutualidade, corrigidos os números globais com a separação que neles fizemos dos quatro organismos atrás referidos:

	Número de sócios	% do total	Capital (contos)	% do total	Receitas totais de cotas e jóias (contos)	% do total	Despesas totais	% do total
As quatro associações	49.600	8,4	75.777	34,8	5.818	20,0	5.229	16,9
Resto do distrito de Lisboa	224.483	38,0	115.204	52,9	12.367	42,6	11.602	37,4
Distrito do Pôrto....	215.928	36,6	12.774	5,8	5.171	17,8	8.358	27,0
Resto do país.....	99.734	17,0	13.812	6,5	5.834	19,6	5.735	18,7
Total	589.745	100	217.567	100	28.980	100	30.924	100

Embora avultada a percentagem de sócios apenas em quatro organismos, têm êles 34,8 % de todo o capital mutualista. Aparecem-nos a seguir as restantes 212 associações do distrito de Lisboa, proporcionalmente com menor número de sócios do que as 152 do distrito do Pôrto, mas sobrelevando muito estas na proporção do capital, pois que, para 38 % de associados, contam 52,9 % dos fundos totais da mutualidade, correspondendo ao distrito do Pôrto apenas 5,8 % do capital para 36,6 % de tôda a massa associada. E se é certo que as restantes 159 associações do país têm menos de metade da percentagem associada do Pôrto, o que é lamentável, quer quanto ao seu número, não cabendo uma a cada concelho, quer quanto à fraca densidade associativa que apresentam, a verdade é que estão acima da capital do norte em fundos sociais, em cifras absolutas e relativas.

Mais concludente é ainda a coluna das receitas e da percentagem respectiva, considerada apenas a importância de jóias e cotas, dizendo muito mais a favor das quatro asso-

ciações, seguindo-se o distrito de Lisboa e mantendo o Pôrto a inferior posição relativa às demais restantes do país.

Quanto a despesas, são elas a resultante proporcional das colunas anteriores, bastando atentar nas cifras absolutas e relativas para compreendermos quanto importa corrigi-las, tanto na redução dos gastos gerais como promovendo-se a maior coesão associativa nos organismos existentes. São tanto maiores quanto menores são o capital e a cobrança.

Prestamos à mutualidade portuense o preito da nossa homenagem mais sincera. Que a população da laboriosa cidade e seu distrito é sociável, pratica a cooperação e a previdência, fica bem demonstrado nos vários quadros dêste livro, pois, sobretudo na capital nortenha, a percentagem associada dos seus habitantes é superior à da cidade de Lisboa. Conta o Pôrto iniciativas dignas de louvor e mesmo de imitação, com as suas ligas de farmácia, as suas caixas económicas populares e as suas cooperativas em maior número e eficiência do que em Lisboa, que não tem agora sequer uma farmácia mutualista. Dizendo que a sua capitação de capital e de receitas é baixa, o que, aliás, se infere dos quadros que aqui ficam, baseados em números que oficialmente o Estado a todos oferece, não apouco a mutualidade do norte, antes aponto um mal que ela há-de remediar. Outro não é o meu desejo.

Sei, de resto, que o mutualismo do Pôrto possui características muito suas, dentro das quais procura evoluir e ser útil ao maior número possível de pobres que acolhe. Isto o honra. Depois, não esqueçamos que a massa do funcionalismo público civil e militar, que muito contribui para a mutualidade, está mais concentrada em Lisboa, melhor do que nenhuma outra podendo esta classe trabalhadora — que também o é — contribuir para o robustecimento dos seus organismos, seguindo-se-lhe na mesma orientação os empre-

gados no comércio e na indústria, também mais numerosos nesta do que naquela cidade. Isto fica ainda demonstrado no estudo que fizemos das quatro associações em que tais classes predominam.

Desejaríamos dedicar um capítulo às principais mutualidades do Pôrto, mas não possuíamos relatórios delas que nos habilitem a escrevê-lo. De algumas sei que, tal como em Lisboa, favorável e sensìvelmente influencionam o mutualismo portuense, resultando mais fracas, como na capital do país também acontece, as associações em que, pela pequena cota e correlativos menores benefícios, são obrigadas a inscrever-se as classes mais laboriosas e humildes, aquelas, precisamente, que, pela sua numerosa prole, ásperas contingências do trabalho manual, deficiência de alimentação, do vestuário e da habitação, mais precisam de se apoiar em organismos que as assistam nas freqüentes doenças, no desemprêgo e na velhice que as espera com seu horror de misérias.

Tais devem ser os objectivos sociais do nosso mutualismo, quando êle entrar no domínio de um serviço público. Como, pertence aos estadistas.

Demos agora, por cidades e por distritos, o número de associações, quantos sócios cabem a cada uma, a percentagem dos habitantes associados e a capitação associativa do capital, dispensando-nos da capitação de receitas e despesas, já destacadas nas três divisões que temos feito da nossa mutualidade, e porque basta mencionar o fundo social e o número de sócios para se ajuïzar da eficiência que tal assistência pode ter, aliás já demonstrado em Lisboa, Pôrto e no resto do país, por numerosos quadros anteriores.

Ponhamo-los pela ordem decrescente da massa associada:

	Número de sócios	Percentagem dos habitantes associados	Número de associações	Número de sócios por associação	Capital por associação	Capital por sócio
Cidade de Lisboa	265.942	44,7	196	1.357	190.680.815$00	717$00
» do Pôrto	131.776	56,5	87	1.514	10 628.086$00	80$65
Distrito de Lisboa	274.083	30,5	216	1.268	190.981.635$00	696$80
» do Pôrto	215.928	27,1	152	1.420	12.773.878$00	59$15
» de Setúbal	13.895	6,0	17	817	726.988$00	52$32
» » Braga	11.991	3,0	14	854	364.735$00	30$40
» » Faro	10.848	3,8	18	602	1.133.022$00	104$44
» » Aveiro	10.450	2,8	10	1 045	170.872$00	16$35
» » Santarém	7.917	2,1	17	465	405.803$00	51$25
» » Évora	7.616	4,2	10	761	207.947$00	27$30
» » Funchal	7.032	3,3	8	879	3.343 608$00	475$48
» » Ponta Delgada	4.544	3,4	3	1.514	1.511.686$00	332$67
» » Coimbra	4.273	1,2	12	356	266.309$00	62$32
» » Beja	4.063	1,7	9	451	283 530$00	69$78
» » Castelo Branco	3.955	1,5	3	1.318	204 598$00	51$73
» » Vizeu	2.673	0,6	8	334	122.324$00	45$76
» » Viana do Castelo	2.402	1,0	8	300	312.731$00	130$19
» » Portalegre	2.323	1,4	8	290	168.589$00	72$75
» » Angra do Heroïsmo	2.176	3,1	2	1.088	4.307.208$00	1.979$41
» » Leiria	1.738	0,5	5	347	30.887$00	17$77
» » Guarda	1.083	0,4	3	361	172.920$00	159$66
» » Bragança	607	0,3	2	303	137.684$00	226$82
» » Vila Real	148	0,06	1	148	40.233$00	271$84
» » Horta	–	–	1	–	–	–

Antes de analisarmos êste quadro, diremos que, para encontrarmos a percentagem da população associada do país, nos seus distritos, nos servimos do censo da população referido a 31 de Dezembro de 1930, último feito, lamentando que não esteja ainda publicado para, da divisão profissional do povo português, tirarmos elementos que aqui deviam figurar.

A estatística de onde tirei estes números diz que não foram recebidos quaisquer dados do distrito da Horta, mencionando apenas uma associação que do quadro consta. Suponho, porém, que nem ela já existe, o que faz pena, visto as ilhas adjacentes estarem relativamente bem representadas, e a população operária da ilha do Faial praticar o associativismo, como o demonstra uma boa cooperativa que ali vai prosperando, e tendo sido a associação uma tentativa interessante.

Esclarecemos ainda que, na cidade de Lisboa, excluídas as quatro principais associações, ficam 1074 sócios por cada uma das 192 restantes, com o capital de 531$12 por sócio. Quanto ao seu distrito, feita igual exclusão, encontramos 1058 agremiados por cada uma das 212 restantes, ficando cada sócio com o capital de 513$19. É escusado dizer que a cidade influi grandemente o resto do distrito, pois em volta de Lisboa as mutualidades são pequenas.

Analisemos agora o quadro. Sintetisa êle, confirmando-os, os números que atrás ficam dispersos, e reflete fielmente a pobreza do nosso associativismo. Olhando-se para a capitação associativa do capital das mutualidades ficamos confrangidos. Ainda que muitas delas, por disposição dos seus estatutos e pela pequeníssima cota, se limitam ao simples funeral do sócio falecido ou a qualquer das modalidades da doença, isto é, só médico, só medicamentos ou apenas um parquíssimo abono pecuniário, durante curtos períodos de temporária incapacidade, sustado o abono dêles, nem mesmo

assim conseguirão agüentar-se, quando de todo esgotarem o reduzido capital de que dispõem, na progressiva evolução em que o vão gastando, como atrás ficou demonstrado e pelos motivos mais de uma vez apontados. Ninguém pode tirar conclusões diferentes destas, fixando-se detidamente nas cifras em que procurei melhor focar tôda a nossa mutualidade.

Para elas chamo a atenção das colectividades, dos seus dirigentes ou inspiradores, das entidades oficiais que têm de olhar de vez um problema desta magnitude, e de quantos pelo mutualismo devem interessar-se, não dizendo-lhe bonitas palavras mas fazendo que êle se fortifique e progrida. Infelizmente bem poucos assim o compreendem e praticam. Daí, a decadência que a mim próprio surpreende, embora há bons quinze anos, nas ocasiões que se me proporcionaram, procurasse contrariá-la. Só assim se deve ser mutualista.

A percentagem associada do país é confrangedora, mesmo que boa quizéssemos considerar a de Lisboa e Pôrto, onde, repetimos, abundam pessoas filiadas em mais de uma associação, o que faz baixar o índice respectivo.

Nalguns países da Europa Central, e sobretudo nos nórdicos, chega a encontrar-se oito e nove décimos da população inscrita nos organismos de previdência, ou nos sindicatos profissionais que destinam a maior parte das suas receitas a subvencionar os filiados na doença e no desemprêgo, afora avultadas somas gastas na acção político-social, na propaganda, nos seus jornais, aquisição de bibliotecas, assinatura de revistas, criação de escolas, etc.

Não esqueçamos que as irrisórias cifras da coluna respectiva são ainda devidas quási apenas às capitais dos distritos, visto na quási totalidade dos restantes concelhos não haver uma única associação. Num inquérito mutualista a fazer, mas como deve realizar-se, é preciso não esquecer êste

apuramento, que deve constar das futuras estatísticas periódicas.

Pelo que respeita ao número de sócios, basta dizer que, tendo a menos numerosa das quatro associações de Lisboa 6591, sem poder ainda proporcionar-lhes o que a mutualidade deve conceder-lhes, ¿o que farão tôdas as outras que nem sequer contam mil associados? Tudo que não seja daqui para cima, é tentativa louvável, digna de estímulo e de auxílio, mas sem possibilidades materiais de exercer o mínimo de precisa cooperação.

A coluna do capital por sócio, é a que melhor nos elucida. Acima de tôdas as associações portuguesas e logo a seguir ao *Montepio Geral*, aparece-nos Angra do Heroísmo, onde existe uma associação que tira apreciáveis vantagens da sua caixa económica, cujos lucros anuais sobem a centenas de contos. Aqui está um nobre exemplo a seguir.

Abaixo de Lisboa, sem as suas principais quatro associações, aparece-nos o Funchal, e logo a seguir Ponta Delgada.

Três distritos insulares que tendo, embora, mais baixa densidade associada do que Setúbal, Évora e Faro, que lhe ficam acima, excluídos os maiores centros do país, dispõem de um capital superior a tôdas as restantes, excepção feita de Lisboa.

Apenas mais cinco distritos contam o pequeníssimo capital que vai de 104 a 271 escudos por sócio.

Não é conhecida a percentagem da morbilidade geral do país, quanto mais a das classes que oferecem o maior contingente dos hospitais, por doenças umas vezes adquiridas no trabalho, e outras, a maior parte, pelo pauperismo orgânico da massa trabalhadora, mal alimentada, peor agasalhada e vivendo promiscuamente em casas sem luz nem a cubagem de ar bastante, o que mais ainda a predispõe para

a fraca resistência que oferece às nossas endemias griposas e às péssimas condições do trabalho em tantas oficinas e mesmo fábricas, não obstante a legislação protectora que temos a partir sobretudo de 1891, nem sempre fiscalizada na sua aplicação, como seria preciso e conveniente.

Sem tal conhecimento, quanto se diga da capacidade das associações para períodos normais é arriscado. Mas a progressiva redução do seu capital, a insuficiência da assistência medicamentosa, o irrisório dos abonos pecuniários, tudo isto estudado e demonstrado numèricamente nos quadros anteriores, dizem-nos que, mesmo com tão lamentáveis deficiências, se não acudirmos ao mutualismo, em poucos anos terá completamente desaparecido entre nós.

¿Que assistência pode dar uma associação cujo capital por sócio chega a ser de 16, de 30, de 50 e mesmo de 100 escudos?

Ponderem tudo isto os sinceros mutualistas que, com verdade, nobreza e apostolado, queiram servir uma das belas modalidades da solidariedade humana, filha das mais nobres concepções geradas no romantismo social que nos deixou o século passado.

Robusteçamos o mutualismo, a cooperação, o associativismo, no que êle tenha de generoso e pacífico, humano e progressivo, assim cada um de nós contribuindo, pela melhoria material do operariado, para lhe elevar a mentalidade, para o colocar no quadro colectivo em que tem uma alta função económica a desempenhar, no equilíbrio que a Democracia procura entre o capital e o trabalho. Sem êle, o património colossal de tantos séculos de lutas e de sofrimentos, para as conquistas da civilisação, para a paz social, ruïrá estrondosamente, gerando novos senhores e novos escravos.

Mas robusteçamos a mutualidade, acompanhando-a a par e passo pela propaganda, sòlidamente baseada, pelo exemplo, pelo auxílio e pelo estímulo de quantos podem e devem

fazê-lo. Não deixemos caminhar ás cegas, ao tatear do acaso, na improvisação simplista, embora generosa e louvável, uma instituïção que temos de enquadrar nas soluções positivas das reformas sociais a operar.

Propaganda. Muita propaganda nos centros mais carecidos de amparo e de assistência, que devemos fazer que seja mútua, compatível, moral, social e econòmicamente, com a época que vivemos. Mas propaganda deduzida dos factos e das possibilidades, esclarecida à luz da razão e do estudo do mutualismo.

Qualquer que seja a forma que êle tome, livre ou obrigatória, na doença ou na invalidez, no desemprêgo ou na sobrevivência, ás cegas é que não podemos continuar.

Sobretudo, que o impulsionem, estimulem e auxiliem o Estado, o patronato e as classes possidentes, dever que a estas mais cumpre, no próprio interêsse da sua existência. A miséria dos salários actuais, mais causa do que efeito da crise económica, pela menor capacidade de compra do consumidor, não permite à maioria dos trabalhadores avantajar-se muito mais na previdência.

Se muitos soubessem o heróico esfôrço, a dorida abnegação com que tantos chefes de família tiram da magra féria ou do pequeno ordenado a cota semanal ou mensal, que entregam à sua associação, desfalcando as verbas mais imperiosas do pobre lar, para atenuarem, na doença, os sofrimentos morais da espôsa e dos filhos, ou para constituírem um pequeno pecúlio que sirva ao menos para os primeiros crepes do coração, quando a morte põe têrmo ao fardo do seu viver, outra, muito outra seria a humanidade.

¿Que interessante não resultaria vermos as classes abastadas inscreverem-se nestas beneméritas instituïções populares, dando a sua solidariedade material e moral aos que sofrem e para elas e com elas colaboram na formação da riqueza colectiva?

¿Não precisam dos poucos benefícios que elas podem prestar? Tanto melhor. Lá ficaria a cota, que poderia ser um pouco mais avultada, a engrossar o fundo social, a proporcionar à associação maiores possibilidades de desempenhar a generosa função para que foi criada.

Aqui está uma forma de assistência que não envergonharia quem a recebesse, nem orgulharia quem a desse, no sentido lamentàvelmente orgulhoso com que tantos julgam cumprir a sua função social, depondo na mão do pedinte, às vezes chegado à última degradação moral a que a miséria e o vício arrastam, a moeda arrogante da sua grandeza material.

Alguns o fazem por êsse país fora, inscrevendo-se muito louvàvelmente como sócios protectores ou beneméritos de instituïções de previdência e de assistência. É preciso que muitos mais lhes sigam o exemplo, desde que o não pratiquem apenas por exibicionismo da sua riqueza — o que se tornaria indigno.

Isto, emquanto o Estado não encarar êste e outros aspectos sociais que cumpre ir pondo em equação. Porque então pelos próprios recursos, pela cota justa e possível dos interessados, e pela contribuïção de quantos podem e devem dá-la, a assistência pública e mesmo privada, que agora supre, em parte mínima, as deficiências da previdência, entrará no domínio desta, o que, sendo um caso de simples transferências de verbas, noutro virá a ser a mútua cooperação a favor dos mais carecidos, como agregados na comunidade portuguesa.

Creio que tudo isto pode e deve fazer-se dentro da actual organização da sociedade. Não o pensam assim apaixonados e sinceros idealistas de uma estruturação social futura? Não serei eu quem os contrarie. Não é preciso ser-se muito lido em história, para convirmos na incessante evolução dos tempos, umas vezes em ritmo harmónico e com

uma curva pouco sinuosa, outras vezes mais aceleradamente ou por uma linha muito zigzagueante, conforme os colapsos sofridos e as resistências, nem sempre aceitáveis e prudentes que ao progresso opõem determinadas camadas sociais.

Mas as conquistas morais são mais difíceis de alcançar, e apresentam na história uma evolução muito mais demorada, e às vezes mesmo com longuíssimos períodos de declínio. ¿Quem nos diz que não está o mundo num dêsses períodos? Por mim acredito-o, embora reconhecendo a existência de uma pequena pléiade de lutadores que se batem para que não se percam as conquistas civilizadoras do Universo.

Também acredito, no entanto, em que está ainda muito distante, mesmo na vida dos povos, a sociedade sonhada por tais idealistas. Os próprios exemplos do presente isso nos dizem. A uma *élite* sobrepõe-se outra *élite*. Já isto aconteceu com a queda do feudalismo. Sucedeu um pouco na Revolução Francesa. Porque não há-de o fenómeno repetir-se, existindo ainda tão desiguais e profundas condições sociais de mentalidade, de acção e de reacção, avultando entre elas as diferenciações económicas que condicionam aquelas? Metamo-nos, pois, no quadro nacional, primeiro; no quadro contemporâneo, depois; e, na progressiva evolução de tôdas as fôrças morais e materiais do país, procuremos dentro dêle viver nas melhores condições possíveis.

Para isso se fêz a República. Que ela corresponda inteiramente às aspirações da alma nacional, nas reformas mentais, morais e materiais a operar — instrução, educação, economia, trabalho e riqueza que por todos se distribua, na cota parte devida ao esfôrço colectivo, e de modo a assegurar o bem estar de quantos dêle carecem.

Uma das formas e instrumentos para o conseguir, deve

ser o associativismo, nas modalidades evolutiva, pacífica e construtiva que êle comporta.

A mutualidade é uma delas. Se não poder prosperar livremente, e isso seria o ideal, que exista obrigatória. Mas que exista.

(Continua)

DOMINGOS DA CRUZ.

AS TRÊS CONFERÊNCIAS AFRICANAS (1)

IV

AS CONVENÇÕES DE SAINT-GERMAIN-EN-LAYE

A queda de Andrade Corvo, em 1879, modificou a orientação política em África. A íntima cooperação com a Inglaterra, iniciada por êsse homem de Estado, foi de facto repudiada pelos ministros que lhe sucederam. As apreciáveis vantagens da arbitragem de Lourenço Marques, o Tratado da Índia, o chamado Tratado de Lourenço Marques tudo era apoucado como se se tratasse de uma traição à pátria. A Grã-Bretanha era representada como inimiga ou como desleal. Esquecia-se a maneira como se tinha pronunciado em 1873, quando Portugal estava ameaçado na sua soberania; esquecia-se a forma como tinha procedido em África, em momentos tão difíceis; esquecia-se a correcção das negociações para o Tratado da Índia. Na onda de falsa indignação, suscitada por campanhas de política interna, quiseram os governantes imprimir à política externa portuguesa um novo rumo. Pensaram que tinham pontos de apoio na Europa e fora dela e que a secular aliança inglêsa não convinha aos interêsses da nação. Pareciam ignorar os resultados dessa cooperação política entre os dois países e ainda mais pareciam desconhecer os entendimentos entre as chancelarias e a aproximação anglo-alemã. Não viam ou não

---

(1) Cont. do vol. 86.º, pág. 478.

queriam ver o conflito inevitável de interêsses no Transvaal e cortejavam os bœrs, deixando a impressão em Inglaterra de que Portugal possìvelmente podia inclinar-se para aquele lado. A rescisão do caminho de ferro de Lourenço Marques e as concessões feitas ao Presidente Krueger, logo em seguida, causaram em Londres sérias desconfianças, sôbre a lealdade dos motivos alegados para justificar a medida violenta tomada contra os interêsses inglêses em Lourenço Marques. A atitude na Zambézia e no Niassa, a intransigência, talvez pueril, de certos estadistas portugueses, perante as razões de Estado, que lhe eram apresentadas pelo Govêrno Inglês, revelavam quanto a era de cooperação em África estava distante.

Mas *Quos Jupiter perdit vult primo dementat* e portanto era fatal a precipitação para o abismo. Não havia capitais nacionais, que bastassem para a valorização dos vastos terrenos, que possuíamos, e não nos apercebíamos de que não era possível deixarmos de acompanhar a expansão de riqueza e a necessidade de assegurar posições, que se notava na vizinhança e em territórios dependentes dos nossos portos, quere para a sua defesa, quere para o seu desenvolvimento económico. Não havia um plano de política externa. Havia tentativas isoladas de aproximação com uns e com outros, sem nexo. O afastamento ou arrefecimento com a Inglaterra, que se verifica a partir da não ratificação do tratado de 1879, acentuou-se em 1890. O bom senso e, sobretudo, o senso das proporções tinha-se varrido do cérebro dos governantes. Perdeu-se Kionga e o aviso não pareceu ainda convincente. O conhecimento, que se teve do tratado secreto anglo-alemão de 1898, não sobressaltou senão alguns dos poucos iniciados na política internacional. A guerra anglo-bœr veio novamente pôr à prova a aliança inglêsa. Lourenço Marques era um perigo para a Inglaterra, se não estivesse na posse de um aliado. A atitude da Alemanha

para com o Transvaal inquietava Londres. As tendências da França também não pareciam favoráveis à Inglaterra e a sua posição em Madagascar podia tornar-se perigosa, caso Lourenço Marques não estivesse garantido. Infere-se dos documentos oficiais inglêses, sôbre a guerra, que foram estas, entre outras considerações, que levaram o Govêrno Inglês a renovar a garantia da integridade das colónias portuguesas em 1899. A guerra anglo-bœr passou-se sem que Moçambique tivesse sofrido qualquer ataque à sua integridade. De 1900 por diante modificou-se a situação. Restabeleceu-se a confiança na Inglaterra e não faltaram ocasiões dela afirmar a sua leal compreensão das garantias que os tratados conferem a Portugal.

As campanhas contra a escravatura nas colónias portuguesas, as relações franco-alemãs (tratado de 4 de Novembro de 1911) a renovação do acôrdo secreto entre a Alemanha e a Inglaterra, a relativa paralisação económica do Ultramar Português, dependente no seu desenvolvimento de capitais quási exclusivamente estrangeiros, as mudanças políticas em Portugal e a agitação que as acompanhou, contribuíam para uma grande incerteza nas relações internacionais, nas vésperas da Grande Guerra.

A participação de Portugal na Guerra aproximou-nos da Inglaterra e da França. O Tratado de Paz respeitou inteiramente os nossos domínios. Mas constata-se uma mudança no xadrez internacional. Surgem como Estados independentes os Domínios Inglêses, sôbre os quais a Inglaterra não exerce soberania, mas sim influência, o que é diferente.

A Alemanha foi eliminada da África pelo Tratado de Versailles de 28 de Junho de 1919. Renunciou a todos os direitos que tinha naquele continente. Consideraram-se terminadas as obrigações resultantes das Conferências de Berlim e de Bruxelas. Contudo era necessário tomar providências no mesmo sentido, embora com espírito diverso. Assim

nasceram as três convenções de Saint-Germain-en-Laye, datadas de 10 de Setembro de 1919, que tratam em separado dos vários assuntos que fazem objecto dos Actos de Berlim e de Bruxelas. Uma é a revisão do Acto de Berlim, a outra diz respeito a bebidas alcoólicas, e outra ao comércio de pólvora e armas.

A Convenção, onde se revê o Acto de Berlim e de Bruxelas, consta de 15 artigos. Estabelece o novo direito público da África Central. Os Estados «desejosos de assegurar por medidas adequadas às exigências modernas a aplicação de princípios gerais de civilização consagrados pelos Actos Gerais de Berlim e de Bruxelas» formularam uma doutrina menos coerente e reservaram-se muito mais direitos.

No artigo I dessa convenção estipula-se a completa «igualdade» comercial nos territórios delimitados no artigo I de Berlim, com a reserva contida no final dêsse artigo, em harmonia com o «anexo junto». A liberdade de Berlim passou a ser igualdade em Saint-Germain. Como anexo vem transcrito o artigo I do Acto Geral de Berlim, estabelecendo a completa liberdade comercial dentro da Bacia Convencional que delimita. Nos limites não se introduziram alterações. A incongruência de reproduzir um artigo que estabelece a absoluta liberdade de comércio como anexo a um que estipula a *igualdade,* é digna de nota. O artigo II, pela forma como se encontra intercalado, deixa a dúvida se é a continuação do Anexo ou se é a seqüência do texto. Consigna-se aí o livre acesso ao interior, como em Berlim, e proïbe-se qualquer tratamento diferencial. É um resumo incompleto da doutrina dos artigos II e III de Berlim. Acrescenta, porém, que os estados têm liberdade de fixar como entenderem as pautas aduaneiras e as regras de navegação aplicáveis nos seus territórios, desde que não haja diferenças de tratamento.

A isenção de direitos de importação que se tinha convencionado em Berlim durante 20 anos, já em Bruxelas tinha sofrido uma modificação, pois aí ficou estabelecido que os Estados pudessem cobrar um direito não superior a 10% *ad valorem* e convencionou-se o regime pautal do Congo (França, Portugal e o Estado Independente). Mas em Saint-Germain cada Estado retomou a sua independência aduaneira, apenas com a restrição de não estabelecer diferenças de tratamento, entre «os súbditos dos signatários e dos Estados membros da Sociedade das Nações». Em Berlim o princípio era absoluto. Abrangia tôdas as nacionalidades e tôdas as bandeiras.

Pelo artigo III que é inspirado no artigo V de Berlim, os subditos dos Estados Signatários e dos Membros da Sociedade das Nações gozam para a protecção das suas pessoas e bens como para a aquisição dêstes e para o exercício de profissões, do mesmo tratamento e dos mesmos direitos dos nacionais, salvas as restrições necessárias para a manutenção da segurança e ordem públicas.

Em Berlim todos os estrangeiros eram tratados como nacionais. Os limites não definidos de segurança e ordem públicas dão margem a tôdas as conjecturas.

Pelo artigo IV os Estados reservam-se o direito de fazer concessões para a exploração das riquezas naturais do território; mas obrigam-se a não estabelecer tratamentos diferenciais entre os súbditos dos signatários ou dos membros da Sociedade das Nações que adiram.

É uma modalidade da doutrina da primeira parte do artigo V de Berlim, que proïbia os monopólios e privilégios em matéria comercial. As numerosas questões jurídicas que se suscitaram no Congo Belga, a propósito de monopólios e privilégios comerciais, levaram os Estados em Saint-Germain a afirmarem que tinham o direito de dispor como entendessem dos terrenos e riquezas naturais, desde que não

fizessem diferenças de tratamento nos regulamentos que promulgassem. Pode inferir-se que se as diferenças não forem consignadas nos regulamentos podem ser consentidas; pois que cada um dispõe como entende do que lhe pertence.

O artigo VI refere-se à navegação do Niger e seus afluentes, lagos e rios mencionados no artigo I. Proclama a inteira liberdade de navegação para os navios que transportem mercadorias e viajantes.

Os navios das Potências signatárias ou que façam parte da Sociedade das Nações e adiram à Convenção serão tratados igualmente.

Na primeira parte do artigo estipula-se a inteira liberdade de navegação, emquanto na última se reserva a igualdade de tratamento para os navios das Potências signatárias ou que façam parte da Sociedade das Nações e tenham aderido.

Em Berlim havia liberdade de navegação para todos, sem distinção. Neste artigo não se menciona o Zaire, mas sim o Niger que atravessa territórios de duas Potências sòmente, enquanto o Zaire atravessa vários países. O Zaire presume-se que fica nas condições do Niger. Comtudo, embora seja o rio mais importante da África Central não é mencionado na Convenção. Não se refere êste artigo nem à neutralidade nem às garantias durante a guerra. A experiência recente tinha demonstrado à evidência a inutilidade dêsse princípio.

O artigo VII esclarece que a navegação como tal não fica sujeita a estorvos, taxas, escalas forçadas ou outras condições onerosas e nenhum diferencial será permitido. Ficam sob o mesmo regime os canais, as estradas, os lagos e afluentes dos rios. Os impostos devem ser sòmente os necessários para a manutenção dos serviços e as taxas deverão ser iguais para as Potências signatárias e para os Estados membros da Sociedade das Nações que adiram.

Em Berlim não havia restrição alguma de nacionalidade.

Os Estados, no artigo VIII, reservaram-se o direito de fazer regulamentos úteis para a segurança e fiscalização da navegação, desde que tendam a facilitar a circulação de navios de comércio. Não se faz distinção de nacionalidade, nem de signatários e não signatários. Nas secções dos rios e seus afluentes, assim como nos lagos, cuja utilização não seja necessária a mais de um Estado, os Governos que exercerem a soberania nas margens poderão estabelecer os regulamentos que entenderem para a manutenção da segurança e ordem públicas, e «para as outras necessidades da obra civilizadora e colonial». Os regulamentos não poderão estabelecer distinções entre navios e súbditos dos estados signatários ou dos membros da Sociedade das Nações que tenham aderido. Assim reza o artigo IX.

Êste princípio diverge sensìvelmente do de Berlim. Nas margens dos rios e lagos da Bacia Convencional, os princípios de liberdade estipulados em 1885 não permitiam que os Estados marginais promulgassem medidas diversas dos princípios formulados no Acto Geral. O vago da expressão «obra civilizadora e colonial» dá latitude para o que se quiser.

O artigo X corresponde ao artigo XXXV do Acto Geral de Berlim. As Potências obrigam-se a manter, nas regiões onde exercem autoridade, a existência de um poder e de meios de polícia bastantes para assegurarem a protecção de pessoas e bens, e em certos casos a liberdade de comércio e de trânsito. Esta obrigação é extensiva a todos os territórios sob a soberania de um dos signatários, emquanto em Berlim era referida sòmente a territórios situados no litoral africano.

O princípio da efectividade, que em Berlim ficou res-

trito ao litoral, ficou consignado em Saint-Germain como obrigação geral.

No artigo XI, que corresponde ao artigo VI de Berlim, as Potências obrigaram-se a zelar a conservação das raças indígenas e o aperfeiçoamento das suas condições morais e materiais, nos seus *territórios africanos*. Tomaram também o compromisso de suprimir a escravatura sob tôdas as suas formas e o tráfico dos negros em terra e no mar.

Êste parágrafo é mais lato do que o correspondente no Acto Geral de Berlim. Neste último a obrigação é restrita à Bacia Convencional, emquanto em Saint-Germain é aplicável a todos os territórios africanos. Tanto em Berlim como em Bruxelas as Potências obrigaram-se a suprimir a escravatura, mas não sob tôdas as formas, sem definir quais elas eram. Foi dêste princípio que nasceu a Convenção de Escravatura de 1926, donde derivaram vários acordos internacionais.

Como em Berlim e em Bruxelas, as Potências obrigaram-se a proteger e a favorecer as emprêsas religiosas, científicas ou de caridade, organizadas ou criadas pelos países signatários ou pelos membros da Sociedade das Nações que aderissem à Convenção. As missões científicas e as colecções fariam objecto de protecção especial, como nas Conferências anteriores.

Garante-se a liberdade de consciência e o livre exercício de todos os cultos aos súbditos dos Estados signatários. Os missionários têm o direito de entrar, de circular e de residir nos territórios africanos, e gozam da faculdade de se estabelecerem, a fim de prosseguirem na sua obra religiosa.

Não obstante estas liberdades, tão expressamente consignadas, os Estados ficaram com direito de restringir a actividade das missões religiosas e emprêsas científicas, desde que haja motivos de ordem ou interêsse públicos ou que os

princípios constitucionais que regem um Estado, sejam contrários a essas missões e emprêsas.

A comparação, entre os preceitos dêste artigo e os correspondentes no Acto Geral de Berlim e no Acto Geral de Bruxelas, mostra que em Saint-Germain predominou o espírito de guerra. Salta aos olhos a restrição a favor dos súbditos dos Estados signatários, quando se tinha sempre proclamado que a liberdade de consciência e a prática religiosa eram princípios de civilização extensivos a todos na Bacia Convencional.

É certo que a doutrina de Saint-Germain se aplica aos territórios africanos, sem distinção; mas as descriminações de nacionalidade representam um espírito novo.

A segurança e ordem públicas e os princípios constitucionais são ou podem ser outros tantos pretextos para impedir a actividade religiosa ou científica de determinada emprêsa.

A redacção do artigo VI de Berlim não convinha ao espírito de guerra que ainda prevalecia.

Desde que os Estados se reservaram o direito de intervir na actividade das missões religiosas e científicas, as liberdades consignadas tornaram-se platónicas; porque os motivos são ou podem ser tão vagos que não sejam susceptíveis de explicação. Aliás os Estados não são obrigados a justificar qualquer restrição, que imponham. A arbitragem do artigo XII não se aplica à interpretação da Convenção; mas sim à aplicação. O direito soberano neste ponto ficou absoluto e intangível.

É evidente que o preceituado neste artigo teve por fim impedir os abusos que se tinham notado por parte de certas missões em várias partes de África. À sombra do Acto Geral de Berlim e da Conferência de Bruxelas e outros tratados internacionais houve missões protestantes que se permitiram fazer propaganda política, afastando tendenciosamente

os indígenas das autoridades do país onde estavam estabelecidas. Outras ensinavam em línguas diversas do país onde estavam, fazendo assim crer aos índigenas que as autoridades estavam subordinadas a outro poder mais forte. Em todo o caso, a Convenção de Saint-Germain neste ponto, como em tantos outros, não representa um avanço sôbre o que estava em execução.

A arbitragem em caso de divergência sôbre a aplicação da Convenção ficou consignada no artigo XII, correspondente ao artigo XII de Berlim. Em Saint-Germain preencheu-se uma lacuna das conferências anteriores. É ao Tribunal Internacional, criado pela Sociedade das Nações, que ficam sujeitas as questões de aplicação da Convenção. Ora em Berlim o princípio de arbitragem era novo. E além disso era contrariado por várias Potências. A arbitragem em Berlim era só para divergências graves, suscitadas nos territórios em regime de liberdade comercial (para obrigar certos países a adoptarem essa liberdade na África Oriental) quando a mediação não tivesse dado resultado e antes do recurso às armas. A arbitragem não era obrigatória. Só o era a mediação.

Em Saint-Germain a arbitragem é obrigatória, desde que por negociação se não chegue a um acôrdo.

Não se restringe a aplicação dêste princípio a nenhuma parte especial da Bacia Convencional.

O artigo XIII revoga o Acto Geral de Berlim e o de Bruxelas.

No artigo XIV dispõe-se que podem aderir os Estados que exercem soberania em África, e os membros da Sociedade das Nações que tivessem feito parte do Acto de Berlim ou de Bruxelas. Os estados signatários obrigaram-se a fazer todos os esforços para induzirem os países, que não assinaram, a aderirem.

A adesão é significada ao Govêrno Francês e depois

comunicada às signatárias. Mas só é permitida aos países que têm territórios em África e aos que fizeram parte das Conferências de Berlim e de Bruxelas. Ficaram assim excluídos os Sul-Americanos e outros que não têm colónias. Em Berlim não se fêz esta distinção e deu-se a faculdade de aderir a todos. A Alemanha não faz parte desta Convenção, e renunciou aos direitos que podia ter a aderir, em virtude do Tratado de Versailles. O Japão assinou-a.

Pelo artigo XV ficou estipulado que as Potências se reünissem dez anos depois de expirado o prazo da entrada em vigor da Convenção a fim de lhe introduzir as modificações que a experiência tivesse aconselhado. Como a ratificação(1) se fêz em várias épocas, conforme os países, não houve unanimidade de vistas quanto à data da reünião, e a revisão foi adiada para 1935.

A Convenção de Saint-Germain-en-Laye, que modifica o Acto Geral de Berlim, dá aos Estados signatários mais latitude e mais autonomia. Nem o comércio, nem as missões gozam hoje das vantagens que tinham pelo Acto Geral de 1885. As alterações feitas não foram obra da Conferência. Consagraram apenas o que a prática mais ou menos tinha estabelecido. Em vários territórios africanos havia a distinção de nacionalidade no tocante ao direito de adquirir terras e noutros havia preferências ou obrigações directas de empregar nacionais ou de adquirir material no país, de ensinar em certas línguas, de modo que as restrições de Saint-Germain são a conseqüência do que estava em vigor em muitos países coloniais.

---

(1) A França, a Inglaterra e a Bélgica ratificaram em 1921; o Japão em 6 de Abril de 1922; Portugal em 7 de Outubro de 1922, por virtude da Carta de Lei de 15 de Maio de 1922, n.º 1.265 com as reservas nela expressas. A Itália e os Estados Unidos só recentemente ratificaram.

Há indícios de que a revisão se vai operar no que respeita à delimitação da Bacia Convencional, que todos são unânimes em reconhecer que é absurda e difícil de manter.

O regime aduaneiro também deverá ser objecto de modificações, pois nota-se já em certas colónias inglêsas a tendência para criar direitos ou sobretaxas impedítias da concorrência do Oriente nos mercados africanos. O interêsse manifestado pelo Japão na África Oriental, e muito principalmente na Abissínia, ¿que conseqüência poderá vir a ter sôbre o futuro regime económico a estabelecer pela própria Conferência?

Outros pontos haverá a discutir, alguns dos quais delicados, se não houver prévio entendimento entre as principais Potências.

Em Saint-Germain assinou-se também uma convenção da mesma data com 25 artigos sôbre o comércio das armas e munições; consigna-se nela doutrina idêntica à de Bruxelas. Impuzeram-se restrições à importação e exportação de armas, criou-se uma repartição de arquivo e correspondência, chamada «Bureau Central Internacional», sob a direcção da Sociedade das Nações. As Potências obrigaram-se a publicar as autorizações que anualmente derem para a importação e exportação de armas destinadas para a África e o «Bureau» deve publicar as estatísticas dêste ramo de comércio. Certas armas são proïbidas em determinadas zonas, cujos limites foram ampliados sôbre os definidos em Bruxelas. As armas permitidas não podem circular livremente nos países a que são destinadas. O trânsito de armas por países pertencentes a outros Estados só pode consentir-se nos termos do artigo X. A fiscalização no mar exerce-se segundo o artigo XI. A zona de fiscalização é mais vasta que a de Bruxelas; mas desapareceram as visitas no mar consideradas vexatórias. Só os navios considerados indí-

genas, e de menos de 500 toneladas, ficaram sujeitos a êsse regime de fiscalização internacional. Nos mares a polícia tem de conformar-se com as restrições do artigo XVI. O navio indígena capturado e que arvorar a bandeira de um Estado, só pode ser julgado pela autoridade do Estado cuja bandeira tiver arvorado. Só no caso de não existir nas paragens uma autoridade dêsse Estado é que o navio pode ser julgado por um representante de qualquer das partes contratautes. No «Bureau Internacional» constam as autoridades que têm competência para êsses julgamentos nos diversos portos.

O processo é o indicado pelo artigo XVIII. O oficial de marinha que capturar uma embarcação terá de justificar por escrito o seu procedimento (art. XX) e proceder-se-á a um inquérito (art. XXI) que determinará se há ou não lugar a indemnisação. Há recurso desta decisão para um tribunal arbitral (art. 24). Revogam-se as convenções anteriores (art. 25).

Prevaleceu em Saint-Germain a doutrina francesa, já sustentada em Bruxelas, tendente a emancipar a polícia dos mares da tutela inglêsa, que predominou nos meados do século passado.

Definiram-se melhor quais eram as atribuïções da polícia dos mares e quais as armas proïbidas. A concentração de armas ou munições em certos pontos de África podiam representar perigos graves para os europeus e por isso se definiu com mais precisão do que em Bruxelas o que mais convinha às Potências Coloniais, cuja experiência na matéria tinha sido grande. Em Bruxelas fêz-se o primeiro ensaio de regulamentação internacional, não obstante todos os obstáculos que surgiram. Em Saint-Germain procurou-se tornar mais eficaz a regulamentação dêste ramo de comércio, eriçado de perigos para as nações coloniais. A revisão desta convenção podia fazer-se a partir do sétimo ano de vigência.

Também na mesma data e no mesmo sítio se assinou outra convenção para regular o comércio de bebidas espirituosas em África. Era o complemento de Bruxelas. Proïbe-se importação de bebidas em certas regiões e regulamenta-se a distilação de álcool em outras. Os 11 artigos, de que se compõe a convenção, reproduzem nas suas linhas gerais a doutrina de Bruxelas, a que se acrescentou o resultado da experiência de numerosos anos. A zona de proïbição é a mesma que para as armas. Os governos interessados designam, com tôda a liberdade, as bebidas que proïbem nos seus territórios. Embora devam procurar estabelecer medidas uniformes e a mesma nomenclatura, a obrigação não é imperativa.

As bebidas, cuja importação fôr permitida, ficam sujeitas a um direito não inferior a 800 francos por hectolitro, salvo nas colónias italianas, onde o direito não deve ser inferior a 600 francos.

Nas regiões onde o uso do alcool se não tiver introduzido, as Potências obrigam-se a proïbir a importação de bebidas alcoólicas, excepto as que forem destinadas ao consumo limitado dos não indígenas.

A fabricação de bebidas é proïbida nessas regiões, assim como a venda, e circulação de alambiques e outros aparelhos usados na destilação. Faz-se excepção para os usos farmacêuticos. Funciona em Genebra, junto da Socidade das Nações, uma repartição chamada «Bureau Central International» para coordenar a correspondência e estatísticas sôbre o assunto. Deve ser publicado um relatório anual sôbre o comércio do alcool. As divergências devem ser submetidas ao Tribunal Arbitral. A revisão devia fazer-se a partir do 5.º ano de vigência da Convenção. Revogam-se tôdas as anteriores. Esta convenção definiu mais claramente do que em Bruxelas o que se entendia pela proïbição e pelo comércio de espirituosos. O regime tornou-se extensivo a

quási tôda a África e não apenas a uma zona limitada como em Bruxelas. Cada Estado ficou com absoluto direito de estabelecer as pautas aduaneiras que entendesse, desde que os mínimos fôssem respeitados. Nem se tocou em regime aduaneiro comum, como em Bruxelas.

As obrigações perante Genebra consistem apenas na apresentação de um relatório anual.

A tendência para internacionalizar as normas de govêrno em África, que se nota em Berlim e em Bruxelas, desapareceu quási das Convenções de Saint-Germain-en-Laye, firmadas pelas nações aliadas, logo depois do Tratado de Versailles e portanto ainda sob a inspiração do sentimento de cooperação que animava os povos que lutavam contra a Alemanha. Assim se explica que se tenha sempre respeitado a soberania de cada Estado e que as obrigações tomadas sejam sempre susceptíveis de adaptação às aspirações ou à legislação de cada nação. Os interêsses materiais predominam hoje mais que os morais e na futura revisão de todos estes princípios é de prever que haja conflito de interêsses.

As recentes adesões de Estados que, até há poucos anos, se mantiveram alheios às regiões onde as convenções de Saint-Germain têm aplicação, revelam quanto os problemas a debater merecem estudo e atenção por parte dos possuïdores da África.

Os Estados representados em Berlim foram em número de 14, em Bruxelas de 17 e em Saint-Germain 12 apenas, contando entre êles os Domínios Britânicos, como o Canadá, a África do Sul, a Nova Zelândia, a Austrália e a Índia, e o Japão.

As actas não foram publicadas. Ignora-se pois qual tenha sido a acção dos vários países. Pelos estudos publicados em França, na Bélgica e na América sabe-se que a Bélgica sustentou o princípio de liberdade comercial em tôda a África

e não apenas no Congo Belga e na parte de Angola dividida pela zona convencional.

A participação dos Domínios Britânicos nestas conferências, principalmente da África do Sul, dá um novo aspecto à situação internacional e a eliminação da Alemanha dos negócios africanos também altera as posições tomadas anteriormente. O interêsse comercial do Japão e os interêsses múltiplos da Índia Inglêsa na África Oriental sobretudo, são factores que não podem escapar aos estudiosos.

O movimento, que se nota nos territórios britânicos da África Oriental tanto para a reforma pautal, como para a defesa contra a invasão asiática, há de reflectir-se nas decisões da futura Conferência de revisão.

À Bélgica repugna a perpetuïdade de tratados que lhe não permitem proteger os seus súbditos e o seu comércio. Houve um ilustre jurisconsulto belga que sustentou que sendo o Acto Geral de Berlim um conjunto geral de declarações, estas não tinham o mesmo valor jurídico de cláusulas recíprocas estipuladas entre nações. Daí concluia que o Acto Geral de Berlim não era forçosamente obrigatório para os signatários. Esta doutrina foi sustentada mais como paradoxo do que como pensamento oficial. E o facto é que a Bélgica é dos países signatários de Berlim que mais sinceramente têm cumprido as estipulações ou declarações convencionadas.

A imprensa inglêsa (*Times* de 22/2/931) ao criticar a linha divisória da Bacia Convencional dizia que era preferível traçar-se uma linha recta que partisse da linha do Sul de Tanganycka e fôsse do Atlântico até ao Índico, e que os privilégios reclamados pelo comércio inglês nos territórios Britânicos eram menos valiosos do que «o direito de igualdade de tratamento no Congo Belga, e em parte da África Portuguesa». ¿Mas como conciliar esta opinião com a im-

possibilidade de concorrer nos mercados africanos com os produtos da Índia e do Japão?

Na futura conferência de revisão não será talvez o aspecto político que mais se destacará. O regime económico das colónias africanas vai certamente dar ensejo a renhidos debates.

* * *

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1)

ALICERCES DE IMPÉRIO

Goa era nossa: logo o governador quis recompensar os que lha tinham ajudado a tomar e ali mesmo armou cavaleiro a Frederico Fernandes, o primeiro Português que penetrou na cidade e ao seu parente afastado Manuel da Cunha, filho do célebre descobridor.

O primeiro insucesso em defender Goa contra o Hidalcan mostrava-lhe que os seus muros e fossos não eram suficientemente altos e profundos, nem a traça da sua fortaleza e bastiões era de molde a aproveitar o livre jôgo da artilharia: para remediar a isto Albuquerque mandou logo altear a muralha, escavar o fôsso e reconstruir cuidadosamente a alcáçova que, em cidade tão vasta com a sua situação insular, era o grande recurso de defesa: êle próprio dava o exemplo da sua actividade na reconstrução dos muros onde, soldados, marujos e os habitantes gentios da terra trabalhavam com afan: isto constou em tôda a Índia e os cronistas Mussulmanos da época narram que os Frangis, pela segunda vez senhores de Goa, se apressaram a construir de roda extensas fortificações de desmesurada altura, terminando por dizer: «Depois de conquistada esta forte cidade,

---

(1) Cont. do vol. 86.º, pág. 599

cada dia o seu poder aumenta grandemente: porque Allah assim o quer. Êle determine que para sempre seja destruido».

O tempo e a fortuna, até aí adversos, começavam a coroar de êxito os propósitos do conquistador; donde se mostra que a paciência, a tenacidade nos trabalhos, o saber esperar a ocasião valem tanto ou mais que a acometividade temerária: dois anos de esforços inúteis, depois que pela segunda vez viera à Índia, precederam esta grande vitória; o cruzeiro inglório como capitão-mór dos mares da Arábia, a jornada infrutuosa de Ormuz, condenada pelo seu predecessor, e finalmente o desastroso assalto a Calicut, imprudente e louca resolução de D. Francisco Coutinho; pouca obediência, insignificância de recursos navais e partilha do comando, eis, mais ainda que o poder e valor militar dos Mussulmanos e Turcos na Índia, os obstáculos onde a sua vontade de aço se tinha embotado: mas a roda da Fortuna caprichosa volvera finalmente e Albuquerque senhor incontestável de Goa podia agora acabar de executar o seu vasto plano de império.

Com aquela rude conquista tinha ecoado por tôda a Índia o prestígio militar dos Portugueses: alguns estados mandavam os seus embaixadores a pedir aliança, como o Príncipe de Ahmadabad, vizinho do Hidalkan, ou a paz, como o Samorim, agora receoso de um novo assalto a Calicut. O primeiro oferecia a liberdade dos náufragos da nau de D. Afonso de Noronha que lá dera à costa e a expulsão do Mirocem: o segundo uma paz contra que clamava a memória dos nobres Portugueses, mortos pelos naires no assalto aos paços reais: se a aliança era possível e até proveitosa com Mahmúd Shah, a paz, só em condições leoninas, o governador a concederia ao inimigo histórico de Calicut.

Albuquerque movera hàbilmente a primeira pedra no taboleiro de xadrez que era então a Índia: Rájás e Ranis indús, Sultões, Khans e Xeques Mussulmanos, o mesmo Gran

Turco e o seu rival o Sufi da Pérsia (Xeque Ismael), sem falar nos senhorios dos capitães e cavaleiros Turcos, Persianos e Mogores de aventura; as mesmas congregações religioso-mercantis dos Mopelores se agitavam na ambição da posse das suas grandes riquezas: Goa era a rainha indisputada de tôda a costa ocidental desde o Guzarate ao Comorim: ¿Qual seria a segunda pedra do seu jôgo?

D. Manuel que via a Índia de longe e por informações atrasadas de um ano continuava firme na sua idea de fechar o Mar Vermelho ao comércio mussulmano e já convencido da inutilidade de manter na fortaleza de Socotorá uma guarnição mandava ao seu governador que a arrazasse e fôsse sôbre Aden. Albuquerque levara consigo para a segunda e definitiva tomada de Goa as naus com tropas frescas chegadas do reino que traziam por capitães Diogo Mendes e João Serrão: Diogo Mendes porém, se assentira em o acompanhar fôra bastante contrariado, porquanto trouxera de Lisboa a missão especial de ir a Malaca.

O Governador, ou por querer contemporizar com a vontade real ou por outro motivo, queria estabelecer de vez a nossa autoridade no Mar Vermelho: assim iria primeiro destruir a fortaleza e trazer a guarnição de Socotorá e logo depois velejaria a Aden na esperança de a tomar; quando isto se soube, Diogo Mendes entrou de murmurar que não podia retardar mais o cumprimento do seu mandato que já adiara para acompanhar o governador na conquista de Goa e que o abandonaria antes que partisse: Albuquerque que receava talvez pelo insucesso de uma pequena armada de cinco navios nos mares da Malásia ou porventura porque desejava para si a glória de tão importante feito, fêz-lhe ver como os primeiros Portugueses tinham lá sido mal tratados e que nada em matéria de comércio se faria com o Rei de Malaca sem primeiro lhe mostrar a nossa fôrça; prometia pois que êle próprio o acompanharia a Malaca com maior poder logo que

as cousas do Mar Vermelho fôssem resolutas. Diogo Mendes mostrou-se convencido mas o mestre da sua nau teimou em se fazer ao mar e foi preciso retê-lo à fôrça de artilharia com a destruïção da vêrga grande. Entretanto chegava Fevereiro, época tão própria para a navegação para o Oriente como contrária à dos mares da Arábia, e o que é certo é que o Governador, quer rendido pela persistência de Diogo Mendes, quer porque o tempo não lhe permitisse outro roteiro saíu a barra de Goa e se fêz ao sul com tôda a sua armada: navegou direito a Cochim onde deixou Manuel de Lacerda (o da frecha enterrada na cara no assalto a Goa) como capitão-mór do Mar das Índias e com poderes para ser obedecido na sua ausência como se fôsse êle próprio governador.

MALACA

«Este regno Danseam (Sião) lança hũa ponta de tera ha ho mar, que he como hũm cabo, honde ho maar torna a fazer volta contra ha China, na qual ponta estaá hũn pequeno regno, em que estaá hũa muy grande cidade, que em outro tempo foi subjecta ha ho Danseam: e asentando muytos mouros estrangeiros seu trato nela uieraam tanto há enriquecer, que conuertéram hos da terra ha mouros reuelando-se contra elRey Danseam; e asy ficando todos mouros, ficou regno sobre sy: aquy uiuem jágora todo o género de grossos mercadores mouros e gentios, muytos de Charamandel, e homeins de grosas fazendas e de muytas e grosas náos, ha que chamaom juncos; trataom pera todalas partes em toda a sorte de mercadorias; tambem uem aquy muytas náos ha carregar daçuquere; uem muy fermosos juncos de quatro mastos e trazem muyta seda, sulia (casulos) muy fina, muytas porcelanas, muytos damascos, brocadilhos, setins de cores, almisquere, ruibarbo, retros de cores, salytre, muyta e muy fina prata, muytas perolas, aljofar desigual, cofres

dourados, abanos, e outros muytos brincos; e tudo aquy uendem muyto bem ha hos mercadores da tera; em retorno do qual leuam pimenta, e incenço, panos de Cambaya de gram, açafram, coral laurado e enfiado, e por laurar, muytos panos pintados dalgodam, outros branquos, que uem de Bengala, uermelham, azougue, anfiam, e outras muytas mercadorias e dragoarias de Cambaya... etc., etc.»

Eis como o nosso audacioso viajante de quinhentos, Duarte Barbosa, o peregrino da Ásia, começa a descrição do grande empório do comércio de todo o Oriente que bem depressa Albuquerque na execução do seu plano de Império devia senhorear: a cidade-feira de três mundos fôra edificada em situação vantajosa, numa pequena península, cujo estreito istmo a separa de um sertão assoberbado pela virgem floresta tropical, encharcado de pântanos e cosido do sol, mais fôjo de tigres e panteras do que país habitado dos homens.

Defendida do continente pela mesma sebe impenetrável dos densos e fechados arvoredos, próxima do estreito que ali a península Malaia faz com a fronteira e longa ilha de Samatra, a cidade encontrava-se justamente sôbre o ponto de passagem forçado de um a outro mar: o Oceano Índico quer vindo do golfo de Bengala, quer rodeando mais a sul de Samatra, dividia-se ali numa série de estreitos formados pelas ilhas próximas do arquipélago de Sonda pelos quais se navegava, ora para o golfo de Sião e os mares da China e do Japão ao norte, ora para o mais próximo e estreito mar de Java, ilhas de Moluco e Célebres, ou ainda para o mar do Coral e Pacífico, passando pelo norte da Nova Guiné, ou ao sul, pelo estreito de Tôrres, marginando a ponta de Austrália, então ainda mal descoberta: de todos estes vastos países insulares e continentais os mais cultos, povoados e industriosos eram além do próximo Sião, Cambodja e Anam,

o largo império da China e o reino fronteiro dos chamados então, pelos nossos, os lequeos.

Estes hábeis, cultos e milenários povos da extrema Ásia possuiam, como ainda hoje, uma indústria capaz de, pela transformação de matérias primas naturais ou exóticas, sustentar um grande comércio marítimo com o mundo inteiro: de facto o que avultava mais na grossa feira de Malaca, entre o que lhe vinha do Oriente, era o trato com a China e o populoso e vizinho Sião: depois seguia-se o comércio próximo e costeiro com os jaos de Samatra e Java e as mais distantes ilhas do Moluco ricas em cravo. Dos Lequios (Japão), no tempo de Duarte Barbosa, vinham já «cadano tres quatro náos, asy como has dos Chins, de hũas gentes branquas, que dizem que saom muy grandes e riquos mercadores: traziam muyta prata em baras, seda, e panos riquos, muyto e bom trigo, fermosas porcelanas e outras muytas mercadorias etc... etc...»

Todo êste grosso tráfico se completava com os produtos próprios das numerosas ilhas de Malásia, relativamente menos distantes: «Assim de Solor traziam os juncos jáos o ouro que nasce de redol della e asy muyto aljofar que os moradores apanhavam, e boas perolas perfeitas em coôr, e nom em redondeza».

Desta guisa o nosso viajante detalhava, com minúcias de perito no trato do Extremo-Oriente, as produções de cada terra: de Borneu, «ilha povoada de gentios que tem Rey e lingua per sy» vinha o canfor de comer, dragoaria preciosa na Índia aonde valia o pêso de prata: mais ao norte, de Champa (possìvelmente Duarte Barbosa que muitas vezes notava a sua geografia por informações confundia ilha com o sertão do continente) aonde há muitos alifantes, donde se levam para muitas partes (o elefante, poderoso como animal de tracção, era então utilizado, não só como montada de luxo em tôda a Índia, mas também na guerra), vinha ainda muito

lenho aloés, «ha que os Indios chamam Aguila Calambua e ha fina muy estimada antre hos Indios e Mouros e val em Calecut ho arratel dela trinta e corenta pardaos: eles ho querem para ho mesturarem com sandalo, almisquere, e agoa rozada pera se untarem». Como em tôdas as artes o Oriente era também mestre em perfumaria; mas não ficava por aqui a variedade de mercadorias que vinham a Malaca da banda do norte e Oriente: perto de Champa, de uma ilha que o nosso autor julgava desabitada e cujo nome ignorava vinham também diamantes, pôsto não fôssem tão rijos como os de Narsinga, o que era já a suprema riqueza do mundo.

Do reino de Sonda, ao sul de Samatra, e próximo do estreito do mesmo nome vinha a Malaca muita pimenta: da vasta ilha de Java, fértil, povoada de muitas cidades, aldeias, portos de mar, de bons soldados e artífices engenheiros de armas de fogo como de corsários, traziam os seus mercadores em juncos próprios e navios do reino, muito rápidos e ligeiros, além da canela e do gengibre abundância de arroz e carnes: a mesma ilha de Timor ainda que distante lhe mandava por meio dos juncos chinas que a visitavam o sândalo branco, muito apreciado na Índia e na Pérsia: mesmo do arquipélago afastado de Banda, lhe acartavam a nóz moscada, carôço de um fruto nascido de uma árvore, semelhante ao loureiro, de que ainda tinha mais valor a casca grossa que o envolve. Assim a Malaca navegava todo o trato de exportação da China e do Japão, do Sião e de Champa com tôda a especiaria, dragoaria e lenhos preciosos das grandes ilhas e arquipélagos Malaios: verdadeiramente para Malaca corriam do Oriente e do Ocidente os mais grossos caudais do comércio da Ásia e do Mundo: se Malaca não era a sua origem, era o seu forçado entreposto e de-certo o tinha visto e estudado bem Albuquerque, quando fiel ao seu plano de domínio marítimo, traçou a sua conquista. Em frente da cobiçada cidade ficava a ilha de Samatra, com setecentas

léguas de redondo, atravessada pela linha equatorial e abundantíssima em mantimentos; ali no pôrto de Pedir ancorara tôda a armada e ali acabaria de se preparar para lhe lançar a mão. Albuquerque, pela sua infeliz experiência de dois anos de trabalhos, sabia quão difícil era fechar o Mar Vermelho à navegação militar e comercial muçulmana, emquanto a sua porta estivesse na mão dos Árabes: esta concepção ou teoria do monopólio mercantil, muito à moda na côrte de Lisboa, como tôdas as teorias enfermava de excessiva generalização e não se coadunava com as realidades geográficas e navais daqueles mares; todos os cruzeiros no golfo de Aden se tinham mostrado improfícuos: havia distâncias de mar excessivas para guardar com meia dúzia de naus por ligeiras e bem governadas que fôssem; o pôrto e fortaleza de Socotorá, mais próximo da ponta oriental da África, era demasiado longe e a sua guarnição não encontrando naquele rochedo árido assás de recursos, era difícil de sustentar: não podendo governar eficazmente o golfo, os Portugueses tinham de pôr em prática o côrso às naus de Meca o que prejudicava no espírito dos maometanos tanto o seu prestígio militar como o seu espírito de tolerância religiosa. O governador conhecera já bastante das vias do trato na Índia para saber que o melhor da sua especiaria, dragoaria e porcelanas lhe vinha do Oriente extremo, do grande pôrto de Malaca.

Se os Portugueses, uma vez firmes na Costa do Malabar, podiam assenhorear-se de todo ou quási todo o comércio da Índia Ocidental, o melhor da riqueza do Oriente escoava-se-lhe das mãos pela directa navegação que os mercadores Mouros das naus de Cambaia e de Judá faziam pelo sul do cabo Comorim, quer à costa de Bengala, Bramas, Pegu e Tanaçarim, quer a Malaca e aos estreitos e mais longe às ilhas de Moluco, as únicas que produziam o cravo: Malaca, felizmente colocada pela natureza à boca do estreito, era a feira cosmopolita aonde se fazia a permuta do grande trato entre

o Extremo-Oriente e o Ocidente asiático; ali vinham as naus da China e dos Lequios trazer as suas porcelanas, as suas sedas ricas, as suas lacas e charões, a sua prata e ali também convergia tôda a riqueza do tráfico da especiaria de Moluco e do grande império do Sião: era talvez mais praticável assenhorear-se destas grandes veias de trato oriental no seu próprio centro de convergência do que deixá-las derramar-se por todos os mares da Ásia e Extremo-Oriente e correr após uma ou outra frota disseminada por tão vasta extensão; na realidade o que até ali tinham feito os capitães-mores dos mares da Arábia e Índia era pouco mais do que isso: correr atrás ou cortar o caminho a uma ou outra nau de mercadores em demanda das entradas do Mar Vermelho ou do Pérsico: ganhar-lhe no andamento pela superioridade dos navios de guerra e finalmente abalroá-las e fazer presa nelas.

De cento que velejavam em demanda dos seus portos de descarga, uma podia ser aprisionada, o que era um risco quási insignificante em tão grosso trato: assim a-pesar-dos Portugueses dominarem desde alguns anos na costa do Malabar, é certo que o comércio da Índia e do Oriente extremo continuava com mais ou menos regularidade a fazer-se por intermédio dos mercadores Mouros e se os Venezianos no Cairo e Alexandria e os Genoveses e Turcos na Síria lhe achavam míngua, mais vontade lhes ficaria de ajudar os Muçulmanos a correr da Índia os Portugueses, reputados como verdadeiros intrusos.

Por isso não faltavam ao Sultão do Cairo soldados, marujos e artelheiros como oficiais de fundir canhões de bronze daquelas nações, para se assoldadarem nas suas frotas que iam combater na Índia os importunos recém-chegados. Albuquerque, a quem a sua longa prática da guerra no Ocidente e no Índico tinha feito ver tudo isto, teria provàvelmente tanto desejo como o seu capitão Diogo Mendes em se lançar na jornada de Malaca; sòmente, não sendo inteiramente

senhor da sua vontade, pois tôdas as naus que vinham chegando de Lisboa traziam ordens de D. Manuel quási sempre inoportunas, desejava, talvez em aparência, contemporizar com as ordens do rei; senão, só se explicaria a recusa de partir a Diogo Mendes, porque intentava com o auxílio das suas naus e gente fresca acabar de mover a outra pedra do seu jôgo no xadrez oriental em que já tinha tocado, a raínha do Pérsico, que era Ormuz, pérola rica, encastoada no esmalte azul do seu mar. Porém o tempo e a ocasião são quasi sempre os conselheiros das acções dos homens: Albuquerque tendo já Goa a bom recato e governada com inteira justiça, não podia deixar desvanecer-se nos ecos da vasta Índia a fama da sua conquista; tinha navios, munições, gente de guerra; era em fim de Fevereiro e boa a monção para navegar a Malaca: do seu fiel Rui de Araújo (que, com outros amigos seus, D. Francisco de Almeida, cioso do seu indicado sucessor, despachara para Malaca com os cinco navios de Diogo Lopes de Sequeira) recebera uma carta em que aquele lhe contava vivamente o seu cativeiro na cidade, como feitor de sua Alteza (o capitão pusera-o naquele arriscado cargo) com mais dezanove Portugueses ameaçados de morte pelos perros mouros, se não se convertessem ao seu Mafoma. Não consentia, de-certo, ao ânimo generoso do cavaleiro cristão, abandonar os seus amigos em perigo e se não resolvera logo a jornada aos estreitos, fôra tão sòmente para não pôr inteiramente de parte as ordens de D. Manuel: o acudir em tal contingência ao seu leal amigo, a insistência de Diogo Mendes e sobretudo a monção propícia acabaram por o determinar: pudera reünir dezoito naus e quási um milheiro e meio de soldados: era aproximadamente o mesmo número de gente que levara a Goa: fêz-se pois ao largo: a viagem foi feliz; perdeu-se sòmente uma galé de remo e em Março ancorava seguro na barra de Pedir, cidade rica de Samatra, com tôda a sua armada.

Por favorável prognóstico logo ali foi encontrar nove dos Portugueses que estiveram presos em Malaca o que era excelente para em tudo melhor se informar de, para onde ia e das dificuldades a vencer. Ancorado no pôrto amigo de Pedir, a armada bem preparada e com a gente aguerrida que andara com êle ou com outros capitães no cruzeiro dos mares da Arábia e que o acompanhara a Calecut e a Goa, Albuquerque esperava o momento azado para investir Malaca: via agora com os próprios olhos como o mais grosso manancial do trato do Oriente tinha a sua origem em relação à Índia, à Pérsia, à Arábia, ao Egipto e a todo o Mediterrâneo na feira dos quatro mundos que era o pôrto de Malaca: para lá navegavam todos os anos as naus de Surrate e Cambaia, as que do Egipto vinham por via de Aden, muitas de Ormuz e dos portos árabes do Pérsico e ainda dos da ponta da África mais ocidental: para lá vinham ainda do Noroeste as fustas de Bengala abarrotadas de pano de gran de Paleacate e Maliapur, de gazes pintadas de Delhi e Hiderabad, de vermelhão e azougue, das papoulas negras do ópio que se colhiam nos plainos da Pérsia e do norte muçulmano da Índia, de corais toscos ou cinzelados no Ocidente, colares de contas, águas rosadas, casulos de seda, peças de cobre lavrado, salitre para a pólvora, ferro, tecidos e outros produtos de Cambaia. Êste comércio rico trouxera a Malaca mercadores de tôdas as partes do mundo oriental: primeiro estavam os naturais e senhores da terra, os Malaios, homens bem feitos, gente de guerra, vivendo em luxuosa ociosidade, com as suas roupetas de seda ou brocadilho até ao meio da coxa, com os seus cingidouros e cintos broslados, com as suas adagas tauxeadas à cinta a que chamam «crus» ou «crises»: as mulheres baças, mas formosas, vestindo com igual exquisitice as suas camisas de seda e o cabelo farto, negro e corredio, apanhado numa grossa trança sob a nuca: convertidos ao maometanismo de há poucos anos pelos mer-

cadores mouros, eram ainda mais fanáticos com o Alcorão que os seus próprios catequistas e tinham já pela cidade as suas mesquitas, posto preferissem viver fora nas suas quintas, com bons pomares e tanques de água, com muitos escravos que os serviam, levando vida ociosa e dedicando-se a tanger e a cantar como bons músicos e namorados que são.

Da gente de fora, a mais numerosa era a de Charamandel, «tamul» e outra que, como na Índia, andava nua da cinta para cima e para baixo as suas tangas de algodão: gente grossa e de trabalho como são ainda hoje os «tamiles» na península Malaia; também ancoravam no seu pôrto muitos juncos de jaus, homens de raça tôsca, de peitos largos e rosto achatado: meios despidos com um pano mal entrouxado em volta dos rins, a cabeça sempre descoberta e os cabelos sempre arripiados para o alto; emperrados também em Mafamede, esta gente, astuciosa e forte na peleja, não tratava nunca verdade: não lhe faltavam boas armas que sem mêdo manejavam na guerra. Além dêstes ali residiam sempre muitos mercadores mouros e guzarates de tôda a Índia, outros do reino do Pão de que Malaca era vassala, do Pegú e do império do Sião: outros ainda de Champá e da distante China, sem contar inúmeras gentes da grande ilha fronteira de Samatra e de outras desvairadas origens.

Ali, àquela grossa feira intercontinental vinham os mercadores chins e lequios para levar em troca das suas porcelanas, sedas, brocados, charões, leques; do seu almíscar, da sua prata em barra ou em moeda, as especiarias da Índia —pimenta e canela—, o cravo de Moluco, os corais enfiados e muita dragoaria de Cambaia: os Jaus traziam a Malaca, nas suas naus, muito arroz, carnes frescas, chacina e sobretudo armas formosas, lanças, adagas, terçados de fino aço, de perfeitos lavores e tauxeados de ouro e prata, além de muito ouro que em Java nasce: levavam em troca os

panos e grãs de Cambaia, o anfiam ou ópio, os perfuems de rosa, a sulia, o ferro para as suas espingardas e armas brancas e o salitre para a pólvora. As naus da mesma cidade de Malaca iam às ilhas de Moluco em procura do cravo (uma das especiarias mais raras no Oriente) que traziam a trôco dos tecidos de seda e algodão, da baixela de cobre cinzelado e dos tan-tans, louças e moedas da China; outras iam ainda a Timor, carregar o sândalo branco, apreciado em todo o Oriente, a trôco de machados, facas, armeria de espadas e terçados e colares de contas de Surrate; da Samatra fronteira vinha-lhe também pimenta (pôsto inferior à do Malabar), seda, tecida ou em casulo, ouro e benjoim; doutras ilhas a cânfora e o aloés, como de Tanaçarim, do Pegú, do Charamandel e de Bengala lhe vinha abundância também de drogas e mantimentos.

(Continua) ANTÓNIO DE MATTOS CID.

A THESE DA INFANTA NAS LÍRICAS DE CAMOENS

Senhores Redactores do *Instituto:* — no número 4 do volume 15.º (4.ª série) do *Instituto,* o sr. Prof. José Maria Rodrigues, a certa altura do IV Apêndice à sua historieta da Infanta D. Maria, ousa acusar-me de dois crimes:

1.º) De ter acrescentado a um texto meu uma palavra, com o fim de lhe alterar o sentido, e preparar determinada resposta;

2.º) De ter subtraído, num texto seu, uma expressão que lhe é essencial.

No n.º 5 do mesmo volume do *Instituto,* o sr. Prof. José Maria Rodrigues publica, a pág. 679, sob o título de *Errata importante*, o seguinte:

> «A pág. 416 do número anterior devem considerar-se como não escritas as linhas 1 a 5 (esta até o meio) e 12 a 19».

O sr. prof. José Maria Rodrigues retira, desta forma, a primeira acusação. Deixa de pé a segunda.

Esta segunda acusação formulou-a o sr. José Maria Rodrigues assim:

«Tinha eu escrito que, *por vezes,* tem havido grande dificuldade em separar nas líricas de Camões o que é autêntico do que não passa de uma falsa atribuïção, e que *por vezes,* Camões se encontrou em situações muito semelhantes

com algumas das mulheres que lhe inspiravam versos amorosos (*Tese, III,* 25-26).

«Mas acrescentei: A-pesar-destas dificuldades, a enorme maioria das líricas não oferece dúvidas enquanto à autenticidade; e para muitas sabe-se ou pode averiguar-se pelo raciocínio a quem foram endereçadas. Estão neste último caso as que ficam em parte transcritas no começo dêste capítulo.

«Que faz o articulista? Dá por não escrita a locução *por vezes* da primeira transcrição; faz o mesmo a respeito da segunda e argumenta...».

*

Assim, segundo o sr. José Maria Rodrigues, eu, diante de dois textos que tinham a locução *por vezes,* ao transcrevê-los, para os discutir, dei por não escrita essa locução — o que prova a minha improbidade mental.

Dê-me o leitor a sua mão, e tenha a bondade de vir ler o que escrevi no *Diário de Notícias* de 12 de Outubro, depois de fechar a minha argumentação sôbre o caso dos 37 poemas desprezados, ou por apócrifos ou por mudados de enderêço:

«Mas o sr. José Maria Rodrigues explica mais: Outra causa de dificuldades provém do facto de Camões se ter, por vezes, encontrado em *situações muito semelhantes com algumas das mulheres* que lhe inspiravam versos amorosos (pág. 25).

O sublinhado é meu. Com que então a dificuldade em atribuir com precisão, à Infanta, os poemas de Camões, provém do facto de o Poeta se ter, por vezes, encontrado em situações muito semelhantes?...

«Ficamos a saber que é difícil fazer uma atribuïção precisa dos poemas líricos de Camões à Infanta, porque o

Poeta se encontrou, por vezes, em situações muito semelhantes com algumas das mulheres que lhe inspiravam versos amorosos.»

*

Como o leitor viu, o sr. José Maria Rodrigues acusou-me:

1.º) De ter suprimido, na transcrição, do seu texto que começa — «De aí, a grande dificuldade que por vezes...», a locução *por vezes.*

Respondo: é falso, porque nunca transcrevi êsse texto que não tinha nada que ver com a minha argumentação, e era conclusivo, como se depreende das suas primeiras palavras — *De aí,* etc.

Portanto, não tendo transcrito êsse texto, não podia omitir ou deixar de omitir a locução *por vezes* que nêle se lê.

2.º) De ter suprimido, na transcrição do segundo texto, o que começa — «Outra causa de dificuldades provém do facto de Camões se ter, por vezes, encontrado», etc., a locução *por vezes.*

Respondo: É falso, como o leitor já verificou. Não só essa locução figura na transcrição integral do texto do sr. José Maria Rodrigues, quando a dou no parágrafo que começa: — *Mas o sr. José Maria Rodrigues explica mais...,* como a dou nas duas vezes em que transmito ao público o pensamento do sr. José Maria Rodrigues.

*

Falsa, a primeira acusação, retirou-a o seu próprio autor. Falsa, a segundo acusação que o autor, não sei porquê, não retirou.

Êste caso da Infanta ligado ao da edição crítica (*sic*) da *Lírica* de Camões deu a volta ao miolo ao sr. Prof. José

Maria Rodrigues. De tal maneira ficou, que ousa atribuir-me falsamente dois factos.

Em relação ao primeiro, chamou-lhe, em nota publicada no *Diário de Notícias,* «êrro de interpretação»! E agora dá por não escrita a acusação.

Em relação ao segundo, não a manifesta.

*

O procedimento do sr. Prof. José Maria Rodrigues só tem uma classificação. Abstenho-me de a fazer.

Mas nada me impede de lhe dizer que a sua *Errata importante* é uma vergonha.

Fêz o sr. Prof. José Maria Rodrigues uma afirmação gravíssima. Reconhece-o — tanto que a retira.

Mas retira-a, como?

Em duas linhas que se intitulam — *Errata importante!*

Como se se tratasse duma vírgula a mais ou a menos.

Como se se tratasse duma letra a mais ou a menos.

O sr. prof. José Maria Rodrigues deve-me uma reparação formal, que o público entenda, como entendeu a acusação.

Alfredo Pimenta.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade. 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada .... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vols. V e VI cada .... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estranjeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 2$500
Número avulso ..... 1$000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 87.º

4.ª SERIE — VOLUME 16.º

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1934

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

A tese da Infanta nas líricas de Camões — VI, pelo Dr. José Maria Rodrigues 141
Amieira — Do antigo priorado do Crato, por Tude Martins de Sousa e Francisco Vieira Rasquilho 151
A mutualidade em Portugal, por Domingos da Cruz 168
Doutor Augusto Mendes Simões de Castro, por Jaime de Magalhães Lima 193
O culto de Coimbra, por Alberto d'Oliveira 202
Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia, por Mário Simões Trincão 207
Três ensaios sôbre Antero de Quental — Anexos, por Rui Galvão de Carvalho 224
Livros recebidos 248

A TESE DA INFANTA NAS LÍRICAS DE CAMÕES

VI

O articulista da *Cultura estrangeira Cultura portuguesa* publica no *Diário de Notícias* de 23 de Janeiro do ano corrente uma crítica à minha *Tese IV*, que nada tem com o assunto fundamental desta. O que aí ficou escrito acêrca da maneira como no meu espírito surgiu a hipótese da Infanta e das razões que me levaram a transformar em tese esta hipótese, não mereceu a mais ligeira referência ao colaborador do jornal citado.

Vejamos no que êle agora se ocupa.

I

Das palavras do articulista «No *Camões e a Infanta*, (J. M. R.) encabeça na Infanta 37 poemas, dos quais na *Lírica* exclui 21 e anonimiza 16» (*Diário de Notícias* de 15 de Junho de 1933), destas palavras, digo, conclui eu (*Tese III*, pág. 25) que, segundo esta afirmativa, o meu estudo sôbre *Camões e a Infanta* ficava sem qualquer documentação, pois $21 + 16 = 37$.

Reclama agora o articulista que «isto é deformar-lhe o texto», que «o leitor compreende muito bem a deformação que o texto sofreu».

Ora o texto não sofreu deformação nenhuma. O que eu

apenas fiz foi interpretá-lo como as palavras não só o permitem, mas até o exigem.

Com efeito, ¿quantas poesias, segundo êsse texto, encabeço eu na Infanta na primeira das duas publicações? Encabeço 37. E que faço depois na *Lírica* a essas 37 composições? Inutilizo-as para a tese infantista.

¿Não era isto o que queria dizer o articulista, a-pesar-do sentido óbvio das suas palavras? Mas foi o que disse, servindo-se de uma proposição genérica («encabeça na Infanta 37 poemas»), cuja extensão não é modificada pela oração relativa que se lhe segue («dos quais» etc.), pois esta oração é mèramente explicativa, e não restritiva, como se vê pela respectiva pontuação (a vírgula depois de «poemas»).

Para que as suas palavras se não prestassem a conclusões que lhe não agradam, mas que eu estava no meu direito de tirar — nem outra interpretação julguei admissível —, era isto, por ex., ou cousa parecida, o que o articulista devia ter escrito: «Dos poemas que no *Camões e a Infanta* se encabeçam na Infanta D. Maria (1), excluem-se na *Lírica* 21 e anonimizam-se 16».

E, neste caso, só me ficava que discutir a exactidão dos dois números.

Mas o articulista, não confiando muito na viabilidade da interpretação que dá ao texto, vai-se a êle e com todo o disfarce o modifica, passando a oração relativa, de explicativa que é, a restritiva, para o que lhe bastou eliminar uma vírgula.

Agora já não lê: «No *Camões e a Infanta* encabeça na Infanta 37 poemas, dos quais na *Lírica* exclui 21 e anonimiza 16», mas: «No *Camões e a Infanta* encabeça na In-

(1) Não deixaria de vir a propósito a indicação, pelo menos aproximada, do número das composições referidas à Infanta, para assim se poder melhor apreciar o valor do argumento do articulista.

fanta 37 poemas de que na *Lírica*» etc. Isto é: na primeira redacção, as poesias encabeçadas na Infanta são ao todo 37: na segunda, são mais de 37, mas é só êste número (21 + 16) que se toma em consideração.

Não peca pela clareza o novo sentido dado ao texto, mas impõe-no a falta da vírgula, isto é, a transformação em oração restritiva da que era apenas explicativa.

Vejamos agora como o articulista procura identificar os dois textos, para se dar ao primeiro a interpretação que tem o segundo, para naquele não entrarem apenas 37 textos: «Eu dissera que, no *Camões e a Infanta*, o autor encabeçava na Infanta 37 poemas de que na *Lírica* excluiu 21 e endereçou a outra, que não a Infanta, 16. Disse-o e repeti-o, textualmente. (J. M. R.) atribuíu-me a afirmação de que êle apresentava, no *Camões e a Infanta*, apenas 37 poemas dirigidas à Infanta. Repeti textualmente as minhas palavras para provar ao leitor que (J. M. R.) deformava o meu pensamento».

Repare-se na insistência do «textualmente», como se a transformação de uma oração explicativa em restritiva não fôsse uma alteração do texto.

E depois de insistir em que repetiu textualmente as suas palavras e que eu lhe deformei o pensamento, prossegue o crítico do *Diário de Notícias:* «Pois sabem o que êle no *Instituto* me replica? Isto: «Agora o articulista vai-se ao texto do *Diário de Notícias*... e introduz-lhe de novo a palavra *ùnicamente* que lhe modifica o sentido e prepara a resposta». E mais adiante: «E fala o articulista em passes de vermelhinha. ¡E isto depois de subreptìciamente meter onde não estava um advérbio que modifica o sentido da frase!» O leitor já gritou: é mentira! E é(1). Eu não in-

(1) Asserção absolutamente incorrecta, em vista da minha declaração publicada imediatamente no *Diário de Notícias,* abaixo reproduzida, e em que reconheço ter havido da minha parte um êrro de interpretação.

troduzi como se viu no texto do *Diário de Notícias* em questão a mais ligeira palavra, o mais leve sinal (1). O advérbio *ùnicamente* figura no meu comentário à deformação do texto».

O que se passou foi o seguinte: As palavras do articulista: «Pois que vê (J. M. R.), antes de mais nada, na minha objecção? A afirmativa de que no *Camões e a Infanta* êle apresentava *ùnicamente* a favor da sua tese aqueles 37 poemas», esta afirmativa, digo, foi por mim mal interpretada, pois supús que as palavras «que vê» equivaliam a «que está», como por vezes acontece (2). Numa cousa, numa frase, etc., pode ver-se o que lá está; mas também, por equívoco, por opinião antecipada, etc., pode ver-se o que lá se não encontra.

Apenas recebi da Imprensa da Universidade a *Tese IV*, reli-a, e o meu engano patenteou-se-me imediatamente. Fiz, sem demora, o que na ocasião me era possível e o dever me impunha. Mandei, em carta para o *Diário de Notícias*, uma declaração assim redigida: «No princípio da pág. 416 do *Instituto*, vol. 15.º, n.º 4 da 4.ª série, que acabo de receber, vejo que me escapou um êrro de interpretação, que rectificarei no próximo número desta revista. É claro que ficam assim sem efeito as considerações que no mesmo lugar faço sôbre o assunto».

---

(1) Não introduziu, mas elimina agora um leve sinal, de que resultou a transformação do sentido da frase. Na oração explicativa eram *ùnicamente* 37 as poesias encabeçadas na Infanta, na restritiva são mais do que 37, mas é só êste número que toma em consideração.

(2) Quando escrevi a *Tese IV* e revi as respectivas provas achava-me a voltas com uma pertinaz auto-intoxicação, complicada com um ataque de glicosúria. É um facto que aduzo e não uma desculpa que queira alegar, pois não tem desculpa nenhuma quem, naquelas circunstâncias, se senta à banca a trabalhar.

Como me não foi possível preparar o presente artigo para sair em o n.º 5 do *Instituto,* nêle inseri a seguinte

«ERRATA IMPORTANTE»

«A pág. 416 do número anterior devem considerar-se como não escritas as linhas 1 a 5 (esta até o meio) e 12 a 19».

O que não valeu de nada, pois o articulista continua a chamar mentira ao que foi êrro de interpretação, êrro que pùblicamente reconheci, logo que dei por êle, e considerei como não escrito, na errata inserta no n.º 5 do *Instituto.*

Mas continuemos a ouvi-lo: «Se eu enxertasse no meu texto o advérbio *ùnicamente* era idiota, porque inutilizava um dos meus grandes argumentos contra (J. M. R.)(1). Se eu lá enxertasse êsse advérbio ou outro semelhante, era a mim próprio que me inutilizava(2). Pois que me indignou? Que (J. M. R.) me tivesse atribuído, no tal texto, o sentido de que no *Camões e a Infanta* havia ùnicamente 37 poemas dedicados à Infanta».

Ora tornemos a ler o tal texto, como o articulista primitivamente o pontuou: «No *Camões e a Infanta*, (J. M. R.) encabeça na Infanta trinta e sete poemas, dos quais exclui, na *Lírica,* vinte e um, e anonimiza dezasseis».

Temos ou não temos aqui, implícito, o advérbio *ùnicamente,* ou outro da mesma significação? ¿Diz-se ou não se diz implícita, mas necessàriamente, que são *apenas* 37, que são *exclusivamente* 37, as poesias que no «*Camões e a In-*

---

(1) Um dos grandes argumentos! Como se não se tratasse apenas da interpretação de umas palavras relativas ao número dos textos encabeçados na Infanta!

(2) ¿Inutilizava-se ou reforçava a sua opinião, reduzindo ùnicamente a 37 o número das poesias relativas à Infanta? Quem assim argumenta conta muito com a simplicidade do leitor.

fanta são dadas como referidas à filha de D. Manuel, e não se indica o destino que posteriormente se deu a estas 37 composições?

¿Não estava isto no pensamento do articulista? Mas estava na sua pena, e era por ela que eu, em polémica, tinha o direito e a obrigação de me guiar. ¿E não teria o articulista interêsse em diminuir o número das poesias dadas como dirigidas à Infanta?

II

Escrevi eu, a propósito das dificuldades que por vezes tem havido em destrinçar as poesias pertencentes a Camões das que foram escritas por outros poetas: «Outra causa de dificuldades provém do facto de Camões se ter, por vezes, encontrado em situações muito semelhantes com algumas das mulheres que lhe inspiraram versos amorosos» (*Tese, III,* 25-26). Mas acrescentei:

«A-pesar-destas dificuldades, a maioria das líricas atribuídas a Camões não oferece dúvidas emquanto à autenticidade; e para muitas sabe-se ou pode averiguar-se, pelo raciocínio, a quem foram endereçadas».

O articulista sublinha as palavras *situações muito semelhantes* até *amorosos* e comenta: «O sublinhado é meu. Com que então a dificuldade em atribuir à Infanta *os poemas de Camões* (1) provém do facto de o poeta se ter, por vezes, encontrado em situações muito semelhantes? Ficamos a saber é que difícil fazer uma atribuição precisa *dos poemas líricos* de Camões à Infanta, porque o poeta se encontrou por vezes em situações muito semelhantes com algumas das mulheres que lhe inspiraram versos amorosos».

---

(1) É meu o *sublinhado* neste passo e no que se lhe segue. Note-se a *habilidade* de omitir o «por vezes» onde êle era indispensável.

Admire o leitor a probidade mental do articulista.

¿Onde falei eu aqui, por uma forma genérica, *dos poemas de Camões, dos poemas líricos de Camões?* ¿Não fui bem preciso e bem cauteloso nas expressões que empreguei?

Se eu afirmasse, sem a restrição do «por vezes», que «era difícil fazer uma atribuição precisa dos poemas líricos de Camões à Infanta», onde ficaria a tese infantista?

III

a) Com transformar, por um ardiloso artifício gráfico, uma oração explicativa em restritiva, alterando-lhe assim o sentido, com generalizar palavras minhas, dando-lhe uma amplitude que elas não tinham nem podiam ter, e com fingir desconhecer a errata do n.º 5 do *Instituto,* que precisa a declaração publicada no *Diário de Notícias,* julga-se o articulista dispensado de discutir o assunto fundamental da minha *Tese IV.* Ouçâmo-lo: «Aqui tem o leitor o que (J. M. R.) fêz no *Instituto* de Coimbra. Era natural que eu o comentasse devidamente, e neste lugar agora o comentaria, se no dia 16, o *Diário de Notícias* não tivesse publicado a seguinte estranha declaração: «*No princípio da pág. 16*» etc. (seguem-se as palavras acima reproduzidas)(1).

E continua: «À acusação injuriosa e difamatória chama (J. M. R.), com a mais pasmosa naturalidade, *erro de interpretação*... Não se trata de «erro de interpretação». (J. M. R.) não se viu diante de um texto a interpretar e de difícil interpretação... Interpretar é traduzir, apreender, dar por palavras próprias o pensamento de outrem».

Recorde-se agora o leitor do período «Pois que vê (J. M. R.)

---

(1) O articulista omite a errata publicada no *Instituto* a que neste lugar se alude e que também fica acima copiada.

na minha objecção» etc., e do que a êste respeito fica dito acima. E veja como tudo serve ao articulista para não responder ao que é fundamental na *Tese IV*.

Não lhe basta o eu reconhecer que houve da minha parte uma má interpretação de palavras suas e dar como não escrito o comentário que essa interpretação me sugeriu e que eu estava no direito de fazer, se ela fôsse verdadeira.

Tudo isso desapareceu com a minha declaração no *Diário de Notícias* e com a errata do *Instituto,* mas não responde!

b) Diz mais o articulista: «Sabendo, por informação directa de alguém, que eu não estava disposto a poupá-lo, corre ao *Diário de Notícias* com aquela declaração anodina, vaga, imprecisa, que a grande massa dos leitores é incapaz de compreender, em que dá por não escrito o que escreveu contra mim e a que chama (que bizarro eufemismo!) êrro de interpretação».

Devo dizer que me caíu das mãos o *Diário de Notícias* quando li nêle o que acabo de transcrever.

¿Por quem me mandou dizer o articulista que não estava disposto a poupar-me? ¿Como sabe êle que foi esta ameaça que me levou a escrever a carta ao *Diário de Notícias?*

Se à primeira destas preguntas se não responder com a indicação do nome do informador, tirarei as conseqüências e farei os comentários que o caso requere.

A respeito da segunda pregunta, veja-se o que acima fica dito quando me ocupo do descobrimento do lapso em que eu havia encorrido.

A respeito da omissão propositada da errata do *Instituto* nada mais direi.

c) «Nada me obriga a ter deferências para quem nem sequer tem a singela delicadeza de escrever o meu».

¿Como quer o articulista que eu lhe escreva o nome, se a *Cultura estrangeira Cultura portuguesa* se publica anónima? Não me compete averiguar por que motivo não vem

assinada, mas o que é facto é que o não vem. E eu não tenho obrigação, nem o direito, de pôr o nome de um autor em lugar onde êle é o primeiro a omiti-lo. Ou há razões que obrigam o autor e não obrigam o público? Não sei nem quero saber disso.

d) «A retratação tímida que a *declaração* contida no *Diário de Notícias* encobre coloca-me em condições de prescindir do comentário que (J. M. R.) merecia. No entanto porque a ofensa foi muito profunda e a injúria foi muito grave, entendo que não é ser excessivo ou impertinente dizer que a declaração me não satisfez e que me sinto com direitos a pedidos de desculpa expressos e formais».

O articulista dá-se por ofendido, para não responder ao assunto fundamental da *Tese IV* e desconhece a errata do n.º 5 do *Instituto*, para achar tímida a minha declaração publicada no *Diário de Notícias*. Pois entendo que lhe devia bastar a errata do *Instituto*. Quem nesta polémica tem incorrido em tão flagrantes actos de improbidade mental não tem direito a mais do que o que fiz.

e) «Acusou-me falsamente (J. M. R.) de ter falsificado dois textos. Reconhece, confessa que o fêz falsamente. Mas os termos da sua declaração não são suficientes. Uma hombridade de meias tintas, que se disfarça por detrás de eufemismos e se dissolve em termos equívocos, não se impõe a ninguém».

Sempre a inexactidão. Reconheci que interpretei inexactamente um texto do articulista (só um, e não dois), mas logo que dei pelo engano, declarei imediatamente no *Diário de Notícias* que tinha havido da minha parte um êrro de interpretação, que rectificaria no próximo número do *Instituto*, e que ficavam sem efeito as considerações que o meu engano me tinha levado a fazer. E no primeiro número que saíu daquela revista dei como não escritas as linhas em que me ocupei do assunto. Isto não é bem claro? ¿E para que

omitiu o articulista qualquer referência à errata do *Instituto*? ¿Não é isto uma falta de probidade mental, a juntar a tantas outras?

E o articulista conclui assim a sua crítica: «Mas êste incidente tem outro aspecto. ¿Que autoridade é a dêste homem que se equivoca tanto, a ponto de acusar falsamente o seu adversário de deturpação de textos claros e actuais? ¿Que poder têm os seus juizos críticos — para que possamos discutir a sério a sua tese infantista? ¿Porque não há-de haver nesta a mesma soma de fantasia, embora de outra natureza, é claro, que havia naquela acusação? Só resta agora um caminho a J. M. R.: confessar-se vencido e reconhecer que o seu senso crítico é falho de elementos construtivos».

Aí tem o leitor as peças do processo. E diga-me se há ou não da parte do articulista o propósito de fugir à discussão da tese infantista. É que esta se acha inabalàvelmente firmada e tão segura que a ilustre Mestra, D. Carolina Michaëlis, a perfilhou, depois de a haver rejeitado. E pertence-lhe o futuro, sem receio o afirmo.

Dr. José Maria Rodrigues.

AMIEIRA

DO ANTIGO PRIORADO DO CRATO

Amieira na história

LINHAS GERAIS DE HISTÓRIA

Não sabemos para lá de que idades se poderão ir buscar as origens dos mais velhos núcleos de habitadores de Amieira e seu têrmo, independentemente dos maiores e posteriores grupos constitucionais do povoado.

É, porém, certo que a vida pré-histórica teve por ali também seus arraiais, como é lícito afirmar-se, quanto mais não seja, pela tradição que ainda agora se mantém nas designações dadas a lugares determinados, onde, seguramente, existiram antas ou dólmenes.

Na Do Gago e na courela denominada da Anta, há ainda um daqueles monumentos, apenas com as três pedras verticais e sem a pedra ou mesa de cobertura horizontal, parecendo que uma outra existiu no Monte das Figueiras.

Um pouco acima da Do Gago(1), na Alferrereira Pequena e na margem direita do ribeiro do mesmo nome, houve também, segundo dizem velhos dos mais velhos, que afirmam

---

(1) Esta propriedade devia ter pertencido a uma antiga família Gonçalves Gago, de que em velhos papéis se encontra referência. O mesmo quanto a Vale do Galaxo, (família Gonçalves Galaxo); Eira do Peleia (família Dias Peleia); Vale de Fernão Frade, (família Fernão Frade); Tapada do Morgado, (talvez do morgado Francisco Xavier de Gois e Brito).

tê-la visto ainda de pé, uma outra anta ou dólmen de que, aliás, agora não há vestígios, sendo igualmente de presumir que outra houvera no sítio denominado da Pedra Erguida, como tal designação o indica.

Não nos consta, porém, que qualquer dêstes dólmenes tenha sido em qualquer tempo explorado, nada podendo, por isso, dizer-se, sôbre os materiais arqueológicos e de estudo que deles pudessem, porventura, ser colhidos.

Depois, parece que Amieira existiria já, com o nome de Amaria, nos tempos da conquista da Lusitânia pelos romanos e que por ali teria andado Viriato, o valente e insubmisso pastor-guerreiro dos Hermínios (1).

«Chega a Cretina dita agora, Crato,
«Rendoso priorado da Cruz Branca:
«Acha ali sua gente Viriato,
«E a do contôrno presto d'elle arranca.
«Vem-lhe a de Ammaria, que com grosso tracto
«Era do Tejo então escala franca,
«Como inda agora praça mui guerreira;
«Chama-se em nossos dias Amieira» (2).

---

(1) Viriato, considerado invencível pelos romanos, foi assassinado, quando dormia, por três dos seus oficiais, subornados para êsse fim, no ano de 140 antes de Cristo, só então ficando pacificada e assegurada a conquista da Lusitânia.

(2) *Viriato Trágico* — Poema Heróico, por Brás Garcia de Mascarenhas. — Canto VII. Est. 17. (Lisboa, 1864). — Brás Garcia de Mascarenhas nasceu em Avô a 3 de Fevereiro de 1596 e morreu a 8 de Agôsto de 1656.

Como adiante se verá, parece que *Amaria* não seria o nome dado em qualquer tempo a Amieira. Na *Carta* de D. Afonso IV, de 1341, em que se dá conta do chamamento para todos os donatários de castelos e vilas justificarem a sua posse, o Prior do Hospital disse que, entre outras vilas, lhe pertenciam Amieira (*ameeyra*) e Amaria, etc., o que parece indicar tratar-se de duas povoações diferentes.

Que os romanos andaram também por terras de Amieira parece não haver dúvidas, pelas moedas do seu tempo encontradas por ali. Ainda há anos, na Do Gago, numa das milharadas (1), junto à ribeira e ao fundo do cabêço denominado do Ouro, foram encontradas moedas romanas, de ouro, e pedaços de chumbo, provenientes, estes, talvez, de canos, ou de utensílios domésticos (2).

---

(1) Em Amieira chama-se *milharadas* a certas terras de frescura e fertilidade, destinadas a uma cultura quási contínua de milho de regadio e ao próprio campo de milho, com outras culturas intercalares, como feijão, abóboras, melancias, etc.

(2) Uma destas moedas, pertencente ao Sr. António Gonçalves Rasquilho, é do imperador Honorius, que subiu ao trôno no ano de Cristo de 395 e morreu no ano de 423. Tem no anverso a legenda *D: N:* (Dominus Noster) *Honorius P. M.* (Pontifex Maximus) *Augustus* — e no reverso: *Victoria AAGGG* (Augustus) com vários GG, seguidos de uma letra grega. Na parte inferior a palavra *Comob*, que significa ter sido a moeda cunhada em Constantinopla.

Há duas moedas iguais, da mesma proveniência, pertencentes aos Srs. Dr. António de Matos Cardoso e Adelino Diniz Vieira, parecendo que outras mais existem ainda fora da terra, não repugnando, por isso, acreditar que no tempo dos romanos e mesmo anteriormente houvesse ali algum agregado populacional, dada a circunstância de, além das moedas, terem aparecido restos de calçadas e outros vestígios de antigas ruínas, fragmentos de utensílios, restos de telha, tejolos, etc. A designação, já muito antiga, de Cabeço do Ouro, parece indicar que já em tempos afastados, outras moedas ou objectos de ouro teriam sido ali encontrados.

Perto há o sítio denominado do *Tropeço*, onde, por umas ruínas existentes, se crê serem elas sobrevivências de um antigo povoado, supondo-se também ter ali havido uma capela da invocação de S. Francisco, pois, segundo se vê dos livros da distribuição das benesses da igreja, ainda nos meados do *século* XVIII *ali se cantava no dia* 4 de Outubro de cada ano uma missa pelo instituïdor da capela do Monte das Figueiras, que é junto do Tropeço. Em 1728 era administrador desta capela António Dias Feio Carrilho. A imagem de S. Francisco ainda foi vista por um dos autores dêste livro na capela do Senhor da

Sabido é também que, já dentro do Portugal constituído em nação independente, ou pouco antes, mesmo, à influência dos freires da Ordem dos Templários, mais tarde Cavaleiros de Cristo, se deve a colonização e o desenvolvimento, sob todos os aspectos, da parte sul do Tejo, fronteira à Beira Baixa, que hoje pertence ao distrito de Portalegre.

Efectivamente, à Ordem do Templo, cujo mestre tinha sua moradia em Castelo Branco, pertenciam do lado de cá do Tejo, além de outras, as comendas de Aviz, Niza, Montalvão e Alpalhão (1). Vila Flor, a dois passos de Amieira, pertencia aos Templários. De forma que, possìvelmente, Amieira, se lhes não pertenceu também, deve ter sentido e muito a acção reflexa da sua influência e trabalhos exercidos em tão próximas vizinhanças.

Depois da Ordem dos Templários, a Ordem militar do Hospital, que, tendo sido introduzida nos tempos de Afonso Henriques, recebeu de D. Sancho I, em 1194, as terras onde assentam a povoação e o castelo de Belver (2), e em 1232,

---

Cruz, em Amieira, tendo sido enterrada quando há anos ali se fizeram obras, por velha e defeituosa.

Os sítios da Do Gago são dos mais férteis e dos mais fartos de água no têrmo de Amieira. Outro indício da antiguidade de Amieira é a indicação dada no *Santuario Mariano,* por Fr. Agostinho de Santa Maria (Lisboa, 1711) de que para a fundação da ermida de Nossa Senhora da Sanguinheira se não podem descobrir nenhuns princípios, não só de memórias ou escritos autênticos, por os não haver, como nem mesmo por tradições, havendo, porém, como diz o autor, uma pessoa de erudição que se persuadia de que ela fosse tão antiga como os cristãos da vila, devendo ter sido anteriormente um templo pagão consagrado a Lucina, deusa invocada pelas mulheres em dificuldades de parto.

(1) *As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo — Comendas da Ordem de Cristo,* por P. M. Laranjo Coelho, separata de *O Arqueólogo Portugués,* vol. XXVI, 1923-1924.

(2) D. Sancho I, que reinou de 1185 a 1211, doou à Ordem de Malta,

de D. Sancho II, uma grande extensão de território, a que uma nova povoação, logo começada a edificar, o Crato, viria a servir de centro e de comenda principal (1).

---

por 1194, sendo prior D. Fr. Afonso Pais, as terras da Coroa da margem direita do Tejo chamadas *Guidimtesta,* ou *Guidi in Testa,* ou ainda *Costa,* concedendo que ali edificasse um castelo, ao qual, pela sua posição, se deu logo o nome de Belver. Quando D. Sancho morreu, em Março de 1211, deixando grossos donativos a várias Ordens, entre as quais a de Malta teve farto quinhão, já o castelo de Belver estava feito e já ali era residência conventual, cabeça, ou uma das casas principais da Ordem (*Nova História da Militar Ordem de Malta,* por José Anastácio de Figueiredo, vol. I, pág. 206 (Lisboa, 1800). A terra Guidimtesta parece corresponder ao actual concelho de Mação. (*História de Portugal,* da Portucalense Editora de Barcelos). O Padre Carvalho da Costa na sua *Corografia Portuguesa* diz, ao que parece, erradamente, que a igreja e restantes construções de Belver eram dos Templários.—Sôbre as vilas e castelos do Crato, Flor da Rosa e Amieira, ver a conferência realizada na Associação dos Arqueólogos Portugueses por Tude M. de Sousa, sob o título de *Algumas Vilas, Igrejas e Castelos do antigo Priorado do Crato* (Crato—Flor da Rosa—Amieira), publicada em *Arqueologia e História,* boletim da mesma Associação, vol. VIII (Lisboa, MDCCCCXXX).

A respeito do castelo de Belver, dizia em carta de Fevereiro de 1929, a um dos autores dêste livro, o sr. Padre Atílio Mendes Maia, pároco daquela freguesia, o seguinte: «Ainda existe dentro do castelo a igreja com a invocação de S. Brás, mas não é igreja paroquial. Encontra-se num estado regular de conservação; possui um altar de madeira em talha muito apreciado por pessoas especializadas nêsses assuntos. O castelo foi considerado monumento nacional; está muito em ruínas, com excepção da tôrre de menagem, que ainda se encontra num estado regular e é actualmente o cemitério desta vila».

Sôbre Belver pode ver-se em *Páginas Arqueológicas,* VI (1912), por Félix Alves Pereira, o pequeno estudo *A Antiguidade em Belver* e na *História de Portugal,* da Portucalense Editora, de Barcelos (1929), a pág. 122 e segs. do volume II, podem ver-se algumas boas gravuras do castelo.

A primeira casa conventual da Ordem de Malta em Portugal foi a de Leça do Balio.

(1) «A 22 de Março de 1232 é passada em Coimbra carta de doação

Dentro destas terras, que seriam provàvelmente as que no futuro viriam a constituir em parte o Priorado do Crato, ficaria, de-certo, Amieira, que foi sempre uma das mais importantes pelo seu valor próprio e pelo valor estratégico e guerreiro que mais tarde lhe veio a dar o seu castelo.

Belver parece ter sido, antes da sua passagem para Flor da Rosa, por 1356, a sede da Ordem de Malta em Portugal, que antes fôra em Leça do Balio, tendo sido naquele período, talvez ainda no tempo de D. Sancho I, que um Joanne-Annes e sua mulher fizeram doação ao comendador de Belver de uma casa que tinham em Amieira, o que mostra que já naquela época Amieira existia como povoado. E povoado de assinalada importância devia êle ser, dada a referência citada por José Anastácio de Figueiredo a uma «*Sentença que Johã Garcia e Johã fedorninho alcaldes de Ameeyra julgaron aa Pitança de Belueer o herdamento que jaz ao thermo da ameeyra no caminho do Crato ao porto da Poluorosa o qual Johã calado e sa molher foyã de trager*» e pela qual estas propriedades e porventura Amieira e seu têrmo viriam a pertencer à Ordem do Hospital (1).

---

aos hospitalários dum vasto território em que devia ser fundada uma povoação que lhe serviria de centro e à qual se daria o nome de Ocrate (Crato). Já anteriormente se fundara uma outra povoação a nordeste dêsse território, nos contrafortes da serra de S. Mamede — Castelo de Vide. Em Outubro do mesmo ano o bispo egitaniense, Mestre Vicente, pretendendo *restaurar e povoar* Alter, concedia-lhe foral, procurando atrair ali moradores» (*História de Portugal*, Edição da Portucalense Editora, L.da, de Barcelos, vol. II, pág. 223. — Estudo do Prof. Sr. Ângelo Ribeiro.

(1) *Nova História da Militar Ordem de Malta*, vol. I, pág. 159. — Segundo Alexandre Herculano (*História de Portugal*, vol. VII da 8.ª edição, pág. 175–176) os alcaldes (não confundir com *alcaides*), geralmente dois, também chamados alvasis, ou simplesmente juízes, eram os principais magistrados dos municípios nos seus mais velhos tempos.

Alcalde, palavra derivada do árabe *al-kadi*, queria dizer juiz que

A corroborar esta mesma antiguidade está a sentença da jurisdição de Amieira à Ordem de Malta (1), feita após

julgava em primeira instância, entre os muçulmanos, devendo notar-se que o título de *Kadi* só pertencia ao juiz de uma cidade ou povoação importante.

O Sr. Prof. Manuel Paulo Mereia, no capítulo respêitante à «Organização Social e Administração Pública», da *História de Portugal*, edição monumental da Portucalense, Editora, de Barcelos, a pág. 494 do I vol., diz que dentre os funcionários municipais nos séculos XII e XIII os mais importantes eram aqueles que tinham como função característica administrar justiça. Existiam concelhos com um único juiz eleito, sendo, porém, em regra, dois, havendo exemplos de três e mais. Nalguns lugares denominavam-se juízes (*judices*), noutros alvasis, noutros, finalmente, alcaldes, sendo, todavia de notar que nos concelhos onde havia alcaldes, estes magistrados existiam as mais das vezes com um juiz eleito ou de nomeação régia.

(1) A Ordem Militar de Malta, antes chamada de S. João do Hospital de Jerusalém, estabeleceu-se em Portugal no tempo de D. Afonso Henriques. Aos cavaleiros do Hospital eram impostos deveres similares aos de outras ordens de cavalaria: fidelidade ao rei e defesa da religião, ordenando a regra que nenhum cavaleiro isolado poderia fugir da luta emquanto os inimigos não excedessem o número de três.

Os cavaleiros, que cá tinham o govêrno da Ordem, chamaram-se, segundo Fr. Lucas de Santa Catarina, com o que não concorda José Anastácio de Figueiredo, que acha que tal designação só vem desde D. João III, *Priores do Hospital*, até, talvez, 1340 e *Priores do Crato* só dali por diante, a-pesar-do Crato ter sido doado à Ordem em 1232 por D. Sancho II, com a obrigação de o povoarem e fortalecerem. — D. Álvaro Gonçalves Pereira parece ter sido o primeiro Prior do Crato, porquanto acompanhou já como tal D. Afonso IV na batalha do Salado, em 1340. — O Prior do Crato era um geral Provincial da religião de Malta com dignidade quási episcopal e com jurisdição civil e criminal sôbre os seus cavaleiros e exercia domínio despótico, sôbre as vilas de Crato, Gáfete, Tolosa, Amieira, Gavião, Belver, Envendos, Carvoeiro, Proença, Sertã, Pedrógão Pequeno, Oleiros e Álvaro. — O hábito dos cavaleiros de Malta era túnica preta e comprida com uma cruz de pano branco, oitavada, sôbre o lado esquerdo. (*Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta*, por Fr. Lucas

o chamamento para todos os senhores e donatários legitimarem quanto tinham na sua posse, na qual, já na era de 1379, correspondente ao ano de 1341 (1), se dizia que Amieira pertencia à Ordem desde tão longe, que a memória dos homens o não alcançava, como o diz o documento que se segue:

A hordẽe do esptal sentença p que foy asolto da citaçam que lhe foy fẽa p rrazam da jurdiçam dos lugares da dita hordẽe e da instancia do juizo

«Dom Affonso pella gr̃ça de dẽ Rey de portygal e do algarve — a quantos esta carta virẽ faço saber que eu pellas villas e comarcas do meu Senhorio mandei fazer chamamento geeral p̃ rrazom de todos aquelles que aviam villas ou castellos, ou coutos, ou honras ou jurdiçõees alguũas em ellas no meu Senhorio que a dia certo contheudo no dito chamamẽto viessem pante os ouvidores dos meus ftos mostrar em como os aviam e trazíam do qual dia que lhes pello dito chamamento era assynado que aparecessẽ poante os ditos meus ouvidores sobr̃ la dita rrazom como dito he. giraldo estevees meu procurador por mim da huũa p̃te e D. aluoro Grl̃z priol do esprital nos meus Reynos p sy por adita sa hordẽe da outra aparecerom pante johane annes mellon e Domingues paaes ouvidores dos meus ftos. E o dito priol satisfazendo ao q̃ lhe p mim era man-

---

Fr. Lucas de Santa Catarina, Lisboa, 1734. — *Mapa de Portugal*, pelo Padre João Bautista de Castro, 1747).

As oito pontas da cruz de Malta significavam as oito bem-aventuranças (*Igrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima*, por Padre Manuel de Aguiar Barreiros, pág. 86).

No livro *A Sertã e o seu Concelho*, por Padre António Lourenço Farinha, há notas muito de apreciar, relativas à ordem de Malta e a tôdas as povoações do Priorado do Crato.

(1) A era de César ou hispânica, que começava a contar-se da conquista da Península Ibérica pelos romanos, deixou de ser empregada em Portugal em 1442, adoptando-se dali por diante a era de Cristo, cujo primeiro ano coincidia com o ano 39 da era de César. De forma que, para se fazerem as devidas equivalências, é preciso abater 38 anos à era de César.

dado disse quea dita ordẽe avia avilla da sartãa com seu termo e a villa do crato com tollosa q̃ he termo da dita villa do crato e a villa de montouto com seu termo e a vila dulveira que he em terra de cea com seu termo e o castello de belveer com gayam (1) *e com acortiçada e com a abucheira* (2) *e com carvoeyro e com o ẽbendo e cõ aameeyra e com amaria* (3) *que som termo do dito castello de belveer e o castelo de Ulgoso com seu termo nas quaaes villas e castellos e logares o dito priol dizia q̃ a dita sa ordẽe tragia toda jurdiçom civel e criminal passava p tãto tempo quea memoria dos homẽes nom era em contrairo. E o dito meu procurador por mim vendo o q̃ o dito priol dizia disse que sofria e nom queria ora demandar o dito priol nem a dita sa ordẽe p rrazom da jurdiçam dos sobre ditos logares e os ditos meus ouvidores vendo o que cadahũa das ptees dizia e em como o dito meu procurador dizia q̃ nom queria demandar o dito priol nem a dita sa ordẽe p rrazom da jurdiçam dos sobre ditos logares p sentença asolverom o dito priol do dito chamamento que lhe assy pella dita razzom fora fto p rrazom da jurdiçam dos sobre ditos logares e villas e castellos com seus termos e da instancia do juizo. E em testemunho desto dey ao dtõ priol esta minha carta. Dante em lixboa*

---

(1) Gavião.

(2) Cardigos, desde o tempo de D. João III.

(3) *Amaria* supõe José Anastácio de Figueiredo que seja talvez o concelho de Margem, posteriormente reünido a Lagomel, pois se encontra escrito *Maria* ou *Marja* (tômo 1.º, pág. 161, nota), Margẽ e Legomel figuram no arrolamento dos moradores, de 1532, mandado fazer por D. João III, como pertencendo ao duque de Bragança, tendo, juntos, uma população de 23 vizinhos. (*Archivo Historico Portuguez*, por Anselmo Braamcamp (pág. 103). José Anastácio de Figueiredo diz também que o concelho de Margem estava fora da jurisdição e terras do Priorado. Porém em *As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo*, por P. M. Laranjo Coelho, diz-se, a pág. 19, que Margem e Lagomel eram do Priorado do Crato. Outros autores dizem o mesmo. ¿Como conciliar estas notícias e o documento acima com a nota do arrolamento dos moradores, de D. João III, e a informação de J. Anastácio de Figueiredo? Pinho Leal diz que Lagomel era freguesia mais antiga do que Margem, tendo-lhe sido dado foral por D. Manuel no 1.º de Julho de 1518, com o nome de Lagomil. Servia o mesmo foral também para Margem, a que dava o nome de Almargem.

É, porém, certo que Braz Garcia de Mascarenhas no seu *Viriato Tragico* chama a Amieira Ammaria.

dezasete dias dagosto. ElRey omandou p johãneãnes mellon e p dominguos paaes ouvidores dos seus feitos e da portaria. Estevam martȳz afez. Era de mil trezentos e setenta e nove anos (1).

Com a fixação, por 1356, de D. Fr. Álvaro Gonçalves Pereira no castelo de Flor da Rosa, por êle construído, tôdas as terras que lhe estavam sujeitas dêle tiveram os melhores carinhos, tal predilecção lhe merecendo Amieira, que nela edificou o majestoso castelo, cuja imponência ainda agora é de admirar, nêle passando temporadas largas e nêle vindo a morrer, já velho, em 1382 ou 83 (2).

Ao seu castelo, a que dedicaremos um capítulo especial, deveu Amieira, depois, uma parte importante da sua vida na história.

Deve ser dos tempos do Prior D. Álvaro que a Vila mais se alargou pela fixação duradoira das gentes que necessària-

---

(1) Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. IV, fls. 75, copiado no *Livro VIII de Odiana*, fls. 63, v. e confirmado por D. Se-Sebastião (*Livro V de Confirmações Gerais*, fls. 142) e por Filipe I (*Livro IX de Confirmações Gerais*, fls. 102). Por êste documento se vê que em 1341 se chamava ainda prior do Hospital e não prior do Crato a D. Fr. Álvaro Gonçalves. Também, em 1384, quando Nuno Álvares exortava os seus companheiros a marcharem à conquista do Crato, chamava êle ao prior, que era seu irmão Pedro, prior do Hospital. E, ainda, num documento adiante citado, de D. Afonso V, relativo a Fernão Pais, se diz que êle fôra criado do Prior de S. João, e não do Crato. Quando, pois, se diz que o primeiro prior que se intitulou prior do Crato foi D. Fr. Álvaro Gonçalves, deve, em nosso parecer, entender-se que foi êle o primeiro prior do Hospital que residiu na nova sede da Ordem, no Crato.

(2) O n.º 96, de 16 de Dezembro de 1929, da *Ilustração*, publica um excelente artigo, acompanhado de algumas gravuras, do Sr. Dr. Brito Camacho, a respeito dos antigos paços da Flor da Rosa. — Além das descrições do castelo da Flor da Rosa na citada conferência de um dos autores, pode ver-se uma descrição do estado em que êle se encontrava em 1894 no livro *Histórias de Frades*, por Lino da Assunção.

mente andavam adstritas à guarnição do castelo, vindo pelos tempos adiante a aumentar-se o número de casais e a abertura sistematizada de ruas e a aumentar-se a conquista de terrenos para a agricultura e para a criação de gados.

Mas, muito antes disso seria que um dos priores do Crato, que José Anastácio de Figueiredo supõe ter sido Fr. D. Gonçalo Viegas (1256) ou Fr. D. Afonso Pires, que foi quem deu o primeiro foral a Tolosa em 1262 (1), ambos do reinado de D. Afonso III, teria dado a Amieira o seu foral, depois renovado ou confirmado pelo rei D. Manuel em 15 de Novembro de 1512, nos termos que abaixo seguem (2):

Fforal dauilla dAmeeira dado pollo prioll docrato (3)

«*Dom Manuel per graça de dẽs Rey de purtugual e dos Alguarves daaquẽ e daallem maar ẽ africa señor de guinee e da comquista nauegaçã e comercio de ethiopia arabia persia e da imdia e et. Aquantos esta nossa Carta Foral dado a Villa de Ameeira virem fazemos saber que per bem das dilligencias e isames que em nossos Reinos e Senhorios mandamos geralmente fazer pera justificaçam e decraraçam dos Foraes delles. E per algumas Sentenças e determinaçooes que com os do nosso*

---

(1) *Nova História da Militar Ordem de Malta*, vol. II, pág. 183. — O segundo foral foi dado em 1281 por Fr. D. Gonçalo Fagundes, no reinado de D. Deniz — *Idem, idem*, vol. II, pág. 255.

(2) No reinado de D. Manuel procedeu-se à reforma dos forais, já ao tempo em desarmonia com as circunstâncias e com as leis do tempo, o que dava lugar a disputas e conflitos. Foi feita por uma junta de letrados, para o que o seu escrivão, Fernam de Pina, percorreu todo o país, menos o Algarve.

(3) «*Foral* se chamava o documento de isenções, privilégios e franquias outorgado pelo rei e muitas vezes pelo senhor dos logares, cidades ou vilas da sua jurisdição. Pelo foral se regulavam os homens da governança da povoação, ou alvazis do município. — (*Alvazis*, magistrados municipais e judiciais, hoje vereadores». — *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, por Júlio de Castilho, vol. 3.º pág. 17).

Conselho e Letrados Faẓemos. Acordamos que as Rendas e direitos se devem hy derecadar na forma seguinte.

Arrecacadarsse ha na dita ujilla por dr̃to Real apenssam de huũta-baliam que paga cadano cento e oitenta Reaaes. Os maninhos sam do conçelho liuremente e seram dados pollos sesmeiros cõ acordo da camara segundo nossa ordenaçã sem tributo nem foro njnhuũ. Os montados ysse mesmo sam do comçelho e leuaram dos gaados que emtrarem no dito termo sem licẽça ou visinhança a coyma e penas que possere̅ por suas posturas com tamto que leuem da cabeça de gaado mjudo huũ real e de gado mayor no mais que adeẓ rr̃s aqual coyma e penas nã leuaram senam desque omalham for todo descuberto e ogaado andar todo dentro no termo da dita ujilla. E por quanto os moradores da dita ujilla sé agrauarã dos offiçiaaes e Ryndeiros da ordem lhe leuarem e nouarem-foros e tributos nas poyas dos fornos (1) *e maqujas dos moynhos que nunca pagarã nos Remetemos este caso e quaaes qr̃ outros desta calidade aos bispos e seus vigarios aq̃ ptẽcer segũdo as constituiçooes dos quaaes as pagaram e doutra maneira nam.*

E o gaado douento (2) *e apena darma* (3) *e aportagem cõ todollos capillos ate afym sam taas em tudo como ho crato* (4). *Dada na cidade de*

---

(1) Os alcaides-mores do priorado do Crato tinham o exclusivo dos fornos de coser pão, com a obrigação de os terem sempre bem providos, por forma a que o pão nunca faltasse.

(2) *Gado do vento* — gado perdido, cujo dono não foi encontrado.

(3) *Pena darma* — multa por uso de arma proïbida.

(4) O foral do Crato (*Livro dos Foraes Novos de Entre Tejo e Odiana*, fls. 54) diz: «*E o gaado douento e a pena darma e aportagem cõtodollos capitollos atee afym do capitollo pujlligiadoshonde diẓ assy omar como terra he tal e tudo como Santiago do caçem*». — O foral de S. Tiago da Cacem (fls. 36, v.) diz: «*O gaado douento he d.to real no arrecadamento do qualmãdamos que se guarde inteiramente ha ordenaçã que sobre isso he feito. E os officiaes e rendeiros do gaado do montado do dito campo nõ tomarã ninhuũ gaado que ande fora do seu rabanho por dizerẽ que lhes pertence ou que he seu. O qual nõ tomarã nẽ mãdarã tomar sem autoridade de Justiça ouvidas primeiro as partes a que pertencer sobre o dito gaado e serem sobre isso ouvidos e despachados com justiça. De pena darma se levara p nossa ordenaçã duẓentos rr̃s e arma pdida com outras decraraçõoes — que a dita pena se nã levara quanto algũas pessoas apanharẽ espada ou quar qr̃ outra arma sem atirar nem pagarã a dita pena aquellas pessoas que sem proposito e reixa noua to-*

lixboa aos xb dias de nouẽbro era de mil quinhẽtos e xij Annos. E vai escrito o original em dez folhas sob escrito e assinado pollodito fernam depina (1).

Após a restauração de Portugal, ao emancipar-se a nação do jugo de Castela, parece que Amieira viria a ser incomodada pelos antigos dominadores do país no largo período de lutas que se seguiram.

Pelo menos, é isso que há que depreender-se da tradição que o *Santuário Mariano* reproduz, ao dizer que a ermida de Nossa Senhora da Sanguinheira tivera um sino de que os castelhanos se apoderaram nas incursões que por aqueles tempos fizeram naquela e em outras terras do priorado do Crato.

Naqueles tempos, também (1642), cobrava o Estado um tributo especial que vinha já, ao que parece, do reinado de D. Sebastião, destinado ao custeio das despesas com os estudos de medicina e cirurgia de 30 estudantes, cristãos velhos. Para êste tributo concorria Amieira primitivamente com 12$000 reis, que foram depois elevados a 14$000 (2).

---

marẽ paao ou pedra posto que cõ ella façã mal. E posto que de proposito tomẽ o dito paao ou pedra se nã fizerẽ mal cõ elle nã pagaram a dita pena nem a pagara moço de quinze annos p.ª baixo nẽ mulher de qualqr hydade que cõ paao ou pedra tirar sangue nem pagarã a dita pena aquellas pessoas que castigando sua molher e f.os e escravos e criados tirarẽ sangue nẽ pagara a dita pena quẽ jugando punhadas sem armas tirarẽ sangue cõ bofetada ou punhada. E as ditas penas e cada hũa dellas nã pagarã ysso mesmo quaes qr pessoas q̃ em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em arroydo tirarẽ armas posto q̃ com ellas tirem sangue nem escravo de qualq̃r hydade que com paao ou pedra tirar sangue».

(1) Tôrre do Tombo — *Livro dos Foraes Novos de Entre Tejo e Odiana*, fls. 54, v.

(2) Muitas outras terras, a dentro dos limites do distrito de Portalegre, eram igualmente colectadas, sendo-o, as mais próximas de Amieira,

Mais tarde, tendo o concelho de Marvão requerido para ser aliviado da importância de 487$060 réis da sisa que era obrigado a pagar para a fazenda nacional por motivo da guerra, foi aquela quantia repartida por diferentes terras, tocando a Amieira 45$000 réis, por alvará de 19 de Maio de 1644 (1).

Em 23 de Abril de 1649 foi dada ordem de prisão contra um Gaspar Videira, não constando porém os motivos que a tal deram origem, mas que seriam, provàvelmente, relacionados com o estado de guerra (2).

Em fins de 1755, como o terramoto de Lisboa fôsse aproveitado para a prática de roubos e de outros crimes, foram tomadas providências tendentes a coïbir êsses abusos.

Assim, o Dr. José Camelo de Sá, Desembargador e Auditor Geral do Exército e da Gente de Guerra da província do Alentejo, fêz saber a todos os Ouvidores, Juízes de Fora, Capitães Mores e Juízes Ordinários das vidas de Crato, Tolosa, Gáfete, Arez, Montalvão, Alpalhão, Niza, Gavião, Vila Flor, Amieira e Margem que pela Secretaria de Estado dos Negócios Estranjeiros e da Guerra se dizia o

---

da seguinte maneira: Niza, 23$000; Crato, 32$000 reis; Alpalhão, 12$000 reis; Gafete, 14$000 reis (*Terras de Odiana*, por Possidónio M. Laranjo Coelho, pág, 223).

(1) *Colecção de Legislação*, por José Justino de Andrade e Silva, volume dos anos de 1640 a 1647, págs. 236 e *Terras de Odiana* pág. 224. — Entre outras terras tocou a Niza, 40$000 reis; a Crato, 55$000 reis; a Alpalhão, 20$000 reis; a Gafete, 20$000 reis.

(2) «*Ordennese logo plo Conselho de Guerra, ao Capitão Mor da Amieira, faça toda a diligencia por prender a Gaspar Videira, da mesma Villa; e que depois de metido na cadea a bom recato, avize o Conselho. Terá cuidado de me dar conta, pela Secretaria do expediente, do que na matteria de obrar para mandar prover nella como for servido*». — Tôrre do Tombo — *Conselho de Guerra* (Decretos) Maço 9, n.º 21.

seguinte, assinado pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo:

«Sendo presente a Sua Magestade que todos os criados de escada abaixo, galegos, homens de trabalho que serviam na côrte e visinhanças têm desertado, sob pretexto de não haver com que se lhes pague e para transportarem os muitos roubos que têm feito, abusando da calamidade que tem ferido a capital do reino, é o mesmo Senhor servido ordenar que se guardem as estradas e barcos de passagem de tal sorte que pessoa alguma de qualquer qualidade e condição que seja não possa seguir seu caminho e menos para sair do reino e ainda dentro dêle passar de uma para outra provincia sem tirar passaporte e sendo pessoa das profissões acima referidas serão logo reconduzidas de vila em vila...» (1).

Quando em 1762 Portugal se negou a assinar o Pacto de Família, pelo qual era convidado pelas potências em guerra com a Inglaterra a romper também contra a nossa velha aliada, foi o nosso país invadido por diferentes partes pelos espanhóis, não escapando tôda a região a que Amieira pertence às deslocações e trânsito de tropas que tal campanha movimentou, tendo algumas das nossas estado concentradas em Amieira.

Resolvida a paz em fins de 1762 e proposto ao comandante das tropas portuguesas, o conde de Lipe, que tinha o seu quartel general em Monforte, um armistício, que foi aceite, fêz-se um tratado definitivo em Paris, em Fevereiro de 63, pelo qual nos eram restituídas Chaves e Almeida, no continente, e a colónia do Sacramento, na América, que os espanhóis nos tinham tomado (2).

---

(1) Registado num velho livro da Câmara de Amieira que tem o seguinte têrmo de abertura: *«Este livro ha de servir de tresladar as ordenes e ha de servir de registos dellas desta V.ª e Cam.ra e vai rubricado p.r mim Jois e numorado com hu seo ensaramento no fim. — Am.ª de Maio 30 de 1744. — Martinho Gl̃s Allemão».*

(2) Ver a distribuïção das fôrças portuguesas na província do Alentejo em *Terras de Odiana*, pág. 142.

Morrendo D. José em 1777 e sucedendo-lhe no trôno sua filha D. Maria I, foi êste facto solenizado também em Amieira. Assim consta das contas da receita e despesa da fábrica menor, do ano de 1776-1777, prestadas pelo fabricário Dr. Manuel Falcão Curado, em que há a seguinte verba: «*Despendeo mais com azeite para as lominarias da aclamação da Rainha Nossa Senhora trezentos e cincoenta reis*», havendo nas contas de 1792-1793, prestadas pelo fabricário José de Matos Conde, a verba de «*despendeo mais em comprar azeite para as lominarias da torre quando forão as festas do felís nascimento da Snr.ª Princeza da Beira setecentos e vinte reis*» (1).

Depois, é possível que na campanha de 1801, em que novamente Portugal se viu envolvido em luta com os Espanhóis, Amieira fôsse teatro da passagem de tropas, visto que elas andaram igualmente por muitas das suas vizinhas povoações.

Mas o que é certo é que não escapou mais tarde aos sobressaltos gerais contra os Franceses, quando das suas invasões (2).

Em 1811, quando os Espanhóis, antigos aliados e agora

---

(1) De um velho livro a que faltam as primeiras e últimas fôlhas sendo as que tem, rubricadas por Semedo d'Andrade. (É o Dr. José António Semedo de Andrade, vigário da matriz e vara) — A princesa da Beira, D. Maria Tereza de Bourbon e Bragança, nasceu em Abril de 1793. No dia 29 dêste mês foi inaugurado o teatro de S. Carlos, de Lisboa, para solenizar tão faustoso acontecimento.

(2) Em 1809 não se realizaram as solenidades da semana santa, constando da acta da sessão de 2 de Julho, da Misericórdia, que o padre Boaventura reclamara o dinheiro de dois sermões que devia prègar na semana santa «*os quais não chegou a pôr em público por não se fazer a dita função e por causa da anarquia em que se poz êste povo por ordem Régia...*»!

vítimas também dos Franceses, que se instalaram no seu território como conquistadores, se esforçavam por os sacudir, passou por Amieira uma partida espanhola, que teve a sua demora e a que foi dado sustento (1), não, agora, como inimigos, mas já como colaborando no esfôrço comum para correr com o inimigo de ambos os paises: os Franceses.

Ainda em 1811, a 1 de Novembro, compareceu na sessão da mesa da Misericórdia Francisco Nunes Camelo, o qual declarou que, tendo arrematado à Santa Casa a sorte da Cancela das Oleiras, dela desistia e a entregava, «*por andarem os anos embaraçados de guerra*», o que bem mostra o desasossêgo que por Amieira havia, naquele tempo.

A família real fôra para bordo a 27 de Novembro de 1807, levantando ferro em 29 a esquadra que a levou, bem como ao seu numeroso séquito, na retirada para o Brazil, exactamente na véspera da entrada dos primeiros regimentos Franceses em Lisboa.

(Continua).

Tude Martins de Sousa.
Francisco Vieira Rasquilho.

---

(1) *Partida* — Trôço de gente armada. (*Novo Dicionário da Lingua Portuguesa,* por Cândido de Figueiredo, Lisboa, 1913). No têrmo da mesa da Misericórdia, de 17 de Abril de 1811, diz-se: «*Em esta se apresentou um oficio da Camara desta vila que determinava que dos bens desta Santa Casa se sustentasse a Partida Hespanhola, ao qual o Provedor e procuradores e mais irmãos da mesa não quizeram assentir por verem em o livro do Registo da mesma Santa Casa um Alvará que dá um amplo poder á dita mesa sobre administração dos bens e o tira ás justiças, porem a mesma meza vendo que a dita partida se achava em esta dita vila para observar os movimentos do inimigo e comunica-los ás autoridades superiores, e vendo que a guerra se ampliava não só ao Estado mas ainda á Religião, determinou por sua propria autoridade que a Santa Casa desse grão para o sustento da dita Partida por oito dias*».

A MUTUALIDADE EM PORTUGAL (1)

CAPÍTULO X

As lutuosas. Nova e interessante modalidade mutualista

No estudo da mutualidade portuguesa, importa considerar uma nova e interessante modalidade, que vai tomando animador desenvolvimento nos principais centros do país — sobretudo em Lisboa e Pôrto. Quero referir-me às lutuosas, onde se inscrevem aqueles que querem e podem legar aos seus uma pequena quantia de sobrevivência, dada a impossibilidade que as classes mais modestas têm de o fazer em qualquer companhia de seguros. Estas entidades, além de terem maiores encargos administrativos, são obrigadas a possuir as reservas matemáticas que a lei determina, e procuram, naturalmente, distribuir ao seu capital acções um rendimento remunerador, o que nas lutuosas não acontece, pois fundam-se no seguro mútuo e estão abrangidas pela legislação que regula as demais associações desta natureza. O que não quere dizer que não devam manter as reservas matemáticas bastantes a assegurarem os encargos a satisfazer.

Sendo relativamente recentes, os seus resultados mostram-se já palpáveis. Adiante damos um quadro que abrange as existentes, sua localização, número de sócios, receitas, capital e abonos feitos, com a capitação nas primeiras e se-

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 106.

gundo, por associado, e, nos últimos, por sócio falecido, quanto ao legado de sobrevivência.

Estes legados couberam a herdeiros de 346 sócios, sendo: 161 em Lisboa, 110 no Pôrto, 40 em Évora, 22 em Faro, 7 em Coimbra, e 6 em Braga. Foram distribuídos por 555 pessoas.

Além dêstes abonos de sobrevivência, foram ainda abonados em Lisboa, perfazendo o total da coluna respectiva, mais 861.554$00 de subsídios de previdência, a 1194 associados, dando assim, para esta cidade, 6.316$59 por sócio falecido, e 721$57 de subsídio a cada sócio que dêle foi abonado, o que explica a pequena capitação por falecimento que vai na coluna em questão.

Uma ligeira análise do quadro, demonstra-nos que a lutuosa do Pôrto, está muito mais sòlidamente organizada, quanto a sócios e a pagamento de cada um dêles, do que as restantes, incluindo as de Lisboa, demasiadamente pulverizadas, o que para a da capital do norte representa uma vantagem, pelo elevado número de agremiados num só organismo. Está também acima de Lisboa a lutuosa de Évora que, tendo uma capitação associativa de receitas um pouco inferior à do Pôrto, avulta na pensão paga por sócio falecido. Mais favorável também neste ponto a de Faro, ficando abaixo de Lisboa as de Coimbra e Braga, com uma pequeníssima receita por sócio, distribuindo, portanto, bem menores pensões.

Quanto a capital, porém, quer no seu montante, quer na parte que a cada sócio inscrito dêle cabe, Lisboa está acima de tôdas elas, sendo de cêrca de um pouco mais e menos de metade, respectivamente, nas de Évora e Faro, por associado, mais pequena a capitação de Braga, muito inferior a do Pôrto, e reduzidíssima a de Coimbra.

É êste um factor de solidez que mais depõe a favor das lutuosas que maior capitação apresentam. Esclareçamos, no

entanto, que esta circunstância é filha das características próprias de cada lutuosa, pois varia muito de umas para outras o modo de se obter uma pensão de sobrevivência. Emquanto numas a cota é fixa, regulada pelo cálculo das probabilidades em organismos desta natureza, noutras o sócio paga uma cota fixa mais pequena, acrescida de um tanto por cada consócio que faleça, para ser mantido o fundo de pensões, além de outras modalidades. Também na coluna respectiva, dos abonos feitos por sócio falecido, se terá dado ainda o caso de alguns não haverem adquirido o direito integral à pensão estatutária, por falta de tempo bastante vencido, recebendo os herdeiros apenas as quantias com que o falecido havia entrado, o que se explica pela curta existência que ainda têm estes organismos.

Por isso mesmo, prudente será irem elaborando as suas estatísticas, baseadas na percentagem da mortalidade e na duração média da vida do associado, a-fim-de, num futuro mais ou menos próximo, não terem desagradáveis surpresas, isto é, quando, pela avançada idade dos seus inscritos, a percentagem dos falecimentos fôr maior do que nos primeiros anos de existência associativa, o que há de naturalmente acontecer.

Num país em que faltam trabalhos actuariais adequados às nossas morbilidade, mortalidade e condições de vida da massa associável; e rareando as estatísticas oficiais, que estes estudos permitam, por isso mesmo a mutualidade carecendo de se ir cientìficamente organizando, não será demais todo o cuidado para que o interessante sistema possa triunfar.

Com os dados acima referidos podemos elaborar o seguinte quadro.

	Lutuosas	Número de sócios	Sócios por lutuosa	Receitas totais	Receita por sócio	Capital total	Capital por sócio	Importâncias pagas	Coube a cada beneficiário
Lisboa.....	14	43.073	3.076	9.062.055$00	210$38	19.360.340$00	449$47	1.878.364$00	1.378$86
Pôrto.....	1	14.493	14.493	3.738.092$00	257$92	1.188 059$00	81$97	2.178.429$00	19.803$99
Évora.....	1	3.785	3.785	951.631$00	251$42	951.631$00	251$42	897.765$00	22.444$12
Faro.....	1	2.564	2.564	552.472$00	215$47	516.434$00	202$58	300.000$00	13.636$36
Coimbra.....	1	2.171	2.171	77 671$00	35$66	53.955$00	24$85	46.750$00	6.678$57
Faro.....	1	353	353	21.658$00	61$35	67.817$00	192$11	16.000$00	2.666$66
Soma.....	19	66.439		14.403.579$00		22.138.236$00		5.317.308$00	

Ignoro se na estatística de onde tirei os elementos para o quadro acima, está indicada a lutuosa dos oficiais de terra e mar, das mais importantes, quer pelo grande número de associados, quer pelos seus já elevados fundos, com as avultadas capitações pagas por sócio. Seria interessante e mesmo conveniente a publicação das suas contas de gerência, para conhecimento dos associados, ainda que se trate de um organismo oficial, com inscrição obrigatória. Acaba de reformar o seu estatuto orgânico, recentemente decretado, ficando entre cinco e vinte contos a quantia que o sócio pode legar, com a cota correspondente à idade de admissão. Cria também a renda vitalícia, a favor de descendentes, em fracções de conto de réis, com a cotização mensal calculada.

No sei se na mesma estatística estão incluídos pequenos organismos similares, de cotas mínimas, existentes entre determinadas classes de funcionários e empregados. Suponho que não foram abrangidos.

Deduz-se, do anterior quadro, no conjunto considerado, que a cada inscrito nas lutuosas cabe a cota anual de 216$70, maior que no *Montepio Geral*, que tem a mais alta capitação de tôdas as associações de socorro mútuo. E que, nos subsídios e pensões distribuídos, coube também a cada associado inscrito, mas não beneficiário, porque êste apuramento consta da coluna respectiva, a quantia também anual de 80$03.

Estão, portanto, logo abaixo do referido Montepio, na capitação geral associativa, ficando acima de tôdas as outras mutualidades nas verbas activas por elas distribuídas por associado.

Quando, porém, as lutuosas entrarem ou se aproximarem da plenitude dos seus abonos pecuniários, isto é, quando a percentagem dos seus falecidos fôr muito maior, esta última verba será bastante superior à do *Montepio Geral*, o que as obriga agora, ou a irem capitalizando no máximo, ou

a manterem, por entradas sucessivas de cotizações dos sócios, por cada um dos falecidos, os fundos necessários aos encargos assumidos. Daí, o cuidado que devem ter nos seus elementos de escrita e de estatística.

CAPÍTULO XI

Caixas de pensões e reformas do pessoal de várias emprêsas. Um exemplo do patronato a secundar

Ainda a dentro do associativismo da previdência particular, queremos aqui destacar as Caixas de Pensões e Reformas do pessoal de bancos, companhias e outras emprêsas de certo vulto que assim auxiliam seus empregados.

Segundo a estatística a que me estou referindo, contavam-se no país 34 dêstes organismos, sendo 21 em Lisboa, 9 no Pôrto, 1 em Braga, 1 em Barcelos, 1 em Alcobaça e 1 em Angra do Heroísmo. É lamentável não trazer a estatística o número de empregados que são por elas abrangidos. Mas supomos andarem por 30.000.

Contam 80.656 contos de capital. As suas receitas elevaram-se a 23.175 contos, sendo 7.850 de contribuïções do pessoal associado, 10.847 de contribuïção patronal e 4.478 de juros e outras proveniências.

As despesas elevaram-se a 19.855 contos, dos quais 13.787 para pensões de reforma; 4.364 de sobrevivência e invalidez; 1.154 na doença, 64 para funeral e 486 em gastos de administração.

É interessante notar a elevada participação que tem nas receitas o subsídio patronal. Assim a tivessem quantos trabalhadores manuais e intelectuais estão assalariados na grande e média indústria, no comércio, na agricultura e mesmo nas lides domésticas, com um carácter de certa permanência, emquanto o seguro na doença, na velhice e na sobrevivência

não abranger todos que dedicam a sua actividade para um benefício colectivo. E que tal pode e deve fazer-se, demonstram-no estas caixas, cujas maiores verbas são as da reforma.

¿Qual o assalariado que, numa longa e honrada vida de trabalho, apenas com o seu minguado salário ou ordenado, mesmo à custa da maior poupança, consegue amealhar um pecúleo, para quando a velhice lhe não permita alugar o braço, e se, demais, tiver a infelicidade de longas doenças ou que estas prematuramente o privem de ser o amparo da sua prole?

Só na associação êle encontrará um mínimo do que precisa, mas associação robustecida pela maior coesão, por uma cota mais avantajada e acrescida, ainda, da participação patronal, quer directamente dada, quer por intermédio do Estado, ao qual incumbirá, por sua vez, a cota parte que fôr estabelecida.

Na sociedade actual, o capital tem ainda uma alta função a desempenhar. Mas é preciso que uma parte equitativa dos seus lucros, adquiridos por uma menor valia do salário e pelos instrumentos que o Estado e a defeituosa organização da própria sociedade, com os seus egoísmos ferozes e seus tremendos contrastes de fausto e de miséria, põem à disposição do capital, revertam em benefício de todos aqueles que para tais lucros contribuem. Só assim encontraremos o equilíbrio social que o mundo busca ansiadamente no momento presente, mais êle convindo àqueles que de qualquer modo, na vida pública ou particular, assumem a direcção da colectividade.

Podemos agora resumir no que se cifra a mutualidade privada em Portugal, estudadas as três formas que ficam referidas. Não entrei com as lutuosas e com as caixas de reformas e pensões para a comparação que fiz do mutualismo actual e do anterior aos efeitos da desvalorização da

moeda e da crise económica, pois as primeiras são recentes, contando quási tôdas menos de 10 anos, e as segundas porque não foram abrangidas nas estatísticas comparativas de que me servi, quer as antigas, quer a última, e porque também só nos últimos dez anos têm tido maior incremento, devido à acção sindical dos empregados interessados.

Temos, pois:

	Quantidade	Sócios	Capital (contos)	Receitas (contos)	Despesas (contos)
Associações de Soc. Mútuos	527	589.745	217.600	54.300	30.924
Lutuosas.....	19	66.439	22.138	14.404	5.316
Caixas de pensões e reformas	34	30.000	80.656	23.175	19.855
Soma.	580	686.184	320.394	91.879	56.095
Por sócio.....	–	–	466$92	133$89	81$74

É pequeníssima a capitação geral da previdência.

Com estas duas últimas modalidades, melhorou a mutualidade portuguesa, pelo menos quanto ao número de inscritos. Se não acompanha em receitas e capital o que tínhamos em 1917 e mesmo até 1921, só nas associações de socorro mútuo pròpriamente ditas, visto a soma das três parcelas do último quadro resultar ainda inferior ás cifras de moeda forte, muito peor seria a situação, se as lutuosas não surgissem. Assim, elas absorvem uma boa parte de inscritos que não vão para as mutualidades, quer por a situação económica do proletariado o não permitir, quer porque as últimas, como vimos, restringem-se actualmente a uma deficiente assistência médica e medicamentosa, na sua grande maioria, devido à escassez dos seus recursos, pouco ou quási nada lhes ficando para subsídios pecuniários, que dantes eram um apreciável auxílio nos casos de doença. Mas garantindo-se

assim o trabalhador para um pequeno pecúlio de sobrevivência, o que é louvável e animador, fica ao desamparo na invalidez temporária ou definitiva, nem sequer se pensando ainda entre nós no seguro contra o desemprêgo, já tão vulgarizado lá fora, umas vezes por iniciativa e auxílio do Estado, e outras pela cooperação voluntária do operariado, nas suas associações de classe, com os fundos repartidos por cada uma das modalidades da previdência.

CAPÍTULO XII

A previdência oficial

§ 1.º — Os montepios do funcionalismo público e os auxílios do Estado

Deficiente como fica um trabalho desta natureza, por falta de méritos próprios e de elementos de informação, resultaria êle mais incompleto, se neste apoucado estudo da previdência em Portugal, não incluísse o seu mais importante ramo, qual o da previdência oficial. Esta a-pesar-de obrigatória, não é muito mais lisongeira, existindo, pode dizer-se, apenas à custa do Estado, como o vão demonstrar os números que seguem.

Vejamos, primeiro, o *Montepio Oficial,* que é um reflexo de instituïções similares. Não é abrangido peias estatísticas de que me servi. Fundado em 1862 para os empregados públicos, com um auxílio do Tesouro, que andava antes da guerra por 100 contos anuais, não era nêle obrigatória a inscrição dos interessados, a maioria dos quais, porém, ali se agremiava. Tal obrigatoriedade foi há uns sete anos decretada para os oficiais de terra e mar, inscrevendo-se ali também facultativamente, suponho, os civis com a categoria mínima de 3.º oficial ou equivalente.

Em 30 de Junho do ano que estudamos, contava 12.933

associados civis e militares, com 5.355 pensionistas, cujos herdeiros receberam 1.598 contos no ano em questão. Não consta da estatística a importância das cotas pagas pelos associados, mas sei que foi um pouco inferior à importância das pensões pagas. Admitindo, porém, que foi igual, pois deve ter andado próximo, dá a capitação anual por associado inscrito a quantia de 123$56, bastante inferior à do *Montepio Geral.*

Como assim resultariam baixíssimas as pensões a legar aos herdeiros dos sócios falecidos, o Estado contribui com uma avultada verba para reforçar tais pensões e também para custear a melhoria de vencimentos do pessoal do Montepio, que é considerado funcionalismo público. Para o ano económico transacto, foram para tal fim inscritos no orçamento do Ministério das Finanças 6.500 contos, isto é, um pouco mais de quatro vezes a importância com que contribuem os sócios cuja capitação fica elevada a 587$48, com os 463$92 que o Estado por cada um dá, na distribuïção que pelos 12.933 existentes fazemos de 6.000 contos.

Assim, emquanto dos recursos próprios, couberam à família de cada pensionista — sócio falecido — 298$41 anuais, do subsídio do Estado, calculando em 500 contos a importância absorvida pela melhoria de vencimentos dos funcionários e outros gastos, restando portanto 6.000 contos, veio a caber a cada pensionista, em número de 5.355, a quantia de mais 1.120$44, isto é, um pouco mais do que coube a cada pensionista do *Montepio Geral,* pagando embora neste o sócio mais 78$21 por ano, e a-pesar-de nêle também influirem muitíssimo as subvenções extraordinárias distribuídas, resultantes não de qualquer auxílio do Tesouro, mas do rendimento dos seus serviços.

E continua semelhante estado de coisas há muitos anos, sem que um regime de pensões e cotas mais dignifique a instituïção, obrigando o funcionalismo público a ser um pouco

mais previdente, para melhor acautelar os seus contra a miséria, quando vier a falecer. Por isso mesmo há anos, numa assembleia do referido Montepio Oficial, apresentei uma proposta neste sentido, incumbindo o estudo da sua viabilidade e *modus faciendi* a uma comissão para tal foi logo nomeada e começou mesmo a trabalhar.

Aceite, em princípio, o sistema largamente fundamentado numa série de considerandos, consistia êle em o associado, entre um mínimo e um máximo, que o Estado fixasse, legar a pensão que quisesse ou pudesse aos herdeiros, consoante novas tabelas de cotas que resultassem do estudo do problema, segundo cálculos actuariais, tendo também em atenção a idade do sócio.

Motivos que para aqui não vêm, impediram o trabalho da Comissão. Desta forma, o Estado continua a subvencionar largamente uma parte dos seus funcionários, aqueles que na grande massa dos portugueses devem acolher-se ao mutualismo, têm vencimentos assegurados e mais ou menos compensadores, por isso mesmo podendo e devendo ser mais previdentes. Com tal modificação e porventura com uma caixa económica, menor viria a ser a necessidade do auxílio do Tesouro, podendo a diferença reverter em benefício do seguro geral na doença e invalidez, já que na sobrevivência é mais difícil instituí-lo a favor de quantos vivem apenas do seu trabalho.

Esclareçamos que, além dos 6,5oo contos acima referidos, estão ainda inscritos no aludido orçamento mais 1.2oo contos para pensões a viúvas de oficiais do exército e da armada que faleceram sem deixarem um montepio nem recursos para os seus. A-pesar-de tais auxílios oficiais, quando a viúva do falecido ficar rodeada de órfãos menores ou inválidos, a pensão do Montepio, assim acrescida, está longe de corresponder às necessidades do lar a que faltou o principal amparo, e embora o subsídio do Estado, e só êste, seja um

pouco maior por cada filho, mas levando em conta o que à viúva caiba da pensão ordinària da referida instituïção, ó que está longe de ser equitativo, porquanto mais virá a receber um associado que deixe mulher e filhos menores e solteiros, embora tendo pago o mesmo e até menos que outro que só deixe a viúva. Mas um outro aspecto considerei ainda na proposta que apresentei.

É que, sendo a cota paga ou descontada no vencimento do sócio, além de pequena, é directamente proporcional ao vencimento mensal. Como o funcionário militar e civil está muito mais anos nos postos e categorias subalternas, por estas desconta quási tôda a sua vida pública, só vindo a contribuir com importâncias mais avultadas quando se encontra no fim ou próximo de terminar a sua vida oficial, cerceando, assim, as receitas do seu montepio. Isto não se daria com um regime de cotas e jóias em função da idade de inscrição e da pensão a legar. Assunto é êste que precisa de uma solução conveniente, quer no brio e interêsse dos interessados e seus herdeiros, quer no do Estado, tão carecido de auxiliar quantos trabalham, funcionários ou não, pois que aos que o servem garante ainda a reforma, isto é o seguro na velhice, para o qual estão longe de contribuir com qualquer coisa que se pareça com os encargos que ao Tesouro acarretam, como adiante se verá (1).

Existem ainda outras associações de funcionários públicos,

---

(1) No momento em que revejo as provas dêste apoucado estudo, consta que vai ser publicado um Decreto solucionando o problema, ao que me informam pouco mais ou menos nas bases que apresentei na Assembeia do Montepio. Oxalá. Mas que o mínimo de pensões a estabelecer, se fôr obrigatório, resulte compatível com os pequenos vencimentos dos funcionários subalternos civis e militares. Conveniente será também dar liberdade ao sócio para dispor da pensão, caso não tenha família legalmente constituída, sendo também de considerar o número de filhos que possa ter.

como a dos Empregados do Estado, além de pequenas colectividades similares, mas nem tôdas gozando do auxílio oficial na proporção daquela que acabo de referir.

Entre os organismos do funcionalismo, destaquemos o *Montepio das Alfândegas,* que conta 529 associados e 371 pensionistas, percentagem esta elevada. São também importantes os auxílios que recebe do Tesouro, afora os correspondentes às participações que os funcionários aduaneiros têm nas multas alfandegárias e nos emolumentos, uma parte dos quais reforça o fundo associativo. Assim, no ano de 1931, emquanto a receita proveniente de cotas, jóias e indemnizações dos sócios não foi além de 39 contos, as importâncias recebidas como subsídio do Tesouro atingiram 422 contos e as participações referidas 1272 contos, embora uma boa parte destas correspondesse a participações de anos económicos findos, que oportunamente não haviam pelo Estado sido entregues à associação.

O rendimento dos seus papéis de crédito atingiu a elevada cifra de 304.556$00 e mais 8 contos de juro dos seus dinheiros depositados, mercê do grande capital de que dispõe, no valor de 5.214 contos distribuídos pelos fundos permanente, disponível, de reserva e de riscos.

Como ignoro qual a parte das participações recebidas que correspondia a anos anteriores, não posso fazer a capitação por associado. Mas, só com o subsídio do Tesouro, encontramos que, emquanto cada um paga para o Montepio 73$72 anuais, o Estado auxilia cada associado com 797$72 também anuais. Consideramos a participação nas multas e emolumentos como cotização dos associados, pois são tiradas daquela parte dos seus vencimentos variáveis, o que acresce muito a referida cotização anual de 73$72. Aliás, ainda assim, não deixa ela de constituir um novo auxílio do Tesouro, mais atenuado, embora, mas ainda importante, visto que tôda a escrituração de tais descontos e entradas nos cofres do Mon-

tepio é feita pelo Estado, que ainda por outras formas auxilia a instituïção.

No ano em questão, foram distribuídos pelos pensionistas 1.071 contos, sendo 72 de pensões a que chamarei ordinárias, 577 de bonus eventual, saído dos rendimentos do Montepio e dos 422 de subsídios do Tesouro. Coube, assim, a cada pensionista 2.886$79, não incluídos 9 contos que foram abonados para funeral. É, portanto, muito mais elevada a capitação do que no Montepio Geral e mesmo no Oficial.

Dignos de menção, existem ainda o *Montepio da Guarda Fiscal*, subvencionado pelo Estado com a importante verba de 1.200 contos anuais, e o *Montepio da Guarda Republicana*, dotado no Orçamento com 1.044 contos, e cujos relatórios não me foi possível obter emquanto fiz o presente estudo.

Funciona também o *Montepio dos Empregados do Estado*, que suponho ter apenas como auxílio oficial as instalações da sua sede num edifício do Estado, estando compreendido na estatística mutualista a que se reporta a primeira parte dêste trabalho.

Vejamos ainda uma outra e importante instituïção oficial de previdência, o *Montepio dos Sargentos de Terra e Mar* que muitas canseiras e dissabores me deu, e que não é abrangido pela referida estatística.

Era êle uma antiga e legítima aspiração dêstes modestos e prestimosos servidores do Estado, a qual teve louvável deferimento do Govêrno Provisório, por Decreto que o criou em 1911, dotando-o com um fundo permanente de 50 contos anuais a juntar à importância das cotas que deviam descontar nos vencimentos os interessados, com inscrição obrigatória para os do activo.

Havendo o aludido diploma confiado a administração da nova colectividade à Direcção do Montepio Oficial, por mo-

tivos que ignoro nunca esta entidade se ocupou do assunto, não promovendo a inscrição dos sargentos e nem sequer arrecadando, como jurìdicamente lhe competia, a dotação do Tesouro.

Baldados foram os esforços que junto dela fiz para efectivar o desejado e tão necessário montepio, alguns anos depois, já quando havia prescrito a dotação e tendo mesmo desaparecido do orçamento. A-pesar-de conseguir nova inscrição da verba referida, o que logo comuniquei à Direcção do Montepio Oficial, renovando o pedido para se ocupar de um problema que me parecia dever-lhe ser tão grato, nada consegui ainda. Os anos passaram, os sargentos foram morrendo, bastantes até nos campos de batalha, e o seu montepio não se efectivava, com grande prejuízo das já centenas de viúvas e órfãos que iam perdendo o seu único amparo, na compungente visão da miséria que atacaria seus lares.

Desiludido, por não haver alcançado o simples cumprimento de uma lei do país, interessando milhares de lares pobres, mas, no cumprimento de um grato dever, apresentei no Parlamento um projecto de lei, integrando o Montepio dos Sargentos no Montepio Oficial. Até com vantagens financeiras para êste, pois em vez de o sargento, futuro oficial, só para êle começar a contribuir quando alcançasse êste pôsto, entraria logo a descontar como sargento, para o organismo comum, antecipando assim, de uns quinze anos, média de tempo necessário para o sargento atingir o primeiro galão, a contribuïção devida.

Aprovado o projecto na Câmara dos Deputados, o Senado não se ocupou dêle. Então, ao abrigo de uma disposição constitucional, fiz que fôsse convertido em lei, o que acontecia em 1920.

Publicada no *Diário do Govêrno,* era no dia seguinte dada como não válida, o que me levou a mostrar a quem de direito a legalidade do diploma, sendo novamente publicado

dias depois, por sinal que com um número diferente, embora fôsse rigorosamente o mesmo.

Era o máximo que eu podia fazer, dentro da lei, visto nunca fora dela me colocar. Pois nem assim se efectivou uma aspiração tão simpática como antiga, a-pesar-de dois diplomas com fôrça bastante o determinarem. É claro que, entre 1916, quando a verba foi novamente inscrita no orçamento, até pelos ministérios respectivos, na proporção do número de sargentos que tinham, por uma exigência de escrúpulos orçamentais, e o ano de 1920, quando a nova lei foi publicada, foram caducando importâncias não requisitadas, nos termos da lei de contabilidade pública, orçando por uns 300 contos oiro.

Finalmente, em 1925, mas segundo uma terceira lei, o almejado Montepio tinha efectivação, fazendo-se desde então a inscrição dos sargentos.

No último diploma ficaram ressalvados os direitos de incrição retrotraída até 1911, para os sargentos que o quisessem, desde que neste último ano já o fôssem. Determinou que, alcançado o pôsto de oficial, transitem os interessados para o outro Montepio respectivo, indo com êles as cotizações pagas.

Simplesmente, naquela altura, centenas de sargentos haviam já sido promovidos a oficiais, não havendo conseguido, portanto, inscrição no Montepio dos Sargentos, e só podendo contar no Montepio Oficial a antiguidade de inscrição a partir da data em que foram promovidos e neste entraram. Há, assim, uma reparação de direitos legítimos a dar aos prejudicados, e estou convencido de que o Estado solucionará o assunto numa revisão do estatuto do Montepio Oficial.

Feita esta síntese histórica, vejamos agora a situação presente desta colectividade. Tem actualmente 11.407 sócios, cujas contribuïções, no ano de 1932, atingiram 273.768$00, o que dá 24$00 por associado anualmente. Além destas re-

ceitas próprias da cotização, o Estado subvencionou o Montepio com 1.560 contos, também inscritos no orçamento para o ano económico de 1932-33, o que dá mais, por associado, 136$75 anuais, resultando assim uma capitação associativa de receitas na importância de 156$75, mas com o auxílio do Tesouro, quási sete vezes mais do que paga o sócio.

Em 31 de Dezembro de 1932, existiam no Montepio em questão 1.181 pensionistas. Dividindo por êles ou suas famílias a quantia de 1.530.648$86 que foram pagos durante o referido ano, sendo 55.515$98 de pensões ordinárias, e 1.475.132$88 de melhorias, coube a cada um dêles 1.296$06. Esta quantia sendo em si maior, é ainda proporcionalmente muito superior à que coube ao pensionista do Montepio Oficial, quer tendo em atenção a maior cota que neste paga o sócio, quer considerando o mais elevado subsídio que o Estado lhe dá.

Tem o facto sua explicação na circunstância de no Montepio dos Sargentos ser muito menor o número de pensionistas do que no outro seu congénere — respectivamente 1.181 e 5.535, não obstante ser pequena a diferença do número de associados que é, recordemos também, respectivamente, de 11.407 e 12.933. É que no Montepio Oficial existem muitos mais sócios com uma média de idade bastante superior à existente nos Sargentos, sendo assim mais elevado naquele o número de falecimentos, tanto mais que para êle transitam ainda, como dissemos, os sargentos sócios que atingem o pôsto de oficial, numa idade mais adiantada.

Mas, mesmo assim, a pensão ordinária absorve já um quinto, apròximadamente, da cotisação dos associados, e mais absorverá quando, pela sua mais longa existência no Montepio, se fôr contando muito maior número de sargentos sócios, subindo então proporcionalmente ano a ano o número de pensionistas. E neste caso, segundo o vicioso sistema

que é seguido, a exemplo do Montepio Oficial, o Estado terá de ir avolumando as suas subvenções anuais.

Quero com isto dizer que se impõe aqui também um melhor estudo do problema, para que as pensões sejam tiradas, quanto possível, das próprias fôrças do associado, já por mais elevada cota, já por meio de criação de receitas próprias, como, por exemplo uma caixa económica de que o Montepio Geral tira as reais e notáveis vantagens que vimos.

Assim é que me parece imprudente continuar. Afigura-se-me menos digna aquela prática, num país onde o pauperismo abunda, onde não há o seguro obrigatório, onde a previdência privada chegou à penúria que as cifras eloqüente e irrefutàvelmente nos mostram. Num país em que bem cedo às vezes se alcança a reforma; com os quadros militares pletóricos e excedendo de muito os números fixados na lei, o que já importa excessivos gastos, tão carecidos no fomento, nas colónias, na instrução, na assistência hospitalar, demasiadamente deficiente entre nós, na higiene pública e noutra assistência oficial, emquanto a previdência a todos não abranger; lembremo-nos de que ainda o Tesouro suporta os pesados encargos das suas classes inactivas, de qualquer modo resultando assim avantajadas as suas despesas com pessoal público e suas famílias, bem pouco restando para os melhoramentos colectivos a que aludi fugidiamente, melhoramentos que, afinal, devem resultar também no interêsse directo e indirecto do funcionalismo.

Longe de mim a idea de que o Estado o não deve auxiliar, por outra forma que não seja o vencimento, na grande maioria dos casos sempre insignificante para um modesto e regrado viver. Pelo contrário. O funcionário civil e militar, servindo o Estado, serve a colectividade pelos mil modos que a interessam e de que ela se aproveita, alienando aquele a sua actividade, às vezes a sua liberdade de opinião no serviço público, em favor do país. Quero, portanto, que

tenha garantias que de algum modo o compensem, pois nenhum funcionário, servindo com isenção e honestidade, consegue fazer fortuna como na vida particular acontece.

Mas desejo que tudo se faça a dentro das possibilidades e do interêsse colectivo, para que a uns não falte a autoridade, e para que outros não tenham reparos a fazer.

§ 2.º — A sobrevivência oficial e particular de natureza mutualista

Neste capítulo da previdência oficial, estudemos ainda outras verbas inscritas no aludido orçamento do Estado, mais ou menos destinadas à sobrevivência, tal como aquelas que, além das pequenas contribuïções dos sócios para os Montepios Oficial e dos Sargentos, reforçam os organismos respectivos.

Encontramos mais em contos:

Montepio do Exército e da Armada.	108	
Montepio da Marinha.....	135	
Instituto Ultramarino.....	1.400	
		1.643

Suponho que as duas primeiras instituïções já não existem, continuando, porém, o Estado a subvencionar os beneficiários delas, ignorando eu se por generosa disposição, se por êle haver assumido o seu activo e passivo, o que para êste estudo não importa grandemente. A terceira é uma instituïção que acolhe preferentemente as viúvas necessitadas daqueles que se sacrificaram no Ultramar.

Ainda em forma de pensões na sobrevivência e na velhice, encontramos mais no referido orçamento as seguintes quantias, em contos:

Montepio da Guarda Republicana.	1.044	
» da Guarda Fiscal.....	1.200	
A transportar.....		2.244

Transporte.....	2.244	
Montepio do Tesouro.....	647	
» dos Correios.....	135	
» das extintas Companhias Braçais.....	257	
» das Alfândegas.....	450	
Merceeiras.....	39	
Caixa de auxílio aos telégrafo-postais.....	1.200	
Clero paroquial.....	1.300	
Operários reformados dos fósforos	1.200	
» » » tabacos	4.000	11.472

Juntando agora os 6.500 contos do Montepio Oficial; 1.560 do Montepio dos Sargentos; os 1.200 contos para viúvas de oficiais sem montepio, e mais os 1.643 das três instituïções acima referidas, encontramos 22.375 contos com os quais o Estado contribui para uma previdência que não chega a ter na cotização dos interessados escassos 5.000 contos. Completemos esta parte orçamental do Estado, dizendo que o total dêste capítulo da despesa do Ministério das Finanças, é de 38.050 contos incluídos agora 14.500 de pensões de sangue, sobrevivência bem merecida pelos que a legaram ao serviço da Nação, e mais outras pequenas quantias que acima não descriminámos, como 500 contos para acidentes do trabalho dos assalariados do Estado.

Quere isto dizer que, afora os seguros de vida, feitos nas companhias respectivas, pelas classes sociais a que não pode pertencer o operariado do comércio, da indústria e da agricultura, e o modesto funcionário civil e militar, por incompatíveis vencimentos, o que entre nós existe de sobrevivência é em grande parte feito à custa do Estado, pois as verbas de sobrevivência do *Montepio Geral* e das *lutuosas,* únicos

organismos que a estabelecem em somatórios apreciáveis, não chegam, juntas, a tão avultada verba oficial.

Mesmo contando com o subsídio na invalidez, a juntar ao da sobrevivência, abonado pelos organismos mutualistas particulares e oficiais, mas considerando nestes últimos apenas a cotização dos seus associados ou a verba que dela saiu, nem assim encontramos uma soma igual à que o Estado distribui, sem contar as suas classes inactivas, que adiante estudaremos.

Façamos a demonstração, em contos:

Montepio Geral (incluindo as subvenções extraordinárias)	9.968	
Associação Inabilidade	1.226	
Duas do Comércio de Lisboa	435	
Lutuosas	5.317	
Montepio Oficial (pensões ordinárias do seu fundo próprio)	1.598	
Montepio dos Sargentos (idem)	56	18.600
Calculemos mais as importâncias porventura abonadas nas restantes mutualidades do país, para sobrevivência e invalidez num máximo já favorável de		1.000
Soma		19.600
Abonos do Estado em pensões e subsídios acima referidos		22.375
Diferença a favor dêste		2.775

§ 3.º — É ainda à custa do Estado que existe o seguro na velhice e na invalidez

Ocupemo nos agora do seguro na invalidez e na velhice, de carácter oficial, se assim pode chamar-se às importantes

verbas pagas pelo Estado aos seus reformados civis e militares.

Além dos 38.050 contos a que nos referimos no parágrafo anterior dêste capítulo, encargo do Estado para as pensões e subsídios a que aludimos, estão inscritos no orçamento mais 68.751 contos para empregados civis reformados e operários, cujas pensões de reforma estão a seu cargo, o que perfaz 106.801 contos.

Aqueles 68.751 contos têm a seguinte descriminação:

Secção dos funcionários civis.....	16.668	
Professores primários.....	5.983	
Pessoal aposentado dos palácios..	9	
Pela caixa de aposentações do clero	2.600	
Pessoal da Imprensa Nacional...	701	
» das extintas administrações dos concelhos e bairros..	1.098	
Pessoal da polícia de investigação e dos distritos.....	10.901	
Pessoal do Arsenal do Exército..	3.866	
» » » da Marinha..	5.493	
» da Caixa da Casa da Moeda	450	
» dos Caminhos de Ferro do Estado.....	7.500	
Pessoal dos Hospitais civis.....	410	54.779
Pessoal dos ministérios aguardando reforma além dos quadros....	4.796	
Para novas pensões de reforma...	8.489	
Diversos outros encargos...	687	13.972
Soma.....		68.751

Isto pelo que respeita ao funcionalismo civil, com reformas a cargo do Ministério das Finanças, directamente por êle

pagas ou por intermédio da Caixa Nacional de Previdência, recentemente criada e adstrita à antiga Caixa Geral dos Depósitos.

Mas temos agora de juntar mais as seguintes e importantes verbas de reformas militares, em contos:

Guarda Fiscal.....	9.000	
» Nacional Republicana....	8.000	
Ministério da Guerra.....	62.900	
» » Marinha.....	18.000	
		97.900

E assim encontramos a soma de 166.651 contos, e mais 6.500 do clero, reformados dos fósforos e dos tabacos, mencionados na coluna de encargos oficiais do capítulo anterior, perfazendo, portanto, 173.151 contos de reformas e pensões das classes inactivas. Juntemos agora os 31.550 de pensões e subsídios descriminados no aludido capítulo, ao qual abatemos os 6.500 contos acima indicados, e encontramos um total de 204.701 contos que o Estado dispende anualmente com a previdência dos seus funcionários na velhice e na sobrevivência.

¿E com quanto concorrerão para ela os funcionários?

Pelo que respeita à sobrevivência, já vimos que as cotas dos montepios respectivos difìcilmente poderão atingir 5.000 contos, na mais favorável das hipóteses. Pelo que respeita à sua contribuïção para o seguro na velhice, a reforma, por certo não vai além de 50.000 contos, o que se me torna difícil apurar, vista a complexa legislação que regula os descontos como compensação de reformas, incidindo no montante de 805.737 contos orçamentados para pagamento de pessoal civil e militar, no serviço e fora dêle, incluída a verba que já vimos para reformas.

¿Poderá o funcionalismo descontar mais? Para a reforma, não, pois, na sua grande maioria, os vencimentos líquidos

que recebe mal dão para um modesto viver, dada a carestia da vida e os encargos inerentes à própria função.

Outro tanto não acontece para a sobrevivência, nos moldes que referi quando tratei do Montepio Oficial, tanto mais que, ficava ao arbítrio do funcionário legar a pensão que pudesse e quisesse, em função da cota a pagar mensalmente, sem, contudo, deixar de querer que o Estado continuasse a subvencionar tais instituïções, mas numa proporção mais relativa com o esfôrço dos interessados, o qual reputo de maior possibilidade, no sagrado interêsse das viúvas e órfãos que percam o amparo que tanta falta moral e material lhes ficará fazendo. É assim que eu entendo a previdência e a cooperação. Que o façam todos que assim podem compreendê-la e executá-la, na medida dos seus recursos, para reatarmos tradições honrosas que recebemos e, pelo exemplo, impulsionarmos o mutualismo, nas várias modalidades previdentes que êle comporta, até se erguer à elevada posição social que lhe compete nas sociedades modernas.

Quer parecer-me que, mesmo com as importâncias subscritas pelo Estado, muito mais poderia fazer-se. É louvável a criação da Caixa Nacional de Previdência, já incumbida de quási todo o serviço de pensões e reformas civis, com as dotações do Tesouro, nos termos e com as quantias que vimos. Sou de opinião que tal serviço devia ser integrado no Instituto de Seguros Sociais, com uma conta separada, e abrangendo também as reformas militares e todos os subsídios concedidos pelo Estado aos organismos oficiais e oficiosos de previdência a que aludimos e a outros que existem.

O Tesouro, com um sacrifício que suponho comportável dentro de cada ano económico, anteciparia à Caixa Nacional de Previdência todos os duodécimos no princípio de cada gerência, com a designação do fim e da conta a que se destinam. Essas quantias, logo capitalizadas em papéis do Tesouro, podendo talvez instituir-se também uma caixa econó-

mica, mas prudente e sòlidamente organizada, no fim do ano económico teriam produzido apreciáveis lucros que reforçariam as verbas destinadas a subvenções e auxílios. Ou então, durante um período de anos a fixar, e isto afigura-se-me preferível, aumentariam os fundos gerais da instituïção que, assim, ano a ano, mais avultados resultariam, sem o Tesouro ser onerado em maiores importâncias. Decorridos alguns anos, com as reformas a operar nos montepios oficiais, em seus regimes de pensões e cotas, o que muito devia melhorar a assistência respectiva, a Caixa poderia retirar importantes quantias para subvencionar a mutualidade privada e particular, podendo assim encarar-se desde já o seguro obrigatório na velhice e na invalidez, mas integrando-o nas mutualidades existentes, com as subscrições do Tesouro, com a cota do trabalhador, e com a participação nos encargos, quer do patronato, no quantitativo a fixar, quer de quantos, pelos rendimentos que aufiram da propriedade e de outras formas do capital, excluída a parte considerada justa para os encargos individuais e familiares, devem contribuir para a previdência geral no país.

Não sei se o mero alvitre que aqui deixo, tem alguma coisa de exeqüível. Os competentes que estudem o problema, pois carecemos de alguma coisa fazer.

(Continua).

Domingos da Cruz.

DOUTOR AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO (1)

A JORNADA DO ANTIQUÁRIO

Deixei a Universidade de Coimbra em 1882, após cinco anos sucessivos de impregnação no seu espírito e de comunhão nas suas aspirações dessa época. Aí fui então baptizado nas águas que nos preparavam o alimento da segunda vida que o Evangelista reconheceu, aí e então me penetraram nas veias para não mais se apartarem inteiramente do meu sangue as tendências e a fé que distinguiram a última vintena do século XIX; nessa iniciação se tonaram parte essencial da minha compleição e lhe transfundiram partículas inalianáveis da sua composição e da sua côr, em todo o meu pensar e querer e sentir se entranharam com a fixidez irredutível que é característica de quanto na plasticidade juvenil se imprimiu e operou suas criações. Não muda no correr dos anos o afeiçoamento determinado pela pressão dêsses impulsos, ou êsses anos sejam os primeiros que imediatamente sucedem ao apogeu de tal influência, os anos da constituïção viril, ou sejam os derradeiros da existência de cada um de nós, os anos do esvaimento progressivo de tôda a consistência física e espiritual. Aquele momento da formação das nossas faculdades de pensamento e de crença, tão breve nas horas como dilatado na intensidade, é pela

---

(1) Vid nota da pág. 1.

índole que nos compôs e pelo ritmo a que nos adapta qualquer cousa de magia, indelével, cravando em a nossa estrada marcos miliários, aos quais havemos de referir invariàvelmente e, o mais das vezes descuidadamente, o passado, o presente e o futuro do acidente efémero que se chama a nossa passagem na terra.

Por isso, se agora sou chamado a depor sôbre o que sei e penso da vida, méritos e dignidade literária do Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, não poderá ser na multiplicidade das suas actividades que o considero nem na fecundidade e na unidade de todo o seu paciente labor que o admiro; a minha condição impõe me restricções, para percorrer a vastidão que o estudioso percorreu em seus prolongados anos tudo me falta, preparação, disciplina, fôrça e destreza, e vejo-me obrigado a avistá-lo apenas e apertadamente na perspectiva estreita em que a minha mocidade universitária o encontrou e o deixou. Por propensões subtis mas imperiosas tenho de sujeitar a êsse quadro a sua imagem, e quanto lhe é estranho ou o excede tudo se me obscurece numa suave vagueza.

Nessa atmosfera da casa dos 80 do século XIX, ¿que brizas passavam ou que ondas a agitavam, que despojos da sua ebulição espiritual acumulava nos claustros da escola que nos recolhera?

80, como o senti quando, seu dócil escravo, o seu poder jungiu ao seu carro a minha debilidade ansiosamente perscrutadora do rumo e da estrada, 80 era o advento glorioso da fôrça e do propósito de ser forte, dessa «avidez de poder» que um dia tinha de ser célebre e nefasta, era o princípio do trovejar da vida afanosamente «positiva e prática», o desquite do sonho liberal e romântico suprido pela adoração de novos mitos de fortaleza soberana, era a iluminação por aquela filosofia que transferia da metafísica para a tangibilidade os seus fundamentos, era a barrela pública e louvada

de naturalismos sórdidos graduados em beleza, era o materialismo determinista, muito senhor de si e da sua infalibilidade, atribuindo a fortuna dos homens e a desventura e o génio e o crime ao fatalismo da raça e do ambiente (a êste chamava-se, à francesa, o *meio*), e ao tumulto de meras reacções químicas dos elementos, e ao equilíbrio e ponderação matemática do mover de energias propulsoras inconscientes e ingovernáveis. Para exercício da fidalguia do coração humano e também para a sua tranqüilidade, trazendo em dia as suas contas com a obrigação moral, tinha aquele momento a cultura vicejante de diversos socialismos, todos redentores das iniqüidades e injustiças, dolorosas e perigosas, destinados todos a terminar uma ordem civil e política cruel e insensatamente baseada em liberdades funestas e avarezas concomitantes. Cessassem os lamentos chora-migas, enternecidos e impotentes; o instante era de acção, vontade, robustez titânica e edificação, objecto de aço e forjas, e muito mais a tarefa de soldados e magistrados que o banquete de poetas em extâse. Para longe fôsse a Dúvida que a torrente das certezas científicas a expulsava do campo das novas construções; Darwin, Spenser, Comte, Haeckel, Büchner, Flaubert, Zola, Renan, Proudhon e outros, muitos — eram multidão — das falanges triunfantes dos salvadores já nos haviam ditado e gravado os seus evangelhos. Tivessemos nós arte de os entender, e decorar e aplicar, e do caudal ardente dessas energias renasceria olímpico e são, onde não fôsse singelamente paradisíaco, o mundo degenerado e apodrecido por inumeráveis êrros.

Eis que os profetas do renascimento, criando filhos de um consórcio estranho de Minerva e Hércules, os tinham recrutado para alveneres hábeis em temperar a argamassa materialista com que íamos cimentar os castelos inexpugnáveis da «luta pela vida»; e nestes se refugiaria e curaria aquela humanidade decrépita que a gente moça e os seus

mestres apregoavam sorvada de sentimentalismo, imbecilidade, dogmas sediços, moral contra a natureza e religião deprimente e estéril. Nesta ânsia de anatematizar, o próprio cristianismo iria humilhado na onda que varria da nossa vista, e sobretudo da nossa obediência, todos os mitos funestos; a bondade cristã tornar-se-ia a cegueira dos inválidos, a avidez de poder constituïria a melhor das aspirações dos eleitos, a alma de suas façanhas e glórias, a sua honra.

Então, íamos refundir em mármore consistente e belo êste mesmo mundo que havíamos herdado mal amassado em barro, apagado e mole, a desfazer-se em estupidez e inércia, por igual distante da verdade, da felicidade, e até da mais elementar higiene do corpo e do espírito.

Arrogante e ousada na investida, *salvation army* com tambores clamorosos e pendões garridos, a nova milícia desfilava em a nossa imaginação a caminho de uma segura vitória; mas logo também a seu lado se pressentiam sombras pacíficas que se esquivavam a jurar bandeira de actividade conquistadora, modestamente, porventura tìmidamente, dominadas por outra estrela, embevecidas em diferente visão. O seu ministério, dessas peregrinas, era interrogar o passado, vivido e significado no seu rasto e na argila que modelou — todo o passado, na plenitude dos seus impulsos anímicos e na integridade das obras que êles formaram. Com a aplicação de um labor microscópico esmiüçando ruínas, de contínuo essas sombras solviam dúvidas, contemplavam graças e encantos, acendiam fachos que dissipavam a treva, mesmo onde mais densa e impenetrável poderíamos supô-la. De uma tenacidade infinita, como escravas, sondavam a poeira das pedras, absortas na decifração do palimpsesto indelével pelo qual os homens e as nações de contínuo gravam nas cousas tangíveis o desfiar inquieto dos seus sonhos, tão pronta e intensamente traçado em seu desenho e côres como depressa diluído no derrame dos ves-

tigios de novos movimentos que se sobrepõem e obscurecem a estampa anterior, não raro a apagando totalmente. As muralhas da cidade, o templo, o tribunal, a praça e o balcão, tais quais as orações e as lendas; a rua, o aqueduto, a fonte e as ninfas, tais quais o livro, a crónica e o pergaminho e as inscrições dos marcos e das lages; oráculos, deuses, altares, faunos e santos, conventos, confrarias e palácios, genealogias, reis, fidalgos, e burgueses e peões; a fala, as línguas, o provérbio, o rio, a onda, a crença, fantasmas, almas penadas, o génio do lugar e o padroeiro das casas e dos lares; a lei, os evangelhos e as quimeras, oficinas, campos, cerros, caminhos, e os vagabundos, mendigos, trovadores e viageiros; quanto foi conceito, voz e emoção do homem por sua mão traduzindo em formas a necessidade de confessar seu íntimo e o prazer de contentar os olhos, os sentidos e o pensamento e o afecto, quanto o homem tocou e quanto sofreu no seu diálogo com a natureza e no seu enternecimento com o fluir ininterrompido da vida: — de tudo isso que era vasto e revolto como o mar do conhecimento da ordem cósmica, de tudo isso umas humildes sombras hesitantes fizeram um culto recatado e ardente no seu apartamento cenobítico. Zelando uma religião intuïtivamente descrente das legiões combatentes e dos armamentos filosóficos e científicos, essas sombras meditativas recolhiam-se em seus estreitos claustros e lá procuravam e esperavam encontrar para a derramar a luz perpétua da quietude de aparições consoladoras e da revelação do ser dos homens e da sua face no que eles possuíssem de mais constante, perdurável e fortificante.

Foi uma dessas sombras eleitas, notável e notada, das mais puras na intenção e dedicação, foi uma dessas sombras que nós, os filhos dos famosos 80 do século XIX, vimos no Dr. Augusto Mendes Simões de Castro.

Para as milícias combatentes, às quais por diversos laços

pertencíamos, abundadas de promessas de vitórias brilhantes realizáveis a curto prazo, êsses sacerdotes do passado tinham vário apelido; segundo a rudeza do temperamento ou a doçura ingénita de cada qual que os avistava, êsses homens eram cognominados numa escala de benevolência que do «maníaco» e do «curioso» se estendia até compreender o «cismático» e o «mágico», em qualquer altura intrometendo a suspeita de que se tratava de gente extravagante, singular e fora do comum. Mas, sem embargo, fôsse qual fôsse a palavra por que os distinguíssemos, êsses monges, para a arraia miúda das aulas da Universidade, tão apropriada e jocosamente denominada a «mocidade esperançosa», êsses monges eram todos de um inocente romantismo ou de uma infantilidade *sui generis,* e essa qualidade lhes garantia a liberdade de sonhar em paz o seu sonho e o revelar aos ignorantes. Ou provocassem uma bem humorada tolerância ou tivessem a fortuna menos vulgar de suscitar simpatias pela candura e admiração pelo seu engenho de restaurar o que fôra mutilado e desenterrar o que o tempo sepultara — simpatias e admiração de que cedo se notaram bons exemplos — êsses monges e as suas pequenas comunidades de místicos e servos não tomavam nem pretendiam tomar a estrada aos paladinos valorosos da fé positivista que heroicamente se aprestava a governar os homens, inspirando-os e disciplinando-os segundo os melhores compêndios, em dia com as descobertas mais recentes da ciência e as instruções mais seguramente eficazes de uma filosofia que se proclamava definitiva, final, para a fundação da felicidade das gerações que ela instruísse e abençoasse.

Entretanto, os magos e mineiros do passado folgada e tenazmente iam arrancando do chão os seus tesouros; ninguém lhes estorvava a tarefa, na sua repousada igreja celebravam os seus ritos, incensavam as suas imagens e das cinzas dos seus sacrifícios amealhavam e ordenavam os dia-

mantes cuja cintilação poderosa nos abria de novo horizontes há muito cerrados e — então começávamos a verificá-lo — de uma beleza e de uma harmonia infinita. Em frente das labaredas dos sistemas e das abstracções lógicas inflamando a acção que reedificaria a sociedade e figurava paraísos nunca vistos, ardia o brasido manso do afecto às tradições palpáveis de um passado vívido e legado para o renascermos em as nossas obras e o glorificarmos prosseguindo na sua moral, nos seus conceitos e sabedoria, na sua estética e na sua religião, em tôda a latitude incomensurável da sua virtude e da sua beleza; mas nem as chamas altas da fogueira profética da salvação pública empalideciam no seu arrôjo a luz branda do brasido morno do passado nem as cinzas do passado se amontoavam tão pesada e espessamente que abafassem as chamas da elaboração tumultuosa e instante de um porvir que não desistia de experimentar em realidades as suas congeminações. Movimentos ora paralelos ora antagónicos, cada qual na sua esfera soltava a sua irradiação num contacto onde ainda não se acentuava a influência que, chegada que fôsse a sua hora, faria crescer ramos novos e viçosos das raízes primitivas de uma árvore erradamente julgava sêca pela nossa imaginação ávida de novidade e pela novidade abandonando a estrada antiga.

Até que ao diante e sem muito tardar um dia veio em que muitas sombras que pareciam ténues se adensaram, brilharam e eclipsaram o fulgir das armaduras de moços guerreiros votados à salvação da cidade; e eis-que se tornaram em respeito as ironias de há pouco, as sombras que a ironia baptizara com nomes do seu dicionário foram agora designadas e honradas por diferente vocabulário e àquele a quem êste personalizou chamou-se reverentemente «antiquário», «folquelorista», «historiador», «erudito», em todos se pressentindo o latejar de impulsos religiosos, uma fé incorruptível contemplando e ensinando-nos a contemplar e a

amar na sua integridade o passado redivivo são por crença e esfôrço e arte dos seus sacerdotes eleitos. Eram estes que o passado nos representavam na eloqüência dos seus símbolos, descobertos mercê de muita sagacidade e paciência, e logo e só pela fascinação das relíquias nos sujeitavam ao seu vago e oculto império; eram êles que nos decifravam as tábuas antigas em que para se repetirem e consubstanciarem com o nosso ser e o ser do mundo se inscreveram e traduziram, modelados na graça e perdurabilidade das formas, os evangelhos vitais e a aspiração anímica do cogitar, sentir, querer e criar das gèrações.

Na multidão dos vestígios tangíveis descobertos e ordedados pelo antiquário, agora aprendíamos que a História era a fôrça messiânica que pelas obras das nossas mãos e pelo génio imperturbável dos nossos instintos nos revelava, mais seguramente ou menos incertamente, a humanidade na sua continuïdade inflexível, na sua sapiência inspirada e na virgindade perpétua das suas graças. Estampada e presente, nos monumentos mais soberbos como nas relíquias mais pequeninas, desde a estátua do pórtico até ao traço còrado da iluminura, eis-que no poder de criar e instruir e contentar e consolar a História concreta e visível sobrelevava em capacidade construtiva ao mais robusto doutrinarismo lógico e sistemático; e o antiquário que fio a fio havia reconstituído a urdidura e o relêvo do passado, a seu modo e por suas vias, tornou-se não só o portador daquela ponderação em que a consideração do equilíbrio dos elementos da História naturalmente nos induz mas ainda e superiormente o autor feliz de certa mansidão redentora que pelo conhecimento do reino das energias eternas nos modera tôdas as paixões e nos insinua o repouso do espírito numa divina serenidade.

Essa jornada do antiquário que nos primeiros passos parecera aos homens bem nutridos de positivismo uma dis-

tracção de ingénuos esvoaçando entre nebulosas flutuantes rematou na lição, conselho e apostolado pelo qual é a História que nos mostra o chão menos enganoso em que podemos erguer a cabana, e abastecê-la de menos escassa inteligência e mais fielmente a enaltecer da beleza imanente no coração dos homens, em tudo obedecendo à lei de Deus e à visão, culto e serviço da sua ordem imprescritível.

Janeiro de 1934.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

O CULTO DE COIMBRA (1)

Quando, há anos, publiquei o meu poemeto *Coimbra amada,* afagava-me a esperança de que êle despertaria algum eco simpático na cidade do Mondego, menos pelo seu mérito literário que pela devoção fiel que o inspirava e também por ser, se não erro, o primeiro livro de versos até hoje consagrado exclusivamente ao culto e louvor dessa cidade.

A minha ilusão de namorado não tardou a mudar-se em desconsolada surpresa. Se de tôdas as bandas de Portugal, e de muitas penas ilustres, recebi palavras de aplauso pelo meu livro, foi justamente de Coimbra que essas palavras me chegaram mais escassas e menos efusivas. Houve até quem se dispensasse de me agradecer a oferta dêle. E comentários espontâneos, apreciações populares ou anónimas que me deixassem crer que êsses versos haviam sido compreendidos, sentidos, bem interpretados, ao menos pelos estudantes meus sucessores, não soube de nenhuns. Poucos meses depois da publicação da *Coimbra amada* passei por Coimbra e nem sequer vi o meu poemeto exposto, como parecia indicado pelo seu assunto tão local, nas vidraças dos livreiros. Alguns dêstes, como me empenhei em mandar verificar, nem já o tinham em depósito. Insucesso total, foi a conclusão que tirei com melancolia. Só o meu incorrigível optimismo é que não me deixou tirar esta conclusão ainda mais cedo,

---

(1) Vid. nota da pág. 1.

pois devia ter-me logo lembrado de que não consegui encontrar editor em Coimbra para êsse livro tão coimbrão e me vi forçado a publicá-lo no Pôrto.

Entre as poucas excepções a esta dura regra (e sem esquecer a citação amiga do belo livro de Vitorino Nemésio) devo ainda mencionar duas que especialmente me enterneceram: não perca o leitor de vista que está a ouvir falar um devoto, a quem o objecto adorado não sai do sentido. Uma foi quando soube que um douto professor da Universidade, o Dr. Providência e Costa, escolhera o meu livro para tema duma das suas conferências, durante o curso outonal de férias, e até reproduzira o seu primeiro soneto no programa dêsse curso. E a outra devo-a ao meu querido e venerado amigo Dr. José Maria Rodrigues que, a-pesar-de já não professar em Coimbra, tem o nome e o coração ligados para sempre à terra de encantos. Referiu-me êle que fôra expressamente reler os meus versos para o alto da escadaria de Minerva, diante do maravilhoso panorama do Mondego que dali se divisa e que também figura nesses versos, e perguntou-me risonhamente se a municipalidade coimbrã já cumprira o dever de eleger-me seu cidadão honorário...

Reflectindo muitas vezes na pouca atenção que os habitantes permanentes ou temporários da Coimbra minha amada concederam aos hinos de saüdosa ternura que há quási meio-século lhe venho religiosamente consagrando, não conclui apenas que êsse hinos só tinham valor e interêsse para mim, mas também — e é deveras o que mais me pesa — que o culto dessa querida cidade conta hoje, na mocidade portuguesa, muito menos paladinos que outrora, e que o tema que fascinou todos os nossos poetas, desde que Portugal existe, está talvez relegado pela gèração novíssima à categoria de lugar-comum romântico, lamecha e piegas por excelência, indigno portanto de ocupar ou comover mentali-

dades e sensibilidades mais evoluídas que as nossas no conhecimento profundo dos grandes *leit-motive* da beleza e da arte.

Se êste desdém atingisse ùnicamente a feição *boémia* da velha tradição coimbrã, ninguém o partilharia mais do que eu, que jamais fiz do «João das Iscas» ou das «Tias Camelas» musas inspiradoras dos meus versos, e para quem João Penha, tido como grande poeta pelos seus contemporâneos, e quaisquer que hajam sido os seus dotes de chefe de fila, não passou literàriamente de um Murger de segunda plana.

Mas se se trata da ilustre tradição lírica e poética de Coimbra, da herança emotiva que ela nos traz de tão longe, do encanto único da sua païsagem, da história, lenda e arte que lhe andam apensas, então já não compreendo e só posso deplorar a actual indiferença da mocidade e sentenciá-la como grave delicto. Coimbra é, e espero que será sempre, uma das grandes *centrais* magnéticas da poesia nacional, fonte perene de amor e de saüdade. Coimbra é ainda agora a capital intelectual de Portugal, e é indispensável que se não converta numa qualquer cidade de província. Pena é também que os estudantes, fascinados pelas baratas tentações babilónicas de Lisboa ou do Porto, desertem dia a dia a única Universidade *integral* que possuímos, rodeada dum ambiente que só ao tempo é dado formar e a que as circunstâncias de logar e os acidentes da história asseguraram um prestígio de excepção. Seria triste que comecem a esquecê-lo os nacionais quando os estranjeiros melhor começam a aprendê-lo. Maurice Barrès adivinhou-o de longe. Será então que já nos vai faltando a perspectiva?

O simples facto de que, durante séculos, a cultura nacional se concentrou ali, de que ali desabrocharam, vindas de tôda a parte, as gèrações destinadas a intervir mais

tarde na marcha da nação, basta para explicar êsse afinamento, êsse requinte, ditado aliás também pela própria païsagem, e que em Coimbra vai da música da pronúncia às linhas da beleza feminina e às aptidões artísticas populares, formando um conjunto verdadeiramente *racé* e permitindo-me chamar às simples tricanas, como lhes chamei com justiça nos meus versos, *fidalgas de juro e herdade.*

Que melhores panoramas desviam dêste, tão nosso, os olhos dos meus mais jovens camaradas? Serão, como tantas vezes, os que as últimas ou penúltimas modas políticas, filosóficas ou literárias de Paris lhes proporcionam? De qualquer modo a sua deserção de Coimbra, não a defendendo sequer contra os atentados com que o urbanismo e industrialismo de mau gôsto já a vão desfigurando, pode ter conseqüências irreparáveis. O que os séculos lenta e laboriosamente fizeram, bastará um curto período de distracção ou inércia para o desfazer e destruir para sempre. E a beleza e a arte só se manteem pela fé e pelo amor. Conheço eu um país onde quási tôdas as mulheres são feias, e é, segundo descobri e creio, porque nunca os homens, no dobar dos tempos, se dignaram olhar para elas. E assim o feminino gôsto de agradar, tão universal que até se estende aos animais e às plantas, extinguiu-se naquela terra de varões pouco sensíveis.

Não é preciso ter a alma romântica, e é até preferível não a ter, para apreciar na exacta medida a elegância, a polidez, a finura, a harmonia da terra coimbrã nos seus mil aspectos, e o que a sua cultura nos atesta dum longo e ininterrupto passado. Por mim posso dizer que, tendo corrido tão variadas paragens, em tão comprido exílio, nada encontrei nunca que me fizesse esquecer Coimbra, e muito vi, ao contrário, que melhor ma fêz recordar e amar. E é ainda

porisso que hoje não encontro palavras mais adequadas do que estas, de afeição e de fidelidade coimbrã, para honrar a memória do Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, que foi meu correligionário nessa fé, mas que, mais feliz que eu, pôde consagrar-se, de alma, vida e coração, ao estudo de Coimbra, nas suas riquezas arqueológicas, folcloricas e etnográficas, e lá viveu sempre, e lá morreu, merecendo bem a recordação grata de todos os filhos, natos ou adoptivos, da cidade entre tôdas nobre e bela.

Bruxelas, 1932.

ALBERTO D'OLIVEIRA.

TRATAMENTO MÉDICO DA ÚLCERA GASTRO-DUODENAL (1)

VII. — J. M. P., de 28 anos de idade, jornaleiro, natural de Elvas.

Entrada em 13/IV/932. Saída em 27/VII/932.

Diagnóstico. — Úlcera da pequena curvatura.

Começou a sofrer há um ano. Gastralgias muito violentas, surgindo quási logo a seguir à ingestão de alimentos, evolucionando por *poussées*. Tem pirosis intensas e sialorreia abundante. Há meses que começou a emmagrecer e a ter tosse.

Anomalias do murmúrio vesicular em tôda a extensão do pulmão direito mas mais acentuados na zona infraclavicular onde a inspiração é fortemente entrecortada e a expiração bastante rude.

Submacicez no 1/3 superior do pulmão direito, zona em que há ligeiro refôrço das vibrações vocais.

O exame radiológico mostra à direita sombras de densificação, ao longo da zona intercleido-hilar.

Começou a fazer-se um tratamento da úlcera excluindo qualquer outra medicação que não fôsse a pepsina e a poção de Bourget.

Logo a partir da primeira injecção o doente começou a sentir alívios do seu sofrimento gástrico e melhoria do seu estado geral.

---

(1) Cont. do vol. 86.º, pág. 645.

Pêso em 13/IV/932, 46 quilogramas. Pêso em 27/VII/932, 50 quilogramas.

Fórmula leucocitária em 15/IV/932: Hem. 90. Glob. verm. 4.506.000. Glob. brancos 6.500. Pol. neut. 58,2 %. Linf. 35,1 %. G. mon. 5,2 %. Eos. 5,5 %.

Em 6/VI/932: Hem. 100. Glob. verm. 4.960.000. Glob. brancos 6.800. Pol. neut. 56,2 %. Linf. 33,1 %. G. mon. 5,1 %. Eos. 5,6 %.

Quimismo gástrico. — 1.º exame em 15/V/932:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum..	1,095	0,075	0,438	1,606
1.ª amostra.....	1,341	0,073	0,438	1,825
2.ª »	1,606	0,073	0,365	2,044
3.ª »	0,438	0,073	0,438	0,994
4.ª »	0,365	—	0,365	0,730

2.º Exame em 9/VII/932:

Jejum.....	0,548	0,073	0,438	1,095
1.ª amostra.....	2,190	0,073	0,438	2,710
2.ª »	3,431	0,073	0,438	3,942
3.ª »	—	—	—	—
4.ª »	—	—	—	—

A 3.ª e 4.ª amostra não poderam ser obtidas por haver refluxo do suco duodenal para o estômago.

Exames coprológicos: — Não se encontrou nunca sangue nas fezes:

Exames radiológicos: — 1.º 18/V/932. — Verificou-se que existia na pequena curvatura uma imagem diverticular de dimensões reduzidas, constituindo um nicho de Haudeck

atípico, que se mantinha em dois films tirados no momento da observação, e onde o doente acusava dor à palpação. Não havia estase gástrica.

2.º Exame em 10/VII/932 (depois da 2.ª série de pepsina): — Na parte média da pequena curvatura, vê-se ainda um divertículo, muito mais pequeno do que tinha mostrado o exame anterior, mas ainda doloroso à palpação.

O doente voltou a ter gastralgias e pirosis, se bem que muito mais atenuadas e menos freqüentes do que antes de se iniciar a pepsinoterapia.

Praticou-se um 3.º exame radiológico em 26/VII/932: — Na parte média da pequena curvatura, via-se ainda uma imagem diverticular muito reduzida, menos saliente do que na segunda observação mas dolorosa à pressão.

VIII. — C. F., de 26 anos de idade, doméstica, natural de Leiria.

Entrada em 13/IV/932. Saída em 14/V/932.

Diagnóstico. — Úlcera da pequena curvatura.

Desde há muito que sofre dos intestinos, mas agora há 3 meses que tem vómitos alimentares muito freqüentes. Como não se pode alimentar convenientemente por causa dos vómitos tem emmagrecido. Sente uma dor surda no ponto de Mathieu, que lhe «reponta» para as costas.

Pirosis acentuada.

Os vómitos e a dor desapareceram logo desde as primeiras injecções de pepsina.

Pêso à entrada, 43 quilogramas. Pêso à saída, 43^{kg},200.

Fórmulas hemo-leucocitárias em 15/IV/932: Hem. 70. Glob. vermelhos 3.376.000. Glob. brancos 7.400. Pol. neut. 55,8%. Linf. 20,2%. G. mon. 4,6%. Eos. 9,4%.

Em 14/V/932: H. 90. Glob. vermelhos 4.000.000. Glob. brancos 5.500. Pol. 60%. Linf. 15,4%. G. mon. 5,6%. Eos. 19%.

Quimismo gástrico. — 1.º exame em 22/IV/932:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum.....	0,657	0,073	0,511	1,241
1.ª amostra.....	1,606	0,073	0,511	1,190
2.ª »	2,336	0,073	0,365	2,774
3.ª »	1,314	0,073	0,365	1,752
4.ª »	—	—	—	—

Em 31/VI/932:

Jejum.....	0,292	—	0,584	0,876
1.ª amostra.....	0,876	0,073	0,292	1,241
2.ª »	1,606	0,073	0,292	1,971
3.ª »	2,044	0,073	0,292	2,409
4.ª »	1,825	0,073	0,292	2,190

Exame coprológico: — Em 25/IV. — Não se encontram parasitas nem ovos, mas havia sangue oculto; em 12/V. — Não se encontrou sangue nas fezes.

Exames radiológicos: — 1.º 18/IV/932. — Na parte média da pequena curvatura existia uma imagem diverticular (vid. fig. 6) ao nível da qual o doente acusava forte dor à pressão. O piloro oferecia uma certa resistência inicial à passagem da papa baritada. Não havia estase gástrica; 2.º Exame em 15/VI/932:

Estômago de contornos perfeitamente normais, tendo desaparecido a imagem diverticular da pequena curvatura.

A-pesar do sucesso obtido com a 1.ª série de injecções de pepsina a doente teve alta, mas veio à consulta externa fazer uma 2.ª série de injecções.

IX. — J. D., de 40 anos de idade, doméstica, natural de Coimbra.

Entrada em 5/XII/932. Saída em 20/II/933.

Diagnóstico. — Úlcera da pequena curvatura.

Há um ano que vem sofrendo de gastralgias que se exacerbam pelas refeições: pirosis intensa, sialorreia abundante e vómitos alimentares.

Estes sintomas exacerbaram-se nos últimos meses, motivo que levou a doente a hospitalizar-se. Ao fim da 1.ª série de injecções de gastropsina, tôda esta sintomatologia tinha desaparecido e os sinais radiológicos tinham-se atenuado muito, e ao cabo da 2.ª série até estes sinais também quási tinham desaparecido.

Pêso em 5/XII/932, 43 quilogramas. Pêso em 20/II/933, $47^{kg},200$.

Fórmula hemo-leucocitária em 12/XII/932: Hem. 100. Glob. vermelhos 4.928.000. Glob. brancos 6.200. Pol. neut. 56,2 %. Linf. 31,4 %. G. mon. 5,2 %. Eos. 7,2 %.

Em 1/II/933: Hem. 100. Glob. vermelhos 4.864.000. Glob. brancos 7.000. Pol. neut. 64,7 %. Linf. 22,5 %. G. mon. 4,6 %. Eos. 8,2 %.

O quimismo gástrico não pôde ser convenientemente estudado por a doente não suportar a sonda.

Exames coprológicos: — 1.º em 20/XII. — As fezes continham sangue; 2.º em 19/II. — Não se encontrou sangue nas fezes.

Exames radiológicos: — 1.º 29/X/932 (1). Neste exame verificou-se que existia um grande divertículo da pequena curvatura, tradução de um processo ulcerativo, fenómenos de periduodenite, e fenómenos espasmódicos do piloro condicionando uma estase gástrica de 1/3.

2.º Exame em 27/I/933: — O processo ulcerativo da pequena curvatura estava consideràvelmente melhorado apre-

---

(1) Êste exame foi feito a meu pedido antes da doente ser hospitalizada.

sentando-se sob a forma de um pequeno cone de atracção, ligeira dor à pressão neste ponto, desaparecimento da estase gástrica.

X. — E. J., de 31 anos, doméstica, natural de Vermoil. Entrada em 18/VI/931. Saída em 1/IV/931.

Diagnóstico. — Úlcera da pequena curvatura.

Foi saüdável até há oito anos, época em que começou a sentir gastralgias violentas surgindo logo após as refeições.

As dores eram acompanhadas de sialorreia abundante, pirosis e vómitos alimentares freqüentes.

Logo no início da doença teve duas pequenas hematemeses.

Estas crises dolorosas não são permanentes; há entre elas períodos de acalmia que chegam a durar meses.

Entrou no hospital porque andou dois anos a fazer um tratamento rigoroso, seguindo à risca as prescrições medicamentosas e o regime lácteo que lhe tinha sido aconselhado, sem que no entanto conseguisse melhoras.

Ao dar entrada tinha sintomas que nos faziam admitir a possibilidade de uma úlcera da pequena curvatura, o que foi confirmado pelo exame radiológico.

Instituída a pepsinoterapia logo com a 1.ª série melhorou consideràvelmente tendo desaparecido os sintomas clínicos e apresentando-se muito atenuados os sinais radiológicos, feita a 2.ª série de injecções de pepsina desapareceram totalmente os sinais clínicos e radiológicos.

Pêso da doente à entrada, 46 quilogramas. Pêso à saída, 51 quilogramas.

Fórmula hemo-leucocitária em 20/VI: Hem. 100. Glob. verm. 4.400.000. Glob. brancos 9.400. Pol. neut. 55,5 %. Linf. 36,2 %. G. mon. 5,4 %. Eos. 2,9 %.

Em 20/VIII: Hem. 100. Glob. verm. 4.928.000. Glob.

brancos 6.200. Pol. neut. 56,2 %. Linf. 31,4 %. G. mon. 5,2 %. Eos. 7,2 %.

Estudo do quimismo gástrico — 1.º exame em 22/VI/931:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum...	0,146	0,073	0,511	0,730
1.ª amostra.. ..	1,146	0,073	0,438	1,657
2.ª »	2,190	0,073	0,511	2,774
3.ª »	0,584	0,073	0,292	0,696
4.ª »	0,365	—	0,292	0,657

Tôdas as amostras contêm sangue.

2.º em 22/VII/931:

Jejum.....	—	—	0,635	0,635
1.ª amostra.....	0,484	0,073	0,436	0,993
2.ª »	1,022	0,073	0,436	1,531
3.ª »	0,786	0,073	0,436	1,295
4.ª »	1,080	0,073	0,456	1,609

Não se encontrou sangue.

Exames coprológicos: — 1.º em 23/VI/931. — As fezes continham sangue; 2.º em 20/VIII/931. — Não se encontrou sangue nas fezes.

Exames radiológicos: — 1.º em 22/VI/941. — Mostrou o estômago completamente deformado, por duas grandes depressões, uma delas quási atingindo a pequena curvatura, limitando uma zona do estômago que apresenta o aspecto de um divertículo. Em frente destas depressões, na pequena curvatura, notava-se uma muito pequena imagem diverticular, de forma triangular, constituindo um verdadeiro cone de atracção (fig. 7). O peristaltismo gástrico era de boa inten-

sidade, sendo no entanto absolutamente ineficazes as ondas de contracção, conservando-se completamente fechado o piloro durante todo o tempo da observação. Não havia estase 6 horas depois.

Após êste exame começámos o tratamento pela pepsinoterapia dando também à doente umas gotas de tintura de beladona e uma poção com brometos.

2.º Exame em 29/VII/931—(depois de uma série de 15 injecções de pepsina).

Notou-se a existência na parte média da grande curvatura de uma depressão bem acentuada. Em frente, na pequena curvatura, não se via nenhuma irregularidade ou imagem anormal. Fácil evacuação da papa baritada. Ausência de dor em qualquer ponto do estômago ou duodeno.

3.º Exame em 29/VIII/931:—Perfeita regularidade dos contornos gástricos, não se observando as deformações existentes nos exames anteriores (vid. fig. 8).

A doente teve alta, foi para a terra onde não observou qualquer regime e começou a trabalhar no campo. Nos primeiros meses passou bem mas em Setembro de 1932, foi de novo assediada por dores e vómitos, motivo que a levou a hospitalizar-se.

Deu entrada em 21/X/932. Saíu em 9/XII/932.

Apresentava os mesmos sinais de quando foi internada pela primeira vez.

Exame radiológico em 31/X/932:—Constatou-se neste exame que na grande curvatura existiam duas grandes contracturas, havendo em frente, na pequena curvatura, uma zona de rectilinidade da parede do estômago, não se observando qualquer imagem diverticular. Antro pilórico pequeno tendo o piloro uma permeabilidade normal, peristaltismo gástrico intenso.

O bolbo duodenal tinha contornos muiro irregulares, ha-

vendo também algumas irregularidades na 2.ª porção do duodeno.

A doente referia dor bem localizada à palpação na porção rectilínea na pequena curvatura. Cinco horas depois havia uma pequena estase gástrica.

Quimismo gástrico:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum.....	0,219	0,073	0,092	0,584
1.ª amostra.	1,898	0,073	0,292	2,263
2.ª »	2,336	0,073	0,365	2,774
3.ª »	0,949	0,073	0,438	1,460
4.ª »	—	—	0,146	0,146

Tôdas as amostras continham sangue.

Submetemos desta vez a doente ao tratamento pelo carbonato de bismuto e benzoato de benzilo, beladona e brometos. Para combater os fenómenos de periduodenite foram feitas sessões de diatermia.

Atenuaram-se os sinais subjectivos.

Em 1/XII/932, fêz-se um novo exame radiológico: que mostrou o estômago com um aspecto absolutamente igual ao do exame anterior. As mesmas contraturas, a mesma rectilinidade da pequena curvatura, o mesmo aspecto do bolbo duodenal.

Mantinha-se a hiperquinesia, sendo fácil a evacuação da substância opaca. A doente não acusava nenhuma dor à palpação. Cinco horas depois havia muito pequena estase gástrica.

Tencionava fazer a seguir um novo tratamento pela pepsina ao que a doente se recusou por querer ir para a terra.

XI. — J. P. H., de 18 anos de idade, serviçal, natural de S. Martinho do Bispo.

Diagnóstico. — Úlcera prepilórica.

Dores gástricas surgindo uma hora após as refeições. Vómitos alimentares muitas vezes provocados pelo doente para atenuar as dores. Pirosis intensas.

Pêso no início do tratamento, 39 quilogramas. Pêso no fim do tratamento, 42 quilogramas.

Estudo do quimismo gástrico em 24/VII/932 (antes do tratamento):

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez ‰
Jejum.....	0,292	—	0,365	0,657
1.ª amostra.....	1,533	0,073	0,292	1,898
2.ª »	1,533	0,073	0,292	1,898
3.ª »	0,657	0,073	0,292	1,022
4.ª »	—	—	0,365	0,365

Em 29/IX/932:

Jejum.....	0,330	0,073	0,425	0,828
1.ª amostra.....	1,624	0,073	0,333	2,030
2.ª »	1,824	0,073	0,333	2,230
3.ª »	0,832	0,073	0,333	1,238
4.ª »	0,832	0,073	—	0,905

Exames radiológicos: — 1.º em 25/VII/932. — Na região pilórica, notava-se a existência de um divertículo. Estenose pilórica. Estase gástrica igual a 1/3.

2.º Exame em 25/VII/932: — Desaparecimento da imagem diverticular e da estenose pilórica. Não havia estase gástrica.

Desaparecimento de tôda a sintomatologia subjectiva.

XII. — F. M. R., de 55 anos, proprietário, natural da Guarda.

Diagnóstico. — Úlcera pilórica.

Pêso no momento de iniciar o tratamento, 59 quilogramas. No fim do tratamento, 65 quilogramas.

Há dois meses teve uma hematemese abundante; antes disso tinha por vezes umas ligeiras dores gástricas a que não ligava importância de maior. Desde que teve a hematemese as dores tornaram-se mais intensas e fazem-se acompanhar de azia.

Exame radiológico: — 1.º em 29/IX/931. — Concluíu-se dêste exame que havia estenose cicatricial do piloro, com estase gástrica total.

2.º Exame em 29/XI/931: — Mostra que a estenose persistia, mas que dava lugar apenas a estase de 1/3 da papa ingerida.

O doente sentiu melhoras acentuadas com a pepsinoterapia.

XIII. — A. L., de 20 anos de idade, serrador, natural da Pedrulha.

Entrada em 7/IV/931. Saída em 9/VII/931.

Diagnóstico. — Ulcera do duodeno.

Começou a sentir dores há 3 anos, tendo também por vezes vómitos alimentares. As dores surgiam regra geral pela uma ou duas horas da manhã, isto é 5 ou 6 horas depois da ceia.

Estas dores que evolucionavam por períodos eram acalmadas pela ingestão de alcalinos ou de leite. Cêrca de um mês antes de ser hospitalizado teve melena.

Pêso na entrada, 46kg,500. Pêso na saída, 48 quilogramas.

Fórmula hemo-leucocitária: — 1.º em 10/IV/931. Hem. 80. Glob. verm. 3.422.000. Glob. brancos 6.800. Pol. neut. 56,8 %. Linf. 20,2 %. G. mon. 4,6 %. Eos. 19,4 %.

2.º em 8/VII/932: Hem. 90. Glob. verm. 4.824.000. Glob. brancos 6.000. Pol. neut. 68,2 %. Linf. 14,5 %. G. mon. 4,1 %. Eos. 13,2 %.

Exames coprológicos: — em 12/IV/932. — Encontrou-se sangue nas fezes; em 7/VII não se encontrou sangue nas fezes.

Exames radiológicos: — 1.º em 10/IV/931. — A segunda e terceira porções do duodeno estavam muito dilatadas e eram a sede de freqüentes movimentos antiperistálticos, que faziam refluir a substância opaca para o bolbo. Havia uma certa resistência à passagem da gelobarina, no fim da terceira porção.

Os films mostram irregularidades do bolbo, dilatação da 2.ª e 3.ª porções e estenose da parte terminal da 3.ª porção.

Dor localizada ao bolbo duodenal. Não havia estase gástrica nem duodenal.

2.ª observação em 12/V (depois da 1.ª série de pepsina): — Duodeno com aspecto semelhante ao observado no 1.º exame, persistindo os movimentos antiperistálticos, e a mesma estase e dilatação da 3.ª porção do duodeno. O doente não acusava dor espontânea ou provocada em qualquer ponto do estômago ou duodeno. Pequena estase gástrica e duodenal.

3.º Exame em 4/VI/931: — Mesmo aspecto radiológico do duodeno, mantendo-se a estase gástrica e duodenal. A-pesar-da persistência dos sinais radiológicos de úlcera duodenal tôda a sintomatologia clínica desapareceu.

XIV. — M. R., de 16 anos de idade, doméstica, natural de Ega.

Entrada em 13/XII/932. Saída em 1/III/933.

Diagnóstico. — Úlcera do duodeno.

Dores tardias, vómitos alimentares e biliosos, pirosis.

Pêso antes do tratamento, 51 quilogramas. Pêso no fim do tratamento, 56 quilogramas.

Fórmula hemo-leucocitária: — 1.º em 15/XII/932. Hem. 100. Glob. vermelhos 5.328.000. Glob. brancos 5.600. Pol. neut. 50,4 %. Linf. 43 %. G. mon. 5,3 %. Eos. 1,3 %.

2.º em 28/II/933. Hem. 100. Glob. vermelhos 6.000.000. Glob. brancos 7.200. Pol. neut. 56,7 %. Linf. 37,7 %. G. mon. 4,9 %. Eos. 0,7 %.

Quimismo gástrico em 16/XII/932:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum.....	0,292	—	0,365	0,657
1.ª amostra.....	1,421	0,073	0,365	1,679
2.ª »	1,460	0,073	0,365	1,898
3.ª »	1,460	0,073	0,365	1,898
4.ª »	1,022	0,073	0,365	1,460

Tôdas as amostras contêm sangue.

2.º em 24/II/933:

Jejum.....	0,423	0,073	0,526	1,022
1.ª amostra.....	1,062	0,073	0,526	1,661
2.ª »	1,124	0,073	0,526	1,723
3.ª »	1,218	0,073	0,526	1,817
4.ª »	0,898	0,073	0,526	1,497

Tôdas as amostras contêm sangue.

Exames coprológicos em 16/XII: — Encontrou-se sangue nas fezes, e em 24/II/933 já não se encontrou.

Exames radiológicos: — 1.º em 28/XII/931. — Os films mostram os contornos gástricos bem regulares, com o antro pilórico pequeno, mas com irregularidades de impregnação do lado do piloro. O bolbo duodenal vê-se também im-

pregnado e de contornos irregulares; as outras porções do duodeno não estão aparentes vendo-se no entanto na observação radioscópica que têm um aspecto sensìvelmente normal. Não havia estase gástrica nem duodenal.

Conclusão. — ¿Pequena ulceração do bolbo?

2.º exame em 20/II/933: — Os films mostram o bolbo duodenol pequeno, mais ou menos deformado, de contornos irregulares, e também algumas irregularidades no princípio da 2.ª porção.

Dor à palpação do bolbo. Não havia estase gástrica nem duodenal.

A-pesar-da persistência dos sinais radiológicos, tôda a sintomatologia subjectiva desapareceu, comendo a doente tôda a espécie de alimentos sem sentir a mínima dor.

XV. — A. R. S., de 30 anos de idade, jornaleiro, natural de Nelas.

Entrada em 30/X/931. Saída em 16/XII/931.

Diagnóstico. — Úlcera do duodeno.

Há cêrca de dois anos que sente dores na região epigástrica e pirosis. Nunca teve vómitos. A terapêutica pelos alcalinos e bismuto não deu resultado. De há quatro meses a esta parte as dores são mais violentas e a pirosis mais intensa.

Pêso à entrada, 68 quilogramas. Pêso à saída, 70 quilogramas.

Fórmula hemo-leucocitária em 11/XI/931: — Hem. 100. Glob. vermelhos 4,400.000. Glob. brancos 9.400. Pol. neut. 55,5 %. Linf. 36,2 %. G. mon. 5,4 %. Eos. 2,9 %.

Neste doente não podemos fazer mais de 13 injecções de pepsina, porquanto desde início que havia fenómenos de intolerância local a êste produto e uma certa reacção geral, traduzindo-se por febrícula no dia da injecção e com a 13.ª injecção desencadearam-se fenómenos de choque.

Quimismo gástrico. — 1.º exame em 6/XI/931:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum.....	1,168	0,073	0,511	1,752
1.ª amostra.....	2,920	0,073	0,292	3,285
2.ª »	3,885	0,073	0,365	3,723
3.ª »	3,885	0,073	0,365	3,723
4.ª »	1,387	0,073	0,365	1,825

2.º exame em 26/XI/931:

Jejum.....	1,752	0,073	0,365	2,190
1.ª amostra	3,139	0,073	0,219	3,431
2.ª »	3,723	0,073	0,219	4,015
3.ª »	3,650	0.073	0,219	3,942
4.ª »	3,358	0,073	0,219	3,650

Tôdos as amostras contêm sangue.

Exames coprológicos em 6 e 26/XI/931: — Encontrou-se sangue nas fezes.

Exames radiológicos: 1.º em 2/XI/931. — Bolbo duodenal deformado, irregular de contornos, tendo uma posição horisontal; a 2.ª e 3.ª porções mostram se radiològicamente normais. O doente acusava dor à pressão na região píloro duodenal. Seis horas depois não havia estase.

Conclusões do exame: — Lesões de periduodenite e peripilorite.

¿Ulceração do bolbo duodenal?

2.º em 14/XII/931: — Mesmo aspecto do exame anterior, apenas não existe dor à palpação.

Neste doente além da pepsina fêz-se diatermia, tendo-se as dores atenuado logo desde o comêço do tratamento.

XVI. — A. M. S., de 28 anos de idade, pescador, natural da Nazaré.

Entrada em 14/I/932. Saída em 6/III/932.

Diagnóstico. — Úlcera do duodeno.

Há 5 anos teve umas dores de estômago muito ligeiras e azia. Todos estes sintomas desapareceram, mas agora, há 6 meses para cá que sente, 3 ou 4 horas depois das refeições, dores muito violentas no epigastro irradiando para o hipocôndrico direito e para as costas. Vómitos alimentares e vómitos mucosos. Pirosis muito intensa e sialorreia abundante. Parece que já uma vez teve melena.

Pêso à entrada, 54 quilogramas. Pêso à saída, 58kg.,200.

Fórmula hemo-leucocitária: — Em 16/I/932. Hem. 90. Glob. vermelhos 4.592.000. Glob. brancos 11.000. Pol. neut. 54 %. Linf. 33,6 %. G. mon. 4,8 %. Eos. 6,7 %.

Em 5/III/932: Hem. 100. Glob. vermelhos 4.952.000. Glob. brancos 10.000. Pol. neut. 55,8 %. Linf. 32,7 %. G. mon. 5,8 %. Eos. 5,7 %.

Quimismo gástrico em 18/I/932:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum.....	1,752	0,073	0,292	2,117
1.ª amostra.....	3,066	0,073	0,219	3,358
2.ª »	3,212	0,073	0,219	3,504
3.ª »	3,139	0,073	0,219	3,431
4.ª »	2,093	0,073	0,219	3,285

Tôdas as amostras contêm sangue.

Em 5/III/932:

Jejum.....	—	—	0,073	0,073
1.ª amostra.....	0,876	0,073	0,438	1,378
2.ª »	1,898	0,073	0,365	2,336
3.ª »	0,146	0,073	0,365	0,584
4.ª »	—	—	0,292	0,292

Exames coprológicos em 16/I/932: — Sangue nas fezes; em 4/III/932 — não se encontrou sangue nas fezes.

Exames radiológicos: — 1.º em 18/I/932. — Ausência de deformações ou irregularidades dos contornos gástricos, antro pilórico nìtidamente regular, não dilatado, com piloro normalmente permeável.

Peristaltismo gástrico de boa intensidade, determinando uma rápida evacuação da substância opaca. Bolbo duodenal um pouco deformado e irregular de contornos, o que se confirma pelos films tirados na ocasião.

Dor na região piloro-duodenal. Não havia estase gástrica nem duodenal.

Conclusões: — Pequena ulceração do bolbo com fenómenos de periduodenite.

2.º Exame em 4/III/932: — Aspecto radiológico semelhante ao precedente mas encontrando-se o bolbo muito menos deformado e sendo os seus contornos mais regulares.

A sintomatologia subjectiva desapareceu quási por completo.

(Continua).

MÁRIO SIMÕES TRINCÃO.

TRÊS ENSAIOS
SÔBRE ANTERO DE QUENTAL(1)

SONETOS COMPLETOS

(SEGUNDO A EDIÇÃO DE 1886)

IGNOTO DEO (pág. 3)

(SONETO I)

... Lá como sôbre o mar o sol se espelha...
.....
.....

LAMENTO (pág. 4)

(SON. II)

... Revôlto mar ou golfo congelado...
....
....

A SANTOS VALENTE (pág. 6)

(SON. IV)

... Largo, como o oceano é largo e fundo...
....
....

TORMENTO DO IDEAL (pág. 7)

(SON. V)

..... como quem da serra
Mais alta que haja, olhando aos pés a terra
E o mar, vê tudo, a maior nau ou tôrre,

---

(1) Cont. do vol. 86.º, pág. 625.

Minguar, fundir-se, sob a luz que jorre...

..... bem como a nuvem que erra
Ao pôr do sol e sôbre o mar discorre:
....
. ...

A ALBERTO TELES (pág. 13)

(SON. XI)

... No mar, o nauta, que o tufão balança...
.....
....

AD AMICOS (pág. 19)

(SON. XVII)

..... a vontade ambiciosa...
Como onda entre rochedos se espedaça...
....
....

DESESPERANÇA (pág. 21)

(SON. XIX)

... Como nuvem que o vento impele... e passa.
.....
... .

BEATRICE (pág. 22)

(SON. XX)

. ... .. Oh vem! o céu é puro, e calma
E silenciosa a terra, e doce o mar, e a alma...
....
....

SONHO ORIENTAL (pág. 29)

(SON. XXV)

... Muito longe, nos mares do Oriente...
....

... Lambe a orla dos bosques, vagamente,
O mar com finas ondas de escumilha...
.....
....

QUINZE ANOS (pág. 30)

(SON. XXVI)

... lá nêsse mar de ondas trementes...
.....
....

(NOTA: — Vid. *Raios de extinta luz*, a pág. 109 e *Primaveras Românticas* a pág. 167; já cit.).

IDÍLIO (pág. 31)

(SON. XXVII)

... Ou, vendo o mar, das ermas cumiadas...
.....

... O vento e o mar murmuram orações...
.....
.. ..

NOTURNO (pág. 32)

(SON. XXVIII)

Espírito que passas, quando o vento
Adormece no mar e surge a lua...
.....
....

SONHO (pág. 33)

(SON. XXIX)

Sonhei.....
Que um vento me levava arrebatado...
....
.....

AMARITUDO (pág. 34)

(SON. XXX)

... Escutarei passar o agreste vento...
.....
.....

ABNEGAÇAO (pág. 35)

(SON. XXXI)

... E quando surge a lua e o mar se acalma ...
.....
.....

ACORDANDO (pág. 37)

(SON. XXXIII)

... Mas, de repente, um vento úmido e frio. .

DESPONDENCY (pág. 46)

(SON. XLII)

... Os tufões pelo mar, na escuridade...
... Quando os ventos do sul se levantaram ...
.....
.....

(NOTA: — Vid. também *Primaveras Românticas*, pág. 169).

METEMPSICOSE (pág. 48)

(SON. XLIV)

... aonde geme
Outro vento, e se acende outro dia. .
.....
.....

(NOTA: — Vid. *Primaveras Românticas*, pág. 127).

UMA AMIGA (pág. 49)

(SON. XLV)

Aqueles, que eu amei, não sei que vento...

.. Tudo o vento varreu, queimou o gêlo!
....
....

(NOTA: — Vid. *Primaveras Românticas*, pág. 157).

SEPULTURA ROMANTICA (pág. 52)

(SON. XLVIII)

Ali, onde o mar quebra, num cachão
Rugidor e monótono, e os ventos
Erguem pelo areal os seus lamentos,
Ali se há-de enterrar meu coração.

.... os sopros violentos
Lhe revolvam em tôrno o árido chão...

.... seja levado
Nos turbilhões que o vento levantar...

..... dissolva-se no seio
Dêsse infecundo, dêsse amargo mar!
....
....

A IDÉA (pág. 55)

(SON. XLIV)

... A apagaram os ventos inimigos...
. ...
....

(NOTA: — Vid. *Odes Modernas*, pág. 35)

JUSTITIA MATER (pág. 68)

(SON. LXII)

... No mar ouve-se a voz grave e aflictiva...
.....
... Como incêndio que um vento bravo atiça ..
.....

(NOTA: — Vid. *Odes Modernas*, pág. 111).

PALAVRAS DE UM CERTO MORTO (pág. 69)

(SON. LXIII)

... Pôsto sôbre um rochedo, à chuva e ao vento...
.....

(NOTA: — Vid. *Odes Modernas*, pág. 117).

A UM POETA (pág. 70)

(SON. LXIV)

.. Para surgir do seio dêsses mares...
.....

HOMO (pág. 75)

(SON. LXVI)

... Me vê passar o mar, vê-me o rochedo ..
.....

ESPIRITUALISMO (pág. 84)

(SON. LXXIV)

Como um vento de morte e de ruína ..
.....

NO TURBILHAO (pág. 92)

(SON. LXXXIII)

... Como um bando levado pelos ventos...

.....

.....

IGNOTUS (pág. 93)

(SON. LXXXIV)

... Por céu, por mar e terras procuramos...

.....

.....

NO CIRCO (pág. 94)

(SON. LXXXV)

... Um vento me tomou, e vim rolando...

.....

.....

NIRVANA (pág. 95)

(SON. LXXXVI)

... A onda dêsse mar tumultuoso...

.....

.....

ELOGIO DA MORTE (pág. 103)

II

(SON. XCII)

. . De um mundo estranho, que povoa o vento...

.....

.....

REDENÇAO (pág. 111)

I

(SON. XCIX)

Vozes do mar, das árvores, do vento!

.....

Vozes do mar, da selva, da montanha...
... .
....

II (pág. 112)
(SON. C)

Não choreis, ventos, árvores e mares...
....
.....

VOZ INTERIOR (pág. 113)
(SON. CI)

... Com um bramir de mar tempestuoso...

LUTA (pág. 114)
(SON. CII)

..... Adormeceu o vento...
....

... Emquanto pelas praias solitárias
Ecoa, ó mar, a tua voz antiga.
.....
....

OCEANO NOX (pág. 117)
(SON. CV)

Junto do mar, que erguia gravemente
A trágica voz rouca, emquanto o vento
Passava como o vôo de um pensamento
Que busca e hesita, inquieto e intermitente,

Junto do mar sentei-me tristemente...
....
....

O QUE DIZ A MORTE (pág. 120)
(SON. CVIII)

... Como num mar, em mim desaparecem...
....

... o clamoroso mar.....
.....
.....

NA MÃO DE DEUS (pág. 121)

(SON. CIX)

... Selvas, mares, areias do deserto...
.....
....

POESIAS DISPERSAS

OS CATIVOS

.... surge o vento,
Surge e perpassa esquivo e inquieto,
Como quem traz algum pesar secreto,
Como quem sofre e cala algum tormento...

.. ..
... — Porém o vento passa e só responde:
À noite, a escuridão, o abismo, o nada! —
....
.....

OS VENCIDOS

... Geme o vento na selva rumorosa...
.....

... que vento de ruína bate os muros
Do templo eterno, o templo sacrossanto?
....
.....

HINO DA MANHÃ

... Nem ave canta, nem sussurra o vento...
....

..... como freme
Sob os ventos da vida e como geme
Num sussurro monótono e plangente!
....
....

A FADA NEGRA

... O mundo pareceu-me uma visão,
Um grande mar de névoa, de ilusão...
.. ..

Ruína aérea que sacode o vento...
.....
.....

NOTA: — As poesias acima apontadas foram, com outras, compostas pelo Poeta na sua fase de crise pessimista e doentia.

Mas, quando se libertou e procurou salvar-se dêsse mal de espírito e de alma, resolveu, como diz Oliveira Martins, «destruir tôdas as suas poesias *lúgubres*», pois «sentia remorsos por alguma vez ter estado numa disposição de ânimo que agora considerava com horror».

E no mesmo tom continua o amigo íntimo de Antero: «Entendia que êsses versos tétricos não podiam consolar ninguém, e fariam mal a muita gente. Destruíu-os, pois, com aquela violência própria de carácter intermitentemente meigo e frenético como o de uma mulher». E termina: «Dêsse naufrágio onde se perderam verdadeiras obras-primas, salvei eu as poesias que vão no fim dêste ensaio; e salvei-as porque as possuía entre os originais remetidos em cartas, e mais de uma vez como texto de notícias do estado do seu espírito, ou cartas rimadas». (Vid. *Prefácio dos Sonetos Completos*, pág. 21; vid. também a *Carta Autobiográfica*, págs. 9–10 das *Cartas* de Antero).

ADVERTÊNCIA FINAL

Existem ainda mais *poesias dispersas* onde o vento e o mar se fazem ouvir intensivamente.

Resolvemos não as transcrever para aqui, porque não vêm incluídas em volume algum, e, além disso, as que trans-

crevemos bastam para que o leitor fique a ter uma noção precisa e mais que suficiente da influência do vento e do mar em Antero de Quental (1).

*

Mais nos cumpre advertir que nem tôdas as poesias de Antero foram transcritas, que nem todos os versos das suas poesias apontadas, foram reproduzidos, — o que não quere dizer que não haja em tôda a obra poética do Maior Açoreano imagens e expressões traduzindo movimento, palpitantes de movimento, como por exemplo onda, espuma, bramido, suspiro, tormenta, tufão, etc., etc....

O leitor erudito no original verificará o que acabamos de afirmar.

Também deixamos de transcrever, por julgarmos desnecessárias, repetições de vento e de mar, que a cada passo se encontravam na mesma poesia, à excepção porém dos seus *Sonetos Completos*, sua melhor obra, e um dos maiores monumentos literários da humanidade pensante, pois êles, como escreve o Dr. Aristides da Mota, neste volume mais de uma vez citado, — traduzem «as agonias da incerteza, os tormentos da dúvida, os mais subtis e torturantes estados de consciência, em que se degladiam o Mal e o Bem, o Sêr e o Nada, a Verdade e o Sonho, a Liberdade e a Fatalidade, a Justiça e a Fôrça, a Ilusão e a Realidade, as mais contraditórias alucinações do Espírito humano». E o douto Mestre termina assim: «Eles (os *Sonetos*) têm um valor universal, são fórmulas artísticas, estéticas, emotivas, por nenhum outro poeta de qualquer raça ou nacionalidade realizadas. São frémitos de dôr, queixumes de sofrimento,

---

(1) Não incluímos neste anexo as referências ao vento e ao mar encontradas em algumas das suas traduções poéticas.

revoltas de vencido, desafios de campeão já invadido pelo pressentimento do malôgro do seu esfôrço, solicitações de amante, repousos e apaziguamentos de um lutador alquebrado.

São tôda a tragédia do Pensamento quando, atingindo através dos dogmas religiosos, das teorias filosóficas, dos postulados científicos, as últimas transcendências do Saber, os últimos limites da Acção, reconhece que a Verdade inconcussa, o Bem supremo só podem ser alcançadas pela entrega e abandôno das suas energias à fantasmagoria da Existência, fantasmagoria que é a Realidade suprema e única, para além da qual não pode transcender. Realidade em que é cooperador (talvez criador) e não antagonista, Realidade em cujo seio desaparece tôda a luta orgulhosamente egoísta, Realidade que não escravisa mas liberta, Realidade em que, se resignada e activamente aceite, o próprio sofrimento se transfigura em Amor e é soberana a lei do Bem».

Depois transcreve os seguintes versos do altíssimo Poeta, a comprovar o que tinha dito:

«Dorme o teu sono, coração liberto,
Dorme na mão de Deus eternamente!»

«... Desta altura vejo o Amor!
Viver não foi em vão, se isto é a vida,
Nem foi demais o desengano e a dôr!»

«Só no meu coração, que sondo e meço,
Não sei que voz, que eu mesmo desconheço,
Em segrêdo protesta e afirma o Bem.»
....

(Vid. Aristides Mota — *Alguns apontamentos acêrca de Antero,* in-*Correio dos Açores,* de 17 de Abril de 1921. Ano I, n.º 279).

Por longa que tivesse sido a transcrição, hemos de con-

fessar lealmente que em nenhum outro autor, nacional ou estranjeiro, melhor encontraríamos palavras tão rigorosas e justas como aquelas que o Dr. Aristides da Mota traçou a propósito dos *Sonetos* de Antero: obra-prima da literatura portuguesa, a mais humana e a mais pessoal, a mais dramática e a mais filosófica, obra, enfim, em que o artista e o filósofo se casam admiràvelmente, em que o poeta e o metafísico surgem unidos, numa intimidade familiar e sincera, e em parte dá, — como escreve Jaime Cortesão, — «a chave do seu complicado enigma psicológico», porque «a faculdade imaginativa e o poder de abstracção, as ânsias de Beleza e de Perfeição, e as investigações excruciantes da Verdade, um profundo sentimento e uma poderosa razão, não só foram os alentos geradores da sua forma original em Arte, como são a causa e a origem das suas crises morais, das suas dúvidas, das suas oscilações e dos seus desespêros». (Vid. *A Arte e a Medicina. Antero de Quental e Sousa Martins*).

II

Em a nossa *Explicação prévia* fizemos referência à carta que o Dr. Aristides Moreira da Mota nos dirigiu em agradecimento a um artigo nosso (o primeiro ensaio dêste volume), publicado no mesmo jornal de Ponta-Delgada.

Pelo seu valor literário e erudito, pelo que nos conta de Antero, crime seria deixá-la perdida na «babilónia» dos jornais.

Daí a publicarmos aqui, aproveitando o momento para apresentar nossa eterna gratidão e nosso público reconhecimento ao Mestre querido e sábio, que, em excessiva gentileza e luminosa bondade, nos acumula de tantas e imerecidas palavras, ao referir-se ao nosso culto por Antero de Quental.

A PROPOSITO DE ANTERO

CARTA AO DR. RUI GALVÃO DE CARVALHO

MEU CARO RUI DE CARVALHO:

Acabo de reler o seu primoroso artigo — O Génio Poético de Antero — publicado neste *Diário* de 11 de Setembro último, por ocasião do 39.º aniversário da morte do Poeta. Êsse artigo é um excerto do seu livro inédito: — *Antero de Quental, Poeta e Filósofo* (1).

Pelo que conheço dêste livro, devido ao favor de me ter lido alguns dos seus capitulos, virá êle a ser um tombo de tudo o que no nosso país e fora dêle tem sido escrito acêrca de Antero. É trabalho de uma rigorosa probidade literária. Não se enfeita nêle o autor com penas alheias. O seu cuidado de colector é paciente, consciente e conscienciosо. As citações são agrupadas sob o critério da sua intenção comum e de conformidade com o desígnio do autor, em cada capítulo. Isso, só por si, recomendaria o livro como uma bibliografia, quero crer que completa, acêrca de Antero. Mas nem só por ela o livro será valioso; a parte que pròpriamente pertence ao autor, também muito o valoriza e o há de assinalar com características inconfundíveis, que fundamente o hão de individualizar e marcar uma posição de destaque. Nêle o espírito crítico, a intuïção psicológica, a interpretação dos factos e das modalidades espirituais de Antero, sentimentais, intelectuais, estéticas, são correctas, claras, humanas, feitas na justa medida, que é a da verdade. Além disso as linhas directrizes do seu trabalho, mantêm-se sempre numa elevada altitude, sem que delas se perca a visão nítida, por atingirem nebulosidades astronómicas.

Mas voltemos ao seu artigo, que me é dedicado, o que muito lhe agradeço e é mais uma prova da sua amizade para comigo. Ao meu nome prende, porém, dois qualificativos, um dos qu[illegible]s me cativa sobremaneira, o de *querido mestre.*

Sempre me é grato saber que os alunos das minhas aulas, conservam uma boa recordação do seu mais velho companheiro de estudo. Mas

---

(1) Foi êste o título primitivo do nosso volume sôbre Antero de Quental. Hoje é outro: *Antero de Quental. Sua vida e obras. Iconografia e Bibliografia.*

sábio mestre, é demasiado, pôsto que essa demasia signifique o extremo da sua consideração por mim, o que mais obriga ao meu agradecimento.

Mas sábio! isso nunca.

Nem o meu temperamento, nem as minhas faculdades podiam alimentar aspirações minhas às palmas do martírio da ciência. Eu, um sábio, que horror!

A ciência! A irriquieta e ardente, a insaciável sedutora, cujos abraços torturantes, ora fecundam e criam, resplandecente de verdade ora dilaceram, esmagam e esterilizam, quanto traz, disfarçadamente afivelada, a máscara iludente da mentira, tenho-a avistado por vezes, nos errores da vida, com uma e com a outra das suas caras, novo mito de Jano, mas nunca tive audazes energias para ir ao seu encontro; tenho-me limitado a admirá-la e a cumprimentá-la com a maxima reverência, de longe.

Tratemos do que mais importa e é da determinante desta carta, além da do meu agradecimento. Do seu artigo só tenho em vista, agora, um ponto, porque sôbre êle posso fazer um depoïmento, que submeto ao seu esclarecido aprêço, e versa sôbre a sinceridade da poesia de Antero, que o meu amigo põe em relêvo, tão lùcidamente. Numa das conversas de Antero, a sós comigo, — e tanto me repreendo de não ter tomado nota de tôdas elas e de nenhuma delas a ter tomado — foi feita qualquer referência a Teófilo Braga; disse-me Antero:

«O Teófilo ressentiu-se de eu não ter colaborado no livro: — *A maior dor humana* — colaboração para que fui convidado pelo Camilo, mas eu não posso assentar-me à mesa para fazer versos. Talvez com tempo, eu viesse a contribuir para o livro; mas, no momento, nada me acudiu. Não ando à procura de versos. Estes surgem-me, quási sempre na sua forma definitiva, ajustada ao meu pensamento. Às vezes uma estrofe inteira, mas não insisto e assim fica isolada por mais ou menos tempo, até que, espontâneamente, outra ou outras, se lhe seguem e a completam e então é que as escrevo».

As palavras podem não ser, exactamente, as que lhe ouvi, mas o sentido do meu depoïmento é absolutamente exacto.

É que Antero não era um versejador, ou versificador, mas um Poeta, e bem podia dizer, como os que o são: *Est Deus in nobis.*

Atrás deixo dito que me repreendo de não ter tomado nota de conversas de Antero comigo.

De duas me lembro com pesar e creio que a elas tenho aludido em algum dos meus artiguetes a respeito do Altíssimo Poeta. Não o posso verificar, porque não colecciono, nem guardo, nada do que em diversas oportunidades, quási sempre instado, tenho escrito.

Uma dessas conversas foi a propósito do teatro, de representações teatrais.

Estava no meu escritório de advogado, no fim de um dia de trabalho. Entrou Antero e, não sei como, houve ensejo de me contar que em certo tempo, em que tinha estado nesta Ilha, uma Companhia dramática representava no teatro — no Teatro Micaelense, de saüdosa memória — e que recebera um bilhete de platea.

Não o quis devolver e lembrou-se de com êle obsequiar o caseiro do Ramalho — casa do pai de Antero. O homem aceitou, não sem resistência. Não sei se ocupou o logar de Antero ou outro qualquer. Assistiu à representação de um drama, em que havia o inevitável adultério, com todos os seus, não menos edificantes, antecedentes e conseqüentes. Antero no dia seguinte preguntou ao homem se tinha gostado, respondeu que sim, que tinha gostado, mas esta resposta foi dada com tal geito, que bem mostrava dissimular o seu verdadeiro sentimento. Antero instou, e então o homem rompeu, sacudido da ira que o agitava: Não senhor, não gostei, não gostei nada, e muito me admira que o senhor Morgado e os outros senhores levem as suas mulheres e as suas filhas àqueles logares. Antero achou-lhe razão e daí partiu para fazer, num monólogo, que me abstive de interromper, a história do teatro na Índia, na Grécia, em Roma, na Idade-Média, na Renascença, nos tempos modernos, na actualidade. Uma verdadeira dissertação, erudita e crítica, falando, na sua voz suave, como se para si mesmo falasse. Eu era todo ouvidos, e nem fazia um movimento, com mêdo de o distrair.

Compreende-se o meu pesar de não poder reproduzir tão bela lição, ocasional, não preparada, mas que por isso mesmo, bem mostrava a soma e a precisão dos conhecimentos de que dispunha.

Sôbre ser um eminentíssimo poeta, brilhando em culminâncias, nunca por outrem atingidas, era vasta e profunda a sua instrução.

Quanto à sua filosofia, — tradução metafísica do séu génio poético, permita-me uma prudente reserva, que em nada atenua a minha admiração pela elegância das suas linhas arquitectónicas, inspiradas nas mais puras e sublimes aspirações da humanidade.

Como já disse, não sei se a esta conversa já aludi, ou a mencionei em algum dos meus artiguetes. V. melhor o saberá, ou poderá verificar, dada a sua completa erudição anteriana.

O mesmo acontece com outra conversa que me apraz lembrar.

Pouco tempo antes do fatal momento, um a dois meses antes, Antero expôs-me o plano do trabalho filosófico que empreendia levar a cabo no inverno seguinte. A exposição foi longa e detalhada. Dela só me ficou na memória, ou a memória só me acusa agora, êste resíduo: Antero pretendia conciliar a liberdade com o determinismo, os fenómenos subjectivos com a realidade objectiva. É o pouco que me ficou, mas o suficiente para revelar os altos problemas que ocupavam o seu pensamento e a confiança que tinha de lhes ter encontrado a solução.

Como estou sentindo com dolorosa saüdade, com íntima emoção, os momentos em que comunguei na doce palavra de Antero, na elevação do seu pensamento, na nobreza dos seus sentimentos, na bondade da sua alma. Não os posso esquecer e conforta-me, e de certo modo me engrandece, ter-me êste novo Platão admitido aos seus Banquetes espirituais. E desvanecem-me as referências que em duas das suas cartas faz a êste Aristides (1), que só tem de comum com o da Grécia, o nome, isolado, perdido, inútil, como fôlha desprendida da árvore formosa que é esta Ilha, cuja copa frondosa e vicejante acoberta uma população activa, modesta e honrada, na qual a acção do meio cósmico: a terra feraz, *calma e silenciosa*, mas exigente de trabalho atento e cuidadoso; o acidentado do solo, com os seus montes e vales ligados por curvas graciosas; a vegetação que os cobre, de colorações variadas, de tonalidades suaves; o mar, *o mar largo e fundo*, ora imóvel como a superfície polida de um sólido metálico, onde o céu se espelha, ora banhando as praias com *finas ondas da escumilha*, ora agitando-se em *ondas trementes*, ora bravo, alteroso, roncando cavo, soltando *a voz grave e aflitiva*, espadanando-se, *em cachão rugidor*, contra a penedia negra da costa, cobrindo-a da alva espuma; o vento, *caminheiro de estradas infinitas, que anda a gemer entre as devesas;* as tempestades furiosas e destruïdoras; as convulsões do solo, o vulcanismo; a instabilidade atmosférica, as quatro estações no mesmo dia, o céu tristonho, raramente

---

(1) O Dr. Aristides da Mota refere-se aqui à colecção das *Cartas de Antero.*

Na correspondência que trocou com o seu amigo Oliveira Martins, Antero o cita também em mais de uma epístola. Essas cartas foram não ainda há muito tempo editadas pela *Imprensa da Universidade* sob o título seguinte: *Cartas inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins*, etc., Coimbra, 1931.

límpido; os densos nevoeiros, as *nuvens que o vento impele e sôbre o mar discorrem*, de fantasiosos aspectos, sôltas, dispersas, ornamentando e quebrando a monotonia do contínuo azul celeste; o calor úmido e abafado, causa da modorra, ou torpor, muito aflitivo para os desocupados; porventura outros factores cósmicos; e, em concurso com êles, o pequeno número de habitantes, a exigüidade do território, distanciado longinquamente dos continentes, sem facilidade de comunicação com êles; a solidão oceânica, o isolamento propício à observação e à meditação contemplativa; acrescente-se o fundo étnico, exclusivamente português nesta Ilha e o culto da tradição; tudo isso, convergente, amalgado, transfundido, modelou por processos inacessíveis à investigação humana, uma particular forma espiritual, uma *inconsciência* colectiva, de carácter místico idealista e sentimental, como se objectiva nos seus costumes privados e públicos, nas suas exteriorizações sociais.

Essa *inconsciência* desabrocha e expande-se em melopeias dolentes nas danças compassadas, de movimentos lentos; nas cantigas, em que o amor, a tristeza e a ironia se conjugam; na pronúncia repousada; na compostura do porte, na seriedade do carácter; na deminuta criminalidade; na dedicação familiar, no recato das mulheres, poupadas aos serviços duros dos campos; na serenidade dos ajuntamentos e festas, quási que mudos e silenciosos; na observância religiosa, na tranqüilidade da fé; nas instituïções de caridade, na esmola só recusada por impossibilidade; no sentimento resignado de que todo o esfôrço tôda a actividade, todos os empreendimentos, estão sujeitos a uma imperiosa ordem universal, fecundos se os favorece a causalidade dessa ordem, abrotados e estéreis, se por ela são contrariados.

É uma população, como, aliás, tôdas as dos Açôres, com pequenas diferenciais, que possui uma poderosa reserva de energias imponderáveis, das quais, com a continuïdade da sua acção inconsciente, deriva uma consistência moral inabalável, de que se podem esperar manifestações, em diversos graus, de alta cultura mental em tôda a ordem de actividades.

É da sombra da formosa árvore, e desta população grave e austera, que o acarinharam na sua infância, que evolou Aquele cujo luminoso nome as arrasta consigo e as faz lembradas através das esferas mais altas do pensamento humano e das formas mais belas da arte.

E foi também sob essa árvore e entre essa população que se acolheu, esgotada à última angústia. Aqui repousa na eterna paz e no solene e misterioso silêncio da morte.

Por fim, resta justificar-me de tão tardiamente, meu caro amigo, acusar a leitura do seu artigo.

Desde que deixei de ser advogado e professor, tendo por isso todo o tempo à minha disposição, passei a viver no campo uns bons cinco meses de cada ano. Um resto da primavera, o verão e parte do outono. Aí vivo em contacto com a terra ubérrima, a *alma mater;* acalento-me ao claro sol, surpreendo-o a dealbar, assisto às suas exéquias diárias, às vezes de uma tristeza infinda, como as notas de um canto fúnebre, outras esplêndidamente amortalhado em roupagens pomposas, magníficas, cortadas em desenhos caprichosos, das mais variadas côres, que se sucedem, mesclam e se transfundem instantâneamente, estonteantes; a pupila não as pode reter, uma maravilha. Cortejo grandioso dos funerais de um deus. Sinfonia brilhante, heróica, majestosa, que lentamente se distancia, se esvai e emmudece. Então acompanho a atitude silenciosa das coisas, quedo-me absorto e contemplativo.

Nesses meses, estendo demoradamente a vista pelo vasto mar, olho a alta serra; convivo com as plantas, particularmente com as dos pomos doirados, limpo-as, aceio-as, educo-lhes as formas; observo com simpatia os animais prestadios ao homem, aos que o não são, faço incessantemente cruel e ardilosa guerra, nem sempre eficiente, e aos insectos que me infestam o pequeno pomar, escamas, cochonilhas, icéria a estes últimos com êxito. Admiro o trabalho rude e árduo dos jornaleiros, dos lavradores, dos condutores de produtos agrícolas, a sua paciência, a sua sobriedade, a sua tenacidade; confunde-me a resignação com que os cultivadores aceitam as vicissitudes a que estão sujeitos os resultados das suas canseiras.

Acomodo-me aos rítmos da natureza, aos nevoeiros, às bátegas de água, que caem de surprêsa, ao vento agreste e impertinente, às alternativas do bom e do mau tempo, deliciando-me com êsses contrastes, que estimulam as fôrças do corpo e disciplinam as da alma. Vigilo com a luz do dia, adormeço com a noite. Rodeiam-me os afectos, os desvelos da minha família; que mais posso eu desejar e para que mais me resta tempo?

Não o tenho para demoradas leituras e muito menos para escrever. As leituras são rápidas e avulsas, a escrita limita-se aos apontamentos da economia rural. Fui sempre um camponês e cada vez o sou mais. É porventura uma tendência atávica, porque só há quatro gèrações foi fundada de entre a minha gente, uma dinastia, que se entregou ao estudo das letras, das ciências, e ao exercício das artes liberais. Quando volto para a cidade e a invernia e as longas noites me impõem como

distracção a leitura, quantas vezes me vem a gana de ser analfabeto, para não ter que tragar mistelas indigestas e danosas, que os livreiros editores me impingem. Porque a escolha dos escritos só pode fazer-se depois de os ter lido. A imprensa foi uma deplorável invenção, no sentido de que por ela podem ter as honras da letra de forma, muito do que nem de enunciação verbal é digno. De tudo o que se imprime, fica muito aquém do exagêro, dizer que só um por mil é aproveitável. E digo agora comigo mesmo, se isto que estou a escrever para ser impresso, não é uma unidade das 999 inaproveitáveis.

Além das razões dadas, ainda há uma outra, uma razão de higiene. O jejum periódico é muito recomendado pelos higienistas para manter a saúde do corpo e mesmo para lha restituir, quando alterada. O jejum da leitura e da escrita não é menos recomendável para manter a saúde mental e para a restabelecer. A leitura e a escrita, continuada, ininterrupta, fatiga, depaupera, esgota. Um período de repouso, reconstitui, fortalece as fôrças mentais. É verdade que só isso acontece a quem as possui, e pode muito bem não ser êsse o meu caso. E para prova de tal servirá mesmo esta carta, de tão desconcertada estrutura.

Como quer que seja, tenho procurado justificar, ou pelo menos explicar o retardo, que espero me não terá levado à conta de descortesia, em que tenho estado para consigo. Para a desculpa só confio na benevolência da sua amizade que muito presada é do seu — af.º col.ª e am.º obrig.º — *Aristides da Mota* (1).

12–XI.

III

CARTA INÉDITA DO DR. FRANCISCO MACHADO DE FARIA E MAIA A TOMMASO CANNIZZARO

Nos papéis dispersos do Dr. Francisco Machado, que o Dr. Francisco Ataíde de Faria e Maia nos facultou amàvelmente, foi encontrada em várias redacções truncadas uma valiosa carta, — que julgamos inédita ainda —, do ilustre autor da *Síntese da Vida Jurídica* endereçada ao conhe-

(1) Publicado in-*Diário dos Açôres* de 20 de Novembro de 1930.

cido tradutor italiano dos *Sonetos Completos* de Antero de Quental (1).

Cuidadosamente examinámos essas redacções e vimos que podíamos extrair delas a epístola que naturalmente escreveu o Dr. Francisco Machado, aquela que recebeu em provável redacção definitiva o crítico italiano, manifestando nós assim desta maneira a nossa pública admiração pelo companheiro e amigo do Poeta-Filósofo, infelizmente pouco conhecido dos anterianistas.

Diremos a-propósito que muitas das ideas *definitivas* de Antero foram primeiramente *elaboradas* no cérebro bem organizado do Dr. Francisco Machado.

Na presente carta inédita o amigo íntimo de Antero refere-se a êsse facto.

Vid. também a correspondência trocada entre Antero e o Dr. Francisco Machado e *Em volta de Antero*, de Jacinto Machado de Faria e Maia (Separata do *Correio dos Açôres*, 1924).

Finalmente:

Os nossos mais vivos agradecimentos ao Dr. Francisco Ataíde, distinto publicista honrando a nobre Família Faria e Maia, por nos ter concedido licença de podermos publicar tudo o que diz respeito ao Dr. Francisco Machado, suas ideas filosóficas, etc.

É esta a *Carta inédita —:*

Ill.mo e Ex.mo Sr. T. Cannizzaro

Agradecendo a V. Ex.ª a oferta do seu excelente livro sôbre Antero de Quental devo ao mesmo tempo confessar-lhe que me impressionou muito agradàvelmente.

---

(1) Tommaso Cannizzaro: *Anthero de Quental — Sonetti Completi. Prima versione italiana publicata* dall'autore di *Fiori d'Oltralpe,* etc. Edizione di 250 exemplari. Messina. Tipi dell'Editore. 1898.

Nunca tendo estudado o italiano não sou juiz competente para apreciar as belezas da sua tradução, e se entendi a sua notícia crítica foi pela grande semelhança das nossas línguas.

Emquanto à tradução, porém, V. Ex.ª tem já a seu favor o testemunho dos competentes e o do próprio poeta que muito o considerava já como seu tradutor, já como poeta e crítico de largas vistas.

Por êle já o conhecia, e, agora, que li a sua notícia crítica confirmo a sua apreciação, folgando de ver que se interessa pela nossa literatura, concorrendo com o seu talento para tornar conhecido Antero de Quental, que foi um dos meus maiores amigos, e, para Portugal uma das suas mais puras glórias.

Com êste seu trabalho ficou o nome de V. Ex.ª para nós todos os portugueses, ao lado de W. Storck, E. Teza, C. Reinhardstoettner, ilustres na sua pátria e no mundo literário, e, ao mesmo tempo, venerados na nossa como sábios e amigos.

Em V. Ex.ª não encontro sòmente um sábio e amigo dos portugueses, encontro igualmente um modo de pensar, que em grande parte coincide com o meu, já na apreciação do nosso poeta e sua filosofia, já em alguns pontos fundamentais do pensamento moderno.

Com a sua profunda intuïção de poeta e moralista escreveu V. Ex.ª a verdade em relação ao suïcídio de A. de Quental não obstante estar longe e desconhecer os factos.

O suïcídio de Antero não se explica pela sua filosofia, nem por uma alucinação ou fatalidade fisiológica, nem pelo sofrimento que desejasse evitar.

A razão está num concurso de circunstâncias difíceis, que qualquer outro venceria, mas que Antero julgou insuperáveis em parte pela natureza do seu espírito, em parte pela doença que lhe ia minando o organismo.

Eu estive com êle dois dias antes do suïcídio e nessa ocasião êle não me falou em grandes sofrimentos, mas no receio que tinha de que a doença trouxesse uma paralisia que o tornasse mais do que inútil, pesado aos outros.

Para quem conheceu Antero, sempre desprezador das comodidades e sofrimentos físicos, a mais plausível explicação do suïcídio está nesta preocupação, que se devia avolumar cada vez mais em conseqüência das circunstâncias do momento.

Êle viera para S. Miguel onde desejava fixar residência e via-se obrigado a sair porque piorara de saúde.

Estava, pois, contrariado com a mudança, sentindo dificuldade em tomar qualquer resolução e ao mesmo tempo obrigado a preparar-se

para a partida, em Ponta Delgada, donde estavam ausentes grande parte dos seus amigos por causa dos grandes calores dos meses de Agôsto e Setembro.

Entregue, pois, a si, doente, contrariado não admira que aquela preocupação produzisse os seus naturais efeitos num indivíduo com as ideas de Antero sôbre a morte e o suïcídio.

Em relação à filosofia estou de acôrdo com V. Ex.ª e Antero em julgar insuficiente o positivismo e necessária uma nova explicação ou síntese.

Já em 1876 (e muito antes) assim pensava e continuo na mesma, e estou ainda da sua opinião em quanto julga imperfeita ou incompleta a do Antero.

A meu ver as faltas e mesmo incoerência das suas afirmações são as de muitos filósofos modernos, e resultam de não ter resolutamente rompido com a metafísica moderna, que é no fundo a de Leibniz.

Já em 1877 eu insistia com êle neste sentido. Neste ano encontrava-me freqüentes vezes em Lisboa com Antero e Oliveira Martins e discutíamos estes assuntos. Êles estavam debaixo da influência germânica, ambos socialistas e hegelianos, sobretudo o Antero.

Eu combatia o hegelianismo e o positivismo que considerava as conseqüências directas e indirectas da metafísica moderna, e o socialismo e espiritualismo que para mim representavam manifestações da antiga metafísica.

Nesse tempo publiquei em diversos artigos no *Instituto* de Coimbra o resumo das minhas ideas.

Mais tarde, em 1885, Antero escrevendo-me dizia me que acabara por chegar a ideas semelhantes às minhas considerando vãos todos os Panteísmos.

Examinei depois os seus artigos da *Revista de Portugal* e efectivamente encontrei muitas das minhas ideas particulares, mas não a concepção fundamental; reconheci que êle ficara ainda dentro da metafísica germânica, e, daí as suas incoerências que o grande talento de escritor de que era dotado, não pôde encobrir.

Segundo o meu modo de pensar há três filosofias ou melhor três metafísicas diferentes que se distinguem pelo diverso modo de conceber a substância — a antiga em que separavam os atributos fundamentais conhecidos pelos têrmos *actividade* e *passividade*, a moderna em que se eliminara a *passividade* (monadologia de Leibniz) e a actual, em via de formação, em que se combinava a *actividade* com a *passividade* em todo e qualquer ser ou substância.

Antero ficou-se na segunda, mas não foi muito coerente porque ao mesmo tempo que reduz tudo a *fôrças* admite a sensação como um resultado da acção do mundo sôbre o *eu*.

Se tivesse tempo escreveria um artigo a propósito do seu livro dando notícia dêle e ao mesmo tempo comparando as suas ideas com as minhas, mas como tenho agora muitos afazeres limito-me a enviar-lhe os artigos publicados no *Instituto* a que me referi e uma tese apresentada ao Congresso Jurídico de Lisboa, por onde fará uma idea aproximada do meu modo de pensar geral sôbre o assunto.

Em breve conto sair da Ilha e por êste motivo vejo-me obrigado a preparar as coisas com alguma antecipação.

Na minha última viagem que fiz estive na Itália, que muito me agradou, percorrendo as cidades do norte em companhia do meu amigo e nosso consul Joaquim de Araújo.

Agora julgo que terei de tornar para o norte por Paris e de lá dirigir-me para a Alemanha.

Sou com muita estima e consideração, — De V. Ex.ª m.to at.º ven.º, e ad.or — *Francisco Machado de Faria e Maia.*

Ponta-Delgada, 17-4-99.

RUI GALVÃO DE CARVALHO.

LIVROS RECEBIDOS

O Instituto recebeu e muito agradece os livros seguintes:

Francisco Sanchez Faba — *Contribución al estudio Histórico de las Estrellas Dobles*, Madrid, 1930.

—— *Nuestro amigo el árbol* (Conferencias de extensión cultural), Castellón, 1933.

Dr. D. Vicente Martinez Gomez — *La variabilidad de las formas orgánicas através de las edades geológicas* (Conferencias de extensión cultural), Castellón, 1933.

Primer Ciclo de Conferencias de Extensión Cultural, Curso de 1933-34, vol. 1.º, fasc. 1.º e 2.º, Castellón, 1933.

Joaquín de Entrambasaguas y Peña — *La llamada «Preceptiva Literaria» y su enseñanza en España* (Conferencias de extensión cultural), Castellón, 1933.

Ibero-America y Alemania — Obra colectiva sobre las relacions amistosas, desarme e igualdad de derechos, publicada por Wilhelm Faupel, Dr. Adolf Grabowsky, M. Cruchaga Ossa, Dr. Karl Heinrich Panhorst e Baron Werner, Berlin, 1933.

Armando de Matos — *O Desterrado, mármore de Soares dos Reis*, Edições Pátria, Gaia, 1933.

—— *O timbre dos Peixotos*, Imprensa Lucas & C.ª, Lisboa, 1933.

Garibaldi J. Devinvenzi — *La perpetuación en los Peces Sudamericanos*, Montevideo, Imprenta Nacional, 1933.

—— N.º 3 *Peces del Uruguay* — Notas complementarias, II N.º 4 Notas Ictiológicas, Montevideo, Imprenta Nacional, 1933.

Teodoro Álvarez — *Observaciones Biológicas sobre las Aves del Uruguay*, Montevideo, Imprenta Nacional, 1933.

Afonso do Paço — *Vaso de bôrdo horizontal, de Vila Fria*, Guimarães, 1933.

Anuário Académico de 1934 (Da Academia das Ciências de Lisboa), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade. 1854 ..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vols. V e VI cada ..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estranjeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 87.º

4.ª SERIE — VOLUME 16.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1934

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Civitas Æminiensis (*Subsídios para um estudo geográfico da cidade de Coimbra*), por A. de Amorim Girão 249
Breve notícia sôbre o médico português Isaac de Sequeira Samuda, pelo Dr. Augusto d'Esaguy 262
Amieira — Do antigo priorado do Crato, por Tude Martins de Sousa e Francisco Vieira Rasquilho..... 270
A mutualidade em Portugal, por Domingos da Cruz..... 288
Sideróstatos, Helióstatos, Celóstatos, por F. de P. Leite Pinto..... 323
Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia, por Mário Simões Trincão 359

CIVITAS ÆMINIENSIS (1)

(SUBSÍDIOS PARA UM ESTUDO GEOGRÁFICO DA CIDADE DE COIMBRA)

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Os estudos geográficos de cidades — estudos de *Geografia Urbana,* como em livros franceses é já expressão de uso corrente — podem parecer à primeira vista um contra-senso.

Um aglomerado citadino representa quási sempre, com efeito, à superfície do solo, o que há de menos conforme às leis da natureza.

Se a vida rural se revela em todos os seus aspectos mais orientada pelo ritmo das influências do meio geográfico, a vida urbana assume todo o carácter de um verdadeiro facto *contra naturam:* correspondendo à aglomeração em âmbito restrito de uma população muito superior à que podem comportar os seus recursos em espaço, em ar, em água, em produção agrícola, etc., tudo nela é uma conseqüência directa e imediata da vontade humana, tudo nela representa um triunfo do homem sôbre os factores naturais.

Na cidade, a païsagem deixa de ser um reflexo das condições de solo e clima para se tornar, acima de tudo, obra do habitante e das suas diversas formas de actividade modificadora: o traçado às vezes geométrico dos seus arruamentos e a silhueta dos seus edifícios públicos e particulares contrastam profundamente com os das povoações vizinhas;

(1) Vid. nota de pág. 1.

o solo encontra-se por tôda a parte revolvido, modificado, desfigurado com pavimentos de diversa natureza; e a própria vegetação que reveste as suas praças e jardins públicos é geralmente uma vegetação exótica, doutros climas e doutras païsagens, contribuindo por seu lado para mais divorciar o núcleo urbano dos domínios rurais que em volta dêle se dispõem.

Tudo no ambiente citadino parece revelar uma flagrante contradição das próprias condições naturais.

Por isso, os povos antigos envolviam em lendas a origem das suas cidades, que consideravam como obra de deuses ou de super-homens.

E, todavia, se descermos à análise das características mais salientes de uma aglomeração urbana — a sua situação, os traços dominantes da sua fisionomia, as fases da sua história — sem grande esfôrço notaremos que quási todos os fenómenos revelados na sua vida e desenvolvimento entram, afinal, no domínio exclusivo da geografia.

I — Factores de formação do núcleo povoado

Se quási sempre, no aparecimento de um organismo citadino, «é a natureza que prepara o sítio», como escreveu Vidal de la Blache, a cidade de Coimbra oferece-nos, a tal respeito, um exemplo sem dúvida interessante.

a) Situação geográfica. — No contacto da *Meseta* ou Maciço Central Ibérico com a orla mesozóica ocidental portuguesa; entre as regiões elevadas do interior e as planícies abertas do litoral; numa zona de separação bem evidente, tanto pela natureza do seu solo como pela acidentação do seu relêvo — estende-se avultada série de núcleos de povoamento importantes, alguns dos quais se urbanizaram já desde

a época romana, embora tivessem depois corrido muito diferentes destinos.

Dêsses núcleos urbanos ou urbanizados, alguns desapareceram, como Talábriga, outros estacionaram, como Águeda, e ainda outros progrediram sempre, como a cidade do Mondego, cujo principal factor de engrandecimento deve procurar-se no facto de ter chegado a constituir a capital política do país e, posteriormente, o seu mais importante centro de atracção intelectual.

Tôda a zona piemontesa compreendida entre a Beira Central montanhosa e a Beira Litoral plana, entre a *Serra* e o *Campo,* segundo as designações aqui vulgarmente empregadas, estava na verdade fadada por natureza para se tornar uma importante *zona de humanidade,* fixando a população pela variedade de recursos que lhe oferecia e pelas facilidades para a troca dêsses mesmos recursos.

b) Situação topográfica. — Mas, quaisquer que fôssem as vantagens de ordem natural oferecidas ao homem por essa zona de separação, nunca elas teriam dado origem a um centro urbano como Coimbra, se não viesse em reforço a especial situação topográfica do local em que êle havia de assentar.

Lancemos os olhos sôbre uma carta em relêvo da região central do país.

O Mondego, na última secção do seu curso, alarga consideràvelmente, cortando através de uma área deprimida que em grande parte depositou.

Essa área fica limitada a Oriente por uma zona de relêvo, cujas maiores altitudes a custo ultrapassam 5oo metros, a qual anda estreitamente relacionada com a serra do Buçaco.

Pois bem! No ponto onde os últimos pendores dessa zona de relêvo avançam mais para Ocidente, e mais se aproximam do curso do rio, estava o lugar de eleição para o aparecimento de um núcleo urbano.

Êsse ponto, correspondente a uma espécie de promontório ou de península, com seu istmo estreito, que a zona montanhosa projecta quási de encontro ao Mondego, marcou precisamente o local onde veio edificar-se a futura cidade de Coimbra.

O cabeço em volta do qual tomou assento o agregado citadino constituía, por tal motivo, uma posição defensiva cuja importância não pode escapar a quem tenha verificado as condições a que obedece no nosso país a localização dos principais núcleos de população proto-histórica.

Esta circunstância não escapou mesmo à observação do geógrafo árabe Edrisi, o qual nos descreve *Colimria* como povoação edificada «num monte de fácil defesa e dificultoso acesso».

Tendo muito embora uma altitude de apenas 99 metros sôbre o nível do mar, a elevação onde hoje assenta a Universidade constituía, por isso mesmo, sítio privilegiado para um *oppidum* ou povoação fortificada; e, se marcarmos um triângulo que tenha como vértices o Paço das Escolas, o Largo do Castelo e o Museu Machado de Castro, teremos circunscrita a porção de superfície que em si concentrou tôda a vida embrionária do agregado citadino.

A maneira como essa elevação de terreno era bruscamente talhada em escarpa, impossibilitando a subida em linha recta, ainda hoje pode verificar-se, tanto na parte correspondente às *Couraças* de Lisboa e dos Apóstolos, como nas escadas do *Quebra-Costas* e na *Rua de Sob-Ripas*.

Por seu turno, a profunda depressão que separava dêsse íngreme cabeço a zona de Montarroio e Montes Claros tornava bem assegurada a defesa pelo lado do Norte, facto que vivamente impressionou o professor da Universidade de Paris, Lucien Gallois, quando há anos se debruçava do parapeito que guarnece o Largo do Museu, sobranceiro à Rua Abílio Roque; e apenas nos Arcos do Jardim a necessidade de for-

tificações especiais se faria sentir, como a localização do antigo *Castelo* suficientemente demonstra.

É mesmo de supor que alguma vala ou trincheira de isolamento tenha sido aberta dêste lado, como por vezes se verifica em redutos castrejos do nosso país. E talvez até para ela se tenha outrora canalizado água, a julgar por um documento do *Livro Preto* em que se fala de certo lugar situado «*extra murum collimbrie ad portam solis, juxta cursum aqua*» (fol. 289 da cópia existente no Arquivo da Universidade).

c) Abundância de água e fertilidade do solo. — Entretanto, não foi apenas pelas suas especiais condições estratégicas que se *humanizou* o môrro onde hoje assenta a Universidade, de preferência às outras saliências vizinhas do relêvo, entre as quais se destacam o alto de Montes Claros e a Conchada.

A confluência no Mondego da ribeira de Coselhas dava sem dúvida a êste último ponto vantagens particulares para a defesa, e nêle devem mesmo ter vivido populações proto-históricas, a julgar pela necrópole com sepulturas antropomórficas abertas em rocha que o meu amigo Sr. José Victorino dos Santos descobriu no local adjacente, quando se procedia à abertura de uma estrada.

Mas o terreno onde assenta a cidade tinha ainda, pelas condições especiais da disposição das suas camadas sedimentares, uma grande abundância de água, que é sempre condição indispensável para o estabelecimento da população com carácter permanente.

Examinando a constituïção geológica dos terrenos, verifica-se que uma faixa de arenitos triássicos aqui se põe em contacto com outra faixa de calcáreos jurássicos, determinando ambas o aparecimento de numerosas nascentes, que marcam sem dúvida um factor importante na localização do primitivo núcleo povoado. O abastecimento de água constituiu, na verdade, uma das condições essenciais que actuaram

na fundação de muitas povoações importantes, como representa ainda hoje um dos mais graves problemas da sua vida e desenvolvimento.

Além disso, a proximidade do rio e a fertilidade dos terrenos aluviais que junto dêle se dispunham asseguravam em larga escala as necessidades da alimentação de um aglomerado humano; e aos recursos alimentares de origem agrícola vinham acrescentar-se, por feliz coincidência, os que podia fornecer ainda a pesca fluvial.

II. — Factores de urbanização

Mas a antiga *Aeminium* não teria porventura mantido a importância que, por vantagens de ordem natural, usufruía na época pre-romana, em que as necessidades de defesa assinalam um plano de conjunto quási invariável aos diversos núcleos de povoamento, se posteriormente a acção do homem não viesse acrescentar-se de forma imprevista à acção da natureza.

Posição defensiva proto-histórica, não teria porventura ultrapassado os povoados similares das vizinhanças, se as necessidades da circulação a não tornassem também ponto de cruzamento de caminhos, e conseqüentemente, de concentração de relações e de troca de produtos.

Emquanto os seus habitantes viviam apenas da exploração agrícola do solo, mesmo na parte compreendida dentro do actual perímetro citadino, e tendo muito embora no cabeço dominante o núcleo de defesa onde se recolhiam em caso de perigo — pode dizer-se que ainda não existia a cidade verdadeiramente digna dêste nome.

Desde, porém, que uma parte da população, sem trabalhar directamente nos campos, se fixou dentro do próprio âmbito povoado, vivendo exclusivamente do comércio ou da indústria, pode dizer-se que êsse povoado se *urbanizou*.

a) Posição em face da geografia da circulação. — Os Romanos, que tão grande incremento deram à vida urbana pelos seus princípios de administração, reveladores de um forte poder central, rasgam ao obscuro núcleo castrejo horizontes novos e trazem-lhe, na rede de comunicações estabelecida nesta parte da Lusitânia, a *faísca* que fêz deflagrar os factores ou possibilidades de desenvolvimento aqui postos em contacto.

O traçado da via militar de Lisboa a Braga, a mais importante das estradas que sulcavam o território onde mais tarde se organizou o reino de Portugal, procurou evitar, nesta parte do seu percurso, tanto os terrenos acidentados do interior, como as baixas alagadiças da beira-mar.

Essa via romana veio assentar, por isso mesmo, no primeiro degrau que as condições hipsométricas da região lhe ofereciam, sôbre o qual se erguia também o primitivo *oppidum* lusitano.

Depois, a travessia do Mondego tinha de fazer-se no ponto onde o vale do rio se estrangulava entre os morros vizinhos, e êsse era justamente marcado por uma linha que reünisse o sopé do cabeço de Santa Clara com o da antiga *Aeminium*. Era ali, com efeito, o primeiro ponto que se deparava, a quem vinha do mar, onde terreno firme tornava possível comunicar de uma para a outra margem.

b) A ponte. — Aí se edificou a primitiva ponte romana, que a estrada militar atravessava em direcção ao Norte.

A via terrestre cortava, pois, a via fluvial, deixando num dos ângulos, assim desenhados, o velho núcleo castrejo, igual ou semelhante a outros núcleos castrejos vizinhos, que estacionaram ou desapareceram: a ponte foi o excitante exterior que, concentrando aí as energias da circulação, *urbanizou* êsse núcleo de povoamento, tornando-o centro importante de relações e elevando-o a um plano superior ao dos núcleos vizinhos.

Era, afinal, a mesma situação que tinham, ao Norte, centros menos importantes, como *Agueda* (que, pela semelhança de posições geográficas, muitos confundiram com *Aeminium*), *Talabriga* e talvez ainda *Vacua,* e centros mais importantes, como *Cale.*

Em todos êles, a situação topográfica e a passagem sôbre o rio de uma estrada transversal exerceram influência decisiva na localização do núcleo urbanizado.

Em todos êles, a circunstância de aliarem a uma excelente situação geográfica especiais condições estratégicas, como sentinelas que eram de guarda ao curso dos rios tornados limites militares e mesmo políticos, contribuíu para que desde muito cedo desempenhassem um papel preponderante.

Mais do que isso. A importância dêstes núcleos povoados, como lugares de passagem e centro de relações com o interior, era considerável. Eram os rios que marcavam as povoações mais importantes: eram êles também que definiam as *étapes* da circulação, ou seja, os pontos onde descansavam os viandantes nesta parte do país.

Muito interessante e elucidativo para o nosso caso é o itinerário de Coimbra a Santiago de Compostela, descrito por Edrisi na sua *Geografia:*

«Iter autem terrestre a Colimria ad S. Jacobum est hujusmodi: a Colimbria ad oppidum Aba stationis habetur intervallum. Ab Aba ad oppidum Vatira statio. Ab hoc ad primos terminos regionum Portugalliæ, statio, pergit que iter secans terram Portugalliæ spatio diei, ibique conspicitur oppidum Bona-car ad ripam fluminis Durii, quod est flumen Samoræ, atque illic trajiciendum cymbis ad hoc paratis. Ab oppido ad amnem Minio, indeque ad castellum Abraca LX M. P. duæ videlicet stationes. A castello Abraca ad castellum Tui stationes duæ».

A identificação destas diversas povoações não é dificil, a-pesar-dos seus nomes se encontrarem muito desfigurados.

Tentou-a já o Sr. Dr. F. Alves Pereira (in — *O Arqueólogo Português,* vol. XII, págs. 147-48), embora só para uma delas o conseguisse.

O *oppidum Abba* é, sem dúvida alguma, *Águeda,* na passagem do rio que tem o mesmo nome; o *oppidum Vatira* corresponde talvez à antiga *Vacua,* na passagem do Vouga; os limites da *terram Portugalliæ* são de-certo os mesmos do *territorium portucalensis* dos nossos documentos medievais, ou seja, mais ou menos, os da diocese do Pôrto; Bona-car é indubitàvelmente *Cale* (onde não havia ponte e o rio se passava por meio de barcos para isso preparados, diz o itinerário); daí, ia-se ao rio Minho, ou melhor ao *castellum Abraca* (Braga), e depois ao *castellum Tui* (Tui). E as próprias distâncias que mediavam entre êsses locais de paragem (uma jornada entre os três primeiros e duas entre os últimos) podem auxiliar-nos ainda nesta identificação.

Pelo que diz respeito à cidade do Mondego, dissemos já que o seu núcleo principal ficava situado no ângulo compreendido entre o rio e a estrada romana, que devia corresponder apròximadamente às actuais ruas de Ferreira Borges, Visconde da Luz e Sofia — aquela ainda conhecida pelo nome de *Calçada.*

No ângulo ou sector da margem direita, um outro núcleo de povoação deve ter surgido também, origem do futuro Arrabalde.

A *Civitas Aeminiensis* passava a ser, desde então, mais alguma coisa do que simples posição fortificada: tornava-se um núcleo urbano verdadeiramente digno dêsse nome, rival de *Conimbriga,* o mais próximo de tantos outros núcleos de povoamento e de fortificação que à influência romana, alienígena, ficavam devendo o melhor do seu desenvolvimento.

A importância que a construção da ponte sôbre o Mondego teve para o rápido crescimento de *Aeminium* é, por isso, considerável. O papel dessa ponte, marcando por assim

dizer o *terminus* da navegação fluvial, e determinando a concentração nesse ponto dos caminhos terrestres, pode considerar-se decisivo para os destinos do crescente organismo citadino, que assim se tornava uma verdadeira capital, se não de direito, pelo menos de facto.

III. — «Aeminium» herdeira do nome e das funções citadinas de «Conimbriga»

Composta essencialmente de sêres vivos, uma cidade é também, como pretendia Ratzel, um verdadeiro organismo vivo; assim, nasce, cresce, atinge o seu apogeu e entra em decadência, se as condições económicas e sociais não abrem novo *ciclo vital* ao seu desenvolvimento; assim, trava sempre com as cidades vizinhas uma luta pelo predomínio político ou administrativo.

A história oferece-nos, com freqüência, exemplos de simples núcleos de povoação que, não sòmente com os tempos se emanciparam daqueles a que estiveram subordinados, mas até mesmo os reduziram à obediência, passando de dominados a dominadores. E se dois centros urbanos se encontram relativamente próximos, a sua zona de influência e a sua fôrça atractiva entram freqüentes vezes em colisão, por forma que, em tal *struggle for life,* um dêstes centros (e geralmente o mais favorecido pela natureza) tende a suplantar o outro, subjugando-o, engrandecendo-se à sua custa, aniquilando o por vezes, e por vezes mesmo herdando-lhe o nome, quando êste era cheio de tradições gloriosas.

Com o domínio visigótico, sabe-se que a jovem cidade de *Aeminium* alcançara já certa importância política e administrativa — reflexo das suas possibilidades estratégicas e económicas — a ponto de alguns reis aqui mandarem cunhar moeda; mas continuava subordinada à cidade de *Conímbriga,*

situada a 12 quilómetros para o Sul, no local onde hoje demora Condeixa-a-Velha, a cuja diocese pertencia.

Comparando os dois centros urbanos, sem grande esfôrço se reconhece como o primeiro tinha consideráveis vantagens sôbre o segundo.

Emínio sobrelevava Conímbriga pela sua situação geográfica e topográfica, pela sua localização junto do rio Mondego, cuja importância não pode pôr-se em confronto sequer com a do seu pequeno sub-afluente que corre aos pés da velha *almedina* de Condeixa — o rio dos Mouros (1).

Conímbriga aproveitava, é certo, o ponto de encontro de dois vales profundos, mas tinha condições naturais de defesa muito inferiores às de Emínio. Nem êste núcleo de povoamento se teria urbanizado, a tão pequena distância de uma importante cidade como Conímbriga, se não fôssem as suas vantagens naturais, e até as que muito especialmente desfrutava pelo que diz respeito à geografia da circulação.

Emínio estava naturalmente defendida pelas particularidades da sua topografia: era um centro urbano *secundum naturam*.

Conímbriga reclamou importantes obras artificiais de defesa, que ainda hoje lá se vêem a desafiar os séculos: tornou-se, desta sorte, um centro urbano mais pròpriamente *secundum artem*.

Há um momento histórico em que as duas cidades entram em competição para a posse da hegemonia, uma vez que a sua proximidade tornava impossível a coexistência de uma e

---

(1) A tradição recolhida por alguns autores, segundo a qual um braço marinho chegava outrora até *Conímbriga*, tornando possível que embarcações de grande calado viessem ancorar junto dos muros da antiga cidade romana, não passa de mera fantasia. A natureza geológica dos terrenos basta, com efeito, para nos fazer incluir esta versão no rol de muitas outras narrativas lendárias, que dão realce e poesia a êsse local de tantas recordações históricas.

de outra, como organismos desempenhando idênticas funções.

Conforme escreveu Alberto Penck, «dentro de um determinado território, favorecido debaixo do ponto de vista geográfico, converte-se em grande cidade o centro urbano que em certa época ofereceu maiores vantagens; quando, graças a estas vantagens, triunfou sôbre os vizinhos, o seu crescimento prossegue através de tudo».

A época perturbada das invasões dos bárbaros e dos muçulmanos pôs à prova a resistência das duas cidades, e precipitou o predomínio de uma delas, levado até ao aniquilamento da outra. Os cataclismos sociais, como os grandes abalos subterrâneos, demonstram as condições de solidez das edificações humanas, qualquer que seja a sua natureza.

Pelos fins do século IX, já a cidade do Mondego ultrapassava a sua vizinha, a tal ponto que esta apenas quási só tinha por si a tradição que lhe fazia manter a dignidade episcopal.

Uma época sobreveio em que Conímbriga estava em poder dos muçulmanos, constituindo o rio Mondego o limite meridional dos territórios submetidos ao domínio cristão; natural era então que, pertencendo Emínio à mesma diocese, e sendo cidade relativamente próxima, para aqui transferissem os bispos a sua residência.

Borges de Figueiredo, na sua *Coimbra Antiga e Moderna* (págs. 261-262), dá-nos uma cabal explicação da maneira como uma das cidades se tornou então herdeira da outra.

«Afonso III repovoou Aeminium e Conímbriga, depois de conquistadas; mas a segunda, nas gigantes lutas que tivera de sustentar, sofrera tantos desastres que não pôde mais levantar-se do estado de decadência a que chegara; mòrmente retomando vida a próxima Aemínio que, por melhor situada junto de uma corrente fluvial, devia ser preferida. Os habitantes de uma foram a pouco e pouco passando para

a outra, para um novo centro de animação, de vida; interêsses de comércio mesmo para isso contribuíram. Conímbriga, abandonada quási inteiramente, foi-se despovoando, até ficar pouco menos de deserta, e a ponto de perder o nome. Aemínio, procurada, estimada, ataviada com o nome honrado da sua vizinha, animou-se, engrandeceu-se, para se glorificar um dia».

Há sempre, na evolução de todos os factos de Geografia Humana, a visível demonstração de um pleito travado entre a natureza e o homem — aquela impondo, através de tudo, o predomínio da sua fôrça bruta e o jugo de ferro das suas leis irrevogáveis, e êste, «operoso obstinado», como aqui diria Brunhes, procurando subtrair-se por uma reacção de alcance mais restrito, mas contìnuamente renovada, à tirania por vezes insuportável dos seus caprichos.

No triunfo de Emínio, a natureza fizera valer os seus direitos; o homem, em contrapartida, se não pôde salvar a situação da antiga Conímbriga, fêz-lhe ao menos prevalecer o nome.

A. de Amorim Girão.

BREVE NOTÍCIA
SÔBRE O MÉDICO PORTUGUÊS
ISAAC DE SEQUEIRA SAMUDA

Isaac de Sequeira Samuda, da notável família dos Samudas, pertenceu a uma velha dinastia de médicos, de sábios, de sacerdotes e comerciantes ricos, muitos dos quais ficaram na história da banca e dos seguros.

Filho de portugueses, português e educado em Portugal, Samuda fêz parte dessa falange ilustre de cirurgiões nossos, qué foram assistentes na cidade de Londres, ou vizinhos dela, e com o seu esfôrço, método e ciência, honraram o nome de Portugal, contribuindo com as suas investigações e conselhos para a reforma da mentalidade portuguesa, mediana e fradesca, na segunda metade do século dezassete.

Vários têm sido os investigadores que procuraram desvendar a vida obscura dêste médico, astrólogo e poeta, mas as opiniões dos eruditos divergem, apontando-lhe várias origens e discutindo-se ainda hoje qual a Universidade que freqüentou e lhe forneceu o título que êle tanto honrou e impôs.

Silva Carvalho, *Médicos e Curandeiros*, pág. 182, compartilha da errada opinião, indicando a Universidade de Bordeus, como uma daquelas em que Samuda estudou dois anos, e a de Leyde, na qual passados três anos de estudos, os que a lei exigia, recebeu o grau de doutor em 31 de Agôsto de 1758. (!)

Ora, Samuda não freqüentou Bordeus, e não recebeu o

título de médico lusitano na famosa Universidade de Leyde. Samuda formou-se na Universidade de Coimbra, das mais


Variadas
Do D.ᵒ
Isac de Sequeira Samuda,
Medico Lusitano, e Socio da Real
Sociedade de Londres.
Obra Postuma
Digesta corrigida, e concluza pelo
Doutor
Jacob de Castro Sarmento
Medico Lusitano do Real Collegio dos
Medicos de Londres Socio da
Real Sociedade,
Que a offerece
Ao Mayor Protector das Letras,
O Muito Alto, e Poderoso Senhor
D. Joao O Quinto
Rei de Portugal.

apregoadas ao tempo, tendo recebido o grau em 21 de Maio de 1720.

Foi admitido no «College of Physicians» em 1721. As suas primeiras comunicações à Real Sociedade datam de 1720, e as últimas de 1728, trinta anos antes do indicado pelo Prof. Silva Carvalho para a data da sua formatura em

medicina. Êle foi admitido na Real Sociedade em 24 de Outubro de 1724, e o seu nome desaparece da lista dos sócios vivos em 1731.

Com estas datas, colhidas e apontadas em *The Roll of the Royal College of Phisicians of London*, 2nd. ed. ii. 82, admirável trabalho do erudito Munk, coincidem tôdas as colhidas nos livros de Samuda, alguns dêles inéditos, e outros publicados, mas raros.

Nem Isaac de Sequeira Samuda poderia ter sido amigo íntimo de Jacob ou Henrique de Castro Sarmento, discípulo do piedoso e erudito Haham David Nieto(1), e médico da embaixada de Portugal em Londres no tempo do embaixador Marquês de Pombal, se os dados fôssem outros.

De positivo sabe-se, folheando a documentação existente, que iniciou a prática da medicina, acarinhado por um parente, e que em 19 de Março de 1721 foi admitido como licenciado no Real Colégio dos Físicos da cidade de Londres. Foi, como Castro Sarmento, seu grande amigo, médico lusitano, assistente de seus patrícios, residentes na Inglaterra, médico da embaixada de Portugal, e tinha as honras de médico extraordinário do Príncipe regente de Portugal.

Foi íntimo do ilustre e pio Haham David Nieto, «médico eminente», companheiro e colaborador de Sarmento, e médico como êle da embaixada portuguesa.

Sarmento refere-se a êle na sua correspondência, dispersa pelas bibliotecas inglesas e portuguesas.

Foi assíduo freqüentador da Real Sociedade de Londres, à qual fêz várias comunicações, tôdas publicadas, mantendo a êsse respeito correspondência vária com os sábios jesuítas portugueses, entre êles o Padre João Carbone, que lhe transmitia observações pessoais, e outras de vários jesuítas lusitanos e estranjeiros, alguns dêles residentes na

(1) O Doutor Haham David Nieto morreu em 1728.

China e em Roma, sérios e conscienciosos cultores das ciências astronómicas e matemáticas, ao tempo tão intimamente ligadas à medicina, à história e terapêutica de certas doenças e andaços.

O Prof. Silva Carvalho cita duas obras de Sequeira Samuda, e o erudito Prof. Mendes dos Remédios, falecido há poucos meses, aponta outras duas, *Um Sermão Fúnebre,* e uma *Resposta do Dr. Isaac de Sequeyra, Vizinho de Londres, a um livro que Compoz um Cristão para reduzir os Judeus ao Cristianismo*».

Nenhum dos biógrafos de Samuda, que o sabiam assíduo freqüentador da Real Sociedade de Londres, nem mesmo os biógrafos ingleses que folheei, apontam as comunicações feitas por êste médico lusitano à douta agremiação, que tanto acarinhou os cirurgiões portugueses que praticaram na cidade de Londres.

O Prof. Silva Carvalho não se refere a elas; Mendes dos Remédios não as cita; J. Lúcio de Azevedo, outro investigador que a morte levou há pouco tempo, sempre tão carinhoso e acolhedor, não as cita; Munk e Israel Solomons, e *The London Magazine and Monthly Chronologer*, Abril 1743, pág. 205, falando de Samuda, «Dr. Samuda, an eminent Jew Physician», esqueceram-nas.

E, contudo, as comunicações de Samuda, que a seguir transcrevo, colhidas nessa preciosa colectânea de estudos, em a qual Sarmento colaborou, e Isahac da Costa tanto escreveu, existente na vasta e rica Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Philosophical Transactions*, são de uma grande importância, pois mostram-nos o carinho de Samuda pelas ciências astronómicas, e a honrosa confiança que nêle depositavam os padres jesuítas, entre êles os portugueses, precursores e cultores das ciências astronómicas e matemáticas.

O erudito Inocêncio, fugindo aos afazeres de uma difícil

investigação, dedica a êste sábio médico lusitano as linhas que julgo de interêsse transcrever. Diz Inocêncio:

«Isaac de Sequeira Samuda.—Judeu portuguez, residente em Londres, Doutor em Medicina, e Membro do collegio dos Medicos, e da Sociedade Real da mesma cidade. Viveu no ultimo quartel do seculo xvii e no primeiro do immediato, e foi correligionario, amigo, collega e consocio do celebre Jacob de Castro Sarmento. Barbosa não teve d'elle noticia alguma, e Antonio Ribeiro dos Santos faz sim commemoração do seu nome (*Mem. de Litt.*, tômo IV, pág. 337) e do *sermão* que imprimiu; porém ignorou a existência de outra obra de maior importância, e ainda inédita, cujo titulo é:

«*Viriadas do doctor Isaac de Sequeira Samuda, Medico lusitano, e Socio da R. Sociedade de Londres. Obra posthuma, digesta e concluida pelo doctor Jacob de Castro Sarmento, medico lusitano, etc., que offerece ao maior protector das letras, o muito alto e poderoso senhor D. João V, rei de Portugal, fol.*

«É um poema, com treze cantos, escripto em outava rima, e contendo ap. todo 1465 oitavas, ou estancias. Possue um apographo d'esta obra o ex.mo Duque de Palmella, no qual depois da estancia 58.ª do canto 13.º se acha a seguinte cota, escripta em letras de tinta encarnada: *Até aqui o auctor*. D'ella se conclue, que as estancias seguintes até à 108 com que termina o poema, foram feitas e acrescentadas pelo Jacob de Castro. É composto segundo o gosto da eschola hespanhola, que o auctor seguia, e na opinião dos que o tem examinado, denuncia ingenho e estro poetico em quem o produziu. Alem d'esta e de outra copia, que possue o sr. F. de P. Ferreira da Costa, na sua collecção já por vezes citada, não sei que mais alguma exista em Lisboa, nem mesmo em outra parte.

«*Sermão funebre para as exequias dos trinta dias do R. David Neto* ben Pinhas. Londres, 488 (isto é, de Christo 1728). 8.º.

«Ribeiro dos Santos tinha um exemplar d'este raro sermão, e havia outro na riquissima livraria de Monsenhor Hasse, o qual deverá ter passado para a Bibliotheca da Universidade de Coimbra, onde não sei se ainda existe».

Esta pequena referência de Inocêncio, *Diccionario Bi-*

bliographico Portuguez, i. i. i. 233, foi trancrita, em parte, por Solomons (1).

II — *Observationes Astronomicæ* à R. P. Joh. Baptista Carbone transmissae, communicante Is. de Sequeira Samuda, M. D. R. S. S. & Coll. Med. Lond. Lic. — Num. 403, pág. 471, vol. 35.

IV — *Observationes Astronomicæ Pekini habitæ* à R. P. Ignatio Kögler Soc. Jesu. Tribun. Malh. in Sinis Præside. Ex Epistola R. P. Joh. Baptista Carbone ad Isaacum de Sequeyra Samuda, M. D. R. S. S. &c. — Num. 405, pág. 553, 1728, vol. 35.

VI — *Observationes Astronomicæ habitæ Ulyssipone*, Anne 1726, à Rev. P. Joh. Baptista Carbone. Soc. Jes. Communicante Isaaco de Sequeyra Samuda. M. D. R. S. S. & Coll. Med. Lond. Lic. — Num. 401, pag. 408, 1728, vol. 35.

II — *Observationes Astronomicæ habitæ Ulyssipone*, Anno 1725 & sub init. 1726, à Rev. P. Johanne Baptista Carbonne, Soc. Jes. Communicante Isaaco Sequeyra Samuda, M. D. R. S. S. Coll. Med. Lond. Lic. — Num. 394, July 1726, vols. 33-34, págs. 90-91.

II — *Eclipsis Lunæ Observata Romæ*, ad radices collis Quirinalis, nocte sequente diem 31 Octobris, 1724; per clarissimum Virum Franciscum Blanchinum. Ex Epistola Rev & Cl. Viri, Johannis Baptistæ Carbone, S. Jes. ad Isaacum Sequeyra Samuda, M. D. R. S. S. Coll. Med. Lond. Lic. — N.º 396, ano 1720, vols. 33-34, págs. 174-181.

VIII — *Medianorum Ulyssiponensis Parisiensis & Londinensis differentia*, ex literis clarissimi Doctissimique Viri, Reverend Patr. Johannis Baptistæ Carbone, Sec. Jes. ad Issacum Sequeyra Samuda, M. D. Coll. Med. Lond. Lic. S. R. S. — Num. 385, Dez. 1724, vols. 33-34, pág. 186.

«PHILOSOPHICAL TRANSACTIONS».

---

(1) Vid.: *David Nieto Haham of the Spanish & Portuguese jew's congregation Kahal Kados Sahar Asamaim London. 1701-1778*, by Israel Solomons. London, 1931. Pág. 58-59.

BIBLIOGRAFIA

M. Kayserling — *Biblioteca Espanola Portugueza-Judaica*. Strasbourg, 1890, pág. 100.

The Jewish Encyclopedia. New York and London. 1916. vol. XI, pág. 4.

Mendes dos Remédios — *Os Judeus em Portugal*. Tômo II, Coimbra, 1928, pág. 214.

——— — *Os Judeus Portuguezes em Amsterdam*. Coimbra, pág. 119.

J. Lúcio d'Azevedo — *Historia dos Christãos Novos Portugueses*. Livro III, Lisboa, 1921, págs. 426–429. «O doutor Isaac de Sequeira Samuda, cujo último apelido mais tarde designou uma notável firma de construtores navais».

Miscelânia Médica. Vol. II.

Munk — *The Roll of The Royal College of Physicians of London*. 2nd. ed. ii. 82, págs. 58, 59, 76. «Bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra, Maio 21, 1720».

Prof. Silva Carvalho — *Obr. cit.*, pág. 182.

Dr. Costa Ferreira — *Cirurgiões Portugueses em Inglaterra*.

Prof. Dr. Moses Bensabat Amzalak — *David Nieto. Noticia Biobibliografica*. Lisboa, 1923, pág. 13.

Ricardo Pinto de Matos — *Manual Bibliografico Portuguez*. Pôrto, 1879, pág. 572.

Dr. Moses Gaster — *History of the Acient Synagogue of the Spanish and Portuguese Jews (Bevis Marks)*. Londres, 1901.

Dr. Ishac de Sequeyra Samuda, Medico do Real Collegio de Londres, E Socio da Real Sociedade. *Serman funebre pera As Exequias dos trinta Dias, do Insigne, Eminente, e Pio Haham e Doutor R. David Nieto* composto pelo... Em Londres, 5488 com licença dos Senhores do Mahamad (1728 in-8.º de VIII–IV–118–4 p).

Augusto d'Esaguy — *Apontamentos de História da Medicina*. Lisboa, ano de 1931, págs. 52–53.

Dr. M. Kayserling — *Sephardim. Romanische Poesien Der Juden in Spanien*. Leipzig. Hermann Mendelssohn. 1859, págs. 299–307.

Cecil Roth — *A History of the Marranos*. Philadelphia, 1932, pág. 268.

Albert M. Hyamson, — *F. R. Hist. S.* — *A History of The Jews in England*. Methuen & Co. Ltd. London, 1928.

«*The other contributors included Haham Nieto, Rabbi Joseph Abendanon, Dr. Isaac de Sequeira Samuda, and Sampson Gideon*».

Dr Julius Fürst — *Biblioteca judaica*. Leipzig, 1863, vol. III, pág. 233.

Joaquim de Araújo — *Os Judeus Portugueses. Notas de Bibliografia.* Famalicão, Tipografia Minerva, 1901, pág. 7. O sr. Joaquim de Araújo cita, e reproduz, duas admiráveis poesias de Samuda, intituladas «*Elogios dedicados ao Snr. Daniel Lopez de Laguna* por o Dr. I. de Sequeira Samuda». Falando do valor poético destas poesias, escritas num português admirável, diz Araújo no seu raríssimo folheto: «Não há dúvida que era um poeta elegantíssimo o autor dêsses versos, cujo nome se não acha inscrito no Parnaso português. É um precursor da sonora forma bocagiana». Samuda foi realmente um grande poeta, um elegantíssimo cultor da lírica e da forma sonora a que Bocage emprestou, mais tarde, o máximo do brilhantismo. As poesias de Samuda, as reproduzidas por Araújo, e outras, merecem figurar numa colectânea de poetas exilados, punhado de portugueses que, a-pesar-de tudo, viviam colados pelo coração e pela saüdade à terra lusitana, terra das Espanhas.

António Ribeiro dos Santos — *Memórias da Literatura Sagrada dos Judeus Portuguezes no presente século.* Memória IV — Lisboa, 1793. pág. 322–337.

Wolfio — *Biblioteca hebraica*, tômo IV, pág. 809.

Dr. Augusto d'Esaguy.

AMIEIRA (1)

DO ANTIGO PRIORADO DO CRATO

Pelo Brasil se foi demorando anos até que, falecendo D. Maria I no Rio de Janeiro, em Janeiro de 1816 e regressando D. João VI a Portugal em Julho de 1821, êle, como conseqüência da revolução liberal que na metrópole se tinha produzido na sua ausência, jurou em Outubro de 1822 a Constituïção porque dali em diante a nação se regeria.

Em Agôsto de 1820 proclamara-se no Pôrto a monarquia constitucional, movimento a que depois se associou a capital, reünindo-se em Janeiro de 1821 côrtes, que nomearam uma regência para governar em nome do Rei, ainda ausente no Brasil, concordando êste com tudo o que fôra feito.

Em conseqüência disto fôra profusamente recomendado ao país por intermédio do clero e provàvelmente por outros meios, o reconhecimento dos factos consumados.

Assim se vê da cópia da seguinte ordem pastoral registada num dos velhos livros das visitações ainda existente em Amieira:

«Dom Antonio Roberto de Barros Leitão e Carvalhosa do Conselho de El Rei Nosso Senhor, Arcebispo Eleito de Adrianopoli, Provisor e Vigario Geral do Grão Priorado do Crato, e Juiz Conservador dos Previlegios de Malta.

«Ao R. Vigario da Vara da Vila de Amieira Saude e paz para sempre em Jesus Christo Nosso Senhor, que de todos he verdadeiro re-

---

(1) Cont. do n.º 2, pág. 167.

medio e salvação de nossas Almas. Fazemos saber que pela Regencia do Reino e em nome de El Rei Nosso Senhor D. João 6.º nos foi dirigido hum Aviso a fim de publicar a todos os Fieis de Nossa Jurisdição huma união reciproca e a sua sugeição ao Governo; Pelo que mandamos em virtude da Santa Obediencia e da Nossa parte recomendamos a todos os R.dos Parocos instruão, cathequisem e preguem a seus freguezes esta obediencia, huma reciproca união, fidelidade, e cumprimento em todas as suas obrigaçõens, como Catholicos Romanos, e Fieis Vassallos de Sua Magestade: Dever este, que deve sempre resplandecer em todos os corações dos Fieis Portugueses procurando a nossa Felicidade pela obediencia ás Autoridades constituidas. E para que chegue á noticia de todos mandamos a V. M. faça expedir as ordens necessarias a todos os Parocos da sua Jurisdição para assim o executar, copiando esta nos Livros de Visita, de que nos remeterão certidão do seu cumprimento. Dada em Lisboa sob nosso signal e selo aos vinte de Março de mil oitocentos e vinte e um. — A. Arcebispo de Adrianopoli — Lugar do Selo — De Mandado de Sua Excelencia o Padre Francisco José Ferreira Antas Secretário o subscrevi — Ordem Pastoral na forma dela. — E nada mais se contem na dita Ordem Pastoral, que aqui fielmente copiei. — Amieira, 9 de Abril de 1821. — O Vigario Januario Ant.º Carr.ª» (1).

Negou-se a Raínha D. Carlota Joaquina a jurar a constituïção de 1821, sendo, por isso, obrigada a residir no palácio e quinta do Ramalhão, perto de Sintra, onde se deu a conspirar, conjuntamente com vários sequazes seus e de seu filho D. Miguel, instrumento fiel das suas ambições de mando.

Desta forma D. Miguel, à frente de algumas tropas sublevadas e outras que se lhe juntaram, reüniram-se em pura rebelião em Vila Franca (fins de Maio de 1823), proclamando ao país que era preciso subtrair o Rei à influência dos liberais e declarar-se a monarquia absoluta, dali seguindo para Santarém (2).

---

(1) De fls. 220 de um velho livro manuscrito, cujas fôlhas são numeradas e rubricadas por *Almeyda,* faltando-lhe, porém as primeiras e últimas fôlhas.

(2) Foi o movimento que ficou conhecido com o nome de *Vilafrancada.*

Tal proclamação chegou também a Amieira, onde a Câmara, em sessão dos princípios de Junho, convocada a pedido de José Pedro de Matos Conde, festejou aquele acontecimento.

Diz-se na respectiva acta:

«Por ele (José Pedro de Matos Conde) foi apresentada a copia de hum oficio do Coronel Governador d'Abrantes, José Maria de Sousa Tavares, dirigido ao Juiz de Gavião e por este ao desta vila, e egualmente a copia da Proclamação do Senhor Infante D. Miguel, publicada originalmente em Vila Franca, assim como em Santarem, e por copia em todas as mais terras, que decorrem até esta vila: e logo a mesma Camara convocou o Clero, Nobreza e Povo e na presença de todos fez ler a dita proclamação e oficio, cujo conteudo causou o maior jubilo, contentamento e alegria o que todos mostrarão exteriormente com repetidos vivas, dando com isto a conhecer o quanto estavão penhorados destes gloriosos sentimentos: e para darem uma decisiva prova desta verdade requererão que estes titulos fossem transcritos no Auto para servirem de memoria á posteridade» (1).

Esta convocação da Câmara e o papel que Matos Conde nela desempenhou haviam de servir lhe mais tarde como titulo de recomendação, quando em 1824 requereu o lugar de Almoxarife de Amieira, ao qual juntou um atestado da Câmara Municipal em que se dizia que o, então, Juiz ordinário e Procurador da Câmara, José Pedro de Matos Conde:

«Apenas no dia 3 de Junho recebeu a proclamação do serenissimo Senhor Infante D. Miguel, vinda do Governador de Abrantes, imediatamente fez convocar a Camara, Clero, Nobreza e Povo, propondo e exortando a todos a proclamar o Nosso Augusto Soberano, o Senhor D João sexto, como Rei absoluto da nossa monarquia; como de facto se executou

---

(1) Tôrre do Tombo — *Extinta Casa do Infantado*, estante 60, maço 32.

com geral aplauso, alegria e contentamento de todo o povo: e fazendo outro sim expedir copias da referida proclamação para as terras circumvisinhas, convidando-as a seguir o exemplo que nesta vila se praticava: e que para mostrar o quanto aborrecia o regimen Constitucional mandado pelo Governo intruso, sem perda de tempo fez publica desistencia com todos os mais membros da Camara dos cargos, entregando-os ás pessoas que ultimamente os ocupavão por ordem de S. M. F. que Deus guarde, mostrando-se em tudo o mesmo respeito, amor e adhesão que tem consagrado á Sua Real Pessoa» (1).

Indo D. João VI ao encontro de D. Miguel (3o de Maio) e com êle se reconciliando, não teve conseqüências de maior a *Vilafrancada,* regressando o Rei a Lisboa depois de, mesmo de Vila Franca, ter proclamado ao país prometendo uma nova Constituïção com tôdas as garantias para os direitos dos cidadãos e para a prosperidade pública (3 de Junho). Foi a seguir a isto, em 5, que, depois de ter dado a seu filho o cargo de generalíssimo do exército, regressou festivamente a Lisboa onde foi recebido em triunfo.

Nesta qualidade e sob o pretexto de que se conspirava contra o Rei para restaurar a constituïção no ano anterior abolida, fêz D. Miguel a *Abrilada*, revolta militar de 3o de Abril de 1824 em que foi vencido, sendo logo destituído do alto cargo de comandante geral das tropas e desterrado de Portugal, de onde saíu em Maio seguinte.

Mas ambos estes feitos eram, no fundo, duas verdadeiras tentativas revolucionárias para D. Miguel e sua mãi se apoderarem da governação do país.

Dois anos depois morre D. João VI (Março de 1826), que pouco antes nomeara para regente do reino sua filha D. Isabel

---

(1) Êste atestado, de 17 de Fevereiro de 1825, era assinado por José Diogo Ferreira Rosa, juiz ordinário; Manuel de Matos, presidente da Câmara; António Lopes Vicente e João Pires, vereadores e João Rodrigues de Matos, Procurador. — Tôrre do Tombo, *Extinta Casa do Infantado*, estante 6o, maço 32.

Maria, regência que o legítimo herdeiro do trono, seu irmão D. Pedro, confirmou do Brasil, de lá outorgando uma Carta Constitucional que foi jurada em Julho. Mas, depois, tendo D. Pedro preferido a coroa do Brasil à coroa de Portugal, abdicou aqui em sua filha D. Maria da Glória, depois D. Maria II, oferecendo a para casamento a seu irmão D. Miguel, a-pesar-de ela contar apenas sete anos.

Assim e com o juramento da Carta, condições impostas por D. Pedro, se resolveria a sucessão pacífica no trono, no qual D. Miguel viria, afinal, a sentar-se sem o recurso da violência. E, como quer que êle prometesse aceitar estas duas soluções, veio D. Miguel um dia do exílio para assumir a regência do reino, tendo entrado em Lisboa em 22 de Fevereiro de 1828, recebido com as maiores demonstrações de regosijo.

Mas, como, de-certo, nunca pensou em outra coisa, proclamou-se pouco depois rei absoluto, apoiado numa boa parte da opinião pública e numa boa parte do exército.

Por todo o país foi então solenizada, com mais ou menos sinceridade, a vinda de D. Miguel e dêsse regosijo deu mostras Amieira, mandando a Câmara por tal motivo fazer uma festa de acção de graças (1).

---

(1) Num livro das contas de distribuïção da igreja de S. Tiago de Amieira, ainda existente, com têrmo de abertura de 21 de Outubro de 1816, nas contas da distribuïção do primeiro quartel de 1828, a fôlhas 42, verso, mas sem indicação de data, vem o seguinte lançamento: «*Mandou a Camara fazer uma festa em acção de graças pella boa vinda do Sñr. D. Miguel. — Missa 1200 Provisão 300. — Soma 1500*». — A distribuïção dos ganhos dos padres fazia-se em quatro quartéis do ano, respectivamente denominados quartel da Páscoa, quartel do S. João, quartel do S. Miguel e quartel do Natal.

Conta-se em Amieira que, por ocasião da guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel, passando por ali um trôço de tropas, cuja parcialidade se desconhecia, e sendo por um dos oficiais interpelado um Luiz Félix da

Depois disso e nos modernos tempos, àparte quanto se refere ao antigo concelho de Amieira, sua extinção e anexação a outros concelhos, o que tudo vai em capítulo especial, nenhum acontecimento de maior valor se pode ligar à história de Amieira, além da abertura, em 1891, do caminho de ferro da Beira Baixa (1), que a Amieira deu uma rápida ligação com o resto do país, proporcionando-lhe ao mesmo tempo um maior desenvolvimento comercial, para o qual contribuem também as estradas de Amieira ao Tejo e de Amieira para Arez e Niza (2).

Mota e preguntado sôbre *quem viva: D. Pedro ou D. Miguel?* êste, não se desconcertando, respondera:

> Viva o Senhor D. Pedro, mais o Senhor D. Miguel,
> Que ambos andaram na mesma pel';
> E viva a Casa de Bragança,
> Que eu não entendo esta dança.

As lutas entre miguelistas e constitucionais terminaram pelo triunfo dos liberais, definitivamente assente pela Convenção de Évora Monte, em 26 de Maio de 1834.

(1) A construção da linha férrea da Beira Baixa foi adjudicada em 15 de Novembro de 1883 à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, com a garantia de juro de 5% sôbre a quantia de 35:800$000 réis por quilómetro. O trôço de Abrantes à Covilhã (165 quilómetros) foi inaugurado festivamente, com a assistência da família real e dos ministros Mariano de Carvalho e João Franco Castelo Branco e altos funcionários, em 5 de Setembro de 1891, tendo chegado o combóio a Castelo Branco às quatro e meia horas da tarde e à Covilhã na tarde do dia 6, data em que entrou em exploração. Da Covilhã à Guarda (46 quilómetros) fêz-se a inauguração em 11 de Maio de 1893.

Muita gente de Amieira e arredores foi ao Tejo assistir à passagem do combóio real.

(2) A estrada para o Tejo foi concluída em 1915. A estrada de Amieira para Niza, cujo traçado está estudado pelo Carregal e Monte Claro, não passa ainda, desde 1896, do sítio chamado Estacas do Metela, fazendo-se todo o trânsito para Niza com passagem por Arez. Nesta

Quanto à transformação política operada em 5 de Outubro de 1910 com a proclamação da República, bem recebida foi ela pela gente de Amieira, que à República vinha já dando de há muitos anos atrás uma quási unanimidade das suas votações eleitorais.

Amieira e seu têrmo

A freguesia de Amieira, do concelho de Niza, no distrito de Portalegre, nem sempre teve, como é natural, a área que hoje ocupa, tendo sido alargados os seus limites em 1836, pela extinção do concelho de Vila Flor e sua anexação a Amieira para os efeitos civis, anexação que se fêz também em 1856 para os efeitos religiosos, pela extinção da frèguesia (1).

A vila, cujo núcleo de moradias vinha aumentando sempre, constituindo um povoado em progressão, já no reinado de D. João III, quando em 1532 se procedeu ao arrolamento mandado fazer por sua ordem de 1527, expedida aos corregedores, dos moradores das cidades e vilas de Entre o Tejo e Odiana, com notícia das dimensões e confrontações dos respectivos têrmos, figurava nêle com as notas que se seguem:

Titulo da villa dAmeeira

«Item, esta villa he do Priorado do Crato. E tem hũa fortaleza boa

---

data, porém (Dezembro de 1933), principiaram já os trabalhos para a sua conclusão por conta da Câmara Municipal de Niza, com comparticipação do Estado nas respectivas despesas, pelo Fundo do Desemprêgo.

(1) O *Diccionario de Portugal Antigo e Moderno,* por Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal diz: «Esta freguesia de Vila Flor acha-se anexa à de S. Tiago de Amieira desde 1836 para os efeitos civis e desde 1856 para todos os efeitos».

de que he Alcayde mor Afonso Telez. A jurdiçam e remdas sam do Ifante. Tem el Rey, Nosso Senhor, sysas e terças do Comçelho. Tem o Alcayde mor prazos e terras com alcaidarya prazos dolivaes. E he do almoxarifado de Portalegre e da provedorya dos regidos dEstremoz. Tem hũa fregesya. E o Bispo e cabido nam tem aquy nada. Item, tem esta villa dosentos vinte dous moradores, e sam destes 35 viuvas e 11 molheres solteyras, e 14 crellegos: — 222 — Termo — Item, tem casaes dez moradores, dos quaes sam duas viuvas: — 10 (1). *Soma todos moradores desta villa e termo, a saber: na villa, 222; e no termo 10 = 232.*

COMFROMTAÇAM. — Item, parte com o lemite de Villa Frol ao levante; e tem de termo para esta parte hũ tiro de besta; e he desta villa a Villa Frol hũ quarto de legoa. — Item, parte com o termo da villa dAres ao lesueste; e tem de termo para la mea legoa; e he desta villa Ares hũa. — Item, parte com o termo da Villa Tolosa ao Sul; e tem de termo pera la ata junto de Tolosa tres tiros de besta; e sam desta villa a Tolosa duas legoas. — Item, parte com o termo da Comenda de Belver ao sudueste; e tem de termo pera esta parte hũa legoa mea; e sam desta villa a comenda duas. — Item, parte com o termo da Villa de Gaviam ao ponente; e tem de termo pera esta parte outra legoa; e sam desta Villa ao Gaviam duas. E vay asy partimdo espaço de legoa e mea sempre esta legoa. E tem direyta ao Tejo ao norte mea legoa, ata dar no lemite de Villa Frol» (2).

---

(1) Deve referir-se ao lugar do Biôco, que nos meados do século passado ainda era habitado.

(2) Tôrre do Tombo — Gaveta 5, maço 1, n.º 47, *Livro do numero dos moradores e comfromtações dos termos das villas e logares dos Mestrados de Samtiago e dAvis e Mestrado de Christos e Priolado do Crato, da comarca dAntre Tejo e Odiana... que se começou a vinte de Janeyro de 1532 e se acabou a 5 de Abril do dito ano,* já publicado no *Archivo Historico Portuguez*, por Anselmo Braamcamp, vol. 4.º, pág. 345.

Naquele mesmo livro se diz de:

«ALPALHAM: — He do Mestrado de Christos. E he Comendador e Alcaide mor dela Joam da Sylva. E tem hũ bom castelo e dentro bom apousentamento. Tem esta villa, çemto e quinze moradores, dos quaes sam vinte e hũa viuva e duas molheres solteyras e tres crellegos.

«TOLOSA: — Tem esta villa qorenta e dous moradores, dos quaes sam 15 viuvas e hũ crellego.

«CRATO: — Tem esta villa trezentos e noventa e hũ moradores,

Mais tarde, em 1759, encontramos descrito por esta forma o têrmo de Amieira, nas informações paroquiais do vigário João Ferreira da Rocha:

«Está esta villa situada numa meia costa sendo seus circuitos montes e outeiros de pouca eminencia que tem seu principio pela parte do nascente em uma sumptuosa e nova Egreja do Calvario e tem fim pela parte do Poente uma ribeira chamada de Maya, que corre de Sul para Norte, junto desta villa aonde dentro do seu termo entra o rio Tejo. Descobrem se desta villa as seguintes: a de villa Flor em distancia de meio quarto de legoa; a do Gavião em distancia de duas legoas e muitos logares povoados dos termos das villas de Belver e Envendos e algumas povoações do termo de Villa Velha de Rodam em distancia de tres legoas.

«Tem esta villa termo seu de comprimento de huma legoa do Nascente para o Poente e de largo do Norte para o Sul duas legoas que tem seu principio em o rio Tejo e findão em a Ribeira do Sor junto a villa de Tolosa.

«No tempo presente só tem um casal chamado o Bioco em que habita um só morador sendo que ha poucos anos hera habitado de seis moradores e tão bem teve esta villa pelo seu termo muitos moradores em casas que hoje se achão demolidas» (1).

Actualmente o têrmo da freguesia de Amieira, Vila Flor incluída, pode descrever-se assim: confronta ao norte com

---

dos quaes sam 75 viuvas, e 15 molheres solteyras que vivem por sy e 16 crellegos. — Termo. — Item tem hũa aldea que se chama Gafete, duas legoas da villa ao nordeste, que tem cemto e cimqo moradores, dos quaes sam 16 viuvas e duas molheres solteyras que vivem por sy, sam tres e dous crellegos: 105

«GAVIAM: — Do Priolado do Crato. — Tem 32 moradores, dos quaes 6 viuvas e 1 crellego: 32. — Termo. — Tem em casaes apartados 69 moradores, dos quaes sam 10 viuvas e 1 solteyra: 69. — Soma 101.

«ARES: — Tem hũa freguesya. Tem 42 moradores, sendo 8 viuvas e 2 molheres solteyras e 1 crellego. Tem 2 moradores no Termo. — Soma 44».

(1) Tôrre do Tombo — *Dicionário Geográfico.* do P.º Luiz Cardoso, vol. 3.º, n.º 71.

os têrmos de Fratel, Envendos e Belver, dos quais é separado pelo rio Tejo; ao sul com os de Tolosa (1) e Comenda, sendo separado dos daquela pelo rio Sôr; ao nascente com os das freguesias do Caxeiro e de Arez, e ao poente com os de Gavião e Atalaia.

Começa na foz do ribeiro de Palhais, isto é, no ponto em que êste ribeiro entra no Tejo, a montante da foz da ribeira de Figueiró; sobe pelo curso do dito ribeiro até à confluência do ribeiro da Fonte Branca, subindo depois pelas vertentes orientais para o mesmo ribeiro pelo Val de Pedro, Outeiro dos Bilros, e daí seguindo, pouco mais ou menos, o carril da cumeada onde havia ainda há uns anos um marco de divisão dos têrmos, próximo da horta ainda agora conhecida por a Horta do Marco, até encontrar o ribeiro do Vale dos

(1) A D. Pedro II enviaram os oficiais da Câmara de Tolosa uma petição, em nome dos moradores da dita villa, sobre a divisão dos concelhos de Tolosa e Amieira e pastagens dos gados das suas vilas, por confinarem uma com outra, para o que fizeram entre si uma escritura de composição amigável, demarcando os lugares até onde os moradores da vila de Tolosa podiam pastar com os seus gados nos limites da vila de Amieira e para se conservarem em perpetua união e não poderem nunca ir contra a dita escritura. Pedida a confirmação desta, foi ela dada por alvará de 10 de Julho de 1692. (Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Pedro II*, liv. 37, fls. 355).

A-pesar, porém, de tôda a boa vontade que pudesse haver de parte a parte, isso não impediria que tais acordos alguma vez se transgredissem, como se depreende da acta da sessão da Câmara da Amieira de 29 de Agôsto de 1707, no livro respectivo, em que se diz que compareceram parte dos criadores de Amieira, os quais, dizendo que os gados miúdos da vila de Tolosa estavam doentes e andavam no têrmo de Amieira o que era prejuízo para os seus gados, requeriam para se lhes marcar limites, excepto ao gado vacum, o que foi deferido, dando aos gados da vila de Tolosa por limite tôda a cumeada da cabeça e lugar do rio, águas vertentes para a Maroteira e ribeira do Sôr, até chegar à coutada vendida (?). O gado miúdo e porcos encontrados para cá dêstes limites pagariam de coima 2$000 réis.

Homens, cujo curso segue até à sua confluência com a ribeira de Figueiró. Aqui existe uma grande pedra a que chamam Penedo dos Têrmos, por ali se dividirem os têrmos de Amieira, Arez e Caxeiro. Atravessando a ribeira neste sítio para a margem esquerda, segue o curso de um pequeno ribeiro ou barroca até ao caminho de Amieira para Arez, onde está o marco da Urra (1). Daqui segue para poente, pouco mais ou menos, pela linda da Herdade da Urra; pelo Barro Preto, até encontrar o caminho de Amieira para Tolosa, cuja direcção segue com pequenas variantes até à linha da herdade da Lameirancha (nascente) e ao caminho que da Comenda vai para Niza, descendo daí até ao rio Sôr, cujo curso vai descendo até, pouco mais ou menos, à linda da herdade do Mato Brito. Voltando para norte, segue a dita linda até à Cabeça Cimeira, desce ao ribeiro do Vale do Grou, que atravessa, e, subindo a encosta da margem direita, segue a linda da herdade do Vale do Grou até ao alto, onde atravessa o caminho que vem de Tolosa para o Gavião; desce a encosta oposta até à ribeira da Venda, que atravessa, seguindo depois o curso do ribeiro das Ferrarias, até à estrada de Abrantes e, voltando para poente, segue a cumeada por onde vai esta estrada até às alturas do Biôco, onde volta para norte, seguindo o ribeiro do Vale da Carrasca, que divide o Biôco de Cá do Biôco de Lá, até à sua confluência com a ribeira de Alferreireira, seguindo depois o curso desta até á sua foz com o rio Tejo, seguindo depois êste rio para montante até à foz do ribeiro de Palhais. Tem, pois, tanto na maior largura, como no maior comprimento, de 20 a 25 quilómetros.

Êste têrmo é atravessado e banhado por bastantes ribeiros

---

(1) Êste marco, onde se vêem gravadas as cruzes de Malta e de Cristo, e a data de 17... dividia os têrmos de Arez, Amieira e Vila Flor, bem como os territórios das respectivas Ordens.

e pelo rio Tejo que muito o fertilizam. Ao norte corre o Tejo, em cujas margens há alguns nateiros que produzem milho e feijão; ao sul corre o rio Sôr, que divide o têrmo do de Tolosa. Nasce êste rio nas proximidades da Alagoa e, depois de atravessar os têrmos de Alpalhão, Niza, Gáfete, Tolosa e Amieira, a alguns dos quais serve de limite, vai correndo para sudoeste, até confundir as suas águas com as do Tejo, entre Salvaterra e Benavente. Tem uma boa ponte de cantaria junto a Tolosa na estrada desta vila para Amieira.

Uma ribeira importante que atravessa o têrmo, é a de Figueiró, que nasce no sítio da Mourela, entre os têrmos de Castelo de Vide e Alpalhão, e que depois de correr pelo têrmo desta última e pelos de Niza e Arez, entra no de Amieira no sítio do Penedo dos Têrmos, perto de Vila Flor, indo lançar-se no Tejo a montante das Oleiras. Devido ao alcantilado das suas margens, as águas do Figueiró apenas são aproveitadas para mover alguns moínhos durante a parte do Outono, no Inverno e em parte da Primavera, contando-se só no têrmo de Amieira oito dêstes engenhos. No caminho de Vila Flor para Albarrol tem uma boa ponte de cantaria, muito antiga (1).

Esta ribeira foi muito abundante em peixe, tendo hoje bastante menos, devido aos alagadouros de linho que no verão matam as criações novas pelo inquinamento das águas e à pesca ilegal e criminosa em que é empregado o embude, o barbasco, a cal, o sulfato de cobre e até a dinamite.

---

(1) Esta ponte seria, provàvelmente, construída por alguma velha câmara de Vila Flor. — Pinho Leal, guiando-se por uma informação do pároco de Amieira, diz que um letreiro junto da mesma ponte era ilegível. Efectivamente o letreiro existiu, mas, porque era aberto em granito de grão grosso, foi desaparecendo desde há muito, nada se podendo hoje reconstituir. A um dos autores dêste livro (Francisco V. Rasquilho), que pretendeu decifrá-lo, afigurou-se-lhe ser a data de 1566.

O peixe desta ribeira é saborosíssimo, devido talvez à vivacidade das suas águas, pelo que se formou o ditado regional de que *«peixe de Figueiró quem o apanha come-o só»*.

Outra ribeira também muito importante, é a de Alferreireira, formada pela junção da Alferreireira Grande e da Alferreireira Pequena, das quais a primeira nasce nas proximidades de Santo António de Arez e com cujas águas e as dos brejos que para ela desaguam se regam grandes feijoais e milharadas, como as do Vale do Telheiro, Vargens da Senhora, Alferreireira Grande, Vale de Marianas e Pendão. A segunda, que nasce um pouco acima do Poço da Truta, traz logo das nascentes grande abundância de águas, que regam muitos milharais, como o do Poço da Truta, Alferreireira Pequena, Águas Belas e do Gago. É ao fundo da do Gago que as duas Alferreireiras juntam as suas águas, sendo, depois de receberem a farta nascente das Barrocas, aproveitadas para fazerem mover os muitos moínhos e uma fábrica de cardação e fiação no sítio do Pizão, indo depois desaguar no Tejo a juzante do Pesqueirão, em frente do Monte do Outeiro. Esta ribeira é abundante de peixe e tem uma velha ponte de alvenaria no caminho de Amieira para Atalaia.

Há ainda a ribeira da Venda, que nasce próximo à Lage da Prata, regando também grandes milharais, como os do Polvorão, Vale do Asno, Ferrarias e Polvorosas, indo as suas águas juntar-se às do rio Sôr, no sítio do Sume.

Outra ribeira, talvez de maior importância pela fertilidade dos campos que rega, é a ribeira da Maia.

É formada pela junção das águas de duas pernadas, como em Amieira lhe chamam: a do Amieiral e a de S. João, em cujo percurso há elevado número de hortas que abastecem a vila de tôda a qualidade de legumes, hortaliças e deliciosas frutas, além de muito milho (1). Durante o inverno foram

(1) No livro de actas das sessões da Câmara do ano de 1707 vem o

em tempos aproveitadas as suas águas para mover cinco moínhos e oito lagares de azeite, tudo actualmente abandonado.

Corre muito perto da vila e vai desaguar no Tejo, a juzante do pôrto da barca, tendo à saída da povoação, no caminho para o Gavião, uma boa ponte de alvenaria, no sítio chamado o Rio, tendo havido antigamente uma outra na pernada de S. João, no caminho para Tolosa, no sítio ainda hoje conhecido por *Ponte de S. João.*

A ribeira do Vale de Cabras, tem a sua origem nos bréjos do Pôrto da Cerejeira, hoje arroteados e transformados em boas hortas, que produzem muitos milharais.

O ribeiro de Palhais, nascendo no Vale Cardoso, têrmo de Niza, serve de limite ao têrmo de Amieira, a nordeste, desde a confluência do ribeiro da Fonte Branca, até ao Tejo, junto ao qual, na sua foz, forma um pequeno nateiro aproveitado para a cultura do milho e feijão preto (feijão frade).

Além dêstes ribeiros, há outros de menor importância, tais como o da Fonte Branca, afluente do Palhais, que rega terrenos de milho; o das Correias, e o da Amieira, afluente do Figueiró, que, também abundantes na origem, regam boas milharadas, tendo havido no primeiro, em tempos, um lagar de azeite.

O da Água Boa, afluente da Alferreireira, que rega a grande milharada do mesmo nome e a do vale Botelheiro; o de S. Pedro, afluente da ribeira da Maia, que rega a milharada da Paneia e algumas hortas, e ainda outros de menos importância, destacando-se entre estes o de Ladrões, o das Estercadas e o de Vale Pedregoso, todos afluentes do Tejo.

---

têrmo da sessão de Agôsto, em que a Câmara estabeleceu a repartição das águas das pernadas de S. João e do Amieiral para rega das hortas confinantes, marcando os dias da semana e horas atribuídas a cada propriedade.

A norte e a sul da vila correm também dois pequenos ribeiros, respectivamente o da relva, no sopé do pequeno monte onde assenta a ermida de Nossa Senhora da Sanguinheira, e o dos Pereiros.

A nascente de Vila Flor também corre o ribeiro dos Carvalhos, que rega algumas hortas e é afluente do Figueiró.

Há ainda em tôda a charneca muitos brejos abundantes de água, alguns dos quais, já arroteados e transformados em hortas, produzem muito milho e diversas qualidades de feijões e outros produtos.

É, pois, o têrmo de Amieira abundante em águas que muito o fertilizam, produzindo fartura de cereais (estes principalmente depois da arroteação das charnecas incultas e do emprêgo dos adubos químicos), legumes, azeite, cortiça, vinho e frutas, tudo em quantidades suficientes para o consumo anual de tôda a freguesia e ainda para exportação, que de alguns produtos se faz em larga escala.

A-par-disto, é também muito importante a criação de gados, principalmente bovino, caprino, ovino e suíno de engorda de montados, muito se produzindo em queijaria e carnes ensacadas.

O Tejo e algumas ribeiras fornecem muito peixe, como, entre outros, sável, lampreia, barbo, enguia, carpa, bordalo e pardelha. Nos campos há abundância de caça indígena e de arribação, como a lebre, o coelho, a perdiz, a codorniz, o pombo bravo, a rôla, a galinhola e o cortiçol, tendo sido visto e abatido o último exemplar de caça grossa — um javali — em 1912, perto das Polvorosas.

Como animais daninhos há o lôbo, a raposa, a fuínha, ginetes, texugos, gatos bravos e linces, contando-se também na fauna amieirense, entre os anfíbios, as lontras.

O clima é um clima de extrêmas: muito frio no inverno e demasiadamente quente no verão, sobretudo dentro do povoado, estabelecido, como está, numa baixa e por todos

os lados cercado de montes que o abafam e o furtam às vistas de quem vem de fora, só se lobrigando ao acercar-se a gente dêle.

Quanto a fontes públicas de que o povo se abastece, são elas principalmente a fonte da Cal e a fonte de Álvaro Gil, mais algumas tendo havido noutros tempos, pois que na informação paroquial de 1759, depois de se dizer que as produções mais importantes da terra eram azeites, vinhos, trigos, e centeios em mediana porção e muitas frutas, pela abundância de pomares em que havia muitas águas e fontes nativas, se dizia também que no circuito da vila havia cinco fontes para serventia do povo (1).

(Continua).

Tude Martins de Sousa.
Francisco Vieira Rasquilho.

---

(1) Calculamos que seriam a fonte da Cal; fonte de Álvaro Gil; fonte dos Gafos; fonte da Misericórdia, na horta conhecida por êste nome, e fonte da Vinha da Ordem. O Padre Carvalho da Costa na sua *Corografia* (Lisboa, 1708) diz também que Amieira tinha cinco fontes de *água perene*, o mesmo dizendo Frei Lucas de Santa Catarina nas *Memórias da Ordem Militar de Malta* (Lisboa, 1734).

A fonte da Cal, que parece ter sido construída em 1594, tem sofrido várias reparações, sendo a última, importante, em 1913. É abundante e certa durante todo o ano, sendo dela que se abastece a maioria da população.

Quando da reparação, em 1913, foi quebrada uma grande pedra para dar lugar ao tanque das lavadeiras, na qual havia uma inscrição que um dos autores (Francisco Vieira Rasquilho) copiou, mas que se extraviou, e que dava, salvo êrro de memória, a data de 1594 e o nome de um Fr. Baltazar, como de quem ordenara a construção.

A fonte de Álvaro Gil, também de boa água e abundante, parece ser igualmente muito antiga. Na sessão camarária de 4 de Dezembro de 1707, foram arrematadas a Pedro Mota, pedreiro, por 22$000 réis, as seguintes obras do concelho: a fonte de Álvaro Gil, a fonte da Vinha da Ordem, curral e casas da Câmara, dez braças de calçada na rua do

Adro, um lanço de parede em S.to André (ou António?) e tôda a calçada da Ponte de S. João até aos cimos da horta de Joaquim Delgado.

A respeito da fonte de Álvaro Gil: — Uma filha de D. Fr. Álvaro Gonçalves Pereira, Estefânia, foi casada com Álvaro Gil de Carvalho. — No livro 6.º de Guadiana, a fls. 245, vem uma carta de perfilhação concedida por D. João I a Álvaro Gil, criado de Fernando Álvares, alcaide-mór de Elvas, filho de D. Fr. Álvaro e de Iria Gonçalves, a mãi do Condestável D. Nuno. A perfilhação foi feita por Maria Domingues, mulher de Lourenço Annes, moradores em Elvas, que apresentou documentos por onde mostrava não ter filhos nem filhas e estar em idade tal que já os não poderia ter. Dada a coincidência de aparecer o nome de Álvaro Gil ligado aos nomes de filhos de D. Fr. Álvaro, Senhor de Amieira, teriam pertencido a algum daqueles Álvaro Gil os terrenos de onde vem a água da fonte, a qual teria, assim, uma origem muito remota? Ou, como é mais provável, havendo ainda em Amieira uma família de apelido Gil, teriam pertencido tais terrenos a algum seu distante antepassado?

A fonte dos Gafos, situada a noroeste da vila, ao fundo da azinhaga do mesmo nome e que era de mergulho, deixou de ser utilizada desde que há anos caíu nela uma mulher, que morreu afogada.

A circunstância de chegar até agora a designação especial de fonte *dos Gafos*, faz crer que perto dela existiria noutros tempos alguma gafaria.

Efectivamente, por tal maneira a lepra se tornou uma vulgaríssima doença, que chegou a constituir uma causa alarmante de mortalidade, obrigando os govêrnos à criação de hospitais próprios, fora das povoações, designados sob o nome de gafarias, colocadas sob o alto patrocínio de S. Lázaro, que fôra um leproso. Diz Viterbo que era pasmoso o número de gafarias que havia antigamente no reino. — Em alguns livros da Misericórdia de Amieira há referências a *doentes gafos*. — Diz o Sr. Dr. Silva Carvalho na *Historia da Medicina Portuguesa:* «O que abundava, espalhadas por todo o país, mas em maior número no norte e no centro, eram as gafarias... doenças que, como outras pestilências, as cruzadas tinham trazido do Oriente. Aqui se concentravam os desgraçados a que os costumes, as leis e a repulsa dos sãos, impossibilitavam a vida nos povoados. Os hospitais, em geral, estavam sob a jurisdição e fiscalização das autoridades eclesiásticas (cabidos, bispos, etc.)».

A fonte da Vinha da Ordem é situada no sítio conhecido pelo mesmo nome, ao norte da vila, no caminho das Vinhas e Oleiras.

Há mais a fonte dos Tanquinhos, na Tapada do Fidalgo e um pouco

abaixo da fonte dos Gafos, abundante nascente de água férrea, excelente, brotando de seus rochedos. Há ainda outras fontes espalhadas pelo têrmo, de nascentes mais ou menos abundantes, podendo destacar-se entre elas a Ferrugenta (água férrea), talvez a maior do têrmo, brotando de um rochedo na margem esquerda da ribeira de Figueiró; a do Sobreiro da Cruz, no sítio do mesmo nome, um pouco adiante do Salvador do Mundo; a da Agüinha, na Do Gago, na margem esquerda da ribeira de Alferreireira, um pouco abaixo da junção das duas pernadas da mesma ribeira.

A MUTUALIDADE EM PORTUGAL (1)

CAPÍTULO XIII

¿È viável o seguro obrigatório, mas apoiado na mutualidade livre?

Vimos como a mutualidade particular está longe de agremiar a maioria das classes mais carecidas, e como, infelizmente, ano a ano ela vai decaindo. Urge acudir-se-lhe. Se muito deve esperar-se do esfôrço das próprias associações, destacando para o estudo e para a propaganda o bastante de bom que ainda possuem, mais incumbe ao Estado enfrentar o problema, chamando à sua colaboração as classes possidentes.

Se nos falta quási em absoluto o seguro na doença fora dos maiores centros do país, nem mesmo nestes existe o da velhice, quanto mais o da sobrevivência, afora, para o primeiro dêstes, no elemento oficial, e, para o segundo, nos montepios Geral e oficiais, mas com os reforços financeiros que vimos, e perante os quais a cota bem pouco representa. Existem agora mais modernamente as lutuosas, com o seguro da sobrevivência já muito apreciável. Não sei se, perante a crise económica que atravessamos, elas verão engrossar um pouco mais as suas fileiras, o que eu muito desejaria.

---

(1) Cont. do n.º 2, pág. 192.

Contudo, ao tratar delas, não ocultei os cuidados de que carecem para o momento em que a sua actividade de assistência e os correspondentes encargos devem ser muito maiores.

Mas está ainda fora delas a grande maioria do nosso operariado comercial, industrial e rural, não falando na legião enorme das classes marítimas e da pesca, das pequenas indústrias domésticas e do pequeno comércio.

Precisamos de cuidar do futuro de quantos assim prestam inapreciáveis serviços à colectividade, protegendo-os ao menos quando uma velhice, quási sempre precoce, os atira para o desemprêgo, para a miséria, para a mais infeliz de tôdas as condições humanas, quantas vezes sem o menor amparo, agasalho e carinho, na insuficiência dos nossos serviços de assistência, embora dispendiosos para o tesouro público, e largamente reforçados pela iniciativa particular, através de Misericórdias, asilos, orfanatos, creches, albergues, etc.

Segundo um interessantíssimo trabalho publicado no *Boletim do Instituto de Seguros Sociais,* da autoria do seu ilustre vogal, Sr. José Francisco Grilo, a quem a mutualidade portuguesa muito deve, em estudos do mais alto valor e na colaboração dedicada que tem dado a diplomas oficiais, existem em Portugal dois milhões de assalariados assim distribuídos:

Rurais.....	1.250.000
Nas artes, no comércio e indústria.....	450.000
Na pesca e na marinha mercante	60.000
Trabalhando nos domicílios.....	240.000
	2.000.000

Ainda segundo o mesmo autor, se atribuirmos a cada um o salário médio de 7$50 durante 300 dias de trabalho em

cada ano, encontramos férias pagas no montante de 4.500.000 contos anuais. Descontando o assalariado para a previdência 5 %, obteríamos a quantia de 225.000 contos, com a qual o Sr. José Francisco Grilo preconiza a criação do seguro obrigatório, tendo em conta a participação do Estado e do capital.

No projecto de lei que no mesmo *Boletim* publica, articula o seu pensamento, devendo a inscrição ser obrigatória para todo o assalariado que receba por ano até 9.000 escudos, e estatuia-se largamente acêrca da matéria. Não concretiza a cota a pagar pelo associado, a qual deve ser objecto de estudo pelo Instituto respectivo. Propõe um adicional de 5 % sôbre as contribuïções predial e industrial para, com êle e com as cotizações, ser criado o Fundo Nacional de Previdência, que assim poderá assegurar um seguro eficaz na doença.

Segundo o orçamento das receitas para o ano económico de 1932-33, as contribuïções predial e industrial foram computadas em 350.000 contos. Teríamos assim 17.500 contos, contribuïção do Estado para o Fundo proposto.

Salvo o devido respeito, afigura-se-me pouco. Tomando por base os 5 % dos salários, parece-me que o Estado e o capital não podem deixar de contribuir ao menos com igual quantia. Encontraríamos então 550.000 contos. Esta verba dava já a capitação anual de 275 escudos por associado, maior do que a hoje mais elevada que encontramos em tôdas as mutualidades, incluindo o Montepio Geral.

Se o Estado antecipasse os duodécimos agora inscritos no orçamento para as reformas, subsídios e pensões, contando com o actual património do mutualismo e com os serviços que êle já presta, mas respeitando-se a autonomia de cada organismo, cremos que poderia instituir-se não apenas o seguro na doença, mas também na velhice, não menos necessário do que aquele. Para o desemprêgo e para a sobrevivência,

o problema tem aspectos mais dignos de ponderação, de preferência competindo o seu estudo e sua maior eficiência aos organismos já existentes, embora com a participação que o Estado possa dar-lhes.

Simples exposição de ideas, que pouco ou nenhum valor terão, visando apenas modestamente cooperar com aqueles que mais sàbiamente ao assunto se têm dedicado, e a despertar propósitos de solução eficaz, tanto quanto possível imediata, por parte daqueles que na vida pública e particular não podem continuar indiferentes perante um problema que vai tendo gradual realização nos povos civilizados.

Além de que, atenuando assim de muitíssimo os gastos oficiais e particulares com a rudimentar assistência que temos, à medida que uma previdência melhor, mais sólida, mais ampla e mais justa fôr sendo executada, disponíveis ficarão avultadas verbas para colocarmos ao abrigo da mutualidade, também por sua vez mais generalizada nas suas múltiplas modalidades, quantos ela deve acolher e proteger. Não podem continuar a ser o pêso morto da nação, no que se transformam os velhos e inválidos que nem sempre têm um albergue, um asilo, um caldo e um catre que os acolha, mas antes o carinhoso orgulho de gerações que nos deram o melhor do seu trabalho, da sua inteligência, da sua iniciativa, do seu esfôrço para o bem colectivo que devem usufruir os países bem organisados.

E nós devemos pretender ser um dêles.

¿Mas consegui-lo-emos emquanto, à míngua de previdência, tivermos uma assistência que, nem por bem intencionada, nem por também constituir uma função do Estado, deve integrar-se naquela e melhorar-se de muito nas suas necessidades actuais?

É o que vamos ver, no último capítulo dêste estudo, cremos que a justificação mais cabal do apêlo que êle quere ser junto dos mutualistas e de quantos aos problemas sociais

têm de votar o melhor da sua esclarecida atenção, sacrificando-lhes egoísmos e paixões, preconceitos e teorias incompatíveis com a época que vivemos.

CAPÍTULO XIV

¿Na falta de previdência, temos, ao menos, uma assistência condigna?

§ 1.º — A deficientíssima assistência hospitalar

Na falta de previdência, pois a que existe está longe de satisfazer as mais elementares necessidades do país, terá então de subsistir a assistência, o Estado assumindo a indeclinável função de proteger os órfãos, os inválidos, os velhos e os enfermos que se encontram desprovidos de recursos e de amparo familiar, ou cujos encargos excedem as possibilidades das instituïções privadas, por muito que elas ainda façam.

Vamos a ver se tal acontece. Quanto à assistência hospitalar, concentrada, por assim dizer, nos dois grandes centros de Lisboa e Pôrto, em seus estabelecimentos oficializados ou a cargo dos corpos administrativos, podemos ainda considerar os de Coimbra e das demais capitais de distrito, mas já nalgumas destas por via das Misericórdias.

Se abstrairmos os que existem nas sedes de alguns concelhos, mas de pequena lotação, e faltando-lhes, além dos recursos financeiros bastantes para hospitalizarem os enfermos da zona respectiva, o moderno instrumental cirúrgico, os gabinetes e consultas de especialidades clínicas, hoje carecendo de médicos especializados que só se formam nos grandes centros, o Estado nada ou pouco mais tem.

Mal iria aos pobres se não fôssem tais Misericórdias, pois

nos estabelecimentos oficiais, incluindo os das autarquias, mesmo com as importâncias agora exigidas para o internamento hospitalar, salvo a quem fôr absolutamente indigente, a sua grande maioria não lograva uma cama para se tratar, em estabelecimento adequado, e nem sempre provido do necessário, mesmo que no desgraçado lar ela falte, quanto mais o preciso para uma simples visita médica e a mais acessível das receitas.

É uma confrangedora realidade. Demonstremo-la.

Em 1931, segundo o *Anuário Estatístico de Portugal*, funcionavam na metrópole 267 hospitais civis. Vemos já que há, pelo menos, trinta e dois concelhos sem qualquer hospital, não contando com os vários estabelecimentos civis desta natureza que têm algumas capitais de distrito, o que elevará a uns 50 os concelhos que o não têm. A população enferma nos hospitais civis que funcionavam, no número dos quais se contam os das Misericórdias, e talvez um ou outro particular, para pensionistas, era apenas de 9.538 indivíduos de ambos os sexos e de tôdas as idades, em 31 de Dezembro daquele ano. Juntemos mais 712 doentes então existentes nos 28 hospitais e enfermarias militares que funcionavam; 24, no hospital militar colonial; mais 2.710 nos hospitais e casas de saúde privadas, e encontramos o total de 12.984 internados de doenças várias e epidémicas.

Temos assim que apenas 0,19 % da população do país consegue a cama de um hospital. Felicíssimo seria o país em que tão poucos leitos chegassem, ou porque dêles não carecessem os seus habitantes, por um inatingível estado de salubridade pública, mas muito desgraçado é aquele que de tão poucos dispõe para os seus enfermos pobres.

Não conheço, mais uma vez o lamento, a nossa morbilidade. Mas basta dizer que no referido ano registamos 115.225 óbitos, o que deu 18,58 por mil habitantes, média geral do país, tendo variado, nos distritos, entre o mí-

nimo de 14,29, na Horta, e o máximo de 26,50 em Bragança.

Não será demais, portanto, computar a morbilidade em 5 por cada cem habitantes, e suponho que magníficos serviços de assistência, de previdência, de saúde e de higiene, com soberbas condições sociais, terá o país que tão baixa percentagem conseguir atingir. Dêste modo, segundo o censo de 1930, haveria no país 332.740 doentes permanentes, o que ainda considero favorável. Admitindo que apenas — é sonhar também — um quinto dêstes carece de ser recolhido nos estabelecimentos de assistência hospitalar, por carência de recursos para uma doença que requeira certos cuidados médicos e terapêuticos, chegamos à conclusão de que precisamos 66.548 camas para os pobres. Ora se os hospitais — incluindo os militares e os dos pensionistas — apenas receberam 12.984 doentes, é porque mais não podem acolher, devendo existir, portanto, e na melhor das hipóteses, uns 53.564 doentes entregues aos parcos cuidados da família, com um mínimo de enfermagem e de assistência médica. ¿Será exagerado o quadro? Antes o fôsse. Mas compulsando a estatística obituária do país, de todo aquele ano, encontro a espantosa cifra de 10.404 falecidos por causas não especificadas ou mal definidas. Grande número dêles, a quási totalidade, pertence à nossa pobre população rural e mesmo bastante dos grandes centros, sem nenhuma assistência médica que cientìficamente pudesse permitir um diagnóstico.

E, mesmo nos diagnosticados, quantas centenas e mesmo milhares que o sub-delegado de saúde, o médico municipal, um clínico mesmo particular, por compreensível humanidade, não acabam por diagnosticar, por simples informação da família ou por um conhecimento de qualquer modo obtido da possível causa da morte?

Mas continuemos.

No fim do referido ano, além dos internados com doenças gerais e epidémicas acima referidos, havia mais:

Tuberculosos:

Nos hospitais civis e militares.....	384	
Nos sanatórios da Assistência Nacional	725	
Noutros sanatórios.....	326	
		1.435

Cancerosos:

Doentes internados.....	97	

Sifilíticos:

Doentes internados.....	288	

Alienados:

Doentes internados.....	2.631	
		3.016
Soma.....		4.451

Escusamos acentuar quanto, sobretudo na tuberculose e na alienação mental, é deficientíssimo o número de internados, em relação à legião imensa dêstes infelizes que por aí arrastam sua miséria, contaminando, disseminando um mal que temos de combater. Também faltam as camas e os recursos para uma tão imperiosa assistência. Basta dizer que nos dispensários da Assistência Nacional aos Tuberculosos se inscreveram, durante o ano referido, 7.746 indivíduos, sendo 5.166 fêmeas. Houve 51.878 consultas, 2.162 visitas domiciliárias com 84.926 fórmulas medicamentosas fornecidas, 20.699 rações alimentares e 3.903 artigos profiláticos. Mas há mais. Nos dispensários que não pertecem à referida Assistência, o número de inscritos para tratamentos foi de 53.038, incluídas 31.987 mulheres, recebendo 92.925 consultas,

2.370 visitas domiciliárias, 154.147 fórmulas medicamentosas, 189.422 rações alimentares e 2.160 artigos profiláticos.

¿Para quê salientar mais estas desoladoras cifras, a demonstrar quanto estamos faltando a um imperioso dever de humanitária assistência e da nossa defesa orgânica? ¿Quantos milhares, por essas aldeias e vilas fora, longe da acção benificente dos dispensários, não morrem momento a momento sem o mínimo amparo? ¿Mas os recursos financeiros? Venham de onde vierem, porque é imperioso assistir os necessitados.

Passemos um rápido olhar sôbre as verbas.

Os serviços de saúde e de higiene pública, figuram no orçamento geral do Estado, com a irrisória verba de 6.051 contos, quási todos absorvidos com pessoal, e incluída a sanidade marítima. Pelo capítulo de assistência do mesmo orçamento encontramos mais, em contos:

Subsídios aos hospitais civis de Lisboa	24.500	
Da Universidade de Coimbra	3.700	
Das Caldas da Raínha	446	
À Misericórdia do Pôrto	4.650	
À de Faro	15	
À de Évora	30	
À de Viseu	224	
À Maternidade de Coimbra	60	
À Maternidade de Alfredo da Costa, em Lisboa	2.100	
Para a luta contra a tuberculose	10.830	46.555

Chegamos assim a 52.606 contos para higiene e assistência hospitalar, o que dá por habitante do país a bagatela de 7$94. Se a nossa morbilidade fôsse apenas a de 5 % acima computada, para cada doente põe o Estado à disposição dos estabelecimentos hospitalares um pouco menos de

158$00 anuais, incluídos os gastos com pessoal. ¿Quem pode dizer que chega tal verba?

Vale-nos, um pouco, portanto, o esfôrço particular. E êle resulta sobretudo das Misericórdias. No ano de 1930-31 tiveram elas receitas ordinárias, ou próprias no valor de 26.284 contos, e as extraordinárias, isto é donativos, subsídios do Estado e das autarquias locais, atingiram 14.527 contos, perfazendo, com os saldos anteriores, no montante de 7.565 contos, o total de 48.376. Gastaram com os seus enfermos 13.780 contos, e com a administração e outra assistência 29.289. Fica assim elevada a capitação por enfermo do país a mais 41$40, o que soma 199$40. Mesmo assim, ¿para quantos dias, e, sobretudo, para que espécie de tratamento dará esta quantia?

§ 2.º — A assistência à infância

Analisemos agora os outros ramos de assistência. Ainda no referido Orçamento Geral do Estado, encontramos mais no capítulo respectivo, em contos:

Subsídio a distribuir pela comissão central.....	1.125
Pelas Misericórdias e outros institutos de assistência privada....	6.000
Para cobrir os *déficits* dos estabelecimentos de assistência pública.	9.010
A Casas Pias (participação nos lucros das lotarias).....	3.960
Colónia agrícola Dr. Álvaro Possolo	38
Á Caixa de Estudantes Pobres....	2
Concorrência oficial.....	20.135
Cooperação particular:	
Das misericórdias.....	29.289
A transportar.....	49.424

Transporte.....		49.424
Juntas de frèguesia de Lisboa.....	751	
Cozinhas económicas de Lisboa....	501	
Diversa de outras procedências (por calculo).....	2.000	3.252
Soma.....		52.676

Será talvez pequena a importância calculada de donativos diversos, entre os quais figuram os do Govêrno Civil de Lisboa, em grande parte distribuídos pelas juntas de frèguesia. Mas consideremos que nos 29.289 contos das Misericórdias, tal como já aconteceu no apuramento que fizemos para os recursos de assistência hospitalar, está talvez incluída uma boa parte dos 6.000 contos que na coluna acima figuram de subsídio do Estado a estas instituïções e outras de assistência privada. O *Anuário* de onde tirei os elementos que não pertencem ao Orçamento Geral do Estado, dando-nos o número de pessoas assistidas nos principais centros apenas, não nos indica os recursos próprios dos asilos, creches, orfanatos, albergues, etc., o que julgamos uma deficiência, sem se saber com quanto para tais instituïções concorre a benemerência particular, por meio de cotas e donativos. Mas arredondemos para 60.000 contos os recursos financeiros de tôda a assistência pública e privada do país, excluída a hospitalar e a luta anti-tuberculosa, mais acima estudadas. Caberá, assim, à iniciativa particular quási o dôbro do que dá o Estado que, nas duas formas de assistência e na higiene pública, dispende, ainda assim, 73.183 contos, ou sejam 4,08% das despesas ordinárias autorizadas, e 4,07% das receitas também ordinárias previstas. Afigura-se-nos pouco, num país tão carecido de olhar pelas crianças pobres e abandonadas, pelos velhos e pelos doentes, na pouca previdência que encontrámos, e emquanto esta não fôr muito maior.

¿Como se aplica tal cifra?

Segundo o aludido *Anuário,* havia as seguintes crianças internadas:

Nas maternidades	141
Nas Casas Pias	1.292
Nos asilos, albergues, patronatos, recolhimentos, etc.	9.012
Nos orfanatos	717
Nos hospícios de expostos	183
Nos azilos de cegos	102
Nos de surdo-mudos	154
Crianças recolhidas	11.601

Mais crianças assistidas, mas sem internato:

Nos lactários	5.340
Nas creches (com 187.063 assistências prestadas)	1.891
Nos semi-internatos	253
Nos externatos	2.905
Com pernoitas nos albergues nocturnos	555
Com esmolas mais ou menos permanentes	31
Com banhos de mar	2.135
Soma	13.110

Encontramos ainda 49.851 alunos do ensino primário geral, beneficiados pelas caixas e cantinas escolares em quantias e valores que deviam ter sido modicíssimos, visto não virem indicados, e apenas 905 alunos dos liceus semelhantemente beneficiados, além de 3.123 que se utilizaram de refeições fornecidas pelas cantinas escolares dos mesmos liceus, a preços módicos.

Receberam subsídios para estudo mais 1.063 alunos dos referidos estabelecimentos de ensino secundário. As bôlsas de estudo nos estabelecimentos de ensino superior, beneficiaram 208 alunos. As associações e caixas escolares do ensino industrial e comercial beneficiaram 570 alunos. Para todo o ensino, aponta a estatística 1.528 contos de beneficência e assistência. Tal a protecção à mocidade pobre em todo o país, restrita apenas ás cidades distritais, e nem tôdas, bastando dizer que Lisboa e Pôrto salientam-se com mais de dois terços.

Ora, segundo a estatística da população, há na Metrópole 2.000.000 de indivíduos de ambos os sexos, com idade inferior a 15 anos. Até aos dez anos, período mais carecido de assistência, existem cêrca de 1.500.000. Não será exagerado calcular que umas 200.000 crianças são absolutamente carecidas de todo o amparo, já pela pobreza dos pais, que vão para as fábricas e oficinas, abandonando-as ao vício e à miséria das ruas, já pela precária constituïção orgânica delas. Pois, e contando ainda com as que não estão internadas e recebem maior ou menor temporário auxílio, apenas apuramos escassas 24.711 mais ou menos amparadas. ¿Não nos confrange ver que até um albergue nocturno tem de acolher 555 crianças? ¿Onde temos a assistência infantil, sem a qual a obrigatoriedade do ensino primário seria uma violência estúpida, se não fôra mera utopia da lei?

§ 3.º — Assistência aos pobres e velhos desamparados

Concluímos agora com o apuramento da assistência aos adultos na miséria e na velhice, servindo-nos ainda da mesma publicação oficial.

Cegos recolhidos.....	212
Nos inválidos militares.....	42
A transportar.....	254

Transporte.....	254
Nos albergues, asilos, internatos e recolhimentos (inválidos).....	5.861
Idem para pobres desamparados...	962
Somam os recolhidos.....	7.077
Adultos não recolhidos, mas assistidos:	
Nos semi-internatos.....	38
Com esmolas permanentes.....	578
Em diversas associações:	
Com dinheiro.....	12.659
Com alimentos.....	248.158
Com vestuário.....	9.124
Outros socorros.....	99.057
Pernoitas nos albergues.....	14.527
Socorridos pelas juntas de frèguesia de Lisboa, com alimentos, dinheiro, vestuário e outros donativos.....	155.448

Afora muitos milhares das chamadas sopas dos pobres, distribuídas nos principais distritos, mas em alguns faltando asilos, albergues, etc., em parte suprida tal falta nalgumas vilas e cidades pela assistência das Misericórdias.

Esclareçamos que as elevadas cifras de auxilio em dinheiro, alimentos, etc., não foram dadas ao número de indivíduos que elas traduzem, representando apenas distribuïções feitas, beneficiando muitos pobres e inválidos várias vezes.

Importa-nos, portanto, para o caso, considerar o número de internados, senão, muitas vezes, com uma assistência con-

digna, ao menos representando um agasalho precioso. Encontramos apenas, em todo o país, o baixo número de 7.077 pobres e inválidos. Ainda segundo a estatística populacional, contamos cêrca de 220.000 indivíduos de ambos os sexos com idade superior a 70 anos, já grande para a invalidez. Quási metade são viúvos e viúvas, portanto mais carecidos. Pois também não será exagerado calcular que um quinto daquela cifra corresponde a desgraçados fìsicamente incapazes, doentes, pobríssimos, esmolando pelas ruas e caminhos, ou curtindo num canto os sofrimentos atrozes do mais negro abandono da sociedade que de certo modo serviram, emquanto a morte dêles não se condoer.

¿Quem os assiste? ¿Quem lhes acode? ¿Ou será assistência a côdea dura que recebem, quando recebem, emquanto podem fazer longas e penosas caminhadas, ante a indiferença de uns, o desprêzo de outros e o vilipêndio de todos?

Aqui ficam dois aspectos sociais dos mais prementes e urgentes a considerar — o da assistência hospitalar, levada a todos os cantos de Portugal, e o do amparo condigno a crianças, a velhos e a pobres desamparados.

Que o Estado para tudo isto olhe como lhe cumpre. Mas que as camadas novas da sociedade portuguesa, sobretudo as que vivem apenas do seu trabalho, se lembrem de que a doença, a invalidez e a velhice constituem ainda o pesadêlo maior que deve preocupá-las.

Que pratiquem, pois, a previdência, inscrevendo-se, a tempo, em qualquer associação. Que o Estado as estimule e auxilie, mas fiando elas muito mais do próprio esfôrço. E que não esqueçam a cooperação que devem prestar-lhes as classes possidentes, para que Portugal se engrandeça à face do mundo culto e civilizado, para que, se como país somos associados, como portugueses sejamos nobremente cooperadores no bem estar colectivo.

CAPÍTULO XV

Conclusões

Não tivemos a pretenção de fazer um trabalho de natureza histórica. A matéria é vasta, complexa e apresenta vários aspectos que muito ràpidamente focámos. Tentámos apenas buscar na tradição associativa do país os elementos que possibilitaram a assimilação prática e fácil do moderno associativismo, recebido com ardor e simpatia pelas gerações que imediatamente precederam a nossa, inscrevendo nas páginas de Portugal uma época das mais brilhantes na mundial cooperação das nobres ideas da previdência. Por honra nossa, temos de continuá-las, embora na evolução com que nos fôr possível acompanhar o fenómeno, segundo as modalidades que êle vá tomando.

Ao longo dêste apoucado estudo, quando procurámos destacar as fases do nosso mutualismo, fomos deixando reparos e apontando deficiências, salientando êrros e mesmo condenáveis práticas que convém corrigir. Cumpre primeiro fazê-lo às assembleias gerais, que mais e muito melhor deveriam interessar todos os associados. É lamentável que êles as abandonem. Não fazem a renovação e mesmo a cuidada selecção dos corpos gerentes, onde se encontram por vezes indivíduos que tratam os sócios como se fôssem patrões ou donos de uma instituïção de que devem considerar-se apenas simples mandatários. O longo exercício do mandato, se tem a vantagem de proporcionar uma grande prática e conhecimento dos assuntos sociais, difíceis de adquirir a quem da vida associativa anda afastado, também ocasiona abusos e gera certos interêsses ilegítimos e atitudes a que é preciso pôr têrmo, demais sendo tão deficiente a fiscalização oficial. Além de que, tais assembleias, quando

conduzidas com elevação, serenidade e correcção, permitindo-se a sincera e desapaixonada esposição de ideas, resultam uma escola de sociabilidade, de civismo, de compostura e de conhecimentos sociais que muito conviria estimular a favor do nosso proletariado menos culto, pouco afeito aos problemas político-económicos e quási totalmente arredio de qualquer salutar convívio mental.

Entendo que não deve fazer-se para cada gerência a substituïção total dos cargos, convindo antes e no entanto renová-los de metade ou de um têrço, para que, passando pelos cargos directivos maior número de associados, mais conhecedores tenha a associação dos seus problemas, mais eficaz resulte a fiscalisação dos interessados, e haja sempre um escol preparado para intervir nas questões quando elas careçam de convenientes soluções. Depois, cada sócio que entra nos corpos gerentes, ao contacto mais directo com os problemas associativos, torna-se, geralmente, um apaixonado por êles, lança alvitres, ideas e iniciativas que muitas vezes se perdem, embora preciosas para a melhoria associativa.

Nem sempre, porém, quem as apresenta encontra estímulo e apoio para as fazer vingar, pois não lhe é fácil vencer a resistência de grupos às vezes aguerridos que se formam para manter nos cargos os indivíduos que rarìssimamente por devoção associativa lutam por nêles continuarem.

Incumbe também ao Estado mais eficiente fiscalização. É preciso que os funcionários dela encarregados façam visitas periódicas às associações, analisando os seus registos, verificando a exactidão das actas, das contas e do movimento social, fazendo corrigir gastos demasiados e excessivos na proporcionalidade das verbas adstritas a cada fim, aconselhando, estimulando e orientando direcções e organismos que, pela sua índole popular e destinados a um tão elevado interêsse público, carecem de tôda a protecção e amparo, mas também de uma cuidada vigilância na forma como são

conduzidos. À face dos elementos coligidos por um inquérito como o que adiante vai proposto, ou outro que semelhantes ou melhores resultados possa dar, deve a estação oficial competente elaborar tabelas de cotas e jóias, variadas e adequadas a cada um dos fundos associativos, consoante os encargos que êle possa ter, segundo estatísticas apuradas e cálculos de previsão já hoje relativamente fáceis de obter, de modo que o associado tenha um mínimo de assistência médica, medicamentosa e pecuniária que lhe permita tratar-se quando doente, sem demasiado desiquilíbrio no lar.

Para o seguro na invalidez, velhice e sobrevivência, semelhantemente deve proceder-se, com as tabelas condicionadas à categoria social do indivíduo e às suas possibilidades de pagamento, em forma a assegurar-se também com um mínimo calculado para as necessidades mais imediatas do segurado ou dos beneficiários. Quanto ao seguro no desemprêgo, embora previsto nos estatutos, deve rodear-se de cuidados tais que não vá afectar os outros fundos e não ocasione possíveis abusos ou estímulo a uma voluntária desocupação da actividade do associado.

Importaria que as associações fôssem freqüentemente visitadas pelos associados, fazendo-se acompanhar de pessoas de família e de amigos ainda não inscritos, para o que deveriam organisar sessões de propaganda, com adequadas conferências e mesmo festas recreativas, mas visando sempre o desenvolvimento e o aperfeiçoamento associativo.

Naquelas cujas sedes e recursos o permitem, conviria organisar pequenas bibliotecas que atraíssem os associados, facultando-se-lhes a consulta e a leitura de questões associativas, sociais e económicas e outras de interêsse colectivo, de uma literatura recreativa, instrutiva e sàdia para o espírito. Um apêlo de vez em quando feito aos sócios que estivessem em condições de os oferecer, por certo proporcionaria a aquisição de livros úteis e tão necessários à cultura

social das massas trabalhadoras, que, no geral, por uma errada educação, pelas miseráveis condições de vida que arrastam e por carência de uma sã propaganda junto delas, procuram nas casas de bebidas afogar as suas dores, nelas deixando a saúde e uma boa parcela do que à associação deviam entregar, além de agravarem a tragédia humana que os vícios lançam em seus desgraçados lares. Devia ainda facultar-se-lhes, nas salas associativas, com os jornais e revistas que melhor podessem orientar o espírito do trabalhador, pequenos jogos recreativos que, nas horas de repouso, lhes atenuem as agruras da vida.

Nos centros mais populosos, onde já existem associações, importa chamar para elas as classes mais abastadas, a título de sócios beneméritos ou de semelhante designação, afim de se interessarem pelo viver dos que lhes proporcionam o bem estar, mediante uma cota um pouco superior ou mesmo igual à estabelecida para os sócios ordinários, mas facultando-se-lhes todos os direitos sociais. Como não virão a carecer do auxílio associativo, a-par-da difusão do princípio, assim poderão muitas associações melhorar as suas condições de existência e de eficiência mutualista.

Nos meios rurais, onde a propaganda é mais necessária e a associação constitui uma primeira necessidade social, tão raramente agora satisfeita, deverão as pessoas mais ilustradas, e que, pela sua posição oficial e social melhor o podem fazer, chamar o trabalhador à fundação de um organismo cujas vantagens terão de mostrar-lhe, devendo tais entidades dar o nobre exemplo de serem as primeiras a inscrever-se e a promover o desenvolvimento da associação.

Nesta obra podem e devem colaborar os corpos administrativos. Não é difícil às juntas gerais de distrito, câmaras municipais e juntas de frèguesia cederem um pequeno gabinete para as sessões de direcção e uma sala para reüniões das assembleias gerais, só de longe em longe ocupada

esta por algumas horas. Nas frèguesias, onde raro as juntas têm casa própria, pode servir para as reüniões a escola primária, cumprindo ao professor primário mais do que a ninguém ser o principal orientador da associação de socorros mútuos. Outra forma de auxílio podem e devem ainda dar as câmaras municipais. Mediante um abono suplementar ao médico do partido, emquanto a associação o não possa dispensar, deverá aquele tomar a seu cargo a assistência clínica dos associados, assim contribuindo para aliviar os encargos da assistência pública local, embora infelizmente agora pequeníssimos nos concelhos, por carência absoluta dela, como o comprovam as estatísticas nosológicas do país e a excessiva afluência de enfermos aos hospitais de Lisboa e Pôrto, visto nem os próprios demais distritos terem condições para os receberem e tratarem, como é imperioso que venha a fazer-se.

Para tudo isto devem por sua vez contribuir as juntas gerais de distrito, inscrevendo nos seus orçamentos as verbas necessárias e proporcionais à população concelhia, mas com a condição de cada concelho fazer associar todos os habitantes que da mutualidade careçam. Federações regionais ou distritais, por uma acção de propaganda, de doutrinação, de estímulo e mesmo de fiscalização, devem fortalecer os organismos fundados, aperfeiçoá-los, dar-lhes possível eficiência, quer nas várias modalidades associativas, quer na compensação dos gastos e sua melhor aplicação — da farmácia mutualista, à especialidade clínica na sede do distrito e do concelho, e até aos pequenos postos de consulta e mesmo de internamento nas aldeias.

¿Tirará de tudo isto o Estado algumas vantagens? Ociosa se me afigura a pregunta. E, assim, não pode nem deve êle ser estranho ao movimento, limitando-se, como agora, a decretar sôbre a matéria e a uma deficientíssima fiscalização e mais que rudimentar estatística. Cumpre-lhe, antes, esti-

mular directa e indirectamente a mutualidade, inscrevendo no orçamento uma verba que constitua o fundo nacional da mutualidade — esta por assim dizer integrada na própria assistência pública. Tal verba serviria, nos primeiros anos, para fomentar o associativismo pelo país fora, fornecendo impressos, modelos de escrita, de estatutos, de regulamentos, de tabelas de cotas e de subsídios, montagem de gabinetes de consulta médica, com os apetrechos necessários a uma primeira observação e tratamento, etc. É claro que tudo isto em colaboração e mediante informação das autoridades locais, incluindo o professorado, médicos, vereadores, e não deixando de interessar-se as classes abastadas.

À medida que as associações se fôssem robustecendo, a dentro de uma organização sòlidamente amoldada aos seus vários fins, a verba do Estado iria revertendo para a criação de bons hospitais regionais, para o seguro na velhice, na sobrevivência e mesmo no desemprêgo.

Assim gradualmente se iria atingindo o objectivo dominante dos povos progressivos — onde cada qual, tendo dado à sociedade o melhor do seu esfôrço e da sua inteligência, na criação da riqueza colectiva, têm o direito e o dever indeclinável de reclamar dela que o ampare na doença, que o não abandone na velhice, e que lhe olhe pela prole honrada, quando lhe faltarem as fôrças e a própria vida.

Tendo sido o único amparo da família que constituiu e manteve à custa de tantos sacrifícios e misérias, no meio de faustos e grandesas tantas vezes afrontosas da sua dignidade, é justo, é legítimo, é necessário que, finda uma vida nobilíssima de exemplos de abnegação, de sofrimentos e de estoicismo, a sociedade lhe devolva uma parcela, embora mínima, das riquezas com que a dotou.

¿Chegaremos, assim, ao seguro obrigatório? Talvez. Que êle é imperioso, ninguém hoje o contesta. Quanto ao modo, sai já fora dos domínios dêste modesto estudo. Mas

que a tentativa não se repita por inexeqüíveis e teóricos diplomas como os que ficaram no *Diário do Govêrno* de 1919. Não bastam boas intenções. Desçamos ao campo das realidades.

APÊNDICE

Projecto de inquérito mutualista

Distrito de ...
Concelho de ...
Frèguesia de ...
Rua de ...
Nome da Associação ...
Fundada em ...
ou Fusionada em ...
com a associação ...
Tem a sede em edifício próprio? ...
Em casa alugada? ...
Em edifício público? ...
Quantas e quais as associações que na mesma sede funcionam?...
.....

Número total de sócios, referido a ... de ... de 19...
Sendo:

Sexo masculino	Até aos 20 anos...	
	Dos 21 aos 40 anos	
	Dos 41 aos 60	
	Com mais de 60 anos.. ...	
	Soma..... ...	
Sexo feminino	Até aos 20 anos..... ...	
	Dos 21 aos 40 anos.... ...	
	Dos 41 aos 60 anos.... ...	
	Com mais de 60 anos.. ...	
	Soma....	

Grupos de cotas mensais dos sócios, sendo:

... sócios a..... $-
... » a..... $-
... » a..... $-
... » a..... $-
... » a..... $-
...

Número de sócios existentes no primeiro dia da última gerência ...
Admitidos durante ela ...
Eliminados por falta de pagamento ...
A seu pedido ...
Expulsos ...
Quantos ficaram no último dia da gerência ...

Receitas sociais no ano de ... provenientes de:

Cotas dos sócios..... $-
Jóias..... $-
Estatutos, regulamentos e outros impressos..... $- $-

Outras proveniências de associados:

Por donativos..... $-
Por multas..... $-
..... $-
..... $- $-
Aluguer de dependências do edifício..... $-
Rendimento de papéis de crédito..... $-
Juros de dinheiros depositados..... $-

Outros (descriminados) provenientes da aplicação de fundos sociais:

..... $-
..... $-
..... $-
..... $- $-

Rendimento de serviços:

Clínicos..... -$-
Balneários . ..... -$-
A beneficiários..... -$-

Outros (havendo-os) descriminados por:

.... -$-
..... -$-
..... -$- -$-

Soma total das receitas..... -$-

No apuramento das receitas e dos rendimentos, fazer a distribuïção das importâncias que cabem aos fundos que tenha a associação, como:

Para o fundo de doença:

De cotas e jóias..... -$-
De donativos ..... -$-
De multas..... -$-
.... -$-
.... -$- -$-

De aluguéis..... .... -$-
De rendimentos de papéis de crédito e de dinheiros depositados ..... -$-

De outras proveniências:

.... -$-
. ... -$- -$-

Do rendimento de serviços:

Da clínica médica..... -$-
» » cirúrgica..... -$-
Dos balneários..... -$-
..... -$-
.... -$- -$-

Somam as receitas para a doença..... -$-

Para o fundo de inabilidade (velhice e invalidez). (Descriminação semelhante à anterior).

.... -$-
.... -$-
.... -$-
-$-
Somam as receitas dêste fundo..... -$-

Para o fundo de sobrevivência. (Descriminação semelhante).

..... -$-
..... -$-
..... -$-
-$-
Somam as receitas dêste fundo..... -$-

Para o fundo de funeral. (Descriminação semelhante).
Para o fundo de desemprêgo. (Descriminação semelhante).
Para outros fins. (Designá-los, com a semelhante descriminação das quantias).
(A soma das quantias para cada um dos fundos, deve ser igual à totalidade das receitas).

Capital social..... -$-

Descriminado por:

Edifícios..... -$-
Mobiliário..... -$-
Instalações..... -$-
Medicamentos e apósitos..... -$-
Instrumentos cirúrgicos..... -$-
Impressos..... -$-
Papéis de crédito (descriminados, segundo a última cotação).
..... -$-
..... -$-
..... -$-
Dinheiro em caixa..... -$-
Depositado em estabelecimentos de crédito..... -$-

Outros valores:

Empréstimos ..... -$-
Hipotecas ..... -$-
..... -$-
..... -$-
..... -$-
..... -$-
..... -$-
— -$-

Fundos de reserva.

(Designar cada um dêles e sua composição, por):

..... -$-
..... -$-
..... -$-
..... -$-
..... -$-
— -$-

Fundos especiais para:

Doença..... -$-
Invalidez..... -$-
Sobrevivência..... -$-
Funeral..... -$-
..... -$-
..... -$-
..... -$-

(Designar cada um deles e a sua composição por):

..... -$-
..... -$-
..... -$-
..... -$-
— -$-

Soma o fundo de..... -$-
Soma o fundo de..... -$-

(Estes fundos, embora com uma conta própria, devem figurar no

montante do capital social, excluídas as importâncias das reservas). Tendo caixa económica anexa à associação:

Número de depositantes em ...
Dinheiro depositado..... -$-
À ordem..... ..... -$-
A prazo..... ..... -$-
Outros valores depositados..... -$-

(Especificados e suas importâncias):

.... -$-
..... -$-
..... -$-
Dinheiros emprestados..... -$-
Outros créditos..... -$-

(Especificados e suas importâncias):

.... -$-
..... -$-
.... -$-
Cauções..... -$-

Valores tomados em hipoteca (especificados):

..... -$-
.... -$-
..... -$-

Outros créditos (especificados):

.... -$-
..... -$-
.... -$-

Carteira de papéis de crédito (especificada e por valores nominais da última cotação):

..... Nominal Última cotação
..... » »
..... » »

Dinheiro existente:

Em caixa..... .... -$-
Depositado noutros estabelecimentos de crédito. -$-

Outros valores do activo (especificados):

.... -$-
..... -$-

Gastos de administração (especificados):

..... -$-
.... -$-
.... -$-
-$-

Lucros da última gerência (especificados):

.... -$-
... . -$-
.... -$-
-$-

Como se distribuíram:

.... -$-
.... -$-
.... -$-
..... -$-
-$-

Número de empregados da caixa económica ... (especificados por categorias e vencimentos):

.... -$-
..... -$-
.. .. -$-
Cota parte dos gastos de administração atribuída
ao serviço próprio da caixa..... ..... -$-
Cota parte atribuída ao serviço da associação... -$-

Gastos próprios da associação, no ano de ... com:

Renda de casa..... -$-
Limpeza, água e luz..... -$-

Expediente e impressos..... -$-
Cobradores... ..... -$-
Médicos..... -$-
Enfermeiros..... -$-
Empregados de escrita e outros..... -$-
Medicamentos..... -$-
Instrumentos cirúrgicos..... -$-
Apósitos..... -$-
Funerais..... -$-

Abonos pecuniários:

Na doença..... -$-
Na invalidez..... -$-
Na sobrevivência..... -$-
No desemprêgo..... -$-

Outros descriminados:

..... -$-
..... -$- -$-
Em mobiliário..... -$-
Em obras e beneficiações na sede e edifícios... -$-

Quantos médicos tem?
Como vencem?
Quantos enfermeiros?
Como vencem?
Quantos cobradores?
Como vencem?
Quantos empregados de escrita e outros?

Descriminar por categorias e vencimentos:

..... a -$-
..... a -$-
..... a -$-

Descriminar os socorros pecuniários por períodos de dias pagos,

quanto por dia e por período, em cada uma das suas rubricas, especificando, para os abonos na doença:

Os ares de campo..... -$-
Os banhos..... -$-
Tratamentos no domicílio..... -$-
..... -$-

Tendo clínicas e enfermarias, especificar o movimento delas, durante o último ano de gerência, com o número de dias de internamento, por sócios, número de consultas e de tratamentos em cada uma delas, indicando as operações feitas, tanto quanto possível por especialidades clínicas. O mesmo quanto a gabinetes de análises, fisio-terapia, etc., especificando o movimento de cada um.

Quanto gastou a associação com as clínicas e enfermarias em:

Alimentação..... -$-
Roupas..... -$-
Utensílios..... -$-
Apósitos e instrumentos cirúrgicos inutilizados durante o ano..... -$-
Medicamentos deteriorados..... -$-
Outras despesas da manutenção dos serviços..... -$-

(Especificar estes gastos por cada uma das clínicas e enfermarias).

Dizer qual a cota parte de gastos com médicos, enfermeiros e outro pessoal, mais acima englobados, que deve atribuir-se a cada clínica e enfermaria:

..... -$-
..... -$-

¿Quantos sócios foram tratados durante o ano pela associação?
¿Quantos beneficiários?
¿Quantos, dos primeiros, tiveram impossibilidade temporária de trabalho? ...
¿Número de dias totais destas impossibilidades para os tratados? ...
¿Dêstes, quantos receberam medicamentos? ...
¿Quantos com subsídios pecuniários? ...
¿Quantos tiveram os dois abonos? ...

¿Quantos, embora doentes, deixaram de ter subsídio pecuniário, por haverem atingido o período autorizado nos estatutos? ...

Classificação nosológica das doenças tratadas, indicando idade, sexo, profissão (ou grupo profissional do doente).

.....

.....

.....

Quantos sócios faleceram durante o ano de ..., com indicação do sexo, idade, profissão (ou grupo profissional) ...

¿Quantos anos de associados tinham os falecidos?

... com ... anos
» » » »
» » » »

¿Quantos anos de abono tiveram na invalidez?

... sócios, com ... anos
» » » » »

Número de pensionistas na invalidez ...

Número de pensões que estão decorrendo na sobrevivência ...

Importâncias pagas na última gerência em pensões de invalidez ... -$-

Em pensões de sobrevivência ... -$-

Número de herdeiros dos falecidos beneficiando destas últimas pensões ...

Outros elementos de informação que não constem dêste questionário.

Considerações gerais sôbre a vida da associação.

NOTA FINAL

Como se vê da justificação dêste estudo, a sua impressão demorou um pouco mais de um ano, contra a vontade do autor. Entre os dias em que foi escrito e o momento da sua aparição, bastantes alterações foram introduzidas na nossa legislação de carácter social. Desapareceu o antigo

Instituto de Seguros Sociais, que foi substituído pelo Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, com objectivos similares. Por êste e por uma série de Decretos, também posteriormente publicados, a dentro do pensamento dominante do Estado Corporativo, procura-se agora integrar as medidas de carácter social num plano de protecção ao operariado, visando melhorar-lhe as suas condições económicas. Outra não foi sempre a nossa aspiração, e, por isso, desejamos sinceramente que os objectivos sejam alcançados.

Neste lapso de tempo decorrido, foi publicada uma nova estatística da mutualidade, referida a 31 de Dezembro de 1932.

Destacamos aqui as suas principais rubricas:

Número de associações		510
» » sócios		566.294
Capital social (contos)		224.397
Receitas (contos):		
De cotas	29.491	
Diversas	17.981	47.472
Despesas (contos):		
Com médicos	2.689	
» medicamentos	6.198	
Subsídios pecuniários	22.161	
Administração	8.424	39.472

Comparando estes números com os do quadro de páginas 647 do Vol. 86.º, encontramos agora menos 17 associações e menos também 23.000 sócios, números redondos.

¿Declínio associativo, ou a costumada discordância das nossas estatísticas?

Optamos pelo primeiro, visto subsistirem as causas que nos últimos anos têm dificultado às classes proletárias manterem o nível económico e previdente anterior.

Vejamos as restantes cifras. No capital social encontramos um aumento de cêrca de 7.000 contos, em desarmonia com a redução constatada no número de associações e de sócios. Nas receitas, há uma quebra superior a 6.500 contos. Nos gastos globais encontramos agora para mais 8.548 contos. ¿Como se explicam estas divergências, gastando-se mais, quando as receitas foram menores e menor também o número de associados? Só pelo empirismo em que muitas das associações ainda vivem, a menos que pouca fé devam merecer-nos os elementos estatísticos que remetem à estação oficial competente. Mais nos surpreende ainda a grande diferença que notamos entre os subsídios pecuniários abonados em 1931 e 1932. No primeiro ano, dá-nos a estatística 12.429 contos, com uma descriminação incompleta. Neste último aparecem-nos 22.161 contos assim distribuídos:

No doença.....	1.686	
Funeral e luto.....	2,102	
Pensões	18.373	22.161

¿A que atribuir tão grande diferença, quando ela não é muito sensível nas outras verbas das despesas? Ao contrário, há uma redução de 164 contos nos gastos com os médicos e de 572 contos nos medicamentos. Nas despesas de administração notamos, para mais, 151 contos. Compreendemos as reduções, vista a grande baixa no número de sócios, mas nunca os aumentos. Nas receitas de cotas não há grande diferença, pois foram recebidos 28.980 contos, em 1931, contra 29.491 em 1932, embora nos pareça que também de-

viam ser menores os recebimentos, mesmo contando com as novas tabelas impostas pelo decreto de 1930.

Segundo as cifras da última estatística, encontramos a seguinte distribuïção das despesas mencionadas em contos:

Abonos pecuniários.....	22.161	= 56,2 %
Com medicamentos.....	6.198	= 15,7 »
Com médicos.....	3.689	= 6,8 »
Cobradores e outros gastos de administração.....	8.424	= 21,3 »
	39.472	= 100

Cotejando agora êste quadro com o de páginas 650 do Vol. 86.º, nota-se uma redução de 6,1 % nos gastos com medicamentos, de 3,7 % com os médicos e de 6,3 % na administração.

Ficam-nos, assim, aumentados de 16,1 % os abonos pecuniários. ¿Como explicar tal aumento, quando se constatam reduções nas percentagens das outras verbas, sendo a mais sensível nos gastos de administração, o que, a serem exactas as cifras, revela melhoria nestes últimos? Não atinamos. Se é verdade que o Decreto de 1930 procurou melhorar a vida financeira das mutualidades, por meio de cotas mais racionais e estabelecendo preceitos novos quanto aos gastos, certo é também que não procurou reduzir-lhes a assistência médica e terapêutica, nem por tal diploma se justifica a grande diferença, para mais, dos abonos pecuniários.

Tudo isto demonstra a imperiosa necessidade de se elaborar uma estatística detalhada e exacta quanto possível, mediante questionários que melhor nos permitam conhecer a vida social do associativismo previdente português.

Como quer que seja, as últimas cifras não invalidam o que atrás ficou dito. A distribuïção mutualista pelo país não sai das percentagens que apuramos, nem as capitações

de receitas e despesas que fizemos ficam agora de tal modo alteradas que não seja mister atentar a valer no interessante problema, que desejaríamos tratar com maior amplitude e ver colocado ao abrigo de tantas contingências que arrastam o mutualismo para a decadência. Salvemo-lo, que bem o merece a generosa idea que o criou.

Pelo que respeita às importâncias abonadas pelo Estado, para saúde, higiene, assistência e amparo do seu funcionalismo, também elas, no orçamento decretado para 1933-34, não apresentam sensíveis alterações que modifiquem o que sôbre o assunto escrevemos na altura própria e as comparações que então fizemos.

DOMINGOS DA CRUZ.

SIDERÓSTATOS, HELIÓSTATOS, CELÓSTATOS

I. — Teoria dos instrumentos

1. — Os aparelhos que, com um espelho móvel enviam os raios luminosos dum astro numa direcção fixa chamam-se *helióstatos* e *sideróstatos*.

Segundo a etimologia os primeiros servem para obter os raios solares imóveis; os segundos a imobilizar raios estelares. Como porém as observações do Sol se faziam quási sempre de forma a dirigir os raios sôbre o horizonte norte passou «helióstato» a designar todo o espelho móvel capaz de reflectir os raios dum astro numa direcção fixa perto do ponto norte da meridiana e o nome de «sideróstato» a ser aplicado aos aparelhos que reflectem a luz numa direcção fixa não muito longe do meridiano sul.

Vamos estabelecer a teoria de tais instrumentos supondo o centro O do espelho no centro da esfera celeste.

2. — Comecemos pelo sideróstato.

Sejam, Fig. 1, $NPZS$ o meridiano do lugar de latitude $\widehat{PN} = \varphi$, A o astro, AO o raio incidente e OA' a direcção fixa dos raios reflectidos (que na figura se encontra no horizonte $NA'S$, hipótese que não limita a generalidade dos raciocínios que se seguem).

AO descreve, com movimento uniforme, um cone em tôrno do eixo do mundo PP_0.

Para mantermos a direcção OA' é necessário e suficiente que o espelho se mova em tôrno de O de forma que a sua normal seja sempre a bissetriz do ângulo móvel e variável $A\hat{O}A'$.

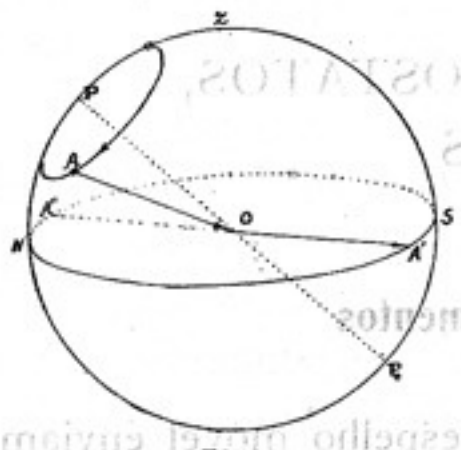


Fig. 1

Evidentemente que a imagem de A será A'' por trás do espelho. Como as figuras de centros A' e A'' são simétricas em relação a O, raciocinaremos sôbre a de centro A', intersecção dos raios reflectidos com a esfera.

Esta figura é semelhante da imagem dada por uma luneta (ou simples objectiva) apontada sôbre o espelho, isto é, para a qual a verdadeira imagem A'' será o objecto.

Quando dissermos «imagem» dum astro, referir-nos-emos à figura de centro A'.

3. — Quando A atravessa o círculo horário de A′ representado na Fig. 2, em A_1 (passagem superior) a normal ao espelho está em M_1, meio de A_1A'; quando passa em A_2 a normal está em M_2 meio de A_2A'.

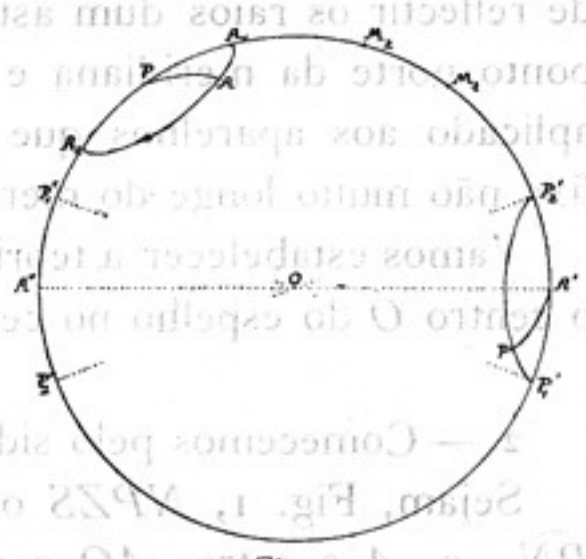


Fig. 2

No primeiro instante a imagem do polo estará em P_1'' visto que $PM_1 = M_1P'_1$; no segundo instante ela estará em P_2'' tal que $PM_2 = M_2P_2'$.

Parece pois que o polo gira em tôrno do centro A' da imagem.

Com efeito assim é, mas emquanto que o astro A gira em tôrno do polo com um movimento uniforme, a imagem

do polo gira em tôrno da do astro visado com uma velocidade variável.

Vamos estabelecer uma relação entre os ângulos $P_1'A'P'$ e APA_1.

Como vemos êles têm o mesmo valor (0° e 180°) quando o astro passa no círculo horário da direcção escolhida, mas para os valores intermediários os ângulos estão longe de se igualarem.

4. — Seguiremos o raciocínio de Cornu.

Suponhamos que a direcção escolhida é horizontal. Sejam, Fig. 3, H e p o ângulo horário e a distância polar do astro visado A e H' e p' as mesmas coordenadas da sua imagem A' (1).

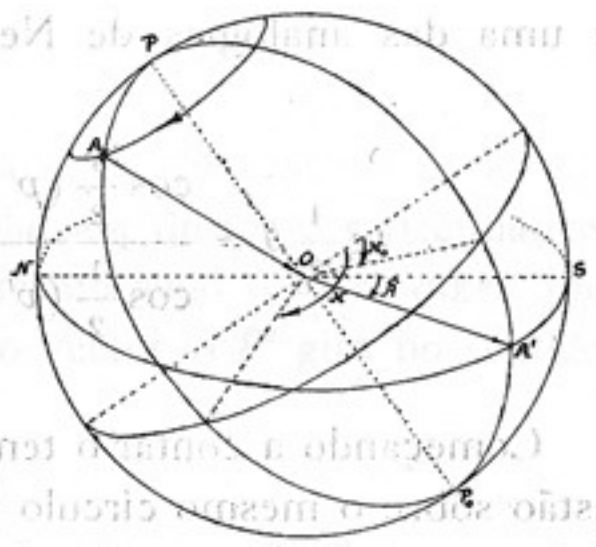


Fig. 3

Determinado o M instantâneo basta para achar a «imagem» duma estrêla E, marcar sôbre o círculo máximo EM um ponto E' simétrico de E em relação a M.

Determinemos (Fig. 4), desta maneira, a imagem P' do polo.

Como os dois triângulos PAM e $P'A'M'$ são iguais temos

$$PA = p = A'P'$$

o que nos permite enunciar que *a imagem do polo descreve*

---

(1) Coordenadas que podemos determinar a partir do azímute $\widehat{A} = S\widehat{O}A'$ e da latitude

$$\cos p' = \cos A . \cos \varphi \qquad \operatorname{tg} H' = \frac{\operatorname{tg} A}{\operatorname{sen} \varphi}$$

em tôrno do centro do campo um círculo cujo raio é a distância polar do astro visado.

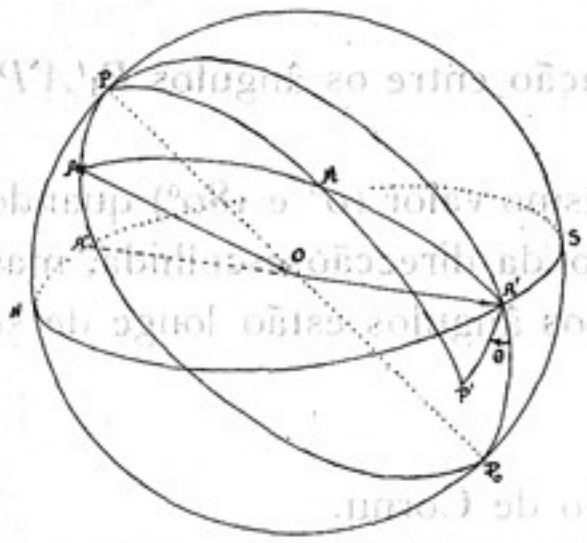


Fig. 4

Quanto ao ângulo θ que faz o raio vector $A'P'$ com o círculo horário de A' é facilmente deduzido do triângulo PAA'.

Com efeito, neste triângulo

$$\theta = \pi - (\widehat{A} + \widehat{A'})$$

e uma das analogias de Neper permite escrever

$$\operatorname{tg} \frac{1}{2}\theta = \frac{\cos \frac{1}{2}(p' + p)}{\cos \frac{1}{2}(p' - p)} \operatorname{tg} \frac{1}{2}(H - H')$$

Começando a contar o tempo no instante em que A e A' estão sôbre o mesmo círculo horário e escolhendo para unidade o período de rotação do astro visado

$$H - H' = 2\pi t$$

podemos escrever ainda, fazendo

$$K' = \frac{\cos \frac{1}{2}(p' + p)}{\cos \frac{1}{2}(p' - p)}$$

$$\operatorname{tg} \frac{1}{2}\theta = K' \operatorname{tg} \pi t$$

Esta expressão mostra que o período de rotação do

campo é o mesmo que o da rotação do astro e que o círculo horário de A' é um plano de simetria.

Ela indica, ainda, que o sentido da rotação do campo varia com o sinal de K'.

5. — Êste sentido é o mesmo que o do movimento do arco $A'P'$ visto de fora da esfera celeste.

Ora, quando a constante é positiva

$$\cos\frac{1}{2}(p'+p)>0$$

$$\therefore\ p<\pi-p'$$

isto é, quando a distância polar do astro visado é inferior ao suplemento da distância polar da direcção reflectida, os ângulos θ e $(H-H')$ são do mesmo sinal. Quere dizer que quando o astro se move o raio vector $A'P'$ gira no sentido dos ponteiros dum relógio.

Quando a constante é negativa, isto é, quando

$$p>\pi-p'$$

o campo do sideróstato girará no sentido directo.

Evidentemente que o limite comum dêstes dois casos será

$$p=\pi-p'$$

que conduz a um campo imóvel.

Quere dizer *visando um astro de distância polar igual ao suplemento da distância polar da direcção fixa a região do céu que o rodeia aparece parada.* O sideróstato será então um *celóstato.*

Notaremos que neste caso, $p+p'=\pi$, a normal ao es-

pelho estará no equador, isto é, o espelho é paralelo ao eixo do mundo.

Podemos pois observar uma região do céu imóvel escolhendo para direcção reflectida fixa uma das geratrizes do cone de revolução do eixo PP_0 e de semi-abertura $\pi - p$.

6. — A velocidade angular de rotação é dada pela expressão

$$\frac{d\theta}{dt} = 2\pi \frac{K'}{\cos^2 \pi t + K'^2 \operatorname{sen}^2 \pi t}$$

Ela tem, pois, o mesmo sinal que K' e varia periòdicamente entre

$$\frac{d\theta}{dt} = 2\pi K' \text{ para } t = 0 \text{ (e portanto } t = 1, 2, \ldots n)$$

e

$$\frac{d\theta}{dt} = \frac{2\pi}{K'} \text{ para } t = \frac{1}{2} \left(\text{e portanto } t = \frac{3}{2}, \ldots \frac{2p+1}{2}\right)$$

Notaremos que o sideróstato não permite visar uma estrêla na sua passagem inferior $\left(t = \frac{1}{2}\right)$ e que, portanto, êste último limite da velocidade não é observável.

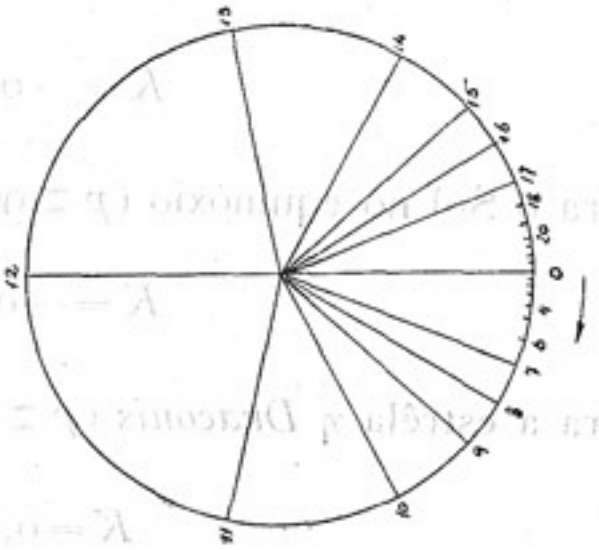
A velocidade do campo é igual à do movimento diurno (2π) sempre que

$$\cos^2 \pi t + K'^2 \operatorname{sen}^2 \pi t = K'$$

isto é, nos instantes que satisfazem a

$$\operatorname{tg} \pi t = \frac{+1}{\sqrt{1 + K'}}$$

Notemos que na prática as observações se fazem perto da passagem superior e que a velocidade é então sensìvelmente constante e igual ao máximo ou mínimo $2\pi K'$.



7. — Quási sempre o sideróstato está orientado no meridiano

$$A' \equiv S \quad H' = 0 \quad p' = \pi - \varphi$$

A lei de rotação do campo pode escrever-se

$$\operatorname{tg} \frac{1}{2} \theta = K \operatorname{tg} \frac{1}{2} H$$

onde

$$K = \frac{\operatorname{sen} \frac{1}{2} (\varphi - p)}{\operatorname{sen} \frac{1}{2} (\varphi + p)} \leq 1$$

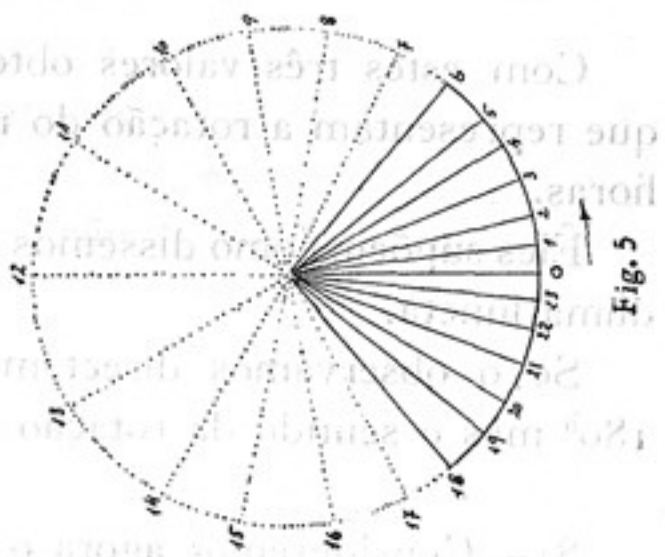


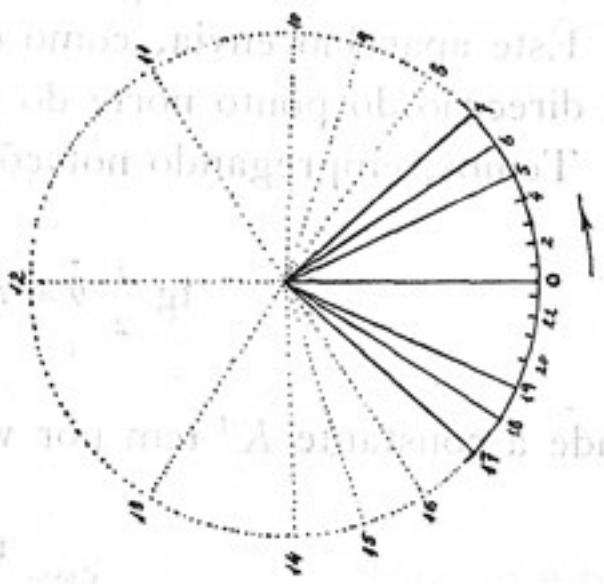
Fig. 5

Neste caso particular podemos enunciar:

1.º Quando o astro visado tem $p = \varphi$ o campo de visão é imóvel;

2.º quando $p < \varphi$ a rotação faz-se no sentido do movimento dos ponteiros dum relógio;

3.º quando $p > \varphi$, ela faz-se em sentido contrário.



Em Lisboa, $\varphi = 38^{\circ}\,42'$, a constante tem os seguintes valores:

Para o Sol no solstício de verão ($p \simeq 66^{\circ}\,30'$)

$$K = -0{,}3024$$

para o Sol no equinóxio ($p \simeq 90^{\circ}$)

$$K = -0{,}4802$$

para a estrêla η *Draconis* ($p \simeq 28^{\circ}\,20'$)

$$K = 0{,}1641$$

Com estes três valores obtemos os esquemas da Fig. 5 que representam a rotação do raio vector $A'P'$ às diferentes horas.

Êles supõem como dissemos que fixamos o espelho através duma luneta.

Se o observamos directamente as imagens rodarão de 180° mas o sentido da rotação não muda.

8. — Consideremos agora o helióstato.

Êste aparelho envia, como dissemos, os raios reflectidos na direcção do ponto norte do horizonte.

Temos, empregando notações e raciocínios análogos,

$$\operatorname{tg} \frac{1}{2}\theta = K'' \operatorname{tg} \pi t$$

onde a constante K'' tem por valor

$$K'' = \frac{\cos \frac{1}{2}(p' - p)}{\cos \frac{1}{2}(p' + p)}$$

Em todos os casos da prática corrente é

$$K'' \approx \frac{1 + \operatorname{tg}\frac{1}{2}p' \ \operatorname{tg}\frac{1}{2}p}{1 - \operatorname{tg}\frac{1}{2}p' \ \operatorname{tg}\frac{1}{2}p} > 1$$

o que nos permite dizer que *a rotação do campo do heliós-tato faz-se, na vizinhança da passagem superior, com uma velocidade maior que a rotação da esfera celeste.*

Por outro lado (Fig. 6) a passagem superior corresponde a uma imagem superior do polo no *campo do espelho que roda sempre no sentido do movimento dos ponteiros dum relógio.*



Fig. 6

Esta grande velocidade não permite uma boa estabilidade das imagens.

Ainda no helióstato o ângulo de incidência no espelho é quási sempre maior do que no sideróstato.

Daí aberrações de imagens que fazem preferir o sideróstato na astronomia estelar.

9. — O helióstato, ao contrário, é empregado com vantagem quando é necessária uma rápida rotação do campo.

É o caso quando se quere, pelo efeito Dopler, determinar a rotação própria do Sol, levando as imagens dos dois bordos extremos do equador a serem tangentes à fenda dum espectrógrafo.

Com o sideróstato (onde a velocidade de rotação é pràticamente desprezível) só excepcionalmente o equador se apresenta perpendicular à fenda.

É certo que podemos empregar um sistema de prismas para fazer rodar a imagem mas esta solução é laboriosa e imperfeita.

No helióstato a rotação rápida do campo permite obter a posição desejada e até pode acontecer que a imagem solar rode de 180° em poucas horas.

Supondo o aparelho orientado no meridiano, temos

$$K'' = \frac{\cos \frac{1}{2}(\varphi - p)}{\cos \frac{1}{2}(\varphi + p)}$$

Em Lisboa esta constante terá por valor:
no solstício do verão

$$K'' \approx 1{,}598$$

no solstício do inverno

$$K'' \approx 2{,}450$$

Em Helsingfors ($\varphi \approx 60° 10'$) teremos no solstício do inverno

$$K'' \approx 16{,}90$$

As rotações do campo nos três casos estão esquemàticamente representadas na Fig. 7.

Um exame directo do campo daria os mesmos esquemas rodados de 180°. Notaremos ainda que o ponto marcado *O* (origem da contagem dos *H*) representa o meio dia verdadeiro.

Estas figuras, a última principalmente, mostram bem que o equador solar roda de 180° num número de horas inferior a 12.

Há mesmo uma infinidade de posições t_1 e t^2, dum lado e do outro do meridiano em que tal sucede, isto é, para as quais é

$$\theta_2 = \theta_1 + \pi$$

ou

$$\operatorname{tg} \pi t_1 \ . \ \operatorname{tg} \pi t_2 = -\frac{1}{K^{t/2}}$$

As duas épocas para as quais a diferença

$$t_0 = t_1 - t_2$$

é mínima, são simétricas em relação ao meridiano, como mostram os esquemas e a condição de máx. e mín.

$$\operatorname{sen} \pi (t_1 - t_2) \cos \pi (t_1 - t_2) = 0$$

$$t_1 - t_2 = 0 \quad \text{mín.}$$

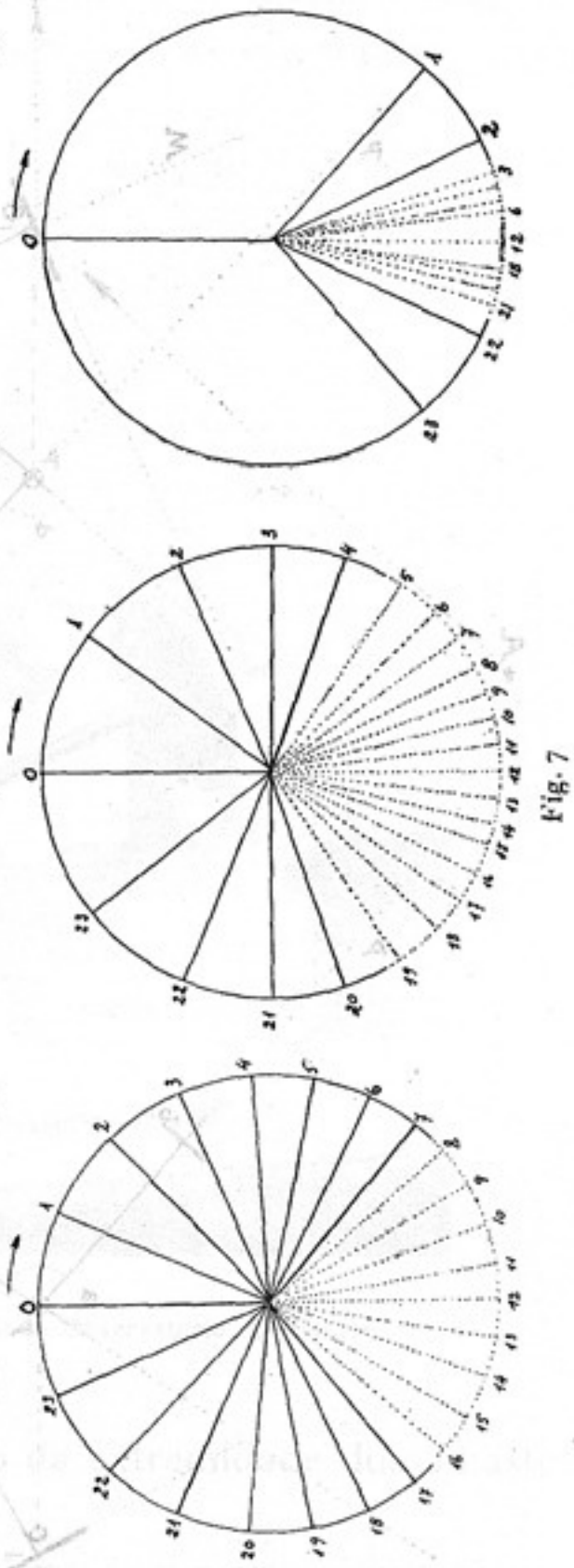


Fig. 7

as duas épocas simétricas serão

$$\operatorname{tg} \pi t = \frac{1}{K^{t}}$$

Temos pois, no solstício de inverno como mínimo intervalo de tempo:

em Lisboa $t_0 \approx 5^h\ 55^m$
em Helsingfors $t_0 \approx 0\ 43$

II. — Sideróstato de Foucault

10. — Imaginemos um espelho capaz de poder girar em

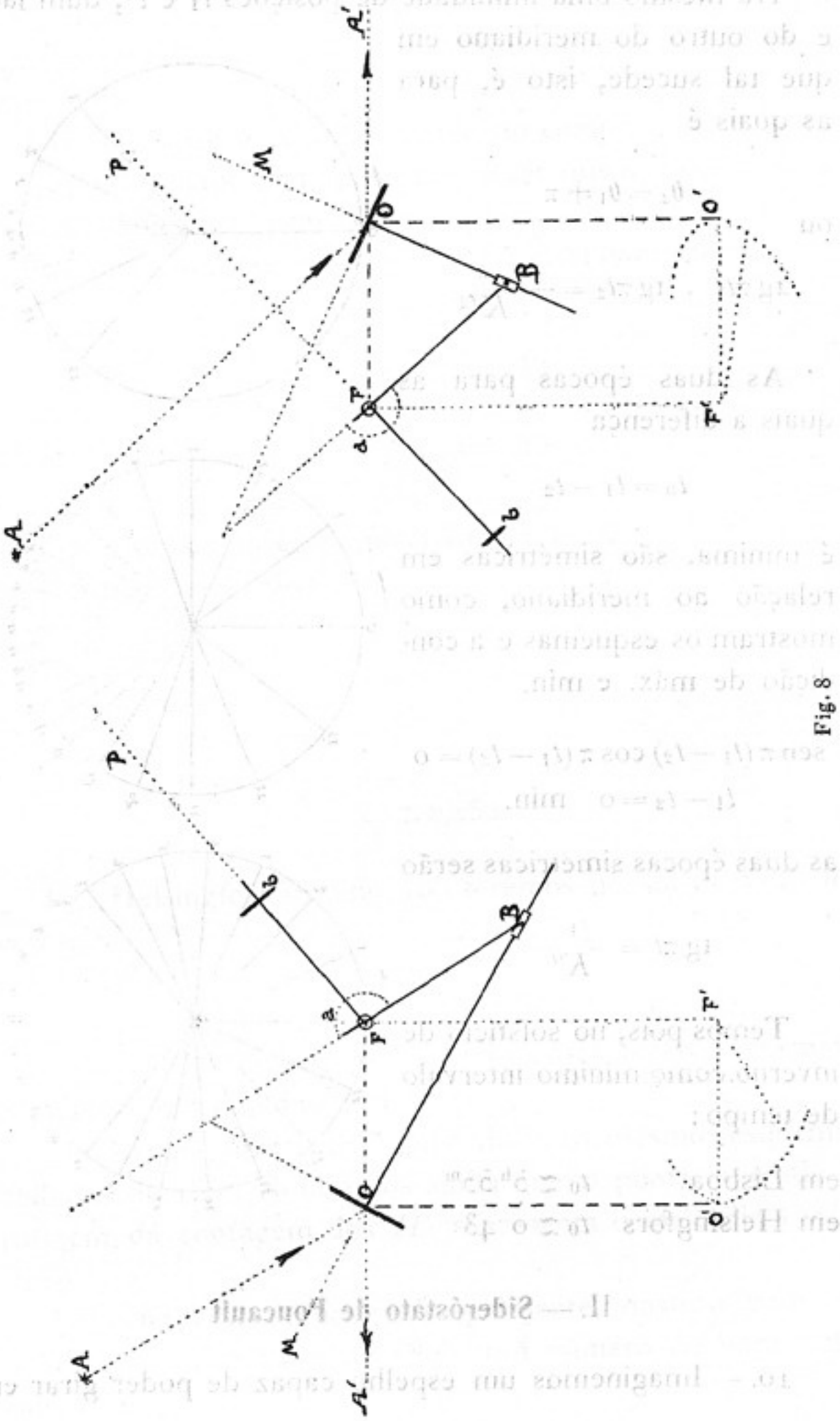
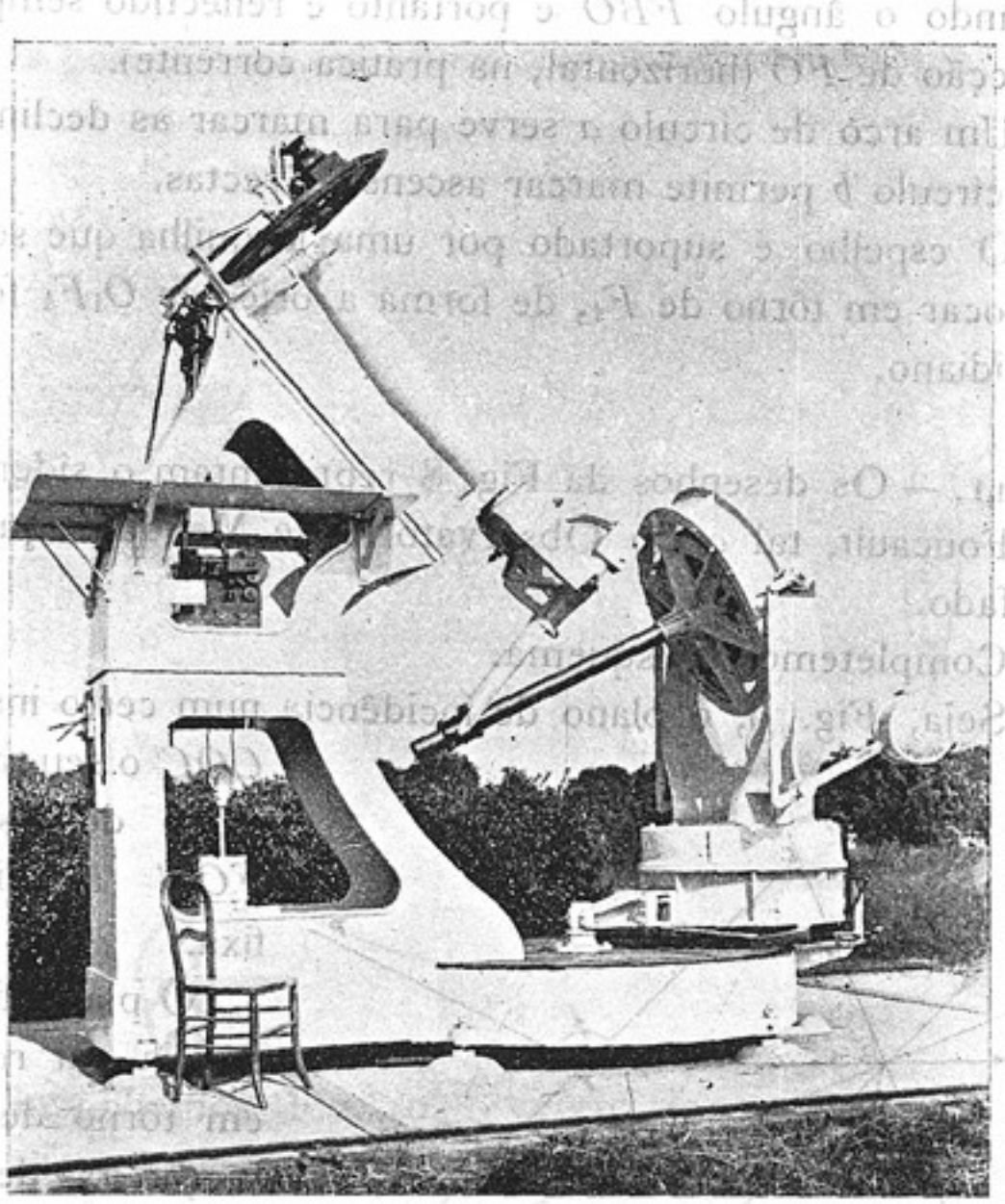


Fig. 8.

em todos os sentidos em tôrno dum ponto fixo *O*. Tal desiderato pode-se conseguir, por exemplo, fazendo (Fig. 8) deslisar uma haste *OB* perpendicular ao espelho ao longo



Fot. 1 — O sideróstato de Foucault do Observatório de Meudon

duma manga que gira em tôrno da extremidade duma haste *FB* de comprimento constante.

Esta gira, por sua vez, em tôrno dum ponto *F* fixo sôbre o eixo polar. O comprimento da barra *FB* é a distância entre os dois pontos fixos *O* e *F*.

Desta arte os ângulos em *B* e *O* do triângulo isósceles *BFO* são iguais.

Dirigindo a barra FB na direcção do astro A e fazendo girar o eixo polar sincrònicamente com êle (movimento em que é arrastada a barra), o raio AO incide constantemente segundo o ângulo $F\hat{B}O$ e portanto é reflectido sempre na direcção de FO (horizontal, na prática corrente).

Um arco de círculo a serve para marcar as declinações, um círculo b permite marcar ascensões rectas.

O espelho é suportado por uma forquilha que se pode deslocar em tôrno de F_1, de forma a orientar O_1F_1 fora do meridiano.

11. — Os desenhos da Fig. 8 representam o sideróstato de Foucault, tal o do Observatório de Meudon aqui fotografado.

Completemos o esquema.

Seja, Fig. 9, o plano de incidência num certo instante; COC' o seu traço no plano do espelho; FOA' a direcção fixa.

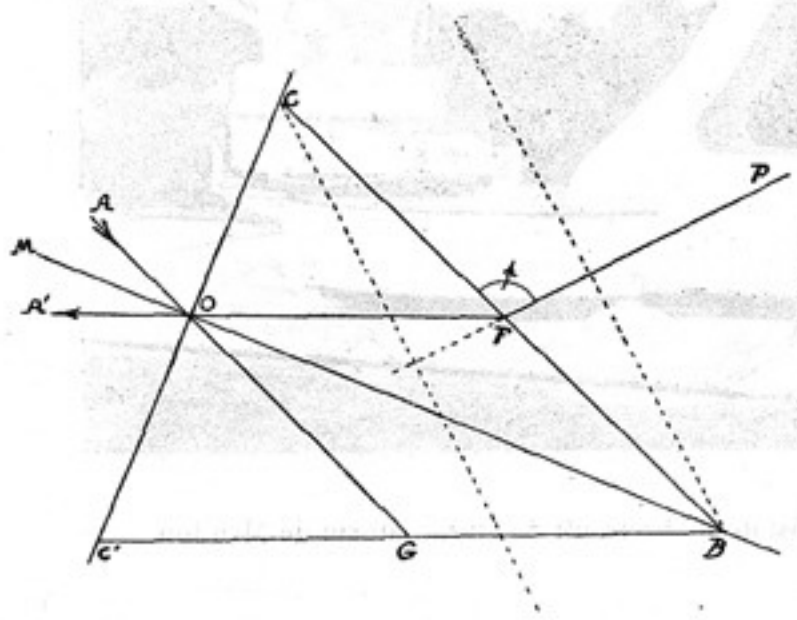


Fig. 9

O plano de incidência vai rodando em tôrno desta direcção fixa de forma que OC vai descrevendo um cone oblíquo cuja directriz é o círculo que C descreve em tôrno do eixo polar.

O triângulo rectângulo COB (cujos catetos OC e OB têm comprimentos variáveis) vai rodando em tôrno da mesma direcção fixa.

A normal MOB descreve um outro cone oblíquo cuja directriz é o círculo descrito por B.

Ainda

$$OF = BF = FC = OG = GG' = GB$$

12. — Podemos levar mais longe o exame das propriedades geométricas das diferentes rectas móveis.

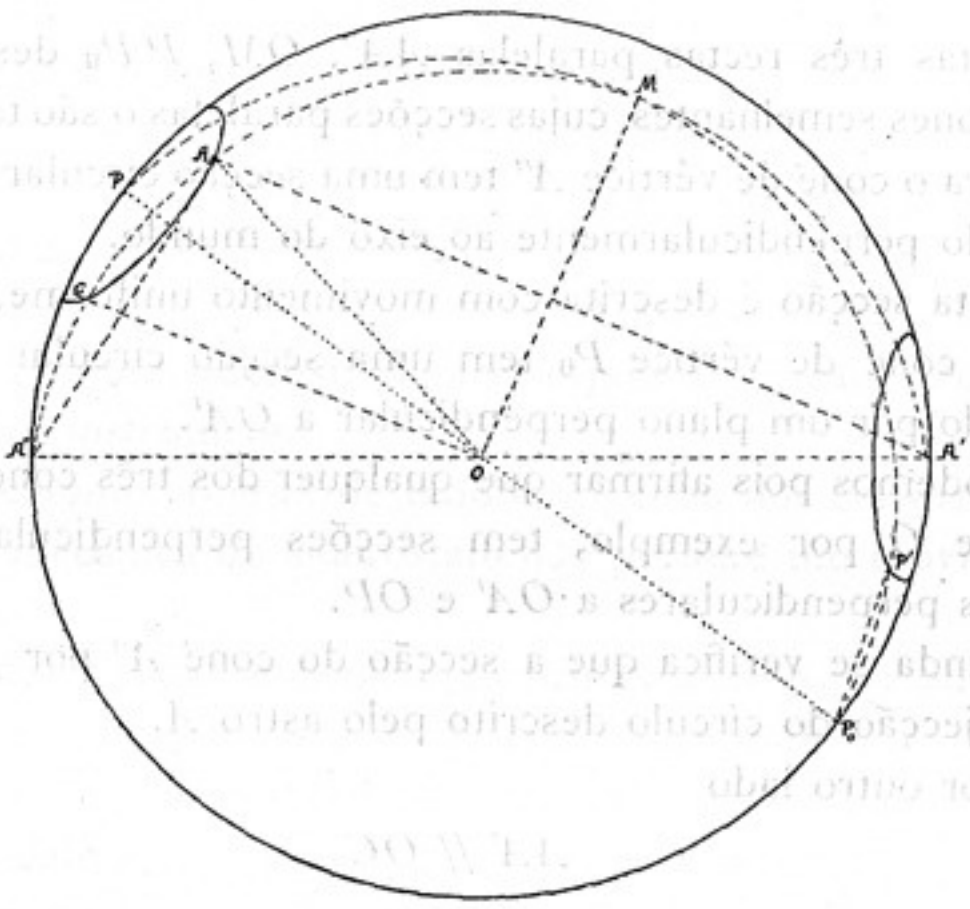


Fig. 10

Suponhamos, Fig. 10, o centro do espelho O no centro da esfera celeste; A' o ponto sôbre o qual se dirige constantemente o raio AO, M o meio do arco AA', P' a imagem do polo

$$PM = MP'$$
$$AP = A'P'$$

A intersecção do espelho com o plano de incidência e reflexão é OC perpendicular a OM e existente neste plano $A'AA''$.

Teremos

$$AA''A' = \frac{1}{2} A\widehat{O}A' = MOA'$$

portanto

$$AA'' \;//\; OM$$

Anàlogamente

$$P_0P' \;//\; OM$$

Estas três rectas paralelas AA'', OM, $P'P_0$ descrevem pois cones semelhantes, cujas secções paralelas o são também.

Ora o cone de vértice A'' tem uma secção circular quando cortado perpendicularmente ao eixo do mundo.

Esta secção é descrita com movimento uniforme.

O cone de vértice P_0 tem uma secção circular quando cortado por um plano perpendicular a OA'.

Podemos pois afirmar que qualquer dos três cones, o de vértice O por exemplo, tem secções perpendiculares em planos perpendiculares a OA' e OP.

Ainda se verifica que a secção do cone A'' por $\perp OA'$ é a projecção do circulo descrito pelo astro A.

Por outro lado

$$AA' \;//\; OC$$

e portanto estas duas rectas geram cones semelhantes com secções semelhantes em planos paralelos.

Enunciaremos pois:

a) A normal ao espelho descreve um cone de 2.ª ordem com duas secções circulares; uma perpendicular à linha dos polos descrita com movimento uniforme; outra, perpendicular ao raio reflectido, descrita com um movimento igual ao do campo do aparelho, movimento que é a projecção estereográfica dum movimento uniforme.

b) A intersecção do espelho com o plano de incidência descreve um cone de 2.ª ordem com duas secções circulares: uma, perpendicular ao eixo do mundo, descrita com movimento uniforme; outra, perpendicular ao raio reflectido.

Pelo que fica exposto se compreende que os construtores podem indiferentemente basearem-se nas propriedades das diferentes rectas que descrevem os cones.

13. — O sideróstato é um aparelho que parecia capaz de fazer progredir imenso a astronomia.

Com efeito, a maior dificuldade na construção de grandes instrumentos não é a das peças ópticas mas sim a da montagem mecânica, principalmente se fôr necessário um deslocamento contínuo de conjunto.

Um refractor horizontal fixo, ou um espectrógrafo combinado com um sideróstato parecia pois a solução ideal para poderosos instrumentos.

No entanto, a-pesar-de todo o engenho dos construtores, a parte mecânica do sideróstato não permite um movimento perfeito.

Ainda os raios reflectidos, principalmente os do Sol, passando perto do chão são fortemente perturbados.

Se se trata duma estrêla a sua imagem, em vez de ser nítida e calma, é difusa e desloca-se sem cessar.

Salta mesmo, por vezes, não sendo raros os deslocamentos de o,″5.

É pois difícil o isolamento duma estrêla sôbre a fenda dum espectrógrafo.

O maior inconveniente porém é que rodando o campo do sideróstato, êste aparelho não tem o rigor preciso para a fotografia celeste.

É certo que vários astrónomos (Turner, Plummer e Lippmann, principalmente) indicaram diversos dispositivos para compensar a rotação do campo, fazendo girar a chapa fotográfica anàlogamente.

A-pesar-da perfeição teórica de todos os métodos nunca se conseguiu uma sincronização perfeita.

Num equatorial faz-se a rectificação da marcha por um

«controle» visual, conservando a estrela no cruzamento de dois fios.

No sideróstato as irregularidades de movimento deviam ser corrigidas para duas estrêlas o que é pràticamente impossível.

O sideróstato não é pois um instrumento que se deva empregar para trabalhos rigorosos que exigem grandes intervalos de tempo, mas, muitas vezes, os astrónomos não têm outro meio de observação.

III. — O celóstato

14. — Voltemos à Fig. 9.

Suponhamos que a direcção fixa é uma das geratrizes do cone gerado pelo raio luminoso AO (ou CF), isto é, uma das direcções que os próprios raios tomam no seu movimento de rotação.

Nesta hipótese o ângulo que $A'F$ faz com o eixo é

$$p' = \pi - p$$

e no meridiano

$$\varphi = p$$

É o caso (§§ 5, 7) em que o céu nos aparece imóvel.

Poderemos então chamar ao aparelho um *celóstato*.

A Fig. 11 mostra-nos que o eixo será a diagonal do losango $OFBG$ e portanto é perpendicular à haste OB.

Por outras palavras nesta hipótese *o espelho é paralelo ao eixo.*

Ainda, o círculo descrito por B passará por O; a normal OB, sempre nesse plano, girará em tôrno de O com uma velocidade angular metade da do ponto B, isto é, fazendo uma revolução em 48^h.

Bastará pois ligar directamente o espelho ao eixo polar e fazer girar êste com uma velocidade metade da do céu.

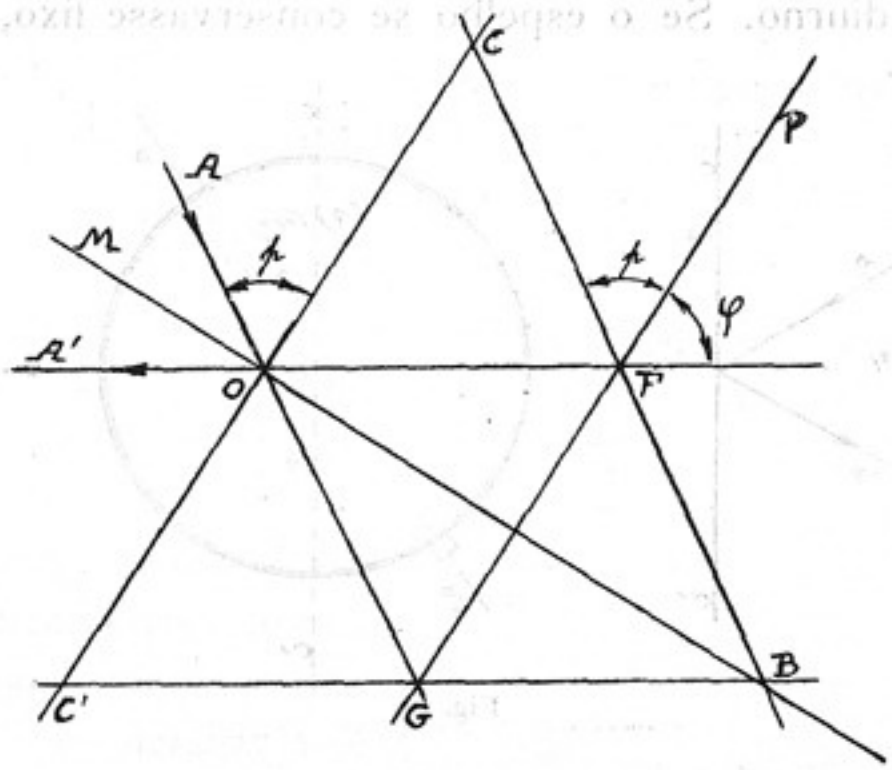


Fig. 11

Tal é o princípio do «helióstato» ideado por August em 1839 e re-inventado várias vezes depois.

15. — Foi depois da re-descoberta de Lippmann em 1895 que o celóstato entrou na prática corrente.

Eis como êste físico francês a apresentou.

Suponhamos um espelho plano girando uniformemente em tôrno dum eixo paralelo à linha dos polos, no mesmo sentido que o astro visado mas com um período duplo.

Suponhamos que se trata duma estrêla; o espelho fará uma revolução completa em 48^h siderais.

Provemos que, então, a imagem do astro se conserva fixa.

Seja, Fig. 12, POP_0 o eixo do espelho. Os ângulos que fazem no espaço o raio incidente AO e o prolongamento OA'' do raio visual com o eixo são iguais porque o espelho é um plano de simetria.

Êste ângulo é constante pois é a distância polar p do astro. O círculo horário AOP gira com a velocidade do movimento diurno. Se o espelho se conservasse fixo, o plano

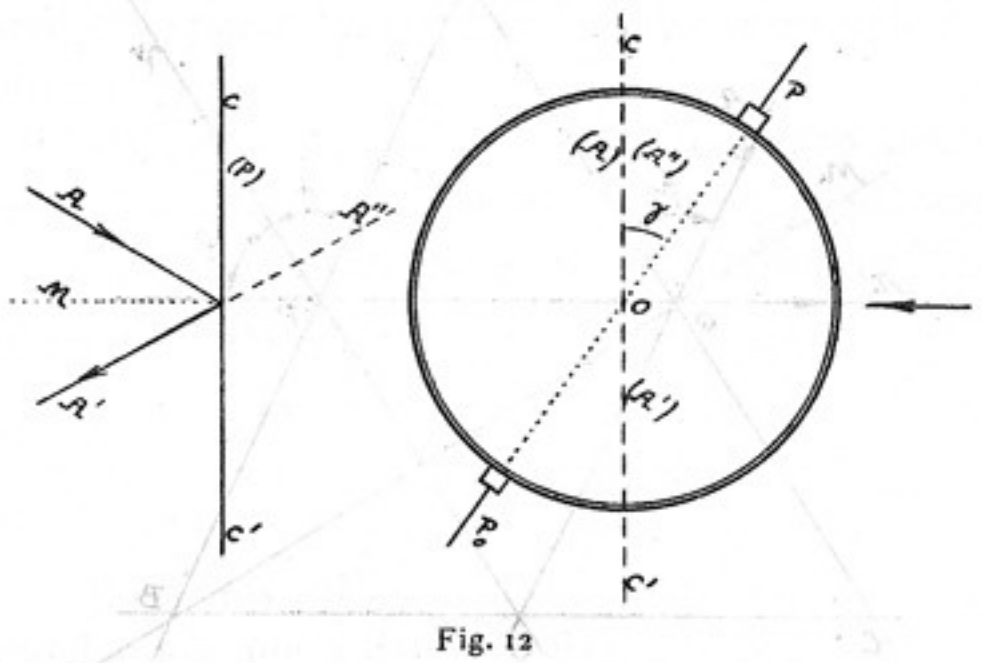


Fig. 12

de incidência (cujo traço na esfera é o arco AMA') mudaria e também mudaria a direcção de reflexão. Para que esta seja fixa basta, como sabemos da óptica, que o espelho se desloque sempre de metade.

16. — Preferimos a seguinte demonstração do movimento do espelho.

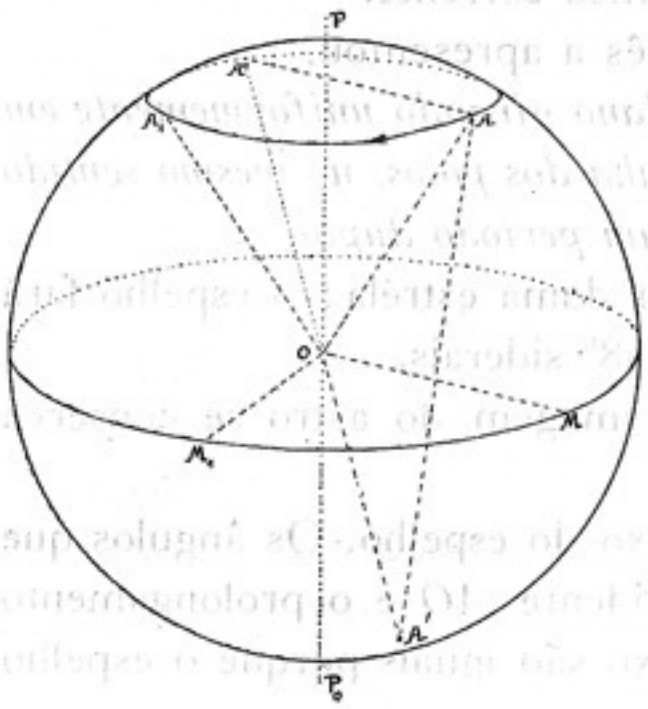


Fig. 13

A normal ao espelho descreve o equador celeste.

Seja, Fig. 13, OA' a direcção fixa do raio reflectido.

O simétrico A'' de A em relação ao centro está, como vimos no paralelo de A.

$$OM \,//\, AA''$$

Quando o astro A gira até A_1 a corda $A''A$, e portanto a normal, roda dum ângulo de metade.

17. — O espelho do sideróstato pode girar livremente em tôrno dum ponto; o do celóstato não tem tanta liberdade de movimentos pois é obrigado a girar em tôrno dum eixo.

Sob o ponto de vista mecânico é mais fácil êste movimento mas sendo êle mais restrito tem vários inconvenientes.

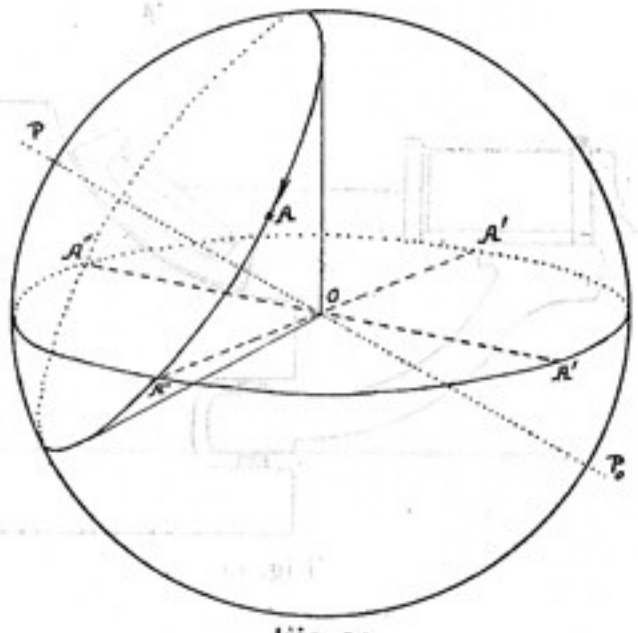


Fig. 14

Um dêles é a impossibilidade prática de visar astros pertó do polo porque então o ângulo de incidência é muito grande e as imagens não são, por isso, perfeitas.

Outro, é que nem todos os astros se podem abservar numa direcção horizontal pois nem todos os cones de raios luminosos têm geratrizes horizontais.

É preciso que a distância polar do astro não seja inferior à latitude.

Desde que

$$p > \varphi$$

há, como mostra a Fig. 14 duas direcções em que se pode colocar horizontal a luneta ou o espectrógrafo. São as que correspondem ao nascimento e ao acaso do astro.

Na prática coloca-se o instrumento numa ou noutra destas direcções conforme a posição do astro, de forma a evitar sempre os grandes ângulos de incidência.

Para servir a várias declinações pode-se colocar o celós-

tato no centro dum carril circular sôbre o qual se desloca o o instrumento de observação.

Era o dispositivo empregado diàriamente para o Sol, até há uns vinte anos.

É ainda, o princípio do «equatorial-horizontal» proposto por Bigourdan em 1905.

Êste aparelho, Fig. 15, seria formado por um espelho móvel e uma luneta orientável em diferentes azimutes.

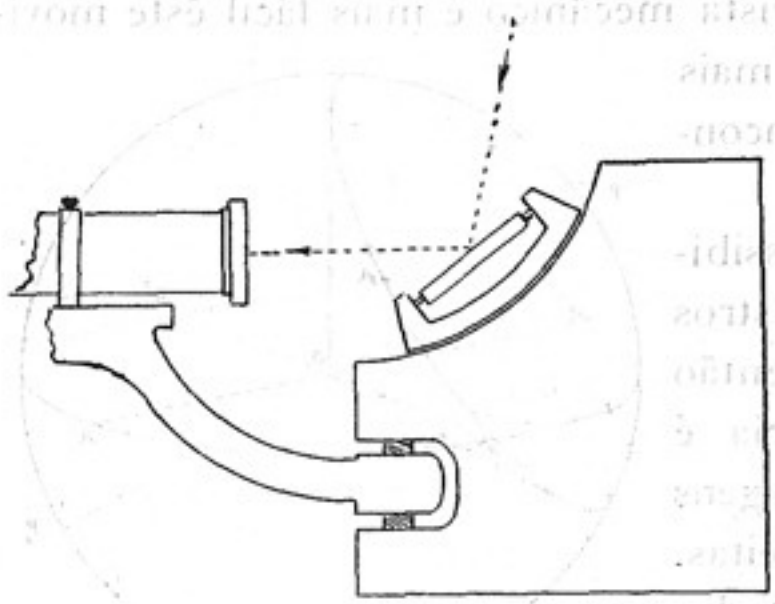


Fig. 15

O espelho podia também inclinar-se mais ou menos e assim ser o instrumento aplicável a diferentes latitudes.

Uma das vantagens de tal combinação é que o único órgão móvel era o espelho que tendo fraco pêso exigia um motor de fácil regulação.

Ainda, a flexão era pràticamente desprezível.

18. — O ângulo de incidência i dos raios sôbre o espelho é mínimo quando o astro está no mesmo círculo horário que a direcção OA' onde se coloca a objectiva. É o que mostra a Fig. 13.

Vejamos como varia i com a posição de A.

Consideremos (Figs. 13 e 16) o triângulo PAA' e a sua mediana PM.

Teremos:

$$PA = p = 90 - \delta$$
$$PA' = p' = 180 - p$$
$$AM = MA' = i$$
$$PM = 90^{\circ}$$

Representando por H o ângulo horário $A'PA$ contado a a partir do círculo horário da objectiva po-demos ainda escrever

$$A'PM = MPA = \frac{1}{2} H$$

e portanto

$$\cos i = \cos \delta \cos \frac{1}{2} H \quad (1)$$

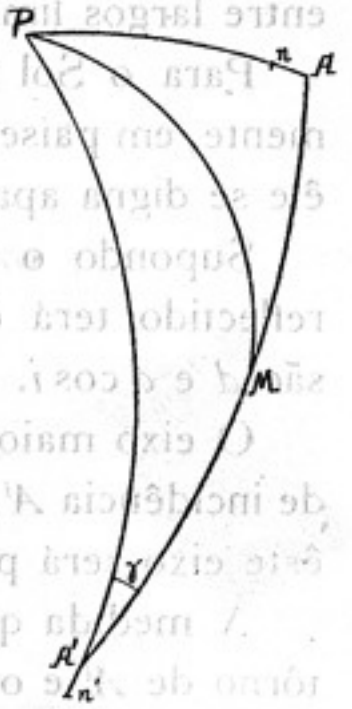


Fig. 16

Desta expressão se deduz o seguinte quadro dos valores de i, em graus:

δ \ H	0h	1h	2h	3h	4h
0°	0,0	7,5	15,0	22,5	30,0
10°	10,0	12,4	18,0	21,5	31,5
20°	20,0	21,3	24,8	29,7	35,5
30°	30,0	30,8	33,2	36,9	41,6
40°	40,0	40,6	42,3	44,1	48,6
50°	50,0	50,3	51,6	53,0	56,2

Êle põe em evidência um dos grandes defeitos do celóstato: como i varia ràpidamente (principalmente a baixas

declinações) o volume do feixe cilíndrico reflectido é variável entre largos limites.

Para o Sol seria preferível que $i < 24^{\circ}$, mas, evidentemente, em países de mau clima observa-se o astro... quando êle se digna aparecer...

Supondo o espelho circular, de diâmetro d, o cilindro reflectido terá como secção recta uma elipse cujos eixos são d e $d \cos i$.

O eixo maior da elipse é sempre perpendicular ao plano de incidência $A'MA$. Quando A está no círculo horário de A' êste eixo será perpendicular ao eixo polar.

À medida que H varia, o plano de incidência roda em tôrno de A' e o eixo maior vai rodando dum ângulo γ, contado a partir desta posição horizontal, que é igual a

$$\widehat{PA'A},$$

isto é,

$$\operatorname{tg} \gamma = \operatorname{tg} \frac{1}{2} H \operatorname{cosec} \delta$$

Esta fórmula permite calcular γ para todos os valores de H e δ e portanto no instante dum eclipse em que há vantagem em colocar paralelo ao diâmetro maior da elipse a maior abertura dos tubos não circulares de alguns instrumentos.

19. — A mesma Fig. 16 mostra que o ângulo em A do triângulo PAM é sempre suplementar do ângulo em A' do PMA' e assim um ponto n do círculo horário de A tem sempre a sua imagem sôbre o círculo horário de A'. Por outras palavras, o celóstato transforma círculos horários em círculos horários.

20. — Quando se quere instalar uma luneta não devemos aproximá-la tanto que o tubo impessa todo o feixe incidente

de chegar ao espelho, quere dizer (Fig. 17), a distância D deve ser superior a

$$D_0 = \frac{1}{2} d \operatorname{cotg} i$$

Na prática dos eclipses esta distância é de 1^m.

O celóstato deve estar o mais fixo possível, mesmo em instalações provisórias onde o pilar pode ser substituído pelas próprias caixas do instrumento, cheias de areia e pedras e repousando sôbre madeiros nivelados.

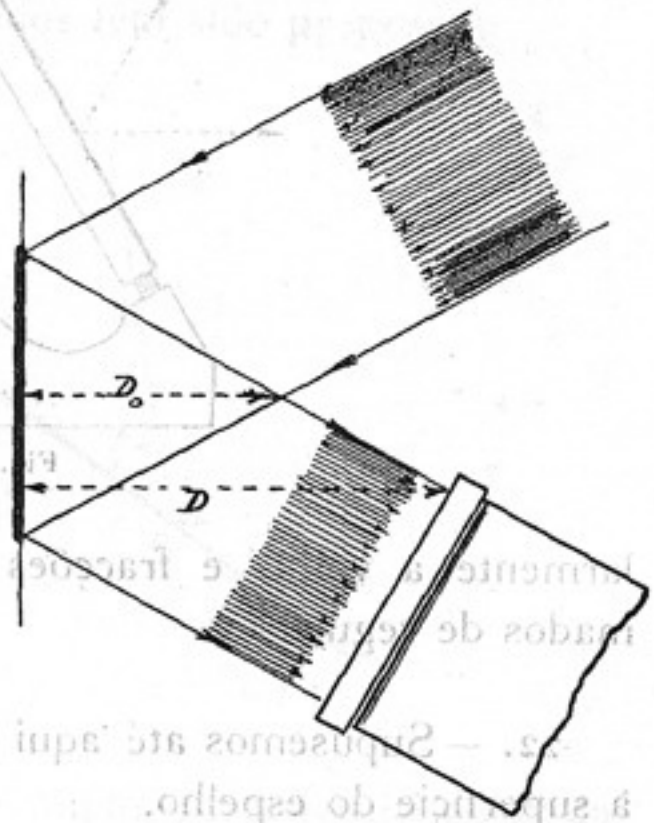


Fig. 17

Neste caso a deformação da madeira sôb o pêso do instrumento pode ocasionar desvios do eixo duns 3′ ao fim duma semana, o que não é importante.

A instalação da relojoaria no mesmo pilar não produz vibrações no espelho quando as fundações são boas, mas deve ser afastada sempre que o pilar não seja estável.

A luneta não precisa de ser tão fixa. Basta que não se desajuste quando se mexe no «chassis».

21. — Para instalar o eixo dum celóstato paralelo à linha dos polos a mais das vezes adapta-se-lhe um teodolito, como mostra a Fig. 18, e procede-se como se se tratasse do eixo polar dum equatorial.

Existem outros métodos, alguns dos quais fotográficos. Estes pretendem ser mais rigorosos.

É preciso porém não perder de vista que as grandes massas dos instrumentos astronómicos não obdecem regu-

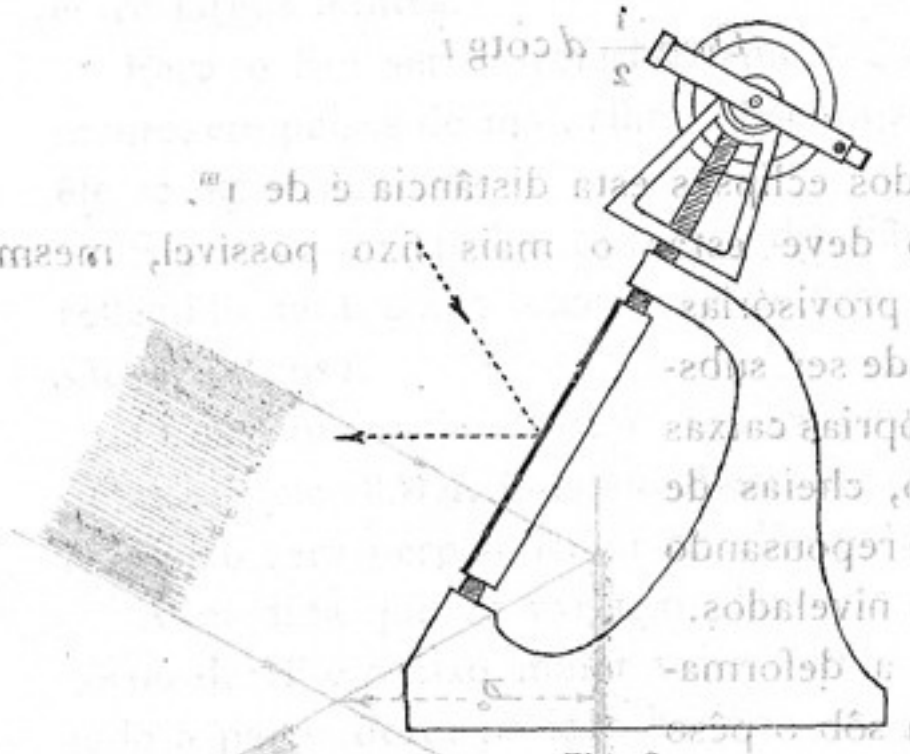


Fig. 18

larmente a voltas e fracções de volta dos parafusos chamados de regulação.

22. — Supusemos até aqui que o eixo polar era paralelo à superfície do espelho.

Se tal não suceder o raio reflectido OA' não será fixo.

O Prof. Turner provou (M.N — LVI págs. 419 e seg.) que então o ponto A' descreverá sôbre a esfere celeste uma curva fechada cuja projecção sôbre o plano tangente em P_0 é um limação de Pascal cujo polo seria a projecção do ponto A' quando se dá o paralelismo ($\psi = 0$).

A projecção desta curva sôbre um plano tangente em A' (plano que faz um ângulo p com o plano tangente em P_0) poderá ser considerada como uma elipse cujos eixos são

$$2 \operatorname{sen} 2\psi \quad \text{e} \quad 2 \cos p \operatorname{sen} 2\psi$$

Quere dizer, o efeito visível dum ângulo ψ entre o eixo e

o espelho será que a imagem duma estrêla descreverá no campo (ou sôbre a chapa) uma pequena elipse cujo eixo menor é perpendicular ao eixo polar e tem por valor aproximado $4\psi \operatorname{sen} \delta$ e cujo eixo maior é, sensìvelmente 4ψ.

23. — Para verificar o paralelismo do espelho com o eixo, suposto instalado, vários métodos têm sido propostos.

O melhor talvez seja pelas próprias observações.

Indicaremos no entanto o seguinte:

Se o espelho estivesse paralelo ao eixo, quando uma estrêla brilhante passasse no mediriano de *O* (Fig. 19), o ângulo $\varkappa$ formado num ponto *L* dêsse meridiano pelo raio vindo da estrêla e pelo reflectido é duplo da distância polar da estrêla

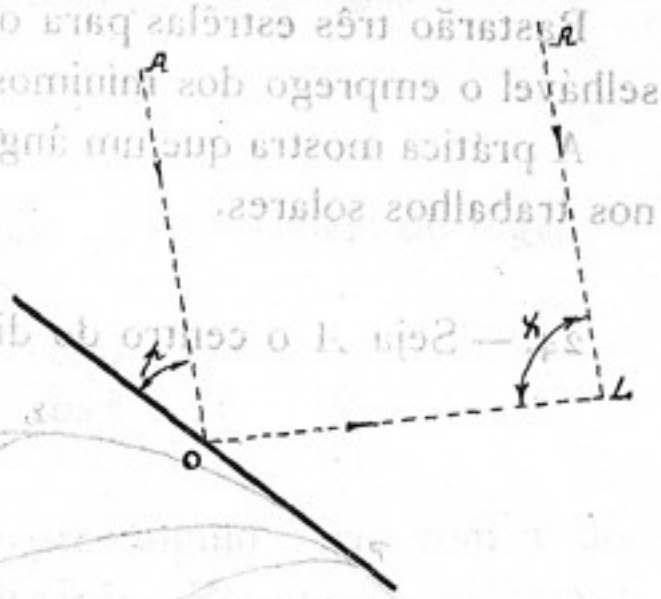


Fig. 19

$$\varkappa = 2p$$

Se o espelho não é paralelo ao eixo e a sua normal tem uma declinação positiva ψ será

$$\varkappa = 2\,(p + \psi)$$

O ângulo $\varkappa$ pode ser dado por um sextante.

Por êste mesmo método podemos instalar o próprio eixo polar sem auxílio de teodolito.

O ângulo ψ deduzido de $\varkappa$ é então devido não só ao não paralelismo ψ' mas ao deslocamento do eixo do celóstato.

Se forem x e y as coordenadas rectangulares do traço dêste eixo no céu, teremos

$$\psi = x \operatorname{sen} H + y \cos H + \psi'$$

onde H é o ângulo horário da estrêla. Se fôr α a sua ascenção recta o tempo sideral da observação será $\alpha \pm H$.

Bastarão três estrêlas para obtermos x, y, ψ mas é aconselhável o emprego dos mínimos quadrados.

A prática mostra que um ângulo $\psi = 4'$ não tem influência nos trabalhos solares.

24. — Seja A o centro do disco solar, O o centro da esfera celeste e do espelho, $A'A''$ a direcção horizontal de observação (Fig. 20).

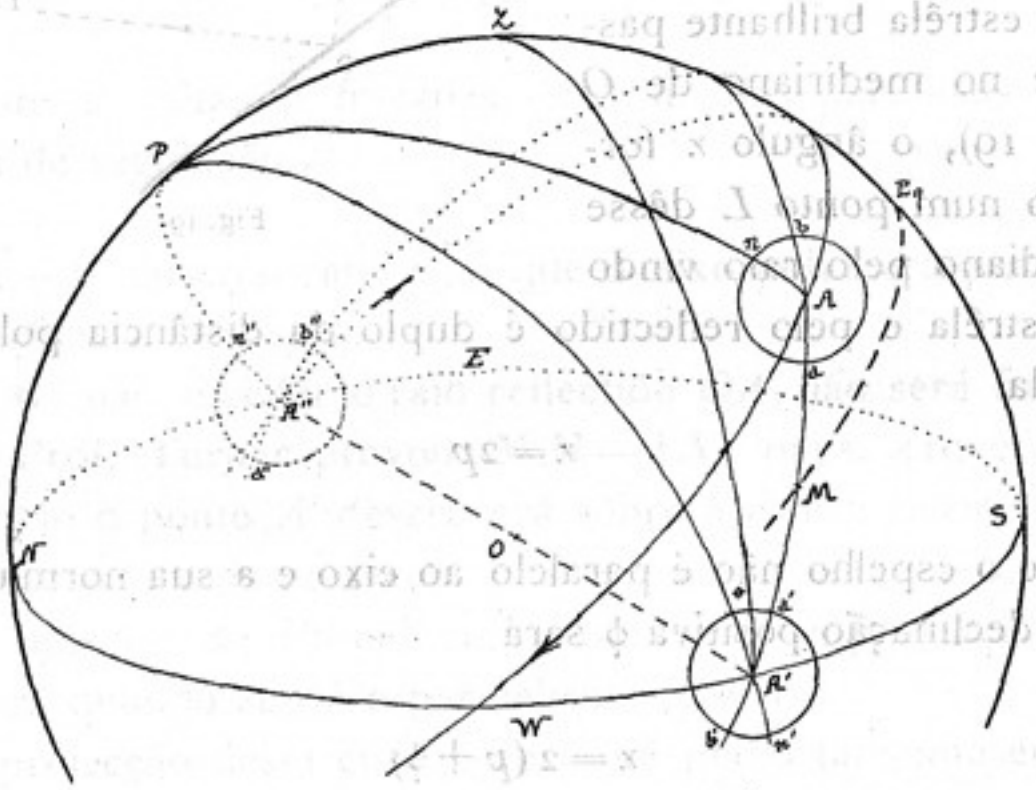


Fig. 20

$A'AA''$ será o plano de incidência que à medida que A avança vai rodando em tôrno de $A'A''$ fazendo com o círculo horário da objectiva $A'PA''$ o ângulo γ deduzido atrás.

A verdadeira imagem do disco de centro A é o de centro A'' por trás do espelho.

Através uma objectiva esta imagem aparecer-nos-á semelhante à figura de centro A'.

Os pontos a e b do plano de incidência dão imagens a'', b'', a', b', no mesmo plano.

Como o celóstato transforma o círculo horário de A no de A' o ponto norte do astro, n, será reflectido em n'.

Do triângulo rectilátero $A'ZP$ teremos o ângulo

$$\theta = PA'Z$$

que faz o ponto norte da imagem com a vertical do lugar

$$\cos\theta = \frac{\operatorname{sen}\varphi}{\cos\delta}$$

É conveniente notar que êste ângulo varia com a direcção escolhida para a observação. Por outras palavras: o campo do celóstato não gira com o tempo mas com a direcção OA'.

Particularmente para as duas posições horizontais o ponto n' ocupará (Fig. 21) duas posições simétricas da vertical.

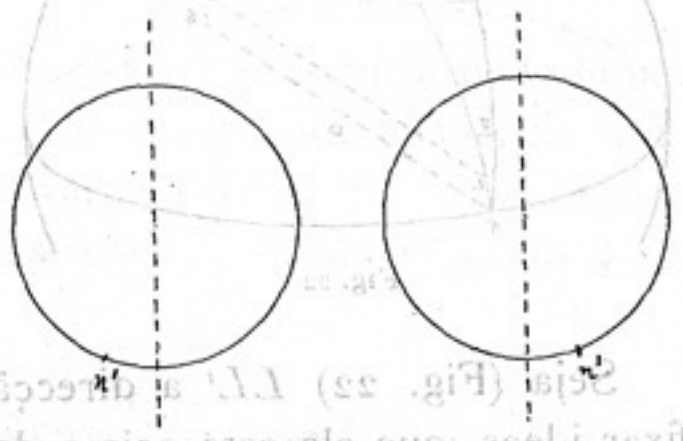


Fig. 21

Com a luneta visada para W (observação do Sol de manhã) êle está à esquerda; visando para E (Sol à tarde, Fig. 20) o mesmo ponto estará à direita, como é fácil de verificar.

IV. — Celóstato com espelho auxiliar

25. — Num Observatório permanente não convém deslocar o instrumento de observação.

Êste deslocamento é, mesmo, impossível quando o instrumento é de certa importância.

Daí a idea de associar ao celóstato um segundo espelho encarregado de dirigir o raio reflectido sempre na mesma direcção.

Na prática corrente a direcção fixa do eixo do instrumento de observação ou é horizontal ou vertical.

Vamos analisar o primeiro caso.

O mais simples seria colocar os dois espelhos no meridiano mas êste dispositivo não é possível com tôdas as declinações pois o segundo espelho pode impedir que os raios incidentes caiam sôbre o celóstato.

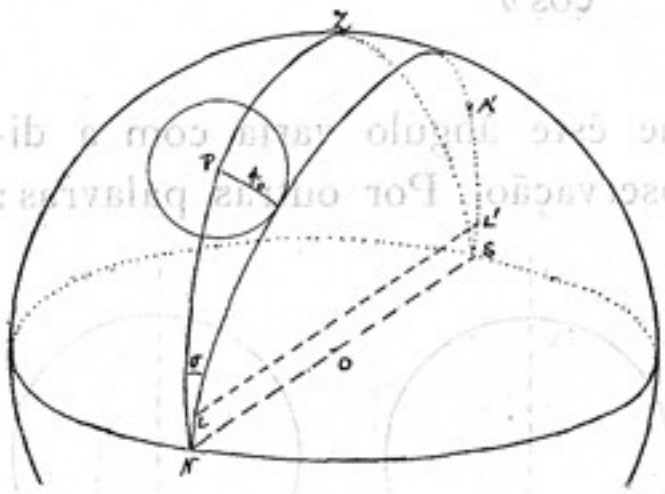


Fig. 22

Então coloca-se o eixo da objectiva da observação paralelo ao meridiano do eixo do celóstato.

Seja (Fig. 22) LL' a direcção fixa e suponhamos, para fixar ideas, que ela está acima do horizonte de O. Seja z a altura dêste eixo.

Se deslocarmos o segundo eixo ao longo de LL' só os raios que forem reflectidos no plano fixo OLL' entrarão na objectiva. Evidentemente que estamos supondo que o segundo espelho gira em tôrno do seu centro (ou, o que é o mesmo, em tôrno de dois eixos perpendiculares) de forma que a normal possa sempre ser levada ao plano OLL'.

Êste plano fará com o meridiano do eixo do celóstato um ângulo σ tal que

$$\operatorname{tg}\sigma = \frac{y}{z}$$

se fôr y a distância do ponto O à projecção horizontal de LL'.

A figura mostra claramente que só podem ser observados os astros cujo paralelo corta o plano fixo, isto é, astros cuja distância polar p

$$p > p_0$$

$$\operatorname{sen} p_0 = \operatorname{sen}\varphi \operatorname{sen}$$

Esta condição não tem grande importância porque, com o eixo LL' acima do horizonte de O só podemos observar astros cuja distância polar é maior que a latitude.

Para observarmos os outros deveríamos colocar LL' abaixo de O.

Notaremos ainda que outra circunstância pode limitar as condições da observação. É o ângulo de incidência que não deve ser excessivo por várias razões. Se for I o seu valor máximo (60° para as estrelas) a fórmula (1) do § 18 dá, aproximadamente

$$\cos\delta \cos\frac{1}{2}H \geq \cos I$$

Esta expressão limita os ângulos horários de observação e mostra que não devem ser visados astros de declinação igual ao ângulo máximo I de incidência.

Evidentemente que em más condições atmosféricas, principalmente quando se trata do Sol, não podemos preocuparmos com esta condição.

26. — Uma vez determinada a inclinação σ do plano fixo, vamos achar a posição, em relação ao vertical do ponto norte n'' da imagem final.

Para isso podemos supor os dois espelhos sucessivamente no centro O e achar as posições de n na primeira imagem e na segunda, como mostra a Fig. 23.

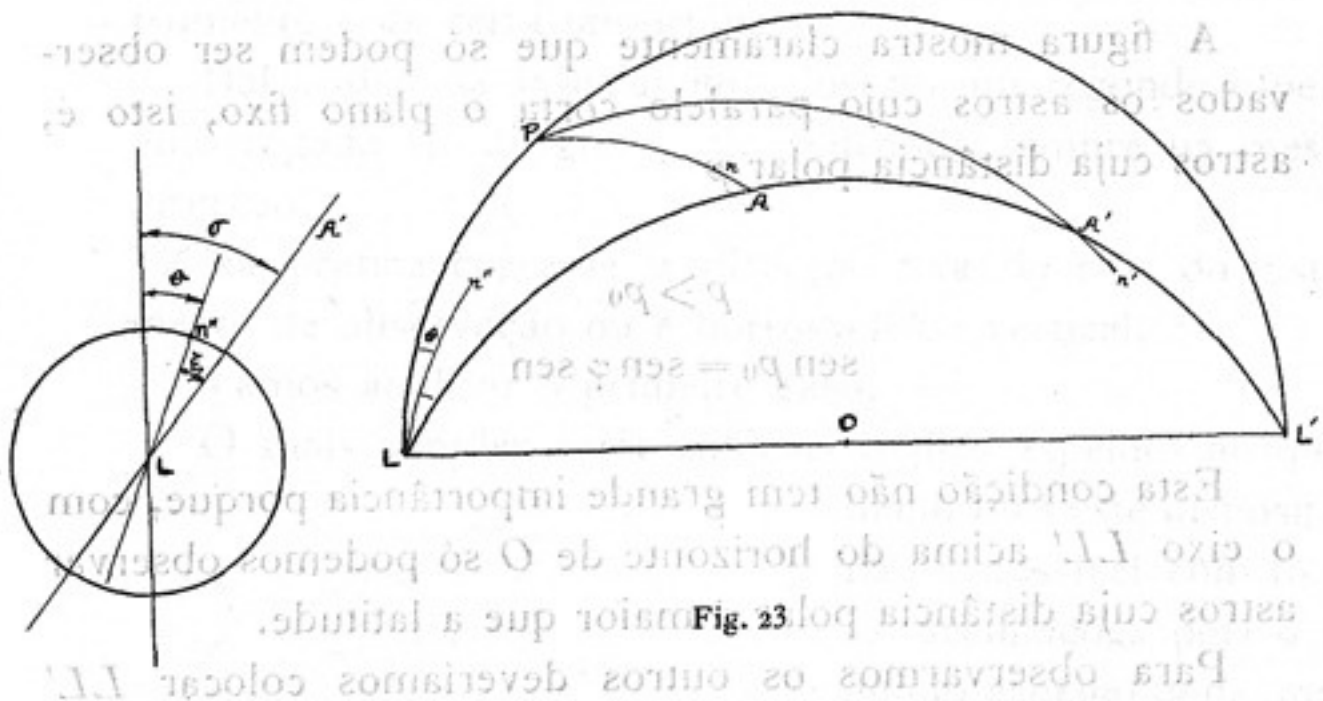


Fig. 23

Obtemos um ângulo θ diferença entre σ e o ângulo em A' do triângulo LPA'.

Será pois

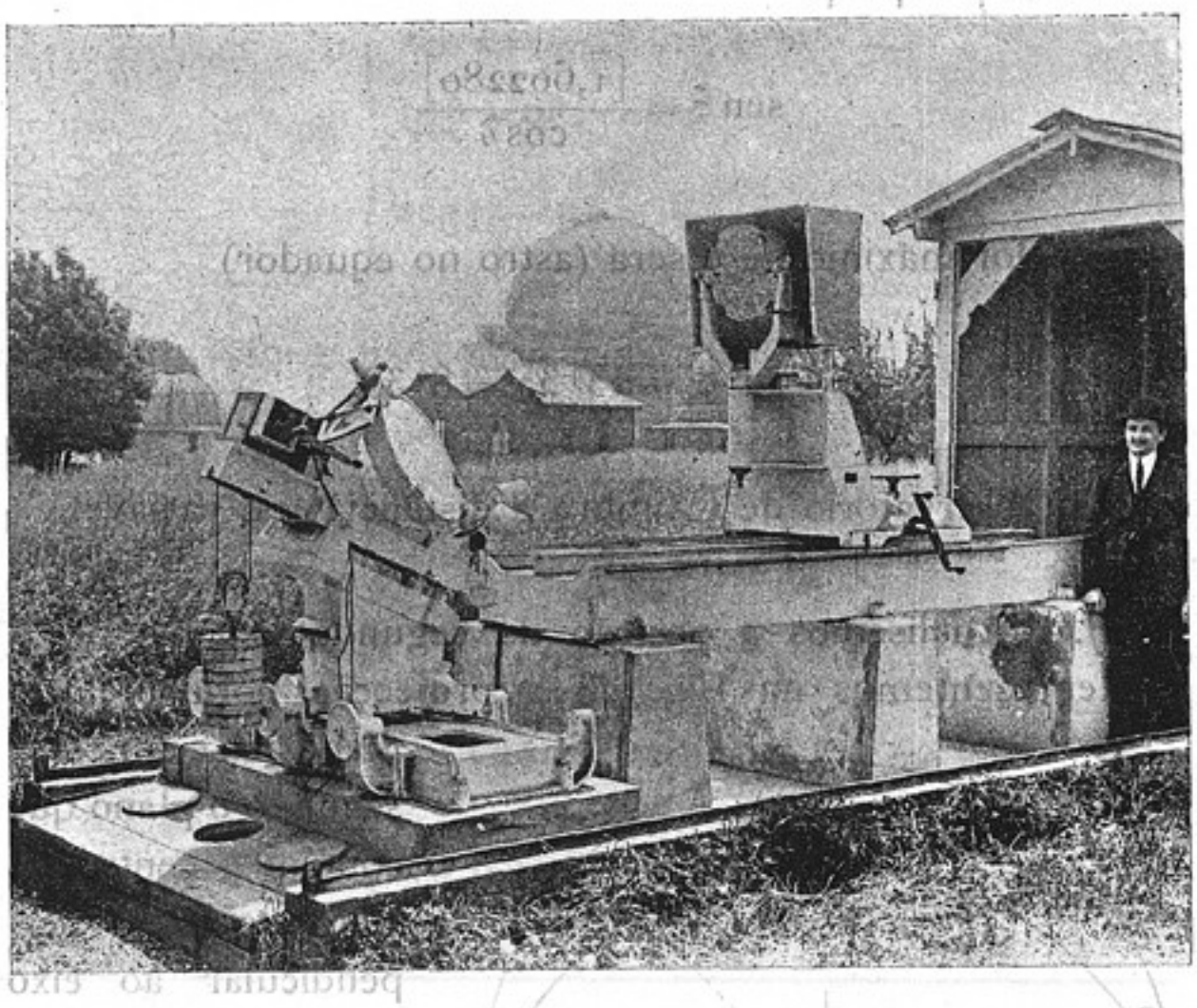
$$\theta = \sigma - \xi$$

$$\operatorname{sen} \xi = \frac{\operatorname{sen} \varphi \operatorname{sen} \sigma}{\cos \delta}$$

Na prática corrente o celóstato pode ocupar diferentes posições em relação ao eixo LL' (Fig. 24), donde diferentes valores de σ, de ξ e portanto de θ.

As posições simétricas do plano fixo, em relação ao meridiano (para a mesma declinação, com o mesmo γ, como por exemplo a observação do Sol de manhã e à tarde do mesmo dia) corresponderão posições simétricas do ponto n'', em relação ao vertical.

No Observatório de Meudon o celóstato (Fot. 2 e Fig. 24)



Fot. 2 — O celóstato do Observatório de Meudon

só pode ocupar três posições: uma no próprio meridiano

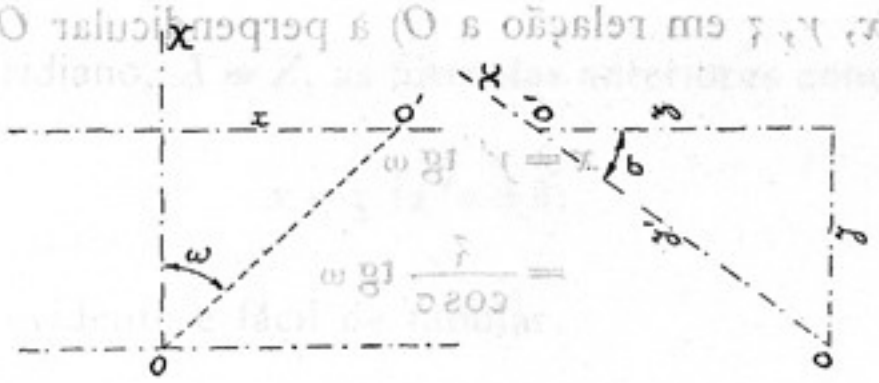


Fig. 24

de LL' ($\sigma = 0$), duas simètricamente dispostas, à distância $\gamma = 50^{cm}$.

Como $z = 79{,}6$ teremos $\sigma = 32^\circ\,8'$.
Como $\varphi = 48^\circ\,48'$

$$\operatorname{sen}\xi = \frac{[\bar{1},602280]}{\cos\delta}$$

O valor máximo de θ será (astro no equador)

$$\theta = 32^\circ\,8' - 23^\circ\,35' = 8^\circ\,33'$$

No Observatório de Coimbra a distância y é variável.

27. — Analisemos a posição do segundo espelho.
Representemos na Fig. 25 a projecção horizontal do plano fixo e um corte segundo o plano que contém o centro do celóstato O e é perpendicular ao eixo $LO'L'$ da objectiva.

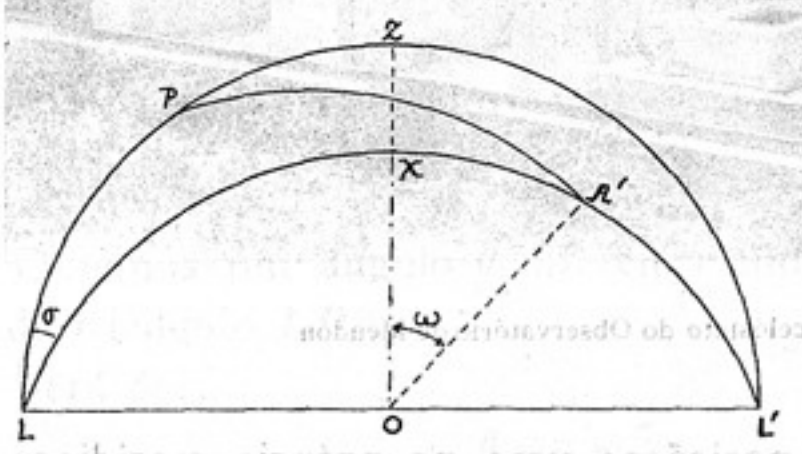


Fig. 25

A distância x do centro do segundo espelho O' (de coordenadas x, y, z em relação a O) à perpendicular OX é

$$x = y' \operatorname{tg}\omega$$

$$= \frac{z}{\cos\sigma}\operatorname{tg}\omega$$

O ângulo ω é, como mostra a Fig. 26

$$\omega = \widehat{LA'} - \frac{\pi}{2}$$

Ora LA' é um lado do triângulo PLA', o qual podemos obter por dois ângulos auxiliares α e β tais que

$$\begin{cases} \operatorname{sen}\alpha = \operatorname{sen}\varphi \operatorname{sen}\sigma \\ \operatorname{tg}\beta = \operatorname{tg}\varphi \cos\sigma \\ \operatorname{sen}(\beta-\omega) = -\dfrac{\operatorname{sen}\delta}{\cos\alpha} \end{cases}$$

α e β têm valores fixos para cada σ.

Em Meudon

$$\begin{cases} \operatorname{colog}\cos\alpha = 0{,}037902 \\ \beta = 44^\circ\,3' \end{cases}$$

e portanto

$$\begin{cases} \operatorname{sen}(44^\circ\,3' - \omega) = -[0{,}037902]\operatorname{sen}\delta \\ x = [1{,}973126]\operatorname{tg}\omega \end{cases}$$

Podemos fazer para o Sol uma tabela como se segue:

δ	log sen δ	log sen$(44^\circ\,3' - \omega)$	ω	log tg ω	log x	x
$-23^\circ\,27'$	$\bar{1}{,}599827_n$	$\bar{1}{,}637729$	$18^\circ\,19'$	$\bar{1}{,}519882$	$1{,}493431$	$31{,}15$ cm

No meridiano, $X \equiv Z$, as fórmulas anteriores conduzem a

$$x = z\ \operatorname{tg}(\varphi + \delta)$$

expressão evidente e fácil de tabular.

28. — Nos Observatórios de Arcetri, Mont Wilson e Potsdam, a direcção LL' é vertical. Com o que fica dito não será difícil estabelecer a respectiva teoria.

BIBLIOGRAFIA DOS TRÊS PRIMEIROS CAPÍTULOS

M. N. — 1896 — LVI — págs. 408, 456; 1897 — LVII — 101; 1901 — LXI — 123, 402, 459; 1905 — LXV — 487.
Phil. Trans. — 1896. A — págs. 298 e passim.
J. Phys — 1900 — 249; 1901 — 415.
B. A. — 1884 — *pág. 153*; 1900 — 49; 1905 — 80; 1906 — 291.
Nat. — 1900 — LXII — pág. 428.
Obs. — 1895 — págs. 301, 319, 348; 1896 — 69, 201; 1903 — 469.
Ap. J. — 1900 — pág. 148.
C. R. — 1900 — CXXX — pág, 537; 1901 — CXXXII — págs. 931, 1013.
J. B. A. A. — 1900 — X — pág. 215, 264.
Pub. A. S. P. — 1895 — VII — pág. 293.

(No artigo do B. A. — 1884 indicada bibliografia desde 1720 até êste ano; no de B. A. — 1905 referência a *Journal des Savants* 1682 págs. 231; no J. B. A. A. indicação dum artigo em Phil. Trans. 1889, pág. 291).

F. DE P. LEITE PINTO.

TRATAMENTO MÉDICO DA ÚLCERA GASTRO-DUODENAL (1)

XVII. — J. C., de 37 anos de idade, serviçal, natural de Mateus (Vila Real).

Entrada em 21/III/931. Saída em 27/V/931.

Diagnóstico. — Úlcera do duodeno.

Há já alguns anos que depois das refeições sente pirosis, que combate tomando bicarbonato de sódio. A princípio não tinha dores nem vómitos; agora há cêrca de meio ano tem de vez em quando dores violentas, 3 ou 4 horas depois das refeições, principalmente depois da refeição da noite, e vómitos alimentares e mucosos.

Peso à entrada 41 quilogramas. Peso à saída 42 quilogramas.

Quimismo gástrico: 1.º exame em 23/IV/932:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum.....	—	—	0,365	0,365
1.ª amostra.....	0,511	0,073	0,438	1,022
2.ª »	1,095	0,073	0,438	1,608
3.ª »	0,876	0,073	0,438	1,387
4.ª »	1,280	0,912	0,456	2,648

(1) Cont. do n.º 2, pág. 223.

Em 26/V/932:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum.	0,128	0,073	0,355	0,555
1.ª amostra.....	0,498	0,073	0,429	1,000
2.ª »	1,083	0,073	0,429	1,585
3.ª »	0,874	0,073	0,429	1,376
4.ª »	1,128	0,073	0,429	1,630

Exames coprológicos. Em 22/IV/932. — As fezes continham sangue; em 25/V/932 não se encontrou sangue nas fezes.

Exames radiológicos: 1.º em 24/IV/932. — Perfeita regularidade dos contôrnos gástricos; antro pilórico bem arredondado, pequeno, com o piloro inteiramente permeável. Peristaltismo de boa intensidade, condicionando uma fácil passagem da substância opaca através do piloro. O bolbo duodenal apresenta-se irregular e deformado, pouco impregnado do lado da grande curvatura, com um certo grau de descentramento do piloro. A segunda porção do duodeno mostra na sua parte média uma curvatura anormal mas os seus contornos são mais ou menos regulares. O duodeno tinha também uma permeabilidade normal. Dor viva e bem localizada ao bolbo duodenal. Seis horas depois havia uma pequena estase gástrica.

2.º Exame em 24/VI/932 — (depois de uma série de injecções de pepsina). Perfeita regularidade dos contornos gástricos; antro pilórico bem arredondado, pouco volumoso, tendo o piloro uma permeabilidade reduzida, opondo uma certa resistência à passagem da substância opaca. O bolbo duodenal, mostra-se da mesma forma deformado e irregular, mal impregnado como se observava no exame anterior. A

segunda porção do duodeno também está irregular nos seus contornos. Ausência de dor expontânea ou provocada em qualquer ponto do estômago ou do duodeno.

Pequena estase gástrica.

A-pesar-da persistência, e até possível agravamento dos sinais radiológicos, é de notar o facto de terem desaparecido logo após a 1.ª série das injecções as dores, vómitos e pirosis. O doente teve alta e esteve um ano e meio sem sentir qualquer sofrimento, porém nos fins de Dezembro de 1932, reapareceram as dores e a pirosis, motivo porque recolheu ao Hospital.

Feito um exame radiológico em 2/I/933, verificou-se que o estômago era radiolòġicamente normal, fazendo estase de 1/3 por piloro-espasmo, consecutivo a um processo ulcerativo, de face, do bolbo duodenal.

Instituído de novo o tratamento pela gastropsina em breve desapareceu a sintomatologia subjectiva.

XVIII. — A. A. C. de 26 anos, jornaleiro, natural da Cunha Baixa (Mangualde).

Entrada em 26/I/933. Saída em 17/III/933.

Diagnóstico. — Ulcera do duodeno.

Já há 3 anos que vem sofrendo do estômago, sentindo dores que por vezes se fazem acompanhar de vómitos. Por êste motivo já esteve hospitalizado há 3 anos tendo melhorado bastante com o tratamento pelo bismuto e poção de Bourget.

Actualmente tem pirosis e sialorreia intensa e uma dor que não sendo muito intensa constitui como que um «moedoiro» na expressão do doente. Tem vómitos alimentares e em jejum vomita por vezes bilis.

Peso à entrada 55 quilogramas. Peso à saída 58 quilogramas.

Fórmula hemo-leucocitária: — Em 1/II/933. Hem. 100.

Glob. vermelhos 4.864.000. Glob. brancos 7.000. Pol. neut. 64 %. Linf. 22,5 %. G. mon. 4,6 %. Eos. 8,2 %.

Quimismo gástrico em 2/II/933:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum.....	1,387	0,073	0,511	1,917
1.ª amostra.....	2,336	0,073	0,365	2,774
2.ª »	2,482	0,073	0,438	2,993
3.ª »	1,460	0,073	0,365	1,898
4.ª »	1,679	0,073	0,365	2,117

Tôdas as amostras têm sangue.

Exames radiológicos: 1.º em 25/I/933. — Do exame radiológico feito ao estômago e duodeno, conclui-se que havia um processo ulcerativo crónico do bolbo duodenal, e um certo alongamento vertical do estômago. Mobilidade gástrica normal. Orto-kinesia.

Instituído o tratamento pela pepsina o doente deixou de ter dores, pirosis e vómitos; no entanto, como se verifica pelo 1.º exame radiológico, o seu processo ulcerativo não melhorou.

2.º Exame radiológico em 7/III/933. — Estômago vertical, alongado, muito dilatado, uniformemente largo, com pequena câmara de ar, e o polo inferior muito volumoso, situado três dedos abaixo da linha das cristas ilíacas. A substância opaca acumulava-se tôda no polo inferior, estando o piloro completamente fechado. O antro pilorico está muito dilatado. O estômago mantém-se silencioso durante o tempo da observação. Seis horas depois estase gástrica igual a ¾ da papa ingerida.

É interessante o facto dêste doente fazer uma grande estase sem qualquer sintomatologia clínica.

Esta estase radiológica foi confirmada por uma sondagem gástrica.

O doente foi transferido para Cirurgia.

XIX. — A. L. de 40 anos de idade, jornaleiro, natural de Cubos (Mangualde).

Entrada em 26/I/933. Saída em 11/IV/933.

Diagnóstico. — Úlcera do duodeno.

Começou a sofrer do estômago há mais de um ano, sentindo dores pouco intensas.

Há meses, as dores, que surgem 3 a 4 horas depois das refeições tornaram-se muito intensas e apareceram vómitos alimentares.

Na altura do Natal teve uma hematemese e melena, facto que o levou a hospitalizar-se. Tem pirosis intensas.

Pêso à entrada, 55 quilogramas. Pêso à saída, 57 quilogramas.

Fórmula hemo-leucocitária em 16/I/933: — Hem. 100. Glob. verm. 5.000.000. Glob. brancos 10.800. Pol. neut. 59,7 %. Linf. 29,3 %. G. mon. 6 %. Eos. 5 %.

Quimismo gástrico em 11/II/933:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰	Volume
Jejum.....	1,679	0,073	0,365	2,117	78
1.ª amostra ..	2,774	0,073	0,292	3,139	70
2.ª » ..	2,993	0,073	0,292	3,358	86
3.ª » ...	2,263	0,073	0,292	2,628	42
4.ª » ...	2,874	0,073	0,292	3,212	30

Tôdas as amostras contêm sangue.

Exames radiológicos: 1.º em 30/I/933. — Revelou a exis-

tência de um processo ulcerativo do bolbo em franca actividade.

2.º Exame em 7/III/933: — Bolbo duodenal deformado, irregular, com enorme descentramento do piloro, formando como que um grande divertículo na grande curvatura do bolbo; a pequena curvatura não está aparente.

A evacuação da substância opaca fazia-se ràpidamente, sendo profundas as ondas de contração.

Mobilidade gástrica normal. Ausência de dor no estômago ou no duodeno.

Cinco horas depois não havia estase gástrica nem duodenal.

Conclusões. — Úlcera crónica do bolbo duodenal, possìvelmente num período de acalmia.

No espaço compreendido entre estes dois exames já tinham desaparecido totalmente todos os sintomas de que o doente era portador. Não teve mais qualquer dor ou vómito.

XX. — J. M. C. de 36 anos de idade, jornaleiro, natural de Souto da Casa (Fundão).

Entrada em 8/III/932. Saída em 20/IV/932.

Diagnóstico. — Úlcera do duodeno.

Dores gástricas intensas, vómitos alimentares e vómitos de estases.

Pirosis e sialorreia. Nunca teve hematemeses nem melena.

Pêso à entrada, 56 quilogramas. Pêso à saída, 56^{kg}.,500.

Fórmula hemo-leucocitária em 17/III/932: — Hem. 100. Glob. vermelhos 4.400.000. Glob. brancos 9.400. Pol. neut. 55,5 %. Linf. 36,2 %. G. mon. 5,4 %. Eos. 2,9 %.

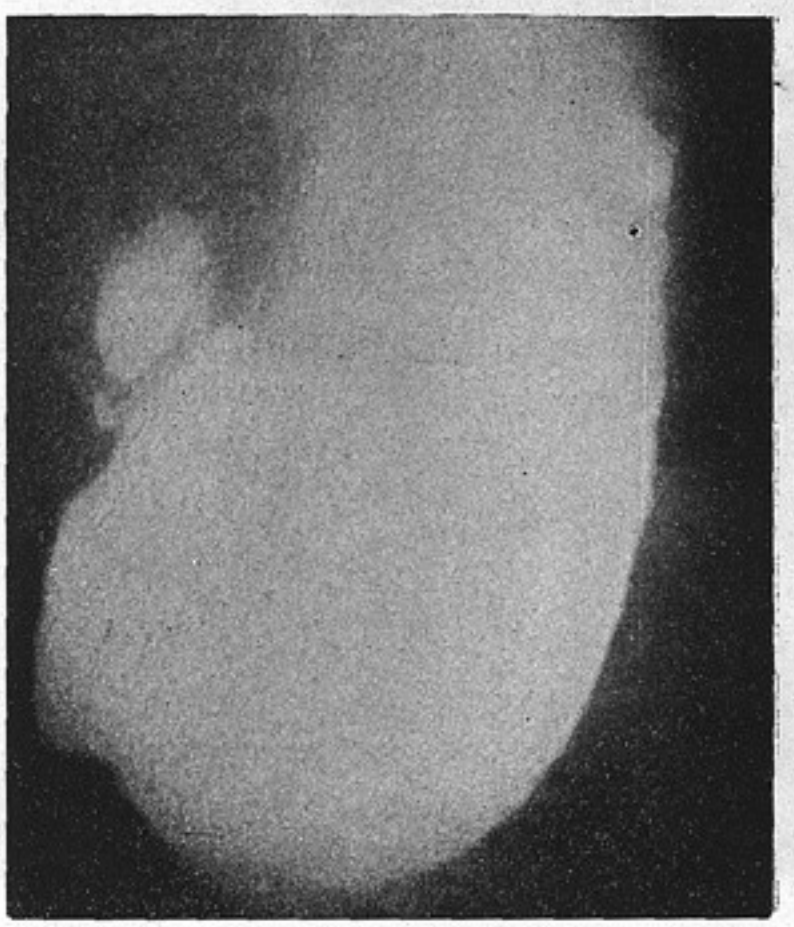
Em 17/IV/932: — Hem. 100. Glob. vermelhos 4.928.000. Glob. brancos 6.200. Pol. neut. 56,2 %. Linf. 31,4 %. G. mon. 5,2 %. Eos. 7,2 %.

Fig. 1



J. M. — Obs. n.º I. 24-XI-1031

Fig. 2



J. M. — Obs. n.º I. 21-XII-1931

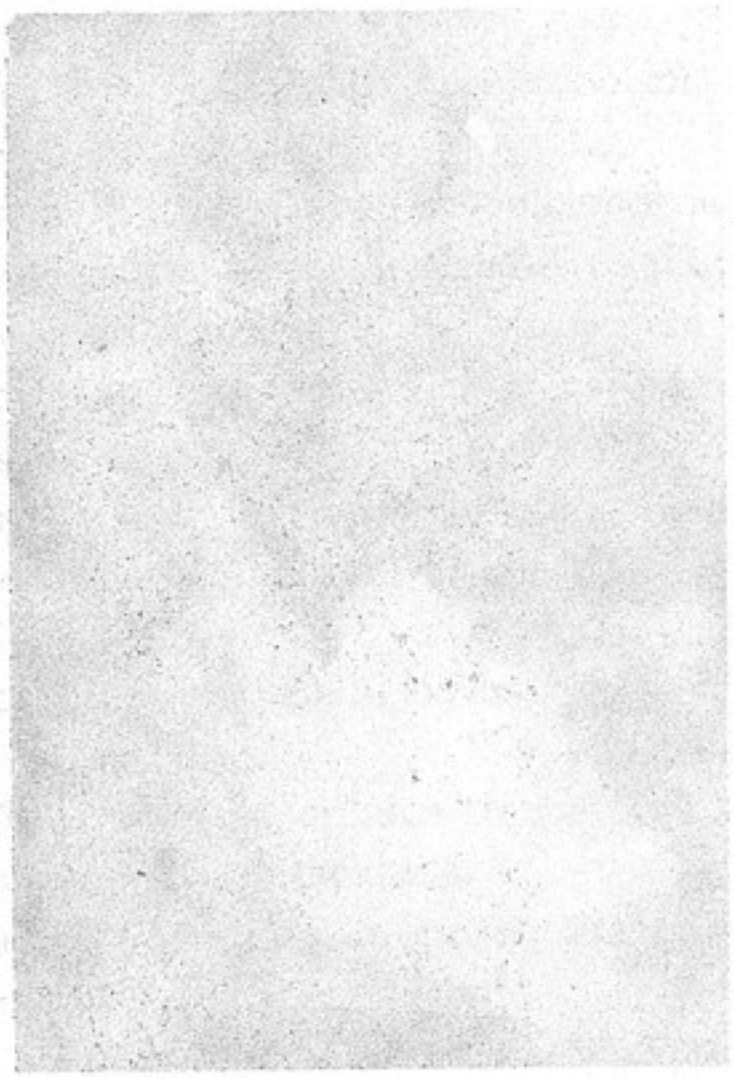
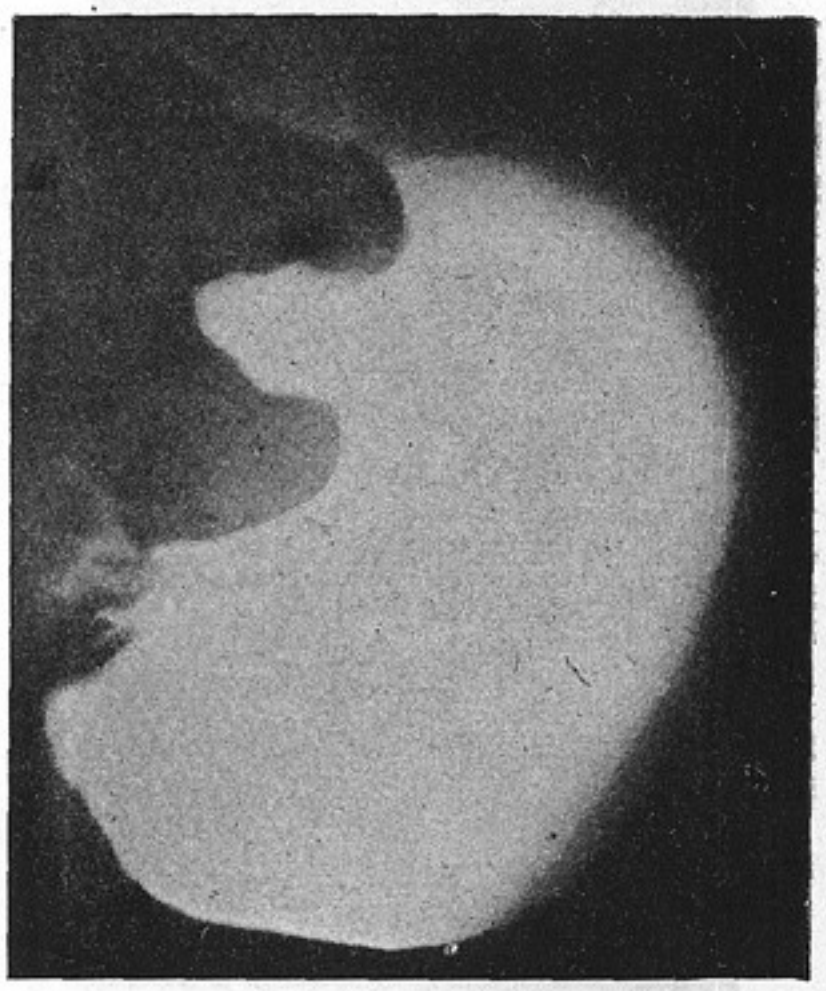


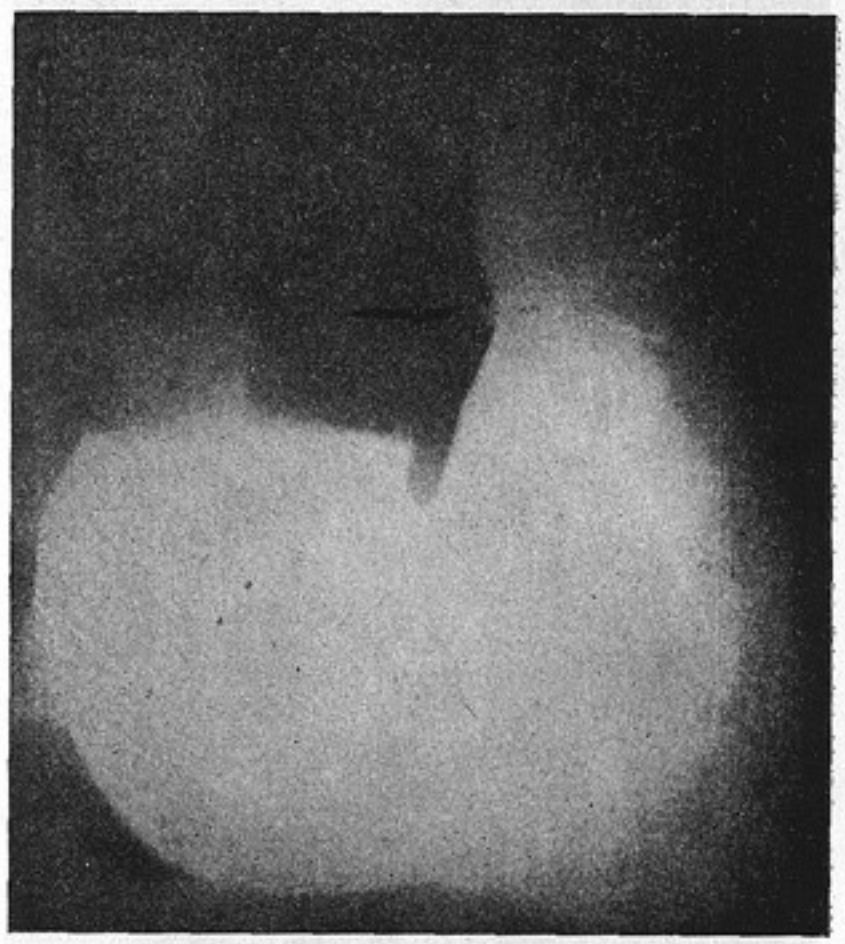


Fig. 3



J. F. J. — Obs. n.º II. 13-IV-1932

Fig. 3 *a*)



J. F. J. — Obs. n.º II. 20-V-1932

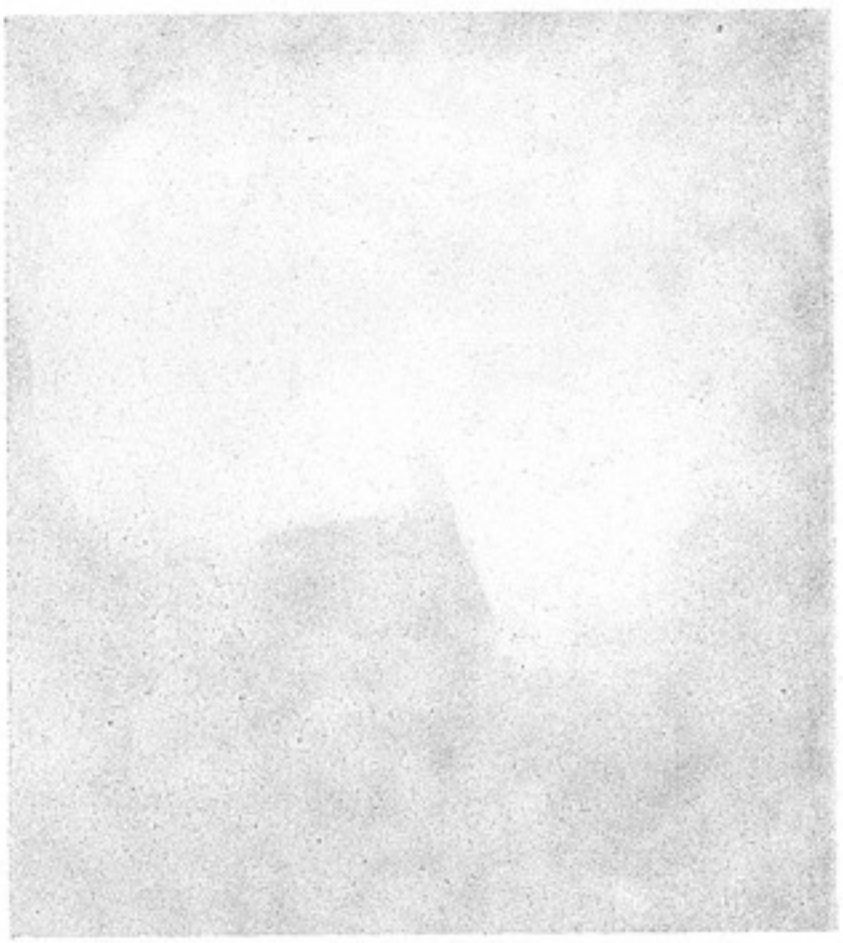
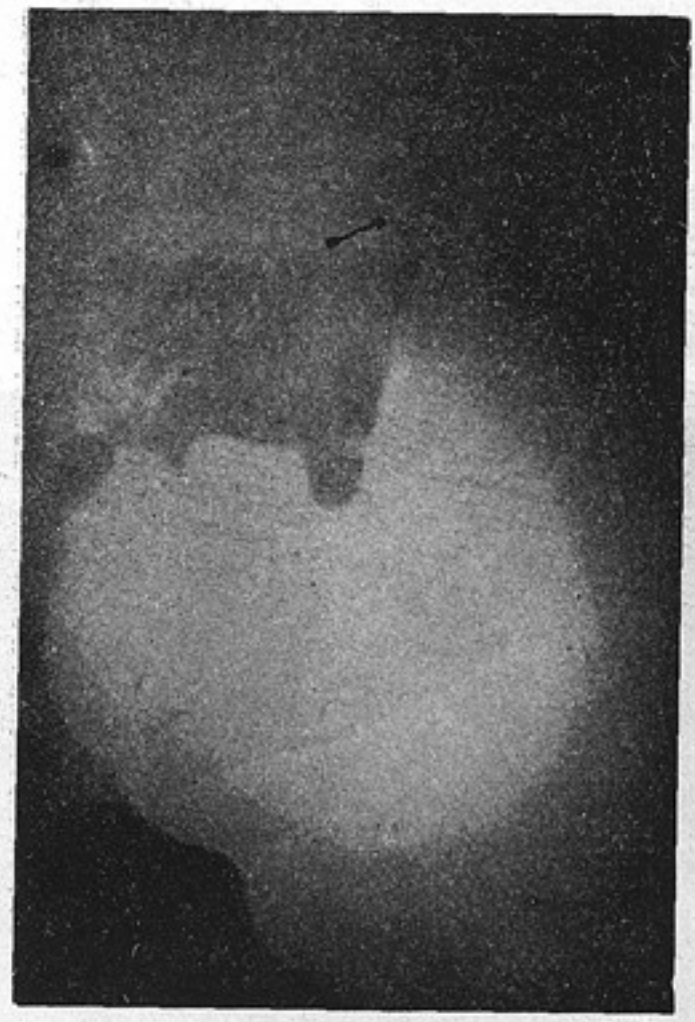




Fig. 4

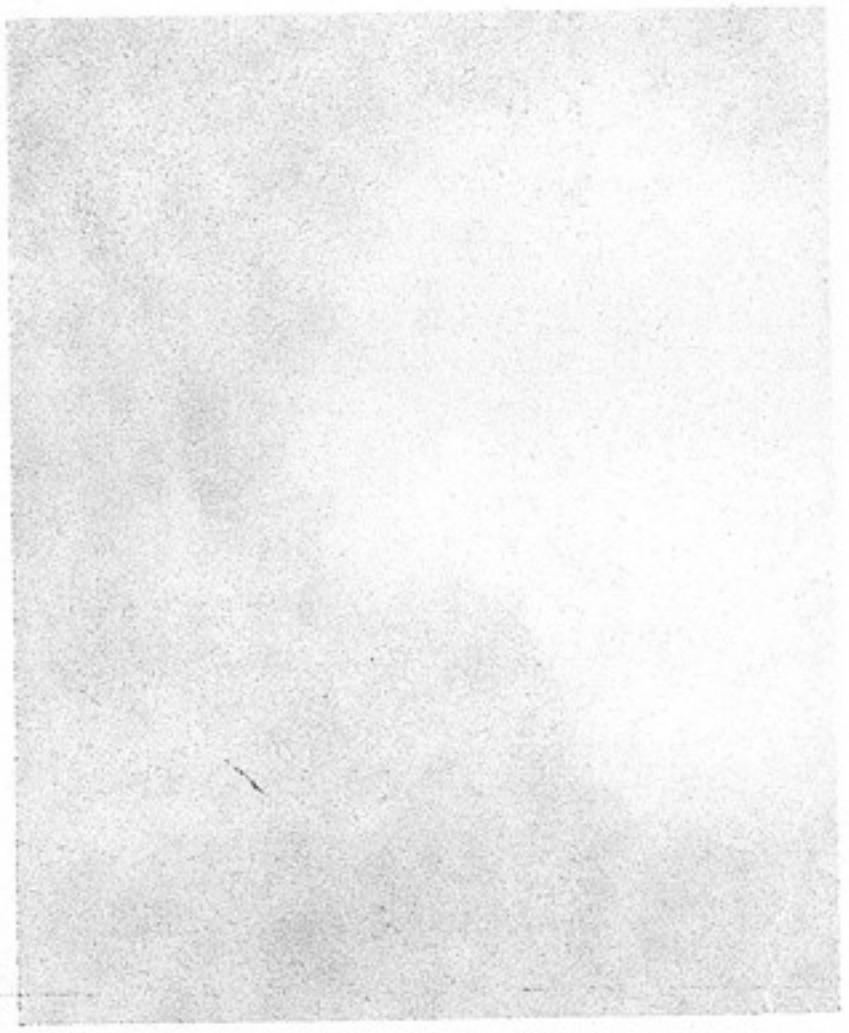


A. B. — Obs. n.º III. 13-X-1931

Fig. 5



A. B. — Obs. n.º III. 13-XI-1931



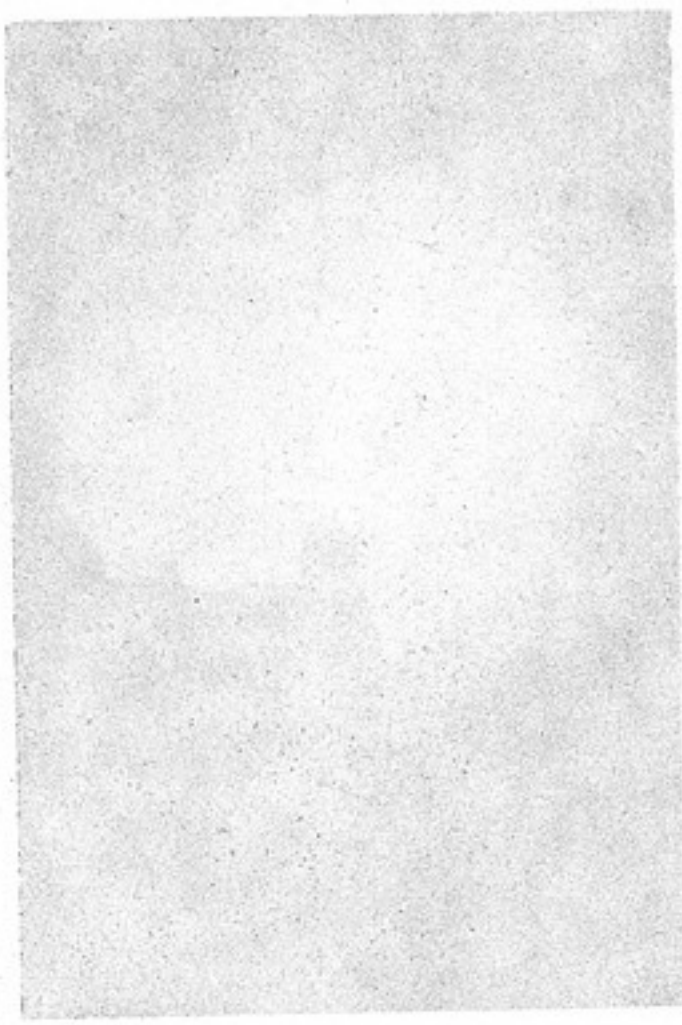
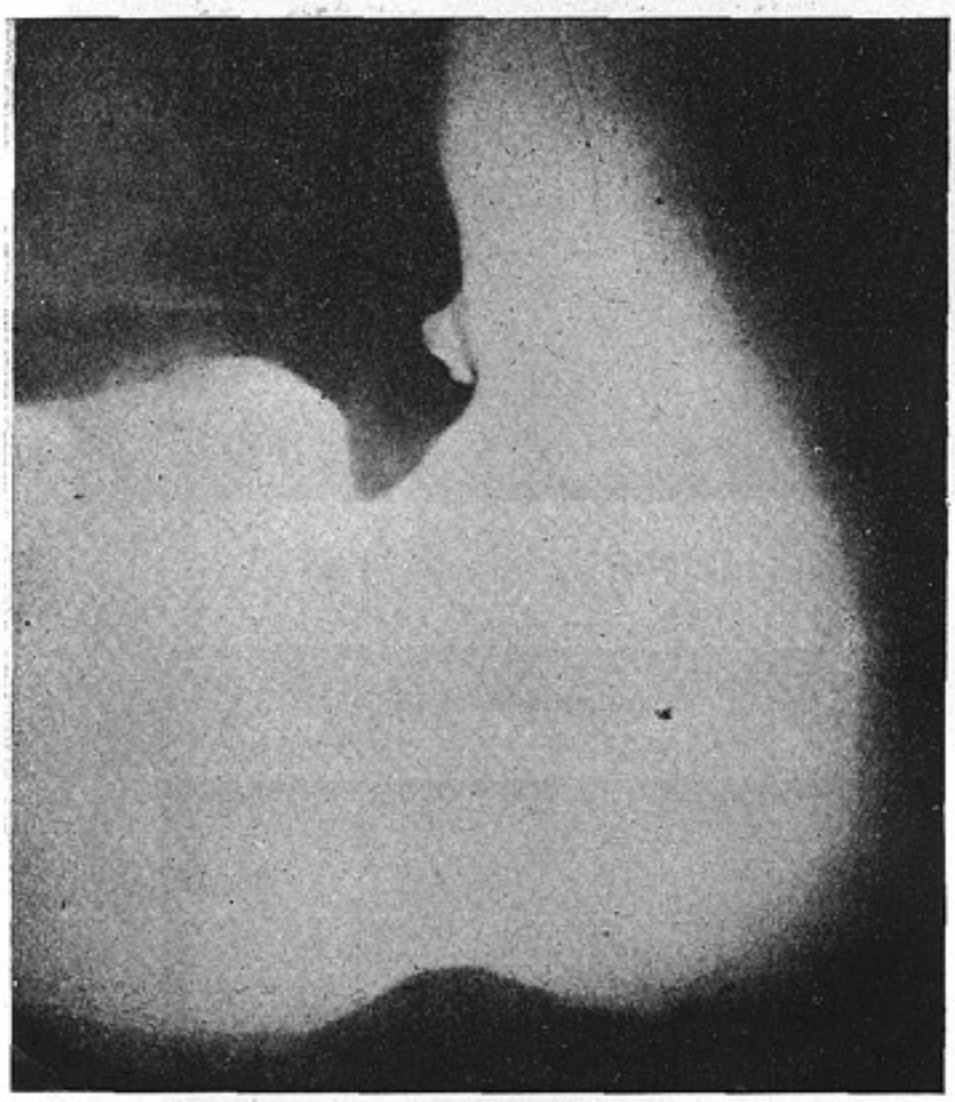


Fig. 6



C. F. — Obs. n.º VII. 18-IV-1932

NOTA — Não se reproduz a 2.ª radiografia por se ter inutilizado a fotogravura.

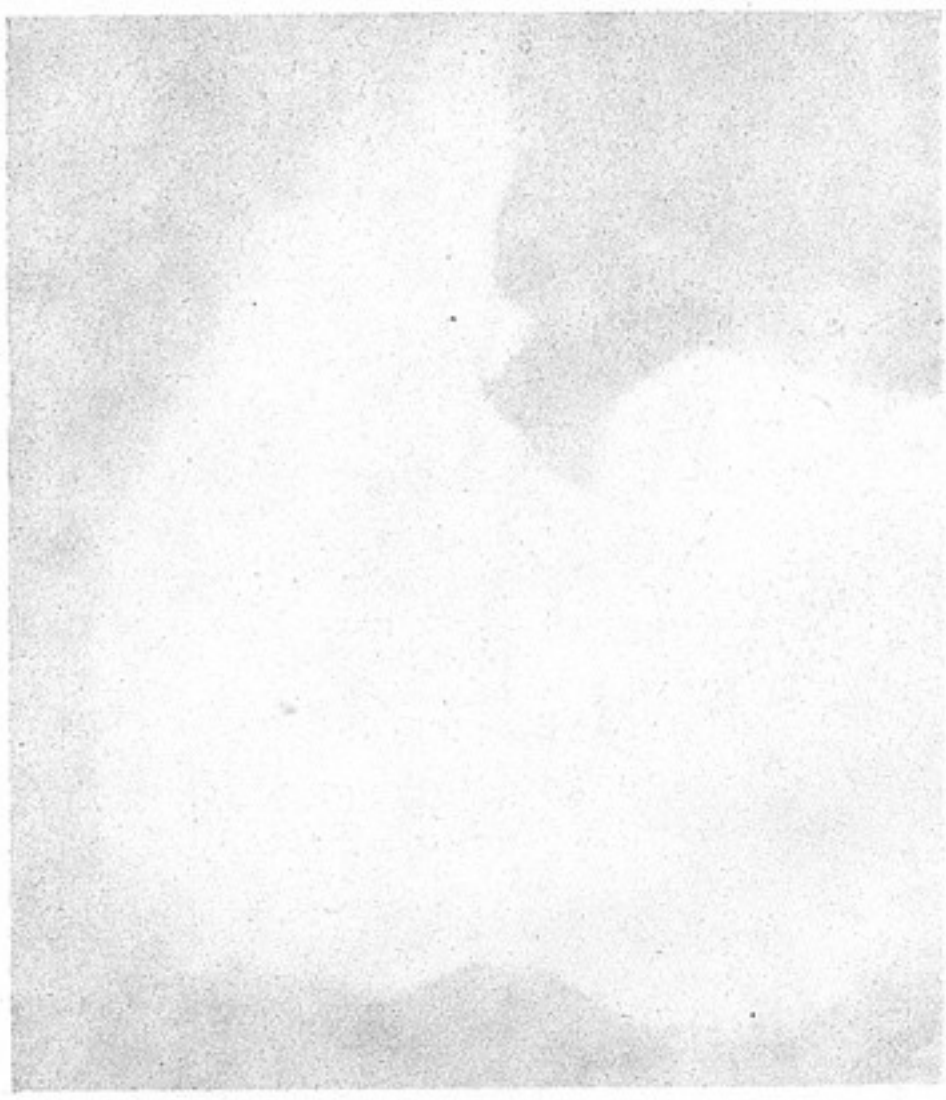
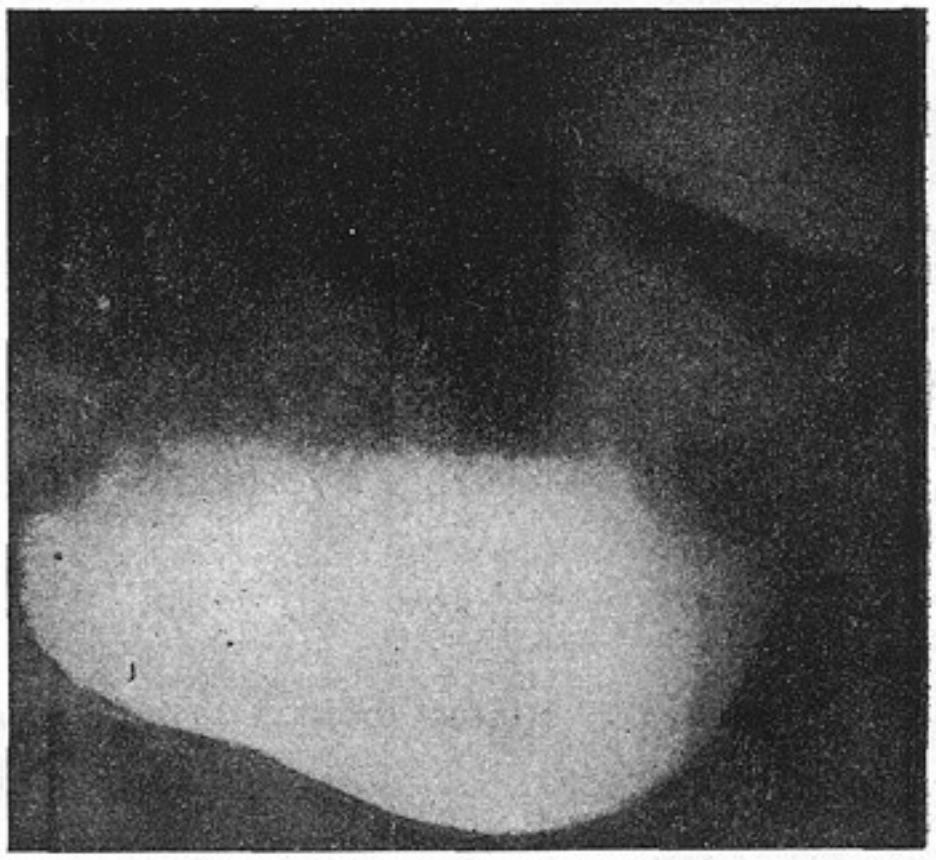
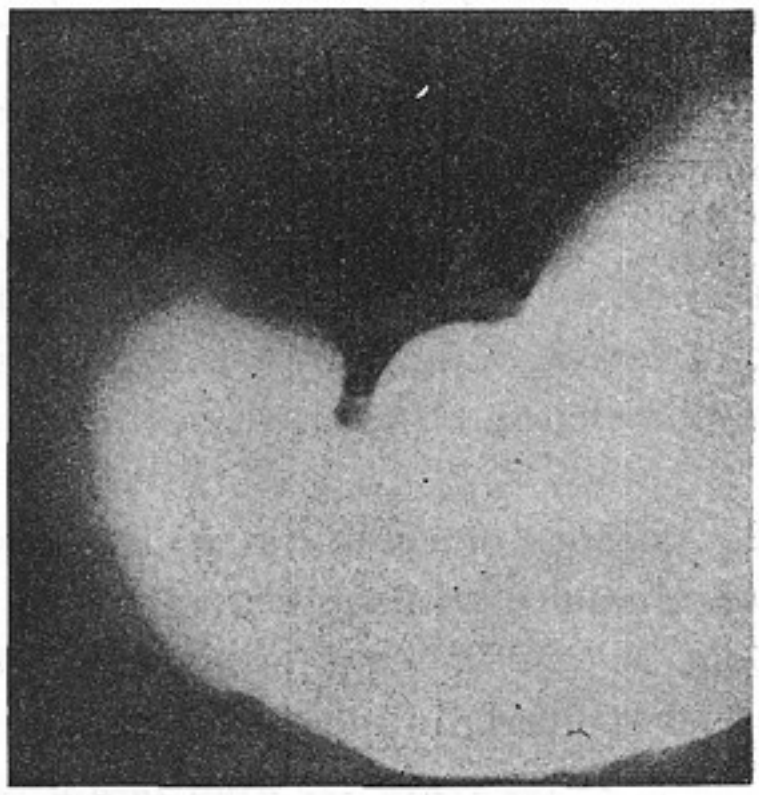


Fig. 7

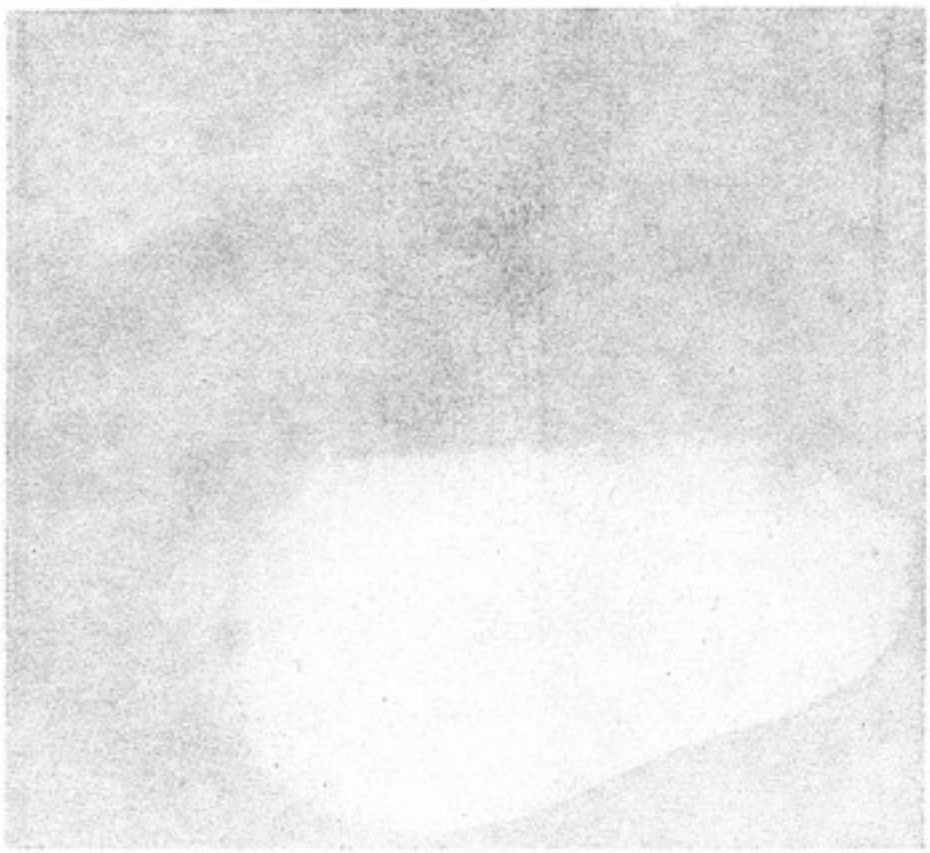


E. J. — Obs. n.º X. 22-VI-1931

Fig. 8



E. J. — Obs. n.º X. 26-VIII-1931





Quimismo gástrico em 16/III/932:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum..	2,480	0,073	0,365	2,918
1.ª amostra.....	3,210	0,073	0,292	3,575
2.ª »	3,796	0,073	0,292	4 161
3.ª »	3,285	0,073	0,292	3,650
4.ª »	1,606	0,073	0,365	2,044

Tôdas as amostras contêm sangue.

Em 14/IV/932:

Jejum.....	1,679	0,073	0,365	2,117
1.ª amostra.....	2,044	0,073	0,365	2,482
2.ª »	2,190	0,073	0,365	2,628
3.ª »	1,606	0,073	0,365	2,044
4.ª »	1,971	0,073	0,365	2,409

Tôdas as amostras contêm sangue.

Exames coprológicos em 17/III e 14/IV/932. — Em ambos os exames foi encontrado sangue nas fezes.

Exames radiológicos 1.º em 10/III/932. — Notou-se a existência dum processo ulcerativo crónico do bolbo, com descentramento do piloro e dilatação da grande curvatura que tinha um aspecto diverticular.

2.º Exame em 14/IV/932: — Mesmo aspecto radiológico, estase gástrica igual a ⅓ não obstante a hiperkinesia.

Os sintomas subjectivos também não se modificaram grandemente e o doente acabou por ser transferido para um serviço de cirurgia, para ser operado.

XXI. — M. G. de 31 anos, doméstica, natural de Ançã. Entrada em 21/IV/931. Saída em 20/XI/931.

Diagnóstico. — Úlcera do bolbo duodenal.

Gastralgias muito violentas surgindo principalmente de madrugada. Estas dores só aliviam com os vómitos, que freqüentemente a doente se vê forçada a provocar. Pirosis freqüentes. Tem permanentemente uma sensação de «moedoiro» na região epigástrica mas esta sensação dolorosa é exacerbada pelas refeições.

Pêso à entrada, 47 quilogramas. Pêso à saída, 49 quilogramas.

Quimismo gástrico em 25/XI/931.

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum...	1,752	0,073	0,292	2,117
1.ª amostra.....	3,066	0,073	0,219	3,358
2.ª »	3,212	0,073	0,219	3,504
3.ª »	3,139	0,073	0,219	3,431
4.ª »	2,993	0,073	0,219	3,285

Em 29/XI/931:

Jejum.....	1,168	0,073	0,511	1,752
1.ª amostra.. ...	2,920	0,073	0,292	3,285
2.ª »	3,285	0,073	0,365	3,723
3.ª »	3,285	0,073	0,365	3,723
4.ª »	1,387	0,073	0,365	1,825

Exames radiológicos: 1.º em 23/IV/931. — Ausência de deformações ou irregularidades dos contornos gástricos, antro pilórico um pouco volumoso, mas nìtidamente arredondado, tendo o piloro uma permeabilidade normal. Hiper-peristaltismo gástrico, sendo profundos e freqüentes as ondas de contracção que determinam fácil evacuação da substância opaca. O bolbo duodenal mostra-se deformado, com um

grande nicho de Haudeck na pequena curvatura. Sôbre o bolbo a doente referia dor viva e bem localizada à palpação. Não havia estase gástrica nem duodenal.

Com o tratamento pela pepsina o doente não colheu quaisquer benefícios.

2.º Exame radiológico em 15/XI/931: — Perfeita regularidade dos contornos gástricos; antro pilórico volumoso, dilatado, mas nìtidamente regular, com o piloro muito resistente, tornando-se muito difícil a evacuação da substância opaca.

Hiperperistaltismo gástrico, sendo absolutamente ineficazes as ondas de contracção. A pequena porção de papa que passa para o duodeno deixa ver o bolbo muito deformado. Estase gástrica igual a 3/4 do volume total do caldo ingerido.

Existem nos Arquivos das Clínicas da 1.ª e 2.ª M. H. dez histórias de úlceras do duodeno tratadas pela pepsina, sem que se tenham colhido bons efeitos.

A história clínica dêstes doentes é sobreponível das observações n.º XII e XX e porisso é desnecessário reproduzi-las. Todos estes dez doentes foram enviados ao cirurgião.

MÁRIO SIMÕES TRINCÃO.

BIBLIOGRAFIA

AIKAN — Vid. *Arch. f. Verdaungs Krankheiten*, vol. XXXVIII, 1926.

ARIOSTE (A. ANTONIOU) — *Les modifications du chimisme gastrique et de l'équilibre proteino-lipidique au cours du traitement des ulcus gastro-duodénaux par les injections intra musculaires de pepsine.* Tese. Paris, 1931.

BAZILLOS — «Orientation moderne de la thérapeutique gastro-duodenal». *Vida Nueva*, 15 de Agôsto de 1932.

BÉCARD ET GOEHLINGER — *Bull. et Mem. Soc. Med. des Hôp.*, Paris, Março de 1930.

Bocca — «Contribuition à l'étude des relations entre le pneumogastrique et l'ulcère de l'estomac». *Lyon Médical*, n.º 5, 1926.

Bonnemaison — *Les lésions nerveuses dans l'ulcére de l'estomac.* Tese. Paris, 1925.

Bourget — *Les maladies de l'estomac et leur traitement.* Paris, 1912.

Cade e Barral — «Technique et résultats du traitement insulinien dans l'ulcus gastro-duodenal d'aprés vingt-cinq observations». *Soc. Med. Hop. Lyon*, 21 de Jan. 1930.

Caillé et Moutier — «Six cas de disparition d'images diverticulaires accompagnant l'ulcus gastrique aprés traitement médical». *Sec. gastro-enterologie.* Paris, 4 de Dezembro de 1922.

Carlos Godoy — «Novo tratamento da úlcera gastro-duodenal». Vid. *A Medicina Contemporanea*, n.º 5, de 29 de Janeiro de 1933.

Cogniaux — «Sur le dévelloppement presque exclusif des ulcéres gastriques en milieu des glandes à mucus». *Presse Médicale*, n.º 36, 1929, pág. 589.

Connor — «Etiology and Pathology of peptic ulcer». *Boston Medical and Surgical Journal*, 1926, pág. 791.

Curt Fuhrmann — «Causas de êrro da prova de Rehfuss. A farinha de aveia e a acidez gástrica». Separata da *Lisboa Médica.*

Cushing (H.) — «Peptic Ulcers and the Interbrain». Vid. *Surgery gynecology and Obstetrics*, n.º 1, Julho de 1932.

Dahl — «Pathogénie de l'ulcère de l'estomac». Vid. *Arch. des Mal. App. Dig. et de la Nut.*, n.º 8, 1920.

Dimitracoff — «Traitement de l'ulcère par les extraits pancréatiques désinsulinés». Vid. *Vie Médicale*, 10 fev. 1930.

Duval, Roux e Moutier — «Rôle de l'infection dans l'évolution des ulcères gastro-duodenaux». *Presse Médicale*, 3 de Jan. 1925.

Fernandez Martinez — «Les injections de pepsina en el tratamiento de la ulcera gastro-duodenal. Vid. *Arch. Esp. App. Dig. Nut.*, Março de 1932.

Feissly — «Ulcère gastrique à répétition traité par l'insuline». *Soc. gastro-enterologie*, Paris, fev. 1926.

Fontaine e Hermann — *Contribuition à l'étude de l'ulcère peptique expérimental.* «Communication au XL Congrès de Chirurgie». Paris, Oct. 1931.

Glaessner — *Wiener Medizinische Woch*, Nov. 1927.

—— — *Medizisniche Klinik*, 1928, n.º 36.

—— — *Medizisniche Welt*, Junho 1929, n.º 29.

—— — *Arch. fur Werdaunsgskrankheiten*, 1931, n.º 49.

GLAESSNER — «Terapêutica interna de la ulcera gastro-duodenal». Vid. *Revista Medica Germano Ibero-Americana*, n.º 11, 1932, pág. 647.

GOYENA (J. L.) — Vid. *Semana Médica*, tôm. XXXIV, n.º 46, 1927.

GRAVES E VINES — *Brith Med. Journ.*, 1922.

HADEN E BOHAN — «Focal infection in peptic ulcer». Vid. *Journ. of Amer. Med. Ass*, 1925.

HAYEM — *Leçons de thérapeutique: Thérapeutique clinique sur les maladies du tube digestf.*

JACOB, MEYER E L. B. KARTOON — «The effects of intravenous injections of foreing protein of peptic ulcer». *Arch. of. Int. Med.*, T. XCI, n.º 19, Nov. 1928, pág. 1452.

JAROWSTKY — «Zur diätetischen Behandlung des runden Geschwurs des Magens und des Duodenuns wärhend seiner akuten Periode». Vid. *Acta Medica Seandinova-Stockholm*, 1930.

LANDAU E GLASS — «Contribution à l'étude de la pathogénie et du traitement de l'ulcére juxta-pylorique». Vid. *Arch. Mal. App. Dig.*, n.º 8, 1929, pág 948.

MAD.ME LANNE GRACE — *Sur quelques dificultés de diagnostic de l'ulcère duodénal*. Paris, 1932.

LENORMAND (JACQUES) — «Traitement des douleurs gastriques et duodénales par les acides aminés». Paris, *Médical*, n.º 23, 1933, pág. 518.

LERICHE — «Exame critique des idées sur le traitement des ulcères gastro-duodénaux en fonction de nos connaissances sur l'histo-physiologie gastrique». Vid. *Bull. et Mem. de la Soc. de Chirurgie*, 5 de fev. 1929.

LOEPER — *L'utilisation des injections de pepsine C. R. Acad. Med.* Abril, 1928.

—— — «Leucopédèse et ulcère de l'estomac». Vid. *Leçons de Pathologie digestive*, VI serie. Paris, 1926.

LOEPER ET LEMAIRE — *Thérapeutique médicale*, vol I. Tube digestif. Paris, 1930.

LOEPER ET MARCHAL — «Pneumogastrique et ulcère de l'estomac». *Presse Médicale*, 6 de Jan. 1926.

—— — «Insuffisance de la leucopédèse gastrique dans l'ulcère de l'estomac». *Progrès Medical*, 7 de Des. 1926.

LOEPER E SCHULMANN — «Les lésions du pneumogastrique dans l'ulcère de la petite courbure». *Soc. Med. des Hôp.*, Paris, 1913.

MARIE (P. L.) — *De l'antipepsine; recherches expérimentales sur la resistance à la digestion peptique*. Tese. Paris, 1913.

Molina Zubiria — «Ulcera del Estomago — Su tratamiento por la pepsina». *Semana Medica*, n.º 969, 1931.

Monceaux — «Les mucines. Propriétés physico-chimiques. Leur rôle physiologique». *Gaz. des Hôp.*, 22 fev. 1933, pág. 272.

Monceaux et Fontaine — «Le mucus gastrique et son rôle protecteur». *Presse Médicale*, n.º 36, 1929, pág. 589.

Morais Sarmento, M. da Costa e S. Silva — «Variações da secreção gástrica e do equilibrio humoral em função da histamina». Separata da *Lisboa Médica*.

Moutier (F.) e Camus (L.) — Recherches sur le traitement de l'ulcère de l'estomac par l'hormone parathyroïdienne». *Arch. Mal. App. Dig.*, Tomo XIX, 1929, pág. 1237.

Oschreigen — «Hypofonction des parathyroides et ulcères de l'estomac et du duodenum». *Acta Medica Scandinava*, T. XVI, 1928, pág. 42.

Kisthinios — *L'action de l'insuline sur le système parasympathique*. Tese. Paris, 1925.

Predtetschensky — «Die Wirkung des insulins auf die Funktion des Magens. Vid. *Klinische Wocheuschrift*, 1927, n.º 6.

Palier — «L'origine endocrinienne de l'ulcère gastro-duodènal et son traitement par l'extrait de parathyroide». Vid. *Bull. Gen. de Thérapeutique*, 1926, n.º 4.

Rammaillac et Captieux — «D'un traitement médical des l'ulcères gastro-duodénaux basé sur la régurgitation duodénale». *Journ. de Med. de Bourdeaux*, 1929, n.º 14.

Recht — Vid. *Klin Woche*, T. VIII, 1929.

Sahon — Vid. *Deutsch. Arch. fur. jur-klin Med*, 1929.

Seale Harris — «Vitamins in the etiology and cure of gastric and Duodenal ulcers». *Journ of the Amer. Med. Assoc.*, T. XCI, n.º 19, 1929, pág. 1462.

Simici, Popesko e Diculesco — «Action de l'insuline sur la sécrétion de l'estomac à l'état normal et pathologique». *Arc. Mal. App. Dig.*, 1927.

Simnitzky — «Das insulin in des therapie der peptichen Magengeschwure». *Wienerklin. Wochensch.*, 1927.

Udiaondo — «Les ulcères de l'estomac et l'état constitutionnel». *Arch. Mal. App. Dig.*, 1928, n.º 8.

Zimmer — *Traitement des ulcères gastro-duodénaux par l'huile d'olive*. Tese, Paris, 1925.

Weiss e Gurriaran — «Ulcères chroniques expérimentaux crées par derivation des sucs alcalins duodénaux». *Arch. Mal. App. Dig.*, T. XX, 1930, pág. 63.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade. 1854 ..... 3$oc

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada .... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vols. V e VI cada .... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estranjeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 87.º

4.ª SERIE — VOLUME 16.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1934

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Dois heróis do reinado de D. Afonso V, por João Jardim de Vilhena 371
Toponímia de Coimbra e arredores (Contribuïção para o seu estudo), por Amadeu Ferraz de Carvalho 395
S. Francisco de Xavier e o Oriente português, por António de Matos Cid 460
Os sinais de Galvão, por Martinz de Aguiar 475

DOIS HERÓIS DO REINADO DE D. AFONSO V

I

JOÃO DE SOUSA — COMENDADOR-MOR DE SANTIAGO

El-Rei D. Afonso III, de Portugal, teve dois filhos bastardos: — *Afonso Diniz* que foi o progenitor dos Sousas da Casa de Arronches e *Martim Afonso* que foi o progenitor dos Sousas da Casa dos Marqueses das Minas.

A mãe de Afonso Diniz foi Marina Pires de Enxara, cujos pais eram desconhecidos. A mãe de Martim Afonso foi uma mulher de beleza única, possìvelmente filha de Aloandro, um dos alcaides mouros de Faro, quando El-Rei conquistou esta cidade nó ano de 1250.

Martim Afonso, que ajuntou ao seu nome o apelido de *Chichorro,* foi homem muito distinto e muito estimável dos seus contemporâneos. Rico-homem entre os primeiros e Governador de Chaves, gozou da privança de El-Rei D. Diniz seu irmão, e no testamento de seu pai ombreou com os irmãos legítimos na distribuïção dos legados.

Não se sabe porque razão adoptou o apelido de *Chichorro.* Seria porque nalguma contenda, o adversário lhe tivesse atirado com um *chichorro,* pequena peça de artelharia, ou seria porque êle fizesse continuado uso de uma pequena escudela de ferro, assim chamada, como querem as *Genealogias* da colecção Pombalina, ou porque *era de pequena estatura,* como presume Braamcamp Freire, nos *Brazões da Sala de Cintra?*

Sempre conservou êste apelido, e o seu directo descendente o adoptou, antepondo-lhe o apelido *Sousa* que era de sua mãe, D. Inez Lourenço de Sousa, filha de Lourenço Soares de Valadares, rico-homem, senhor de Tangil, Fronteiro-mor de Entre-Douro e Minho.

Martim Afonso de Sousa Chichorro, senhor dos Coutos e Honras de Lalim, Amarante, Figueiró e Barroso foi Rico-homem e do conselho de El-Rei D. Diniz, seu tio. Êste Sousa Chichorro continuou-se em dois filhos naturais, *Vasco Martins de Sousa Chichorro* e *Martim Afonso de Sousa Chichorro,* procreados em D. Aldonsa Anes de Briteiros, Abadessa de Arouca, *de mui ilustre nascimento* (História Genealógica).

Vasco Martins foi o 1.º senhor de Mortágua, além do que lhe pertencia de juro e herdade, como Penamacor, Amarante e outras terras. Foi Chanceler-mor do reino no tempo de El-Rei D. Pedro I, o qual, quando confiscou os bens de Pero Coelho, um dos assassinos de Inez de Castro, lhos deu todos. El-Rei D. Fernando lhe deu também Penaguião, Gestaço e outras terras, que lhe foram depois tiradas, porque o Rei se sentiu *agravado e mal servido.*

O Mestre de Aviz restituíu-lhe aquelas terras, fê-lo escrivão da puridade, dando-lhe *grande estimação.*

Vasco Martins casou com D. Inez de Sousa, filha de D. Henrique Manuel, Conde de Ceia e desta união nasceram três filhos que não tiveram sucessão.

O irmão de Vasco, *Martim Afonso de Sousa Chichorro* sucedeu então na casa como 2.º senhor de Mortágua.

Serviu nas côrtes de Coimbra a D. João I, quando foi eleito Rei. Esteve na batalha de Aljubarrota e em 1415 entrou na grandiosa expedição a Ceuta, tomando esta cidade aos Mouros. Casou com sua prima D. Maria de Briteiros, filha de Gonçalo Anes de Briteiros, tendo dela *Gonçalo Anes de Sousa Chichorro* que foi o 3.º senhor de Mortágua.

Êste viveu também no tempo de D. João I. Tomou parte na tomada de Ceuta e morreu no mar quando regressava a Lisboa. Tendo casado com D. Mécia Vasques Coutinho, teve uma filha D. Mécia de Sousa (1) que foi sua herdeira e 4.ª senhora de Mortágua.

Aquele Martim Afonso de Sousa, 2.º senhor de Mortágua, teve em D. Aldonsa Rodrigues de Sá, abadessa de Rio Tinto da Ordem de S. Bento, filha de Rodrigo Anes de Sá (2), Alcaide-mor do castelo de Gaia, Embaixador de D. Pedro I junto do Papa Gregório XI e de sua mulher Julia della Colona a *Martim Afonso de Sousa* que foi o 5.º senhor de Mor-

---

(1) D. Mécia, tendo casado com D. Sancho de Noronha, 1.º Conde de Odemira, Governador e Capitão General de Ceuta, foi mãe de D. Maria de Noronha que casou com D. Afonso, Conde de Faro, filho de D. Fernando I, 2.º Duque de Bragança e de D. Joana de Castro.

D. Maria de Noronha levou em dote as vilas de Odemira, Aveiro, Vimieiro, Mortágua, os castelos de Elvas com o seu reguengo e o de Estremoz, além de dinheiro. O marido deu-lhe de arras 10.000 dobras de ouro castelhano.

D. Afonso serviu El-Rei D. Afonso V. Esteve em Tânger, em Arzila, em Toro, e na escaramuça da Serra de Benacofu, onde morreu o valoroso capitão D. Duarte de Meneses.

Acompanhou aquele Rei a França quando foi pedir socorros a Luiz XI. Criado Conde de Faro, foram-lhe concedidas tôdas as rendas, direitos e Padroado das Igrejas dos Algarves.

Temendo incorrer no desagrado de D. João II, passou a Castela onde faleceu em Sevilha em 1483, jazendo na Capela-mor do Convento de Santa Paula da Ordem de S. Jerónimo.

(2) Anes de Sá casou duas vezes: — com Catarina Eanes de Loureiro, filha de Dazaniel de Loureiro e de sua mulher Sancha Gonçalves; e com Júlia della Colona, filha de Jácome della Colona, Bispo de Lombes, condiscípulo e protector de Petrarca, a cuja coroação, como poeta laureado, assistiu em Roma. Jácome era irmão de Agapito della Colona que depois de ser Bispo de Luni, foi Arcebispo de Lisboa.

Do seu 2.º casamento teve os seguintes filhos: 1.º João Rodrigues de Sá, *o das Galés*, de quem procedem os principais ramos das famílias dos Sás de Meneses e dos Sás de Coimbra; 2.º aquela D. Aldonça, aba-

tágua, e tendo servido também a D. João I na emprêsa de Ceuta, sendo capitão de um galeão na armada do pôrto que

---

dessa de Rio Tinto, donde descendem os Marqueses de Montalvão e os Condes da Castanheira, de Castro Daire, de Portimão, da Ericeira, de Pombeiro, de Redondo e de Bretiandos; 3.º D. Constança, casada com o 1.º capitão donatário do Funchal, João Gonçalves Zarco, donde procedem os Marqueses da Ribeira Grande e os Condes de Atouguia.

A obra intitulada *Domus Sadica regiis lineis firmata Romanis Columnus nixas sadicis heroibus illustrata. — Londini, Typis Guilielmi Du Gard. — Concilii Status Typographi. An. Dom. 1653* é o Panteão erecto pela consideração erudita de Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo à memória dos Sás e dos Sás de Meneses cujos feitos gloriosos foram celebrados no *Cancioneiro de Rezende:*

Nos escaques celestriaes
E de prata está mostrado
O muy nobre e muy honrrado
E por batalhas rreaes
Sangue de Sáa derramado
Com que o Romano Columnes
Se misturou d'atravez
Cada hum de grão primor
Forte Leal sem temor
Em combates e guallés.

e Francisco de Sá de Miranda, um dos descendentes da família, dos Sás de Coimbra, na *Carta 2.ª a João Roiz de Sá de Meneses*:

Dos nossos Sás Colonezes
Gram tronco nobre Coluna
Grosso ramo dos Menezes
Em sangue e bens de fortuna
Que he tudo antre portuguezes.

Aos grandes aos valerosos
Passados de quem herdaste
Sobrenomes tam lustrosos
Des que nas armas pegastes,
Nam fostes dos ociosos.

A respeito do casamento de Rodrigo Anes de Sá com Júlia della

o Infante D. Henrique comandava. Foi do conselho de D. Afonso V e seu Fronteiro-mor. Do seu casamento com D. Violante Lopes de Távora, filha de Pedro Lourenço de Távora, senhor do Mogadouro, teve Rui de Sousa donde descenderam os Marqueses das Minas, Pedro de Sousa (1) e *João de Sousa.*

João de Sousa foi capitão dos ginetes do Infante D. Fernando, pai de El-Rei D. Manuel. Comendador na Ordem de Santiago, teve as comendas da Represa, a de Ferreira e a de Alvalade, no Campo de Ourique. Serviu a El-Rei de quem foi *atendido* e *estimado.* Achou-se na emprêsa de Tânger, sendo capitão da gente que subiu ao muro quando o Infante D. Fernando resolveu tomar a cidade. Esteve em várias guerras em que conseguiu grande fama. Serviu três reis, sendo sempre considerado e apreciado.

Jazem os seus ossos e os de sua mulher D. Branca de Ataíde em um túmulo adornado com os brasões dos Sousas e dos Ataídes na Igreja matriz da vila de Ferreira do Alentejo.

Colonna, — *e domo Columnia,* diz aquele Fr. Francisco de Santo Agostinho falando da sua felicidade conjugal:

— *Reversus in patriam Rodericus cum optima conjuge feliciter vixit. Eo comubio patuit, nusquam peregrinam virtutem esse, cum et ille Romae thalamum invenerit, et illa in Lusitania nobiles, ac Romanis pares liberos pepererit.*

(1) Um seu neto, de nome Martim Afonso de Sousa, comandou uma armada que D. João III enviou às costas do Brasil para o descobrimento do Rio da Prata. Tão grandes serviços prestou naquelas partes da América, que em 1534, o mesmo Rei o mandou servir na Índia com o pôsto de Capitão-mor do Mar Índico. Pelas suas proezas conseguiu grandes mercês e ser nomeado Governador da Índia, para onde partiu levando em sua companhia a S. Francisco Xavier.

Governou com muito acêrto, prudência e economia e o Rei o agraciou com a doação das capitanias de Santa Ana e S. Vicente, no Brasil, e com a nomeação de seu conselheiro. Dêle descendem os Condes de Barbacena e de Lumiares.

Nesse túmulo lê-se a seguinte inscrição:

Aqui jaz o muito honrado sñor Johã de Sousa e a muito honrada Brãqua de Taide sua mollier fi / lha do muito honrado Johã de Taide señor de Pena Coua o qual Joã de Sousa he filho de Martim Affonso de Sousa / e neto doutro Martim q̃ hera primo coirmão delrei dom Fernando de Portugall ho quall Joam de / Sousa nũca fez erro nẽ vileza ao señor nẽ amiguo creado delrei dom Affonso ho quĩto e do sõr infante seu / irmão seus señores por serviço de Ds e deles ambos seus sõres e por onra do reino foi ẽ dezoito pelleias / de mouros nas partes dalem mar e nas peleias foi ferido de sete feridas e foi cercado tres vezes hũa em / Cepta e duas ẽ Alcacer hõde foi ferido duas vezes de feridas mortaes hõde se ouve tãbẽ e tã es / forçadamente nos ditos cercos q̃ nehõ q̃ nelles fose se nã ove millor e foi na guera cõ elrei dom anrique / de Castela em Graada onde se ove mui bem desafiando se cõ hu mouro sobre a fee onde seouve tãbẽ e tã / esforçadamente q̃ ho desbaratou e foi muito louuado de todos os castellanos q̃ ai erã presentes foi na to / mada dalcacere e darzila e de taniere e na destruiçã damafe foi ẽ duas batalhas cãpaes com / elrei dom afonso ho quĩto de Castela e de Portugal e seu señor e serviu tãbẽ q̃ nehũ q̃ cõ ele fose ho ser / vio melhor asi na guerra cõtinua como na batalha q̃ houue cõ elrei dom Fernando ho aguardou e servio / tãbem q̃ nhũ agoardou nẽ servio milhor q̃ ele e tãbem foi com o ĩfante seu señor na entrada de Tanier onde foi ferido de morte.

O que traduzido em linguagem moderna dá:

Aqui jaz o muito honrado senhor João de Sousa e a muito honrada senhora Branca de Ataíde, sua mulher, filha do muito honrado João de Ataíde senhor de Pena-Cova, o qual João de Sousa é filho de Martim Afonso de Sousa e neto de outro Martim que era primo co-irmão de El-Rei D. Fernando de Portugal, o qual João de Sousa nunca fêz êrro nem vileza ao senhor nem ao amigo, criado de El-Rei D. Afonso o Quinto e do senhor Infante seu irmão, seus senhores e por serviço de Deus e dêles ambos seus Senhores e por honra do reino foi em dezóito

pelejas de mouros nas partes de Além-Mar e nas pelejas foi ferido de sete feridas e foi cercado três vezes, uma em Ceuta e duas em Alcácer, onde foi ferido duas vezes de feridas mortais, onde se houve tão bem e esforçadamente nos ditos cercos que nenhum que nêles fôsse se não houve melhor e foi na guerra com El-Rei D. Henrique de Castela em Granada, onde se houve mui bem desafiando-se com um Mouro sôbre a Fé, onde se houve tão bem e tão esforçadamente que o desbaratou e foi muito louvado de todos os castelhanos que aí eram presentes, foi na tomada de Alcácer e de Arzila e de Tânger e na destruïção da má fé, foi em duas batalhas campais com El-Rei D. Afonso o Quinto de Castela e de Portugal, seu Senhor e serviu tão bem que nenhum que com êle fôsse o serviu melhor, assim na guerra contínua, como na batalha que houve com El-Rei D. Fernando o aguardou e serviu também que nenhum aguardou nem serviu melhor que êle e também foi com o Infante seu Senhor na entrada de Tânger, onde foi ferido de morte.

João de Sousa mereceu que Rui de Pina na *Cronica do Senhor Rei D. Afonso V,* no capítulo CLII, citasse o seu nome nas seguintes passagens:

... «e de noite como El-Rey ouve o aviso logo a grande preessa mandou diante o Chichorro com vinte genetes pera que o Ifante sobresevesse em sua partida atée sua chegada, mas o Chichorro achou já o Ifante partydo»...

... «porque se por algum caso se perdesse ou desaviasse, elles fycassem por verdadeiros e livres da culpa e Joam de Sousa que seu resguardo pareceo bem, acceitar sua companhia»...

... «pelo qual Joam Falcam vendo começos de tantos desmandos disse a Joam de Sousa que tomasse ou matasse hum mouro guarda que tinha ante sy. E Joam de Sousa como Fydalgo acordado e de bom coraçam remeteo a elle o qual da sombra da morte que com sigo vio acabou ser desenganado de sua vyda e começou de se poer em defeza, e em Joam de Sousa correndo a lança nas mãaos pera lhe dár, o Mouro em se retraendo cahio do muro contra cidade dentro em hum pomar»...

... «os Mouros sem alguum seu perigo faziam hum piadoso estrago nos Cristãaos, porque sendo as escallas tomadas nam tynham alguum remedio de salvaçam. O que todo bem visto per Joam de Sousa, disse

ao Ifante de cima do muro, que nam mandasse sobir mais jente; porque o feito com a jente sobida eram de todo perdidos...».

O escultor do túmulo da Igreja Matriz de Ferreira do Alentejo quere que João de Sousa tivesse morrido na entrada ou escalamento de Tânger, quando esta cidade foi acometida pela terceira vez pelo Infante D. Fernando.

A *Historia Genealogica* quere que João de Sousa tivesse morrido na batalha de Touro (1).

É certo que a *Cronica* de Rui de Pina não fala da sua morte em Tânger, visto que, citando os nomes de vários fidalgos, *muitos e bõs cavalleiros e homens de nobre sangue e bom coraçam escolhidos e especiaes ahi morreram* e entre êles não figura o de João de Sousa.

E Rui de Pina na descrição da batalha de Touro, nada diz sôbre os seus feitos nessa batalha.

E assim se pregunta onde foi D. António Caetano de Sousa, autor da *História Genealógica,* colher a informação

---

(1) Na *Chronica do Principe D. Joam*, Damião de Góis conta no Cap. LXVIII (edição de 1790) «... que no ataque da Ponte de Çamora (preliminares da batalha de Toro) D. João de Sousa foy lançado de huma escada abayxo e como morto levado para casa...».

E Garcia de Rezende na *Chronica do Principe D. João* no Cap. XI diz: «... o qual recado lhe trouxe o Chichorro, Capitão dos Ginetes Del-Rey, que passou de noyte o Doyro a nado, armado a caualo como valẽte caualleiro que era»... e no mesmo capítulo: ... «e derribarão da torre abaixo com hũa viga a D. João de Sousa querendo-a entrar esforçadamente por hũa escada e foy leuado como morto»....

É possível que êste D. João de Sousa não seja o mesmo que o Chichorro? A *História Genealógica,* fala no Vol. XIII, pág. 895, de um outro João de Sousa, filho de Rui de Sousa, e quando cita a *Crónica* de Góis, é para dizer que êle foi plenipotenciário ao Tratado de Torresilhas, e a *Crónica* de Rezende é para falar da sua destreza no toureio, tão encarecida e exaltada pelo Príncipe Perfeito, D. João II, *cujo primeiro cridado foy e sempre lealmente serviu.*

da morte de João de Sousa em Touro e *delle se refere que foy o primeiro que poz a lança nos inimigos.*

E a-pesar-de se dizer na inscrição que *ele na entrada de Tanger foi ferido de morte,* o escultor quis dizer que foi gravemente ferido, visto que mais acima êle dissera *que em Alcácer havia sido ferido duas vezes de feridas mortais.*

Assim João de Sousa não morreu nem em Tânger nem em Touro, nem em Alcácer, porque mais tarde El-Rei D. Manuel lhe fêz várias mercês como adiante se poderá ver.

Por todos os seus feitos gloriosos, foram-lhe concedidas as seguintes:

— Em 5 de Fevereiro de 1475 doação da renda da judiaria da Guarda, feita por D. Afonso V (*Chancelaria,* liv. 15, fol. 48).

— Em 16 de Julho de 1475, nomeação de Comendador-mor na ordem de Santiago, nos seguintes têrmos: ... «*e elle dicto Joham de Sousa he hum dos treze cavalleiros della dos mays antygos... nos praz lhe darmos como per esta carta damos e fazemos merçee com a dicta comenda moor a rrenda daldea dos Collos e de todo seu limite assy e tam compridamente como a ssempre ouverom os mestres da dita hordem*»... feita por D. Afonso V na cidade de Toro, em 16 de Julho de 1475 (*Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 26, fol. 180) (1).

— Em 22 de Junho de 1487, mercê da tença de 15:000 réis, emquanto lhe aprouver, a partir de 1 de Janeiro do mesmo ano, feita por D. Manuel, Duque de Beja, em Santarém. Confirmada depois em Évora a 10 de Abril de 1513 (*Chancelaria de D. Manuel,* liv. 42, fol. 44 v.).

— Em 14 de Setembro de 1489 confirmação feita por D. Manuel Duque de Beja, em Tavira, do alvará concedido

(1) Não encontrámos a carta de doação das comendas da Repreza, Ferreira e Alvalade, no Campo de Ourique, que êle possuía.

por sua mãi D. Beatriz, para que falecendo João de Sousa primeiro que sua mulher D. Branca de Ataíde, a esta ficassem os 15:000 réis de tença. Aquele Alvará foi a 15 de Outubro de 1496 confirmado por D. Manuel em Tôrres Vedras, sendo Rei (*Chancelaria,* liv. 28, fols. 96 v.).

— Em 18 de Abril de 1496 mercê da tença de 200:000 réis desde 1 de Janeiro do mesmo ano, feita por D. Manuel, sendo rei, em Setúbal nos seguintes termos: ... «*havendo respeito aos seus muitos, mui grandes e continuados serviços aos reis D. Affonso, D. João e ao Infante meu padre, assim nestes reinos como nas partes da Africa e em Castela, onde com muita despesa e gasto da sua fazenda sempre serviu aos ditos senhores e mui bem, e bem assim havendo respeito a seus merecimentos e aos muitos serviços que a nós tem feito*»... (*Chancelaria,* liv. 40, fol. 31 v.).

— Em 6 de Outubro de 1496, confirmação feita por D. Manuel da mercê da renda da Judiaria da Guarda (*Chancelaria,* liv. 28, fol. 96 v.).

— Em 18 de Junho de 1497 mercê do trespasse de 50:000 réis da tença de 200:000 réis em sua mulher D. Branca de Ataíde. El-Rei D. Manuel aprovou e mandou que ela os houvesse desde 1 de Janeiro em diante. Carta passada em Évora (*Chancelaria,* liv. 28, fol. 81 v.).

— Em 18 de Julho de 1497 em vista de novo trespasse de 50:000 réis em seu genro o Conde de Penela, El-Rei D. Manuel aprovou e mandou passar carta de padrão dos restantes 100:000 réis. Carta passada em Évora (*Chancelaria,* liv. 28, fol. 81 v.).

— Em 28 de Novembro de 1497, por virtude de terem acabado as judiarias, D. Manuel em satisfação da renda da Judiaria da Guarda, fêz-lhe mercê de uma renda de 20.000 réis em sua vida e na da sua mulher e por falecimento de ambos, passaria a seu filho Manuel de Sousa. Carta passada em Évora (*Chancelaria,* liv. 28, fol. 50).

— Em 10 de Abril de 1513 mercê concedida por D. Manuel para tornar a haver desde 1 de Janeiro de 1513 os 50:000 réis que trespassara em sua mulher que *Deus perdoe* e que vagaram por sua morte, lhe fôssem novamente entregues. Dada em Évora (*Chancelaria,* liv. 42, fol. 44 v.).

Ainda a protecção que D. Manuel lhe dispensou em vida, continuou depois da sua morte, porque ao seu neto João de Sousa (1) não tendo sido confirmado pelo Mestre de Santiago nas comendas da Repreza, de Ferreira e de Alvalade, D. Manuel fêz mercê de uma tença de 100:000 réis, a haver desde 1 de Janeiro de 1516, visto que na *Carta de doação daquelas comendas, a de Ferreira estando em tença de 150:000 réis e destinada por morte de João de Sousa para seu neto, êste não a houve.* Carta passada em Lisboa (*Chancelaria,* liv. 27, fol. 2 v.).

. . . . . .

Fazendo assim reviver uma heróica figura do passado histórico de Portugal, recordamos a nossa infância em Ferreira do Alentejo, quando nos ensinavam que João de Sousa cujos despojos mortais o túmulo da Igreja Matriz encer-

(1) João de Sousa teve de sua mulher D. Branca de Ataíde três filhos: Manuel de Sousa, D. Maria de Ataíde que casou com o 2.º Conde de Penela e desta união descendem os Vasconcelos da Casa de Penela, de Mafra e de Vila Nova de Cerveira, avultando entre êles D. Fernando de Vasconcelos, Arcebispo de Lisboa e Capelão-mor de El-Rei D. João III e D. Joana de Sousa e Ataíde, sem sucessão.

Manuel de Sousa teve do seu casamento com D. Joana de Sousa filha de João Fernandes de Sousa de Baião a João de Sousa de Lima 2.º Senhor de Baião, em quem reverteu a tença de 100:000 réis pelo não cabimento da Comenda de Ferreira, como acima se disse. Casou em segundas núpcias com uma criada, de quem teve filhos, acabando-se a geração nos seus netos.

rava, tinha sido um lídimo defensor das nossas gloriosas tradições.

II

DUARTE DE ALMEIDA — ALFERES PEQUENO

Apraz-me reler o que diz Rui de Pina no Capítulo CXCI da *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V.* ... «E ally hum escudeiro que se dizia Gonçallo Pires, criado de Gonçalo Vaz Pinto, trouxe ao Principe a bandeira real d'El-Rey D. Affonso, que por força e como homem de bom coraçam a tomou a hum Souto-Mayor Castelhano que a levava, e o prendeo sobre sua menagem, a qual nom foy aquelle dia tomada das maãos de Duarte d'Almeyda Alferes pequeno atée que lhas primeyro nom deceparam com outras infyndas feridas que no rosto e em todo ho corpo ouve, de que escapou. E a tanto mal se estende o maao sobcimento das cousas, que este Alferes, a que tanta honra e riqueza apos ysto se devia, viveo despois alleijado e prove, e nam com galhardam dino de tal servyço».

Com aprazimento releio também o que diz Damião de Góis na sua *Cronica do Princepe Dom Joam* no Capítulo LXXVIII: ... «Ha tomaram das mãos a hum fidalguo que ha trazia, de sobrenome Souto-Maior e ho mesmo Gonçalo Pires lha tomou e ho prendeo sobre sua fé e trouxe ha bandeira aho Prinçipe, em galardão do qual e tam notavel seruiço lhe fez ho mesmo Prinçipe Dom Joam, depois de ser Rei merçe de cinquo mil reaes de tença em sua vida com q̃ ha passou em strema pobreza, satisfeito darmas de blasam misturados com fidalguia... e na mesma pobreza viveo ho Alferes Duarte dalmeida aho qual senam fez merçe nhua em satisfaçam de quantas feridas recebeo antes q̃ lhos Castelhanos tirassem ha nossa bandeira Real das mãos»...

Igualmente leio o que diz Garcia de Rezende na *Cronica do Principe D. João:* ... «aqual bandeira nunca poderam tomar das mãos de Duarte de Almeida Alferes sem lhas primeiro deceparem e darem outras muitas feridas no rostro e no corpo e viveo e fez alli como valente e muy esforçado caualleiro»...

Assim tanto Rui de Pina como Damião de Góis acharam que Duarte de Almeida o herói da batalha de Touro ou de Castro Queimado não teve galardão bastante pela proeza que havia praticado e que consistiu em defender a Bandeira Real do ataque dos Castelhanos, *primeiro com a mão direita, depois com a esquerda e por último com os dentes,* num grande rasgo de patriotismo e de heroicidade até ao último alento, — como contam algumas modernas histórias portuguesas (1).

(1) A obrigação do Alferes-menor na ausência do Alferes-mor era de defender a Bandeira Real, na batalha, até ao último extremo, como se relata nas *Crónicas de D. Afonso Henriques e seus sucessores* (edição de 1600), reformadas por Duarte Nunes de Leão.

Tanto na escaramuça da Serra de Benacofú, em África, como em Touro, Duarte de Almeida não fêz mais que a sua obrigação, mas se esta se afirmou em Touro, foi porque lhe cortaram as mãos e tal coroa de martírio, única na história, fêz dêle um Herói.

Esta esforçada acção que devia ser, por aquele motivo, melhor recompensada do que fôra a de Benacofú, passou, aos olhos do Rei, certamente, como um resultado infeliz da obrigação que a Duarte de Almeida cumpria fazer. Pelo contrário a acção de Gonçalo Pires, tirando a bandeira da mão dos castelhanos foi considerada pelo Rei um acto heróico, visto que não lhe cumprindo a obrigação de a defender, o seu valor patriótico o incitou a tal proeza.

As *Crónicas* não dizem que Duarte de Almeida depois de lhe deceparem as mãos, tivesse agarrado com os dentes a Bandeira Real, querendo assim defendê-la do ataque dos castelhanos. Êste último acto de fôrça é produto de escritores românticos, dando dêste modo maior realce ao heroísmo do Alferes pequeno.

No Castelo da Pena há um baixo-relêvo, em mármore de Carrara,

Naquele tempo os Reis não podiam galardoar de outro modo: — ou permitiam que ao patronímico se ajuntassem apelidos representativos das gloriosas acções, tornando assim os heróis nobres para a seqüência dos tempos, ou concediam tenças vitalícias e terras pertencentes à Coroa, ou consentiam, porque nada se fazia sem o seu beneplácito, as sobrevivências das doações em próximos parentes.

Depois da proeza de Castro Queimado, por diferentes vezes, — e presumimos nós que fôsse em recordação de tal proeza —, o *Decepado* recebeu de D. Afonso V uma tença de 10:000 reais, os foros das casas da Rua Nova da judiaria em Santarém, e a sobrevivência para seu filho mais velho da mercê das quintas de Fairo e Martanes, que lhe haviam sido concedidas em 1464 por aquele Rei, visto haver defendido com denodo, como Alferes menor, a Bandeira Real na expedição da Serra de Benacofú em África, como diz a *Cronica do Conde de Dom Duarte*, de Eanes de Azurara e a *Chancelaria de D. João II* no liv. 13, fol. 100.

Antes da proeza de Touro, em Çamora, o mesmo Rei deu-lhe 4:000 reais de tença e a sobrevivência para seu filho primogénito da terra e celeiro de Mossâmedes, em S. Pedro do Sul, que êle possuía.

E como Alferes-menor gozava de uma tença de 6.000 reais brancos, tendo recebido de D. João II, em cumprimento da recomendação que seu pai lhe fizera, uma coutada de sobreiros e azinhais em Portel.

Portanto, não se pode dizer que Duarte de Almeida tivesse vivido pobre com tantas mercês reais.

---

mandado fazer pelo Rei D. Fernando, representando o herói com o estandarte entre os dentes, defendendo-se de dois cavaleiros castelhanos.

*

Mas, deixemos o Herói e vejamos o que aconteceu com as quintas de Fairo e Martanes, situadas nos *bairros* ou arredores de Santarém, e que lhe tinham sido dadas pela galhardia com que defendeu em Benacofú a Bandeira Real.

A doação das quintas foi confirmada por D. João II em 1490 e por D. Manuel em 1497. (*Chancelaria de D. João II,* liv. 37, fol. 104 e *D. Manuel*, liv. 13, fol. 25).

Antes destas datas, em 1471, D. Afonso havia dado a posse delas em uma vida ao filho de Duarte de Almeida, *João Fernandes de Almeida,* posse confirmada por D. Manuel em 1497. Êste em 1501 doou a posse em uma vida ao filho daquele, *Duarte de Almeida,* confirmada por D. João III em 1522.

Em 1559 D. Sebastião autorizou que Duarte de Almeida, neto do Herói(1) renunciasse à quinta de Fairo, a favor de D. Francisco de Meneses.

---

(1) A descendência do Herói de Touro até à 4.ª geração está comprovada por Braamcamp Freire no Vol. II dos *Brazões da Sala de Cintra.* Perdeu-se depois no andar dos tempos. No entanto em 1738, Bernardo Félix de Almeida Vieira de Moura, de Serpa, pretendeu justificar a sua nobreza (Processo arquivado nos *Feitos Findos* e transcrito no Vol. I do *Arquivo dos Documentos Históricos* de Gusmão Navarro) apresentando entre outros itens, o seguinte:

... «he descendente da Ill.ma, e antiquissima caza da quinta da Cavallaria da villa de Vouzela, comarca de Vizeu, Sollar de todos os Illustres Almeydas deste Reyno, Titulares, e não Titulares, como he constante; por cuja linha veiu a ser o justificante, undecimo netto do Grande Duarte de Almeyda, chamado por excellencia, o Decepado, por lhe cortarem os Castelhanos ambas as mãos, para lhe tirarem dellas a Bandeira Real, que dezemrolou na Batalha de Toro, como Alferes mor *(sic)* do Reyno e do Senhor Rey Dom Affonço quinto, cuja façanha (e nunca já mais immitada) he bem constante nas historias do Reyno»...

Como os julgadores dêste tempo não cuidaram em esmerilhar os

Na escritura de renúncia ou trespasse, D. Francisco obrigava-se a dar a Duarte de Almeida 3 moios de trigo, 3 capões, 3 galinhas em cada ano e um quarto de azeite de dois em dois anos e o pagamento far-se-ia com respeito ao trigo no dia de Nossa Senhora de Agôsto, com respeito à criação no dia de Natal e o azeite no dia da novidade. D. Francisco tomava posse logo que Duarte morresse.

Em 1566 D. Sebastião autorizou a renúncia de Martanes a favor do mesmo D. Francisco de Meneses.

A renda a pagar seria 35:000 réis por ano, *em dinheiro de contado*, em duas partes, uma no dia de S. João Baptista e outra no dia de Natal.

D. Francisco para pagamento daquela renda hipotecou as suas casas sitas no Arco dos Barretes, à porta da Ribeira de Lisboa; Duarte de Almeida podia escolher dentre os moradores das ditas casas aqueles que deviam pagar-lhe a importância da renda e falecendo êle, D. Francisco tomava posse imediata da quinta de Martanes.

D. Sebastião confirmava em 1550 e 1563 a Francisco de Meneses a posse das duas quintas.

D. Francisco de Meneses do seu casamento com D. Maria de Noronha teve uma filha *D. Brites de Vilhena* que casou com D. Manuel de Castro, Senhor de Fonte Arcada, comendador da Redinha na Ordem de Cristo e foi ela a possuïdora das duas quintas. Mas por sua morte, elas vagaram para a

---

factos apresentados e só atenderam ao testemunho do argüente e seus amigos e aos traslados de códices nobiliárquicos, a nobreza de Bernardo Félix foi decretada, mas êle fundava-a na descendência de undécimo neto de Duarte de Almeida, por via da Casa da Cavalaria que na opinião de Braamcamp Freire *(obra citada)* nunca lhe pertenceu, nem nunca os familiares foram seus descendentes, nem talvez parentes próximos.

A Casa da Cavalaria usurpou a representação dessa descendência e como aquela casa está hoje sob o senhorio da Casa Tarouca, talvez esta se julgue, por êsse facto, descendente do *Decepado!*

Coroa e Filipe II em 1601 doou-as a *D. Luiza de Vilhena*, filha de D. Brites, e casada com D. Manuel de Portugal.

Êste D. Manuel era filho primogénito de D. Henrique de Portugal, que foi comendador de Santa Maria de Pernes na Ordem de Cristo, embaixador de D. Sebastião ao Imperador Rodolfo. Acompanhou o mesmo Rei à África, ficando cativo na batalha de Alcácer-Quibir. Depois foi do Conselho de Estado do Cardial D. Henrique e em 1619 achou-se nas côrtes celebradas por Filipe I, sendo um dos procuradores por parte da nobreza.

Dêste consórcio de Luiza de Vilhena e de D. Manuel de Portugal nasceu *D. Mariana de Noronha e Castro* que casou com seu primo co-irmão D. Álvaro de Portugal comendador de Santa Maria de Pernes, que serviu na guerra contra os mouros em Tânger e morreu afogado no Tejo em Agôsto de 1640. Tiveram uma filha *Maria Luiza Micaela de Portugal* e nesta foi confirmada por D. João IV, em 1647, a posse das quintas, com obrigação de pagar as dívidas de D. João de Portugal (1), tio de Maria Luiza.

Esta menina morreu com treze anos de idade e por sua morte as quintas passaram para seu primo *D. Henrique de Portugal* visto que nêle incidiu a segunda vida da doação das quintas, — segunda vida que havia sido concedida por D. João IV a pedido de D. Brites de Vilhena.

Em 1665 D. Afonso VI por um Alvará de 28 de Outubro mandou que as quintas passassem para *D. Mariana de Noronha e Castro,* para que delas podesse testar para sempre.

---

(1) D. João de Portugal, começou a sua carreira militar como soldado na armada que foi a Cadiz em 1642. Serviu em Elvas, com dois criados, em soldado. Foi promovido a Capitão de Cavalos e depois a Mestre de Campo, e pelo muito trabalho e fadigas, faleceu *com honra para a Pátria,* conforme diz o real alvará de concessão das quintas a Maria Luiza de Portugal.

Esta senhora ficou viúva, *moça e bem dotada com admirável resolução viveu com grande exemplo e gravidade em sua casa* e dos seus bens fundou a Casa de Nossa Senhora da Divina Providência dos Clérigos Regulares Teatinos. Morreu em 25 de Maio de 1681. Mandou-se sepultar no carneiro dos religiosos onde em túmulo de pedra jazem as suas cinzas. Os Clérigos Regulares, fizeram-lhe um pomposo epitáfio que se pode ver a pág. 800 do Vol. X da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa.*

É muito importante o seu testamento. A cópia ou traslado que dêle foi tirado *(Feitos Findos),* ocupa 35 páginas de escritura cerrada. Deixou também um *Livro verde* ou codicilo onde escreveu várias disposições. Nesse testamento datado de 1679 tudo foi previsto e acautelado. Contém disposições sôbre os seus bens que eram muitos e valiosos e resguarda o cumprimento dos legados com as maiores condições de segurança, de maneira que sua alma ficasse sossegada na bemaventurança eterna.

O seu testamenteiro foi D. António Ardisson Spinola, seu confessor e declarado no testamento, fundador do Convento.

Como é impossível dar todo o contexto do testamento e êle na verdade é uma soberba peça de caridade evangélica, daremos algumas disposições mais interessantes:

... «Quero mais e ordeno que os Bigodes de meu tresavô D. João de Castro viso-Rey da India (1) os tenhão sempre para eterna memoria os ditos Religiosos Teatinos da Divina Providencia em lugar decente da sua Sancristia com o mesmo ornato de prata e Caixa com que lhos deixo, sem o poderem mudar nem desfazerem delle e a elles deixo o livro das familias dos Castros com o mesmo encargo de se não desfazerem delle»... (1).

---

(1) No dia 26 de Março de 1919, Gomes de Brito publicou um artigo intitulado *Onde estão as barbas de D. João de Castro?* e a propósito da morte de um Conde de Penamacor, a êsse tempo sucedida,

... «os Padres Theatinos eram obrigados a pagarem-me cincoenta mil reis em remuneração de hum livro das Armas da Nobreza de Portugal que lhes tinha dado, que depois me largarão por hua percisa occasião, os desobrigo desse pagamento»...

... «deixo aos Padres as quintas, pensões, tenças, para que com sua renda possam construir o Convento, mas mando que o Cruzeiro da egreja seja reservado para Carneiro dos religiosos quer noviços, quer professos, e seja enterrada no meio deles, visto que os amei como filhos e como filha da sua religião desejo que a minha alma vá para o Ceu, pelas orações dos que cá ficarem»...

... «Quer que se dê á sua creada Mariana de Almeida que sempre viveu na sua companhia, *que nunca se casou para não a deixar* 36:000 *reis por mez e mais* 8:000 *reis* para ajuda da renda da Casa, vidros, metaes, roupas, louças e por sua morte para se dizerem missas, uma pensão de 30 mil reis»...

... «e como o meu confessor D. Antonio não pode andar a pé, mando que se arranje um macho ou mula e logo que ele falecer, se venda o animal e com essa importancia se mandem dizer missas por sua alma.

«Além disso marco uma mensalidade ao moço que acompanhe o dito Confessor e que trate da mula»...

... «o seu tresavô D. João de Castro em testamento mandava que ela vinculasse ao morgadio que ele instituiu na quinta de Cintra, metade da tença estipulada naquele testamento e ella manda satifazer esse en-

---

espraiou-se em informações várias sôbre as barbas do avoengo daquele Conde.

E diz que o Bispo da Guarda, D. Francisco de Castro, Inquisidor-mor do Reino mandou que no testamento as barbas do seu avô fôssem encerradas em um canudo de cristal colocado sôbre uma peça de prata dourada e que êsse relicário fôsse entregue a sua sobrinha D. Mariana de Castro que, como se vê da disposição testamentária acima referida, a deixou ao Convento dos Teatinos. Em 1806, a relíquia saíu do Convento e achava-se na Casa dos Condes de Penamacor e em 1863 (segundo diz Vilhena Barbosa no *Archivo Pitoresco* daquele ano) pertencia ao 2.º Conde, António Saldanha Albuquerque Castro Riba-Fria.

cargo e que se vincule ao mesmo morgadio o Casal que ela possui em Armes, termo de Cintra»...

... «e se venda tambem a sua quinta de Alvalade»... (1).

Em 1683 D. Pedro II confirmou a posse das duas quintas aos *Clérigos Regulares Teatinos,* com a condição expressa da sua imediata venda.

Essa venda confirmada por aquele Rei fêz-se em 1700 a *Aires de Saldanha de Meneses e Sousa* pela quantia de 11:500 cruzados que foram pagos em boas moedas de ouro e prata, assim descriminados: 10:500 pelas terras e suas pertenças e 500 pelos edifícios e gados.

Na escritura de venda figuraram D. Luiz Maria Saeque, D. João Baptista Comino e D. Rafael Bluteau.

Os Teatinos não tomaram logo conta do dinheiro. Êle ficou depositado em mão de Francisco Mendes de Barros, visto o Procurador da Coroa ter levantado dúvidas sôbre a validade da posse das quintas, por parte dos Teatinos.

Efectivamente em 1595, um certo Jerónimo de Barros tinha comprado a Pedro Leitão metade (resultante da falta de demarcação e constante arroteio de propriedades limítrofes) da quinta do Fairo e desde esta data até 1785 ainda foram proprietários dela e de outras partes da mesma, Manuel Miranda Pereira e sua mulher Maria da Fonseca; Manuel Gomes de Araújo e sua mulher Leonarda Maria; e Luiz de Barros de Anaia, chegando êste a dividir o Fairo em courelas e a instituir tantas capelas quantos eram os filhos.

Por morte de alguns dos irmãos e pelo casamento com Inácio de Matos de Figueiredo Fróis, *Helena de Anaia* filha daquele Luiz de Barros, ficou senhora da maior parte do Fairo.

---

(1) Hoje o sítio do Campo Grande.

Para casar com D. Luiza Pires de Távora, Aires de Saldanha de Meneses e Sousa instituíu um morgadio na sua quinta de Martanes e nas partes que possuía da antiga quinta do Fairo, que, só na administração de seu neto Aires Bento de Saldanha é que veio a constituir-se na antiga propriedade, tal como tinha sido tombada em 1404, pela compra feita a Helena de Anaia e aos proprietários das courelas adjacentes.

Aires de Saldanha serviu na guerra do Alentejo com reputação e ocupou vários postos. Capitão de cavalos na batalha do Ameixial, Mestre de Campo de um têrço de infantaria no sítio e tomada de Valência de Alcântara. Em 1665 esteve na batalha de Montes Claros. Foi Governador Capitão General da Ilha da Madeira e dos Reinos de Angola e Algarve. Governador das Armas de Setúbal e Conselheiro de Guerra. Era filho de Luiz de Saldanha, vedor da Raínha D. Luiza de Gusmão.

Do seu casamento com aquela senhora que era filha segunda de João de Saldanha e de D. Inez Antónia de Távora teve um filho *José de Saldanha de Meneses e Sousa* que foi Comendador de Santo Eusébio de Aguiar da Beira na Ordem de Cristo, possuïdor de um morgado em Lisboa com a Capela do Santo Crucifixo da Igreja da Graça e de outro em Santarém na Capela da Colegiada da dita Cidade. Sucedeu por morte do pai, na posse das quintas. Casou em 1710 com D. Vitória de Alencastre dama da Raínha D. Mariana da Áustria, filha herdeira de D. Cristóvão de Almada, Senhor de Carvalhos, Ílhavo e Arcos.

Dêste casamento nasceu *Aires Bento de Saldanha,* Capitão de infantaria que em 1737 casou com D. Maria Herculana Mascarenhas filha dos segundos Condes de Coculim D. Filipe Mascarenhas e D. Catarina Úrsula de Lencastre.

Uma filha de Aires de Saldanha de Meneses e Sousa chamada *Inez Josefa de Távora* sucedeu no morgadio de

Fairo e Martanes e casou com D. Pedro Baltasar de Almeida de Alencastre, Comendador de S. João de Trancoso, de S. Pedro de Lordosa e alcaide-mor da Figueira.

D. Inez era de uma grande formusura e distinção. Muito inteligente tornou-se notável pelo conhecimento profundo que tinha de geografia e falava com tal perfeição a língua francesa que se estremava da fidalguia do seu tempo. Viveu pouco tempo depois do seu enlace e o viúvo, inconsolável, determinou professar no Convento do Buçaco e abandonar as delícias do mundo pelos cilícios ásperos da ordem que havia escolhido, mas a educação de seu filho único, produto de uma união venturosa levou-o a desistir da sua inclinação.

No entanto, a sua Casa de Lisboa, transformou-a num retiro quási que religioso e onde vivia como um asceta, longe das vaidades mundanas, ùnicamente desejoso da bemaventurança eterna. (Memórias de Família).

D. José de Alencastre, seu filho único, nasceu a 15 de Dezembro de 1716. Comendador de S. João de Trancoso, de S. Pedro da Lordosa. Alcaide-mor da Figueira. Casou com D. Leonor Mariana Henriques Pereira de Faria, filha de D. António Henriques Pereira, 8.º Senhor da vila das Alcáçovas, vedor da Raínha Maria Ana de Áustria.

Dêste casamento proveio *D. Caetano Alberto Henriques Pereira de Faria Saldanha de Alencastre,* 12.º Senhor das Alcáçovas. Teve as mesmas comendas que seu pai e mais as de S. Pedro de Manteigas, de S. Braz da Figueira. Foi Coronel do Regimento dos Privilegiados da Nobreza e Côrte.

A sua casa era tida como uma das mais rendosas, a-pesar-das muitas despesas que oneravam obrigatòriamente a maior parte das Casas Senhoriais.

E senão vejamos:

Cinco morgadios: Alcáçovas, Vila Maior, Ventosa (em Coimbra), Évora, Fairo e Martanes; seis comendas: S. Pedro

da Lordosa (Viseu), S. Pedro de Manteigas, S. João de Trancoso, S. Braz da Figueira (Évora), S. Miguel de Campia (Viseu), Santo André de Pinhel, S. Salvador de Alcáçovas; três herdades em Olivença; duas quintas: em Palmela e em Paço de Arcos; duas lezírias em Vila Franca; cinco casais: Azenha, Moura, Louro (em Ota), Talhos (em Salvaterra), Caspolina (em Paço de Arcos); casas em Alfama, ruas de S. Bento, da Quintinha, de Santa Catarina, da Bela Vista; travessas do Secretário, do Pasteleiro e do Caminho da Pena, em Benavente e Salvaterra; courelas em Olivais, em Santa Iria; além dos juros reais e das tenças na Casa das Carnes, na Meza dos azeites e na alfândega das Sete Casas (1).

Caetano Alberto tinha três palácios: o do princípio da rua de S. Bento que herdara pelo lado dos Alencastres; o da rua de Santa Catarina que herdara por sua mãe e o da rua da Cruz dos Poiais, solar dos Saldanhas e que mais tarde foi o dos Condes das Alcáçovas.

Uma filha de Caetano Alberto e de sua mulher D. Maria Domingas de Castro filha dos 1.os Condes de Rezende, D. Teresa Francisca de Paula Pereira de Faria Saldanha de Alencastre, 13.ª senhora das Alcáçovas casou com Luiz de Vasconcelos e Sousa (2) e dêsse casamento nasceram dois

---

(1) As pitanças dadas pelos rendeiros eram pingues: o Morgadio das Alcáçovas dava 6 porcos, 1 ôdre de mel de 6 alqueires, 1 canastra de bolos podres e 4 toucinhos pela Páscoa, tudo pôsto na ribeira de Lisboa pelo Natal; o Casal da Azenha dava 12 galinhas; a Lordosa 100 varas de pano de linho; S. Braz da Figueira 24 queijos do Alemtejo; Trancoso 8 alqueires de presuntos; Manteigas o mesmo; o Morgadio de Évora 4 porcos e 4 marrãs e Caspolima 6 galinhas.

(2) Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade Imperial e Real, do seu Conselho, Inspector do Terreiro Público, Enfermeiro mor, Tesoureiro e Executor da Fazenda do Hospital Real de S. José, — como êle se titulava em documentos oficiais.

filhos: D. Francisco de Sales, 1.º Conde das Alcáçovas e *D. Caetano de Sales,* que por morte do irmão herdou a casa e o título.

Êste, do seu casamento com D. Teresa de Sousa Holstein filha dos 1.os Duques de Palmela, teve o 3.º Conde das Alcáçovas, D. Luiz Henriques de Faria Pereira Saldanha e Alencastre que casou com D. Tomázia de Magalhães Mexia Sande Salema Guedes de Menezes.

Desta união nasceu *D. Teresa Henriques de Alencastre,* actualmente viúva do oficial de Marinha Tomaz de Aquino de Almeida Garrett (Visconde de Almeida Garrett) e proprietária das duas quintas de Fairo e Martanes, as quais atravessaram os séculos, aos baldões da sorte, cubiçadas e retalhadas pelas ambições humanas e por fim reünidas em um vínculo indissolúvel por alguém que as transmitiu incólumes para proveito e glória da Casa Alcáçovas.

*

P. S. — Um códice de documentos sôbre as antigas transmissões das quintas e um processo de inventário, arquivados nos *Feitos Findos;* a *História Genealógica* de D. António Caetano de Sousa; *Portugal Restaurado* do Conde da Ericeira; o *Ano Histórico* de Frei António de Santa Marta e o Arquivo de uma parte da Casa Alcáçovas em poder do actual Senhor Visconde de Almeida Garrett, filho único da Senhora Dona Teresa Henriques (para o qual vai o meu melhor agradecimento), foram as fontes de todo êste artigo onde avulta *Fairo e Martanes,* presente real ao heroísmo do Alferes-pequeno Duarte de Almeida.

João Jardim de Vilhena.

TOPONÍMIA DE COIMBRA E ARREDORES(1)

CONTRIBUÏÇAO PARA O SEU ESTUDO

O presente estudo não passa dum esbôço muito incompleto e imperfeito.

Retido a maior parte do tempo em Coimbra pelas minhas ocupações profissionais, nas investigações a que procedi — não falando, é claro, de documentos já publicados — recorri exclusivamente aos documentos antigos existentes nos arquivos públicos desta cidade e ao material bibliográfico de que nela podia dispor.

Sendo meu principal intuito estudar em primeiro lugar a formação do nome das povoações do têrmo de Coimbra, pouco numerosos foram os elementos que me ministraram os documentos consultados. Com efeito, os Arquivos da Universidade, da Câmara Municipal, da Misericórdia e dos Próprios Nacionais, possuindo aliás uma documentação de grande valor para outros estudos, não são muito ricos em documentos suficientemente antigos para êste género de investigações. A sua grande massa é constituída por manuscritos posteriores ao século XV, isto é, pertencentes a uma época em que os nomes de lugar se fixaram já em grande parte na sua forma actual e portanto raro poderemos ir encontrar nesses papéis os nomes originários, ou pelo menos, nas formas antigas, intermédias, o rasto seguro que nos há-de conduzir à forma primitiva.

---

(1) Vid. nota da pág. 1.

Para o meu propósito, mediocre foi pois o fruto que colhi do seu exame. É verdade que a onomatologia não se limita a estas pesquisas; dentro das localidades, no estudo da origem e mudanças de nomes de ruas, há interessantíssimos aspectos lingüísticos e históricos a considerar.

Para êsse capítulo tão curioso da toponímia fornecem-nos os mencionados arquivos, pelo que respeita a Coimbra, copioso manancial de notas preciosíssimas, que de-veras lamento não ter já para êste estudo aproveitado larga e demoradamente.

Ainda assim, a-pesar-de elaborado nestas condições, com tôdas as suas incorrecções, lacunas e deficiências, êste sucinto ensaio não será talvez inteiramente desprovido de interêsse.

No nosso país, neste vastíssimo campo, ainda há tanto terreno a desbravar que se me afigura extremamente oportuna e vantajosa a publicação de numerosas monografias locais dêste género.

Executadas com rigor científico e convenientemente documentadas, integrar-se-iam num vasto plano de conjunto, constituindo como que o preliminar indispensável para a obra de grande vulto que seria altamente meritório e até patriótico empreender quanto antes — o nosso *Dicionário onomástico*.

Estou convencido de que a realização desta obra será fortemente estimulada e até facilitada pelo desenvolvido trabalho de síntese que o sr. Dr. L. de Vasconcelos — verdadeiro propulsor da filologia portuguesa pelo seu trabalho indefesso e admirável — está preparando e cuja publicação é ansiosamente esperada por todos quantos se interessam por estes estudos.

Particularmente sôbre Coimbra e a sua região publicou o sr. J. da Silveira, numa série de artigos da *Revista Lusitana* várias notas toponímicas com aquela proficiência, rigor

científico e vasta erudição que caracterizam os seus trabalhos.

Essas notas, de que largamente me aproveitei, como adiante se verá pelas numerosas referências que lhes faço, não têm continuïdade; o seu autor estudou isoladamente, embora com largueza e notável minúcia, sòmente aqueles nomes que de preferência lhe solicitaram a atenção pelo seu interêsse filológico.

Neste estudo procedo de modo diferente: num exame embora mais perfunctório e superficial, partindo de Coimbra, passo em revista indistintamente todos os lugares habitados em tôrno da cidade, que constituam núcleos populacionais de certa importância, tentando determinar a origem do seu nome e seguindo-lhe a evolução até à forma actual. Limito-me, como se vê, aos nomes de lugares habitados, e dêstes apenas aos que actualmente existem, ocupando-me só acidentalmente doutros nomes — nomes de rios, montanhas e outros acidentes geográficos, sítios ermos, propriedades rústicas, etc.

E como era necessário delimitar com precisão o campo das minhas indagações, confinei-me no actual concelho, visto que o *têrmo de Coimbra*, tradicionalmente considerado, é tudo quanto há de mais vago e incerto no tocante aos seus limites.

Serviu-me de guia na descriminação dos lugares compreendidos nas suas freguesias a excelente *Chorografia historico-estatistica do Districto de Coimbra* por Ag. Roiz de Andrade (1), obra de segura informação, elaborada com o maior cuidado e enriquecida de copiosíssimos índices onomásticos.

Costumava D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos dizer aos seus discípulos que não era sem receio que abordava

---

(1) Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.

questões onomásticas, sobretudo as toponímicas. Ao traçar estas linhas acode-me ao espírito a afirmação da eminente romanista e cada vez mais me convenço de que a muito me aventurei, com a minha incompleta preparação glotológica, sem uma leitura suficientemente vasta de documentos antigos e não possuindo do árabe as noções indispensáveis para o estudo de tantos nomes que os mouros por aqui deixaram (1).

Se aquela doutíssima senhora, que com a sua agudeza de espírito e portentosa erudição podia exaustivamente ocupar-se dos mais variados assuntos lingüísticos, assim se mostrava tímida e hesitante, ¿que não direi eu, tão mal apercebido para me embrenhar nesta obscura selva etimológica?

Emfim, que esta confissão ingénua e franca, a boa vontade de acertar e o interêsse apaixonado por tão atraentes investigações, até certo ponto desculpem as faltas e imperfeições que as pessoas especializadas nestes estudos e por isso mesmo indulgentes, encontrarem no meu modesto trabalho.

*

Coimbra, como se sabe, herdou o nome da *Conimbriga* luso-romana, desaparecida há muitos séculos e que lhe ficava três léguas distante, ao sul do Mondego, junto da actual povoação de Condeixa-a-Velha.

Desta cidade morta restam abundantes e notáveis ruínas e várias relíquias também de grande valor arqueológico; porém o mais perdurável testemunho da sua existência é justamente o *nome*, que, mais ou menos modificado, veio sobrepor-se e suplantar o nome doutro *oppidum* — *Aeminium*, também de fundação muito remota, que existia no local onde hoje se acha edificada a cidade de Coimbra.

---

(1) Ao ilustre Professor David Lopes devo infinito reconhecimento pelas valiosíssimas notas e elucidações com que sôbre topónimos de origem árabe tão penhorantemente me guiou e me esclareceu.

Quando os romanos se estabeleceram na Lusitânia e ocuparam êsse *oppidum*, deveriam ter-lhe conservado naturalmente o nome originário, adaptando-o à índole da sua língua.

É assim, *latinizado,* que êle nos aparece fixado na escrita, embora sob formas diversas, nas mais antigas referências que se conhecem do tempo dos romanos à cidade do sul do Mondego.

Na *História Natural* de Plínio (1) êste autor ou pelo menos os seus copistas dão-lhe a forma *Conimbrica,* topónimo de feição mais genuïnamente latina; no *Itinerário Antonino* (2) encontra-se *Conembriga;* numa epígrafe lapidar de Freixo de Numão registada por Emílio Hübner lê-se — DIS. DEABVSQ. CONIVMBRIC. (3).

Ante tais divergências, êste eminente epigrafista estabelece por analogia como autêntico o nome *Conimbriga,* forma contracta de *Coniumbriga,* indicada pela referida inscrição.

É porventura esta forma plena — *Coniumbriga* a mais aproximada do nome primitivo, o qual, segundo conjectura Adolfo Coelho (4), teria sido **Conenobriga*, em cuja composição entram duas palavras celtas, a primeira das quais, filiada na raiz *cun,* significa altura, situação elevada (5) e a

---

(1) *G. Plinii Nat. Hist.* IV, 35, 113 (Ed. Lemaire, Paris, 1828; Ludovicus Ianus ed. — Leipzig, 1854, etc.) Na ed. Lemaire cita-se a variante: *Cinumbriga, MSS. Reg. et Colb. et in edit Parm.*

(2) «*Iter ab Olisipone Bracaram Augustam*».

(3) E. Hübner, *Inscriptiones Hispaniæ latinæ*... pág. 40: «... *ortus fortasse ex litterarum contignatione male soluta pro Conimbri*[*g(ensibus)*]...».

(4) Ad. Coelho, *Sur la forme de quelques noms géographiques de la Peninsule Iberique,* 1882, *in Mélanges Graux.*

(5) Cf. Zeuss-Ebel, *Gram. celt;* J. Loth (*Revue Celtique,* XXXV, pág. 276): «*Cuno*, que deu o derivado *Cunan, Conan,* significa elevado...; etc.

segunda *briga*, tão freqüente na toponímia das regiões onde dominaram os celtas, precisamente o mesmo que o latim *oppidum* (1).

Mostra-nos pois êste nome a origem celta da povoação, nomeadamente a última parte *briga*, que tantas vezes ocorre no onomástico lusitano, umas vezes anteposta — *Brigantium, Brigactium*, mas as mais das vezes posposta, como se vê nas seguintes terras lusitanas: *Anobra*, (Anlobriga?) *Arabriga, Augustobriga, Caesarobriga, Caelobriga, Celiobriga, Lacobriga, Langobriga, Merobriga, Talabriga.*

Com esta *Conimbriga*, coexistiu durante o domínio romano e ainda depois por dilatados anos o outro *oppidum-Æminium*, ao qual também se referem Plínio (2), o *Itinerário Antonino* (3) e ainda Ptolomeu (4) que não menciona Conimbriga; além de várias inscrições lapidares, como a encontrada na Corunha com o nome dum *C. Sevius Lupus, architectus æminiensis.*

Além destas referências há outras provas materiais que atestam a importância de Æminium nessa época: as nume-

---

(1) Vid. H. d'Arbois de Jubainville, *Recherches sur l'origine de la propriété foncière et des noms de lieux habités en France. Briga, passim.*

Dr. Gonçalves Guimarães, «*Conimbricenses ou Conimbrigenses?*» (in *Gazeta Ilustrada*, Coimbra, 1901, n.º 10, pág. 79): «O céltico *briga* e o alemão *Berg* descendem da raiz indo-europeia *bhrgh*, correspondente ao antigo irlandês *bri* (genitivo *brig*) (monte, colina). Da mesma raiz derivou o alemão *Burg* (burgo, cidade, mais particularmente cidade acastelada) igual, quanto à significação, ao latim *oppidum*. Tácito observa (na Germánia) que os celtas (*Galli*) não tinham *urbes* como os romanos, mas sim *oppida*».

(2) *C. Plinii Nat. Hist.* (Ed. Lemaire, Paris, 1828) «... *Oppidum et flumen Æminium*» (Nota — *Prius Minium legebatur. At est* Λιμίμιον *oppidum Lusitaniæ Ptolomaeo*, liv. II, cap. V, item Antonino).

(3) «*Iter ab Olisipone Bracaram Augustam*» — *Æminium*, a dez mil passos de *Conembriga*.

(3) *Geographia*, II, 5, 6.

rosas lápides romanas, aqui encontradas, entre elas a da inscrição votiva ao imperador Constâncio Cloro que veio pôr ponto ao longo debate sôbre a sua localização; o arco triunfal de Belcouce; o aqueduto sôbre cujos restos se ergueu o *cano real* de D. Sebastião; vestígios talvez dum templo em S. João de Almedina, e sobretudo a substrutura do Paço do Bispo formada por duas ordens de galerias sobrepostas que o ilustre professor Vergílio Correia considera porventura a mais importante construção civil que nos resta da época do domínio romano.

Como *Conimbriga*, deve *Æminium* pelo nome ser também de origem pré-romana. Borges de Figueiredo (1) que se ocupou da sua etimologia, supõe terem sido os celtas seus fundadores, porquanto, da mesma forma que em *Herminius* (*mons*), nome composto de duas palavras celtas: *ar,* partícula aumentativa e *meneia,* «elevação, monte», aparece em *Æminium* o mesmo tema que perfeitamente compete ao monte onde foi fundada a povoação.

Desaparecido o império romano, no tempo dos bárbaros e durante a primeira ocupação árabe, continuaram as duas povoações a ter existência distinta e a manter os seus próprios nomes.

Ainda em 873, no tempo de Afonso III, estando já *Æminium* em poder dos cristãos, aparecem subscritos no Concílio Ovetense — *Naustus, episcopus conimbrigensis,... Arias, Eminio comes;* e do mesmo rei diz o *Chronicon Albeldense* — (*Alfonsus, filius Ordonii*) CONIMBRICAM, *ab inimicis possessam, cremavit et Gallecis postea populavit. Urbes quoque Bracarensis, Portucalensis, Ancensis,* EMINIENSIS, *Vecensis atque Lamecensis a Christianis populantur* (2).

---

(1) *Coimbra Antiga e Moderna,* pág. 256.

(1) Cf. A. V. (Dr. António G. R. de Vasconcelos) *Æminium* (Coimbra) in *Instituto,* vol. XLIII, pág. 216, onde vêm citados estes trechos.

Poucos anos depois, em 878, Hermenegildo, *Tudae et Portugaliæ comes*, pai do referido Arias, toma aos mouros a cidade do sul do Mondego; porém o *episcopus conimbrigensis,* que havia trasladado para Eminio a sua sede, nunca mais para lá volta; com os males causados pelas sucessivas mudanças de domínio e conseqüente êxodo da sua população para uma terra mais vantajosamente situada, entra a velha Conimbriga em irremediável decadência e obscuramente se vai sumindo a ponto de perder o próprio nome.

Êste passa para a cidade do Mondego, mas já sob uma forma bem diferente.

Sujeito à evolução natural do *romanço* foi-se gradualmente transformando segundo as leis fonéticas próprias dessa linguagem: a primeira modificação que nêle se opera é a queda do *g* intervocálico, sem deixar vestígio, facto que ocorre com freqüência, como se vê em *legale,* lial, *vagativo*, vádio, *ruga*, rua, *ego*, eu, etc. (1); vem depois, pela contigüidade da consoante *m,* a dissimilação do *n* em *l,* como em alma (= *anima*), astrolomia — arc. — (= *astronomia*) (2), etc.

É assim que nos documentos do latim bárbaro dêsse tempo encontramos *Conimbria* e *Colimbria,* formas por vezes empregadas indiferentemente a-par uma da outra em diplomas coevos, até que por fim prevalece a segunda.

Antes da sua reconquista por Al-Mançor em 787 é exclusivamente com estes nomes que ela é designada em todos os numerosos documentos do *L.º Preto* e *Port. Mon. Hist.* que a ela se referem. Citarei, por exemplo, o *Testamentum de sancta Christina de* COLIMBRIA *ad portam de almedina,* do ano de 723, em que o rei Ramiro II de Leão doa ao mosteiro de Lorvão — *medietate de eclesia sancta cristina similiter cum omni integritate in ipsa corte... et est ipsa*

---

(1) J. J. Nunes, *Gram. Hist.*, pág. 99.

(2) *Ibidem*, 149.

ecclesia secus murum civitatis conimbrie (1); e o — *testamentum de sancto bartolomeus in arravalde de* COLIMBRIE, datado de 957 em que o presbítero Samuel doa também ao mosteiro de Lorvão «*duas eclesias*», ambas *in arravalde de Conimbrie,* a citada no título e a de «*sancti cocufati*» (2).

Sujeita de novo aos mouros durante setenta anos, estes, sob a influência da glote arábica, chamavam-lhe *Medina-Colimria,* denominação que se fixou na sua língua e ainda é mantida com a sua variante *Colomria* no meado do século XII na célebre geografia de Edrici, que dela nos dá uma descrição muito precisa: — «Colimria está edificada num monte cercado de boas muralhas, com três portas e perfeitamente fortificada. Assenta na margem do rio Mondik, que corre ao ocidente da cidade para o mar» (3).

Mostra-nos bem assim esta denominação árabe que ao tempo do último domínio muçulmano era já *Colimbria* a forma predominante no falar dos naturais.

Desta à forma actual, que era já a do português falado nos primeiros tempos da nossa nacionalidade havia só dois passos a dar — a queda do *l* intervocálico, perfeitamente normal, como é normal também a absorpção da semi-vogal *i* pela vogal imediata, reduzindo à última vogal o grupo *ia,* como entre outros atestam os nomes Sesimbra, Sintra, Lima, que dantes soavam Sesimbria, Sintria, Limia (4).

*

Exposta a origem e evolução do nome Coimbra, vamos percorrer os bairros e ruas da cidade, anotando o que de particular interêsse encontrarmos no seu onomástico.

---

(1) *Dipl. et Ch.*, pág. 23.
(2) *Idem*, pág. 43.
(3) Edrici, trad. Joubert.
(4) Cf. J. J. Nunes, *Gram. Hist.* pág. 40.

Neste deixaram os mouros, tanto dentro como fora da cidade, muitos vestígios.

Temos em primeiro lugar dois nomes de origem árabe que já vimos nos documentos de Lorvão, de 923 e de 957, atrás citados — *Almedina* e *Arrabalde*.

O primeiro, derivado de *al-medina,* que em árabe significa *capital,* grande cidade (1) foi dado ao núcleo primitivo da cidade, à sua parte mais importante compreendida dentro do recinto das muralhas. Ainda hoje subsistem Arco de Almedina, S. João de Almedina.

Arrabalde, (de *ar-rabadh*) (2) designava a parte que se estendia *extra-muros,* ao sopé da colina, pela borda do Mondego.

Na eminência da colina, do lado ocidental, erguia-se o paço acastelado dos governadores do território, e mais tarde dos nossos primeiros reis, o qual pelo tempo adiante manteve a denominação árabe de *alcáçova,* que ainda hoje perdura na tradição e se nos depara em inúmeros documentos. Citarei, *exempli gratia:* — «*domus... juxta* PETRARIAM *subtus* ALCAÇOVAM *Reg novo*» (1297) (3); «*domos empticias et virgultum quas habebat in prædicta civitate in collatione Ecclesiæ Sancti Petri prope* ALCAÇOVAM *Domini Regis*». 1360 (4).

---

(1) Dozy et Engelmann, *Glossaire,* 162.

(2) Id. 193. A-par-de *arrabalde, arrebalde* e *rebalde,* há também no concelho de Celorico de Basto dois lugares, de nome Rabalde. Acêrca dêstes, diz o sr. Dr. L. de Vasconcelos (*Classes de Povoações Portuguesas, Estudo histórico-etnográfico,* Lisboa, 1931, pág. 35): «As Inquirições de 1258 (apud Cortesão, Onomástico) falam de um *casal de Rabaldo* e de um indivíduo chamado *Rabaldas:* por isso o moderno topónimo *Rabalde* pode representar um genetivo, isto é, Rabaldi (scil. *villa*) o que concorda com o ter existido *Rabaldes* (= Rabáldez) no século XV como patronímico. O étimo de *Rabalde* é certamente germânico; cfr. *Radbald,* do século VIII, em Förstemann, *Personennam,* col. 234».

(3) Livro das Calendas, cópia existente na Biblioteca da Universidade, 493.

(4) Ibidem, 47.

Das três portas da cêrca de Almedina, a que alude Edrici na descrição citada, duas ficaram com os nomes moiriscos. O Arco de Almedina, na reconstrução que ainda hoje existe, conserva êsse nome (1). A outra é a porta «*quæ arabice dicitur Alcous*», de que nos fala um Doc. do *Livro Preto* de 1123 (2) e a que daí por diante se referem outros documentos sob formas um tanto diferentes — *Avalcozi* nas Inquirições inéditas de 1220-22 (3); *Avalcouse*, 1230, no Ms. 636 da Bib. da Universidade e L. das Calendas (1317) (4), *Val Cousse* 1399) (5) até se chegar a Belcoyce ou Belcouce, com que do século XV em diante até à sua demolição no século XVIII ela nos aparece designada (6).

Quanto à sua significação, Gonçalves Viana, nas suas *Apostilas,* I, 36-7, interpretou êste nome pelo árabe *bal-qauss,* isto é, «no arco».

O sr. Dr. J. da Silveira (7) é, porém, de opinião que as formas mais antigas com *a* inicial — Avalcozi, Avalcouze não abonam essa etimologia e postulam antes como tal o árabe *abual-qaus*, «o sítio do arco».

Originou certamente êste nome a proximidade do arco romano cujos restos foram demolidos em 1778 e de que ainda se vêem três colunas sustentando dois arcos na conhecida estampa de Jorge Braunio, reproduzida na *Coimbra Antiga e Moderna* de Borges de Figueiredo (8).

---

(1) De 1820 a 1823 teve o nome de *Arco da Constituição.*

(2) Orig., 223, Cópia do Arquivo da Universidade, II, 466.

(3) Tôrre do Tombo, cit. por J. da Silv.ª, *Rev. Lus.*, vol. 24, 202.

(4) Fl. 221 v. Ms. da G. I. M. 10, n.º 7. *L. das Calendas*, 41 — ... *domus in Parochia Ecclesi Sancti Chistophori cum suo portali supersolio et cum suo balcone et cum pertinenciis suis quæ domus est in angulo versus avalcouce et est via per medium.*

(5) Cópia de perg. do Cabido, 26 v., Arquivo da Universidade.

(6) Índice Cronológico dos Perg. e Forais da Cam. de Coimbra, 32.

(7) *Rev. Lusitana*, V, 24, 303.

(8) Perto da Porta de Belcouce ficava o arco de N. Senhora da

A terceira devia ser a que ficava junto ao castelo, defendida pelas suas altas tôrres, e que por estar voltada para o nascente se chamava *Porta do Sol*.

À porta assim nomeada, referem-se inúmeros documentos.

Por aludir a uma quarta porta, cuja denominação mostra ter sido aberta posteriormente, registarei o seguinte assento de 1263, inserto no *Livro das Calendas:*

— *Margarita de Porta Nova dedit Capitulo pro suo anniversario medium morabitinum annualem per olivetum suum de porta sole.*

Afirmam alguns autores que esta *porta-nova* data do século XVI, possìvelmente por ter sido reformada nesta época; mas que já existia no século XII com o mesmo nome prova-o sem sombra de dúvida a demarcação da paróquia de Santa Cruz efectuada em 1137, como se vê da seguinte passagem do respectivo auto: -- ... «*per directum versus Eurum tendit ad murum civitatis ibique terminatur super* PORTAM NOVAM» (1).

Nesta demarcação ordenada pelo infante, depois rei D. Afonso e em que intervém, além do prior D. Teotónio, João Peculiar, arcebispo de Braga, Bernardo, bispo de Coimbra, Martinho *Zouparel* e muitos outros cidadão de Colimbria, encontra-se uma tam minuciosa descrição desta parte extra-muros da cidade, com tantos nomes de sítios nela compreendidos que se me afigura interessante transcrever algumas passagens: — *Ab Africo* (ÁVREGO, SUL) *terminatur per ripam Judæorum, per illam Almocavaram Judæorum... ad illam Almuniam regis, ibique terminatur in occidente. Ab Aquilone* (NORTE), *vero versus orientem terminus descendit*

Alegria, situado na entrada da rua do mesmo nome — hoje simplesmente rua da Alegria, continuada pela *via longa* em direcção à Arregaça.

(1) Vid. cópia dêste auto *in* D. Th. da Encarnação, *Historia Ecc. Lusitaniæ*, T. III, pág. 149.

per viam antiquam quæ venit de Columbario Petri Alpoi, per illum furnum ad portam Mauriscam et pervenit ad torrentem de balneis Regis, ibique finitur terminus a septentrionali parte in occidenti. Item ab ortu solis ascendit a prædicto columbario per crepidinem MONTIS RUBEI *ad vineam Petri Alpoi et inde emergit usque ad fonte Judæorum; unde per directum versus Eurum tendit ad murum civitatis ibique terminatur super Portam novam. Jam quidquid aliud est usque ad Gundisalvum transversum vicus Judæorum separat.*

Havia ainda uma quinta porta chamada de *Genicoca* (1) ou arco da Traição, nome que costumava aplicar-se a *portas falsas ou escusas*, que dissimuladamente se abriam nas muralhas para a eventualidade dum cêrco.

Foi esta sem dúvida a origem do nome; bordou-se porém sôbre êle uma lenda relacionada com a conquista de Fernando Magno, que Pereira Coutinho aproveitou no seu romance *Elvenda ou Conquista de Coimbra.*

Assim fica explicado o nome das cinco portas que se abriam na forte *couraça* (2) de muralhas de Almedina.

---

(1) Não consegui averiguar a origem dêste nome que nos títulos antigos e crónicas monásticas, sob diferentes formas (*a*) designava os terrenos fronteiros à referida porta... nomeadamente o outeiro em que no século XVII se edificou o Colégio de S. José dos Marianos. Tanto o autor da *História Seráfica* como o da *Crónica dos Carmelistas*, falando do sítio de Genicoca aludem ao nome de *monte áureo*, com que os estudantes o crismaram; «por estar muito coberto de bem-me-queres amarelos que representavam uma lamina de oiro», explica-nos Fr. Bélchior de Santa Ana.

(2) Êstes têrmos de *couraça* especialmente aplicados aos lanços que do sul e do norte a protegiam ao longo da escarpa abrupta, vieram com

(*a*) *Reportorio geral das propriedades do Cabido* (Arquivo da Universidade, século XVII): — «*Janicoca* — He sobre o Mondego, sobre as quintas acima da ponte (Cêrca dos Marianos).

«Quinta de *Genicoqua*, que he na Alegria» (1724, Tombo II do Colégio de S. Pedro — que remete para o livro V dos Prazos, fl. 277 v.).

No curto, mas nítido e rigoroso esbôço topográfico da Coimbra medieval, traçado com mão de mestre, pelo Sr. Dr. António de Vasconcelos (1), referindo-se a esta parte da cidade, diz-nos o sábio professor, a quem tanto deve a arqueologia coimbrã: «*Almedina,* no século XIII já devia possuir uma população relativamente considerável. Engana-se porém redondamente quem supuser que Coimbra era cidade muito populosa, que se achava muito condensada a gente dentro das muralhas. Não. O perímetro era de modestas dimensões, e havia dentro bastantes espaços inhabitados — cortes, quintãs, eidos, pardieiros, penedos nus, etc. Em volta das igrejas é que a população mais se adensava, encostada ao lugar santo... Assim é que, a cada templo, correspondia um núcleo de habitações mais compacto: eram outros tantos centros de condensação urbana» (2).

Amoldando-se as mais antigas construções como é natural, ao relêvo do terreno, o traçado da cidade era tudo quanto havia de mais irregular.

Dentro da cêrca e partindo das portas que lhe davam acesso, foram-se estabelecendo as ruas principais que subiam para a alcáçova através dos núcleos populacionais, formados, como acaba de ver-se, em tôrno dos mais antigos templos; junto do seu ponto de partida eram estas ruas ligadas pelas diferentes secções da extensa rua circundante que corria encostada aos muros a-par-do *adarve* ou *caminho*

---

o andar do tempo a designar as ladeiras que encostadas interiormente aos muros subiam dum e doutro lado pela íngreme encosta.

Ao princípio dizia-se simplesmente *couraça, rua da couraça;* nos fins do século XVI começou a dar-se à do sul o nome de Couraça de Lisboa, e à do norte o de Couraça dos Apóstolos por ficar próxima do Colégio dos Jesuítas, aos quais, logo em seguida ao seu estabelecimento em Portugal, se costumava dar êsse tratamento.

(1) *A Sé-Velha de Coimbra,* M.DCCCC.XXX, Cap. III.

(2) *Op. cit.*, págs. 93–94.

da ronda e, comunicando umas com outras, com o andar do tempo e sucessivas edificações, torna-se pouco a pouco um inextricável labirinto de ruas e vielas.

O mesmo sucedeu no *arrabalde*. Aqui a rua principal devia ligar a testa da ponte com as entradas da *almedina* e continuava para o norte, seguindo naturalmente o traçado da antiga via romana. Normais a esta e cingidas à forma do terreno, foram-se definindo as ruas que davam saída para os terrenos ribeirinhos, às quais ainda devem corresponder vagamente algumas das ruas que actualmente existem.

Tanto num, como noutro bairro, essa correspondência é difícil, nalguns casos até impossível hoje averiguá-la. Também não é êsse o nosso intuito; embora muitas vezes a localização das ruas explique o seu nome e as duas investigações andem anexas, o que principalmente nos importa é a sua *denominação* e essa só começa a oferecer interêsse do século XIII em diante.

Segundo afirma o mesmo erudito autor (1), nos «documentos dos séculos X, XI e XII não se encontram, em regra, denominações das ruas, que são indicadas apenas pelos nomes de *rua*, ou *via pública*, acrescentando-se por vezes, como restritivo, a designação da porta ou edifício ou lugar, donde parte, aonde se dirige, ou por onde passa».

Nos séculos seguintes, nomeadamente nos séculos XV e XVI, essas referências tornam-se mais precisas; a toponímia tradicional já se fixou e as ruas começam a ser designadas pelos nomes que muitas delas ainda hoje conservam, pelo menos no uso corrente.

A fixação da Universidade em Coimbra em 1537 marcando para esta cidade uma era nova e imprimindo-lhe a feição típica e inconfundível que ainda hoje a distingue das outras cidades portuguesas, não podia deixar de reflectir-se

---

(1) Dr. A. de Vasconcelos, *Op. cit.*, pág. 107.

na nomenclatura das suas ruas, principalmente nas da alta, as quais apresentam a partir dessa época um novo sistema onomástico, que vai até ao advento do constitucionalismo.

Entra-se agora na fase em que a denominação das ruas deixa de ser uma prerogativa do povo para se tornar uma das atribuïções dos seus representantes municipais. Dela se tem usado quási exclusivamente para a comemoração de grandes acontecimentos ou consagração de vultos notáveis, se bem que muitas vezes elas registem nomes de indivíduos medíocres, em obediência às tendências políticas dominantes.

Podem portanto assinalar-se três períodos na nomenclatura das ruas coimbrãs.

Nos nomes mais antigos há várias categorias — nomes de ordem mèramente topográfica, nomes de igrejas ou lugares santos, nomes de construções ou dos seus proprietários e, mais numerosos no *arrabalde,* nomes dos misteres e mercadorias que aí se arruavam.

É nos testamentos, legados pios e outros títulos de transmissão que mais freqüentemente vêmos êsses nomes, a localizar os prédios ou a indicar as suas confrontações.

Em Almedina, das ruas actualmente existentes a das Covas, hoje rua de Borges Carneiro, é aquela a que mais antigas e numerosas referências se encontram em tais documentos.

No *Livro Preto,* em carta de testamento datada de 1106, *Martinus Pelay et Adosinda* dispõem *de domo nostra quam habemus sub illas covas.*

No *Livro das Calendas* (fl. 11) há um assento de 1178 onde se lê: «*... medietatem domorum suorum que sunt circa foveas*».

Mais adiante, no mesmo livro (fl. 38) vê-se: ... *medietatem unius case que est in vico de Covis*. . 1225.

O sr. Dr. António de Vasconcelos (*Sé-velha,* 108) vê

neste nome talvez alusão às sepulturas abertas no adro norte da Sé onde ela começava.

Certamente pelo mesmo motivo o Dr. Teixeira de Carvalho dá-lhe o nome de rua dos *Moimentos,* baseado não sei em que documentos (1).

As expressões *sub illas covas* e *circa foveas*, empregadas nos documentos citados, suscitam-me outra idea.

Transportemo-nos pela imaginação a êste trecho da Coimbra medieval — a importante construção romana ao cimo da rua devia estar transformada num montão de ruínas e porventura descoberta a entrada das galerias ainda hoje existentes. Essas extensas e misteriosas galerias, a que perfeitamente cabia o nome de *covas* ou *foveas*, deviam causar a mais funda impressão na imaginação popular; era naturalíssimo pois que fôssem tomadas como ponto de referência para localizar as propriedades sitas nas suas imediações. Tal a meu ver a origem do nome da rua.

Outros nomes de ruas tanto da *almedina* como do *arrabalde*, fixados em época remota, derivam dos nomes das antigas igrejas da cidade. Destas só restam três na sua primitiva fábrica românica; algumas foram reconstruídas em época relativamente recente; outras desapareceram, mas mesmo destas ainda sobrevive a recordação na toponímia.

A cada passo nos velhos documentos se encontram referências dêste teor:

... hereditatem extra murum colimbrie ad portam solis juxta cursum aqua... (*Dipl. et Ch.*, 402, 1087). *Ego sesnandus... do ad illam ecclesiam novam quam edificari in Collimbria... in illo loco quem vocitant Mirleos...* (*Livro Preto,* Orig. fl. 11, 1087).

---

(1) *A anatomia em Coimbra no século XVI, Rev. da Universidade,* VII, 542.

Dominus Lupus et uxor mea domina Columba... domus in Colimbria in collatione sedi sancte marie... 1251 (1).

... in suburbio colinbrie in collatione sancte juste in porta maurisca... (Ms. cit., 164 v.).

... Ambrosium... abbatem cenobii de carquere in civitate conimbrie... in ecclesia sancti Bartholomei (Ibid. 171).

Assim na *alta,* prevalecendo até muitas vezes sôbre a denominação oficial, vemos — rua, travessa, escadas de S. Cristóvão, rua de S. Salvador, rua de S. João e rua de S. Pedro; e no *arrabalde,* vários nomes relacionados com as igrejas de S. Bartolomeu, Sant'Iago e Santa Justa.

À igreja de S. Pedro anda com freqüência associado em vários documentos o nome de *Mirleus.* A fls. 200 v. do Ms. 636 da Biblioteca da Universidade fala-se do «*ospital dos mirleus que está defronte da porta principal da igreja de sam pedro* (1527).

Mais duas referências, mas estas só ao dito hospital, se podem ver no mesmo Ms. — uma com data de 1511: ... «*hospital dos myryleus situado na cidade de coimbra junto dos paaços dalcaçova...*; outra de 1520 (fl. 200 v.): «*Gaspar Gonçz, escudeiro da casa del Rey, provedor e administrador do hospital dos mirileos.*

Um registo, infelizmente sem data, do *Livro das Calendas* (Cópia da Biblioteca da Universidade, 160) menciona *quadam vinea quæ est juxta murum Collimbriensis civitatis in loco qui vulgariter dicitur Millea, quæ vinea terminatur ex una parte cum muro dictæ civitatis et ex alia cum Ioanne dicto feltrario et ex alia cum leprosis* (2).

---

(1) É de notar neste documento o nome do proprietário com que confronta pelo nascente — *Martinus Jogral* — Ms. da Biblioteca da Universidade, n.º 636.

(2) É interessante esta confrontação por dela se inferir o local da primitiva instituïção da gafaria, antes da construção do hospital no subúrbio às portas de Santa Margarida (azinhaga dos Lázaros).

Muito antes porém, no seu testamento, feito em 1087, D. Sesnando, ao instituir um legado em favor da igreja de S. Miguel, alude a Mirleus: ... «*do ad illam ecclesiam novam quam edificavi in Collimbria... in illo loco quem vocitant Mirleos...*

Viterbo dá êste nome aos franceses e outros estranjeiros que nos começos da monarquia vieram a Portugal e supõe que êle nasceria do alemão Mirle ou Schmirling, isto é, o *esmerilhão*, que de inverno se acha de arribação em Portugal.

O sr. Dr. Leite de Vasconcelos, com razão, classifica êste étimo de muito aventuroso (1).

Parece-me mais natural derivar os vários Mirleus ou Mirlaus do nosso país do cognome latino *Merula*, donde *Merulavus* que em França originou vários topónimos segundo refere d'Arbois de Jubainville (2).

Não quero com isto significar que tais lugares tivessem entre nós tão remota origem, mas simplesmente admitir a hipótese de êsse nome lhes ter sido dado por estranjeiros oriundos de terras assim denominadas.

Dois velhos nomes de ruas de *almedina* que ainda perduram são o de *Sôbre-a-Riba*, denominação que anda desfigurada tolamente em rua de *Sob-Ripas*, como diz o sr. Dr. António de Vasconcelos (3) e o de rua das *Fangas*.

O primeiro já em 1278 se vê mencionado no livro das *Calendas* (B. Univ., 470): *Maria Martini... dedit nobis unam casam... in vico de supra ripam*. Na *Copia de Pergaminhos* do Cabido (Arquivo da Universidade) encontra-se (1367) a doação de um olival em Vila-franca por Isabela Martins *moradora na rua que chamão sobelariba*.

---

(1) Observações ao Elucidário, *Rev. Lusitana*, v. 27, 254.

(2) *Recherches sur l'origine de la propriété foncière et des noms de lieux habités en France*, pág. 564.

(3) *Op. cit.*, 86.

De *fanga,* antiga medida de cereais passou o nome a designar o lugar onde estes se vendiam por estiva e daí a denominação de Fangas dada à rua onde existia o mercado das farinhas mencionado no foral de Coimbra de 1516 (1).

O famoso nome de *Quebra-Costas* é moderno; só começa a ser usado do século XVI em diante. Com a data de 1445 depara-se-nos na Cópia dos pergaminhos do Cabido um título da *compra de duas moradas de casas acima da porta de Almedina na rua direita que vem para a Sé.* Anteriormente tinha o nome de rua das *Tendas* — não dum determinado género de mercadorias, mas significando lojas de venda em geral.

Nuns curiosos registos do livro das *Calendas* do século XII e comêço do seguinte encontra-se minuciosamente traçada a topografia dêste trecho da cidade e nas transcrições que vou fazer se poderão ver as ligações desta rua das Tendas com as que lhe ficavam contíguas.

Para não alongar demasiadamente estas notas transcreverei só o essencial:

> «... reliquit nobis pro suo anniversario unam tendam in foro juxta lapidem de Piscibus, quam debet tenere Joannes Ratõ in vita sua tantum,... et ista domus cum suo sobrato incipit a principio viæ Fibulariorum ex parte una, et ex alia parte incipit in vico Tendarum Domini Regis quæ tendæ sunt in vico quo itur ad Ecclesiam Cathedralem, et ante istam domum erat quidam magnus lapis in quo vendabantur pisces et ideo dicebatur ista domus, domus de Petra de Piscibus. (1240, *Livro das Calendas,* 460).
>
> «... domus in vico de supra ripam in parte quæ respicit versus quintanale Fibulariorum et est ultima domus, et jungitur loco lapidoso per quam fit descensus ad dictum quintanale. 1248, *Livro das Calendas,* 470).

---

(1) «Pedro Crasbeque, framengo de nação, impressor de livros e morador nesta cidade às *fangas da farinha*» (1609) *Índice Cronológico,* pag. 195.

«... domus in platea quintanale Fibulariorum, que domus continguantur ex una parte cum domibus capituli, ex alia cum domibus in quibus solent parvi pro festo Ramis Palmarum decantare gloria laus..». (1318, *Livro das Calendas,* 509).

Destas transcrições vê-se que a parte inferior da rua que hoje se chama *Quebra-Costas* correspondia pouco mais ou menos à rua das Tendas e que esta se prolongava da embocadura da rua de Sôbre-a-Riba à Sé pela rua dos Fiveleiros.

A fixação da Universidade em Coimbra no tempo de D. João III cria no *bairro das escolas* uma nomenclatura nova.

A *alcáçova* passa a ser o *Paço das Escolas;* na antiga *praça dalmedina* é instituída, em honra da Universidade, *a feira franca dos estudantes;*(1) e os novos colégios dão os seus nomes às ruas em que sucessivamente se vão construindo.

Na *rua que vai do Castelo ao Paço*(2), rua de El-rei, depois *rua larga,* na sua extremidade, junto da alcáçova, ergueram-se os dois colégios, reais e rivais, de S. Paulo e de S. Pedro, separados pela rua de *Entre-Colégios*, e em tôrno da mole universitária, dos colégios que nelas existiram, ainda hoje vemos a rua dos *Grilos* (Eremitas reformados de Santo Agostinho), da *Trindade* (Colégio da Santíssima Trindade) e dos *Militares* (das ordens de Santiago e de Aviz). Mais adiante há a rua de *S. Jerónimo*, do colégio do mesmo nome fundado por Fr. Brás de Barros; o Páteo dos Estudos

---

(1) Carta régia de 1 de Setembro de 1540. É conhecida a trova popular:

Sansão é dos frades cruzios,
A Calçada dos amantes;
A Praça das regateiras,
A Feira dos estudantes.

(2) *Livro preto do Colégio de S. Bento,* 1580. — Doação de casa e quintais na *rua que vai do Castelo ao Paço* (in *Arquivo da fazenda distrital*).

dos Jesuítas deu o nome à rua dos *Estudos* e, subindo da Feira para a rua *Larga*, a rua hoje do *Dr. Daniel de Matos* chamava-se dos *Loios* por lhe ficar ao lado o Colégio dos Loios, dos Cónegos seculares de S. João Evangelista. De dois colégios construídos sôbre as muralhas, proveio o nome das ruas circundantes — o *Colégio novo* da Sapiência, dos Crúzios e o Colégio de Santo António *da Estrela,* da Seráfica Província de N. S. da Conceição.

Foi também dos colégios construídos por esta época na *Sofia* que veio êste nome para a rua, que pela sua amplidão e traçado rectilíneo era uma das excelências de Coimbra e motivo de justa ufania para os seus naturais.

Cansam-se alguns historiadores da cidade em pesquisar a origem dêste nome e inventam para o efeito um colégio de Santa Sofia que nunca existiu.

Encontram-se porém no elegante *Conimbricæ Encomium* (1) dois versos que nìtidamente atribuem a abertura e o nome da rua a Fr. Brás de Barros:

«Tende gradum ulterius, vicum Sophiæque require,
Quem Blasius statuit, nomen et ipse dedit»

E assim devia ser. Quando os estudos humanísticos haviam atingido a perfeição que enchia de pasmo os estranjeiros que visitavam Coimbra, e a língua grega era tão familiar a mestres como a estudantes, nada mais natural do que escolher-se intencionalmente para denominar a rua que viriam a ennobrecer tão graves e doutos colégios, a bela palavra grega, de um raro poder expressivo — «σοφία», santa Sofia, *spiritus sapientiæ,* para significar que só pela cultura das letras divinas e humanas se atinge aquele divino grau de soberania que rege as nações e ilumina as consciências (2).

---

(1) *Conimbricæ Encomium ab Ignatio Morali editum. Con. M.D.L.IIII.* 2.ª Ed. A. M. S. C., Coimbra, 1887, pág. 26.

(2) Estou-me lembrando do comentário de Ruskin ao versículo do

Há muito porém que o coração do *arrabalde* era a *Calçada,* a rua dos ricos mercadores, mas onde também viviam *doutores* como o célebre Pedro Nunes, pai de D. Guiomar, a dama da cutilada. É do século xv em diante que nos documentos começam a aparecer mais amiudadas referências à rua dêste nome. Dos documentos arquivados na Câmara citarei ao acaso:

1444 — «praso do concelho na *calçada* dante a porta de almydina».

1451 — «casas q̃ partem c. a dita rrua pruuyca da *calçada* e com a barbacã do arquo de almedina».

1512 — «Carta de D. Manuel fazendo mercê de 20 cruzados para o calçamento da rua da *calçada* e do peitoril e rua que iam para Sant'Iago».

Da rua do *Coruche,* que uma Carta régia de 1552 diz que «he das boas ruas da cidade» vi notícia em documentos a partir do século XIII:

«... In rua de Coluchi contra judiariam in collatione Sancti Jacobi Colimbrie»... 1266 (1) «... em Coimbra en cima da rua de Coruchi descontra a porta da Judiaria»... 1321 (2).

... «som sobre o vertedouro da agoa das casas da rua do CORUCHE»... 1352 (3).

---

livro que tem nas mãos o S. Tomaz de Aquino da Capela dos Espanhóis em Florença:

«*Invocavi et venit in me Spiritus Sapientiæ*» C'est la puissance personelle de la Sagesse—la «σοφία» ou Sainte Sophie, à laquelle fut dedié le premier grand temple Chrétien. Florence nous dit qu'elle n'obtint que par la prière cette sagesse sublime qui régit, par sa présence, toute conduite terrestre et, par son enseignement, tout l'art terrestre. — *Mornings in Florence*, trad. fr. de E. Nypels, pág. 132.

(1) Ms. 636. Bibl. Univ., fol. 264.

(2) Ibid.

(3) *Cópia dos pergaminhos do Cabido,* Arquivo da Univ., L. 1.º 58 v.

As três formas registadas mostram-nos a evolução do nome a partir daquela que mais se aproxima do vocábulo que eu reputo seu étimo: *culuchi* < * *colutii* < *collotii*, de *collotium,* que segundo Ducange significa celeiro ou armazém, onde se coloca trigo ou outros géneros (1).

A rua do Coruche, *descontra a porta da Judiaria,* leva-me a falar desta e da rua que, por um caso análogo ao *Santo-Milagre* de Santarém, dizem ter tomado o nome de *Corpo-de-Deus* por que ainda hoje é conhecida.

Não repetirei a lenda, que vem narrada no *Agiológio Lusitano* e em quási tôdas as obras que se ocupam da história de Coimbra; direi apenas, baseado em documentos, que no fim do século XIV, «junto com os muros da cidade, onde soya asser a judiaria velha» existia a «ermida e esprital (que hi fizera Gonçalo Glz, mercador, em 1371) e logo do Corpo de Deus» (2); e que na primeira metade do século XV era designada pelo nome *da Judiaria* a rua que ia da esnoga para a porta mourisca:

«... em as casas do dicto Isaque fabibe que estam na Judiaria da cidade de Coimbra que partem com a rua pubrica da Judiaria que vai da esnoga para a porta mourisca...» (3).

A esta *porta mourisca* não é fácil determinar com exactidão o local onde era situada.

Vimos já que a ela aludia a demarcação da paróquia de Santa Cruz de 1137. Num documento de 1343, que se encontra a fol. 218 v. do Ms. 636 da Bibl. da Universidade, fala-se de «hua casa so a porta da fygueira que parte com casas de Roçavalles e com conchouso de sancta cruz».

---

(1) V. Ducange, *Gloss.*: Colatium, collotium, collatium: Horreum aut aliud ædificium ita dictum, quod frumentum vel alia in eo collocarentur.

(2) Ms. 636, Bibl. da Univ., 266 v.

(3) Ms. 636, Bibl. da Univ., 260, a. 1436.

¿Será esta *porta da fygueira* a porta mourisca e virá daqui o nome de rua das *Figueirinhas*, com que ainda hoje é conhecida a rua de Martins de Carvalho?

Porta mourisca havia pelo menos outra em Coimbra, mencionada num documento de 1250, a fol. 164 v. do referido Ms. 636:

«... in suburbio colinbrie in collatione santa juste in *porta maurisca*», donde se entende que davam genèricamente êste nome às portas de construção árabe, como a da Traição, cujo arco, em forma de ferradura, se pode ver num desenho de 1773, que se conserva no Museu Machado de Castro.

Esta última porta mourisca devia ser a porta da Figueira-Velha, que ficava na rua dêste nome, que ia do fundo da rua Direita em direcção à capela do Santo Cristo do Arnado (1).

A rua da Figueira-Velha era assim chamada do sítio designado com êste nome pelos velhos documentos. No *Livro das Calendas*, 439 e 443, fala-se de umas «*vineas... in veteri ficulnea*» e, na doação dos terrenos com que em 1242 a infanta D. Branca concorreu para a obra do mosteiro de S. Domingos, aparecem-nos estes com o nome de *ficus vetus*.

Antes da abertura da rua da Sofia no século XVI era pela rua da Figueira-Velha e pela rua Direita que directamente se estabelecia a saída da cidade para o norte e daí a sua importância na topografia da Coimbra antiga.

Começa esta rua, como se sabe, no *terreiro* ou *praça* de *Sansão*, a que dava singular nobreza o mosteiro de Santa

---

(1) Arnado (= arneiro, terreno arenoso) < arenatu. *Livro Preto*, 261 — ... in suburbio collimbrie, in illo arnato de flumine Mondeci (1310).

Id., (1083) — Venda de uma horta com seu poço «in illo *arenato* super flumine Mondeci».

Cruz e que, como a praça de S. Bartolomeu, era um centro de convergência de numerosas ruas do arrabalde. Crê-se geralmente que êste nome lhe foi dado pela fonte de Sansão, na qual até 1819 se via, sôbre um pedestal quadrangular, a estátua dêste herói bíblico, feita em 1592 pelo *maginario* Manuel Fernandes. Careço de elementos para determinar com segurança a origem desta denominação (1), que é anterior às fontes mandadas construir no terreiro cêrca de 1400 pelo prior D. Afonso Martins.

Com tal nome já era designada no século XIII a rua da Figueira-velha, como se depreende de uma passagem da *Chronica dos Frades do Seraphico Padre Sam Francisco* (Lisboa, 1557) de Fr. Marcos de Lisboa.

«E entrando (D. Afonso II) pela cidade de Coimbra pela *rua de Samsam,* chamada agora da *Figueira Velha,* foi ter ao terreiro de Santa Cruz» (2).

Correspondendo pouco mais ou menos às ruas que desembocavam neste *Terreiro* entre a rua Direita e a do Coruche, a da Moeda conserva o nome tradicional; as outras ainda no fim do século XVIII se chamavam rua de *Tinge-rodilhas* e dos *Çapateiros.*

O nome de rua da *Moeda* parece indicar ter existido nas imediações uma oficina monetária. É natural que em Coimbra, pelo menos nos quatro primeiros reinados, se tivesse cunhado moeda. Já muito antes ela se havia cunhado na antiga Emínio, no tempo dos visigodos (3). Mas não é de crer que para êsse fim se tivesse escolhido aquele sítio do arrabalde, dos mais impróprios para tais oficinas.

---

(1) Na venda de uma terra em Prevides por Gunsalvus Petri (L.º Preto, a. 1122), nas confrontações, vê-se o nome *Samison.*

(2) V. *Arcos e Portas antigas de Coimbra* (notas e apontamentos) por F. A. Martins de Carvalho, e *Fontes e Chafarizes de Coimbra e suas immediações,* pelo mesmo A. in *Gazeta de Coimbra,* 1924.

(3) Vide *Coimbra Antiga e Moderna,* por Borges de Figueiredo, 259.

Na Coimbra medieval, os terrenos desta parte do arrabalde andavam apaülados o mais do ano e muito sujeitos às inundações do Mondego, o que os tornava quási inhabitáveis a-pesar-das medidas tomadas de certo tempo em diante pela Câmara para remediar a sua insalubridade. Note-se o nome que ainda hoje se mantém — largo da *Maracha* (= marachão), ao pé das Olarias. A rua da Moeda ficava no talvegue de um vale fundo pelo qual corriam as águas da Ribela, aproveitadas neste sítio para accionar *moendas*. Creio bem que foi êste nome que, através de *moêda*, pelo conhecido processo de contaminação se fixou em *moeda*.

Leva-me a esta convicção o instrumento de *escambo* (*Cópia de pergaminhos do Cabido*, Arquivo da Universidade, 26 v.) feito em 1399 entre o Cabido e João Esteves, da Moreira (escadas da Amoreira, ao fundo da Couraça de Lisboa) em que êste recebeu umas casas e dois pardieiros que o cabido tinha a-par da porta de *Val-Cousse* por uma casa «e moos com sa moenda que o dito João Esteves e sua mulher haviam em rua de moeda».

Os restantes nomes de ruas e sítios, assim de *almedina* como do *arrabalde*, compreendidos nas séries que acima estabeleci, têm uma origem fácil de explicar. Nalgumas, o nome deriva da sua situação, de causas meramente topográficas — rua do *Norte*, da *Boavista*, rua dos *Penedos*, rua do *Rêgo-de-Água*, a *Pedreira* (1297, 2.º das Calendas, pág. 493 — «domus juxta *petrariam* subtus alcacevam Reg̃. novam» ...) escadas do *Marmeleiro*, da *Mostardeira* (S. Bartolomeu) da *Nogueira*, da *Carqueja*, rua das *Flôres*, beco do *Romal*, rua dos *Gatos*, rua das *Rãs*, etc.

Noutras, de construções: rua da *Ilha* (grupo de casas, insulado de outras habitações e cercado de ruas por todos os lados; dos *Palácios-confusos*, nome moderno, talvez do século XVI, aliás seria Paços; do *Fôrno*, ao lado da qual fica a rua do *Borralho;* rua da *Fornalhinha*, rua das *Cozinhas*,

rua da *Sota*, que além de *açoteia* também significava logea (1), largo da *Freiria*, antigo aposento dos freires da religião de S. João da Freiria, etc., etc.

Nomes de proprietários, de moradores, simples alcunhas, são largamente representados. A rua da *Matemática* ficou-se assim chamando por nela ter tido a sua morada o *matemático* André de Avelar. À rua da *Porta-nova* deu-se o nome de rua dos *Coutinhos*, por nela ter o seu solar a nobre família dos Coutinhos, donatários da Baía; ligada a esta, havia e há ainda hoje a «Rua pp.ca que vay ao longo das casas do bacharell do *loureyro*» (Emprazam. da Cam.a, 1515, *Indice Chronologico*, pág. 60); rua do *Guedes;* páteo do *Castilho*, assim chamado por dar acesso à casa onde residiu o Dr. José de Castilho, pai do grande poeta A. F. de Castilho (2); *rua do Paço do Conde*, (de Cantanhede), terreiro do *Mendonça*, etc.

Quanto às ruas com nomes de misteres e mercadorias, numerosas sobretudo no *arrabalde*, das que se encontram citadas em velhos livros e documentos, a maior parte delas ainda hoje existem e são correntemente designadas com o nome tradicional; doutras só existe o nome e é difícil, senão impossível, identificá-las e estabelecer a sua correspondência às actuais, ou por terem desaparecido e ter sido modificado o seu traçado, ou por os seus nomes haverem sido substituídos por outros há longos anos e não nos fornecerem os documentos indicações precisas sôbre a sua localização.

---

(1) Além da actual rua e largo da Sota, havia em Almedina um local do mesmo nome — «domus supra locum ubi fit introitus aquæ pluvialis qui dicitur vulgariter *sota* in vico de tendis, (1298, L.º das Calendas, 531).

O mesmo, da rua dos *Gatos* (Ibid., 1406, 158) — domus de rua de gatos, quæ sunt in angulo dictæ ruæ et contingantur latrinis dictorum canonicorum. Rua de *guatos*, no adro da Sé (Vid. *Sé-velha de Coimbra*, por Dr. A. de Vasconcelos, pág. 456).

(2) Vid. *Memórias de Castilho*, por J. de Castilho, vol. III, pág. 2.

Já tive ocasião de me referir a vários nomes desta classe —rua das *Tendas*, rua dos *Fiveleiros*, *Petra de Piscibus*, etc.; não querendo alongar-me com a enumeração dos actuais, lembrarei apenas mais estes nomes desaparecidos: dos *Caldeireiros* — *Caldariorum* (*L. das Calendas*, pág. 425); *Peliteiros* — in parochia Sancti Jacobi in viro Peliparíorum (Ibid., 1333, pág. 179); rua dos *Tanoeiros* (próximo das Olarias) — Ruua e Terreiro das tinuarias (*Indice Chronologico*, pág. 67, 1533,: ruas de *Tinge-rodilhas* (da Louça) e de *Pintadores* (naturalmente de louça dos malegueiros) (1).

*

Saíndo agora da cidade para o norte pela porta de Santa Margarida, que tomou o nome de uma capela desta invocação ao fundo da rampa de Santa-Justa (2), seguiremos *fora-de-portas até à azinhaga dos Lázaros*, onde existem os restos da *gafaria*, que, estabelecida em época incerta, mas muito remota, naquele local, lá permaneceu até 1836 (3).

Um pouco adiante, à entrada do vale de Coselhas, fica a ponte da *Água-de-Maias*.

O *Livro das Calendas*, (pág. 268), com data de 1192, já menciona êste sítio — «Tres pedacios de hereditate in campo Mondeci, unum inter *Aquam de Mayas*, et Mondecum et duas in porto de osso (<urso; no rio velho) et tertium in ipso lombo».

---

(1) *Indice Chronologico*, pág. 55: A. 1493 — Escambo do concelho com o prior-mór de Santa Cruz, cedendo êste àquele o chão da «*adegua pymtada*, que emtesta na *Ruua de timjerrodilhas*... atee outro marco q̃ emtesta na *rruua de pymtadores*.

(2) Num registo do *Livro das Calendas*, de 1318, em referência a umas casas a-par-da igreja velha de Santa Justa no terreiro da Erva, encontrei esta graciosa nota de rústico sabor: «*duas domus cum quadam vite ferrali propre occiduam dictæ ecclesiæ*».

(3) Alberto Pessoa, *Hospitais de Coimbra*, pág. 19.

Ocorre-me como étimo provável dêste nome *maladia*; terra, como se sabe, habitada por colonos sujeitos a determinados encargos feudais, do germ. *maal*, (Maias < * maadias < maladias (?)).

Do vale de Coselhas falam numerosos documentos a a partir do século x.

O de mais antiga data, 967, (*Dipl. et Chart.*, pág. 59) menciona — «duas vineas in vale de *coselias*.

Nos documentos da Sé de Coimbra de 1094 (*Dip.* 479) encontra-se uma doação de Paio Soares ao bispo D. Crescónio «de villa mea, quam habeo de apresuria in temporibus consulis domni sesnandi... ipsa villa jacentia juxta illo arrugio de *cosilias* territorio colimbriæ» em cujas confrontações se faz, por sinal, menção de uma capela que ainda hoje existe — in occidente via quæ discurrit ad sanctum romanum (capela de S. Romão).

Numa doação feita à Sé em 1127, inserta no *Livro Preto*, encontra-se uma grafia diferente — pumarium quod habeo in *cuzelias*.

Coselias e *Cosilias* afiguram-se-me deminutivos de *cossa* ou *cossia* (1) vocábulos que se encontram em Ducange, com a significação de medidas de capacidade usadas na percepção de pensões frumentárias e daí designando as próprias pensões ou foros. Poderia também pensar-se em *conchela*, diminutivo de concha, medida frumentária de que adiante falarei (2).

---

(1) Ducange, Glossaire... *Cossa, Cossia,* Pensitationis species Provincialibus nostris nota.. «Molendarius habere teneatur duas mensuras, vulgo vocatas *Cossas*»... mensura cum uterentur in percipiendis pensitationibus frumentariis. — *Cocia*, eadem notione.

(2) A propósito de * *cousselha:* variante de *conselha*, aconselha, contida no CB 1225, diz D. Carolina M. de Vasconcelos *(Glossário do Cancioneiro da Ajuda):* «Á vista de *coucelo*, por *conchelo* (crassulácea dos telhados e muros cujas fôlhas parecem conchinhas chatas) a evolução

Não dista muito para ocidente o lugar do *Ingote,* certamente derivado do nome de pessoa medieval, *Ennegot* (Onomástico de Cortesão).

Já confinando com as freguesias suburbanas de que adiante me ocuparei, encontra-se a Pedrulha — *Petrulia,* nos documentos medievais. *Livro Preto* (1094, 478, Doação à Sé por Petrus Johannes) — *Petrulia* et casale columbæ, ad occidentem villa mirtetem, ad meridiem cilvana, ad septentrionalem alfavara et villa plevitis (Prevedes < Plevitis < Presbyter)

Retrogrademos à cidade. Ao norte de Almedina cava-se uma profunda depressão que, com grande parte da encosta fronteira, formava a quinta da *Ribela,* grande domínio dos crúzios, por onde hoje se estende o novo bairro de Santa Cruz.

Ao fundo de um vale, ao lado do mosteiro e por trás do muro mandado erguer para defesa dos cónegos pelo arcediago D. Telo, erguia-se em escarpa íngreme a eminência que no latim dos documentos medievais se denominava — *monte rubiu,* 1088, *Livro Preto* (Dip. 418).

À forma actual *Montarroio* chegou-se talvez por contaminação de arroio — *monte do arroio*; mas como em *penas-rubeas* (Trás-os-montes) donde derivou Penas-Roias, a forma medieval — *monte-rubio* indica-nos que lhe deu origem a côr avermelhada das argilas terciárias que o recobrem em contraste com o calcáreo branco das pedreiras de Montes-claros.

A cumiada que, partindo de Montarroio, se prolonga para oeste, chama-se Conchada, de *complanata* (terra c.), forma de propriedade imperfeita vulgar na Idade-Média, ou antes de *concada* ou *conchata terræ* (Ducange), renda ou pensão

---

popular de *consselha* para *cosselha* não é impossível. Mas um exemplo só não é contudo documentação suficiente».

avaliada pelas *conchas* de cereal (medida de capacidade, semelhante ao *búzio* ou *buzeno*, de que fala o nosso Viterbo) que uma terra poderia produzir.

Na extremidade ocidental da Conchada, em terrenos que faziam parte de uma quinta pertencente a Joaquim Inácio de Miranda Pio, fica o cemitério. Do nome do antigo proprietário vem o nome de *Pio* com que vulgarmente êle é designado, podendo talvez explicar-se por eufemismo a persistência desta denominação tradicional.

Retrocedendo por Montes-claros e seguindo para o nascente, vai dar-se à risonha povoação de Celas, que tomou o nome do mosteiro de Santa Maria de *Celas*, aqui fundado pela infanta D. Sancha, filha de El-rei D. Sancho I, para nêle se recolherem as *enceladas*, *emparedadas* ou *reclusas* que havia tomado sob a sua protecção em Alenquer.

Do nome germânico *Vimara* denominava-se *vimaranis* o vale ao cimo do qual foi edificado o mosteiro e daí o nome *Celas de Vimaranis* empregado nos documentos medievais para o distinguir do primitivo mosteiro de Santana — *Cellas de prope* Pontem, que foi soterrado pelas aluviões do Mondego.

Aparece também *vimaranes* nos documentos com o nome de *Vallis medianus*, hoje *Val-meão*, por ficar no meio dos dois vales de Santo António e da Conchada.

Na vizinhança do convento de Celas ainda hoje existe a capela de Santa Comba no sítio onde, diz a lenda, descoberta pelos seus perseguidores foi levada para o lugar do martírio. Um emprazamento do Cabido de 1483 desta «hermjda de Sta coonba com sua clasta e casas e oliveiras» a João de Beja confronta-a com um sítio que ainda hoje conserva o nome: «vinha q̃ foy de P.º Alv.es *Rangel*».

De um sítio próximo, ainda hoje com o mesmo nome, fala também um pergaminho do Cabido de 1344 (Cópia dos pergaminhos do Cabido, liv. 1.º, 84) — «vinha que chamam a *baleya*».

Acima de Celas está *Santo António dos Olivais*, que também deriva o nome de um convento.

Segundo Fr. Manuel da Esperança (1), ainda era vivo o Santo de Assis, quando D. Urraca, mulher de D. Afonso II, deu o sítio para se fundar o convento entre os olivais na Ermida de Santo Antão. Foi êste o nome primitivo do convento, que depois, ou por se latinizar o nomeou em respeito ao nosso Santo António, que nêle professou, se ficou chamando de Santo António dos Olivais.

Estão compreendidos nesta freguesia o *Espinhaço de Cão*, que, como designação de penedia, o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos considera uma metáfora bem achada, e o *Deanteiro*, povoação alcandorada num monte, assim chamado pela sua situação em relação ao Buçaco.

Mencionarei também Misarela, Tôrres, Portela e Zôrro, na margem esquerda do Mondego.

Zôrro é um dos numerosos topónimos provenientes da fauna; a *Portela* marca o ponto em que o Mondego abandona as ásperas serranias da Beira e começa a correr entre colinas de dôce e gracioso aspecto; *Tôrres* deriva naturalmente o nome do aprumo hirto dos cabeços que naquela altura marginam o rio; à *Misarela* não se pode atribuir a mesma significação que o Sr. Dr. Amorim Girão (2) dá à Frecha da Misarela (mijarela), cataracta do rio Caima, junto de Albergaria das Cabras.

As mais antigas referências que encontrei a Misarela são as seguintes:

... «villa jacentia in ripa mondeci per porto de alkigib de foce de seira usque ad *miserere*»... (*Dipl. et Chartæ*, 365, 1082).

Outra doação de 1088 repete quási as mesmas palavras.

---

(1) *Hist. Seráfica*, tom. I, liv. 2.º, cap. 28, n.º 2.

(2) *Bacia do Vouga*, estudo geográfico. pág. 16.

No Ms. 636 da Biblioteca da Universidade, num documento de 1167, lê-se:

«... Petrus Coliar... uno nostro caneiro in mondeco sub ipso vado de *miserera* juxta ipsam mautam de salzedo».

Sabendo-se que na idade-média se dava aos leprosos o nome de *miselli;* que *miselleria* era uma gafaria ¿não poderia *miserera* referir-se a um asilo de lázaros ali situado? (1).

Voltando a Santo António dos Olivais e seguindo pela Cumiada para ocidente, vai-se ter ao Penedo da Saüdade.

Há em Coimbra certos sítios, consagrados pela tradição, cujo nome devia ter brotado espontâneamente da sensibilidade moça, da imaginação poética dos estudantes e que são ao mesmo tempo como que uma emanação da paisagem idílica que a circunda. O Penedo da Saüdade é um dêsses nomes. Seja-me permitido amenizar a monótona secura desta enumeração, trasladando algumas linhas em que o Dr. Teixeira de Carvalho (2), na sua forma encantadora, nos relata com tanta verosimilhança a sua origem:

«Um dia, um estudante namorado saiu pela porta do castelo e foi andando para um monte que, por muito coberto de malmequeres amarelos, as raparigas de Coimbra chamavam então o *Monte-aureo* e em que parecia correr sempre o hálito perfumado da primavera.

Perto havia outro monte, sempre batido pelo vento, que o povo chamava *Pedra-ventosa* (3), para onde ninguém ia e para onde êle se deixou levar pelo doce alheamento do amor em que andava.

Mal chegou, ficou maravilhado com a beleza daquele di-

---

(1) Cortesão: Do lat. *miserere* > * miseréle > *misarela.*

(2) *Arte e Arqueologia*, pág. 303.

(3) *Reportório geral das propriedades do Cabido.* Arquivo da Universidade: «*Pedra do Vento:* He proximo do Cidral á parte do Poente e Norte. (Nota de Ferraz de Carvalho).

latado vale, que as fôlhas das oliveiras batidas pelo sol polvilhavam de prata.

Foi-se a chamar os outros para virem ver aquele encantado e desconhecido sítio.

E desde então se lhe ficou chamando o Penedo da Saüdade».

Devia ter sido isto pelo século XVI, porque logo no século seguinte o vemos largamente empregado em obras literárias pelos poetas e prosadores.

Nos *Campos do Mondego*, *Floresta III*, da sua *Primavera*, diz F. R. Lôbo: «Nestas razões tinham já atravessado o monte e descendo contra o *penedo das saudades*, já os guardadores com as roucas buzinas e diligentes rafeiros ajuntavam o gado: e conhecendo a Florício se vieram a êle, dizendo que não era bem que passassem o *vale das oliveiras* sem alguma cantiga, que sem ela não prestava» (1).

Na baixa do Penedo, neste *vale das oliveiras*, ficava uma célebre *Villa Mendica*, *Villa Mendiga*, *Villa de Mendo*, *Villa Mendo*, tantas vezes citada no *Livro Preto*, no *Livro das Calendas* e em todos os cartulários do Cabido e doutras

---

(1) Do poeta do mesmo século, Duarte Ribeiro de Macedo há um soneto — *No Penedo das Saudades em Coimbra* — que, no seu amaneirado preciosismo, é ainda assim superior a grande parte das produções contemporâneas que, inscritas em lápides, por lá se vêem hoje profusamente espalhadas :

Pois me vejo convosco neste assento
Á mesma saudade consagrado
Quero pedirvos conta do passado
Ó mil vezes tyrano Pensamento.
Hum lustro ha já, que a meu contentamento
Tomou conta a ley do injusto fado
E pelas breves horas de hum cuydado
Me deyxou largos annos de hum tormento.
Se assim desconta Amor as alegrias,
Se assim se troca a duração da gloria,
Que me quereis ó loucas phantasias?
Alcancemos do tempo huma victoria!
E porque tenham fim da pena os dias
Perca-se a vida, ou perca-se a memoria.

congregações religiosas, de que a maior parte das propriedades que a constituiam eram foreiras (1).

Hoje só nos antigos documentos se encontram estes nomes; subsistem, porém, os outros nomes citados a-par-da referida villa Mendica e que designavam propriedades que dela faziam parte.

Da parte do nascente, o *Cidral*, do latim *citrea*, aparece-nos já sob esta forma, já sob a forma—*Citralia*... «oliveto quod est super Citralia», 1189, *Livro das Calendas*, pág. 67. Nas imediações de Coimbra há sítios diversos com êste mesmo nome ou outros derivados — campo da *Cidreira*, no rio velho, etc.

Esta quinta do Cidral também era conhecida por quinta dos Loios por nela virem passar as férias os religiosos do Colégio de S. João Evangelista. Não longe do Cidral, o que hoje se chama Alpenduradas vem nos antigos registos dos prazos do Cabido com a designação de Alpondradas, de

---

(1) 1088, Dipl. et Chartas, P. M. H., 420. D. Sesnando dá ao Bispo D. Paterno «terra, in loco qui dicitur *uilla mendica*».

1180, *Livro das Calendas*, pág. 400 — olivetum in villa Mendica, in loco qui dicitur Pateira.

1195, Ibidem, 415, vinea de Villa Mendica».

1266, Ibidem, 277, vinea in villa Mendica (cota marginal: — Vinha em Villa Mendo) juxta vineam Sancti Petri et Olivetum Domini Episcopi.

1232, Ibidem, 129: ... hereditate in Collimbria, in termino qui vocatur villa Mendica, et cum suo Cidral, vinea et oliveto.

1394, *Indices vários do Cabido* (Arquivo da Universidade) fol. 49: Prazo de hum olival em Villa Mendiga e duas terras em Lavaconos.

1401, Ibidem, fol. 6: Prazo de hũas vinhas com suas Oliv.as em Lavaconos, e de outra vinha e olival em Villa Mendiga.

Repertório geral das propriedades do Cabido (Arquivo da Universidade): Villa Mendiga (Nota) He junto à Cheira dos Apostolos da parte da Travessia (poente) e chega à fonte do Bispo. *Tombo II do Col. de S. Pedro* (*L. V dos Prazos*, fol. 213 v.º) — Villa mendiga ou aregassa.

Id. fol. 294: Cheira ou Vila Mendiga.

alpondras ou poldras, o que fàcilmente se justifica pela natureza do terreno.

Calhabé era a alcunha do famoso taberneiro cantado no *Calhabeidos* do *Palito Métrico:*

«Ó Calhabee, Deus nobis haec otia fecit...» que pela sua taberna tão freqüentada deu o nome ao sítio.

Cheira, nome da quinta e da fonte que lhe fica perto, deriva de *chaeira* > *chaneira* (terra chã), pertencente ao numeroso grupo de topónimos derivados do latim *planus* (1).

Seguindo pela estrada da Beira em direcção à cidade fica-nos à esquerda a *Arregaça*, nome formado pela aglutinação do artigo a *regaça*, presumìvelmente aumentativo de rêgo ou vala que ainda hoje lá existe.

É ainda sem o *a* que nos aparece na Egloga V — *Agrestes* — de Bernardim Ribeiro:

«que sospiro por Mondeguo
e choro por a Regaça« (2).

Para além da Arregaça, atrás da Boa-Vista, na margem do Mondego, está situada a quinta de *Vila-franca* (*olivetum de Villa Franca*, 1341, *Livro das Calendas*) que assim era denominada não por gozar de certas franquias, mas por ter sido povoada por francos, como se depreende de um documento de 1218 (M. da Bibl. da Univ., 269 v.):

«Tibi alfonso petri presbitero et canonico Jacobensis ec-

---

(1) V. Ad. Coelho, «Origens do Português do Sul» — *Serões* (Revista), n.º 46.

(2) *Obras de Bernardim Ribeiro*, Coimbra, 1923, vol. II, 240.

No documento «Notícia do Prior Aires de Lorvão sôbre os direitos do mosteiro aos moínhos de Forma (1064-1086)» transcrito pelo Sr. Rui de Azevedo a seguir ao seu artigo «O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã» — *Arquivo Histórico de Portugal*, pág. 221, Lisboa, 1933 — aparece-nos êste nome sob a forma *Arragaça*, o que levará a dar-lhe outra origem, possìvelmente árabe.

clesie... de tertia parte unius tende in suburbio Colimbrie in loco qui vocatur rua francorum...»

Não dista muito de Vila-franca o pinhal de *Marrocos* a que já se refere um registo de 1154 do *Livro das Calendas* — olivetum in loco qui dicitur de Marrocos — o qual deve incluir-se na série numerosa de nomes geográficos de países muçulmanos transportados por indivíduos provenientes dêsses países, visto que a data do documento (1154) põe de parte a hipótese de o nome se filiar em qualquer facto relacionado com a devoção pelos cinco mártires sacrificados em Marrocos em 1220, e tão venerados em Coimbra.

Chegamos à cidade ao largo da *Portagem*, cuja topografia, bem diferente da actual, vem minuciosamente descrita na notável monografia consagrada pelo Sr. Dr. A. de Vasconcelos a Brás Garcia de Mascarenhas. Será desnecessário dizer que lhe deu o nome o conhecido direito de *portagem*, pago à entrada das cidades. Passada a ponte, do outro lado do Mondego, as duas freguesias arrabaldinas são *Santa Clara* e *S. Martinho do Bispo*.

Aos terrenos marginais, em frente da cidade, encontram-se nos antigos documentos, principalmente no *Livro Preto*, inúmeras referências sob o nome de *Varzena*.

O primitivo mosteiro de Santa Clara foi fundado em 1286 por D. Maior Dias, dona de Santa Cruz e notàvelmente ampliado pela Raínha Santa que, depois de nêle ter levado a mais santa vida, o escolheu para sua última jazida.

Tornado inhabitável pelas aluviões do Mondego, foi construído no tempo de D. João IV o actual mosteiro no cimo do monte da Esperança e para lá foi trasladado o corpo de D. Isabel de Aragão. Tanto um como outro ficaram indissolùvelmente ligados ao culto da Padroeira da cidade. A importância excepcional dêste culto na vida devota de Coimbra explica de sobejo o motivo porque esta fundação religiosa deu o nome à freguesia.

Dando água para a cêrca do velho convento, havia na vizinha quinta do Pombal uma fonte que a partir do século XIV nos aparece com a denominação de *fonte dos Amores* (1).

Já antes de Camões outros poetas haviam celebrado os encantos desta fonte e a tinham povoado de ninfas; mas, depois do episódio dos *Lusíadas*, tanto a fonte como a quinta, tornada por isso quinta das Lágrimas, ficaram para sempre ligadas à lenda dos amores de Inês de Castro (2).

Na freguesia de Santa Clara há, entre outros, os lugares de *Cruz de Morouços*, *Bordalo* e *Almegue*.

O primeiro, tornado célebre por um episódio das nossas lutas liberais, deriva naturalmente o nome das rumas ou montículos de calhaus rolados que a cada passo se vêem espalhados pelos olivais daquele sítio.

Bordalo, a terra da pedra trigueira, já no século XIII se vê mencionada no *Livro das Calendas:*

— 1251, ... vinea in *Bordalo*, juxta viam quæ vadit ad Sinapale (Sebal), pág. 429.

— vinea in termino Colimbrie qui dicitur vulgariter Monte Bordalo (ibid.).

Não há próximo de Bordalo nenhum curso de água que justifique a explicação que dêste nome dá o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos — do peixe do mesmo nome, *Onomatologia*, 203 — antes me parece derivado do antropónimo Bordalo registado por Cortesão no *Onomástico*.

---

(1) O Sr. Dr. António de Vasconcelos diz que foram certamente os escolares que criaram esta denominação que pode aproximar-se da denominação parecida — azinhaga dos Namorados, no caminho de Celas.

(2) «É possível que fôsse o nome de uma proprietária da Quinta das Lágrimas, chamada D. Antónia Inês de Castro, que sugerisse a transplantação da lenda coimbrã.

«Em livros antigos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, anda êste nome, que é bem próprio para estabelecer no povo uma ligação com o episódio de Camões e a lenda dos amores de Inês de Castro». Dr. Teixeira de Carvalho, *Arte e Arqueologia*, pág. 191.

De *Almegue*, empregado por Jorge Faria de Vasconcelos na *Eufrosina* — «Ajuntaivos ambos no estendedouro ao pé do pego do almegue» — ocupa-se o Sr. Dr. David Lopes na Toponímia árabe de Portugal (*Revista Lusitana*, vol. 24.º) supondo-o derivado de *almeqt(e)*, nome que significa «lugar onde se atravessa um rio, vau, pôrto», sinónimo do têrmo hoje corrente *almaxra*, com perda do *t* final e abrandamento do *q*.

Contíguo a Santa Clara, fica *S. Martinho do Bispo* no território doado em 1080 (*Dipl. et Ch.*, n.º 581) pelo Conde D. Sesnando ao Abade D. Pedro, vindo das terras de mouros (1).

Compreende esta populosa freguesia as povoações de Bemcanta, Bemposta, Casais, Corujeira, Espadaneira, Fala, Monte-são, Pé de Cão, Saramago e Sujeira.

Bemcanta e *Bemposta*, como outros locativos — Bemfeita, Bemquerença, Bemviver, são simplesmente nomes compostos do advérbio *bem*, diferentes de outros, vulgares na nossa língua, cuja primeira sílaba representa a palavra *ben* com que em árabe se formam os patronímicos, os quais de nomes de pessoas se tornaram muitas vezes nomes de lugar.

Corujeira, derivado de coruja, entra na classe dos topónimos provenientes de nomes de aves, numerosamente representados nesta região. Desta fazem parte, como veremos, Andorinha, Cartaxo, Cegonheira, Casal do Pavão e Rio de Galinhas.

Provenientes da flora, há nesta freguesia dois nomes de lugar — *Espadaneira* e *Saramago*.

Fala de um nome árabe de pessoa, *Falaf*, com a perda do *f*.

---

(1) «Abbas Dominus Petrus de terra paganorum petiit a me unam hereditatem Sancti Episcopi Martini et confessoris Christe ut eum populasset. Et ego illo cum gaudio dedit...».

Gama Barros (*História da Administração...*, II, 343, 345) menciona documentos em que aparecem os nomes *Falaph,* Pelagius iben *Halaf.*

Monte-São, no censo de 1527 — Monte saon, deve derivar de *sa(l)on,* hoje salão, o mesmo que solão, terreno arenoso e barrento, igual a saibro.

Pé-de-cão é um símil bem achado, atenta a disseminação dos casais que formam o povoado.

Finalmente, a origem de *Sugeira*, topónimo vulgar no nosso país, êste já mencionado na doação de D. Sesnando de 1080 — «*ad illas lacunas de assujeira*» —, é-nos explicada no foral que El-Rei D. Afonso deu à cidade de Coimbra em 1179 — «*conilarius qui fuerit ad sugeiram et illac manserit det follem unum conilii*». Tratava-se, como explica Viterbo (Vid. *Apeiro*), do ofício, lavor e ocupação de caçadores, que apeiravam coelhos *sob a geira.*

*

Passando ao território suburbano, as freguesias limítrofes da cidade, ao norte do Mondego, são sucessivamente, de oeste para leste, S. João do Campo, Antuzede, Eiras e S. Paulo de Frades; além das quais ficam S. Martinho da Árvore, Lamarosa, S. Silvestre, Vil de Matos, Trouxemil, Tôrre de Vilela, Brasfemes; e, para o norte, subindo pela ribeira de Fornos ou do Botão — a antiga *Aqua-lata* — Souzelas e Botão.

Antes de nela se fixar a sede da antiga freguesia de *Sioga do Campo* e de tomar, a requerimento do povo, por decreto de 15 de Março de 1880, a denominação do *Patronus loci*, era a povoação de *S. João do Campo* conhecida pelo nome de *Lavarrabos,* que ainda persiste e se encontra em inúmeros documentos a-par-de *Rabarrabos,* com que também por vezes aparece designada.

No *Tombo do Reguengo do Bolão,* que foi processado entre 1383-1395, no «*titulo das herdades que el-rey ha no campo do rabaal que he antre sam martinho darvore e a ponte de ravalares e pertencem a bolom e som de terço*» lê-se: «... *item outra herdade onde chamam as compras de labarrabos*».

Os dois primeiros nomes mencionados nesta transcrição, *rabaal* e *ravalares*, indicam a meu ver, a origem do nome *Lavarrabos*.

A etimologia de Rabaal (= Raval) < Rabanal, campo semeado de rábanos, já foi estabelecida pelo sr. Dr. L. de Vasconcelos (1).

Rabarrabos e posteriormente Lavarrabos deveriam ter-se formado pelo conhecido processo de *atracção homonímica*, em virtude do qual o povo altera, dum modo inconsciente, a fisionomia dos vocábulos, originando deformações de que há múltiplos exemplos tanto na nossa como noutras línguas.

Em Rabarrabos, por contaminação das duas primeiras sílabas, transformou-se a última parte do nome anterior que muito bem poderia ter sido Rabalares; Lavarrabos formou-se, sob a influência do mesmo processo, pela dissimilação do *r* em *l*, a qual poderia aliás justificar-se sob o ponto de vista puramente fonético.

É de notar que no vizinho concelho de Penela, freguesia de S. Miguel, há, com o mesmo nome, mais dois lugares, Rabarrabos e Lagôa de Rabarrabos.

Falei acima da antiga freguesia da *Sioga* que, pela transferência da sua sede, se ficou denominando S. João do Campo.

Há no campo de Coimbra dois lugares com aquele nome, Sioga do Campo e Sioga do Monte.

Viterbo, a propósito dos têrmos Cinuna, Cinunha, Se-

---

(1) *Onomatologia,* pág. 385.

noga e Esnoga, que diz significarem sinanoga ou assemblea dos Judeus, alude ao Livro dos *Testamentos* de Lorvão, onde se acha uma doação (1), que Abuzelemam e sua mulher Gota fizeram àquele mosteiro de certas várzeas sôbre o rio Viaster, as quais partiam «per ille Outeiro de illa Senoga».

No *Livro das Calendas* (pág. 489) num registo de 1268, lê-se ... *duo casalia in loco qui dicitur Sinoga,* nome que pouco mais adiante se acha repetido no mesmo livro (pág. 492) com referência a uma data anterior, 1227.

Estes documentos dão razão ao sr. Dr. L. de Vasconcelos ao dar *sinagoga* como étimo provável de *Sioga* (2), embora, a quem conheça aqueles sítios, lhe repugne acreditar que lá tivesse havido uma sinagoga, indício dum núcleo de população israelita, pela feição acentuadamente rústica que em todo o tempo deveria caracterizar qualquer povoação ali existente.

Os judeus na Península nunca foram lavradores e por isso procuravam de preferência as cidades como habitação mais acomodada ao género de actividade a que habitualmente se entregavam.

No Censo de 1527 lê-se também Sioga, e ainda de 1660 há no Arquivo da Universidade uma procuração de D. Maria Perestrelo, moradora na sua quinta de «siogua do monte».

Posteriormente é que se começou a escrever *Cioga,* grafia ainda hoje geralmente adoptada, mas que se não justifica em face dos documentos citados.

Abrangia o reguengo do Bolão não só as terras desta freguesia, mas muitas outras do têrmo em Eiras, Ameal, Silvar, Cernache, Malla, *aquem do cazal comba,* Póvoa do

---

(1) Encontra-se êste documento, com a data de 968, nos *Dipl. et Chart*, LX — *«per illo auteiro de illa senoga et inde quomodo exparte cum villa de creixemiris».*

(2) *Onomatologia*, pág. 289.

Canedo, junto a Trouxemil, Arroios, Cidreira, Adémia, Raval, Sioga, S. Justo, Póvoa de Melrim, Ponte de Alcarraques e Chimbris (Quimbres).

Nos documentos antigos aparece Botão escrito sob uma dupla forma — *Bollon* e *Bolon*.

A primeira destas grafias induz-nos a derivar Bolão de *Bullio, onis* que, como Bullianus e outros nomes, procede do gentilício Bullius (1), a que se refere d'Arbois de Jubainville. Pode aproximar-se Bolão de Bolho, que não lhe fica muito distante no vizinho concelho de Cantanhede e de Bolhão no Pôrto.

Poderia pensar-se no nome de árvore — *bolum* (fr. *bouleau*), como vidoeiro derivado de *bétula;* nunca vi porém essa forma registada em nomes provenientes da nossa flora.

Contígua à de S. João de Campo, pela ordem que estabelecemos, fica a freguesia de *Antoséde,* com os lugares de Casal da Serra, Casal do Outeiro, Cidreira, Geria, Póvoa do Pinheiro, Quinta da Madre de Deus, Quintã e S. Fagundo.

O sr. Dr. J. da Silveira (2) inclui o nome de Antuzede entre os topónimos em *êde,* tão numerosos na região (Arazede, Cantanhede, Limede, Murtede), os quais assentam em genitivos de nomes latinos em *etum* (tipo, o topónimo bíblico *mons oliveti,* e cita em refôrço da sua opinião a forma *Antosidi*, com que aparece nas Inquirições inéditas de 1220--1222 (3).

No Censo de 1527 vem *Amtosede;* no *Santuário Mariano* (tôm. IV, pág. 349) *Antozende,* junto ao Campo de Bolão, que nos lembra *Antonsendes* (ap. h. no *Onomástico*

---

(1) V. d'Arbois de Jubainville, *Noms de lieu habités en France,* etc., págs. 511, 572.

(2) «Toponímia portuguesa», *Revista Lusitana*, 24.º, pág. 217.

(3) Tôrre do Tombo, G. 3, M. 10.

de Cortesão) e nos levaria a considerá-lo composto de Anton e de *Cendus, Cendo* (Cortesão), proveniente talvez do nome de origem germânica sinde ou sende (de swind, fonte) (?) (1).

Dos lugares desta freguesia nada há a dizer sob o ponto de vista que nos interessa, à excepção do que hoje se chama *Geria*, que ainda no século XVII conservava a forma que nos acusa evidentemente a sua origem — *geira* (a medida agrária mais usada no campo de Coimbra) + *ia*. Pode citar-se, p. ex., a Carta régia sôbre a *fábrica dos marachões de geiria*, 1608 (*Ind. e sumarios* de Aires de Campos, fasc. I).

Não me deteria neste nome, se a êle não andasse ligada a lenda tão conhecida do gigante Gerião, de quem se pretendia ter aquele local derivado o nome.

Na quinta da Geria, que pertenceu ao Reitor da Universidade, D. André de Almada, viam-se no pedestal da estátua (feita em 1623) do referido herói, as seguintes legendas:

Na frente:

SUM REX GERYONES: A QUO GEY-
RIA...

Na face posterior:

HIS EST GERYONES ALCIDIS
ROBORE VICTUS
VNDE HAUSIT NOMEN GERIA
NOSTRA SVVM (2).

Grande parte das terras de *Eiras* ficam sobranceiras ao

---

(1) Cf. P. de Azevedo, «Nomes de pessoas e nomes de lugares», in *Revista Lusitana*, VI.

(2) V. *Archeologo Portuguez*, v. 4.º, pág. 150; M. da S. Gaio, *Pela Ribeira do Mondego*, pág. 14.

campo do Mondego; aqui residiam muitos cultivadores do reguengo do Bolão ao tempo da organização do respectivo Tombo e era natural que o mesmo sucedesse em épocas anteriores.

A sua situação desafogada, airosa e soalheira justifica plenamente a existência de numerosas eiras que lhe deram o nome, que já aparece em dois documentos do *Livro Preto* de 1018. Depois dessa data encontram-se-lhes numerosas referências, principalmente no *Livro das Calendas,* umas vezes só com o nome de Eiras, outras, como é freqüente, com êste nome acompanhado do adjectivo *pedrinhas.*

1300, *Livro das Calendas,* pág. 475: ... «*Petrus secundus, Col. episc., legavit capitulo omnia casalia et sunt novem quæ habebat in loco qui dicitur Area Petrina in termino collimbriensis*... Como esta designação *termino collimbriensi* é vaga e incerta, pode muito bem êste lugar ser o que ainda é designado pelo mesmo nome — Eira-Pedrinha, na freguesia de Condeixa-a-Velha.

Confinando com Eiras pelo nascente fica a freguesia de *S. Paulo de Frades,* assim chamada pelo mosteiro da Ordem de Cister, fundado no meado do século XIII no lugar chamado Almaziva (nome hoje completamente esquecido) em virtude da doação que para êsse fim Fernando Pires fêz em 1220 à referida ordem do dito lugar com uma capela de S. Paulo e seus domínios, vinhas, olivedos, hortas, moinhos, pastagens e muitos outros bens (1).

Nesta freguesia há os lugares de *Camazão* (= Camarção? pequeno bosque de arbustos silvestres); *Cova de Ouro,* derivado talvez dalguma das lendas de *tesouros encantados,* tão espalhadas no nosso povo; *Logo de Deus,* denominação vulgar de terras pertencentes à igreja e *Lordemão* < * *Lor-*

---

(1) V. A. Mesquita de Figueiredo, *O Mosteiro de S. Paulo de Almaziva a-par de Coimbra,* in *Terra Portuguesa,* n.º 24, Janeiro de 1918.

domano, aqui naturalmente nome individual dum proprietário da terra, mas que se filia numa das numerosas denominações dos normandos — *Lordomanos, lormanos, lotomanos, leodomanos, normanos* (1), que por mais duma vez aportaram ao nosso país e aqui se estabeleceram.

Para além de S. João do Campo e já confinando com terras de Montemor, fica uma das três povoações que «*vocabulo sancti martini episcopi*» existem no têrmo de Coimbra, S. Martinho do Bispo, S. Martinho de Árvore e S. Martinho hoje do Pinheiro, a antiga *villa frexeneda*. Já falámos de S. Martinho do Bispo; neste segundo *S. Martinho* há os lugares de *Fonte-de-Ouro* e de *Sandelgas*.

Em Fonte de Ouro, como na Cova de Ouro, a que há pouco me referi, o ouro que lhe deu o nome é talvez o *ouro encantado* dalguma lenda popular.

Sandelgas ou *Sendelgas*, como nos aparece no *Santuário Mariano* (tôm. IV, pág. 356) é a grafia hoje geralmente adoptada.

No *Censo* de 1527 vê-se *Cẽdelgas* e em documentos anteriores até 954 (*Dipl. et Ch.*, LXVIII, pág. 39), o de data mais antiga em que se me deparou o nome dêste lugar, encontra-se *Cendelgas*, forma portanto preferível e a que mais se coaduna com o facto que me parece ter originado êste topónimo.

No *Onomástico* de Cortesão vem o nome de homem *Cendus* e outros com êle relacionados.

Suponho que Cendelgas se explica por um substantivo subentendido, *villas, villulas, villelas, domus, casas*, com o qual concordaria o adjectivo *cendelicas*, derivado do referido nome *Cendus* ou dum outro da mesma família onomástica.

---

(1) V. *Elucidário*, v. *Laudomanes;* Dr. L. de Vasconcelos, *Origem histórica e formação do povo português*, pág. 6.

A freguesia limítrofe *Lamarosa,* assim mencionada no *Censo* de 1527 e a que já se refere um documento de 1072 inserto no *Livro Preto* (Doação a S.ta Eufémia de Anaia Joannis, Dip. 462...» *medietatem de villa lamarosa,* deve o seu nome à natureza paludosa de grande parte dos seus terrenos — lamaroso, o mesmo que lamacento, de lamarão, grande lamaçal.

Nesta freguesia há, entre outros, os lugares de *Ardazubre*, *Andorinha* e *Casais de Vera-Cruz.*

Do primeiro, em que o *r* final veio a ser intercalado por epêntese, encontram-se nos antigos documentos as formas Ardajube (1), Ardazube (2) e Ardujube (3).

A sua origem deve ir buscar-se ao nome árabe *Abuzat* que vemos nos seguintes documentos:

—Testamentum de Aquinitia de Seculare et *Abuzat* (*Dipl. et Ch.*, 992 n.º 165).

—Pedro presbitero deixa em testamento ao bispo D. Gonçalo uma parte da vila de Cadima e ao capítulo «mediam partem de ille canario quod est in *Madrabat*, id est *Abuzaat*» (G. Barros, vol. II, 341).

—Ego Garcia daviis, in mea vice et sororum mearum gontinæ et adosindæ placuit mihi vendere vobis abbati domne froila e Pelagis nostram propriam quam habemus in villa que vocatur *nedrabuzad* subtus monte os territorio colimbrie secus torrentem qui icitur villela prope decursum fluminis mondecus et habemus illam de avie nostre lovesindo. (*Dipl. et Ch.*, 1085, n.º 386).

Num monte, à beira do campo, entre S. João do Campo e S. Martinho da Árvore, aparece-nos a sede duma freguesia

(1) Carta Régia de 1648, *Índices* e *Sumários* dos Livros e Documentos da Câmara de Coimbra, de A. de Campos, fasc. I.

(2) Tôm. III dos *Livros de Reg.*, fl. 142, Id., fasc. II, pág. 164.

(3) Censo de 1527.

também com o nome de orago — *S. Silvestre.* Compreende esta freguesia, além do Casal de S. Silvestre, os casais das Asanhas (azenhas), do Carvalho, Quimbres (< Colimbriis ?)(1), S. Marcos e Zouparria do Campo, para se distinguir doutro lugar do mesmo nome, Zouparria do Monte, pertencente à freguesia de Souzelas.

Êste último nome deve ter-se formado pela junção ao nome árabe ou arabizado Zouparal(2) do sufixo *ia,* que, aplicado a nome de pessoas, indica uma relação de posse ou de domínio dessas pessoas sôbre as respectivas terras.

Referindo-se a uma propriedade no têrmo de Coimbra, diz-nos um documento do Cartório da Colegiada de S. João de Almedina (3):

«... quondam hereditatem que hujusmodi circumdatur ab oriente hereditas filiorum *ʒauparal,* ab occidentali parte via puplica, a septentrionali vero usque ad illum lumbum de vilela quomodo vertit aquam ab australi etiam hereditate prædicta ecclesie sancti johannis». (1110).

Noutro documento já citado de 1137 — *Limites parochiæ Sanctæ Crucis* (4), encontra-se também «cum multis aliis civibus Colimbriæ» um tal Martinus Zouparel.

Há em S. Silvestre o *campo da Ladroeira,* nome motivado pelos agravos apresentados em côrtes de 1459 pelo respectivo povo tocantes à *extroção e rroubaria* de roupas, carneiros, leitões, galinhas e frangos, que D. João de Me-

(1) No Tombo do reguengo de Bolão, a que pertencia Quimbres, fala-se do campo *de Coimbra — colimbriis,* para significar terras ou campos do têrmo de Coimbra.

(2) Como se sabe, o *ʒ* inicial, não se tratando de nomes de origem árabe, só aparece em vocábulos latinos de introdução erudita e que não pertencem à primitiva formação da nossa língua.

(3) Ms. 636 da Biblioteca da Universidade, 246.

(4) *Hist. Eccl. Lus.*, tôm. III, pág. 149.

nezes cometia impunemente em alguns lugares acêrca da sua quinta de S. Silvestre (1).

Junto à vila de Cavaleiros ou ribeira de Mourelos (deminutivo do n. lat. *Maurus*) fica o lugar de *Vil de Matos,* nome composto de *villa,* reduzida a *vil* devido à próclise, e do nome que, originàriamente locativo, já aqui designa o respectivo proprietário *Mato ou Matos.*

Pertence a esta freguesia *Rio Frio* de *Mato,* ou Rio Frio dos Cavaleiros (hoje *Rios-Frios),* a que se refere um assento do *Livro das Calendas* de 1301 — «Rio Frio,... casale in eodem loco, in quo morabatur Petrus Dominici, dictus vulgariter Cavalleiro» (pág. 140).

No mesmo livro (pág. 386), num têrmo sem data, encontra-se *Petrus Rivus frigidus.*

Nesta freguesia, os lugares de Cartaxo, Costa, Cova dos Coelhos e Murteira acusam evidentemente a sua origem.

De *Trouxemil* e de *Vilela* (deminutivo de *vila*) falam vários documentos dos séculos IX a XI. Dos que mais interessam ao nosso propósito vou transcrever algumas passagens:

Da doação de *Adefonsus rex et exemena reg. domino sisnando episcopo,* do ano de 883, faz parte «villa in ripa de fluvio viaster cum ecclesia sancti martini... et villam *crescemiri*» (*Livro Preto,* orig. fl. 7).

Na confirmação desta doação por Fernando Magno em 1063, encontramos referências à mesma vila, mas sob a forma *creisemiri.* Na carta de venda, 1094 (*Livro das Calendas,* pág. 480) da «*villa fraxineli* (Freixede) circa civitatem colimbrie ad partem aquilonis» por «johannes petriz cognomento *galib alkarrace* et uxor mea columba dominici et frater johannes petriz cognomento *zoleima alkarrac* et uxor

---

(1) V. Carta de sete capítulos especiais de Coimbra nas côrtes de 1459 em Lisboa, *Índice Cronológico,* de Aires de Campos, pág. 42.

ejus columba simul cum omnis filiis et filiabus» ao bispo D. Crescónio, na respectiva demarcação, vemos — «incipit ab aqua torrentis qui vocatur *villella* ubi intra in ea aqualata et inde per divisionem villa *crescimiris* et inde ad villam de *rivulo frigido* et vadit per lumbam et concludit paludem et ferit in supradictam aquam villelle ad portum que dicitur lopos».

Na venda (1016, *Dipl. et Ch.*, 143) «quam feci ego Zuleiman iben giarah aciki ad abbatem dulcidium», vem mencionada: «villa *villela*, a parte meridie montem qui vocant de iben zuleiman et a parte aquilonis villa de viaster et a parte orientis montem qui vocant oleaster et a parte occidentis ponte de iben zuleiman».

Destas referências tão minuciosas conclui-se, quanto a *Trouxemil*, que há absoluta identidade entre o lugar dêste nome e o designado naqueles documentos sob as formas *crescemiri* e *creisemiri*.

Do nome medieval, de origem germânica, que deu os topónimos Creixemil ou Creixomil, que freqüentemente ocorrem no norte, é fácil explicar as sucessivas transformações. O que me parece difícil é justificar, segundo as leis fonéticas, a substituïção no grupo inicial do *c* por *t*. Tal troca não pode ser fàcilmente atribuída a dissimilação; ¿tratar-se-á duma destas influências analógicas que, na linguagem popular, tão fundamente alteram, na sua evolução, nomes de pessoas e nomes de lugares?

Faltam documentos para o explicar; não encontrei formas intermédias diferentes da forma actual: no Censo de 1527 lê-se Trouxemil e na Corografia do P.e Carvalho, Trouxumil.

A identificação porém acha-se rigorosamente estabelecida; é matéria de facto que temos de aceitar.

A freguesia de *Trouxemil* compreende, além da sede paroquial, as povoações de *Adémia*, *Alcarraques*, *Sioga*, *Fornos* e *Salgueirosa*.

Adémia (Ademeas, no Censo de 1527) é um topónimo formado do nome comum que, segundo Viterbo e outros lexicógrafos, significa terra frutífera e rendosa entre monte e várzea, susceptível de várias culturas, significação que condiz perfeitamente com a situação e natureza do lugar.

Alcarraque, nome árabe de pessoa que se vê nos documentos acima parcialmente reproduzidos, formou o topónimo *Alcarraques* seu genitivo.

Um dos chefes militares muçulmanos da batalha do Salado chamava-se Alcarac (P. M. H. *III Livro de Linhages*, pág. 185).

A *Fornos,* nome certamente derivado da existência naquele lugar de fornos de cal, encontra-se a seguinte referência no *Livro das Calendas*, 1233 — «vinea quæ vocatur Fornos, cujus vineæ isti sunt termini, in oriente fluvius de vargena, in occidente via publica...».

Na doação duma parte de *Brasfemes* e duma vinha em Vila-Mendiga (1102) inserta no *Livro Preto* (Orig. 123; Arquivo da Universidade, 226) encontra-se Abrahemes, genitivo de Abraheme, apelido de homem, transformado em Brafeme pela queda do *A* inicial e pela mudança do *h* em *f,* como é de regra no primeiro período da língua e se vê em Alfama < Alhama; alface < al-haç, etc.

Daqui deriva o nome da povoação, em que depois veio a intercalar-se um *s*, que ainda não figura no Censo de 1527 — *Brafemeas,* e na Corografia do P.e Carvalho (2.º, 33) — *S. João de Brafemeas.*

Nesta freguesia há ainda os lugares de *Balancho,* derivado talvez de vale *ancho* (largo) que a topografia justifica; *Bostelim,* deminutivo de *bostelo*, pequeno bosque, tapado; *Sinceira,* salgueiro e *Vilarinho.*

Souzelas procede de *salicellas,* deminutivo plural de *sal(i)ce*, pela vocalização *sauz.*

Num documento de Lorvão de 919 (*Dipl. et Ch.*, 14)

vê-se *portella de salice;* daí por diante, em numerosos documentos da mesma proveniência, encontra-se já *villa* e *porto de Souzellas.* Assim Froila Tosariz faz testamento de «... mea villa que abeo in vilella... de illo monte de oliastro et discurrit ad illa garganta de villa nova usque far in illo ribulo usque ad porto de *sauselas*».

Além de *Zouparia,* de que já se falou, *Carrimá*, forma apocopada de *carril mau, Lagares* e *Sargento-Mór*, há nesta freguesia — *Marmeleira* e *S. Martinho do Pinheiro*, de que se ocupam muitos documentos antigos.

Citarei três — «Testamentum de salas et de villa de albiaster», 973 (*Dipl. et Ch.,* 67): «... ad illa *marmeleira* usque far in illa karraria de illa vimeneira»; 1086, (Ibid., 399) «... villa quam vocitant *marmeleira* et habet has terminaciones per cacumen mons tritici... de illa pars mons de illa sculka... per illum vallezinum de illis azambujeiros, per illo lumbo de illo carvalial donec plicat ad illo spineiro»; 1103 (*Livro Preto,* Orig. 21, Arquivo da Universidade, 37 v.º) doação por «Menendus, Midi filius, uxor mea Columba Collimbriensi sedi»... de hereditate juxta villam *marmeleira*... et tota ecclesia quæ ibi ædificavi in honore *Beat. Martini*».

Botão, villa Boton nos documentos do mosteiro de Lorvão, era um antigo concelho a que foi concedido foral, de que existe cópia no arquivo da Câmara de Coimbra. E o ablativo do apelido Boto, corrente na idade-média, o qual se encontra com outras variantes no *Onomástico* de Cortesão. A existência do antigo concelho é recordada pelos nomes dos lugares do Paço e Calabouço, além dos quais compreende ainda a freguesia — Asanhas (= azenhas), Póvoa, Sanguinhal (mata de sanguinhos ou adernos), Várzeas e Larçã, *villa Lartiana,* do gentílico latino *Lartius.*

Resta-nos agora falar das freguesias ao sul do Mondego, para além de Santa-Clara e de S. Martinho do Bispo, de que já nos ocupámos.

Essas freguesias são de leste para oeste Seira, Castelo-Viegas, Almalaguês, Antanhol, Açafarge, Cernache, Nazaré da Ribeira, Taveiro, Ameal e Arzila.

Seira é o nome do rio que, tendo a sua nascente dentro das serras de Arganil, ao sul do pico do Açôr, vem desaguar no Mondego a jusante da ponte da Portela.

Baseando-se não sei em que remotas tradições, diz-nos André de Rezende (1) que o rio, outrora Seilia, deriva o nome duma antiga cidade — «*Seilia,* nomen priscum fortitus est, ab oppido quod præterfluit ditionis Urbanensis cænobii. Ingreditur que Mundam, iisdem quibus Munda piscibus abundans».

Nos numerosos documentos que, a partir do século x, se referem ao rio e à vila do mesmo nome, encontra-se já, sem discrepância, a forma actual Seira. Citarei: Testamentum de villa maiore in ripa de seira (a. 973), «mea villa que vocitant *Seira* et villa maiore integra»... (*Dipl. et. Ch.,* 61) 978, Ibid. — «hereditate in ripa de *seira*... mea villa prenominata *seira*».

Não longe da foz do Seira, mas pertencendo já à freguesia de Castelo-Viegas fica a quinta da *Conraria,* Conreiria no Censo de 1527.

Era esta quinta assim chamada por estar na dependência directa, como pertença do mosteiro de S. Jorge (2), do Con-

---

(1) *De Antiquitatibus Lusitaniæ,* Con. M.DCC.XC, tôm. I, 124.

(2) V. tôm. X, do *Registo da Camara de Coimbra,* fl. 359, Privilégios do mosteiro de S. Jorge na Conraria e Castelo-Viegas, 1526.

reário ou Conreeiro, isto é, do Cónego, que entre os *Regrantes* tinha a seu cargo tudo o que pertencia aos cónegos e sua mesa em comum e cujo ofício se denominava por isso Conrearia ou Ovença da Conrearia (1).

Castelo-Viegas devia ter sido um dos numerosos lugares fortificados espalhados em tôrno de Coimbra, como esculcas ou vigilantes atalaias — *Tôrre de Bera*, *Castrum Antoniol*, a *tôrre* a-par-do presbitério de S. Martinho do Bispo, *Tôrre de Vilela*, etc.; e veio-lhe o nome por certo de Salvador Viegas, que em 1166, por morte de sua mulher D. Aldonça, doou tudo quanto tinha ao mosteiro de S. Jorge, onde professou. Oferece êste nome a particularidade, freqüente em compostos toponímicos, como nota o sr. Dr. L. de Vasconcelos (2), da queda da preposição *de*, que devia ter ligado os dois componentes — Castelo-Mendo, Paçô-Vieira, etc.

Almalagués (Allmalages, Censo de 1527) nome de pessoa tornado nome geográfico, ao qual se vêem referências nos documentos a partir do século xv, é um nome de naturalidade derivado pelo sufixo *és* porventura da vizinha povoação de Malaga, «*casali de Malega*, de Martinho, Mestre Escola da See» (*Livro das Calendas*, 1291), hoje Malga, para cá de Cernache. Desta última povoação poderia ter sido fundador e ter-lhe dado o nome um mouro do mesmo nome de *Zoleiman almalaki*, isto é, natural de Málaga (Espanhol, como *ceiti* (ceitil) de Ceita (Ceuta), que nos aparece mencionado em 1088 na confrontração da *villa mendica* e vinhas de S. Martinho, dadas por D. Sisnando ao bispo D. Paterno (3).

Entre outras, compreende esta freguesia as seguintes povoações: Abelheira, Anagueis, Bera, Cartaxos, Rio de Galinhas, Sebal, Trémoa, Val de Cabras, Volta do Monte.

---

(1) Viterbo, *Elucidário*, v. Conrearia.

(2) *Onomatologia*, 443.

(3) *Dipl. et Ch.*, 420.

Anagueis deriva possìvelmente do árabe *naguila*, cabana, curral (Dozy-Engelmann, *Glossaire*, 87).

Yanguas, no seu *Glosário*, acrescenta que tanto *naguela* do antigo castelhano, como o têrmo árabe, procedem do latim *magalia*, de origem púnica que se encontra em Virgílio, com a acepção de cabanas, choças com a substituïção em castelhano e em português do *m* pelo *n*, como em néspera, **nespila*, do latim *mespila*.

Quanto a *Bera* — Monte, Ribeiro, Tôrre de Bera, — o mais antigo documento em que vi referência a estes lugares (1), com data de 1451, é uma sentença do juiz dos feitos da coroa atribuindo à câmara de Coimbra a jurisdição de nêles pôr rendeiros, levar coimas, etc.; no Censo de 1527 vêm também assim designados. ¿Poderá dar-se-lhes por étimo *bera*, a que Ducange, entre outras, dá a significação de *locus planus et campestris*?

Não tenho elementos para me poder pronunciar.

Sebal < Sinapale (... vinea in Bordalo, juxta viam quæ vadit ad *Sinapale*, 1251, *Livro das Calendas*, pág. 429) é um dos numerosos topónimos provenientes da flora — mostardeira, do latim *sinapi*.

Trémoa, pela sua situação, poderá talvez derivar de *tremula*, parte do moinho a que hoje se chama tremonha, aqui empregada para designar os próprios moinhos.

Rio de Galinhas, mencionado já com êste nome — rivulo de galinas — num documento de 1156 inserto no *Livro Preto* (Arquivo da Universidade, fl. 235) deve talvez o seu nome ao fôro em espécie de que nos fala Viterbo quando se refere a *galineiro* e *galinha do açor*.

Açafarge é, como diz fr. J. de Sousa (2) um topónimo

---

(1) *Indice Chronologico dos pergaminhos e forais da Câmara de Coimbra*, pág. 38.

(2) *Vestigios da lingoa arabiga em Portugal*, Lisboa, 1789.

de origem árabe: de *açafárgel*, marmelo ou marmeleiro, ou do seu plural *açafárege*.

Hoje a grafia corrente é *Assafarge* — assim escreve também Sousa —; pela sua etimologia, acho todavia preferível a que adopto, que, aliás, é a da maior parte dos documentos antigos.

Na cópia dum *Livro do Tombo do Cabido* (Arquivo da Universidade) encontra-se, datada de 1500, a «renunciação do praso da qujmtãa *daçafarge* que tinha Ruy Velho e concessão feita delle a Joanne Mendez».

Na *Chorographia* do P.e Carvalho (2.º, 33), talvez por lapso de revisão ou êrro de cópia, lê-se Nossa Senhora de *Alçoforge*.

Nesta freguesia há os lugares de Abrunheira, Carvalhais, Casa-Nova, Casal da Zambujeira, Invíbora, Palheira.

No Censo de 1527 vem *Brunheira* sem o *a* prostético. De *prunum* criou-se o adjectivo *pruneu (1) — que com o sufixo *arius* (= aria) e o *a* prostético veio a dar *abrunheiro* (= abrunheira).

Invíbora, forma a que naturalmente se chegou por influência de *víbora*, nos documentos antigos Imbibra, Embibere, pertence, na opinião do sr. Dr. J. da Silveira (2), aos primitivos nomes terminados em briga como *Anobra* que lhe fica perto no vizinho concelho de Condeixa (Anobra < Aniobria < Anlobria < Anlubria: ... villa quam Anlubriam dicebant inter Antanhol e Condeixa) (3).

A *Antanhol* referem-se vários documentos dos séculos XI e XII, dando-lhe a forma Antoniol e Antuniol: ... subtus castro *Antoniol* (*Livro Preto*, orig. 88, 155); Carta de molino de *Antoniol* quem dedit exemenus et ejus uxor, 1079

(1) Cf *Revista Lusitana*, II, 370.

(2) *Revista Lusitana*, XVII, pág. 122.

(3) *Livro Preto*, 155, 1086.

Dipl. et Ch., 343): ... in antoniol, in illa strata qui discurrit de sancti iusti pro ad colimbria, etc.

Dêste topónimo ocupa-se o sr. Dr. J. da Silveira (1) dando-lhe por étimo *Antoniolus*, deminutivo de *Antonius*, com assimilição do primeiro *o* ao *a* inicial; ou antes um deminutivo toponímico, tirado por meio do mesmo sufixo de *Antunio*, nome antigo dum monte que lhe fica próximo — *monte de Antunio* — em documento de 1087 (*Livro Preto*, Arquivo da Universidade, fl. 32 v.).

O Censo de 1527 chama-lhe *Antanhol dos Cavaleiros*, por a maior parte dos casais ou prazos dêste lugar terem tido os Cunhas por senhorios; outra parte pertencia às monjas de Semide e outra aos crúzios e por isso se chamava *Antanhol dos Frades*. Há nesta freguesia as povoações de Albergaria, Valongo e a Cegonheira — *a quintaan da Segunheira*, prazo do Cabido renovado em 1524 a Diogo Fernandes.

A *Cernache* fixou-lhe o nome e a ortografia o decreto de 2 de Julho de 1910. Prevalecia nessa época a designação de Sernache dos Alhos e a escrita com *S*; o referido decreto estabeleceu a forma mais antiga e suprimiu o determinativo.

Numa luxuosa e erudita monografia que Henrique Mateus dos Santos consagrou à sua terra (2) diz-nos o autor:

«Examinando os diplomas legais mais antigos, vê-se que o nome de Cernache foi sempre escrito com *C*, o que indica que a sua etimologia deriva do verbo latino *cerno*, ver ao longe, e de facto, de Cernache se avistam longes que pela sua amenidade deixam excelente e suave impressão a quem os contempla». E acrescenta que se não deve por isso escrever com *S*, como Pedro de Mariz e outros escreveram, por suporem que Cernache tira a sua origem de Serna —

---

(1) *Revista Lusitana*, XXIV, 198.

(2) *Monographia historica de Cernache*, Lisboa, 1921.

herdade que se semea e tributo que se paga para ela ser cultivada (1).

De facto, os mais antigos documentos, inclusive o Censo de 1527 (Çarnache — He de D. Afonso d'Atayde) apresentam a grafia hoje oficialmente adoptada.

O que não me parece aceitável é a etimologia da monografia citada. Os topónimos em geral não derivam de verbos: neste as suas formas antigas, v. g., Cernachy (1394) (2) fazem-nos entrever o genitivo dum nome pessoal que bem poderia ser * *Cernacius.*

Como tal nome porém se não encontra no nosso onomástico, é uma mera hipótese que carece de confirmação, embora se me afigure mais plausível do que a derivação do verbo *cerno.*

Há nesta freguesia os lugares de Vila-Nova e Vila-Pouca, Pão-Quente, Feteira, Malga, de que já falei, Orelhudo e Gasconha.

A *Orelhudo* refere-se um documento da Sé de Coimbra de 1087 (*Dipl. et Ch.*, 409) sob a forma *villa Oreluti*, o que me leva a considerá-lo derivado dum nome pessoal, talvez * Aurelutus. D'Arbois de Jubainville menciona (3) o nome gaulês *Aurelus*, filho de Auro-s e no *Onomástico* de Cortesão encontram-se também dois nomes que com estes se podem relacionar — Orelia, Oreloni.

Gasconha é certamente um adjectivo: *villa gasconia*, de Gasconius = Vasconius, nome gentilício de origem étnica.

Ribeira de Frades ou *Nazaré da Ribeira*, aonde de

---

(1) António de Mariz, impressor da Universidade de Coimbra, quando tôda a cidade ardia em peste em 1597, acabou de imprimir em Cernache, sua terra, num prelo portátil, os *Diálogos de Vária História* de seu filho Pedro de Mariz, como mostra a carta no frontispício da obra — «Vale, e molendinis Cupressi, in ripa Oppidi *Sernache alliorum;* Die octava Aprilis, Anno D. 1599».

(2) *Indice chronologico,* XXXII, pág. 18.

(3) *Op. cit.*, pág. 426.

Coimbra se dirige o *círio,* outrora tão concorrido, de 15 de Agôsto, tira o seu nome dos vastos domínios que ali possuíam os crúzios.

A *Taveiro,* as mais antigas referências que encontramos vêm nos documentos de Lorvão: «... *hereditate... que abemus in villa talabario*» 980 (*Dipl. et Ch*, 79); e no *Livro Preto* (Arq. da Universidade, fl. 32 v.º): «... *ad ecclesiam S. Martino campo de apresuria porto de arenas et de altera parte talaveir*».

A propósito de Tàvares, Tàveira e Tàveiro, o sr. Dr. L. de Vasconcelos, falando da família lingüística a que estes nomes pertencem, supõe que a base de todos êles esteja em *Talavus,* nome próprio pre-romano de homem, que aparece em inscrições latinas de Braga e das Astúrias (1).

A forma *talabario,* acima mencionada, pode aproximar-se de Talabares, da inscrição de Nisa (*Corpus,* II, 171) citada também pelo sr. Dr. L. de Vasconcelos.

Nesta freguesia há os lugares de Carregais, Casal da Carriça, Casal do Lamarão, Rapoula e Reveles.

Carregais pertence ao numeroso grupo de topónimos derivados do colmo palustre, *cárrega* < * carica que está para o latim *carex*, nota o sr. Dr. L. de Vasconcelos, como púlica para *pulex.*

No segundo lugar mencionado, *Carriça* não é nome de ave, mas pelo mesmo motivo do anterior, da planta ciperácea, como a junça, bem própria de terrenos palustres. A natureza do terreno explica igualmente o terceiro nome.

Rapoula, a que se refere a carta régia de 1435 (2): «a obra da *rrapoula* devia começar no verão próximo, deriva provàvelmente do nome *Iben Aropollo,* mencionado a pág. 419 dos *Dipl. et Ch.*

---

(1) *Lições de Philologia Portuguesa,* 1911, pág. 165.

(2) *Indices e Sumários* de Ayres de Campos, fasc. I.

Ignoro o motivo histórico que deu o nome de *Reveles;* desta forma portuguesa *revel,* do latim *rebelle* ocupou-se o sr. Dr. L. de Vasconcelos na *Rev. Hisp.*, V, 430.

A origem de *Amial,* de amieiras, amieiro, é evidente.

Em *Arzila*, a identidade de nomes sugere-nos imediatamente a idea da transplantação do nome da cidade africana ou pelo menos a de lhe atribuir uma origem árabe. Fr. João de Sousa dá à palavra *arzila* a significação de coisa desprezível, humilde e pobre e fá-la derivar do verbo *razala*, desprezar.

Para o sr. Dr. D. Lopes esta explicação de Sousa não é de aceitar. O nome de Arzila português e castelhano assenta na forma arabizada, Acila ou Azila.

O *r* foi intercalado, como em outras palavras, quer de origem árabe, quer doutra nas mesmas condições — alicerce, alferce, Gibraltar, estrela, etc. (1).

Em documentos antigos nada consegui averiguar a seu respeito, mas parece-me dever pôr-se de lado a hipótese de êste nome nos ter sido deixado pelos moiros. Poderia talvez derivar-se de *arcella, deminutivo de arca, mas na história da língua não vejo casos análogos em que se estribe esta derivação. Resta-nos ainda supô-lo proveniente dalgum nome de pessoa, como os de Argelo, Argili ou Argilo, mencionados no *Onomástico* de Cortesão.

Chegámos ao fim da nossa jornada, pois esta freguesia jà confina pelo ocidente com os concelhos de Montemór e de Condeixa.

Percorrido assim o território suburbano ao sul do Mondego, damos por concluído, segundo o plano traçado, o esbôço toponímico de Coimbra e do seu concelho.

---

(1) *Revista Lusitana*, 24.º, 271.

LISTA ALFABÉTICA DOS NOMES DE LUGAR MENCIONADOS NESTE ESTUDO

Abelheira, 449.
Abrunheira, 451.
Açafarge, 450.
Adémia, 445.
Aeminium, 400.
Água de Maias, 423.
Alcarraques, 445.
Almalaguês, 440.
Almegue, 434.
Ameal, 455.
Anagueis, 450.
Andorinha, 442.
Anlobriga, 400.
Anobra, 400.
Antanhol, 451.
Antosêde, 438.
Arabriga, 400.
Ardazubre, 442.
Ardujube, 442.
Arroios, 438.
Arzila, 455.
Asanhas, 443, 447.
Augustobriga, 400.
Balancho, 400.
Baleia (alto da), 426.
Bemcanta, 434.
Bemfeita, 434.
Bemfica, 434.
Bemposta, 434.
Bemquerença, 434.
Bemviver, 434.
Bera, 450.
Bordalo, 433.
Bolão, 436, 438.
Bostelim, 446.
Botão, 447.
Brasfemes, 446.
Brigactium, 400.
Brigantium, 400.
Buçaco, 427.
Caesarobriga, 400.
Caetobriga, 400.
Calabouço, 447.
Camazão, 440.
Carregais, 454.
Carrimá, 447.
Carvalhais, 451.
Carvalho, 443.
Cartaxo, 444.
Casa Nova, 451.
Casais, 434.
Casais de Vera Cruz, 442.
Casal da Carriça, 454.
Casal do Lamarão, 454.
Casal do Outeiro, 438.
Casal de Pavão, 434.
Casal da Serra, 438.
Casal do Zambujeiro, 451.
Castelo-Viegas, 449.
Cegonheira, 434.
Ceira, 448.
Celas, 426.
Celiobriga, 400.
Cendelgas, 441.
Cernache, 452.
Cidreira, 438,
Cioga, 435.

Coimbra:
Alcáçova, 404.

Alcous, 405.
Almedina, 404.
Alpenduradas, 430.
Arco da Traição, 407.
Arnado, 419.
Arrabalde, 404.
Arregaça, 431.
Avalcouze, 405.
Azinhaga dos Lázaros, 412.
Bêco do Romal, 421.
Boa-vista, 421.
Calhabé, 431.
Cheira, 431.
Cidral, 430.
Colégio Novo, 416.
Conchada, 425.
Couraça dos Apóstolos, 408.
Couraça de Lisboa, 408.
Cumiada, 428.
Escadas da Carqueja, 421.
Estrêla, 416.
Genicoca, 407.
Judiaria, 418.
Largo da Feira, 415.
Largo de Freiria, 422.
Largo da Maracha, 421.
Mirleus, 412.
Montarroio, 425.
Monte-aureo, 428.
Montes-claros, 425.
Pátio do Castilho, 422.
Pedra do Vento (Ventosa), 428.
Pedreira, 421.
Penedo da Saüdade, 428.
Pio, 426.
Porta de Belcouce, 405.
Porta da Figueira, 419.
Porta Mourisca, 418.
Porta-nova, 406.
Porta de Santa Margarida, 412.
Porta do Sol, 406.
Portagem, 432.
Quinta dos Loios, 430.
Ribela, 425.
Rua da Alegria, 406.
Rua da Boa-vista, 421.
Rua do Borralho, 421.
Rua da Calçada, 417.
Rua dos Caldeireiros (*Caldariorum*), 423.
Rua de Corpo de Deus, 418.
Rua do Coruche, 417.
Rua dos Coutinhos, 422.
Rua das Covas, 410.
Rua das Cozinhas, 421.
Rua Direita, 419.
Rua de Entre-colégios, 415.
Rua dos Estudos, 416.
Rua das Fangas, 413
Rua das Figueirinhas, 419.
Rua dos Fiveleiros, 415.
Rua das Flôres, 421.
Rua da Fornalhinha, 421.
Rua do Fôrno, 421.
Rua dos Gatos, 421.
Rua do Guedes, 422.
Rua da Ilha, 421.
Rua Larga, 415.
Rua dos Loios, 416.
Rua da Marmeleira, 421.
Rua da Matemática, 422.
Rua dos Militares, 415.
Rua da Moeda, 420.
Rua da Mostardeira, 421.
Rua da Nogueira, 421.
Rua do Norte, 421.
Rua do Paço do Conde, 422.
Rua dos Palácios-confusos, 421.
Rua dos Peliteiros (*Pelipariorum*), 423.

Rua dos Penedos, 421.
Rua dos Pintadores, 423.
Rua de Quebra-costas, 414.
Rua das Rãs, 421.
Rua Rêgo-de-água, 421.
Rua de Santa Justa, 412.
Rua de S. Bartolomeu, 412.
Rua de S. Cristóvão, 412.
Rua de S. Jerónimo, 415.
Rua de S. João, 412.
Rua de S. Pedro, 412.
Rua de S. Salvador, 412.
Rua dos Sapateiros, 420.
Rua de Sôbre-a-riba, 413.
Rua de Sob-ripas, 413.
Rua da Sofia, 416.
Rua da Sota, 422.
Rua dos Tanoeiros, 423.
Rua das Tendas, 414.
Rua de Tinge-rodilhas, 420.
Rua da Trindade, 415.
Sansão, 419.
Terreiro da Erva, 423.
Terreiro do Mendonça, 422.
Villa Mendica, 429.
Cinumbriga, 399
Colimbria, 402.
Colimria, 403.
Colomria, 403.
Conembriga, 399.
* *Conenobriga*, 399.
Conimbriga, 398.
Coniumbriga, 399.
Conraria, 448.
Corujeira, 434.
Coselhas, 424.
Costa, 444.
Cova de Ouro, 440.
Cova dos Coelhos, 444.
Cruz de Morouços, 433.
Deanteiro, 427.
Eiras, 439.
Espadaneira, 434.
Espinhaço de cão, 427.
Fala, 434.
Feteira, 453.
Fonte dos Amores, 433.
Fornos, 445.
Freixede, 441.
Gasconha, 453.
Geria, 439.
Herminius (*mons*), 401.
Ingote, 425.
Invíbora, 451.
Lacobriga, 400.
Ladroeira (campo da), 443.
Lagares, 447.
Lamarosa, 441.
Langobriga, 400.
Larçã, 447.
Lavaconos, 430.
Lavarrabos, 435.
Lima, 403.
Logo de Deus, 440.
Lordemão, 440.
Malga, 449, 453.
Marmeleira, 447.
Merobriga, 400.
Misarela, 427.
Monte-São, 435.
Mourelos, 441.
Murteira, 444.
Nazaré da Ribeira, 453.
Orelhudo, 453.
Paço, 447.
Palheira, 451.
Pão-quente, 453.
Pé-de-Cão, 435
Pedrulha, 425.
Portela, 427.

Póvoa, 447.
Póvoa do Canedo, 438.
Póvoa de Melrim, 438.
Póvoa do Pinheiro, 438.
Prevedes, 425.
Quimbres, 443.
Quinta das Lágrimas, 433.
Quinta de Madre de Deus, 438.
Quinta do Pombal, 433.
Quintã, 438.
Rabaal, 435.
Rabalde, 404.
Rabarrabos, 435.
Rangel, 426.
Rapoula, 454.
Reveles, 455.
Ribeira de Frades, 453.
Rio de Galinhas, 450.
Rios Frios, 444.
Salgueirosa, 445.
Sandelgas v. Cendelgas.
Sanguinhal, 447.
Santa Clara, 432.
Santa-Comba, 426.
Santo António dos Olivais, 427.
S. Fagundo, 438.
S. João do Campo, 435.
S. Marcos, 443.
S. Martinho da Árvore, 440.
S. Martinho do Bispo, 432.
S. Martinho do Pinheiro, 447.
S. Paulo de Frades, 440.
S. Silvestre, 442.
Saramago, 443.
Sargento-mór, 447.
Sebal, 450.
Seira, 448.
Sesimbra, 403.
Silvar, 437.
Sinceira, 446.
Sintra, 403.
Sioga do Campo, 435.
Sioga do Monte, 445.
Souzelas, 446.
Sugeira, 435.
Talabriga, 400.
Taveiro, 454.
Tôrres, 427.
Trémoa, 450.
Trouxemil, 444.
Val-de-Cabras, 449.
Vale-meão, 426.
Várzea, 447.
Varzena, 432.
Vil de Matos, 444.
Vila de Cavaleiros, 452.
Vilafranca, 431.
Vila-nova, 453.
Vila-pouca, 453.
Vilarinho, 446.
Vilela, 444.
Volta do Monte, 449.
Zorro, 427.
Zouparria, 443.

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO.

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1)

PRECEDENTES DA CONQUISTA DE MALACA

Informado D. Manuel de que os mercadores guzarates armavam naus para navegarem ao Oriente da Índia, muito para além de Ceilão, a um grande pôrto que chamavam Malaca e donde traziam o melhor de especiaria, sêdas, porcelanas, charões e mil exquisitas polícias que ali levavam os lequios e os chins, resolveu-se a mandar lá uma armada com o intuito de descobrir e começar o trato com aquelas ricas mas distantes terras: com êsse intuito enviou à Índia a Diogo Lopes de Sequeira que chegou a Cochim no momento em que culminavam as diferenças entre o vice-Rei, D. Francisco de Almeida e Albuquerque, capitão-mor dos mares da Arábia, já nomeado para suceder no govêrno da Índia: pretendeu ainda o vice-Rei nomeá-lo como seu sucessor em lugar do capitão-mor; porém o recém-chegado escusou-se e o governador, cumprindo com a vontade do Rei, mandou-o seguir a Malaca e aproveitou o ensejo para se desembaraçar de alguns amigos fiéis de Albuquerque que o tinham acompanhado do reino: entre estes avultava Rui de Araújo como seu partidário leal.

Diogo Lopes de Sequeira chegou àquele grande pôrto em meados de Setembro de 1509: aparentemente bem recebido pelo Sultão da cidade, propôs-lhe o seu trato e enviou

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 136.

a terra a Rui de Araújo para ficar ali como feitor; logo, como lhe pareceu que era vantajosa a mercancia, mandou desembarcar uma grande porção do seu carregamento e alguns caixeiros para a negociarem; como até aí sempre sucedera na costa do Malabar, os recém-vindos tinham de se defrontar com a má vontade e os zelos dos mercadores mouros, poderosa confraria que dominava, monopolizando-o, todo o comércio do Oriente; estes trataram logo de intrigar os portugueses com o valido e ministro do Sultão, o Bandára, e entre todos se combinou a maneira de aprisionar e queimar a pequena frota portuguesa. Com a astúcia e duplicidade de malaios convidaram a melhor gente da tripulação para um grande jantar que, à moda da terra, devia ter lugar num terreiro, junto dos paços reais: com razão o épico lusíada escolhera no Olimpo helénico a Deusa de Citera como protectora ou patrona dos portugueses; de facto a gente da armada deveu a sua salvação do massacre premeditado pelos mouros e malaios, a uma denúncia feita por uma mulher java que amava perdidamente a um dos homens da nossa tripulação: a apaixonada Hero javaneza, não esperando que o seu Leandro a procurasse, lançou-se a nado para a nossa frota para o avisar da traça contra os portugueses planeada.

Negaram-se pois os nossos a desembarcar para o banquete: ao saber-se em terra da sua recusa, logo os malaios cercaram e atacaram as casas onde estava hospedado o nosso feitor que, não sem uma brava resistência, prenderam com os vinte portugueses que o acompanhavam. O capitão, com a artelharia de bordo ou mesmo saltando em terra, poderia talvez tê-los socorrido na sua defesa e possìvelmente libertá-los: indeciso, limitou-se a ser espectador de uma cena que lhe custava a já escassa tripulação de dois navios; não podendo navegá-los lançou-lhes o fogo e abandonando os prisioneiros portugueses pôs a proa à Índia: ao abordar a costa do Malabar, teve novas de que D. Fernando Cou-

tinho, o marechal do reino, tinha chegado à Índia e entregara o govêrno a Albuquerque: receando talvez a inteireza do carácter do novo governador e tendo na consciência o pêso de ter abandonado Rui de Araújo e os mais portugueses, presos em Malaca, fêz-se de vela com a sua nau a Portugal e mandou as outras duas para Cochim, capitaneadas por Nuno Vaz de Castelo Branco.

Ao saber dêstes acontecimentos adversos, D. Manuel mandara logo equipar nova armada para tirar uma boa desforra do Rei de Malaca e dera o seu comando a Diogo Mendes de Vasconcelos que chegara à Índia nas vésperas da segunda expedição a Goa em que veio a tomar parte importante: fiel ao seu mandato e segura Goa por Albuquerque, quis logo fazer-se de vela a Malaca; vimos como a sua constância ao tempo que Albuquerque recebia uma carta do amigo Rui de Araújo preso, senão a maior importância daquele objectivo, tinham feito com que o governador antecipasse à de Ormuz a expedição de Malaca.

Rui de Araújo na sua carta dizia-lhe que um mercador indú de nome Ninachatu, os auxiliava e lhe arranjara maneira de lhe escrever e pedia se lembrasse dêle, se um dia viesse libertá-los; assim os portugueses achavam melhor acolhimento nos indús do que nos muçulmanos, seus rivais e terríveis competidores no trato do Oriente. Na urgência do seu fito Albuquerque não se demorou em Pedir: impaciente do cometimento, logo navegou a Malaca, onde com os seus dezassete navios lançou âncora; com simulada longanimidade começava a tratar com o Sultão a liberdade dos portugueses: o Bandára de peito feito com os mouros, ia dilatando a sua entrega; Albuquerque por fim pôs como condição primacial, para tratar paz e comércio, a libertação dos seus: pelo seu lado o Sultão ou os seus conselheiros insistiam em que se fizesse primeiro o tratado; o momento de tomar as armas ainda não era chegado e Albuquerque, em-

quánto o esperava, escreveu ao seu fiel Rui de Araújo recomendando-lhe paciência por mais algum tempo: o feitor preso estava por tudo e oferecia estoicamente a sua vida em serviço do seu Rei e da sua fé: estava, como os outros portugueses, resignado aos ferros da escravidão, sucedesse o que sucedesse: logo o avisava de que o Sultão, aconselhado pelos mercadores guzarates que eram os nossos inimigos na terra, mandava trabalhar dia e noite na fortificação das suas estâncias de artelharia para a defesa da cidade e que tanto mais depressa Albuquerque a atacasse tanto melhor seria e sem perder mais tempo, nem se preocupar mais com a sua sorte e a dos outros prisioneiros, pois estava certo de que só pela fôrça seriam postos em liberdade: «o rei, dizia, está cheio de vaidade, com o número de soldados estranjeiros que tem a seu serviço e já pensa até em cercar e abalroar a nossa frota»: não quis o governador ouvir mais: logo mandou uns quantos barcos com a ameaça de deitar fogo às naus surtas no pôrto e ao casario ribeirinho; ao perceber-lhe a intenção imediatamente o Rei lhe enviou Rui de Araújo e os seus companheiros que sãos e salvos, depois de um longo e penoso cativeiro, se sentiam agora bem seguros a bordo: em vista disto Albuquerque continuou a negociar com o Sultão afim de obter um tratado de comércio; êste porém dilatava o mais possível as conversações até que o governador se convenceu que o seu propósito era detê-lo à âncora até que a falta de monção não lhe permitisse o regresso à Índia; em vista disso resolveu desde logo o assalto a Malaca: Rui de Araújo informou-o de que o ponto fraco dos seus valos estava numa ponte lançada entre as duas partes da cidade. Era perto do Santiago, o apóstolo patrono dos portugueses contra os mouros: esperou-se aquele dia para o ataque; formados os nossos em duas hostes, uma comandada por D. João de Lima, o sobrevivente de dois heróicos irmãos do assalto ao castelo de Goa, e a outra

pelo próprio governador: a ponte foi tomada e logo Albuquerque deu ordens para a defender de um e de outro lado com estacaria, pois chegava a noite e não queria abandonar a posição conquistada; a contra-ofensiva, porém, dos malaios foi denodada; trouxeram com os seus archeiros e espingardeiros os seus elefantes de assalto: porém estes feridos dos tiros, espantando-se com o estrondo das arcabuzadas, saltavam sôbre as filas dos seus condutores, atropelando e ferindo: entretanto o governador, aconselhado pelos capitães que tinham a sua gente já muito cansada de um dia inteiro de peleja, resolveu retirar.

O Rei Mahamed pôde então, com grande pressa, reformar as suas estâncias e dobrá-las em artelharia e como vira que no dia da entrada os portugueses começavam de seguir pela rua larga, não só a fechou numa das bôcas com uma tranqueira mas mandou miná-la de pólvora e plantá-la de puas de ferro empeçonhadas: pagou também o soldo atrasado aos seus mercenários jáus por lhe parecer que na entrada dos portugueses não tinham pelejado tão valentemente como o faziam noutras guerras: na verdade não se chegavam à briga porque Albuquerque tratara secretamente com o seu chefe Utimuti-rája a neutralidade, sob a aparência de combaterem.

Pelo seu lado o governador aproveitava também o seu tempo mandando recado a todos os mercadores estranjeiros, dizendo, para lhes captar a vontade, que sòmente por amor dêles não queimara a cidade, nem consentira que se lhes fizesse dano de maior: os que quisessem ir em boa hora para as suas terras o podiam fazer livremente e que se quisessem ficar, também lhes daria seguro contanto que não tomassem armas contra os portugueses, pois a sua contenda era só com o Sultão de Malaca até o satisfazer dos seus prejuízos.

Ouvindo isto foram os mercadores ao Rei a requerer-lhe

que aceitasse qualquer condição de paz e se esta fôsse de dinheiro, todos contribuïriam com os seus cabedais que mais valia que se fôssem os anéis mas que ficassem os dedos: estava porém o Sultão já irado no furor da vindicta e não os quis ouvir.

Albuquerque observando que noite e dia os malaios não tratavam senão de reparar os pontos de defesa que por serem fracos dali mais se temiam e que a ponte aonde se firmara quando deu o assalto estava agora feita numa fortaleza de artelharia e com dobrada defensão de palissadas, logo mandou guarnecer com algumas peças o junco mais alteroso de uns que tinha antes tomado no pôrto e ordenou que se fôssem chegando com êle à frente e não só para varejarem a gente que andava na azáfama de a fortificar mas também para ver se pela altura dos castelos do junco de lá se poderia dominar, pois era sua intenção tomá-la para se fortalecer logo ali ao abrigo dos pelouros e dardos inimigos: mas a água era pouca e nem aquele junco nem outro de menor calado que mandou puderam passar uma coroa de areia que ali fazia o leito do rio: não havia remédio senão esperar as marés vivas da lua nova; entretanto os mercadores chins pediram para se partirem e como por via da guerra iam escassos de mantimentos Albuquerque ordenou que lhes dessem muitos fardos de arrôs e algumas peças de amostra das cousas do reino: o roteiro do regresso dos chinas era por Sião; Albuquerque pediu-lhes levassem com êles um seu criado que queria mandar àquele reino e assim o fizeram: era um Duarte Fernandes que no cativeiro com Rui de Araújo aprendera o malaio e por quem Albuquerque mandava anunciar ao Imperador do Sião, com muitos cumprimentos, o cêrco de Malaca e que poderia mandar de novo os seus mercadores a habitar nela pois era sua tenção expulsar de lá os mouros: como tempo antes o Sultão de Malaca se levantara com a cidade contra o seu legítimo Suze-

rano do Sião, Albuquerque, assim procedendo, lisongeava-o no seu despeito de antigo Senhor e iria entretendo uns propósitos de armada de o Imperador Siame contra os portugueses, cujo boato corria pela cidade.

Emquanto não chegavam as marés altas o governador ia, contra o seu desejo, contemporizando: o seu projecto de edificar fortaleza encontrava grandes dificuldades pois, segundo o informava Rui de Araújo, na terra não havia pedra porque o terreno era todo à guisa de sapal: para a fazer de madeira, se viesse a tomar a cidade, aquela havia de ser cortada no mato à fôrça de jogar lançadas com os malaios e de a gente ser o alvo descoberto das suas frechas; os paióis das naus traziam pouco refôrço e possuíam sòmente uma forja que mal bastava para os alfagemes ao corregimento das armas.

¡Como se poderia, com tão minguados recursos, erguer uma fortaleza e agüentar um trabalho aturado, como convinha para isso em terra tão pestífera e de ares tão corruptos!

¿Se a gente de guerra e a maruja lhe adoecesse quem ficaria para o guarnecimento e para a mareação das naus?

Por outro lado a conquista de Malaca era grande serviço para o nosso domínio e retirar, uma vez investida e cercada a cidade, vergonha e descrédito para as armas portuguesas: tomá-la para ter logo de a deixar era pouco fruto para tamanha emprêsa.

¡Dilema imperioso para o construtor do Império! ¡Acicate em brasa para o brio português!

Dilatar era inoportuno: Malaca todos os dias se fortalecia em estâncias de artelharia e tranqueiras: quanto mais tarde mais gente seria necessário para a conquistar.

O governador então chamou os seus capitães a conselho e propôs-lhes um novo e definitivo ataque, de forma a tomar uma parte mais eminente da cidade e logo construir ali rà-

pidamente uma fortaleza, onde melhor pudessem resistir à chusma dos malaios e mouros: bem viam os seus capitães, dizia, que a falta de um ponto de apoio os obrigara a retirar depois de um assalto tão feliz: êles porém não alcançavam ainda a finalidade da sua política de permanente domínio e fiéis ao sistema de ter apenas feitorias nos portos de mar, favorito de D. Francisco de Almeida, pareciam ter mudado de idea quanto a segurar-se a terra com uma fortaleza.

Albuquerque insistia em que lhe dessem os seus pareceres, quer oralmente quer por escrito, para um dia se justificar perante D. Manuel: êle, por si, emquanto fôsse governador não desejava arriscar mais homens nas feitorias em terra sem os poder garantir com uma boa fortaleza; logo defendia a sua tese com duas razões assás convincentes: com a primeira falava aos sentimentos anti-muçulmanos da sua gente, ao enraïzado ódio que desde séculos os portugueses nutriam contra os mouros, dizendo-lhe: «é um serviço de Deus, nosso Senhor, combater e expulsar esta seita do Oriente que, se a deixarmos, bem depressa dominará por tôda a parte e tenho esperança, com a ajuda dêle, poder acabar a nossa tarefa, expulsar da Índia uma grande parte ou pô-los sob o nosso poder; os mouros vivem fartos do comércio que têm em todos os portos do Oriente: se o perderem, ir-se-ão para as suas terras».

«O Sultão de Malaca foi vencido e já experimentou o nosso poder: seis dias são passados e posto não possa esperar socorro de nenhuma parte, não nos manda emissários para ajustar pazes: é que Deus o cega e o faz soberbo para que nós possamos com justiça acabar esta conquista; se El-Rei nosso Senhor, nos tem mandado por vezes cruzar nos mares da Arábia é porque imagina que assim o podemos fechar ao comércio dos mouros: se Deus nos ajuda melhor será tomar Malaca, pois uma vez tomada expulsaremos os

mouros dos estreitos e não mais poderão levar especiarias para o Cairo, Meca e Judá».

«Serviço de Deus, nosso Senhor, e sem dúvida também grande serviço a El-Rei será pois tomar esta cidade que é a feira de tôda a melhor especiaria e dragoaria do Oriente: até aqui, a-pesar-das nossas armadas, as frotas dos mouros iam passando sempre bem carregadas dêste trato para tôda a parte; mas se nos assenhorearmos dêle, não mais voltarão aqui a carregar, porque Malaca é o melhor pôrto, para isso, que têm em todo o Oriente».

«Desde que nós nos assenhoreamos do Malabar, os mouros não levam para o Cairo outra pimenta se não a que carregam nestas partes e as quarenta ou cinqüenta naus que ali carregam desta especiaria, não podemos nós tolher-lhe a passagem, sem grandes armadas e assistindo contìnuamente na altura do Cabo Camorim: a pouca pimenta que ainda tiram do reino de Calicut, seu amigo, já está quási sob a nossa alçada: se lhe tiramos o que daqui levam, espero que em breve tempo o Cairo e a Meca terão o seu comércio por terra e a própria Veneza, não terá senão a especiaria que nos fôr comprar a Lisboa».

Eloqüentemente, Albuquerque explicava aos seus capitães «que não receassem ser Malaca muito rica e de muita gente, a-fim-de a podermos manter no nosso poder futuro, porquanto uma vez ganha, o resto do reino é tão pequeno, que o Sultão não tem lá uma única povoação, onde levantar tropas».

«Nem tão pouco receai a despesa de manter aqui uma boa fortaleza, porquanto o comércio da cidade é tão forte que pagará bem tudo e logo El-Rei em o sabendo, nomeará para a governar e servir o que achar competente».

«Demais quando os numerosos mercadores da cidade, habituados a serem roubados pelos malaios, experimentarem a nossa verdade e franqueza e o bem que os tratamos em harmonia com as vontades de El-Rei D. Manuel, hão de

voltar todos a tratar aqui, pois connosco poderão até construir em ouro as paredes das suas casas».

«E digo-vos mais, que tudo isto o podemos ganhar com dar a volta a uma chave, que é fazer a fortaleza, e por isso vos peço que considereis sèriamente que tendes uma cousa na mão que não deveis deixá-la fugir».

Era um discurso eloqüente e sonoro a Tito-Lívio, que honrava os bons mestres clássicos do fidalgo Albuquerque e que fechava com sugestiva e portuguesa alegoria.

Desta vez os capitães convenceram-se das boas razões do governador e assim foi ordenado segundo assalto à cidade: as marés vivas chegavam e logo Albuquerque mandou embarcar no junco mais alteroso de ante-mão artelhado, ao gentil homem alentejano António de Abreu, com gente de guerra, mantimentos e munições para os dias que durasse a batalha: juntou-lhe uma galé em que ia Duarte da Silva e despachou também com êles Simão Afonso numa caravela; o junco que ia adiante, aproveitando da maior altura da água, passou a coroa de areia e ancorou em frente da ponte: logo a artelharia do Rei Mahamed começou de varejá-lo com pelouro de chumbo como tiro de esfera que passava os costados de um a outro lado matando muita gente: o próprio António de Abreu foi ferido com uma arcabuzada de espingardão pelos queixos, ficando sem a maior parte dos dentes e o maxilar deslocado; ao sabê-los em tal apêrto Albuquerque mandou-lhes com refôrço a Diniz de Melo, «especial cavaleiro» que suportou aquele contínuo embate da artelharia «nove dias com suas noutes»: também o Abreu não consentiu que o levassem às naus para o curarem, dizendo: «que se lhe faltavam as fôrças para pelejar e a língua para o comando, lhe ficava a vida para não desmerecer do seu posto».

Os malaios vendo que a artelharia, só, não era bastante a destruir o alteroso junco, largavam-lhe pelo rio abaixo

jangadas de fogo, na esperança de o incendiar: era o trabalho mais aturado da gente desviar as fogueiras sob o fragor da artelharia que dando em cheio na parte superior do costado, levava as obras mortas mas não podia meter o junco no fundo por passar, ficando alta a estância da artelharia malaia, muito acima da linha de água; logo que a maré descia vinham os brulotes pelo rio abaixo: três barcaças compridas, carregadas de lenha iscada de breu e de óleo; largavam-lhe o fogo mal saíam à bôca da ponte e a corrente trazia contra o junco aquelas grandes labaredas flutuantes, alumiando o rio, a cidade e os navios do seu clarão: os nossos tratavam de saltar nos batéis para aparar com os longos arpéos as grandes balsas de fogo e desviá-las para outra veia de água, mas ficavam alvo descoberto da artelharia miúda e arcabuzeria malaia que lhes faziam fogo certeiro: o governador então, vendo a gente cansada do grande trabalho, muito exposta e demais com muitos feridos (apenas convalescentes da primeira entrada na cidade), receando que a continuar aquela tarefa viesse a faltar o pessoal resolveu dar o assalto decisivo e com os poucos sãos que lhe ficavam, uma sexta-feira, 8 de Agôsto, como o junco na praia-mar se fôsse encostando à ponte e os castelos de popa e proa, posto escalavrados dos rombos da artelharia a assoberbassem, mandou de lá varejar a entrada do lado da Mesquita que ficava na margem por onde êle ao tempo desembarcava, feito num só corpo com tôda a gente de guerra: impedindo o fogo do junco a passagem na ponte, não permitia que a parte da cidade aonde vivia o Rei e a que Albuquerque se dirigiu, fôsse socorrida pelo grosso das tropas de peleja que estavam na outra banda chamada Upi e que era muito mais populosa: o Sultão Mohamed tinha porém do seu lado a melhor gente de condestabres de fogo, arcabuzeiros e frecheiros assim como os seus guerreiros malaios, que quando o governador desembarcou lhe deram em cima

com tantos tiros de bombarda, espingardões, frechas, zarguchos e zervatanas que logo lhe maltrataram mais de oitenta homens.

O malaio é bom soldado: ágil, brioso, amigo de honra; demais pelejava pela sua casa, haveres e família e peleja na presença de muita gente, estranjeiros e da terra, que haviam de julgar da sua coragem; assim uns como cobiçosos de nome e outros num estado de hipnose particular aquela raça guerreira, a que chamam «fazer-se Amouco», combatiam ousadamente a nossa pequena hoste e esperavam intemeratos a chegada dos portugueses aos seus passos e tranqueiras: os veteranos da África e da Índia, porém, de acostumados a sofrer o ferro e o fogo, ferindo rijo de um e de outro lado, iam andando com êles adiante e por fim lhe fizeram largar as suas estâncias: logo que Albuquerque se viu senhor delas, dividiu a sua gente em dois troços; com um foi êle próprio assenhorear-se da testa e corpo da ponte, receando que os malaios da outra banda, para acudirem ao seu Rei, acabassem por forçar a passagem; com o outro mandou Jorge Nunes de Leão, o mesmo Diniz de Melo, James Teixeira e Nuno Vaz de Castelo Branco mas com ordem de não passarem da mesquita e de se fazerem fortes nela até que volvesse: foram andando estes capitães com o seu trôço, ora acutilando o inimigo, ora por êle bravamente acutilados, a demandar a mesquita até que chegando, lhes despejaram o acesso um tanto fàcilmente; Diniz Fernandes que ia adiante notou que ao chegar a uma rua larga principal, o Sultão Mohamed se lhe atravessava em frente com obra de mil e quinhentos malaios e se deixava ficar de estaca, como se desejasse que o Fernandes o demandasse por aquela rua: o Rei à espera e a rua posto de tão larga serventia despejada de tropa, deram-lhe suspeita e fêz ter a nossa gente: de facto logo viram o sinal de que o chão estava semeado de puas empeçonhadas (afora todo

minado de pólvora como depois se apurou): ao vê-las prestes se desviou e seguiu à outra rua onde via correr os malaios; não tardou o governador que vinha de segurar a ponte a demandar também a larga carreira minada; a sua salvação foi um homem que ia adiante de todos e que ao ver a rua deserta e com a terra remexida, tornou atrás gritando: «¡tende-vos Senhor! ¡Não passeis por aqui, porque nesta rua está algum perigo, cá sendo tão principal não a vejo trilhada de gente!».

Albuquerque receando que os outros capitães ali viessem ter deixou lá um com alguma gente a dar o aviso e foi-se por outra banda à Mesquita que a êste tempo o segundo trôço já tinha tomado: disse-lhes brevemente que ficassem ali entretendo os mouros que não chegassem por aquele lado à ponte aonde tornou no propósito de se fazer forte nela; ao chegar já a maruja lhe tinha desembarcado do junco, escadas, cestos, madeiras e pipas vazias que mandou encher de terra e com elas e com as traves da palissada dos mouros, da banda da Mesquita, fêz um repairo que fechava aquela entrada da ponte com um caminho protegido que vinha beber ao rio, para que lhe ficasse livre a comunicação com as naus; aproveitando um monte de tejolo que acaso ali tinham deixado para alguma obra, reforçou-o com um lanço de parede ensossa à altura de um homem e mandou guardar a estância por cinco dos seus capitães emquanto se foi à outra extremidade da ponte aonde levantou idêntico repairo que deixou a guardar a D. João de Lima, Duarte Silva e aos dois irmãos Andrades.

Em frente das duas estâncias mandou ancorar duas barcaças com artelharia, com o fim de poderem varrer pelo lado de fora os lanços das palissadas, receando que os malaios, de noite, viessem a ferir a guarnição por entre as traves e, como de alguns eirados de casas altas mais vizinhas da ponte, lhes atirassem frechas e zarvatanas e o sol de ardente fôsse

custoso de aturar, mandou toldar as estâncias com as velas das naus: os toldos enfunados com a aragem do rio faziam ressaltar as frechas e davam grande frescura à nossa gente de guarnição.

Vendo Albuquerque senhor da ponte e dividida a cidade em duas partes sem comunicação, o Rei Mahamed desanimou: por fim, batido e expulso da cidade com a sua gente teve de se refugiar no sertão aonde ainda foi perseguido pelos nossos, ajudados pelos jaus, cuja defecção fôra negociada com o seu chefe Utimuti Rájá.

Albuquerque, senhor de Malaca, não esqueceu o mercador indú Ninachatu que tinha auxiliado tanto a Rui de Araújo e aos prisioneiros portugueses e deu ordem para que a sua casa e armazéns fôssem poupados assim como todos os bens da comunidade industânica que o mesmo ficou a governar: da mesma maneira Utimuti foi pôsto à testa da numerosa população java, mas considerado mais tarde pouco seguro porque era acusado com um seu filho, de estar comprometido na conspiração em 1509 para o massacre dos portugueses, o governador receoso de que à sua partida para a Índia, Utimuti se levantasse com a cidade, fê-lo prender e aos seus e julgados pelo ouvidor Pedro de Alpoim, foram condenados à morte.

A mulher do chefe jau oferecia a Albuquerque uma grande soma de ouro para a construção da fortaleza, se êle deixasse partir livremente para a sua terra ao marido e aos filhos: respondeu-lhe que os portugueses não vendiam a justiça, mas lhe entrégaria os corpos dos que haviam de ser justiçados para que os enterrasse segundo os seus ritos e religião: a sentença foi cumprida na mesma praça da cidade aonde se preparou o traiçoeiro festim oferecido aos portugueses durante o qual todos deviam ser assassinados.

Êste acto de justiça com o seu sinistro ritual, posto tivesse provocado um motim dos jaus logo sufocado, impres-

sionou profundamente a gente da cidade e confirmou de vez a nossa autoridade e senhorio; concluída a fortaleza já em Janeiro de 1512 Albuquerque podia largar as velas para a Índia, deixando Malaca tranqüíla com a sua guarnição de quatrocentos portugueses.

(*Continua*).

Antonio de Mattos Cid.

OS SINAIS DE GALVÃO

A Carlos Studart Filho

O matuto do Ceará tem um certo número de regras a que chama *sinais de Galvão* e que aplica ao cavalo, a-fim-de verificar se é bom ou mau. Delas, em geral, abona a veracidade, e por elas se guia nas suas negociações. Muitas vezes, há, para nós outros, leigos em matéria de hipologia, verdadeiras contradições entre alguns dêsses preceitos; mas, se lho notamos, logo nos redargúi que não, e passa a provar, pior ou melhormente, o que tem como verdade inconcussa. Baseiam-se as regras na qualidade e na quantidade de sinais que apresenta o quadrúpede. A mais interessante de tôdas tem disposição métrica:

Um é bom,
dois é melhor;
três não presta,
quatro é pior;
cinco
é um brinco,
seis
é um reis;
de seis pra cima,
quanto mais melhor.

Isto é: o cavalo que tem um sinal é bom, o que tem dois é melhor, etc.

Há outras ainda que são dignas de menção. É óptimo o

cavalo que tem *cabeça de pato, ôlho de galgo, pescoço de galça;* o que apresenta duas *espadas romanas;* o de cinco *alentos*. São bons o cavalo que tem um só *sinal encoberto* e o que tem uma só espada romana. O cavalo *cacete*, isto é, o que tem o vergalho preto, não enfrenta perigo e é bom num dia, mau no outro. O *agé* não merece confiança, por que costuma *quebrar o pé*. Quanto ao *gazo* ou *gaz*, de um milheiro se tira um bom, mas êsse não tem rival. O mesmo se dá com o *pampo* e o *rosilho*. O alazão é fresco, ao passo que o castanho é quente. O cavalo que tem um *redemunho* abaixo do ôlho é de vida curta. O que *bebe em branco* é *velhaco*. O pedrês é forte, mas tem o defeito de ser *tungão*. É *manteúdo* o que tem as costelas perto do quadril; o que as tem longe é *sentidor*. Mas o melhor de todos os cavalos é o castanho-escuro sem sinal branco nenhum, e o pior é o cacete no dia em que está mau.

Muitas vezes a experiência popular se condensa e cristaliza em prolóquios: Cavalo agé quebra o pé. Não há poldro castanho lerdo, nem cavalo castanho ardo. Cavalo pedrês, não o vendas nem dês. Cavalo castanho-escuro pisa no mole e no duro e leva o dono seguro.

Conquanto seja o meu fim principal averiguar a identidade de Galvão, não posso entretanto fugir ao desejo de dar primeiro uma vista de olhos à pinturesca linguagem matuta.

Ao primeiro exame, parece errónea a concordância *dois é melhor, três não presta,* etc. ¿Como é que *dois, três*, que são plurais, não levam o verbo ao plural? Se observarmos atentamente, veremos que só essa concordância é que está de acôrdo com a sintaxe lógica. ¿Se fôsse *dois são melhores*, o que significaria? Esta coisa indefinida: que *dois sinais são melhores do que um*. E não é isso que se quere dizer; mas que *ter dois sinais é*, para o cavalo, *melhor* do que ter um só, ou, então, que o *cavalo de dois sinais é melhor* do que o de um só.

Brinco é um objecto de adôrno para as orelhas, e, por isso, entre nós também se chama brinco ao lobo, parte da orelha em que se coloca o adôrno. Como o brinco era outrora de alto valor, por ser de ouro incrustado de brilhante, começou a dizer-se de uma pessoa ou coisa que merece estimação que *é um brinco*, que *está um brinco*, que *fica um brinco*. Daí proclamar a regra que o *cavalo de cinco sinais é um brinco*, para o que concorreu também a rima entre *cinco* e *brinco*. Como se sabe, é hoje muito comum entre as moças dizer de uma coisa boa que *é daqui* ou, por gaiatice, *dacli*, expressão a que dão sentido levando a mão ao lobo da orelha. Isto, pois, significa que o objecto a que elas aplicam a expressão é um *brinco*, *tem valor inestimável*. Êste costume está vencendo o anterior, que consistia em dizer de uma coisa que *era um* e terminar a frase, depois de uma pausa, com a apresentação do lobo da orelha direita, isto é, do *brinco* dela.

A forma *reis*, em vez de *rei*, é, segundo alguns autores, um plural tomado como singular; mas eu penso que é um singular deduzido do plural duplo *reses (reises)*, muito usado na expressão *dia de reses*. O cavalo de seis sinais é *um reis*, isto é: é o primeiro dentre os seus iguais.

Galça outra coisa não é senão *garça*. A passagem de *r* a *l* não é própria da dialectação cearense. Entre nós, as duas líquidas têm sorte muito diferente. Emquanto o *l* se vocaliza em *u*, o que já se dava no mesmo latim, ou se mantém apoiado a uma vogal atenuada, como acontece com o *l* de pausa lusitano, dizendo-se *silivestre*, *málu*, por *silvestre*, *mal*, o *r* pode cair, mas nunca se altera. Portanto, a forma *galça* é devida a uma influência anológica de *galgo*.

Espada romana é uma espécie de remoinho formado por cabelos laterais do pescoço do cavalo, a partir do *encaixo* da cabeça para trás, não em espiral, mas em linha

recta, à maneira e semelhança de *espada*. Quanto maior a espada, melhor o cavalo.

Alento é uma palavra do português geral. É cada um dos orifícios que se encontram dentro das ventas dos cavalos. O nome lhes vem do facto de ser por êles, como afirma o sertanejo, que o cavalo toma *alento* ou fôlego. Só podem ser dois, três ou cinco. O cavalo de dois alentos é comum, o de três é bom, o de cinco óptimo.

A palavra *cacete* está explicada pela própria aplicação que tem. Com êste sentido é um brasileirismo, pravàvelmente do norte.

Agé não é mais do que *argèl*. Para o português geral, porém, é argel o cavalo que tem pés brancos. Para nós, só o é se tiver branco apenas o pé direito, tal como em espanhol, ou se tiver um *sinal atravessado*, isto é, pé direito e mão esquerda brancos, ou pé esquerdo e mão direita brancos.

Gazo ou *gaz* o mesmo é que *gázeo*. Designa, pois, o cavalo albino, que tem olhos, pêlo e couro despigmentados. *Gazo* é popular e familiar, *gaz* é simplesmente matuto.

Pampo usa-se em referência ao cavalo de duas côres. Está por *pampa*, que também se houve, como *corcundo* a par de *corcunda*.

Rosilho é, para nós, o cavalo castanho com muito pêlo branco mesclado ou, como para o espanhol, de cuja língua nos veio o têrmo, aquele cujo pêlo é misturado de branco, preto e castanho. A palavra dá margem a uma interessante observação. Morais (edição facsimilada) identifica-a com *rusilho*, para que remete o consultor. Mas não regista *rusilho* e, sim, *russilho*, prova de que foi vítima de um êrro tipográfico. Para o grande dicionarista, pois, *rosilho* e *russilho* são formas divergentes da mesma palavra, que êle define erradamente: «còr russa com còr de rosa mesclada». O *Diccionario Contemporaneo*, levado por essa idea de côr

de rosa, a que dá lugar de relêvo na sua definição, deriva *rosilho* de *rosa* com o sufixo *ilho* e consigna *russilho*, mas como outro vocábulo, derivado de *russo*. O *Contemporaneo* foi, por sua vez, seguido quanto à definição, já não pròpriamente errónea, mas ainda bem defeituosa, e quanto à independência de *russilho*, por Cândido de Figueiredo e Jaime de Séguier. João Ribeiro não errou a definição, apenas foi incompleto. Também considerou *russilho* palavra independente. Agora, examinemos a questão. Primeiramente, é necessário afastar da definição de *rosilho* essa idea de côr de rosa, que só de fugida e de longe se pode notar no cavalo assim chamado. A palavra não vem de *rosa*, mas, como o reconhece Cândido de Figueiredo, do castelhano *rosillo*, derivado de *roso*, que mais não é do que o nosso *roxo*. Depois o estudo atento da significação pelos dicionaristas emprestada a *russilho*, ou, antes, *rucilho*, leva-nos à conclusão irrefragável de que essa palavra não é senão o mesmo *rosilho*, como parecera a Morais. O cavalo *rosilho* tem sempre os pêlos brancos, *ruços*, e por isso a palavra *rosilho* foi contaminada pela palavra *ruço*, vindo a ter também a forma *rucilho*, que, diga-se de passagem, não é conhecida no Ceará.

Redemunho é forma popular de *redemoinho*, perfeitamente normal e acorde com a fonética fisiológica. Está nas mesmas condições de *pegulho* por *pegoílho* (pe-gú-i-lho, pe-gu-lho), do dialectismo lusitano *munho* por *moínho* e dos populares *rui* (*u* nasal) e *rõe*, o primeiro brasileiro, o segundo lusitano, por *ruim*.

Beber em branco é uma figura muito bem empregada, diz-se do cavalo que *tem branco o beiço inferior*, aquele com que bebe.

Velhaco é o cavalo que, por negaceador, não se deixa pegar com facilidade. É, pois, a particularização de um sentido *(enganador, traiçoeiro)* que o vocábulo tem no português geral.

Tungão é um adjectivo iterativo do verbo *tungar* (tupí *tunga*) e significa *lerdo*, naturalmente por intermédio de *teimoso*.

Manteúdo é o particípio arcaico de *manter* tomado activamente e em sentido favorável. *Manteúdo* quere dizer *que se mantém em bom estado*. É o contrário de *sentidor*, cujo significado é *que se molesta fàcilmente*.

Quebrar o pé vale por *mancar dêle, não tê-lo seguro como aos outros*. O verbo está figuradamente empregado.

Ardo, por *árdego*. Conquanto seja popular a terminação átona *ego*, sufixal ou não, não é de todo infundado explicar *ardo* como contracção de *árdego*. Mas quere-me antes parecer que esteja por *árduo*. *Árdego* é possìvelmente um derivado do radical de *arder* com o sufixo *ego*, forma popular de *ico*, e significa *ardente, fogoso; árduo* é uma importação erudita do latim *arduus* e significa *difícil, custoso*. O povo, porém, ouvindo *árduo* aos letrados, identificou-o com *árdego* e disse *tarefa árdega;* portanto, podia dizer também, opostamente, *cavalo arduo (ardo)*. Se de facto há em Portugal a pronúncia *ardêgo*, única registada por Cândido de de Figueiredo e Gonçalves Viana, contra a prosódia notada pelo *Dicionário Contemporâneo*, que é a de todo o Brasil, foi até mesmo pela confusão entre *ardêgo* e *árduo* que se chegou a *árdego*. A palavra teria sido formada como *labrêgo*, e logo depois, confundindo-se com *árduo*, ter-se-ia dado um cruzamento.

Se é interessante, como se acaba de ver, o estudo da linguagem em que estão expressos os *sinais de Galvão*, mais interessante ainda é indagar da razão por que lhes chamaram assim. O sr. Gustavo Barroso informa que «Galvão é um alveitar ou alquilador lendário» (*Terra de Sol*, 2.ª ed., pág. 96). Pela própria dubiedade que nos depara a afirmação, vê-se claramente que o ilustre escritor bebeu em fonte impura ou ouviu mesmo citar os sinais e falar em

Galvão, mas não teve conhecimento da lenda em que envolvem êsse nome e arranjou-lhe, por mera dedução, o ofício de alveitar ou o de alquilador. Entretanto, que um alquilador, indivíduo que *alquila*, que aluga, alimárias para transporte procurasse conhecer bem os cavalos — compreende-se perfeitamente. Mas que o fizesse também um alveitar, que é um veterinário prático, isso é que se não entende bem ou de maneira nenhuma se entende. A suposição, aqui, é manifestamente errónea. Galvão era um cavaleiro, conforme a lenda que recolhi nos sertões da Mombaça.

Esforçado, cheio de nobres feitos e vitórias esplendentes, teve a suprema infelicidade de cegar e cair nas mãos de inimigos impiedosos. Encerraram-no em fortaleza circunvalada, onde, inteiramente só, não se podia comunicar com pessoa alguma. No dobar dos tempos, conseguiu afinal inteligência com o exterior e pediu que lhe comprassem um cavalo castanho-escuro sem sinal branco nenhum. Mandaram-lhe um belo animal castanho-escuro de pé direito branco. Êle não o quis, por que, como explicou, saltaria o desmesurado fôsso que ilhava a fortaleza, mas seria logo depois traído pelo pé branco, expondo-o assim à fúria recrescida dos inimigos. Trouxeram-lhe afinal um cavalo tal como recomendara: castanho-escuro, sem sinal branco nenhum. Iludindo a vigilância da guarda, montou o corcel, fê-lo saltar de um pulo o barranco e, na margem de lá, pôs à garupa um menino, de frente para a traseira. De quando em quando preguntava ao menino como era a besta inimiga que mais de perto o perseguia e, conforme as respostas, dirigia a sua ora para o molhado, ora para o sêco. Afinal, os inimigos cansaram de persegui-lo, e êle viu-se salvo, graças à experiência que durante a sua vida adquirira no trato constante com os cavalos.

¿Agora, sabendo-se que Galvão é um cavaleiro, e não um alveitar ou um alquilador, ¿será difícil identificá-lo, na história ou na lenda?

Antes de entrar nessa indagação, quero referir o caso de uma família de *Lapexís*, moradora em Maria-Pereira, município da Mombaça, que teve o cognome mudado para *Galvão*.

Manuel Lapexil era um velho andador que vencia, como propalava e reafirmavam, trinta léguas diárias. No espaço de quatro ou cinco dias, vinha à Fortaleza, concluía os seus negócios e voltava, excedendo em velocidade muitos que montados faziam igual percurso. Começaram por isso a chamar-lhe Manuel *Galvão*, apelido por que ficou sendo conhecida tôda a família, que não sabe hoje que relação poderia haver entre a palavra Galvão e o facto de ser andarengo o seu velho chefe. Mas é evidente que não foi senão lembrança do cavaleiro cego, que, com os seus bons e escolhidos cavalos, encurtava as distâncias, assim como a pé o fazia Manuel Lapexil.

¿Afinal, que cavaleiro será êsse da lenda mombaçana?

A história verídica não nos dará resposta, mas a história romanesca satisfazer-nos-á plenamente.

A terceira parte das novelas medievais de cavalaria do ciclo bretão, constituída pelo célebre *Demanda do Santo Graal,* conta como os cavaleiros da Mesa (ou Távola) Redonda se puseram à procura do vaso sagrado. Dos 149 do séquito de El-Rei Artur, senhor de Logres, foi o de nome *Galvão*, sobrinho de El-Rei, quem, em Camalote, primeiro jurou entrar na demanda e mantê-la «hũu anno e hũu dia e, pella ventura, mais». El-Rei Artur não queria que Galvão saísse a campo, por que sôbre êle pesava o mau augúrio de fazer «tam gram dapno nos cavalleiros, que todo o seu linhagem não o poderá cobrar». A-pesar-da obediência devida ao seu soberano, entregou-se decididamente à emprêsa e viu-se parte em muitas façanhas. Teve, entre outros, em frente à cidade de Gaunes, um combate singular com Lançarote. Foi nessa batalha que «pres Galvan hũu tal golpe, de que pois non

pode guarir, ante o chegou aquela chaga a morte». Mal tinha êle precàriamente sarado, e já El-Rei, que só por isso esperava, saía contra o Imperador de Roma, que estava na Bretanha e pretendia tomar a Gaula e passar para o reino de Logres. Feriu-se o combate entre as hostes dos dois monarcas, sendo vitorioso El-Rei Artur, que, no mesmo dia em que se cingia de louros, recebia más notícias do seu reino. O seu sobrinho Mordareto, irmão de Galvão, rebelara-se contra a sua soberania e fizera-se coroar rei. Galvão saíra da batalha «achagado a morte», mas acompanhou o tio contra Mordareto. Logo, porém, que pisou em terra, morreu, sendo o cadáver levado para o castelo de Crós (1).

Alterada embora a lenda, senão contaminada ou adaptada, na bôca do nosso matuto, é irretorquìvelmente certo que o Galvão dela e o Galvão da *Demanda do Santo Graal* são a mesma personagem fabulosa. O facto não causa estranheza a quem conhece a lição dos pesquisadores. O D. João Tenório, de Tirso de Molina, foi-se alongando do original, cada vez mais e tanto, que os franceses inventaram um D. João de Marana, cuja existência houve depois quem tentasse justificar. Foi o nome dêsse D. João de Marana que deu título à obra em que Alexandre Dumas, na frase de Van Gennep, «amalgamou Tirso de Molina, Molière e Mérimée» (2).

Por ser Galvão um cavaleiro célebre, o nosso matuto atribuíu-lhe as regras, que são com certeza, envolvidas ou não em lendas explicativas, não sòmente do Ceará, não sòmente do Brasil, mas da tradição universal, por que nasceram da experiência dos séculos e por que, como diz Stith Thompson (3), há muita matéria comum na literatura popular do

---

(1) A *Demanda do Santo Graal* foi em grande parte publicada na *Revista de Lingua Portuguesa*, pelo Padre Augusto Magne.

(2) *La Formation des Légendes*, pág. 226. Paris, Flammarion, 1920.

(3) *Motif-Index of Falk-Literature*, «volume one», «studies n.os 96, 97» dos *Indiana University Studies*, «vol. XIX June, September, 1932».

mundo, consistindo muitas vezes as semelhanças, não só em histórias completas, mas ainda em simples motivos.

Vou terminar êste rápido e descolorido estudo com uma nota filológica acêrca da expressão *santo graal. Graal,* palavra de origem incerta, é o vasó sagrado de que Jesús se serviu na última ceia, com os apóstolos, e em que depois José de Arimatéa recolheu o sangue das chagas de Cristo. Portanto, só se pode dizer *santo graal,* como *santo vaso,* e nunca *são,* que só tem cabimento como título, indicador de um lugar na hierarquia celeste. Entretanto, alguns escritores, por manifesto êrro, têm dito *são graal,* como se se tratasse de um santo do catolicismo. Êsse êrro é evidentíssimo nos seguintes versos, do Sr. Carlos Góis, que, além de poeta, é prosador, folclorista e gramático (1):

Impelle a redempção de toda a Palestina
O desejo incontido á guarda do Sepulcro
É a suprema conquista ao *vaso de São Graal.*

¡*Vaso de São Graal,* como se graal fôsse um santo que possuisse um vaso e quando *graal* é o mesmo *vaso!*

Fortaleza, Ceará. — Novembro de 1933.

MARTINZ DE AGUIAR.

Director e professor catedrático de gramática histórica do Liceu do Ceará, presidente da Academia Cearense de Letras, membro do Instituto do Ceará.

(1) *Paladinos* «in» *Revista Escolar do Instituto de Humanidades»* vol. IX, Ceará, 3.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade. 1854 ..... 3$oc

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vols. V e VI cada ..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estranjeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 87.º

4.ª SERIE — VOLUME 16.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1934

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da A. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, U. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso. da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Toponímia Coimbrã (Breves deambulações pelo distrito), por J. Leite de Vasconcellos 485
Oxford — História, por Miguel d'Almeida Pile 498
Quatérnios e Imaginários, por Carlos Eugénio Álvares Pereira ... 515
A nacionalidade portuguesa e o nome de Cristobal Colon, por Carlos Roma Machado 524
Amieira — Do antigo priorado do Crato, por Tude Martins de Sousa e Francisco Vieira Rasquilho 574
Una expedición catalana al norte da California, por Alfredo Gummá y Martí 592

TOPONÍMIA COIMBRÃ (1)

(BREVES DEAMBULAÇÕES PELO DISTRITO)

I. — Introdução. — Concelho de Coimbra.

1. — Na toponímia de muitas povoações importantes reflecte-se fàcilmente a história destas, o que se observa, por exemplo, em **Coimbra.** A denominação mais antiga que conhecemos da cidade é *Aeminium,* segundo Plínio, *Nat. Hist.*, IV, 113, denominação prè-romana pelo radical, e alatinada pela terminação. O nome do rio que corre no local está em circunstâncias análogas: *Mondego* < * *Mondaecus* = *Mond--aec-us:* de *Mond-*, *Monda* ou *Munda,* pré-romano, *-aec-*, sufixo também prè-romano, e *-us* desinência latina (2). De Plínio dar ao Mondego, a-par-de *Munda,* o nome de *Aeminium,* como o da cidade, vid. o que digo nas *Religiões,* II, 79, nota 3, ainda que é freqüente um rio tomar o nome de uma terra que êle banha, e vice-versa.

As moedas da época visigótica dizem AEMINIO, EMINIO, IMINIO (3). Êste nome desapareceu com os tempos, substituído no século IX por *Colimbria,* que provinha de *Conimbriga* (4), mais antigamente *Coniumbriga,* nome de outra

(1) Vid. nota da pág. 1.

(2) Acêrca de *Monda* e *Munda* vid. *Religiões da Lusitania,* II, 27; acerca de * *Mondaecus* vid. a mesma obra, III, 87, nota.

(3) Campaner y Fuertes, *Indicador*, pág. 199.

(4) Fortunato de Almeida, *História da Igreja,* I, 127, nota.

cidade, a que correspondem hoje as ruínas de Condeixa-a-Velha. A *Coniumbriga*, acaso relacionado com *Conii*, nome étnico, me referi no *Archeologo Português*, XXIX, 168.

Testemunho toponímico da época dos Árabes é *Almedina*, isto é, *Arco de Almedina*, onde *Almedina*, como os arabistas explicam, significa «a cidade» (1). Para cima do Arco devia ser a povoação muçulmana.

Relativamente à época portuguesa basta dar um exemplo.

Um forasteiro, que não conheça Coimbra, e, visitando a cidade, ouça falar no *castelo*, pensará que o vai ver: e, todavia só lhe encontra o sítio, isto é, um largo assim chamado, *campus ubi Troia fuit*. O castelo desapareceu, ficou o simples nome na tradição semi-inconsciente ou inconsciente. Eis aqui um caso em que um nome, só por si, revela todo um capítulo de história. Noutras povoações nossas acontecem cousas semelhantes, por exemplo, em Vimioso e Odemira. E por tôda a parte temos o mesmo fenómeno de desaparecimento de um monumento ou de um costume, seguindo-lhes nós apenas os rastros. Em Bruxelas há um local chamado *Porte Namur*, onde não se vê de presente nenhuma porta, mas onde deve ter existido uma na muralha, também hoje destruída, porta que se abria para a estrada de Namur. Em Poitiers edificaram os Romanos um anfiteatro, que desapareceu, e legou à posteridade o nome *des Arènes*, dado a uma rua. Quantos sítios não existem em Portugal, que se designam por *Fôrca* e *Picota*, como ecos de antigas e extintas (ainda bem!) instituïções! Mais alguns nomes ficaram das fortificações de Coimbra, conservados em ruas: *Couraça* dos Apóstolos, *Couraça* da Estrêla, *Couraça* de Lisboa; e outras instituïções divisamos em *Rua do Páteo da Inquisição, Azinhaga dos Lázaros, Rua dos Loios.*

---

(1) Sousa & Moura, *Vestigios*, 1830, *sub voce;* David Lopes, *Toponimia árabe de Portugal*, pág. 19.

Deixando a história, e voltando-nos para os costumes, achamos na própria Coimbra outro engano. Refiro-me às *fogueiras do S. João.* Dantes foram de certo ruïdosas. Muito se bailou em volta delas. Que vemos hoje? *Pavilhões,* isto é, armações revestidas de plantas verdes, e enfeitadas de balões venezianos, junto dos quais dançam, sim, rapazes e raparigas, contudo sem lume vivo que os anime, senão o que trazem sempre aceso nos corações. No que vieram a dar vetustas cerimónias mágicas, celebradas no solstício do verão!

2. — *Lôgo-de-Deus* é o nome de uma povoação de 51 fogos (1) na frèguesia de S. Paulo de Frades, concelho de Coimbra. Depara-se-nos aqui um raro vestígio do emprêgo da palavra antiga *logo* no sentido de «lugar» (2). Na idade-média a expressão *locus Dei* aplicava-se de ordinário a um mosteiro, e daí vieram topónimos franceses do tipo de *Lieu-Dieu,* estereotipado na toponímia de vários departamentos (3). Cf. *Locus Sanctae Mariae* ou Marienstatt, mosteiro cisterciense, na Alemanha (4).

Se em Lôgo-de-Deus existiu algum modesto asceterio ou edifício religioso, que originasse o nome, os investigadores da história local o poderão descobrir.

3. — *Misarela.* Êste topónimo, que existe também noutros distritos, suponho ser na origem nome de mulher, dado talvez por humildade cristã, como acontecia correntemente nos primeiros séculos do Cristianismo (5), do lat. misera, no

---

(1) Censo de 1911, pág. 129, A.

(2) Vid. o *Elucidario* do P.e Viterbo, I (1.ª ed.), 97–98. Citei outros exemplos no meu opúsculo *Classes de povoações,* págs. 14 e 17–18.

(3) Vid. Longnon, *Noms de lieu de la France,* § 1:500.

(4) Sleumer, *Kirchenlateinisches Wörterbuch,* 1926, pág. 479.

(5) Vid. *Antroponímia portuguesa,* pág. 26.

deminutivo (deminutivo românico, pois em latim era *misella*). Adiante veremos mais alguns nomes formados de modo semelhante.

II. — Concelho de Arganil.

4. — *Portelinha,* derivado de *porta,* com dois sufixos, um antigo, ou *-ela,* e outro moderno, ou *-inha.* Deve entender-se que *Portela* era um lugar ou sítio, e *Portelinha* outro: diferenças de tamanho, correspondentes a diversidade de cronologia, originaram o segundo topónimo.

5. — *Sobral Gordo* e *Sobral Magro.* Assim como partes do corpo do homem ou dos animais designaram metafìsicamente acidentes do solo, e posição de sítios, por exemplo, *cabêço, costas, espinhaço, garganta, pé* (1), assim, para epitetos de topónimos se escolheram às vezes adjectivos originariamente pertencentes ao reino animal: no nosso caso: *gordo* e *magro.* Cf. Outeiro da *Cabêça Gorda,* na Estremadura Cistagana, e *Cântaro Magro* na Serra da Estrêla.

6. — *Arroça.* De *roça,* com prótese de *a,* substantivo verbal ou deverbal de *roçar:* terreno de charneca que se roçou. O mesmo nome entra em *Corga* da *Arroça.*

7. — *Couço.* Forma divergente, quanto a mim, de *calço* (de terreno). Do lat. calceus.

8. — *Sarnadela.* A forma antiga desta palavra é *Cernadela,* século XIII (2). Aqui está um caso em que a ortografia

(1) Cf. os meus *Opúsculos,* I, 382.

(2) Quando após uma palavra eu indicar um século sem declarar o

oficial devia manter no início Ç, pois fica desharmónico escrever-se *Cernadela*, e a-par *Sarnadela*, quando as duas palavras são etimologicamente uma só, que não passa de deminutivo de *cernada*, com o sufixo *-ela* (vid. §§ 3 e 4). Na nossa toponímia e na galega há igualmente *Cernada* e *Cernadas*. Existindo em português a palavra *cernada*, derivada de *cernar* «cortar além da casca das árvores até descobrir-lhes o *cerne*», do lat. circinare(1), por dissimilação, isto é, por síncope do segundo *ci*, é natural referir a ela o nosso topónimo(2).

III. — Concelho de Cantanhede.

9. — *Perboi*, por *Per'boi*, de *Pero Boi*, nome de pessoa tornado topónimo. De *Boi* dá Cortesão um exemplo do século XIII (Boy), e eu um do século XV na *Antroponimio Portuguesa*, pág. 217.

10. — *Varziela*, deminutivo de *várzea*, por * *várzena*. Cf. *Varzenela*, no século XI, *Varzinela* no século XIII.

11. — *Queixada da Raposa*. No princípio devia ter sido ùnicamente *Queixada*. Por haver mais alguma povoação do mesmo nome, distinguiu-se a de Cantanhede, juntando-se-lhe *da Raposa*, ainda que o motivo não o posso explicar. *Queixada* sòzinho, existe, por exemplo, no distrito de Viseu. Noutros distritos *Requeixada* e *Requeixo*. Na toponimia ga-

---

respectivo documento, entenda-se que êste vem mencionado no *Onomástico Medieval* de A. A. Cortesão, Lisboa, 1912 (separata do *Archeologo Portuguez*), vasto e valioso repositório de topónimos antigos.

(1) REW, 3.ª ed., n.º 1:341.

(2) O lexicógrafo Morais, mencionando *cernar*, abona-se com as *Ordenações Afonsinas*, mas equivocou-se na citação, e não pode verificar-se o texto alegado.

lega e na de outras províncias de Hespanha aparece muitas vezes, respectivamente, *Requeixada*, *Requejada, Requejo*. Em galego comum o substantivo *requeijo* = *requeixo* significa «terreno que termina en cuesta ó bajada para entrar en alguna llanura» (1), e em português dos meados do século XIV há *requeixada,* isto é, *terra requeixada*, parece que no sentido de «mísera» (2). Desta família de palavras disseram já alguma cousa Krüger (3) e Pidal (4).

IV. — Concelho de Condeixa-a-Nova.

12. — *Belide,* na origem genetivo possessivo medieval: (villa) Belliti, de *Bellitus*, que tem variantes fonéticas (5).

V. — Concelho da Figueira da Foz.

13. — *Ervidinho,* povoação de 44 fogos, da frèguesia de V. Verde: *Censo* de 1911, pág. 132, A. É a mesma palavra que *Ervedinho,* de *êrvedo* «abrunheiro», nos meus *Opusculos*, III, 377.

14. — *Saião.* Nome de um cargo medieval, tornado alcunha ou apelido, e depois topónimo.

VI. — Concelho de Goes.

15. — *Amioso Cimeiro, Amioso Fundeiro.* Os epítetos correspondem a «de Cima», e «de Fundo» ou «de Baixo», que também se usam em outros topónimos. Quanto a *Amioso*,

---

(1) Cuveiro Piñol, *Dicc. gallego*, s. v.
(2) P.e Viterbo, *Elucidario,* s. v.
(3) *Die Gegenstandskultur Sanabrias,* 1925, pág. 12.
(4) *Orígenes del español*, pág. 94.
(5) Cf. o que escrevi na *Antroponímia portuguesa*, pág. 352.

esta palavra, por * *Ameoso,* deve juntar-se aos nomes da família de «ameeiro» de que tratou J. J. Nunes, *A Vegetação na toponímia,* pág. 9; e cf. os meus *Opusculos,* III, 382 e 383 a propósito de *Mèdelo.*

16. — *Estevianas,* em vez de *Estev'Eanes,* por etimologia popular. Cf. *Martinjoanas* na pronúncia popular do Cadaval, em vez de *Martim-Joanes,* nome de uma povoação.

VII. — **Concelho da Lousã.**

17. — *Ferrajosa.* Palavra relacionada com *ferrejial* e *ferrejo,* e com o nosso latim medieval ferraginem (por *farraginem*), donde veio *ferrã.*

18. — *Alçaprema.* Se não é desfiguramento, por etimologia popular, de alguma palavra que desconheço, pode considerar-se na origem alcunha, o que é muito freqüente de modo semelhante. Quanto à morfologia cf. o substantivo comum *alçapão.*

19. — *Prilhão,* nome que se decompõe em *Pero-Ilhão,* estando *Pero* por *Pedro,* e *Ilhão* por *Iulianus*, ou pelo genetivo patronímico *Iuliani:* «Pero ou Pedro Julião», ou «filho de Julião». Quanto a *Ilhão,* cf. em hesp. *Santillana.* E vid. os meus *Opúsculos,* III, 263.

20. — *Framilo,* nome de pessoa, de origem germânica. formado de duas palavras que significam «valente» e «famoso». Vid. Meyer-Lübhe, *Altportugiesische Personennamen*, I, 26; e cf. G. Sachs, *Die germanische Ortsnamen in Spanien und Portugal,* 1932, pág. 50.

VIII. — Concelho de Mira.

21. — *Mira.* Com quanto tenhamos no Alentejo *Odemira,* onde *Mira* é manifestamente prè-arábico, devemos considerar êste nome talvez diverso do topónimo coimbrão, pois igual topónimo existe noutros distritos e na Galiza, todos os quais creio relacionados com o latim mirare (*mirari*). Cf. noutros pontos de Hespanha também *Mira,* e *Miraflor, Mirafuentes, Miralcampo,* na Itália igualmente *Mira, Mirafiori,* etc., em França *Miramont*, *Miraval*, etc.

IX. — Concelho de Miranda do Corvo.

22. — *Godinhela.* Parece-me ser deminutivo de *Godinha,* nome de mulher, século x (*Godina*), correspondente a *Godinho,* nome de homem, de origem germânica: vid. *Antroponímia,* pág. 49. Há outros topónimos medievais, tirados de nomes femininos: cf. *Samardã*, *Dona Chama*, etc. Quanto ao deminutivo, cf. *Jarmélo,* de *Germanello* (Germanellus), e supra, § 3.

23. — *Pai-Viegas* = Pai'Viegas, de *Paio,* nome próprio; de *Pelaio* < Pelagius.

24. — *Troia.* Valeria a pena averiguar se na povoação, ou arredores, há ruínas antigas, pois êste nome aplicava-se às vezes a sítios onde elas aparecem, por exemplo: *Troia* de Setúbal, bem conhecida, *Troia* de Trás-os-Montes (vid. *Portugal ant. e mod.,* V, 407, B).

25. — *Retorta.* Nome vulgar na nossa toponímia e na galega. Indica certa forma do relêvo do solo.

X. — **Concelho de Montemór-o-Velho.**

26. — *Valcanosa* «vale que dá canas», porque em português antigo a palavra *vale* era feminina, como em latim (1).

XI — **Concelho de Oliveira do Hospital.**

27. — *Cobral*, quinta *do Cobral*. De *cobra*: sítio em que há ninhos de cobras. Cf. *Cobreira*, na origem «ninho de cobra». Em várias províncias temos *Cobrosa, Cobrica, Cobrinha*. Nas Astúrias *Colubredo*.

XII. — **Concelho de Pampilhosa da Serra.**

28. — *Covancas*. De *Cova*. Cf., quanto ao sufixo: *Poçanco, Travanca*.

29. — *Muninho*. Na origem nome próprio de pessoa, isto é, *Moninho*; vid. *Antroponímia portuguesa*, pág. 38.

30. — *Folgares*, plural de *Folgar*, palavra correspondente a *Felgar*, que significa terreno abundante de «fetos». O *e* de *Felgar* mudou-se em *o*, por influência do labial inicial.

XIII. — **Concelho de Penacova.**

31. — *Penacova* está por *Pena da Cova*, «penedo da cova». Entre a forma primitiva e a actual deve ter existido *Pena de Cova*.

32. — *Palmazes*. Parece ser o plural de *Palmaz*, gene-

(1) Cf. os meus *Opúsculos*, IV, 19, 415 e 462.

tivo de *Palmatius,* isto é, *Palmatii* (*villa*). Havendo vários sítios do mesmo nome, ou por contigüidade, ou como divisões de um, acontece tomarem eles às vezes o plural, por exemplo: os *Estoris,* os *Balurcos* (Algarve), as *Cezaredas* (Lourinhã), as *Abobrizes* (Óbidos). O nome *Palmatius* deriva de *Palmatus,* cognome romano, de *palma* (cf. *Cincinnatus*, *Viriatus*), semelhantemente a *Pacatius*, nome gentilício, a que corresponde o cognome *Pacatus.* O topónimo *Palmaz* já aparece no século XI; *Palmatius* é do século IX.

XIV. — Concelho de Penela.

33. — *Penela* é nome arcaico, tanto pelo radical como pelo sufixo. Quer dizer «*pena* pequena» ou povoação menor que outra chamada *Pena*. Com pena concorre na língua comum *penha*, mais moderno, e vindo certamente de Hespanha, mais pela raia do que pelos livros. Ainda hoje há uma povoação da Beira-Baixa, não longe da fronteira, a qual tem oficialmente o nome de *Penha-Garcia*, mas que na *Corografia* do Padre Carvalho aparece como *Pena-Garcia*. O *Port. ant. e mod.* traz os dois, e eu tenho ouvido ao povo da Beira-Baixa com freqüência dizer *Pena*, como o testemunha a seguinte cantiga, lá vulgar:

Venho de Penamacor,
Vou para Pena-Garcia:
Ando assim de *pena* em *pena*,
Por amor de ti, Maria.

Nem ela fazia sentido, se não se dissesse *Pena-Garcia*, porque *pena* tem aqui a significação simples de «dôr». É um trocado de palavras (1).

---

(1) Acêrca da *pena penha* vid. os meus *Opúsculos*, III, 429–430.

XV. — Concelho de Poiares.

34. — A palavra *Poiares* quer dizer série ou grupo de elevações: do lat. podium «elevação». Embora a vila fique numa bacia geográfica, tem à volta vários outeiros, e dêstes nasceu o topónimo. Cf. *Colares*, de collum.

XVI. — Concelho de Soure.

35 — *Soure*. Cornu (1) explica por *Saurium*. Mas êste nome não passa de latinização medieval de *Soure*. Estamos pois assim, como me parece, em caminho inverso. Ora havendo em grego o nome próprio Σαῦρος, é muito natural que houvesse em latim, como cognome, **Saurus*, de cujo genitivo (*Sauri vIIIa) saía naturalmente *Soure*. Cf. acaso *Saura*, cognome de mulher romana (2).

XVII. — Concelho de Tábua.

36 — *Pousadouro*, e quinta dos *Pousadoiros*. Pode aqui transcrever-se o que diz o P.e Viterbo no *Elucidario*: «*pousadouro*, lugar que ficava no fim e têrmo de alguma subida, onde naturalmente descansa e depõe o seu peso ou carga o caminhante ou jornaleiro. É usadíssima esta palavra já d'antes do princípio da nossa monarquia. Daqui *Pousa-Foles*, *Pousa-Teigas*, etc. E no latim daquele tempo se dizia *Pousatorium*». Efectivamente é vulgar na toponímia do Norte e da Beira a palavra *Pousadouro*. Aos exemplos de Viterbo poderá juntar-se *Pousa-Maria*, sendo *Maria* um vocativo, e

---

(1) *Die portug. Sprache*, § 33.

(2) Dessau, *Inscript. Lat. selectae*, n.º 1291.

valendo ali por «mulher», conformemente ao que se observou na *Antroponímia*, pág. 78, nota 3, e pág. 338.

37. — Quinta do *Vale da Orca*. Do topónimo conclue-se que existiu ali, senão existe ainda, uma *orca* ou dolmen, isto é, uma sepultura prè-histórica: cf. os meus *Opúsculos*, III, 278–279.

38. — *Boiço*. Não é êste topónimo o único que representa o masculino de *boiça* na nossa nomenclatura geográfica: há *Boiço* nos distritos de Braga e Aveiro, *Boucinho*, pelo menos três vezes, no de Braga, e *Bouzo* na Galiza e nas Astúrias. Em cousas do campo também há *hôrto* a-par-de *horta*, *tapado* a-par-de *tapada*. Pela regra de que quando certos substantivos apresentam uma forma masculina e uma feminina, o nome feminino designa de ordinário maior grandeza que o masculino, podemos dizer que *boiço* era na origem uma *boiça pequena*.

. . . . . .

*

Êste sucinto estudo — não obstante tocar em todos os concelhos do distrito — desejaria eu que fôsse mais desenvolvido, por isso que a presente publicação se dedica à memória do venerando investigador **Simões de Castro**, que tanto honrou a sua terra natal, Coimbra, e com quem mantive, durante muitos anos, relações de amizade; agora contudo estou de tal modo ocupado com a elaboração de trabalhos urgentes, que, na minha idade, não os posso interromper sem prejuizo dos mesmos. Por outro lado mostrei já o meu respeito a Simões de Castro, consagrando-lhe em 1920, ainda em vida dêle, o volume XXIV d'*O Archeologo Portuguez*, como consta da pág. V, seguida de um retrato, volume em

que Fortunato de Almeida traçou brilhantemente a biografia do nosso autor.

LISTA ALFABÉTICA DOS TOPÓNIMOS DE QUE ESPECIALMENTE SE FALOU ACIMA. — OS NÚMEROS SÃO OS DOS PARÁGRAFOS

Alçaprema, 18.
Amioso Cimeiro e Fundeiro, 15.
Arroça, 6.
Belide, 12.
Boiço, 38.
Cobral, 27.
Coimbra, 1.
Couço, 7.
Covancas, 28.
Ervidinho, 13.
Estevianas, 16.
Ferrajosa, 17.
Folgares, 30.
Framilo, 20.
Godinhela, 22.
Lôgo de Deus, 2.
Mira, 21.
Misarela, 3.
Mondego, 1.
Muninho, 29.
Pai-Viegas, 23.
Palmazes, 32.
Penacova, 31.
Penela, 33.
Perboi, 9.
Poiares, 34.
Portelinha, 4.
Pousadouro, 36.
Prilhão, 19.
Queixada da Raposa, 11.
Retorta, 25.
Saião, 14.
Sarnadela, 8.
Sobral Gordo e Magro, 5.
Soure, 35.
Troia, 24.
Valcanosa, 26.
Vale da Orca, 37.
Varziela, 10.

Lisboa 29 de Janeiro de 1934.

J. Leite de Vasconcellos.

OXFORD (1)

HISTORIA

Oxford, sendo uma daquelas poucas universidades que apareceram *ex-consuetudine,* perde a memória da sua origem na nebulosa da renascença latina do século XII.

O local não viu sequer as legiões de Aulius Plautius nem o imperial diletantismo de Adriano, e só aparece mencionado em 912, quando Eduardo o Confessor, afugentando os dinamarqueses, como se a preparar estivesse a vinda dos normandos, lá fêz construir, junto ao convento de Santa Frideswide, uma tôrre de madeira.

Sucedem-se as rasias, repetem-se os incêndios, mas junto ao váu precioso — *the ford of the ox* — entre o sul e os Middlands, o logar prospera, e já no século XI, dis-nos o Doomesday Book, os seus 721 fogos podiam contribuir para a guerra com vinte soldados e vinte libras. E à sombra da tôrre, que ainda hoje se vê reconstruída em pedra por Robert d'Oilly que por Hastings passára, um castelo cresceu e multiplicaram-se as casas, as igrejas e os conventos, êsses centros característicos da Idade Média, a cujas escolas a Inglaterra devia já o venerável Bède, Alcuino, amigo e conselheiro de Carlos Magno e João Scot Erigeno que foi quási o fundador da escolástica.

Em 1066 o conquistador normando, bárbaro da Jutland,

---

(1) Do ensaio a publicar *Oxford ou da Educação.*

como lhe chama Herculano ao descrevê-lo a espalhar o terror pelas costas da nossa península, abre as portas à influência do continente, sobretudo da França, onde ainda de todo se não apagára a apoteose em que o Império se sumira; e pelos meados do século XII já aparece em Oxford, a ler sôbre leis, um dêsses radicais que, entusiasmados, como todo o noviço, pela cultura de Roma, abandonavam o coado ensino da Igreja e, tal os sofistas que quinhentos anos antes de Cristo percorriam a Grécia iluminando-a com o facho da filosofia, iam com o seu latim — a língua comum — num lento vadear terra em terra, espalhar as suas novas verdades. E as salas, certamente modestas, onde se albergavam e onde liam êsses sábios peregrinos, cujas lições muitos iam ouvir, deviam grandemente assemelhar-se, pelo espírito, à luxuosa casa de Callias que a mocidade da Atenas de ouro enchia todo o dia e pela noite fora.

Foi por volta de 1167 que chegou, vindo provàvelmente de Paris, onde desde 1101, Abeilard, à fôrça de talento, tirara à igreja o monopólio do ensino, um grupo de lentes sôbre as sete artes do tempo, gramática, retórica e lógica (o *trivium*) e aritmética, geometria, música e astronomia (o *qudrivium*) grupo que se fixou, atraiu alunos e, nessa época em que todos se fechavam em ordens ou corporações, se organizou também, para proteger os seus membros, impor condições de admissão ás leituras e manter um certo nível de cultura, numa *universitas magistrorum,* conjunto apenas de pessoas, como claramente deixa ver o facto de, não só Oxford mas também Bolonha e Paris, terem sido reconhecidas como *studia generalia* quási um século antes de possuírem qualquer propriedade.

Essa corporação de professores foi aumentando o número dos discípulos, foi-se instalando, adquirindo livros — êsses instrumentos preciosos e raros — e, para manter com a elevação das leituras uma prestigiosa continuïdade,

começou a admitir aprendizes a quem concedia, depois de um certo período de estudo e de um exame dos resultados, a *facultas ubique docendi* num assunto ou grupo de assuntos determinados, *facultates*, em que se tinha ido repartindo.

Ràpidamente a sua reputação cresce, a sua influência alarga, e em 1170, estava ainda Portugal por um fio entre o azar de Badajoz e a sorte de Santarém, *ut arundo fragilis ferebatur*, vergava como um frágil canavial à mercê da magnanimidade de Fernando II e da saúde de Yussuf, o grande émir de Marrocos, o *studium generale* de Oxford é indiscutìvelmente reconhecido e classificado, bastante vàgamente de resto, como «uma grande comunidade de escolares com um novo sistema e independente».

Então, num justo orgulho e numa necessária selecção, ignora ou despresa as *licentia docendi* dadas por menos categorizados mestres, faz da concessão da *facultas* o sêlo da sua alta categoria e, atingida uma admirada florescência, deixa ou faz que alguns dos seus lentes partam em 1209 para Cambridge.

Fundidos normandos e saxões na nova nacionalidade, outorgada a Magna Carta e suprimidas já as Provisões de Oxford, vêmo-la «a segunda escola da Igreja» — Paris a primeira — com quatro faculdades, Teologia, Artes, Medicina e Direito, concentrada à volta da Igreja de Santa Maria em cujo capítulo reünia a congregação e começava a estender-se a biblioteca, em cuja cripta se guardavam os selos e o tesouro, em cuja nave se desenrolavam as cerimónias e ecoavam os actos grandes, e cujo sino dobrava para chamar os estudantes às armas quando a *gown* (correspondente à nossa capa e batina) se julgava ameaçada pela *town* (os futricas).

Em plena consciência do seu prestígio e do seu alto destino, exige nesse momento o direito exclusivo de educar os

seus professores e de independentemente se governar, e em 1266 é fundado emfim o primeiro colégio, Balliol, seguido logo por outros, Merton (1274) University (1280), etc.

Os estudantes, se alguns viviam em *inns* ou *hostels* (estalagens? pousadas?) em geral juntavam-se em certas casas, *halls* (Beam Hall ainda hoje existe) porque eram muitos — calculam-se uns três mil — as acomodações não eram fáceis, iam muito mais novos do que hoje para a Universidade e sobretudo porque na Idade Média um curso ou uma cátedra não eram ocupações exclusivamente intelectuais mas sim laços de uma associação complexa, de estructura e fins profundamente espirituais, mas abrangendo tôdas as formas de actividade e dentro da qual trabalhar em comum era tão essencial como rezar e brincar em conjunto.

Dêsses *halls*, cuja principal e marcante característica era a existência de um grande salão, tão grande que por vezes tinha proporções de nave, onde em comum se passava tôda a vida de estudante, sairam os colégios, alguns erguendo-se no próprio local do velho *hall* (o colégio em que, em 1509, o Bispo de Lincoln e Sir Richard Sutton transformaram um *hall* cuja porta tinha um batente de bronze *(brazen)* em forma de nariz *(nose)* até o nome tirou dêsse pitoresco detalhe e ficou sendo o Brasenose College) quando um generoso bemfeitor o construía e, por exemplo, destinava as rendas de algumas terras «para manter para sempre vinte estudantes pobres em Oxford». Outros doadores, letrados ou piedosos, aumentavam o edificio, ofereciam terrenos, e o colégio ia enriquecendo e crescendo pouco a pouco, na forma favorita dos palácios do tempo, uma série de quadrângulos, e assim pelos séculos adiante até a magnificência de Cecil Rhodes e aos legados dos nossos dias.

Cada colégio é um centro autónomo de habitação e instrução, para todos os cursos, dos estudantes — *undergraduates,* como com tanta propriedade lhe chamam — com as

suas terras e rendas próprias, provenientes exclusivamente de dádivas de particulares, governado por um *Principal* — ou *Head*, ou *Master*, ou *Provost*, ou *Warden*, ou *Rector*, ou *President* — e pelos *Fellows* — mestres a que no corrente falar se chama *Dons* — sôbre regras especiais e estatutos com tradições, consciência e fins nìtidamente corporativos.

Dos *Dons*, um, o *Dean*, responsável pela disciplina, mantém entre si e o comum dos *undergraduates* alguns dos melhores de entre estes que, estando em boas relações com os professores e os colegas, são por assim dizer os sargentos — o *suporter* inglês define mais claramente — que se esforçam por fazer manter o renome do colégio nas *Schools* (exames) e nos *Athleticos* (desportos); um outro dos mestres é o capelão, outros há que se dedicam exclusivamente a trabalhos de investigação, procurando sempre mais algumas poalhas daquilo a que chamamos a verdade, e os restantes, *tutors*, leccionam para os seus poucos alunos (evidentemente que distribuindo-se os estudantes pelos vários colégios e havendo em cada um dêstes aulas de tôdas as matérias que constituem os cursos, é muito reduzido o número de *undergraduates* nas lições) seguindo com atento e discreto cuidado a vida de cada um que tão hábil como leve e benèficamente dirigem.

Uma vida comum, da capela à sala de jantar, às aulas e aos campos de jogos, a junção em separados edifícios dos rapazes na mesma altura dos cursos e acima de tudo essas relações entre mestres e alunos, tão peculiares e indefiníveis porque não se limitam ao distante e impessoal leccionar e vão a uma convivência aparente de explicador das ciências e de compreensivo orientador da forma de viver, realizam uma comunidade flexível até ao individual, cujo segrêdo é um legado espiritual da Idade Média. E Oxford (e Cambridge) como bom testamenteiro, por um empírico pragmatismo bem inglês, com o andar dos tempos, sem teorias e

sem vãos propósitos, vagarosamente o foi elaborando, integrando e aperfeiçoando num sistema consuetudinário e uniforme que é uma das mais admiráveis e proveitosas contribuïções da Inglaterra para a construção e grandeza do Império e da civilização do mundo.

Como abóbada do edifício dos colégios, com êles mantendo uma independência orgânica, hoje maior pelas contribuïções com que os mais ricos têm de ajudar os rendimentos dos seus escassos legados, está a Universidade pròpriamente dita, com os professores-examinadores, dentre os quais se destacam os *Proctors,* responsáveis pela disciplina geral e o importantíssimo fecho do *Vice-Chancellor,* acima de quem, ornamental e honorário, apenas com prestígio e eloqüência para defender a sua Universidade junto dos altos poderes, aparece o roçagante *Chancellor.*

Acentuou-se de tal forma até ao século XIV a importância dos Estudos Gerais que então não só a lei como já o costume prescrevem que daí em diante só uma bula papal ou um decreto imperial os possa criar — já em 1290, 9 de Agôsto, o Estudo Geral de Lisboa foi confirmado pela Bula — *De statu regni Portugaliæ* — reconhecendo-lhes o carácter corporativo e poderes e privilégios de acôrdo com a sua superior função.

É por esta mesma época que as expressões *studium generale* (que visava as pessoas) e *universitas* (que definia os poderes jurídicos da corporação) começam a equivaler-se, para, nos fins do século XV, *universitas* ficar sendo o têrmo único que havia de passar a tôdas as diferentes línguas.

O século XIV que, para nós, foi, na sua primeira metade, uma cadeia de desgraças, no exagerar de Oliveira Martins, e na segunda, um constante e certo preparar da epopeia dos oceanos, foi para a Inglaterra um ininterrupto guerrear, desde as lutas internas de Eduardo II, passando por Crècy e Poitiers, até ás escaramuças de Wat Tyler. Ora Oxford, com

a sua perene mocidade, não podia escapar a êste espírito batalhador, e o século assinalou-se num dia de Santa Escolástica—10 de Fevereiro de 1354—pela mais grave das desavenças, em que tôdas as cidades são tão férteis, entre estudantes e *futricas;* basta dizer que o Merton College esteve cercado oito dias e que morreram quarenta *undergraduates.*

Não diminuiu porém o movimento criador de colégios e mais quatro aparecem, Exeter, Oriel, Queen's e New College; não diminuiu tão pouco a cultura e o esfôrço especulativo dos seus professores, e Wycliffe (talvez aluno do Queen's, certamente mestre no Merton e com certeza reitor do Balliol) traduz a *Bíblia* para inglês e, juntando o seu paciente esfôrço ao confuso pèssimismo de Langland e à ironia de Chaucer, constrói, sôbre a natureza da Igreja, uma teoria que, se o deixou morrer obscuramente como fundador da vaga heresia dos Lollards, cento e cincoenta anos depois havia de ajudar a ensagüentar a cristandade e a afastar meia Europa de Roma.

No século xv, a-pesar-das derrotas em França, da Black Death e da guera civil, o país caminha num aberto prosperar e enriquecer, começando a competir, sob a direcção dos *Merchants of the Staple,* com as lãs famosas da Flandres, a ver florescer as poderosas *guildes* dos seus mercadores, a possuir potentados dignos de Génova, um dos quais, no fim de um jantar oferecido ao Rei, queimava, num gesto a que a nossa ignorância generalizadora tem a tentação de chamar norte-americano, 60.000 libras de *Royal Bonds.* E a Universidade acompanha esta eclosão, fundando-se mais três colégios, Lincoln, All Souls e Magdalen.

Logo nos princípios do século xvi aparecem mais o Brasenose e o Corpus Christi, êste fundado pelo célebre Bispo Fox, com a primeira cadeira de grego e uma organização tendente a favorecer as novas ciências e a fazer reflorir os

clássicos latinos que, nos outros colégios, tinham descaído numa principal mas inerte ficção. E chegado ao poder, o Cardeal Wolsey — diz-se que tomou grau aos 14 anos — projecta um colégio maior que qualquer dos outros, mais rico, com um escol de sábios, magnificente. Henrique VIII porém, com o seu prodigioso senso e a sua forte vontade já anglicana, transformou o que ia ser o Cardenal College no mais comedido e ainda enorme Christ Church; ao mesmo tempo, amigo das letras, deu à Universidade uma nova carta que a tornou senhora da cidade e em que criou a Vice-Chancellor's Court para os estudantes, mas também com poderes para castigar severamente os futricas irrequietos ou gananciosos.

A verdade é que se a maioria dos rapazes trabalhava para fazer o seu curso, muitos haveria cuja alegria e pouca idade havia de levar a fantasias e por vezes a exageros nem sempre louváveis. ¿Quantas vezes terão êles, com berreiros e latas e mais ou menos melodiosos instrumentos, acordado e tirado o sono ao bom burguês? ¡¿Quantas rondas da noite delirantemente espancadas!? ¿¡Quantas partidas e vaias impiedosas!? Se ainda há bem pouco tempo os sócios do *Queen's Alpine Club* (Club Alpino do Colégio da Raínha) passavam as noites de verão a engatinhar pelos telhados do pegado All Souls, partindo-lhe telhas e roubando-lhe *chimney-pots* (pequenos canos de barro que encimam as chaminés em Inglaterra).

Razões de sobra para a criação dêsse tribunal especial da Universidade que saberia julgar com mais compreensão, e logo com a grande benevolência necessária, êsses delitos que, praticados por tontas cabeças de vinte anos, não passavam de diabruras, êsses êrros que mal chegavam a ser tolices, todos os excessos que eram apenas mocidade.

Ainda reinava Henrique VIII quando a Inglaterra teve a sua crise de destruïção de conventos: em Oxford nenhum

ficou e, o que é pior, os sicários do triste parlamento de Eduardo VI vieram acabar de destruir todos os motivos arquitectónicos religiosos, estilhaçar vitrais e granito em que sorrisse ou sofresse uma encantadora imagem de Santo, queimar preciosos livros, na febre, peculiar à doença, de acabar com todos os monumentos de superstição.

Das perseguições, das lutas intestinas, da miséria, da opressão se ressente a Universidade, cuja freqüência diminui extraordinàriamente para só nos fins do século XIX voltar a atingir — e depois de 1920 a ultrapassar, mais de quatro mil — o elevado número da Idade Média, mas no entanto novos colégios se abrem, Trinity e Saint John's, ainda no reinado da pobre Maria Stuart, e Jesus no da Raínha Isabel, êste último já quando as condições sociais, na sua constante adaptabilidade, tinham conseguido novamente um equilíbrio estável.

Oxford foi então, mostra-nos um mapa da Biblioteca Bodleiana, uma cidade de jardins, que ocupavam, dentro das muralhas, mais espaço do que as casas.

Como devia ser belo êsse imenso parque em que nos arrelvados macios e longos, entre velhas árvores harmoniosamente esparsas e pequenos bosques tufados, 16 palácios estendiam as suas alas sóbrias, levantavam as suas frontarias medievais ou já a florir, erguiam as suas tôrres orgulhosas como marcos dos recolhidos refúgios do estudo, da erudição e da sabedoria; algumas igrejas elisabetianas, a velha flecha de Santa Maria a Virgem, e, apinhadas em curtas ruelas sinuosas, onde por vezes passava, irreverente e apressada, nas suas negras togas, a eterna mocidade dos colégios, doze ou trêse milhares de casas, umas humildes na apagada claridade do seu tijolo ou da sua pedra simples, outras já na Tudor elegência dos travejamentos aparentes, outras ainda em que nas portas e cornijas e nas janelas saídas fora à procura de luz para os seus lusangos estanhados, a nova

moda exuberantemente assentara florões e estendera grinaldas.

Era o velho sonho medieval dos centros de cultura cercados pelas mais belas e puras criações da natureza, esta Universidade entre prados, arvoredos e rios bordados de juncos, os monásticos colégios de lavrada pedra patinada num cenário da verde Inglaterra que Chaucer cantou.

Ainda em 1610 aparece o Wadham College e em 1624 o Pembroke, mas Carlos I vem — já tinha gerado os Estados Unidos — perseguido pelos Roundheads, refugiar-se em Oxford, a população concentra-se dentro das muralhas, o ensino é suspenso, e durante quatro anos a cidade vive no exclusivo e heróico cintilar das armas.

Findo o cêrco, irradeados muitos professores, confiscadas as terras que não tinham sido devastadas, perdidas as poucas pratas que não tinham sido amoedadas, a Universidade, enfraquecida, derrotada, arruïnada, entra numa lógica e brusca decadência, embora Cromwell, iletrado mas robustamente inteligente, tenha feito quanto pôde — os seus soldados, no entanto acabavam a obra dos de Eduardo VI — para repromover o ensino, pelo que Oxford, talvez reconhecida mas mais provàvelmente aduladora, o fêz seu Chanceler.

Passam Carlos II que reconduz os velhos mestres *tories* exilados, James II com a falaz tentativa de introdução de católicos nesse núcleo protestante, a confusão parlamentar que acabou pela revolução de 1688, a Raínha Ana, são fundados mais dois colégios, Worcester (1714) e Hertford (1740) e a Universidade, juntando apenas a matemática ao *curriculum* clássico que perdera os métodos e intuitos humanistas, descuidando ou até esquecendo o trabalho *post-graduate* — a escola médica tinha pràticamente deixado de existir e os advogados, se os havia notáveis, eram as *Inns of Court* que os formavam — como que cristaliza, assistindo, por assim dizer, da margem, à construção da moderna Inglaterra na

magnífica época Jorgeana. Indirectamente, porém, ainda actua decisiva e preponderantemente na vida e no evolucionar da nação, pois, reservando-se, já pelo custo do ensino, já pela intransigência religiosa, a uma classe, é o seminário central para a educação dos clérigos protestantes, conservando-se suprema na esfera da National Church, e prepara para a vida pública e para proprietários rurais a aristocracia e a *gentry*, assim mantendo prestígio e exercendo influência nas classes governantes e dirigentes.

Mark Pattison diz nas *Memórias* que depois de 1830 desabou sôbre Oxford «uma torrente de reformas». Para isso contribuiram ao mesmo tempo, doutrina e necessidades práticas. Primeiro as persistentes campanhas de Mattew Arnold e de Huxley, aquele prègando a reïntegração no ensino do sentido humanista através da literatura «de poder», como lhe chamaria de Quincey, Huxley batalhando pela indispensabilidade das ciências naturais — nada pelo seu valor utilitário ou técnico! — numa cultura verdadeiramente liberal. Depois a opinião pública, que começava a formar-se e a reconhecer o valor dos conhecimentos e do seu avanço, e as condições do país, que precisava e absorvia prontamente nas profissões liberais, lugares públicos, agricultura, comércio e indústria os produtos tratados das Universidades, impunham modificações adaptadoras que ràpidamente produzissem resultados efectivos.

E duas *Royal Comissions* — 1858 e 1877 — (em 1871 aparecera o último colégio, Keble) investigaram, relataram e legislaram de harmonia com directrizes que a própria Universidade indicou, e o ensino foi completamente reorganizado, introduzindo-se os assuntos «modernos», favorecendo-se a investigação científica, fortalencendo-se a administração, reordenando-se as finanças, não só dos colégios como da Universidade, criando-se o incomparável sistema tutorial, os *Honour Degrees* e os exames nas *Final Honour Schools*

com as utilíssimas *class lists*. E o maquinismo, uma vez posto em marcha, começou a seduzir o mundo pelos seus resultados e pelos seus efeitos.

Vem a guerra de 1914.

Então a mocidade de Oxford alista-se, parte. Só os *physical wrecks* (os náufragos físicos) ficam pelos colégios, arrastando, absurdamente inúteis, os seus corpos indignos de uma morte gloriosa. Espalha-se pelas trincheiras da Flandres, da França, da Turquia, e de Zeebruge aos Dardanelos, uma luminosa rajada de velhos ideais atira-a para o mais glorioso dos sports, para a mais excitante das aventuras, na magnifica loucura de esquecidos tempos heróicos.

As *Examination Schools* são transformadas em hospital e as camas brancas alastram pelos colégios, edifícios públicos, pelos jardins já no verão de 1915, e por onde passára uma humanidade perfeita na sua excelente saúde, na sua serena alegria e na sua superior cultura, deslisavam então as enfermeiras, caminhavam feridos, arrastavam-se amputados, rodavam cadeiras, macas e muitas vezes se ouviam gemidos, e outras muitas a noite cúmplice escondia o destino dos que tinham vivido.

E lá longe, no continente, os estudantes batiam-se com a elegância e a audácia que tinham aprendido nos clássicos abandonados, acamaradavam com a confiança e desinterêsse que até aí usavam nos seus jogos, viviam com a forte serenidade que melhor que ninguém Maurois pintou e morriam como só podem fazê-lo consciências de imortais.

A guerra, venha ela pròximamente do sarcasmo de um grande Rei sôbre a favorita de outro Rei ou da pletórica exuberância de uma raça, vem sempre da falência da discussão. Ora, emquanto mortais da nossa espécie andarem por êste mundo, cada cabeça defenderá sempre a sua sentença (para não dizer, o que julga ser o seu interêsse) e quando precisar de impôr a sua verdade, as palavras, *¡no-*

mina, flatus vocis! como diria Roscelin, só muito raramente conseguirão vencer e ainda mais raramente convencer.

Per arbitros ad pacem é não só um justo desejo como uma louvável tentativa e um imprescindível esfôrço, mas lembremo-nos que já os anfictiões, com todo o seu prestígio sagrado, foram impotentes para, do sinédrio erguido na «rochosa Pytho», dominar as rivalidades dos estados da Grécia. ¡E assim, ai de nós! com tôdas as afictionias, pois se a guerra não é uma lei da nossa condição é uma fatalidade tão irrevogável como o destino de Édipo, um tema que a orquestra terá de repetir sempre.

Nesta última (1914-1918), se cada continental se bateu magnìficamente por uma dura obrigação, cada inglês, pelo menos os dos primeiros tempos, se bateu porque se alistou e alistou-se porque era indigno ficar, partindo outros, e porque era belo bater-se. E, como escreveu Séneca, *etiam si vana gloriæ imagine teneantur, speciose tamen errant!* (mesmo se se deixam levar pelo fantasma da glória, têm pelo menos uma nobre desculpa para o seu êrro).

Sonhavam ainda com a *chivalry,* a *gallantry* da guerra antiga, flor perfeita que os campos predestinados da Flandres não viram nem verão florir de novo. Se em 22 de Agôsto de 1914, num dos primeiros encontros, em Soignies, soldados do 4.º Regimento de Dragões inglêses, ao perseguirem cavaleiros alemães em debandada, não ousaram abatê-los... ¡porque o inimigo estava de costas voltadas!

Um dos momentos de maior emoção da minha vida, foi quando, ao visitar Verdun, por um dêsses dias cinzentos, de fim de outono, estáticos, como que concentrados na agonia da natureza, depois de assistir ao desfile, não me lembro a que propósito, de uns batalhões de infantaria, artilharia e de *diables bleus,* fui, pelo monte desvastado como um cáos, ver os campos de batalha e, depois de passar os célebres fortes de Vaux e de Sauville e a ravina de Vaux-Chapitre,

uma das muitas que se ficaram chamando da morte, cheguei ao cemitério de Thiaumont, no alto do qual se ergue um imenso monumento com a igreja católica ao centro e duas alas com cinqüenta e dois sarcófagos, correspondentes aos cinqüenta e dois sectores de Verdun, terminadas, uma por uma capela protestante, e a outra por uma pequena mesquita. Aí se manteve a extrema esquerda da penúltima linha de defesa, contra a qual se quebraram os inumeráveis ataques alemães.

Deante de milhares de pequenas cruzes brancas, simples, humildes, iguais, unidas na solidão do monte, em alinhamentos longos, imensos, com a bandeira da França, sòzinha, a tremular docemente como num triste anunciar de victória e num inconsolável adeus, eu pensei nos milhares de rapazes que ali tinham chegado, fortes, cheios de ilusões e de esperanças e num instante tinham caída feridos, dilacerados, mortos.

Tinham vinte anos e morreram, essas crianças cujos passos vacilam, cujos olhos se ennevoam, que caem por terra não compreendendo ainda, procurando alguém na sua imensa angústia, mas sòzinhos, horrorosamente sós, irremediàvelmente abandonados, ninguém, e uma grande revolta, e um desfalecimento, e um braço que se estende, e uma agonia imensa, e um murmúrio, um grito ou um estertor: ¡Mãi, Mãi, minha Mãi!

¡E a essa hora, lá longe, num logar perdido na distância, numa cabana ou num palácio, uma pobre mulher, diante de uma fotografia de acaso que confiou aos seus Santos, vai rezando e pensando que Deus não há-de querer que morra a luz dos seus olhos, a alegria do seu coração, a vida da sua vida; ¡o seu filho é tão bom e tão lindo! ¡Deus há-de poupá-lo!

Reza pobre Mãi, vive da tua fé, confia no teu Deus, acredita na sua piedade, reza sempre, dá-te tôda a êsse Deus

incompreensível que a esta hora deixou, numa trincheira perdida, arrefecer esfacelada a carne da tua carne; vai rezando com tôda a tua alma porque vem perto a hora em que nas tuas orações morrerá a esperança, em que nas tuas preces boiará irremediàvelmente uma lia de desencantamento, de indiferença e de dúvida.

¡Eram novos, e sãos, e fortes, e morreram!

¡Eram ingénuos, despreocupados, bons, alegres e morreram!

¡Estavam cheios de esperança, de aspirações, acreditavam na vida, e morreram!

¡Tinham uma velha Mãi que teria sofrido mil mortes para os salvar, e morreram!

E pela primeira vez eu compreendi bem, porque o senti, o pavoroso horror inhumano da guerra, e as lágrimas de Xerxes ao ver «todo o Hellesponto cheio dos seus navios e tôda a costa e as planícies de Abydos cobertas pelos seus soldados».

Em Oxford, ao ler por acaso o admirável *Into Battle*, poema de Julian Grenfell, um dos atletas da Universidade que, como tantos outros *undergraduates,* cantou a guerra em que morreria, recordei a minha profundíssima emoção sentimental e vi avançar e bater-se e morrer a legião dos estudantes que eram, além de muito novos, soberanamente fortes, cujas Mãis ficavam também abandonadas e ansiosas e a que a tudo isto juntavam um espírito harmoniosamente cultivado, realizando, como que milagrosamente, neste nosso tempo de guerra profissionalizada, o tipo grego do feliz guerreiro que entre duas batalhas dedilhava harmoniosamente a lira, tirava dos aulos melodias sonoras, entoava uma ode de Pindaro ou de Bacchylide e dançava segundo os velhos ritos, e entre duas campanhas corria e lutava no ginásio, discursava na ágora e conversava, subtil e profundo, na sombra dos pórticos e, pela noite fora, nos banquetes.

Era um padrão mais alto, perfeito, de humanidade, e a tempestade levou-os com a indiferença com que cortava as outras pequenas fôlhas vulgares.

E do fundo da minha triste vaidade humana, da limitada compreensão da suprema harmonia dos fados, crescia em mim um implacável ódio à guerra. ¡Mas não! ¿¡Como odear o irreparável e o eterno!? ¡Bem basta a melancolia muito triste, miséria de Adão expulso, que vem a êste «vagabundo exilado de Deus», como nos chamaria Empédocles, do dôce pressentir, ou recordar, ou sonhar de uma vida melhor ou de uma ordem perfeita!

¿E depois, porque é que a guerra nos aparece terrível?

¿Porque destrói, aniquila, mata?

Pobre mortal, sê tudo o que quizeres mas não sejas cobarde diante da morte. Porque não hás-de querer ver nunca que só vieste a êste mundo para morrer, que tudo te pode falhar neste instante de escuridão ou de luz a que chamamos vida, menos a morte, essa grande amiga a que tu foges por todos os meios, que tu esqueces, que tu odeias, contra a qual esbracejas como uma criança de peito nos braços de um gigante, como um reles D. João contra a sombra do comendador?!

¡Criança! ¡mostraram-te o papão há vinte séculos e tu tremes ainda!

Mas a guerra acabou por acabar, a vida retomou o ritmo anterior, e Oxford ainda mais viu aumentar a sua freqüência.

Em 1922 nova Royal Commission a reforma, actualizando apenas a preciosa e viva tradição, modelando-a num tipo nìtidamente britânico, imperial, que alguns vêem como uma deformidade no sistema universitário do mundo, um anacronismo no século XX, mas que, pelos resultados dos seus métodos, pode muito bem ser o exemplo para a organização próxima futura, quando os «países de raças lógicas»

se convencerem de que a verdade, como escreveu Leibniz, se está mais espalhada do que o que se julga, está muitas vezes enfraquecida e mutilada, e tiverem a nobre independência de compreender e adaptar a excelência das verdades alheias.

Estamos emfim chegados à Oxford de 1930.

Oxford, Março de 1930.

MIGUEL D'ALMEIDA PILE.

QUATÉRNIOS E IMAGINÁRIOS

No primeiro capítulo do *Cours de Géometrie Analytique,* tome IV, «Aplications des quaternions a la Géometrie Analytique» (Paris, 1926) B. Niewenglowski começa assim:

O cálculo dos imaginários funda-se na equação simbólica

$$i^2 = -1$$

O cálculo dos quatérnios inventado por Hamilton serve-se de três unidades imaginárias designadas pelas letras i, j, k e defenidas pelas igualdades

$$\begin{array}{lll} i^2 = -1 & j^2 = -1 & k^2 = -1 \\ ij = k & jk = i & ki = j \\ ji = -k & kj = -i & ik = -j \end{array}$$

e por conseguinte

$$ij + ji = 0 \qquad jk + kj = 0 \qquad ki + ik = 0$$

*

O autor acentua logo no início do seu tratado a diferença entre o cálculo dos imaginários e o cálculo dos quatérnios e, como no decurso do seu tratado não estabelece em hipó-

tese alguma a identificação entre o imaginário e o quatérnio, parece-nos legítimo concluir que não admite aquela identificação.

Em 1925 apresentámos no Congresso Luso-Espanhol, realizado em Coimbra, uma comunicação sôbre êste assunto e em 1926 escrevemos na Revista, *Instituto*, um artigo sôbre «Apreciação da representação geométrica dos Imaginários», em que confirmámos a nossa comunicação interpretando um fenómeno físico e mostrando que a identificação entre o imaginário e o quatérnio (no caso em que os vectores sejam complanos) era patenteado com tôda a evidência.

Parece-nos, pois, interessante justificar a nossa discordância com o autor, e, procurar com a doutrina por êle exposta no seu tratado a nossa justificação.

*

Em primeiro lugar, recordemos o que escrevemos no artigo a que nos referimos sôbre a «Interpretação da expressão imaginária, representando a intensidade da corrente alternativa, pela teoria dos quatérnios de Hamilton e imperfeição da sua interpretação pela teoria des Argand e de Wallis» (consultar *O Instituto*, volume 73.º, 4.ª série, volume 2.º, 1926).

Tornando para origem o vector $OR = a$ (fig. 1), que representa a intensidade, no início, da corrente alternativa, em que é nula a componente que representa a intensidade instantânea de trabalho e máxima a componente sôbre o eixo de origem, o vector $\overline{OS} = \beta$ representará a intensidade máxima de trabalho, no momento em que é nula a componente sôbre o eixo de origem, e o vector $\overline{OT} = i$, perpendicular ao plano dos dois primeiros, que por seu turno são

perpendiculares entre si, representará a intensidade máxima da corrente alternativa (fórmula 2).

Notando, porém, que qualquer dos vectores-unidades α, β, i, representa a intensidade máxima da corrente alternativa, podemos tomar a potência de qualquer dêles, i^m, por exemplo, como o versor, que segundo a concepção de Hamilton, faz rodar um vector perpendicular a i dum ângulo de rotação igual a m ângulos rectos no sentido de rotação positivo, e em tôrno de i como eixo.

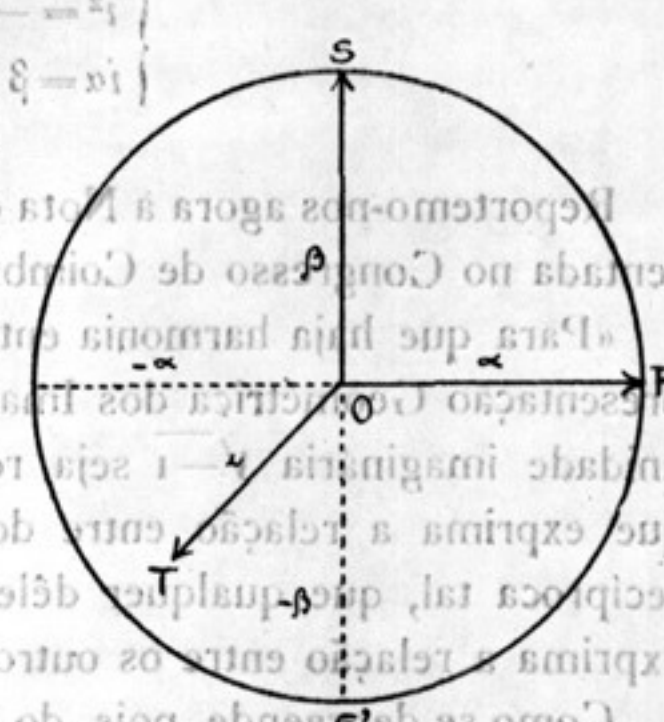


Fig. 1

As fórmulas que exprimem que as potências do vector-unidade se reproduzem periòdicamente são as seguintes:

$$\begin{aligned} i^2 &= -1 \\ i\alpha &= \beta \qquad \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots \quad (2) \\ i^2\alpha &= i\beta = -\alpha \\ i^3\alpha &= -\alpha i = -\beta \\ i^4\alpha &= -i\beta = \alpha \end{aligned}$$

(apresentadas por Hamilton na sua célebre teoria dos quatérnios).

Como se vê, Hamilton, no caso particular do quatérnio cujo versor esteja no plano de rotação do vector que representa a intensidade da corrente (no estudo em questão)

simplifica as fórmulas apresentadas por Niewengowski reduzindo-as a duas distintas

$$\begin{cases} i^2 = -1 \\ i\alpha = \beta \end{cases}$$

Reportemo-nos agora à Nota da nossa comunicação apresentada no Congresso de Coimbra em 1925.

«Para que haja harmonia entre a teoria analítica e a representação Geométrica dos Imaginários é necessário que a unidade imaginária $\sqrt{-1}$ seja representada por um vector que exprima a relação entre dois vectores numa direcção recíproca tal, que qualquer dêles escolhido arbitràriamente exprima a relação entre os outros dois».

Como se depreende, pois, do que deixamos exposto, qualquer daquelas variantes i, α, β representam analìticamente a unidade imaginària e estabelece a harmonia entre a concepção analítica da unidade imaginária considerada como génese da numeração e a unidade de comprimento marcada numa direcção arbitrária no espaço, considerada como uma relação.

* * *

Vamos agora procurar justificar a nossa discordância com o autor servindo-nos da sua própria doutrina.

Na página 26 encontra-se o seguinte:

Corolário. — Sejam α, β, γ, três vectores.

Tem-se

$$\frac{\alpha}{\beta} \times \frac{\gamma}{\alpha} = \frac{\gamma}{\beta}$$

Verificação. — Suponhamos que ABC seja o triângulo cujos vértices sejam os pontos em que Ox, Oy, Oz, furam a esfera de centro O e de raio 1.

Deve-se ter,

$$\frac{i}{j} \times \frac{k}{i} = \frac{k}{j}$$

e, com efeito

$$\frac{i}{j} = -ji = k$$

$$\frac{k}{i} = -ik = j$$

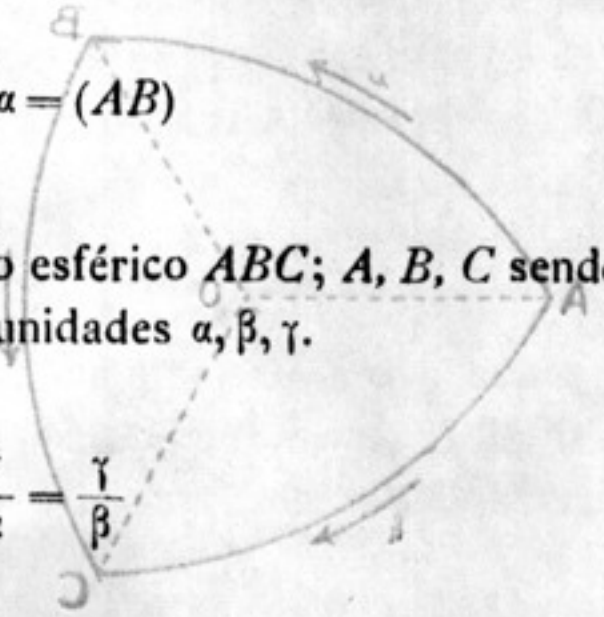
$$\frac{k}{j} = -jk = -i$$

e ainda

$$kj = -i.$$

Representa-se um versor por um arco de círculo máximo na esfera de raio 1. A sendo a extremidade do raio oA que corresponde ao vector α e β a do raio oβ que corresponde ao vector β, teremos

$$\frac{\alpha}{\beta} = \beta^{-1}\alpha = (AB)$$



Torna-se, assim, o triângulo esférico ABC; A, B, C sendo as extremidades dos vectores-unidades α, β, γ.

A igualdade

$$\frac{\alpha}{\beta} \times \frac{\gamma}{\alpha} = \frac{\gamma}{\beta}$$

pode-se escrever

$$(AB) \times (CA) = (CB)$$

ter-se-ia, também,

$$(BA) \times (CB) = (CA)$$

É evidente que o autor reporta-se à hipótese em que

Hamilton admite a teoria dos versores quadrantes e em que podemos substituir qualquer dos vectores-unidades pelos versores-quadrantes que lhes são perpendiculares.

A substituïção do versor-quadrante pelo vector unidade, tem sido objecto de discussão, mas parece-nos que não existe contradição nessa substituïção e pelo contrário existe concordância, como se depreende das igualdades apresentadas por β. Niewenglowski na Verificação atrás citada, quando diz que a igualdade

$$\frac{\alpha}{\beta}\times\frac{\gamma}{\alpha}=\frac{\gamma}{\beta}$$

se pode escrever

$$(AB)\times(CA)=(CB)$$

Esta última igualdade traduz o seguinte teorema de trigonometria esférica, a que nos referimos no nosso trabalho «Quatérnios e Imaginários» na nota * a pág. 11.

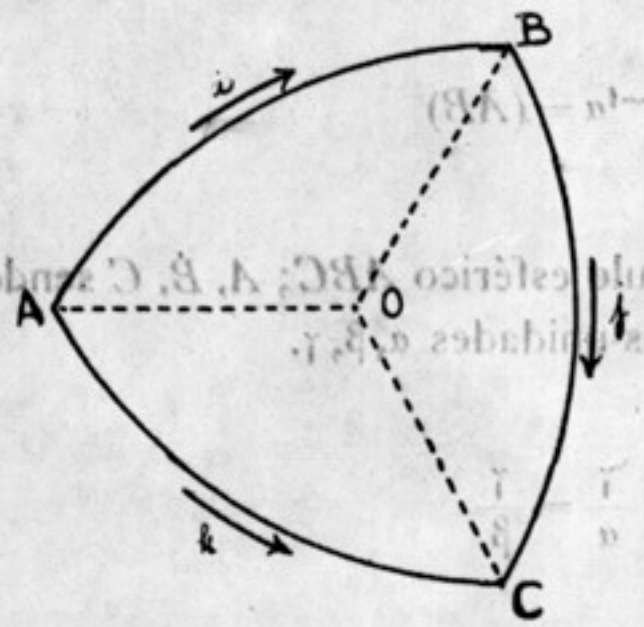


Fig. 2

Os versores i, j, k, representam quadrantes cujos planos estão mùtuamente em ângulo rectó, formando um triânguló esférico, ao qual se aplica o seguinte teorema: «Se num triângulo esférico se conhecem os versores representados pelos arcos de dois lados, ter-se-á o versor representado pelo terceiro lado (em plano e em amplitude) tomando o produto dos dois versores conhecidos, de tal sorte que o multiplicando tenha a mesma origem que o versor-produto e que o multiplicador tenha a mesma extremidade que o versor produto. (Fig. 2) $ij=k$.

Dêste teorema conclui se que o produto dos versores-quadrantes e portanto dos vectores unidades que lhes são perpendiculares é comutativo, e assim desaparece o obstáculo que obstava a que se fizesse a identificação entre o imaginário e o quatérnio, no caso particular em que êste pode ser representado pela potência dum vector da forma

$$q^{\frac{u}{n}} = \left(\cos\frac{1}{2}\pi + i\,\mathrm{sen}\,\frac{1}{2}\pi\right)^{\frac{u}{n}}$$

$$= \cos\left(\frac{1}{2}\pi \times \frac{u}{n}\right) + i\,\mathrm{sen}\left(\frac{1}{2}\pi \times \frac{u}{n}\right)$$

Com efeito recordando a demonstração já apresentada na nossa Comunicação ao Congresso de Coimbra, podemos empregar o cálculo dos imaginários no desenvolvimento do produto de dois quatérnios, cujos versores estejam no mesmo plano

$$q^{\frac{u}{n}} = \cos\left(\frac{1}{2}\pi \times \frac{u}{n}\right) + i\,\mathrm{sen}\left(\frac{1}{2}\pi \times \frac{u}{n}\right)$$

$$q^{\frac{p}{q}} = \cos\left(\frac{1}{2}\pi \times \frac{p}{q}\right) + i\,\mathrm{sen}\left(\frac{1}{2}\pi \times \frac{p}{q}\right)$$

e portanto o seu produto a que é extensivo o princípio comutativo das potências, é indiferentemente quer seja

$$q^{\frac{u}{n}} \times q^{\frac{p}{q}} \quad \text{ou} \quad q^{\frac{p}{q}} \times q^{\frac{u}{n}}$$

igual a

$$\cos\left(\frac{\pi}{2} \times \frac{u}{n} + \frac{\pi}{2} \times \frac{p}{q}\right) + i\,\mathrm{sen}\left(\frac{\pi}{2} \times \frac{u}{n} + \frac{\pi}{2} \times \frac{p}{q}\right)$$

Ficando assim demonstrado que o produto de dois qua-

ternios cujos versores estejam no mesmo plano, ou o produto de dois imaginários que com aqueles quatérnios se identificam, é comutativo.

Conclusão: O autor na sua Verificação apresenta as fórmulas

$$\frac{i}{j} = k \qquad \frac{k}{i} = j \qquad \frac{k}{j} = -i$$

$$\frac{i}{j} = -ji \qquad \frac{k}{i} = -ik \qquad \frac{k}{j} = -jk$$

$$kj = -i$$

das quais se deduzem as fórmulas

$$ij = k$$
$$i^2j = ik = -j$$
$$i^3j = -ij = -k$$
$$i^4j = -ik = j$$

Que traduzem a teoria dos versores-quadrantes que são a base da identificação entre o imaginário e o caso particular do quatérnio.

Diz ainda que a igualdade

$$\frac{\alpha}{\beta} \times \frac{\gamma}{\alpha} = \frac{\gamma}{\beta}$$

se pode escrever

$$(AB) \times (CA) = (CB)$$

O que implica a substituïção do vector-unidade, considerado como uma relação entre dois vectores-unidades perpendiculares entre si, pelo versor-quadrante cujo plano lhe é perpendicular.

Donde concluímos que a verificação apresentada é afinal a nossa identificação, mas apresentada duma forma velada e sem acentuar e demonstrar a propriedade comutativa do produto de dois quatérnios cujos versores estejam no mesmo plano, que nos parece indispensável para fazer aquela identificação.

Lisboa, Abril de 1934.

CARLOS EUGÉNIO ÁLVARES PEREIRA.
Professor do Colégio Militar.

A NACIONALIDADE PORTUGUESA E O NOME DE CRISTOBAL COLON

APRESENTAÇÃO DO SR. DR. COSTA LOBO

Ex.mo Sr. Reitor da Universidade de Coimbra:
Ex.mo Sr. Coronel Carlos Roma Machado de Faria e Maia:
Il.mos Consócios do Instituto de Coimbra:
Minhas Senhoras:
Meus Senhores.

Os estudos históricos interessam-nos debaixo de variados pontos de vista com que podemos escrevê-los. Logo pelo que há de impressionante na narração dos factos de que se ocupam prendem o nosso espírito tanto como a contemplação das belezas com que a criação nos deslumbra em infinitas modalidades.

Mas quando passam à relacionação dos factos os estudos históricos adquirem uma alta importância, e constituem, sem dúvida, a ciência mais empolgante para o homem, porque é a ciência da própria humanidade, a qual deve ter por fim habilitar-nos a descobrir as causas remotas dos acontecimentos da actualidade e a prever os acontecimentos futuros, tendo sempre em conta as características humanas entre as quais destaca exactamente uma que aparentemente contraria esta consideração, mas com a qual há a contar e resulta de que a vaidade humana, sem dúvida muitas vezes lamentável,

mas também condição para as acções que em muitos casos são realizadas faz com que a história deixe de satisfazer àquela missão que desde longa data lhe é atribuída, de ser mestra da vida, suponho eu porque a verdade faz crer que não terão as conseqüências que o passado aponta as acções que numa determinada actualidade terão sido praticadas pela mesma forma, mercê de um estulto valor que ao homem tantas vezes se atribui.

Num campo mais subjectivo os estudos históricos têm na existência da humanidade uma importância de especial consideração e benéfica influência. São êles que, recordando-nos as acções dos nossos antepassados, quer consideremos a célula da nação, — a Família, ou a própria nação, nos comportam e sustentam nos momentos de duras crises, e nos esmaltam com brilhantes radiações os acontecimentos que nos dão satisfação.

¡Meus Senhores! Felizes dos que podem contar com um passado, porque para êles a existência adquire um grau de superior consideração. Para os povos que se encontram nessa situação existe então a nacionalidade que exige a existência de um longo passado em que êsses povos sofreram as amarguras das lutas e por vezes de tremendos desastres, mas também horas de suprema alegria alcançada com o triunfo de gloriosas acções.

Portugal é constituído por um povo que bem pode orgulhar-se de constituir uma caracterizada nacionalidade, baptizada com o sangue e santificada por uma profunda e ardente fé religiosa, que sempre o tem conduzido, e que sem dúvida foi a razão das suas memoráveis acções, em que se mostram centuplicadas as minguadas fôrças que deveriam supor-se num povo de reduzido território e escassa população, mas que soube deslumbrar o mundo como se fôsse desde logo um poderoso e vasto império.

A sessão que o Instituto de Coimbra hoje promove é

mais uma daquelas com que procura consagrar o culto da nossa heróica nacionalidade. O celebrante é um apóstolo que tem posto tôda a sua energia, coragem e talento ao serviço da Pátria, num completo desprendimento e numa acção incessante. Êste templo em que nos encontramos é sem dúvida o mais apropriado para a realização dêste ofício, porque é o templo supremo da educação nacional portuguesa, onde vêm preparar-se para as lutas da vida a juventude nascida tanto nas risonhas planícies do nosso país, como nas alcantiladas montanhas que por tôda a parte o sulcam, e imprimem pela sua rudeza agreste e ao mesmo tempo pelo seu aspecto grandioso ao carácter português as nobres qualidades que o distinguem.

Sem dúvida a Universidade de Coimbra tem a seu cargo a educação intelectual, e dessa missão se desempenha com tôda a coragem que resulta de uma perfeita consciência dos factos, com zêlo, podemos mesmo dizê-lo, — com devoção. Mas também por tôdas as formas pertence à Universidade contribuir para a formação de homens robustos, sãos do corpo e do espírito, e nesse sentido devem trabalhar numa cordial cooperação todos aqueles que têm a incumbência de educar e aqueles que, já cheios de aspiração honrosa, estão fazendo a sua preparação. Neste sentido deve ter-se em vista desenvolver o culto da nossa nacionalidade. Assim se conseguirá prestigiar e engrandecer a pátria portuguesa.

Tenho sempre manifestado, e continuo manifestando, a minha completa confiança em que a juventude portuguesa prosseguirá orientando as suas acções por êste supremo ideal. Para a sua realização e num momento em que sérias preocupações nos chamaram a atenção para a necessidade de afirmar que o povo português não prescinde de conservar intacto o seu património, eu propus na Sociedade de Geografia, prestigiosa corporação, à qual Portugal deve assinalados serviços e onde o nosso ilustre conferente tem prestado

um valiosissimo concurso, depois de estar assegurado de que as mais importantes nações nos faziam justiça, que Portugal adoptasse a designação de Império Português. Depois foi já oficialmente adoptada a designação de império colonial para o conjunto das províncias anteriormente designadas por províncias ultramarinas. Considero esta medida como uma étape para ràpidamente se chegar à adopção da proposta que então fiz, devendo fazer-se desaparecer com a maior brevidade possível da nossa legislação a palavra colónia que nenhuma justificação tem numa nação tão homogénea como é Portugal, em que todos os domínios foram desenvolvidos pelo sangue português, datando todos de épocas remotas. Esta mesma designação seria justa se ainda hoje o Brasil fizesse parte da nação portuguesa, visto ter sido criado pela coragem, génio e abnegação do povo português. É evidente que nenhum paralelismo se encontra entre as condições em que existem os vastos domínios do império português, e o que se passa com as regiões que constituem a Índia em relação à Inglaterra, ou a Algéria, Marrocos, Tunis, Conchinchina em relação à França.

Tudo o que tenho dito, ràpidamente por ser obrigação minha tomar o menor tempo possível, é justificado no momento em que vai ser versado um assunto que merece especial importância nesta ordem de ideas, qual é o da nacionalidade do homem que, por circunstâncias, foi conhecido por Cristóvão Colombo, permitindo-me lembrar que no trabalho que foi para a Exposição de Sevilha com o titulo *Acção marítima dos Portugueses* afirmei que justamente podia Portugal orgulhar-se de serem portugueses dois dos navegadores com que mais se honra a Espanha, e são glória mundial, aumentando o prestígio de Portugal o empenho com que outros países têm, infructíferamente, pretendido a honra de lhes pertencer a família de Cristóvão Colombo.

De modo algum me permitiria fazer a apresentação do

nosso ilustre consócio no Instituto de Coimbra, Sua Excelência o Coronel Carlos Roma Machado de Faria e Maia, dignificado por uma longa fôlha dos mais distintos serviços, e que tanto pela bravura como pelo talento, tanto pela espada como pelo astrolábio, tem constantemente lutado pela prosperidade e prestígio da pátria portuguesa nos postos mais arriscados e difíceis, com 28 anos nos nossos domínios africanos.

*

É para o Instituto de Coimbra uma grande honra que Sua Excelência aqui venha dar o seu ensinamento, e apontar-nos o seu nobre exemplo. Em nome do Instituto de Coimbra e no meu próprio testemunho, a mais profunda admiração a Sua Excelência pela sua admirável acção como patriota, como homem de ciência e como carácter de rija e nobre têmpera.

Depois de agradecer as elogiosas palavras do Ex.mo Sr. Dr. Costa Lôbo o Sr. Roma Machado disse:

Ex.mo Sr. Reitor:
Preclaríssimos Lentes:
Minhas Senhoras:
Meus Senhores.

Não é a pretenção de vir aqui, nesta tão antiga como douta Universidade, alardear conhecimentos, mas ùnicamente, como velho colonial, já vencido da vida, e obedecendo aos reiterados pedidos do Ex.mo Sr. Dr. Costa Lobo, e do conspícuo escritor o Sr. Artur Lobo de Ávila, que me levaram a vir apresentar a VV. Ex.as algumas considerações, que julgo bem fundamentadas, e bem portuguesas, acêrca da

nacionalidade do Grande Homem que se apelidou Cristobal Colon, vulto grandioso da Humanidade, que sem ser tão notável pelos seus trabalhos marítimos como o grande navegador Fernão de Magalhãis, que dêles foi vítima, foi polìticamente, pelas suas descobertas, muito mais importante, pois conseguiu tornar conhecido o Novo Mundo e lançar o início dessa terrível corrente de invasores castelhanos que desbravaram cruelmente, e mostraram à Espanha e à Europa, o que era a América Central.

Depois sobretudo que Lamartine tornou conhecida ao povo francês, a vida e infortúnios dêste grande navegador, seguiram-se bastantes escritores, a coordenar elementos mais ou menos verídicos, deduzidos de livros espanhóis e de arquivos, especialmente de Sevilha, e tanto italianos como espanhóis, genoveses como cataläes, a tentarem, seduzidos pelo sigílio que êste navegador fêz sôbre a sua origem e seu nome, querer muitos para a sua nação, a glória de ser êle seu conterrâneo, e para isso chegaram até hoje, a inventar histórias sôbre histórias, mas nenhuma com documentos comprovativos, verídicos, que alguns podiam obter na única nação, que os poderia ter dado, por ser aquela em que êle passou uma grande parte da sua mocidade, e da qual eram sem dúvida alguma, sua Mãi e esposa, e se educou em viagens marítimas como navegador: a nação portuguesa. E nesta só ùltimamente quatro historiadores a isso se dedicaram, e apenas com três livros, mas infelizmente quási todos procurando especialmente os documentos mais consentâneos com as ideas que sôbre o assunto tinham.

É sobretudo pelos livros dos Srs. Patrocínio Ribeiro, Pestana Junior e Ferreira e Serpa, todos importantes trabalhos de investigação e alguma fantasia, que se prova a origem portuguesa do grande navegador que adoptou o nome de Cristobal Colon, tirando dêles o mais que pôde para provar a sua nacionalidade, com documentos, àparte a tendência

que tenho a favor da interpretação dos livros de D. Tivisco pelo Sr. Santos Ferreira, que infelizmente a minha ignorância em hebreu como a tem muita gente, me impede de comprovar a respectiva tradução. Passarei apenas a provar com os mais verídicos documentos a que nestes livros se faz referência, que o grande navegador a-pesar-de ter nascido em Génova, como êle próprio o diz, era de origem incontestàvelmente portuguesa.

Assim êste trabalho está dividido em três capítulos a saber:

1.º — Nacionalidade portuguesa de Cristobal Colon:

2.º — Origem nobre do grande navegador e suas primeiras navegações:

3.º — Probabilidade da ascendência paterna, e possibilidade de ter nascido em Génova.

E partindo da hipótese de que VV. Ex.as todos estão mais ou menos ao facto do que se conhece da vida, descobertas, trabalhos e desilusões do grande navegador, que passarei apenas a referir-me ao indispensável para demonstrar os três capítulos a que atrás me refiro.

CAPÍTULO I

Nacionalidade portuguesa de Cristobal Colon

Passemos neste 1.º Capítulo a citar e transcrever trechos ùnicamente de documentos autênticos em pró da nacionalidade de Colon.

a) *Carta de Toscaneli.* Foi em 1474 que Colon, estando ainda em Lisboa, consultou o cosmógrafo italiano Paolo Toscaneli, servindo-lhe de intermediário o italiano Giraldi.

A resposta de Toscaneli escrita em latim diz no que se refere ao assunto traduzido em espanhol, o seguinte: «por lo qual *y outras muchas cosas, que podiam decir-se,* no me admiro que tengaes tan gran corason, como toda la nation portuguesa, en que sienpre ha habido hombres senhalados en todas las empresas». A carta que Colon dirigiu a Toscaneli foi datada de 1475 (Las Casas Historia de las Indias, e Bistice, Vite di Uomini Illustri). Esta cópia foi do latim «vuelto en romance», isto é traduzido e anotado. Há igualmente uma cópia na *Historiæ rerum ubique gestarum* de Aeneas Silvius (Papa Pio II). Esta carta de Paolo Toscaneli confrontada com a do Rei de Portugal a que adiante nos referimos, explica o motivo porque o cosmógrafo implìcitamente chamou português a Colon, que lhe fôra apresentado pelo italiano Giraldi, que bem sabia a nacionalidade de Colon, e quem êle era, pois só assim se explicam os elogios da carta do sábio, e o dizer «*outras muchas cosas que poderiam decir-se*» isto quando Colon vivia em Lisboa modesto e obscuro. (Vide *Historia del Almirante* de Fernando Colon seu filho natural, e notas da história de César Cantu); Colon era um português que pouco depois passou a serviço da Espanha. Se fôsse italiano a carta de Toscaneli teria por certo outros dizeres.

b)—*Carta de El-Rei D. João II escrita a Cristobal Colon pelo seu próprio punho.* A Cristovam Colon *nosso especial amigo* em Sevilha.

«Cristobal Colon. Nós D. João por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarbes, aquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, vos enviamos muito saudar. Vimos a carta que nos escrebestes, e a bôa vontade e afeiçã que por ela mostraaes terdes a nosso serviço. Vos agradecemos muito. E quanto á vossa vinda cá, certa, assi polo que apontaes *como por outros respeitos,* para que a vossa industria e bom engenho nos será neceseario, nós a desejamos e praserdes

nos há muyto de vyrdes, porque em o que vos toca se dará tal forma que vós devaes ser contente. E porque porventura teeres algum receio das nossas justiças por rasons de algumas coisas a que sejaes obrigado, nós, por esta nossa carta, vos seguramos polla vinda estada e tornada, que não sejaes preso, reteudo, accusado, citado nem demandado, por nenhuma coisa, ora seja civil ora criminal de qualquer qualidade. E por ela mesma mandamos a todas as nossas justiças que o cumpram assi. E portanto vos rogamos e encomendamos que vossa vinda seja luogo, e para isso nom tenhaes pejo algum e agradecervo-lo hemos e teremos muito em serviço.

«Scripta em Aviz a 20 de Março de 1488. El Rey».

Esta carta mostra que Colon estava ao tempo em Sevilha ao serviço de Suas Altezas, que já então lhe davam grandes quantias. (Libro de quantias de Francisco Gonsales tesoureiro de os reis Catolicos) mas também que prestava grande afeição ao Principe Perfeito. Tinha porém razões para vir a Portugal e já as mostrára a D. João II em carta, mas também tinha de vir por em Portugal ser necessária a sua boa indústria, e engenho.

O salvo conduto serviu a Colon para assegurar o seu portador contra particulares que pressentindo-o em Lisboa o perseguiriam civil e criminalmente. A lista das dívidas mencionadas no codicílio do seu testamento é importante mas não tanto que fôsse de molde a fazer emigrar um homem que segundo Las Casas, tinha como cartógrafo e calígrafo, habilidade para poder naquela época à farta viver. Chega-se mesmo a supor, segundo Pestana, que Colon saiu de Portugal quando da primeira vez foi para Espanha, em missão secreta de D. João II, o que o obrigara a mudar de nome, missão em que não era estranho o incutir nas ideas dos Reis Católicos, e seus censelheiros, o descobrimento das Índias pelo Oeste a-fim-de o deixarem livre de intentar o seu ca-

minho por leste como de mais as cartas de Pero da Covilhã a isso o levavam.

Do passado ficava-lhe sòmente o filho, e assim morreu um desconhecido cujo avatar foi Cristobal Colon. Se o Almirante no seu testamento pede para se pagarem as dívidas sem que saiba quem lhas devia, é porque acima do elogio que os credores lhe fariam de-certo, por receberem o seu dinheiro, estava a necessidade talvez ordenada por D. João II de ocultar o seu nome verdadeiro. Tudo demonstra que êsse nome era uma ficção, e que o Almirante não era o mercador de livros da Andaluzia, ou o filho de Domingos Colombo, o lanário Genovês, como seus irmãos, segundo Harisse, irmãos colaços segundo Ferreira de Serpa.

D. Fernando Colon filho natural do Almirante diz na *Vida del Almirante* com respeito ao seu nome «volvio a renovar el de Colon» o que bem quere dizer ser um pseudónimo.

Pelo exposto se depreende que Colon foi o interveniente na nossa primeira carta de todo o litoral da África atlântida vindo expressamente a Lisboa a pedido de D. João II, usando a carta régia de salvo conduto.

Supunha-se que o último lugar da costa Africana de Leste a que Bartolomeu Dias chegou, era a costa da Abissínia, o que D. João II tinha o máximo interêsse em saber. A nota na margem da carta do *Imagine Mundi de Ailly* (1) escrita pelo punho de Colon nessa ocasião é a seguinte:

«É de notar o que sucedeu êste ano de 88 no mês de Dezembro. Chegou a Lisboa Bartolomeu Dias, capitão de três caravelas, o qual o Senhor Rei de Portugal mandara à África para conhecer novas terras, e anunciou ao dito Rei que navegara além do ponto já conhecido 600 léguas a saber

(1) Traduzido do latim por Varnagen e vem a pág. 16 do seu livro *Vespucio sua 1.ª viagem 1898.*

35o em direcção a sul e 25o na volta do norte até um lugar que julgamos ser da Abissínia e próximo do Cabo da Boa Esperança. E aquele capitão calculou que tal ponto tinha a latitude de 45 graus e que o último lugar a que chegara distava de Lisboa 3.100 léguas, desta viagem levantou uma carta e escreveu um roteiro descrevendo-a de légua a légua. a-fim-de a apresentar à vista daquele sereníssimo Rei. Em tudo isto intervim eu». Pelas datas se vê que Colon não foi na viagem e que a confecção do mapa e sua intervenção foi mèramante consultiva. Depois da volta de Bartolomeu Dias, e do grande desânimo que houve em Lisboa por êle não ter chegado à Índia, Colon seguiu para Espanha e afirmou lá que só há um caminho a seguir para a Índia, pelo Ocidente. Não sendo ouvido pela côrte, insiste com Medina Coeli que chega a preparar uma esquadra para a descoberta. Então Isabel a Católica promete fazer ela as despesas logo depois da rendição de Granada. Em Janeiro de 1492 rendem-se os mahometanos de Granada e pouco depois esta raínha ordena o equipamento da armada de Colon. Eis as conclusões que se depreendem e deduzem da carta de D. João II a Cristobal Colon. Não podia ser nunca a um estranjeiro que um tal Rei tivesse escrito uma tal carta, nem o tratasse por seu *especial amigo*. Só a um português e em quem o Rei tivesse grande confiança, tal carta poderia ter sido escrita. E ainda se fica na suspeita que Colon tivesse sido um diplomata secreto de tão astuto monarca.

c) — *Lorosano*. O jurisconsulto Joan de Lorosano segundo a opinião corrente do século em que vivia, escreveu acêrca de Colon «hunc quídam lusitanum esse afirmant».

d) — *Pedro Temariz* segundo o livro de Luiz Astrana Marin a pág. 285 e 286 afirma o mesmo.

e) — *O Visconde de Santarém* diz que na biblioteca do Cavaleiro Ferran havia um portulano atribuído ao cosmógrafo João Freire onde se achavam inscritos os nomes de trinta e

seis navegadores portugueses, entre os quais estava o de Cristobal Colon. O Sr. Armando Cortesão contesta, mas diz na sua conferência que Colon é considerado cartógrafo português.

f) — *Las Casas*, Bispo de Chiapa, amigo e biógrafo de Colon diz na sua *História das Índias*, Cap. V, referindo-se ás dádivas de D. Isabel Moniz «que sua sogra lhe deu instrumentos, escritos e pinturas convenientes à navegação, e com a vista dêles muito se alegrou». Com estes crê foi instigada a sua natural inclinação e acrescenta que resolveu ir ver o que então no mundo pela parte de Etiópia se andava e praticava pelo mar e assim navegou algumas vezes aquele caminho em companhia de portugueses, «como pessoa residente e quási natural de Portugal» (isto é nascido em Génova e transportado jovem para a Madeira).

g) — *As armas que em documento escrito a Ratnha Isabel lhe disse que usasse* (carta de provisão de 20 de Maio de 1493). Esta provisão reproduz Navarrete na *Colection de los viages;* no quadrado abaixo à mão esquerda, «Las armas vuestras que soliades tener» o que êle ou seu filho Diogo mencionaram desenhando um escudo com ancorotes dispostos ao modo das quinas dos cinco escudetes da bandeira de Portugal.

Só um português procuraria uma analogia simbólica com o pavilhão épico das Quinas.

h) — *Bertrand y Rozpide* no seu livro verdadeiramente exaustivo intitulado *Cristobal Colon genovez?* prova à evidência que Colon não podia ser nem Genovês, nem Catalão, nem Nórdico; diz que êle só podia ser oriundo de algum lugar da Península Espânica entre os Cabos Ortegal e S. Vicente mas dêste erudito há ainda a afirmação particular feita a um historiador português «que sabia de um documento que se encontrava entre os papéis de João da Nova, os quais existem num arquivo particular português, onde por completo se encontra esclarecida a origem de Colon». E Ber-

trand disse mais, que se tal publicasse receava ser morto pelos espanhóis. ¿Quem terá êsse arquivo? ¿Em que casa nobre ou antiga biblioteca se encontra? Que grande serviço faria à história a pessoa que tal pudesse obter. A indicação do sábio de que receava o matassem em Espanha dá a entender que de tal documento se concluía que a ascendência de Colon era portuguesa. Tanto mais que só podendo ser segundo Rospide ou Português ou Galego, se provou pouco depois que de forma alguma podia ser galego pelo seguinte: A origem galega foi completamente posta de parte com as afirmações e estudos de Oviedo e Acre, escrupuloso paleógrafo que provou pelos falsos documentos, que a hipótese de Colon ser galego era mentira e falsificação, mostrando os documentos raspados. Sabe-se que foi Garcia de La Riega que falsificou os documentos. Nada mais é preciso para se poder provar que só resta como conclusão Colon ser Português. É o que se depreende com bastante clareza do livro escrito em português e inglês por Patrocínio Ribeiro.

i) — *A mãi de Colon era portuguesa.* No Boletim n.º 13 da Classe de Letras da Assembleia de Lisboa (Documentos sôbre a ida para Castela da Imperatriz D. Isabel filha de El-Rei D. Manuel I e mulher de Carlos V) págs. 637-638, segundo indicações do Sr. Dr. Joaquim de Carvalho, ilustre Secretário Geral do Instituto de Coimbra, encontra-se o seguinte trecho de uma carta de António de Azevedo Coutinho, Embaixador de Portugal em Castela, dirigida a D. João III, datada de Sevilha em 14 de Abril de 1526, que diz: «Senhor... os seus nomeados que Vossa Altesa quer saber, ao que eu tenho sabido do secretario são os mesmos... ano passado (está roto o papel) se algum não for morto e de serẽ estes me pesa de dous a saber do *D. Fernando Culã* e do licenciado Manuel porque é vilã contumaz que nele nã fara mais mela? o tomar o sacramento que eu tomar outra coisa. O Cunha (êrro do paleógrafo, deve ser culã)

me falou agora e na pratica me disse que com estas solenidades maxime conjuram o enperador que folgaria que dessem justiça a quẽ a tivesse quẽ luogo faria justiça e que suas avoilas (Abuelas-Avós) foram portuguesas e que por Portugal aviã perdido quando entrara El Rey D. Afonso (V) mas que tudo esperava cobrar agora, com a enperatris; eu lho certifiquei que com ela cobraria tudo. E que esta materia não era de perder mas de ganhar...».

Dêste trecho da carta de Azevedo Coutinho evidencia-se que D. Fernando Colon não era tão ignorante de sua ascendência como diz ou finge na sua *Vida del Almirante;* sabe que suas Avós são portuguesas, que sofreram prejuízos no comêço do reinado de D. Afonso V, devido à guerra civil, que acabou com o combate de Alfarrobeira, e que é justa a indemnização pois «cobrariam tudo e que esta matéria não era de perder mas de ganhar». Note-se que D. Fernando Colon *fala de suas Avós, que devem ser duas,* logo *a mãi de Cristobal Colon era portuguesa.*

Indicaremos mais alguns factos tirados dos três livros citados todos em apoio da nacionalidade portuguesa de Colon.

Vejamos com Patrocínio Ribeiro o nome que êle Colon deu a grande parte das ilhas e costas por êle encontradas nas suas viagens ás Antilhas.

A um pôrto e rio chamou Puerto de Santa Maria de Belém e rio de Belém, que são nomes portugueses. Baptizou duas ilhas com os nomes de São Tiago e Santa Maria, esta do nome da ilha portuguesa a que arribou na primeira viagem em 18 de Fevereiro de 1493.

Chamou ponta da Galé a um cabo, e Pôrto Santo a uma enseada, nomes portugueses. A um cabo da ilha Fernandina, chamou Cabo Verde, e a esta ilha deu o nome de um príncipe português.

Em Cuba chamou a um pôrto, de Santa Catarina, como o nome de limite dos descobrimentos no tempo de D. Afonso V.

Pôrto de Santa Maria na Espaniola, análogo ao da Ilha do Sal em Cabo Verde, e do mesmo modo ilhéu Cabra e ilha de Santa Cruz, como nas ilhas da Madeira, Graciosa e Flores. Deu o nome de *Vale del Paraíso* a um vale em recordação da hospedagem e visita a D. João II quando do regresso da primeira viagem passou por Portugal. Assim também Rio do Ouro, Ilha Guadalupe, de São Cristóvão, de S. Miguel, de S. Tomé e a Senhora das Neves, de S. Vicente, de Santa Luzia, cabo Cabrão, rio do Sol, cabo de São Vicente no Algarve. Tudo coincidências deveras curiosas e sugestivas, que por certo nem um espanhol nem um italiano fariam. E não mencionou um só nome italiano e quási nenhum espanhol.

La Riega e Turul dizem nos seus escritos que não soube o idioma italiano, e acrescentam erradamente que nem o português, o que é contraditado por «Las Casas».

Continuando com as considerações de Patrocínio Ribeiro vemos como já mencionamos que tanto Toscaneli como D. João II o consideravam português pois êste Rei por certo nunca escreveria a um estrangeiro, a célebre carta salvo conduto, o que só faria por intermédio do representante da sua nação, ou a êle se referindo.

Já o dizia o Sr. J. A. Coelho na sua *Evolução das Sociedades Ibéricas*. É luza a idea de uma navegação atlântica, tendo dois objectivos, o primeiro devassar os mistérios do Oceano, o segundo relacionar o Ocidente com o Oriente. Esta última de carácter aventuroso e essencialmente marítimo. «Nunca poderia sair da continentalidade do seu planalto», emquanto o portugués ocupava uma situação verdadeiramente insular, franca e largamente atlântica, e a América embora descoberta por um homem ao serviço de Castela foi idea criada na influência da alma Lusa, como lusos eram os antepassados de Isabel a Católica neta de reis portugueses.

A isso acrescentarei eu que na história da Espanha até então nunca se encontra tendência alguma para expansão fora das costas do norte de África no Mediterrâneo, e nunca Oceânica, tanto mais que as Canárias está hoje reconhecido que eram ocupadas pelos mouros de há alguns séculos.

O maior amigo de Colon em Castela, seu amigo íntimo, foi um frade português, de posse do seu segredo e devia saber bem qual a personalidade do descobridor do Novo Mundo. Colon numa carta aos reis de Castela a êle se refere, na qual dizia que durante sete anos todos diziam sua idea ser falsa, salvo a opinião de Frei António de Marchena, frade do Mosteiro da Arrábida, da ordem de S. Francisco, e português de nação. Foi com seu conselho que Colon se dirigiu ao Rei português que o não ouviu como êle queria. (*História Geral da Ordem de Nossa Senhora da Mercê,* Vol. II, Cap. VI, por Frei Alonso Ramon, mercenário).

Na carta dirigida a Colon pelos reis católicos (talvez inspirada por sugestões portuguesas) estes aconselham-no a que na segunda viagem leve consigo a Marchena, com instruções escritas em 25 de Setembro, de 1493 (segundo os documentos diplomáticos de Navarrete). Las Casas na sua *História Geral das Índias,* Parte I, Cap. XXXII, também a isso se refere.

A oposição que Colon encontrou dos reis católicos, parece provir de um certo cortesão espanhol, muito do Rei português, chamado Fernando de Talavera. Êste era um dos muitos espanhóis que D. João II pagava largamente para saber o que se passava em Espanha, como o provam entre outras coisas ter mandado matar dois marinheiros portugueses, que para Espanha tinham fugido. Por fim Colon a-pesar-da oposição, conseguiu o favor dos reis católicos, porque nesse tempo as coisas pareciam de quebra entre os reis de Castela e de Portugal, e então segundo Patrocínio Ribeiro, parece que Colon se começou a aperceber com a França para a sua viagem, o que Medina Coeli confirma, e

que sabido pelos reis católicos, estes o ajudaram. Mandaram êles apregoar que as caravelas a enviar ás Índias, *não podiam tocar em portos portugueses,* o que bem podia ser para evitar a deslealdade de Colon, do que êle se não livrou como se deprende da carta que enviou a D. Joana, ama do Príncipe D. João de Castela, irmã do Secretário de Isabel a Católica. Pois a-pesar-dessa recomendação, aportou no primeiro regresso a Santa Maria dos Açôres, e entrou em Lisboa, e na segunda viagem foi em socorro dos portugueses em Arzila. Estes e outros factos citados e a citar, fazem pensar que a-pesar de D. João II não lhe aceitar a oferta de ir descobrir por Oeste a Índia, êste Rei teve sempre com Colon relações secretas, e de grande amizade o que ainda mais prova que Colon português era. De resto êste Rei por certo sabia pelas viagens anteriores dos portugueses e mapa de Toscaneli, que as Antilhas não podiam ser a desejada Índia mas para lhe deixarem livre o caminho pelo Leste e Cabo da Boa Esperança para a Índia verdadeira, que êle considerava do Preste João, era preciso entreter os Reis espanhóis, na idea do descobrimento pelo Oeste e para isso parece que o seu agente secreto foi Colon.

Na viagem primitiva Colon levou dois portugueses João Arias e Bernaldim, e levava ceitiis de Portugal para compras, o que mostra já lá saber existirem nas Antilhas portugueses (segundo se depreende na carta de Estêvão Fróis a que adiante nos referimos).

Tinha uma devoção especial pelo Espírito Santo, que sempre se venerou nos Açores, em especial na Ilha de Santa Maria, onde aportou para ir orar, o que por certo não faria se português não fôsse. Nas suas cartas aos reis católicos mostra um espírito contemplativo, uma alma de português navegador e poeta.

Quando naufragou na Jamaica em uma das suas viagens, e pediu socorro ao governador da Espaniola, êste mandou-lhe

num pequeno barco um barril de vinho e um porco, que foram deixados na praia retirando o barco; e isto porque nesse tempo os espanhóis chamavam aos portugueses marranos e judeus, e lhe mandaram o animal que os judeus não comem. Por isso êle escreveu no seu Diário «o que te está sucedendo agora é recompensa de serviços que prestaste a outros amos»; eram estes os Reis de Castela porque seu amo verdadeiro era o Rei de Portugal.

Vejamos agora algumas considerações deduzidas do livro do Sr. Pestana no qual a par de alguma fantasia há muita pesquiza histórica e muito saber. Consta que Cristobal Colon teve dois irmãos Bartolomeu Colon e Diogo Colon os quais Ferreira de Serpa diz serem seus irmãos colaços. Bartolomeu muito enérgico, ponderado e inteligente, chegou a ser nomeado por Isabel a Católica *adelantado* ou ajudante de seu irmão, e o segundo foi eclesiástico apenas e pessoa de pouca consideração. Bartolomeu que segundo alguns nasceu em Portugal, mas mais provàvelmente em Génova, era cartógrafo e passam por ser feitos por êle muitos portulanos e cartas da época.

Nada consta de ter estado com Cristobal Colon na Madeira, quando segundo Las Casas êste lá chegou tendo 14 anos. Segundo Pestana, depois de êste cartógrafo ter feito muitas ofertas de descobrimentos a Madame Burbon (Anna de Beaujou) (segundo declarou nos seus escritos, aparece em Espanha com recomendações de França cremos) quando Cristobal já tinha saído para a segunda viagem, alegando ser irmão do almirante. Os reis católicos entregam-lhe três navios e segue para as Antilhas encontrando seu irmão de volta a Cuba de surprêsa, no Haiti em 20 de Agôsto de 1494. É por essa altura que começam a trocar-se impressões nas duas chancelarias sôbre direitos aos descobrimentos e D. João II manda aprontar a armada de Francisco de Almeida *contra aquelas partes* a que êle não chegou a ir. Os católicos

mandaram ao Rei português emissários com pedidos relativos ao nosso monopólio marítimo, e à liberdade do comércio na Guiné, vedado aos castelhanos pelo tratado de Toledo (Tratado das Alcáçovas de 12 de Março de 1480). A esta embaixada chama D. João *sem pés nem cabeça* por serem os espanhóis um côxo e outro ôco. É preciso que as Antilhas sejam julgadas junto ao Cipango e na Ásia, de modo que a política espanhola pugne por aquele império.

Segundo Pestana é Colon que leva essa incumbência do *seu especial amigo.* É então que surge em Espanha Bartolomeu, que leva o encargo dos reis espanhóis de se juntar a Cristobal (como fiscal). Cristobal arguto como era escreve á ama do Príncipe D. João de Castela, dizendo estar no fim da Ásia. D. João II esperava a volta do *seu especial amigo* que propositadamente diz nas suas memórias «que aquela terra (a ilha de Cuba) *era extremo oriental da Ásia*». O único homem que o podia contestar era Marchena, posto ao lado de Colon como cosmógrafo; mas era português e filho de um guerreiro morto em Alcácer Seguer.

É então lavrado por Colon o célebre documento, firmado por muitos em que se declara que estão na Ásia, o que devem dizer contra a pena de língua cortada e multa de 10.000 maravedis a quem o contradisser. Esta exigência suposta secreta da política portuguesa, foi um martírio constante para Colon até ao fim da sua vida. «Só se admite isto sendo Colon português».

Ao saber da morte de D. João II Colon escreve «quatorze anos andei a servir êste Rei», o que o tem feito passar por mentiroso pois tendo saído de Portugal em 1486 segundo Pestana só servira D. João II em cinco anos. Mas todo o ultramar tinha sido dado ao Príncipe Perfeito a seguir à conquista de Arzila, em 1471, e parece que o almirante tinha em mente afirmar que em Espanha continuava a servir o seu Rei natural, até que morreu.

Foi com os conhecimentos obtidos de Toscaneli, ou seja a tese Florentina e por intermédio do Rei de Portugal que Colon começou a ser acreditado junto dos reis católicos, para o que muito contribuïram para o ajudar os dois franciscanos portugueses Marchena e Peres, o confessor da Raínha Católica. Foi éste último quem arrancou dos reis católicos as *Capitulationes* e os maravedis para a primeira viagem de Colon. É para notar que nas *Capitulationes*, se declara que êle Colon *já tinha descoberto terras no mar Oceano,* o que êle Colon negava sempre quando sôbre êsse facto falavam em Espanha.

«Vistos todos estes apontamentos derivados dos dizeres, conclusões e documentos verídicos atribuídos a pessoas a que nos referimos, e transcritos de obras de valor, de historiadores fidedignos e todos comprovados e repetidos por vários autores colombistas, deduz-se dêles que Cristobal Colon não podia ser nem Genovês, nem Catalão, nem Galego, embora para se ir de acôrdo com os próprios dizeres do almirante tivesse nascido em Génova, e lá tivesse sido criado até aos 14 anos, mas oriundo de família portuguesa, conclusão esta a mais lógica que dos referidos dizeres se depreende».

Porque se fazem dificuldades em admitir que Colon seja português pela sua família (ùnicamente pelo lado do Pai pois está provado ser portuguesa sua Mãi). Nenhum dos estrangeiros que o querem para seu conterrâneo trazem para as suas asserções documentos mais fidedignos do que nós. Quási todos ou fazem suposições ou deduções partindo de dados que não se provaram nunca. Confundem Colon alguns com o Corsário Culon ou com muitos Colombos de Itália (1) e êle nunca se assinou senão pela sigla, e os espa-

(1) Os historiadores italianos, citam três Colombos que querem que

nhóis só o chamavam «Colon». Não me parece ser preciso mais documento algum nem conclusão alguma, para se afirmar ser português, e quando algum documento não seja encontrado fidedigno, dos que os autores portugueses citam, a nacionalidade portuguesa impõe-se quanto mais não seja por exclusão de partes.

CAPÍTULO II

Origem nobre do grande navegador e suas primeiras navegações

Depois do que Bertrand y Rozpide escreveu acêrca do grande Almirante, ficou bem provado que êle não era nem Genovês, nem Catalão, nem Nórdico, e que só podia ser oriundo da península espânica e desfeita a possibilidade de ser espanhol por Oviedo e Acre, que sôbre o assunto fêz uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, ficou, por exclusão de partes, mesmo na peor das hipóteses, ser de origem portuguesa.

Inserindo sucessivamente tudo que a êste respeito dizem os autores atrás citados, teremos:

Las Casas e Agostinho de Ornelas escreveram que Colon aos 14 anos chegou à Ilha da Madeira, sendo hospedado em casa do grande nobre Esmeraldo, (que é possível ao tempo não tivesse ainda o palácio em que mais tarde alojou Colon). Dizem que já então tinha uma educação muito completa para a sua idade. Conhecia o grego o hebraico, o latim, a Bíblia a fundo, as profecias de Izaías, emfim tinha uma tal cultura que não se encontrava se não nas elites de então, e

---

sejam o célebre navegador. O 1.º Cristoforus Columbos, doutor em Pavia; o 2.º filho de um taberneiro; o 3.º filho de um cardador. Mas nunca encontraram até hoje a certidão de idade do verdadeiro Colon.

nessa época só podia ter tido por mestre um religioso, o que não seria natural se fôsse filho de um tecelão, como muitos pretendem, sem dados nenhuns. Não escrevia nem falava italiano, mas escrevia latim, e em sofrível castelhano, que falava com um acento estranho, como se português fôsse. Dizem-no Las Casas, D. Fernando Colon, e Bertrand y Rozpide. Na sua escrita havia mais palavras portuguesas que espanholas (di-lo Astranha Marin). Quando chegou a Espanha, pela primeira vez, dizem-no todos que o conheceram ao tempo, e assim o escreveram, falava como quem tinha residido em Portugal; como que era um português a falar espanhol.

Esmeraldo, um nobre de grandes presunções não o teria recebido nem alojado, nem o teria casado com a filha de Bartolomeu Perestrelo, se nobre não fôsse, tanto mais que ao tempo era um jóvem que ainda não tinha feito coisa alguma de notável, sendo a filha de Perestrelo aparentada com a família de Bragança, da primeira Duqueza, e família do Condestável, tendo um tio Bispo e outros dois oficiais do Infante D. Fernando. O próprio Colon dizia que nascera em Génova e saíra novo de Génova onde tinha sido educado, acrescentando noutro escrito, que nunca se saberia qual era a sua pátria. Quando em Espanha lhe preguntavam donde vinha, dizia «da Côrte de Sua Alteza» (o Rei de Portugal), sem mais nada acrescentar. Os documentos que a isto se referem podem-se ver em Bertrand y Rozpide, que diz que D. Fernando Colon, Las Casas e Mendes asseveram ser de família nobre. Quando ainda bastante novo, segundo Las Casas, saía da Madeira viajando sempre em companhia de portugueses, que lhe ensinaram a arte de marear, a ponto de ser considerado como português e foi com êles que soube da existência das ilhas da América Central, que êle considerava então como Índias de Oeste. Teve o conhecimento dessas terras pelos antigos navegadores madeirenses, e pelos

documentos do Avô de sua mulher, êle próprio nas suas memórias diz que entre 1482 e 1484 esteve em S. Jorge da Mina, onde por certo não poderia ter ido se não fôsse português (1), mas onde foi, (se supõe), com João Coelho o da porta de Cruz, pessoa nobre, que segundo Las Casas, parece ter sido com quem fizera as primeiras viagens, e estivera em Santo Domingo ou Haiti, como assevera Estêvão Fróis, em carta a D. Manuel I, quando ali os espanhóis o fizeram prisioneiro. «Estas ilhas escreveu êle ao Rei, pertencem a Vossa Magestade, que as descobriu João Coelho, há mais de 20 anos».

O moribundo Afonso Sanches, que de volta de uma grande viagem às Antilhas, veio morrer e em casa de Colon, na Madeira, deixou-lhe todos os documentos da sua infeliz e longa navegação, o que a Colon foi muito proveitoso. Las Casas escreve que Colon dizia «que para a empreza das Índias não me servi de raciocínios, nem de matemáticas, nem de mapas mundos» (obra já citada). Diz mais que Diogo, filho legitimo de Colon, nascera na Madeira, ou no Pôrto Santo, e que Colon já conhecia o caminho do Ocidente, por já lá ter ido, em companhia de portugueses, e com tanta certeza de encontrar terras «como se já as tivesse fechadas à chave no seu quarto». Segundo Pestana pode-se fixar a primeira viagem de Colon ás Antilhas em companhia de João Fernandes do Arco, da Madeira, o que no roteiro da primeira viagem, o Almirante dá a 9 de Agôsto, em 1484 como tendo armado em tal ano uma caravela contra aquelas partes. Fica assim explicado o facto de os índios antes de Colon lá chegar na viagem oficial terem jà visto homens brancos e barbados e dêle Colon navegar com tôda a segurança, como se tivesse a terra «en su camera» ou já lá tivesse estado, «de lo que yo no ubido» como diz Las Casas.

---

(1) Vide nota da primeira parte.

Segundo Astrana Marin, depois de 1479 esteve de novo em Itália e foi, mandado ou por sua iniciativa, à ilha de Chios, numa expedição de Génova a socorrer aquela ilha contra os turcos, e seu príncipe, e de lá voltou com Nicolau Espinola (que fundou família na Madeira) um ano depois, para Portugal, do que não há mais documento algum, a não ser o que se depreende da decifração do livro de D. Tivisco, pelo Sr. Santos Ferreira, e na qual se diz que êle Colon sendo colocado como Governador num ponto da referida ilha, defraudou e roubou o seu príncipe, vendo-se obrigado a fugir, fazendo-se mudo, e vestido de jornaleiro, e chegando a Portugal, mudou de nome, para Cristobal Colon. Mas sôbre isto não há confirmação alguma, e as decifrações e transliterações do referido senhor ainda não foram comprovadas, por quem de séria competência, havendo pessoas que decerto por ignorância do alfabeto primitivo, hebraico, as põem em dúvida, a-pesar-do referido Santos Ferreira, ter sido no assunto a primeira autoridade portuguesa, até à sua morte, há pouco mais de três anos. Há mesmo uma certa má vontade dos hebraïsantes portugueses contra êle. Contudo tem-se feito sérias diligências para conseguir um hebraísta que possa comprovar a veracidade das citadas afirmações.

Sabe-se ao certo que enviuvando na Madeira (1) Colon seguiu para Portugal com seu filho Diogo, de 5 anos de idade, tendo êle Colon então 24 anos (segundo António Maria de Freitas, e se diz no testamento de D. Diogo Colon seu filho mais velho). Chegado a Lisboa foi pouco depois recebido por D. João II, a quem disse quanto sabia de navegações, e navegadores insulares, de então, e das viagens que tinha feito e esperava fazer. Pouco depois veiu pedir a D. João II

(1) Segundo Jacinto Pina Loureiro, Colon casou em Maxico, e o mesmo diz um historiador espanhol.

para o ajudar, na sua projectada emprêsa. D. João II, virada a sua atenção para a Índia e Cabo da Boa Esperança, e sabendo das terras do Ocidente já então conhecidas dos portugueses, não lhe deu a atenção que êle desejava, o que o contrariou, mas não indispôs com o monarca, sendo possível que os dois então combinassem alguma coisa relativa à viagem a Oeste a fazer pela Espanha que já se estava a querer meter em explorações Oceânicas, para lhe deixar a êle Rei livre o caminho da Índia por Este.

Mas é possível que Colon, por êsse tempo receando ser perseguido pelos agentes do Principe de Chios, fugisse para Espanha, por lhes ser perigosa a residência numa cidade, então tão cosmopolita como Lisboa, onde havia muitos genoveses, que o conheciam, e a quem tentava fugir.

A carta salvo conduto de D. João II, provou que êste monarca tudo isto conhecia. Depois de 20 de Março de 1488, voltou Colon a Lisboa a colaborar na carta de Bartolomeu Dias, por pedido de D. João II como atrás refiro.

Quanto mais Colon subia em dignidades, mais desejava encobrir o seu verdadeiro nome, e a sua nacionalidade, e sabe-se porquê, isto é, mesmo que por outro motivo não fôsse, como adiante se indica, o seu passado crime, e o facto de que sendo português não podia ser almirante espanhol, o levavam a ocultar a sua nacionalidade. O codicilio do seu testamento que diz que as dívidas que deixa indicadas, só devem ser pagas muito depois da sua morte, *e de modo que ninguém saiba quem as manda pagar,* e que seu filho só pagou 17 anos depois da sua morte, é uma prova de querer ocultar o seu nome. Vejamos algumas asserções verídicas indicadas por Ferreira de Serpa a favor da sua nobre estirpe. O filho legítimo de Colon, Diogo, foi nomeado pagem do Príncipe D. João, herdeiro da coroa de Aragão e Castela, e e por morte dêste passou a pagem da Raínha Isabel a Ca-

tólica, mãi daquele Príncipe. A nomeação de pagem é de 28 de Maio de 1492 e só em 3 de Agôsto, seguiu Colon de Palos para a sua primeira viagem, quer dizer, ainda não tinha prestado qualquer serviço; logo foi nomeado devido ao seu alto nascimento. Um filho de cardador nunca seria pagem de um príncipe herdeiro nem de uma raínha naquela época. Também é absurdo supor que a um filho de cardador fôsse entregue uma esquadra. Colon gabou-se de não ser o primeiro almirante da sua família e que a sua nobreza se perdia na noite dos tempos. No contrato (Capitulaciones) celebrado entre os reis e Colon, é intitulado *Vir Nobilis.* A quartelada do brazão de armas que lhe concederam, dizendo «*as armas que sabeis ter*» mostra bem qual a sua nobreza, pela disposição do brazão das quinas portuguesas. O filho legítimo de Colon Diogo casou com D. Maria de Toledo, filha de D. Fernando de Toledo, irmã de D. Fradique de Toledo, 2.º Duque do Alba, *primos co-irmãos de D. Fernando V Rei de Aragão* e emquanto o Duque se servia de criados vulgares, Diogo Colon servia-se de camaristas nobres. Antes de partir para o descobrimento, quando Colon ainda não era ninguém, D. João II de Portugal escrevia-lhe três cartas de seu próprio punho, tratando-o numa delas por *seu especial amigo.* Sendo ainda *ninguém* assiste com os reis católicos aos assedios de Granada e Malaga. Quando Granada se rendeu aos cristãos, Fernando V de Aragão, entrou na cidade a cavalo, tendo à direita a Colon, que também o acompanhava a cavalo.

Regressando do seu primeiro descobrimento aporta à ilha de Santa Maria dos Açores, terra portuguesa, contra as ordens dos reis católicos, daí vem a Lisboa em vez de seguir a Cadiz ou Sevilha a-fim-de mostrar a D. João II que não vinha de África, e os índios, ouro, prata, plantas do descobrimento, etc.; visita êste Rei em Val Paraíso, a Raínha D. Leonor em Alemquer, acompanhado por alguns fidalgos,

recebendo-o ela muito cortêsmente. Partindo por mar para Espanha os reis católicos que estavam em Barcelona para lá o mandaram ir, onde o receberam em audiência pública, e solene, de pé, tendo ao lado dos seus tronos, um outro no mesmo nível, onde Colon se senta, e coberto, descreve à Côrte a sua primeira viagem à América.

A primeira terra onde êle Colon aparece, e se conheceu, foi a Ilha da Madeira, e nas suas memórias dizia que principiára a navegar aos 14 anos de idade. Nascido em 1456, 14 anos depois, em 1470, encontra-se na mesma data, em que morreu o Infante D. Fernando, pai de El-Rei D. Manuel I. Não é natural que naquela época êle tivesse estudado em Pavia aos 14 anos, como Lamartine diz no seu livro, sem aliás o provar, nem que um cardador mandasse um filho estudar nessa época numa Universidade. Pelo seu saber e forma de educação, devia ter tido como mestre um sábio padre, ou frade português, pois nunca falou em italiano nem escreveu nessa língua. Aos 19 anos, casa na Madeira com uma filha de Bartolomeu Perestrelo, um senhor feudal, donatário, casamento que nessa idade só se pode atribuir à sua gerarquia, mais que à sua educação. Onde quere que se encontre, habita sempre em palácios, na Madeira, em Huelva, em casa de Medina Coeli, e de Medina Sidónia, etc.

«Nada mais é preciso dizer para se provar que Cristobal Colon era um português de nobre ascendência».

CAPÍTULO III

Probabilidades da ascendência paterna e possibilidade de ter nascido em Génova

¿Mas quem poderia ter sido êste grande homem incontestàvelmente de família portuguesa e onde teria nascido?

Vejamos o que se pode deduzir dos três livros portugueses a que nos temos referido.

Patrocínio Ribeiro, depois de, com documentos verídicos, demonstrar que Colon era português, apresenta uma decifração da sigla bastante complicada, e com muitas inversões, e comparações do alfabeto grego, chegando à conclusão que o nome do Almirante era o de *Cristovam de Colus,* nome de uma vila alentejana, na qual os habitantes usam de um têrmo, a palavra *espeto* para designar o ardor do sol, e que êle Colon igualmente empregou nos seus escritos, palavra que é natural ao tempo também podia ser usada na Madeira; mas a sua argumentação peca, se compararmos o nome de Cristovam Colon, ou de Colos, que Patrocínio diz ser a mesma coisa, com o que do nome do Almirante diz seu filho D. Fernando Colon que prova êsse nome ser um pseudónimo, quando escreve *volvio a renovar el de Colon.*

O Sr. Pestana Júnior:

Prova bem com documentos Colon ser português mostra grandes conhecimentos em matemática e astronomia, e partindo de uma complicada decifração da Sigla, empregando o pentágono da Cabala e fazendo muitas suposições e inversões e transposições, algumas deveras interessantes, chega ao nome de Colon ser Simão Moniz Palha, passando de Colon, a Colmo, que quer dizer Palha. Preguntando eu a uma pessoa antiga dessa família Palha, e que conhece os seus arquivos sôbre o assunto, me disse que nunca encontrou tal nome nas memórias, nem soube de relações políticas com D. João II, e segundo o Sr. Jordão de Freitas, e uma referência do Sr. Serpa, houve um Simão Palha, de que fala a história, mas morreu com D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, e portanto não podia ser o do tempo de D. João II. De resto estes dois livros são bastante valiosos em provarem que Colon devia ser português, e por isso na nossa exposição transcrevemos em resumo tudo o que apro-

veitável é, sem citar nome de família a provar a sua nacionalidade portuguesa.

Resta-nos o livro de Santos Ferreira e Ferreira de Serpa de todos o que acêrca do nome de família nos dá mais garantias, e mais comprovado é a nosso ver chegando mesmo a depender a decifração e transliteração dos livros de D. Tivisco, que são a sua base principal, ùnicamente de se encontrar um charadista e hebraïsante, que possa confirmar estar bem feito o trabalho do antigo sábio hebraïsante Santos Ferreira, que tendo transcrito e transliterado para hebreu algumas frases dos mesmos livros, empregando o alfabeto hebraico antigo, e não o que hoje se usa, conseguiu decifrar a frase que se refere ao roubo de Chios, e especialmente estas duas frases que por si só são mais que suficientes para se conhecer a família do grande navegador. «O mundo dirá retira-te Colon. Levanta-te Salvador Gonçalves Zarco», e esta referindo-se ao mesmo Colon «o maior dos navegadores portugueses de todos os tempos foi o último rebento de Henrique». É urgente provar estarem certas estas transliten-ções e decifrações, que estão escritas em hebreu, mas com o alfabeto antigo, que só pode ser decifrado por muito poucos hebraïsantes, visto a grande maioria só conhecer o alfabeto moderno e não o que foi estudado e decifrado pelo sábio Santos Ferreira. Êste sábio num trabalho que lhe levou 20 anos a concluir sôbre as decifrações dos letreiros das pedras hebraicas do sul da península, conseguiu a sua decifração, que foi um grande avanço para a história antiga da península ibérica. Por isso, sendo assim, não restará dúvida alguma que o verdadeiro nome de Cristobal Colon é *Salvador Gonçalves Zarco*, filho de D. Fernando que foi pai de El-Rei D. Manuel e herdeiro do Infante D. Henrique, que como se sabe nunca teve filhos, mas D. Fernando tendo sido seu herdeiro, sendo do seu sangue, se pode considerar como seu *último rebento*.

Continuando com o que se refere às siglas mais conhecidas usadas pelo navegador { S. S. S. / X. Ma. J. / El Almirante } e { S. S. S. / X. Ma. J. / Xpo-Ferens., a única que êle indicou no seu testamento dever ser usada, mas que seus herdeiros não usaram e que êle usou nos últimos dias da sua vida, quando em Espanha o puseram de parte, e a viver pobre, depois das suas viagens e de já não o considerarem como *El Almirante*, dizer êste que substituía nos seus áureos tempos de fama o *Xpo-Ferens.*, vemos que o Sr. Armando Cortesão na sua magnifica conferência feita nesta Universidade de Coimbra e repetida na Universidade de Lisboa, em que admite a possibilidade de êle Colon ser português, não encontrando para isso contudo provas suficientes, cita como a melhor, a decifração da sigla, do Dr. Streicher, velho e sábio colombista alemão que achou nos 3 SSS superiores da sigla a palavra «Subscripsit no X, Ma. I. Cristovam Maior Almirante das Indias» por cima da palavra *El Almirante* da sigla que adoptou, o que não me parece muito natural, repetir duas vezes Almirante, e não era usual empregar nas assinaturas a palavra *subscripsit* além de que X nunca serviu de abreviatura a Cristóvão e só a Cristo.

Vejamos finalmente a decifração da sigla feita por Santos Ferreira { S. S. S. / X. Ma. J. / Xpo-Ferens., quere dizer para êle, Cristo salvo, Maria salva, José salvo, ou os três com salvos, ou com pouca variante *Gonsalves.*

Xpo-ferens., quere para êle dizer *o que leva a Cristo*, visto o Xpo da sigla portuguesa, ser sinónimo de Cristo, *e o que em idea leva o nosso espírito a Cristo* é na língua hebraica o «salvador do mundo». Jesus em hebraico quere dizer Salvador. Finalmente e pelo alfabeto hebreu antigo (e não o moderno) (.,) quere dizer *Zarco*, logo *Salvador*

Gonçalves Zarco é o nome do navegador. É sem contestação alguma de tôdas as decifrações a mais simples e natural.

Vejamos agora as suposições que segundo o Sr. Ferreira de Serpa, baseando-se nos livros de D. Tivisco decifrados pelo Sr. Santos Ferreira levam à ideia de quem eram os pais do Grande Navegador.

O nome de Gonçalves Zarco leva a supor que uma das netas do descobridor da Ilha da Madeira, viera a Lisboa onde, pertencendo a família com entrada no Paço, o Infante D. Fernando dela se enamorou, e achando-se grávida, êste Príncipe, para evitar o escândalo com o donatário da Madeira que era muito assomadiço e pondonoroso, conseguiu por intermédio de um dos comandantes das galeras genovesas que iam à Madeira e vinham a Lisboa em tráfego de açúcar, fazer sair a menina para Génova onde foi ter o seu filho, que lá foi criado até aos 14 anos, porventura em casa de alguma das famílias dos muitos Colombos que lá havia.

O Infante devia ter instituído uma mesada para sustento da dama e mais tarde de seu filho, que se supõe lá ter sido educado por um frade português, o que se depreende não só do que êle Colon sabia, como por não ter aprendido a língua italiana. A educação que teve, era a que ùnicamente davam às pessoas de elite, e não a tôdas, e pelo seu teor, só podia ter sido ensinada por um religioso, muito conhecedor das professias, da Bíblia e do Hebreu.

Estando D. Afonso V no Alemtejo, soube um dia que D. Fernando queria ir à Itália, dizendo uns, que desejava visitar seu tio materno D. Afonso, Rei de Nápoles, que não tinha filhos e podia vir a ser o seu herdeiro. Outros diziam que êle desejava ir à África, combater os mouros, e por isso El-Rei, que por certo conhecia os amores de D. Fernando, e calculando que queria ir ver a amante, dando com isso brado que não convinha, deu ordem ao Conde de Odemira

para com seus navios impedir a passagem dêste Príncipe para além do Estreito de Gibraltar, e trazê-lo prêso a Portugal se insistisse, e assim fêz (*História Genealógica da Casa Real,* por D. António Caetano de Sousa) de forma que D. Fernando não poude ir ter com a amante que estava em Génova.

A chegada de Colon à Madeira em 1740 prova que foi logo depois da morte de D. Fernando, e naturalmente por lhe ter sido cortada a mesada se viu obrigado a vir para a terra de sua mãi, mas para a não comprometer por certo foi alojar-se em casa do fidalgo Esmeraldo, que com certeza tinha grande intimidade com a família dela. Eis a suposição de que não há dados mais que o que a história diz da viagem de D. Fernando a Itália que o Rei contrariou.

De resto a fisionomia de Colon era a de um nórdico, e de forma alguma podia ser ou de um português ou de um genovês. Las Casas diz nas memórias que era mais alto que baixo, de rosto cheio, severo, rosado e sardento, tinha os olhos azuis claros, tão claros que pareciam brancos, cabelo muito louro, tendendo para ruivo, um verdadeiro tipo nórdico, Ferreira de Serpa acrescenta que fazia lembrar o tipo dos príncipes da dinastia de Avis, filhos ou netos de D. Filipa de Lencastre.

Recordava o retrato de El-Rei D. Sebastião menos a altura.

Parece que em vista de se terem conhecido na Côrte os crimes que cometera em Chios, onde não teria sido nomeado governador se o Príncipe da terra não soubesse a que família pertencia, foram por certo a causa principal de não ser reconhecido na Côrte como filho de D. Fernando irmão do Rei D. Afonso V tanto mais que era irmão bastardo de El-Rei D. Manuel I, da Imperatriz da Áustria, da Rainha D. Leonor e cunhado de El-Rei D. João II. Pode também ser que

D. Fernando, morrendo de repente, tendo Colon 14 anos, não tivesse ocasião de o perfilhar.

Terminaremos êste assunto com as seguintes considerações e preguntas:

¿Porque seria que êle Colon deu a seu segundo filho o nome de Fernando o mesmo que tinha o pai de El-Rei D. Manuel?

¿Porque seria que, segundo D. Fernando Colon relata nas suas memórias, êle Cristobal Colon, inimigo de juramentos, só raras vezes jurava e sempre por S. Fernando?

¿Porque daria Colon o nome de S. Salvador à ilha de Guanahani, primeira que descobriu?

¿Porque seria que Carlos V proïbio, por um Decreto de 13 de Julho de 1523 a D. Fernando Colon, que continuasse pelos arquivos em Itália, a procurar investigações sôbre a origem do pai?

¿Porque seria que o mesmo Carlos V mandou em Itália quando se lá foi a coroar, apreender uns folhetos ou pasquins que apareceram contra Colon?

¿Porque será que se conserva na família dos Viscondes de Asseca, parentes dos Gonçalves Zarco por Saás, em tôdas as gerações o nome de Salvador que segundo os livros de D. Tivisco, era o de *Salvador Gonçalves Zarco* que os frades marianos tentavam em vão beatificar por ter aberto a América aos missionários, o que a inquisição impediu?

Eis o que poude coligir sôbre a nacionalidade e família de Colon tudo deduzido dos livros atrás referidos, esperando no que respeita à nacionalidade não restem dúvidas, e com respeito a família, a confirmação da decifração e transliterações dos livros de D. Tivisco feitas por Santos Ferreira pelo grande hebraïsante que decifrou em vinte anos o alfabeto primitivo do hebreu antigo. Segundo uma carta dêste sábio a seu irmão Frederico, sabe-se que a transliteração dos referidos livros, foi presente por Santos

Ferreira ao Grande Rabino de Paris, achando êste a tradução certa. Tenho dito.

NOTA DA PRIMEIRA PARTE

Além dos argumentos já apresentados que provam ser Colon português há um sôbre tudo que a meu ver é irrefutável, e vem a ser o seguinte:

Em 6 de Março de 1480, houve um tratado entre o Rei de Portugal e os Reis Católicos, pelo qual se estipula que qualquer estranho à nação portuguesa, que ousasse ir à Guiné, ou S. Jorge da Mina, seria imediatamente deitado ao mar, sem mais forma de processo. Êste tratado foi comunicado por D. Afonso V em carta dirigida às autoridades da Guiné, em 6 de Abril do mesmo ano (*Livro dos Misticos de D. Afonso V*, e segundo Ferreira de Serpa). Ora pelas suas memórias, sabe-se que Cristobal Colon foi duas vezes à Guiné, e uma a S. Jorge da Mina, e não incógnito mas oficialmente pois ia fazer observações astronómicas, para comprovar as do astrónomo judeu José Vizinho, e isto entre os anos 1482 e 1484 segundo êle próprio Colon o diz. Logo era português, pois de contrário, nem teria autorização para lá ir, nem deixava de ser deitado ao mar pelas autoridades portuguesas.

À VOLTA DE CRISTOBAL COLON

Pouco depois de ter feito em Coimbra na Sala dos Capelos da Universidade esta conferência sôbre *Cristobal Colon português,* por iniciativa do Sr. Dr. Costa Lobo, em fins de Novembro passado, foi oferecido, pelo Sr. Ministro de Itália a muitos jornais e revistas portuguesas a célebre, luxuosa e documentadíssima publicação, da Municipalidade de Génova, sôbre Cristóvão Colombo, como genovês, e oriundo

de uma família de lanários modesta, com muitos documentos e *fac-similes* de autógrafos autênticos, no dizer da mesma publicação, dando-o como Cristoforo Columbo, *e provando que até 1473 nunca tinha saído de Savona e Génova*, exercendo o oficio de tecelão, e que em 1470 tinha 19 anos completos, e apenas o seu excepcional talento o tinha levado em meia dúzia de anos a ser, o grande nauta e cosmógrafo que foi.

A grande maioria do mundo pensante, ficou julgando êste livro ser a última palavra sôbre o assunto, dando o *coup de grace* sôbre as teses Catalã, Espanhola e Portuguesa, as últimas que ainda tem tido adeptos até hoje; e ficava desvendada a inigmática nacionalidade de Colon.

Entre as apreciações dêste livro pela imprensa portuguesa avulta a do jornal *A Voz* num desenvolvido artigo do Sr. Dr. Alfredo Pimenta, de 1 de Janeiro findo. Dos jornais estranjeiros já me tinha chegado às mãos um artigo de um jornal do Chili, resumindo outro de um jornalista italiano de Roma, todos laudatórios da mesma publicação.

Como bom português e animado pela leitura dos três livros, de Patrocínio Ribeiro, do Sr. Pestana Júnior e dos Srs. Ferreira e Serpa, dêles especialmente deduzi ser Colon de origem portuguesa, e de família nobre. Por isso não posso concordar de forma alguma, com as conclusões do referido livro, pelo que passo resumidamente a expor.

Não vejo nêle mencionados, embora não discutidos, documentos em que se baseiam outros escritores, e entre êles Bertrand y Rozpide, e especialmente as cartas de Colon, afora uma mínima parte, que se pode adaptar à tese e nacionalidade genovesa. Com tais cartas e outros documentos não considerados apócrifos, se podia igualmente fazer um livro de autêntica documentação, com *fac-similes*, e atestados de bibliotecários, paleógrafos e historiadores conscienciosos, a que o livro se não refere.

É especialmente na questão das datas citadas nessas cartas, que se encontram divergências e contradições aos documentos dêsse livro.

Contudo sou partidário de Colon ser genovês de nascimento, embora oriundo de família portuguesa de alta aristocracia, e porventura nascido e educado até aos 14 anos (como êle próprio escreveu) e com sigilo em Génova, em casa de uma das famílias dos Colombos genoveses, talvez na de Domínico Lanário, e irmão Colaço de Bartolomeu e Diogo.

Refere-se o Sr. Dr. Pimenta no seu citado artigo de *A Voz*, à tese dos Srs. Ferreira e Serpa, criticando-a.

A conclusão da terceira parte da minha conferência de Coimbra está ùnicamente dependente da contraprova das decifrações e transliterações do Sr. Santos Ferreira, quási garantidas, por saber que há tempos o Grande Rabino de Paris as achou conformes, e o mesmo disse há pouco tempo outro hebraïsante; contudo ainda não vi as suas informações.

Sendo assim o nome de Cristobal Colon será, Salvador Gonçalves Zarco.

Bertrand y Rozpide termina o seu livro *Colon Genovez?* dizendo ser oriundo de família habitando a costa do Oceano Atlântico, entre o Cabo Ortegal e o Cabo de S. Vicente, e como a tese galega já demais foi provada ser falsa, pelas afirmações e estudos de Oviedo y Acre, distinto paleógrafo galego, que provou os documentos terem sido raspados, fica só de pé a tese portuguesa, visto que Rozpide demonstrou exaustivamente, que Colon não podia ser genovês nem catalão.

Dizem alguns que Colon nunca fêz sigilo do seu nome, e para êle, isso era questão secundária.

¿Então porquê e para quê empregou êle a sua sigla em vez de uma assinatura normal?

¿Porque disse que nunca se saberia de onde era oriundo?

¿Porque razão, quando ao chegar a Espanha lhe preguntavam donde vinha dizia apenas «da côrte de Sua Alteza»? (Di-lo Garcia Ferrando médico de Palos).

¿Como se explica que Fernando Colon quando foi a Génova a procurar *uma pessoa do nome e família Colon*, não encontrou ninguém que podesse provar ser seu parente, a-pesar-do que mencionam todos os documentos do livro a que nos referimos?

¿O que queria dizer êle Colon mencionar no seu testamento que as dívidas, que indicou, quási tôdas a pessoas residentes em Portugal se deviam só pagar muitos anos depois da sua morte, o que Diogo fêz saldando-as só 17 anos depois do falecimento de seu pai?

Com respeito à célebre carta de D. João II chamando Colon «seu especial amigo em Sevilha», que tem sido pelos colombistas genoveses e outros considerada apócrifa, Bertrand quando a ela se refere, diz que Fernandes Navarrete (pessoa contemporânea de Colon e indicada no citado livro de Génova), *a copiou do original que viu* no arquivo dos duques de Veragua o que êle Navarrete cita nas suas colecções de viagens, tômo II, pág. 5, carta escrita em Março de 1488, datada de Aviz. Não é natural que os descendentes de Colon conservassem até então uma carta de D. João II se fôsse considerada apócrifa, e que prova ser Colon português.

Com respeito à carta do diplomata Azevedo Coutinho a D. João III, que é considerada autêntica (segundo o Sr. Dr. J. de Carvalho secretário do *Instituto de Coimbra*, e *Boletim* n.º 13 da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, págs. 637-638) referia-se *ùnicamente* a duas pessoas por quem o Rei tinha preguntado, D. Fernando Culã (Culão ou Colon) como então se escrevia, e o licenceado Manuel, e logo no período seguinte *sôbre o mesmo assunto* diz: «O

Cunha...» naturalmente referia-se a Culã a quem chama Cunha ou por êrro do paleógrafo que copiou do original, ou por estar escrita de maneira a que se não podesse entender, mas pelo lugar na carta, não se podia referir a outra pessoa, pois a carta *só se referia aos dois*. É fácil depreender-se o êrro escrevendo *nha* em vez de *laõ*.

Quanto às duas avós de Colon, a-pesar-de ser filho natural, tinha duas avós e quatro bisavós; uma das avós devia ser a mãi de Colon, e a outra sua avó materna, e não é de admirar que ambas, sendo portuguesas, tivessem sofrido nos seus interêsses, com a batalha de Alfarrobeira no tempo de D. Afonso V.

Quanto à sigla de Colon a que se refere o citado livro no final, dizendo ser a decifração do sábio colombista Fritz Streicher a mais lógica, com tal não concordo, pois os *3 SSS* tanto podem dizer *subscripsit* palavra que não se usava então nestes documentos, e está no pretérito, como *3 Salvos* segundo Santos Ferreira, além disso no X. M. J. a letra X na sigla portuguesa e espanhola nunca designou Cristoferens, mas ùnicamente Cristo, e não era natural escrever em abreviatura as primeiras letras de *C*ristoferens *A*lmirantos *M*aior *I*ndiarum por cima da palavra em grandes letras que Colon muito uzou *EL ALMIRANTE*.

Pedro Mártir de Angleria que o livro genovês cita como dizendo ser Colon oriundo de Génova, é o mesmo que foi tesoureiro dos reis católicos, e grande escritor italiano, e que João Borromeu assevera ter assinado um documento encontrado dentro de um livro de João Sacro Bosco em Roma em 1558, garantido e autenticado por Rúbio Borras, bibliotecário da Universidade de Barcelona, o qual documento diz «Tendo descoberto que há em Génova um Quidam Cristoforo Colombo Canajole, filho de Domínico e de Suzana Fontanarossa não se deve confundir com o navegador das Índias Ocidentais». Bergamo 1494, isto

é depois da volta de Colon da primeira viagem. Êste documento importante foi vulgarizado pelo Sr. Dr. A. Pimenta.

Vejamos agora o que se pode deduzir das próprias cartas de Cristobal Colon, documentos autênticos, a *que o citado livro genovês se não refere.*

O ofício de piloto, navegador e capitão de navios, não se pode aprender em poucos dias, nem em poucos anos, e portanto não é possivel que um tecelão *que em 1473 nunca tinha saído de Génova e Savona* como o citado livro insinua, pudesse em 1472 *segundo Altolaguire* ter ido a Tuniz aprisionar a Galera Fernandina, por mandado do Rei Renê de Anjou, segundo uma carta de Colon de Janeiro de 1495, em que êle dizia aos reis católicos «A mi acaeciou que El Rey Reinel que Dios tiene me enviou a Tunez para prender la Galaeza Fernandina» (1).

Mesmo que a data dêsse feito não fôsse 1472 *como Altolaguire assegura* devia ser pouco depois, mas antes da ida para Portugal em 1476, e só um capitão consumado *poderia ser enviado por um rei* a prender uma galera, por isso não é natural que fôsse tecelão em 1473, sem nunca ter ido ao mar, a-pesar-do seu enorme talento, como o referido livro insinua.

Vejamos ainda outra carta de Colon aos reis católicos, em 21 de Dezembro de 1492, em que diz o mesmo que noutra carta aos mesmos sôbre observações à arte de navegar; em 6 de Fevereiro de 1502.

Diz a primeira carta: «Io he andado veinte y trez anos en la mar sin salir de ella tiempo que se haya de contar y

(1) Las Casas, Liv. I, Cap. III, Tom. I, Pág. 48 e *Historiae del Almirante*, por Fernando Colon, Cap. VI, e Altolaguire «Chegada de Cristobal Colon a Portugal», *Boletim da Academia Real de História*, Tom. XXI, Pág. Rli.

vi todo el Levante y Poniente que dice por ir al camino de Septentrion que es Inglatierra y e andado la Guinea» (derrotas, caminhos e viagens que fêz o almirante; Colecção de viagens de Fernandes Navarrete, Tom. I, pág. 101).

Navarrete é um dos citados no livro genovês. Se os 23 anos se contam desde o dia em que escreveu a carta, andava no mar desde 1469 e portanto não podia ser o lanário que em 1473 nunca tinha saído de Savona e Génova.

Rozpide prova que Colon veio servir os reis de Espanha entre 1483 e 1486. Num dêsses anos tinha 28 anos de idade. Não podia portanto ser maior de 19 anos em 31 de Outubro de 1470, como diz o citado livro. Isto prova-se pela *carta rarissima* da biblioteca particular de Afonso XIII de Espanha, escrita por Colon a 7 de Julho de 1503 aos reis católicos. Dizia a carta: «Io vine a servir de veinte y ocho annos...». Esta data da carta e os 28 anos foram discutidos por Rozpide que provou serem verídicos.

Estas cartas e datas provam que êle Colon não era o mesmo que esteve presente nos contratos de vendas e feitos de notários de Génova que o citado livro descreve com documentos autênticos.

Muitas cartas poderia citar, que tôdas provam êle Colon não poder ter 19 anos em 31 de Outubro de 1470 e que desde muito novo andou sempre no mar, o que é conforme à tese portuguesa, que o dá seguindo para a Madeira aos 14 anos, e aprendendo a navegar muito novo com pilotos portugueses, e indo à Guiné e às Antilhas.

Bertrand y Rozpide pouco antes de falecer, disse ao Sr. Afonso de Dornelas, que tinha visto os documentos do piloto galego ao serviço de Portugal, João da Nova, pelos quais se via claramente ser Colon português, mas que tal não podia escrever, por ser contrário à tese espanhola, e por isso se tal fizesse talvez o matassem.

¿Porque razão deu Colon a quási tôdas as terras que

descobriu, nomes portugueses? Citaremos apenas os da última viagem:

Cabo Graças a Deus, Costa Rica, Costa dos Mosquitos, Bacia da Retrete (por ser mal-cheirosa) Costa de Ver Água.

Acêrca da Costa de Ver Água cujas terras corresponderam a um dos seus morgadios, o têrmo Ver Agua é mais português que espanhol pois se assim não fôsse diria Mira Água, pois *mira* quere dizer *veja* simplesmente e ver em espanhol aliás pouco usado quere dizer *julgar;* exemplo *a ver vamos.*

¿Porque razão nunca falou nem escreveu em italiano documento algum? (nem tal o citado livro o mostra), e segundo Garcia Ferrando médico de Palos quando veio de Portugal só falava um português espanholado e nunca em italiano.

¿Porque razão, quando desiludido de encontrar em Espanha e Portugal apoio para a sua viagem de descoberta, se dirigiu à Inglaterra e França e não a Génova, nem há documento algum que prove êle se ter dirigido a qualquer príncipe italiano?

As *capitulaciones* e o seu *passaporte* da primeira viagem designam-o por *Vir Nobilis.*

A célebre carta de Toscaneli considerada apócrifa por alguns dá bem a entender claramente, ser Colon português. O mesmo dizem os escritos de Lorosano e Pedro Tamariz.

Frei Marchena e Frei Peres seus amigos íntimos eram portugueses.

Las Casas no Capitulo V da *História das Índias* escreveu que Colon tinha em novo navegado com portugueses, «como pessoa residente e quási natural de Portugal» (nascido em Génova e vindo novo para Portugal).

A carta de provisão de 20 de Maio de 1493 dos reis ca-

tólicos com respeito às armas de Colon, diz que deve uzar no quarto quadrante «las armas vuestras que soliades tener» o que êle fêz mencionando na posição dos cinco *besantes das quinas portuguesas* (armas bem nobres) cinco *ancorotes* que em língua hebraica querem dizer *besantes.* Só um nobre português procederia assim (sempre encobrindo a sua origem).

O que fica exposto é mais que suficiente para se demonstrar que o livro de Génova está muito longe de dizer a *ultima ratio* sôbre a origem e nobresa de Colon, que desde já devo considerar nobre português até que as decifrações dos livros de D. Tovisco quere êles fôssem impressos em Portugal ou Espanha, ou noutra nação, e as suas transliterações por Santos Ferreira, confirmadas, venham provar o seu verdadeiro nome.

Cristobal Colon segundo a grande obra de Passagno e Monteleone em 15 volumes e mais de 600 páginas e 450 fac-similes escrita em quatro línguas. Resumo feito por Olindo Malagodi de Roma para o jornal La Nation *do Chile. Crítica a êste artigo e ao livro a que se refere.*

O resumo da citada obra é o seguinte:

Não tem segundo os autores nem elegância nem subtilesa crítica.

A primeira parte trata dos escritores que se referem às cartas de Colon; António Galo, Nicolo Odorico, que diz ser amigo de Colon; Angelo Trenison e Pedro de Aiala, que provam a origem genovesa de Colon pela sua correspondência (*a*).

A segunda parte; documentos relativos a arquivos de família.

Descende de Geovani Colombo de Maconieri que teve dois filhos.

DOMÍNICO COLOMBO e ANTÓNIO COLOMBO
casou com
Susana Fontanarossa
e tiveram cinco filhos entre os quais
CRISTOFORO COLOMBO

o qual mais tarde com sua família passou a Savona.

Trabalhava em tecelão até 1473 (*b*).

A terceira parte; Colombo em 1479 foi chamado como testemunha a Génova como «cidadão genovês» e disse que vivia em Lisboa como agente das casas comerciais genovesas de Centurioni e di Negro as quais vêm nomeadas nos testamentos de Colon quando era Almirante e no de seu filho Diogo (*c*).

A quarta parte considera-se como prova suprema.

Em 1502 o Almirante depois de copiar no seu *Livro de Privilégios*, os seus direitos com respeito à monarquia espanhola, remeteu-os a Génova para ali serem conservados e se fazerem valer, juntando-lhe uma carta dirigida ao Banco San Geórgio dizendo que dispoz a favor de Génova o dízimo dos seus rendimentos, carta escrita em Sevilha. Êste documento e a resposta do Banco conservam-se no Ajuntamiento de Génova. Há uma carta sôbre o assunto com recomendações a seu filho Diogo. Foram estes documentos vistos por sábios, ambas as cartas, declarando êles terem sido escritas pela mesma mão (*d*).

A quinta parte refere-se aos papéis sôbre a instituïção do Morgadio, documentos vistos por Miss Alice Gould e pelo académico Angel y Duvale.

Há cópia no Vaticano encontrada por Clark na qual se diz que nascera em Génova *uma pessoa da nossa linhagem* recebendo ajudas de seu filho e mais herdeiros por ser da

terra onde nasceu. Que seu filho aplique o dízimo de seus rendimentos ao acrescentamento dos bens da república de Génova (*e*).

Termina o articulista dizendo que com estas provas fica o assunto resolvido definitivamente.

CRÍTICA A ÊSTE ARTIGO E AO LIVRO A QUE ÊLE SE REFERE

Examinando as diferentes partes do resumo dos dizeres do importante livro sôbre Cristobal Colon de Passagna e Monteleone vemos:

1.º (*a*) A crítica das cartas, dos escritores citados, só se pode fazer em face das datas das cartas comparadas com as datas seguras que se conhecem sem contestação de tôdas as partes da vida do Almirante deduzidas de documentos fidedignos, ou datas escritas por êle próprio, o que só à vista dos referidos documentos se pode fazer.

2.º (*b*) Esta parte foi já completamente refutada por Beltran y Rozpide, Astrana Marin e Serpa. *Colombo segundo um documento que se reputa fidedigno,* por Harisse tinha em 21 de Julho de 1489 por *pai e tutor* Domínico Colombo, o que foi demonstrado não poder ser verdade, ou por outra, o Cristoforo Colombo dêste documento, não era o Almirante Cristobal Colon, tanto mais que esta data é de 4 anos antes de ter saído de Palos, para a primeira viagem, *estava em Espanha em 1492* e a essa idade (33 anos) *não podia ter um tutor* que aliás não aparece nunca nas manifestações que lhe fizeram na volta, e nem em Espanha nem em Génova, nessa família se falou. Logo êste documento encontrado por Harisse refere-se ao outro Colombo, e não Colón, nem tinha o mesmo nome. Mas os italianos não se contentaram só com êste Cristoforus Colombo, inventaram mais dois, ou três ao todo, e todos filhos de Dominicos. saber: Cristoforus Colombos, Doutor em Pavia, Cristoforus Colombo filho de

um taberneiro e o terceiro filho de um cardador, o qual nos parece dever ser o pai do tal que Harisse menciona, e que entre outras coisas peca pelas datas. Ora Cristoforus Colombus *em 1473 trabalhava em Savona como tecelão*, e assim trabalhou desde que com a família veio para ali. Mas as datas diferentes consultadas, tiradas de documentos sérios, *dizem que Colon em 1470 chegou à Madeira*, segundo Serpa e Ornelas, e *que em 1474-75 residia no Funchal, data em que ali casou.*

Segundo Patrocínio e Pestana, e mais alguns estranjeiros, casou em 1478 e outros dizem que em 1471 estava ao serviço de D. João II, como cartógrafo, e portanto não podia ser o mesmo que em 1473 era tecelão em Savona, sem nunca ter de lá saído.

Mas sobretudo, sabe-se que D. Fernando Colon foi à Itália, procurar da parte do pai já morto, um parente Colon, a-fim-de ser, segundo o testamento, subsidiado e mantido em tôdas as gerações, *por ser da linhagem dos Colons. Dizer êste que se usava então entre os fidalgos apenas* e não encontrou nenhum Colon em tôdas as vilas e cidades que procurou. E os que se apresentaram em Espanha por ocasião do célebre primeiro testamento e processo de morgadio que se provou ser apócrifo e falsificado, não apresentaram documentos comprovativos da sua idoneidade, e parentesco (1). É assunto liquidado em desfavor dos Colombos italianos.

3.ª Parte (*c*) *Colon em 1479 foi chamado como testemunha a Génova.* Ora segundo documentos portugueses *desde 1478 estava na Madeira*, casado, *e em 1479 nascia-lhe seu filho Diogo* (data comprovada pelo próprio Diogo) e segundo Pestana, residia nesse ano em Pôrto Santo e fêz a sua viagem à Guiné. Serpa, com a hipótese portuguesa que tem mais aderentes, não contesta que Cristobal Colon tivesse

(1) Vide Beltran y Rozpine.

nascido em Génova, mas não de pais italianos, nem tecelões *mas de pais portugueses e fidalgos.* Nem contesta *que em 1479 fôsse a Génova,* onde nasceu e viveu até aos 14 anos, segundo êle próprio Colon o diz. Mas a ida prende-se segundo Serpa e Santos Ferreira e Astrana Marin com a ida pròximamente por êsse tempo a Chios numa esquadra italiana. Segundo êle Serpa *fêz 28 anos em 1484, portanto em 1479 tinha 23 anos,* ora segundo outros documentos fidedignos sabe-se que veio para *Portugal aos 24 anos,* data em que pela primeira vez saíu da Madeira para o continente; e a viagem à Guiné e S. Jorge da Mina foi *segundo êle próprio disse nas suas memórias em 1482 a 1484.* Mas segundo Pestana *foi em 1479 a 1480.*

Argumentado com a data indicada por Colon nas suas memórias, e parecendo que antes de ir à Mina êle não foi à Itália, e que segundo Serpa em 1478 regressou a Portugal, pela segunda vez, mudando de nome sabe-se que depois disso não foi a Itália mas sim se dirigiu com o filho mais velho para Espanha, *onde chegou em 1484 ou 1885,* segundo Ribeiro e em 1486 segundo Pestana. Portanto segundo Serpa em 1479 devia estar na Madeira, e segundo Pestana em S. Jorge da Mina, e como êle Colon disse nas suas memórias que foi duas vezes à Guiné e Mina, é isso provável antes de 1484, e podia ser a primeira vez em 1479. Logo não deve ser o mesmo que foi à Itália depôr como testemunha mas um dos Colombos que haveria em Lisboa. Podia no testamento referir-se a Centurioni e Di Negro sem ser o *Cristoforus Colombus* agente dessas casas em Lisboa.

4.ª Parte (*d*) A-pesar-de não parecer natural que Colon devendo tudo a Espanha fôsse testar para Génova 10% dos seus rendimentos o que aliás não se vê no segundo testamento e ùnicamente no primeiro, considerado apócrifo, não contestamos o acto por parecer verídico e não inhibe a idea

de ser Colon de origem portuguesa, origem que por isso êle desejava ocultar.

5.ª Parte (*e*) Com respeito à instituïção do morgadio e a manter em Génova uma pessoa da sua linhagem, Beltran y Rozpide põe as coisas na sua verdade, com documentos, e sabe-se que o primeiro testamento estava errado, com páginas substituídas e apócrifo, e no segundo nada dizia de ter nascido em Génova, nem coisa alguma que a isso se referisse *e os autores dizem por alto que as opiniões espanholas são erradas, mas sem provar tal,* e dando como certo tudo que Beltrand y Rozpide disse e provou que era apócrifo e falso.

E para fechar esta crítica sem poder ser refutada por forma alguma há a frase de Fernando Colon nas suas memórias a respeito do nome de seu pai que diz *y volvio a renovar el de Colon* o que prova indiscutìvelmente que o nome de Cristobal Colon era um pseudónimo.

«A certidão de idade de Cristoforus Colombo ou de Cristobal Colon ou de Salvador Gonçalves Zarco. nunca até hoje se encontrou em parte alguma, como não há documentos que provem que Simão Moniz Palha ou Cristovam de Colus sejam o verdadeiro Cristobal Colon, ou melhor — *o seu nome verdadeiro.*

DATAS DIVERSAS DE FACTOS DA VIDA DE COLON, SEGUNDO MALHEIRO DIAS, PATROCÍNIO, PESTANA E SERPA

Segundo Malheiro Dias e Patrocínio Ribeiro a cronologia dos factos da vida de Colombo é a seguinte:

Nascimento — 1451.
Vinda para Portugal — 1476–77.
Viagem à Islândia — 1477.

Casamento — 1478.
Nascimento de Diogo — 1479.
Residência em Pôrto Santo — 1479-81.
Viagem à Guiné — 1481-82.
Passagem na Madeira — 1482 (*).
Regresso a Lisboa — 1483.
Morte da mulher — 1484.
Proposta a D. João II — 1483-84.
Partida para Espanha 1485.
Residência M. Coeli, Cadis — 1485-86.
Residência em Córdova — 1486.
Cadis, Malaga e Salamanca — 1487.
Nascimento de Fernando — 1488.
Viagem a Lisboa (*) — 1488.
Estada em S. Fé com os reis (*) — 1491.

Segundo Pestana:

Nascimento — 144?.
Ao serviço do Príncipe Perfeito — 1471.
Ida ao norte do Atlântico — 1476-77.
Casamento — 1478.
Ida à Guiné — 1479-80.
Passagem em Pôrto Santo — 1480.
Passagem na Madeira e nas Antilhas com João Fernandes — 1484.
Entrada em Espanha (20 de Janeiro) — 1486.
Vinda a Lisboa (*) — 1488.
Nascimento de Fernando — 1488.
Hospedagem Medina Coeli — 1489-91.
Entrada em S. Fé com os reis — 1491-92 (*).

Finalmente segundo o livro de Ferreira e Serpa:

O Infante D. Fernando sai para Nápoles (*) — 1452 (ou 1456-57).
Nascimento (*) — 1456.
Primeira chegada à Madeira, aos 14 anos (*) — 1470.
Colon consulta Toscaneli estando em Lisboa (*) — 1474.

(*) As datas indicadas com êste sinal são dadas pelos escritos do próprio Colon ou outros sôbre os quais não podem haver dúvidas.

Casamento aos 19 anos (*) — 1474-75.
Residência no Funchal — 1474-75.
Embarque para Chios — 1475.
Regresso de Chios a Portugal, mudando de nome - - 1477-78.
Segue para Itália — 1479.
Ida a S. Jorge da Mina e Guiné (*) — 1482-1484.
Ida para Castela (fugindo segundo Ribeiro) (*) — 1484.
Tinha 28 anos em (esteve em Portugal) (*) — 1484.
Estada em Espanha (*) — 1484-85.
Tem 33 anos em — 1489.
Segue para Palos para a primeira viagem (*) — 1492.
Volta por Lisboa (*) — 1493.
Recebe dinheiro dos Reis Católicos (*) — 1487-89.
Cartas de El Rei D. João II — 1488.
Esteve em Espanha — 1488.
Falecimento de D. Fernando — 1470.
Carta de Toscaneli — 1475 (*).
Esteve Colon Em Lisboa — 1475.
Viagem a Lisboa em resposta à carta de D. João II — 1488 (*).

.....

Para terminar referiremos uma carta do Sr. Albert Tonneau representante da S. G. L. em Bruxelas na série de conferências que ali se fizeram sôbre a nacionalidade de Cristobal Colon onde o seu discurso acêrca da tese portuguesa, marcou pelo seu brilho e enorme série de citações de documentos autênticos. Nela se refere a um facto que muito diminui o valor do livro da Municipalidade de Génova, sôbre Colon, a que nos referimos. Enviou-me êle um recorte do jornal de Bruxelas *Le Soir* de 3 de Junho de 1934 que transcreve um artigo «Sôbre um vasto negócio de autógrafos apócrifos descoberto na Itália», provocado pelas queixas de vários directores de bibliotecas que deram pela falta de documentos relativos a Leonardo de Vinci, Monzart, Gluck, e Colombo. A imitação dos documentos era perfeita, e os falsários tendo podido por meio de decalques imitar a letra dos documentos na perfeição permitiam-se

restabelecer uns textos imaginários de vários escritos dos vultos mencionados.

Comparando isto com o que diz Pedro Mártir de Angleria na parte que eu cito «À volta de Cristobal Colon» com respeito a «Um quidam Cristovam Colombo Canajole» que não se deve confundir com o descobridor das índias ocidentais, recordo-me que o documento que na Racolta está relativo a Cristovam Colombo Canajole é o mesmo que no referido livro está sem o nome Canajole, e daí parece depreender-se uma falsificação que é tendente a dar Colombo presente em Génova numa época em que êle lá não podia ter estado. Daí provém que êsse Colombo Canajole não pode de modo algum ser o nosso Cristobal Colon.

CARLOS ROMA MACHADO.

AMIEIRA (1)

DO ANTIGO PRIORADO DO CRATO

O povoado

A povoação de Amieira está situada em uma baixa, cercada de montes de pouca elevação, que, se por uns lados se precipitam depois por encostas altas, ao fundo das quais correm ribeiros e principalmente o rio Tejo, por outros se espraiam em planícies largas, outrora de charnecas vastas e incultas, agora já quási tôdas metidas em culturas de vária natureza (2).

Aquela situação especial torna-a pouco visível de outras terras, recolhida como está na bacia onde se assenta; no entanto, o aspecto geral, quando dos altos se começa a descer ao seu encontro, é de boa impressão e agrado, havendo já, antes de nela se entrar por qualquer caminho, que admirar magníficos pontos de vista, que dão por um largo ráio panoramas de um aprêço especial.

Dentro dos seus limites tem, como mais digno de ver-se, o castelo, a igreja do Calvário e também a igreja paroquial, esta, aliás, sem atractivos de maior, a não ser a capela mór,

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 287.

(2) Amieira fica a cêrca de 40 quilómetros de Portalegre, a 17 de Niza, a 35 do Crato, a 16 do Gavião e a 2,5 do Tejo, pela estrada. É servida pela estação de caminho de ferro de Barca de Amieira, da linha da Beira Baixa, na margem direita do Tejo. Tem estação telefono-postal. Tem club recreativo.

de apreciável talha dourada; e, circunscrita durante muito tempo a uma área um tanto limitada, tem vindo de há tempos para cá, pelo crescimento das gentes, a alargar-se com novas construções, quer para os lados do Calvário, quer para os lados da Relva — às vistas da Senhora da Sanguinheira e de Santo André — quer, ainda, para os lados do Regato (Mártir Santo).

Nunca foi murada, parecendo, porém, que a sua defesa natural mereceu alguma consideração, como se pode depreender da acta da sessão da Câmara de 27 de Agôsto de 1707, em que foi resolvido que se levantasse dois palmos a porta da trincheira da rua do Crato, à custa das calçadas (1).

Quanto à nomenclatura das suas ruas, que é como se segue, é ela ainda, pouco mais ou menos, a mesma que se encontra nos róis de confessados do século XVIII, devendo notar-se que o século XVIII parece ter sido o de maior desenvolvimento de Amieira, onde em muitos prédios se vêem ainda as datas de 700.

Rua do Adro — assim chamada por correr ao lado do chamado Adro Pequeno da igreja matriz, a norte. Tinha 15 fogos em 1760.

Rua de Santa Maria — a maior da vila, tinha 32 fogos em 1760.

Às razões prováveis que lhe dariam o nome nos referimos noutro capítulo adiante. Na casa que faz esquina ao cimo da rua, e à direita de quem desce, está gravada na padieira

(1) Provàvelmente, *pela verba das calçadas*, como se diria hoje. — *Trincheira:* escavação feita para que a terra escavada sirva de parapeito aos sitiados de uma praça. Parapeito. (*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, por Cândido de Figueiredo). — Cava ou cavalo aberto em terra levantada para servir de parapeito aos soldados e defensa do campo ou arraial (*Vocabulário Português ê Latino*, por Rafael Bluteau).

da porta da rua a data de 1676, pedra esta que em obras de há anos foi transferida para ali de uma janela do primeiro andar.

Em 1760 habitava neste prédio António Gonçalves, quarto avô de um dos autores dêste livro (1), passando depois a seu filho o P.e António José Gonçalves, conhecido pelo P.e Antonio da Esquina, que o legou a uma sobrinha, tronco da família Silva Pimentel, do Gavião, que há anos o vendeu a Joaquim Bernardo da Rosa, seu actual possuidor.

A seguir a esta casa há uma outra que tem, em uma das ombreiras da porta, gravada a cruz de Malta.

O prédio mais importante desta rua é, como já o era anteriormente, a casa de habitação do Sr. António Gonçalves Rasquilho, herdada de seus pais, e há poucos anos por êle completamente transformada (2).

Nesta rua viviam em 1760: o letrado Manoel Barrenho Leote, casado com Maria Catarina (em 1765 já era cirurgião); o escrivão dos órfãos, Manoel da Mata Inchado e Ferreira, casado com Maria Muacha; o P.e João de Matos Marchão, com sua irmã Margarida Teresa Marchôa de Matos, casada com Manoel Coelho de Sande Metelo e o P.e André Vaz.

Rua da Barca — que, por certo, recebeu o nome do facto de dar saída do largo do castelo para o Tejo, onde existia e existe a barca de passagem, sendo, talvez, possível

(1) Francisco Vieira Rasquilho.

(2) Esta casa tinha sôbre a padieira da porta da entrada a data de 1755 e tinha três sacadas no primeiro andar. Em 1760 habitava ali. como caseira, Conceição, escrava do Dr. Domingos Cordeiro Carrilho, que ao tempo vivia no Crato, de onde era natural, tendo casado em Amieira, com D. Josefa Catarina da Costa, viúva do capitão mór de Mação Francisco de Magalhães Tavares e filha de Afonso Pires Macho e D. Catarina Calva da Costa, que nas mesmas casas habitaram.

que noutros tempos o trânsito para o rio se fizesse pela Costa da Ribeira, o mais curto percurso para se chegar lá.

Nesta rua, há um bom prédio com três varandas de sacada no primeiro andar e com três mirantes nas águas furtadas. Nelas morou no primeiro quartel do século XVIII o capitão Pedro Álvares Pereira, casado com D. Isabel de Figueiredo, ficando, quando morreram, a seus filhos, o P.e Boaventura de Matos e Almeida e Luisa Maria de Matos e Almeida Figueiredo, que ali viviam em 1760. Por morte do P.e Boaventura, continuou ali sua irmã, que em 1760 casou com Nicolau de Macedo e Sousa Arnaud. Não tiveram filhos, aparecendo já a casa em 1789 na posse de José de Matos Conde Cameiro e sua mulher Luiza Pereira Maria Gamita, filha de João Dias Fialho da Veiga, ajudante de ordenanças, e de Maria Pereira Gamita, que moravam na mesma rua. Passou depois a seu filho José Pedro de Matos Conde Lôbo, casado com D. Maria Vicencia, pais do criminoso, tristemente célebre, Francisco de Matos Lôbo, o último enforcado em Portugal.

Por morte daqueles passou a sua filha D. Vitória de Matos, que por sua morte as legou a sua sobrinha Maria Vicencia de Matos Moura, que em 1928 as vendeu ao Sr. Adriano Marçal dos Santos, sobrinho de um dos últimos vigários de Amieira, o P.e Luís Marçal dos Santos, que viveu noutro prédio contíguo.

Pegadas a estas casas, pelo lado do norte, há outras com rez do chão e primeiro andar com duas sacadas, pertencentes ao Sr. Dr. José Ramos Preto, que de seu sogro as herdou, e onde actualmente reside seu cunhado, Dr. António de Matos Cardoso. Foram mandadas construir, ou pelo menos sujeitas a grandes reparações, pelo capitão Pedro do Rego da Silveira Carvalhais, que ali morou em 1770, ano em que casou com D. Josefa Catarina Mousinho da Silveira, passando depois a seu filho, o capitão mór — o último que

houve em Amieira — José Pedro do Rego da Silveira Carvalhais, casado com D. Antónia Carrilho Saraiva do Amaral. Parece, ao que corre ainda em tradição, que na varanda-terraço que dá para o quintal foram empregados alguns materiais arrancados ao castelo. Naquela casa viveu nos começos da sua vida clínica o falecido benemérito Dr. António Alves de Sousa, a quem Portalegre prestou reconhecida homenagem, erigindo o seu busto numa praça pública.

Nesta rua morava também o juiz almoxarife dos direitos reais e juiz dos órfãos de Castelo Branco, Ricardo José Gonçalves Ramalho de Meneses, natural de Amieira, onde em 1790 faleceu com 71 anos.

Também morou na Rua da Barca, José da Silva Leitão, escrivão do judicial e notas.

Tinha 16 fogos em 1760.

Travessa do Fôrno — de ligação entre as ruas da Barca e de Santa Maria, parece que não tinha ainda moradores em 1760, pois não figura no rol dos confessados daquele ano.

Aparece, porém, já no ano de 1761, apenas com o nome de *Travessa* e assim veio até depois do primeiro quartel do século XIX em que figura já com o nome de *Travessa do Fôrno*, certamente pelo facto de ali ter sido construído um fôrno de coser pão pelo proprietário João Marques Gonçalves, avô matermo do Sr. António Gonçalves Rasquilho a quem actualmente pertence.

Em casa modesta, pegada e por baixo dêste fôrno, como quem vai para a Rua da Barca, nasceu, em 27 de Janeiro de 1874, um dos autores dêste livro (1).

Rua do Açougue — O seu nome deve provir de ter ali sido estabelecido algum açougue, o que para a povoação re-

(1) Tude M. de Sousa.

presentaria um benefício ou concessão apreciável, visto que tal previlégio só era dado noutros tempos por deliberação régia (1).

(1) O *Elucidário* de Viterbo diz que *açougues* se chamavam os lugares onde antigamente se vendiam e compravam tôdas e quaisquer mercadorias e que *açougagem* era o direito que se pagava de quaisquer vendas ou compras, não só nos lugares onde se vendiam frutas, pão, hortaliças, peixe, panelas, etc., pelo que as ruas dos mercadores se chamavam algumas vezes açougues. Nalguns forais antigos, porém, como o de Pinhel, reformado em 1510, se consignam os direitos de açougagem apenas a ovinos, bovinos caprinos e suínos.

Em Amieira, ainda agora, quem de fora, ou mesmo da terra, quer expôr alguns produtos à venda, é ao cimo da rua do Açougue que o faz. Far se-ia ali noutros tempos um mercado, de cuja tradição êste costume seja a seqüência, independentemente do açougue que por concessão régia lá seria primitivamente estabelecido?

Alexandre Herculano diz: «A *açougagem* era outro direito de consumo que se recebia no que hoje chamamos *praça*, no mercado diário da vila. A palavra *açougue*, donde vinha a designação *açougagem*, tinha nos séculos XII e XIII uma significação inteiramente diversa da actual. Derivava-se do vocábulo árabe *sók* ou *sûk*, nome que se dava nas cidades da Espanha muçulmana às pequenas ruas bordadas por ambos os lados de lojas de venda de certos e determinados géneros. Entre nós servia o açougue para o tráfico de todos os objectos de consumo, tanto de vitualhas, como de roupas ou alfaias de qualquer espécie e ainda para outras mercadorias.

Era sôbre as permutações que constituíam êsse tráfico que recaía a açougagem». (*História de Portugal*, 8.ª edição, vol. VIII, pág. 220).

Numa certidão passada pelo escrivão das cisas de Amieira, Manuel Pinto Miguens, em 28 de Dezembro de 1834, que um dos autores possui, diz-se que uma morada de casas a que a mesma se refere eram *citas à quina da Praça Velha, que partem com casas de Rosalia Barata e com a Rua de Santa Maria.* Ora, estas casas fazem, efectivamente, esquina para as ruas do Açougue e de Santa Maria e o sítio é ainda vulgarmente chamado Esquina da Praça Velha, ou simplesmente Praça Velha. Estas casas, que foram compradas na ocasião por Luís Dias da Fonseca e sua mulher Carlota Pereira, pela quantia de trinta mil réis, pertenciam a Josefa Godinho e a seus filhos Wenceslau, António, Clara, João e Joana

A mais de meio da Rua do Açougue, à esquerda de quem sobe, há uma casa com duas portas de entrada, havendo entre elas uma janela em cuja padieira, de cantaria, se lê, 1711-ABREU, tendo no primeiro andar duas sacadas com balaustres de cantaria, únicas no seu género na terra.

Êste prédio foi, provàvelmente, construído por Gaspar da Gama e Abreu, pois que, em 1760 ali morava o P.e Félix da Gama e Abreu em companhia de sua mãi, viúva do referido Gaspar da Gama.

Em frente desta casa há outra que tem sôbre a padieira da porta da rua, de igual cantaria, e com letra igual áquela, o apelido Gama; seria outro membro da mesma família?

Actualmente, do primeiro dêstes prédios pertencem dois

Godinho, todos de Amieira. Foram pagos mil e quinhentos réis de sisa.

Na sessão da Câmara de 28 de Julho de 1707 fêz-se a arrematação da *Carnissaria*, conforme consta do respectivo têrmo, nas seguintes condições: «... até ao dia de Todos os Santos a Salvador Rodrigues desta vila e a Domingos Dias Amarello, da mesma. Com obrigação de darem três talhos cada semana, segundas, quartas e sabados, dando chibarro a vinte e cinco réis, a cabra a vintem, vaca a vinte e cinco réis e carneiro a trinta réis e se lhe meterão quarenta cabeças do seu gado na coutada das Oleiras até se baldiar a coutada da boiada e se lhe darão vinte e dois mil réis, dando boa fiança deles, e não matarão fora do assougue, salvo em tempo das malhas e vindimas e darão carne bastante ao povo, e matarão seis vacas no tempo da sua obrigação e que pessoa nenhuma possa matar fora dos assougues com pena de dez tostões, salvo se fôr para odres para unto e azeite. E darão o talho do Entrudo».

Na sessão da Câmara de 25 de Abril de 1707, fôra resolvido notificar os criadores de gado miúdo da vila para não venderem gado nenhum para fora sem darem aviso, para o caso de ser preciso para o povo e açougue, sob pena de 2$000 réis de multa.

têrços a José Valério Santana, que há anos modificou a sua parte, e um têrço, que ainda está como na primitiva, a Maria Vicência da Fonseca, e o segundo a António de Matos Durão, que em 1927 o modificou por completo.

Em 1760 residiam nesta rua: O Dr. Manuel Falcão Curado e sua mulher D. Rosa Maria; D. Josefa da Encarnação, viúva do Dr. Jerónimo José Álvares; o P.e Félix da da Gama Abreu e sua mãi; o P.e Manuel Rodrigues Ribeiro com seu irmão (?) o Dr. Manuel Rodrigues Braga; o escrivão dos órfãos Francisco Barata e Perpétua Fernandes, cujo marido, João Vieira da Silva, estava na Índia de onde parece não ter voltado.

No rol dos confessados de 1772 figura como morador na rua do Açougue Francisco José Soares Galhardo de Mendanha, de 53 anos, com sua mulher D. Leonor Catarina de Avelar Cabreira, de 26 anos, sua filha Helena, de 5 anos, e sua cunhada Maria Luisa Helena de Avelar Cabreira, de 16 anos. Deviam estar de visita, ou de passagem em Amieira, cumprindo aqui o preceito da desobriga.

Êste Francisco de Mendanha foi um dos primeiros que romperam contra o Marquez de Pombal, quando o viram apeado do seu poderío, promovendo-lhe processo por causa de uma propriedade que lhe havia comprado em Vila Velha de Rodam, como adiante se dirá num capítulo consagrado ao rio Tejo.

Tinha a rua do Açougue 17 fogos em 1760.

Rua do Poço — assim chamada por nela haver um poço de abastecimento público, interiormente empedrado, com 10 metros de profundidade e com um parapeito de resguardo, em tôda a volta, de boa cantaria.

Ignora-se quando foi aberto êste poço, mas já existia em 1700.

É conhecido pelo nome de poço do Concelho e tem a

seguinte inscrição aberta em uma das pedras de resguardo: «NO ANO DE 1858 FOI LIMPO TEM 45 PALMOS».

A rua do Poço tinha 12 fogos em 1760.

RUA DO CASTELO — desemboca na Praça, em frente do Castelo.

Há nesta rua, do lado esquerdo, vindo da rua do Poço, primeiro, uma casa à esquina, que foi hospital até há poucos anos, e depois uma outra de rez do chão e primeiro andar com duas sacadas de ferro no pavimento superior e duas janelas no rez do chão, com a porta de entrada ao meio.

Sôbre a padieira da janela esquerda do rez do chão tem a inscrição de IHS; sôbre a porta, MARIA, e sôbre a da janela da direita do rez do chão, JOSEPH. Sôbre a padieira da sacada esquerda tem a palavra ANNO e, por baixo desta, a palavra CHRISTUS; a seguir, a meio do intervalo com a outra sacada há uma pedra com uma cruz, tendo por baixo a palavra NOBISCUM; sôbre a padieira direita está a data de 1717 e por baixo da data as palavras EST-STATE, o que indica ter sido o prédio construído naquele ano, ignorando-se, porém, por quem.

Está hoje dividido em duas moradias, tendo como serventia comum a porta existente entre as duas janelas do rez do chão e a escada.

Outra casa importante, talvez a mais importante da vila, mas actualmente muito arruïnada, é, do lado direito, o prédio que parece ter constituído noutros tempos duas moradias de pessoas da mesma família, pertencente, por herança de seu pai, à Sr.ª D. Ana José da Silveira Maggessi, casada em Gáfete com o Sr. António Gouveia Botelho, filho único do falecido Sr. Barão de Gafete (José Lúcio Gouveia).

Pela rua do Castelo tem duas entradas, correspondentes às duas antigas moradias, das quais só uma é de há muito utilizada, tendo nas trazeiras um espaçoso quintal, para onde

comunica também um outro prédio, cuja frente dá para a rua do Açougue. Virada ao poente tem uma grande varanda ou terraço coberto, ladrilhada, com cavalariça no rez do chão e frente para a Praça do castelo.

Tem uma sacada de ferro para a rua do Castelo. É a única casa brazonada de Amieira, estando o brazão darmas, a estuque antigo, no tecto de uma das salas (1).

Na rua do Castelo moravam o escrivão da Câmara João Dias de Carvalho e o capitão Eusébio da Assunção e Moura, casado com Sebastiana Vieira da Mota.

A rua do Castelo tinha 11 fogos em 1760.

Praça — é um amplo paralelogramo junto do castelo, que êste quási por completo fecha pelo poente. Ao norte ficava noutros tempos a casa da Câmara, edifício de um pavimento superior, com a cadeia no rez do chão, tendo o primeiro andar servido de escola de instrução primária do sexo masculino, ainda freqüentada pelos autores dêste livro; porém, mais tarde, ameaçando ruína, foi demolida e com os seus materiais construída nova casa para escola, no mesmo sitio, mas só com um pavimento.

Ao sul ficava o celeiro do almoxarifado, sendo ainda na Praça, fronteiro à rua do Castelo, que se levantava o pelourinho, estùpidamente destruído depois da extinção do concelho (2).

---

(1) Do rol dos confessados de 1761 vê-se que o *fogo* desta casa era constituído pelas seguintes pessoas: D. Mónica Mousinho da Silveira, viúva do capitão Manuel Vieira Feio; P.e Feliciano Vieira da Silveira, filho, Beneficiado Manuel Vieira Feio, filho; P.e Duarte Vieira Feio, filho; Capitão mor Braz Vieira da Silveira, filho; Capitão João do Rego da Silveira, filho; Pedro do Rego da Silveira, filho; Mónica dos Santos Mousinho da Silveira, filha; Luísa Mousinho da Silveira, filha; Brites Catarina da Silveira, filha.

(2) O Pelourinho, ou Picota, era a «Coluna Moenia» dos povos medievos.

No foro romano a coluna moenia era o lugar do castigo dos crimi-

É a Praça, como já dissemos, um espaçoso largo que o povo disfruta e onde ainda agora, quando de certas festividades, se realizam as típicas e características touradas alentejanas à vara larga (1).

---

nosos; nas cidades e vilas cristãs tinha igual emprego e figurava, além disso, como insígnia de jurisdição municipal. (*A Ribeira de Lisboa*, por Júlio de Castilho, pág. 441).

(1) Na Praça existiram em tempos, como ainda se lembram os autores dêste livro, um bom exemplar de platano, ao sul, e algumas pimenteiras, mandadas plantar, segundo se dizia, pelo Sr. António Lúcio Maggessi Tavares, de Castelo de Vide.

Posteriormente, em 1912, foram ali plantadas, por iniciativa da Junta de Freguesia, algumas árvores, plátanos e tílias, de que uma ou outra lá vai arrastando a vida, como Deus é servido. Em outros locais — Calvário e Adro da Igreja — foram plantadas em 8 de Março de 1913, em celebração da Festa da Árvore, entre outras árvores, 2 plátanos orientais; 2 castanheiros da Índia, de flores vermelhas; 2 castanheiros da Índia, de flores brancas, 3 liriodendrons; 2 olaias e 1 tília, mandadas de um viveirista do Pôrto por um dos autores dêste livro, a quem o professor de Amieira, Sr. António Lourenço Pereira, dizia em carta de 13 de Março de 1913: «A Festa da Árvore foi revestida do maior entusiásmo e brilhantismo. Organizou-se o cortejo na Escola do sexo masculino, dirigindo-se ao Calvário e no regresso ao Adro da Igreja, acompanhando-o muitas senhoras, cavalheiros, muito povo e filarmónica de Gáfete.

«No trajecto levantaram-se muitos e entusiásticos *vivas*. Junto da primeira árvore, no Calvário, falou brilhantemente o Sr. Dr. Cardoso. Em seguida à cerimónia dirigiu-se o cortejo à Escola, realizando-se aqui a sessão solene, presidida primeiramente pelo Sr. Dr. Cardoso e depois pelo Sr. Barão de Gáfete.

«A sala estava literalmente cheia...».

Nesta festa foram distribuídas umas folhas avulso, com o título de *Bemdita seja a árvore*, mandadas imprimir e enviadas pelo amieirense Sr. António Martins Marques, tendo sido enviado a um dos autores o seguinte telegrama: «Tude Martins de Sousa — Gerez — Presidente, Secretários Povo Amieira reünidos sessão solene Festa Árvore agradecem V. Ex.ª gentileza oferta — António Rasquilho, Pereira, D. Margarida».

Em a *Ilustração Portuguesa*, n.º 370, de 2 de Março de 1913, a pág. 374, vem publicada uma gravura alusiva à plantação da Árvore em Amieira.

Rua do Arrabalde — parece, pelo nome, indicar que primitivamente se consideraria uma linha de ligação da Praça e da vila com algum núcleo de moradias a sul, constituindo um arrabalde.

O melhor prédio da rua é o que se encontra a meio, à esquerda, descendo da Praça. Tem duas sacadas de ferro e nêle viveu, sendo seu proprietário, o sargento mór Pedro Vaz Caldeira, fundador da igreja do Calvário, que morreu em 1728.

Em 1760 morava ali o Dr. António Pedro Escudeiro, viúvo de Maria Vaz de Mena.

Tinha em 1760, juntamente com a Praça, 25 fogos.

Olarias. — Constituíam não uma rua, mas algumas casas, mais ou menos agrupadas, ao sul da vila.

É possível, como o nome o indica, que ali existissem em qualquer tempo algumas oficinas de oleiros, não as havendo, porém, já em 1760, nem mesmo se encontrando no resto da vila, pelos róis de confessados, algum artista daquela profissão.

Em todo o caso, é de considerar o seguinte textual registo de um livro, truncado, de nascimentos, que diz: «Em os oito dias do mês de Setembro de 1630 baptisei eu o P.e Manuel Gonçalves a André filho de Miguel Fernandes, *oleiro*, e de sua mulher Maria Rasquilho, foram padrinhos Manuel Dias solteiro filho de Maria Chambela e Beatriz Vieira mulher de André Feio».

Nas Olarias, e ao fundo da rua do Arrabalde, há um grande prédio que era habitado em 1760 pelo morgado Francisco Xavier de Góis e Brito, de 42 anos, filho do capitão mór de Niza António de Góis e Almeida, e de D. Francisca de Brito, de Amieira, filha do Dr. Manuel Falcão de Brito Lampreia e neta do capitão-mór de Amieira Jerónimo Vaz Falcão de Brito Lampreia. Casou em 1764,

tendo 46 anos, com D. Luisa Gertrudes Xavier de Oliveira, de 20 anos, natural de Mação, filha do Dr. Bento Xavier de Oliveira. Faleceu em 1773 sem descendência (1).

Em 1763 viviam na casa das Olarias, além do morgado Francisco Xavier, suas irmãs D. Eugénia de Brito, de 44 anos, D. Brites Margarida de Brito, de 30 anos, e D. Maria Ana de Brito, de 27 anos.

Estas casas foram, por herança de seu sogro António Marques de Matos Rosa, do Sr. Dr. Afonso Maria Diniz Sampaio, pertencendo agora, por compra, ao Sr. Dr. António Matos Cardoso.

Tinham as Olarias 13 fogos em 1760.

Rua do Crato e Cabo — assim chamados, a rua, por ser ela que dava a saída da vila para o Crato, sede do Priorado a que Amieira estava subordinada, e o Cabo, no extremo da rua do Crato, por ser o fim da vila por aquele lado, a sudeste.

Viviam na rua do Crato em 1760 o P.e Manuel Dias Feio, o P.e João Basso de Moura, o reverendo vigário João Ferreira da Rocha, êste em casa própria, que parece ter sido por êle construída, logo ao princípio da rua, quási em frente à rua do Engenho, tendo rez do chão e primeiro andar e neste uma boa sacada de ferro forjado, no género das casas da rua do Arrabalde e do Engenho.

Na padieira da porta de entrada da casa que faz esquina desta rua com a rua do Engenho lê-se o apelido serra. De facto, morava ali em 1760 João Gonçalves Serra, ferreiro, casado com Maria Artur, e um irmão de nome António Gonçalves.

---

(1) Na *Memória Histórica da Notável Vila de Niza,* pelo Dr. José Diniz da Graça Mota e Moura (Lisboa, 1877), estão reünidas várias notícias referentes a esta família Góis de Almeida. — Vol. 1.º, pág. 136.

¿Possuíria êste ferreiro um *engenho* que desse o nome à rua do mesmo nome, ou virá êle de mais recuados tempos?

Tinham 24 fogos em 1760.

Rua do Engenho: — que engenho industrial ou outro, daria o nome à rua ignora-se e não será fácil averiguá-lo; no entanto, o nome indica que algum ali teria existido em afastadas épocas.

Há nesta rua uma casa, hoje dividida em duas moradias, que tem inscrições iguais às da casa da rua do Castelo, diferindo apenas na data do ano, que aqui ê de 1725.

¿Quem a mandaria fazer? As famílias mais importantes que por aquela época, ali viviam eram João Mendes Vidal, boticário, e sua mulher Esperança Maria da Cunha, com, entre outros filhos, o P.e Francisco Mendes da Cunha; André Alfaia Galante, escrivão do almoxarifado e sua mulher Isabel Gonçalves Ramalho de Meneses, com seu filho o P.e António José de Meneses.

Parece, porém, pela referência dos registos nos róis de confessados, que ali viveria João Mendes Vidal e que possìvelmente seria êle o seu construtor, pois em 1725 contava já 23 anos de idade.

À ascendência daquele Alfaia Galante devia pertencer Manuel Alfaia Galante, que a Câmara de 1707 encarregara do *tempero* do relógio da vila, ou seja o encargo de lhe dar corda e acertá-lo.

Estas famílias parece terem desaparecido nos fins do século xviii, pois já nos principios do seguinte se deixa de lhes encontrar referências.

Tinha 7 fogos em 1760.

Terreiro e Rua das Canastras — o Terreiro é um pequeno largo entre as embocaduras da rua de S. Tiago e das

Canastras. Aparece em alguns anos antigos com o nome de Terreiro de João Romão (1).

A rua das Canastras, também conhecida de 1760 por diante com o nome de rua de Palhais, a que deveria o seu primeiro nome?

E porque seria mudado para o segundo?

Tinha 26 fogos em 1760.

Outeiro — ou mais tarde rua do Outeiro, deve o seu nome ao facto de estar situado na parte mais alta da vila, na base do monte do Calvário.

Tinha 20 fogos em 1760 e ali viviam o P.e Manuel Mousinho Freire, e também o P.e Cipriano Aires de Moura.

Rua da Cruz — assim chamada por nela estar a capela do Senhor da Cruz.

Viveram ali Francisco Vaz Correia, boticário, o P.e António Vieira de Abreu e o P.e João Vieira.

Tinha 17 fogos em 1760.

Rua de S. Tiago — desemboca no chamado Adro Grande da igreja matriz, cujo órago é S. Tiago, motivo porque, provàvelmente, lhe foi dado aquele nome.

Na primeira casa que faz esquina com a rua da Cruz residia em 1760 D. Isabel Vieira Barreiros de Oliveira com suas irmãs Maria e Luisa, filhas do capitão João Vieira Feio Serrão e D. Maria Gamita de Barreiros, família que se extinguiu, provàvelmente, por as três irmãs terem morrido solteiras.

---

(1) Em 1611 vivia em Amieira um João Romão, provàvelmente o que deu o nome ao Terreiro. Em uma conta de despesas da Misericórdia, daquele ano, há a seguinte verba: *Dispendeu o tesoureiro a João Romão à conta da sua cantoria 200 réis.*

Numa outra casa, a quarta a contar da dita esquina, hoje transformada, vivia na mesma época D. Maria Gomes de Matos da Silveira, filha de Manuel Mousinho de Matos e de D. Brites do Rego da Silveira, com seus sobrinhos Josefa e Francisco, filhos de Xavier António Mousinho da Silveira e Eufrásia de Almeida Alemoa.

Nesta rua viveram também o sargento mór Francisco de Almeida e sua mulher Isabel Pereira e o P.e Manuel Ferreira, aquele, na casa que faz esquina com o Balcão (sul), e êste na casa imediata, onde ainda agora se vê em relêvo e pintado um rectângulo com uma cruz entre duas jarras de flores.

Tinha 12 fogos em 1760.

Rua da Figueira e Balcão — o nome da rua da Figueira parece ter vindo de uma grande figueira de um quintal da rua da Cruz, cujas casas têm tôdas, nas trazeiras, quintais para a rua da Figueira.

Balcão — assim se chama a umas arcadas sôbre a rua da Figueira, no seu extremo de ligação com a rua do Pôço, em frente à igreja da Misericórdia e junto ao Poço do Concelho, arcadas sôbre as quais estão construídas algumas dependências de um prédio conhecido por casas do Balcão.

As casas do Balcão têm na padieira de uma janela do rez do chão a data de 1682, havendo presunções de ter sido ali a primeira casa da Câmara (1).

(1) Junto de uma janela desta casa, que deita sôbre o pôço da rua do mesmo nome, vê-se ainda, à altura da verga e um pouco à esquerda, um buraco na parede, de cêrca de 10 centímetros de diâmetro, produzido por uma bala disparada nas lutas políticas contra o seu então morador, António Marques de Matos Rosa, aos gritos de *Viva a Nossa Mãi Rainha!*

A rua da Figueira com o Balcão tinha 7 fogos em 1760.

Travessa do Adro — é como que a continuação da rua da Cruz, até desembocar na rua do Poço.

Em antigos livros de róis de confessados vem mencionada, quando ali havia moradores, com os nomes de Travessa da Cunca e Travessa do Falcão.

Travessa da Misericórdia — não era habitada antigamente. Corre entre as ruas do Crato e do Arrabalde, dando para a Travessa da Misericórdia as trazeiras destas duas ruas. Vai desde a rua do Castelo, em frente à igreja da Misericórdia, até às Olarias.

Há ainda a Travessa chamada de Traz da Igreja, que liga a rua do Adro com as extremas das ruas da Cruz e de S. Tiago e Travessa da Cunca.

É relativamente moderna esta Travessa, que antigamente fazia parte do Adro.

Os nomes actuais das ruas e travessas e de vários sítios antigos e outros modernamente urbanizados da vila de Amieira são: *Estrada do Tejo* (nova rua em comêços, a partir do largo do Espírito Santo, no primeiro lanço da estrada nova para o Tejo; *De Traz do Curral,* no sítio do mesmo nome, por ficar na parte posterior do antigo curral do concelho; *Rua do Adro; Rua de Santa Maria; Relva; Senhora da Sanguinheira; Santo André; Travessa do Forno; Rua da Barca, Rua do Açougne; Rua do Poço; Praça; Rua do Arrabalde; Olarias; Travessa da Misericórdia; Rua do Castelo; Rua do Crato; Cabo; Regato,* ou *Mártir Santo; Rua do Engenho; Terreiro; Rua de Palhais; Rua da Cruz; Rua de S. Tiago; Rua* ou *Travessa da Figueira; Balcão; Travessa do Adro; De Traz da Igreja; Rua do Outeiro;*

Carreira da Nogueira; Largo do Espírito Santo; Rua de Santo António; Monte Silva, no Vale de Alfaiate, assim conhecido por o primeiro indivíduo que ali fêz casa de moradia e ainda conhecido dos autores, se chamar José da Silva; *Estrada Nova,* a partir de Santo António, acompanhando a estrada para Niza, e *Ladeira do Calvário.*

(Continua).

TUDE MARTINS DE SOUSA.
FRANCISCO VIEIRA RASQUILHO.

UNA EXPEDICIÓN CATALANA AL NORTE DE CALIFORNIA

I

PROLEGÓMENO

Los militares catalanes en Ultramar

Al llibre de l'historia, tenim la nostra fulla;
Constel-lació de gestes d'un poble ben ardit...
¡Amàula, aqueixa fulla; gravéula en la memoria,
Ab gegantines lletres, ab llum de l'infinit!

José Plana y Dorca. — *Als fills de Catalunya.*

La torpe y egoísta política de don Fernando el Católico alejó á Cataluña del Nuevo Mundo y engendró su decadencia marítima; pero, pese á ello, el espíritu de aventura y el vigor de sus hijos, ya en los primeros tiempos de la colonización les hizo partícipes en tal guisa que, *chapetones* allá y *peruleros* acá, no faltaron mercaderes provinientes del *Cal de los Catalanes* de Sevilla los más y directamente de Cataluña los ménos, con real autorización para ir á las Indias (pues téngase presente que los catalanes por sus franquicias tenían en ella tal barrio, que en el siglo XVI dió al boticario don Felipe Guillén inventor de un aparato para apreciar las variaciones magnéticas de la aguja, como compensación al desaire que en dicho siglo dió la Casa de la Contratación al clérigo y sabio cosmógrafo catalán don Domingo Villarroel, suplantándole para favorecer á Zamorano); ni tampoco po-

lizones y alistados en las banderas de los capitanes que reclutaban gente con tal destino. Asi vemos: al Capitán don Pedro de Puelles en Popayán mandando Pizarro; al desdichado factor Marquina, de la segunda expedición de don Juan Díaz de Solís al Rio de la Plata, en 1516, perecer con él en la emboscada que les tendieron los Charrúas; á Cristobal de Oli ú Olid que puebla á Mechoacán en 1524, y en California por tal época se registra al Almirante don Pedro Porter Casanate (Casanat) y al Capitán don Nicolás de Cardona, miéntras don Juan de Agromonte (Agramunt) obtiene autorización para descubrir á sus costas las tierras al N de las islas Bacallaos (Terranova); en 1566 en Chile se hallan el gobernador don Francisco de Villagra y el General don Juan Jofre (á quien malamente llama Jufré), el mismo que asociado en 1576 con Juan Fernandez, descubridor de la isla de su nombre, conociera en Cuzco á Pedro Sarmiento de Gamboa, que les reveló la existencia de numerosas islas en el Mar del Sur; en tanto que en la Florida perece víctima de su celo apostólico en 1547 el dominico Fray Luís Cáncer, y á Arellano sucede don Angel de Villafaña (Vilafanya) en 1559, que tanto se distinguiría por sus estudios sobre dichas comarcas. Fúndase nueva vez Buenos-Aires por don Juan de Garay en 1580, y entre sus soldados y primeros pobladores se registran á Antonio de Torras, Antón de Sisa, Antón Robert ó Roberto y Pedro de Sugué (Sa Ugué?). Las islas de Mesa que descubriera y denominara así en 1542 don Juan de Gaytán, piloto de la expedición de Villalobos, y hoy conocemos por Sandwich ó Hawaii, reconócelas don Francisco Galí en 1582 durante su travesía de Filipinas á Acapulco. La ciudad de San Juan, capital de la Provincia de su nombre en la Argentina, fúndanla por órden del gobernador de Chile don Francisco de Villagra, en 1561, los capitanes Jofre, Castillo y Mallen, y en 1565 se erige la de San Miguel de Tucumán por don Diego Villaroel, á la que sigue en 1573 la de Cór-

doba, también de esta República, por don Jerónimo Cabrera. En Maynas, de la Gobernación de Quito y ciudad de Santiago de las Montañas en 1585 es su Lugarteniente don Alonso de Vilanova de Càzal (Casal), quién se titula gobernador de Yaguarsongo y Pacamoros y Omagua. Sumisas las Filipinas, con los gobiernos de Gomez Perez Dasmariñas y su hijo don Luís, acaecen las hazañas de Siam y Camboya desastrosamente acabadas aquí, en 1598, por una revuelta de los naturales que costó la vida de los españoles, y con ellos las de su jefe don Blas Ruiz de Hernán Gonzalez y su alférez don Luís de Villafañe (Vilafany). Y por no seguir la ruta de los descubrimientos que à fines del XVI y comienzos del XVII realizaran don Lorenzo Ferrer Maldonado y el Almirante don Bartolomé Fonte, Fuentes ó Font (que bien pudiera ser) con su Capitán don Pedro Bernarda, en 1640, hácia las regiones extremas del Norte de América, se tildaron de apócrifos por nuestros sabios de últimos del siglo XVIII y albores del XIX, aunque merecieran, siquiera para depurar la verdad, ser objeto de particular estudio y cotejo con los realizados modernamente en Alaska, Archipélago americano del Norte y domínios británicos de esta parte; de este siglo, señalamos á don José de Garro, Gobernador de Buenos Aires en 1680 y á don Francisco Montfort, que lo era del Paraguay en 1689.

Con los Borbones, al advenimiento del primero de ellos, don Felipe V, viósele predisposición á favor de los catalanes al otorgar á Barcelona, en 1701, la facultad — que jamás había disfrutado ántes — de enviar todos los años dos naves á las Indias cargadas de toda clase de mercancías, pero condicionándolas de tocar á la ida y á la vuelta en Sevilla, y de semejante disposición se aprovecha en 1702 el patrón Vicente Oliver, de Tossa, para ir á Honduras, privilegio que luego lo amplía, en 1706, autorizándoles dos bajeles más que pueden hacerlo directamente desde Barcelona, prévio pago de los

derechos á la Casa de Contratación, y más hubieran sido los beneficios, á no existir aquella malhadada guerra civil de Sucesión, en la cual la mayor parte de Cataluña, pero no toda ni todos los catalanes — pues contó con poblaciones leales como Figueras, Cervera, Berga y otras — hicieron armas en contra de éste y á favor del Archiduque pretendiente, que se titulaba don Carlos III de Austria; quién, después de dejarles abandonados á las astas del toro, como vulgarmente se dice, sus antiguos secuaces sacrificaron á su temeridad las libertades de la región: Así vemos que don Felipe V nombra Virrey del Perú á don Manuel Oms de Santa Pau, Marqués del Castell dos Rius, y honra con el título de Marqués de Castellnell á don José de Amat y Junyent, hermano del jóven Coronel de Dragones de Sagunto don Manuel de Amat y Junyent, que luego será Gobernador de Chile y más tarde Virrey del Perú y dejaría á los barceloneses como recuerdo el edificio conocido por «la Virreina» y á don Jorge de Villalonga en Enero de 1719 Virrey de Santa Fé (Nueva Granada). En este reinado acaece la exploración del Colorado por el Yuma y Tinajas Altas del jesuíta P. Kino, quién, en 1701, la realizó en compañía del Teniente de nuestro Ejército don Mateo Mangé (que indudablemente es Manyé ó Manyer) y nos legará la notable obra «*Tabula Californiæ, Anno 1702. Ex. autoptica observatione delineata a R. P. Chino e S. J.*»; la matanza del Coronel del Ejército don Pedro de Villasau (Vilasau) y sus tropas víctimas de la traición de los indios en el Missouri en 1720, y en 1726 fúndase Montevideo, y entre sus primeros pobladores hállanse un soldado llamado Jorge Burgués ó Burgés y el leridano don Juan Antonio Artigas, padre del Capitán de Blandengues don José Gervasio Artigas, á quién los uruguayos llaman el Libertador, esposo de Rafaela Vilagrau, prima suya, y en 1730 es jefe militar de esta ciudad un tal Pellicer à quién muchos autores se em-

peñan en nombrarle Pellicier. En 1738 nombra Gobernador y Capitán general de Costa-Rica, al Teniente coronel del Ejército don Juan Gemmir y Lleonart, natural de Mataró, quién en 1740 se posesiona de su Gobierno y en 1741 funda el fuerte de San Fernando a orillas del Matina, muriendo en 1747 en Cartago, y con don Fernando Vl, en 1757, lo será don Manuel Soler, Guardia de Corps de S. M. A principios de este siglo también, allá por 1740, se vé de Teniente gobernador de la ciudad de Valencia en Venezuela á don Juan Rossel (Rossell). Celebrado con Portugal el Tratado de límites de 1750 para reglar las fronteras de ambas Soberanías en América, en la primera partida de su ejecución figuran don Felipe de Mena, Capitán de Infantería y comandante del piquete y como oficial de ordenes el Teniente de Dragones don Francisco Piera, quién más tarde, de Capitán, en 1777 vemos Gobernador interino de Misiones, y en la guerra guaranítica que con tal motivo estalló, en 1755, será jefe de las fuerzas españolas y cronista el Capitán de Dragones, don Francisco Graell, que tendría como Alférez á don Miguel Vidal y entre sus subalternos numerosos catalanes. Además, como oriundo, podría citarse al Virrey de Nueva Granada en 1754, el Exmo Sr don José Solís Folch de Cordona. Allá, por el año de 1755, reúnese el comercio de Cataluña para formar una Compañía mercantil que lo regularizara y desarrollara con las Indias, y sus ordenanzas las aprueba por Real Cédula don Fernando VI el II de Abril de 1756; pues hasta esta fecha y hasta más tarde, en que don Carlos III declara la libertad del comercio con dichos dominios, las congregaciones y órdenes religiosas catalanas, especialmente los Capuchinos, ayudan tal comercio, sobresaliendo en ello los de Centro América. En la primera campaña de Ceballos en contra de los Portugueses, manda la vanguardia atacante de Maldonado (Uruguay), en 1763, el Capitán don Alonso Serrato; cuatro años después se expulsa á la Compañia de Jesús

de estos domínios; en 1768 el Capitán del Real Cuerpo de Artillería, don Carlos Berenguer, — así lo nombra siempre Amat en sus escritos, aún cuando en algunas partes se le lee Berenger, — funda á Ancud, capital de la isla de Chiloé, de cuya demarcación él es gobernador; y á esta enumeración puede añadirse las de don Juan Cencely, Teniente coronel del Regimiento del Rey, jefe de la expedición á Balambagán y del Capitán de navío don Félix Berenguer Marquina, que en 1788 fué Gobernador general de Filipinas, y después Teniente general y Gobernador de Méjico; la del Teniente reformado, don Fernando Cabrera, que residente en Buenos Aires testa en 1768; las de don Antonio Catani (Catany), Teniente coronel que fué Gobernador de Misiones; un tal Mestre Gobernador de Salta; don Juan Berlanga, Capitán de Infantería, ayudante del Exmo Sr don Juan José de Vértiz; el Alférez de Dragones, Manuel Cerrato; el Teniente de Infantería, don Luís Colet, que desde 1770 residía en el Rio de la Plata, y don José de Casas, Capitán de la fragata correo «Quirós»; miéntras que en Filipinas el Teniente del Regimiento del Rey don Francisco Bayot es alcalde de Ilo-Ilo y don Juan Bayot es gobernador de Zamboanga. — Acaece la segunda campaña de don Pedro Ceballos del año 1776 en contra de Portugal, en el Rio de la Plata, y entre las numerosas fuerzas expedicionarias de la Península se cuenta el Primer batallón del Regimiento de Infantería ligera de Cataluña y un cuerpo de dragones, llamados «Dragones de la expedición» de 600 plazas, todos catalanes, y á partir de tal fecha, vénse siempre entre sus guarniciones fuerzas de Cataluña. El religioso franciscano Fray José Amich, ex-piloto de la Armada, hállase en la fragata «Santa María Magdalena», (a) *El Aguila,* mandada por don Domingo Boenechea, cuando el reconocimiento realizado en las tierras de Quirós en 1772, esto es, de varias islas polinésicas, incluyendo Taíti, á la cual los españoles

llamábamos Amat, y ántes en la toma de posesión de la isla de San Cárlos, ó sea la Isla Pascua, en 1770, don José Cerrato es de su oficialidad. El mallorquín don Juan Perés, á quién castellanizan llamándole Pérez — y de quièn luego se hablará — de descubierta hácia el extremo NO de América en 1773, mandando la fragata *Santiago*, a Nutka bautiza con el nombre de San Lorenzo, y al fundarse ahí en 1789 el establecimiento de tal nombre, en la expedición de Eliza vése al balear don Manuel Quimper, el mismo que en 1791 estará en las Sandwich y el gran colonizador catalán don Pedro Alberni que al mando de 50 Voluntarios de Cataluña lo guarnece, y más adelante alcanzará grandes elogios de Vancouver y su nombre será honrado y perpetuado en una ciudad y en un canal que desagua en el seno de Barclay de la isla Cuadra y Vancouver ambos, más no en España, y de aquellas gestas, la isla de Catalá frente á Nutka conserva su nombre, la Montagut de nosotros está convertida en Montagu en el Alaska, el puerto de Estrada, en la isla Carlota es Ka Yung, y así de muchos otros. — En 1777 don José María Cabrer, Ayudante del Real Cuerpo de Ingenieros en el Virreinato del Rio de la Plata, queda adscrito á la Segunda Partida de Límites con Portugal en tales dominios, y en 1805 Teniente coronel de Ingenieros, será Sargento mayor de la plaza de Buenos Aires; de 1783 es el Teniente de Dragones, don Juan Fornell; en 1788 será jefe de la armadilla en Montevideo, don Domingo Perler, y cuando Azara desempeñó el cargo de Comandante de la campaña y frontera del Brasil, tuvo á sus órdenes entre otros al piloto de la Armada don Francisco Mas y Cornell. Don Tomás Rocamora funda en 1778 á la capital de la provincia de Entre Ríos, Concepción del Uruguay, y en la banda opuesta, en el Uruguay, don Eusebio Vidal la ciudad de San José, el año de 1783, que será cabecera del departamento de su nombre. — De este mismo siglo y reinado de Carlos III, siendo Go-

bernador de la Luisiana don Bernardo Galvez, — que no debe confundirse con don José — interviene como agente oficioso de éste en la cuestión de límites con los Estados Unidos, don Juan Miralles, y en 1788 don Antonio Porta y Costas, ingeniero ordinario, reconoce la costa de los Mosquitos des el cabo Gracias á Dios hasta el Bluefields.

Por último, llegamos al ocaso de nuestro poder en la América continental y entónces será Gobernador de Montevideo en 1790 el Brigadier del Ejército Exmo Sr Olaguer Felíu y en 1797 Virrey de Buenos Aires; don Pedro Durán, Teniente del Fijo de Buenos Aires, Comandante de Puerto Deseado en la Costa Patagónica y más tarde, mandando Avilés, Gobernador del departamento de Santiago (Misiones), y del de Valparaíso en el Paraguay, don Joaquín Alós; apúntanse en 1800 los ascensos de don Juan Sales, Comandante del tercer batallón, graduado de coronel, á Teniente coronel, y á Capitán el Teniente de granaderos don Bernardo Durán, á Teniente el Subteniente de granaderos Antonio Vianguet y á Subteniente de bandera el cadete don Pedro Nolasco Grimau, que si no catalán lo es por su ascendencia: todos del Regimiento de Infantería de Buenos Aires, que ordinariamente constaba de 1144 plazas; y en el de caballería de Blandengues de Buenos Aires — pues el otro era el de la Frontera — Capitán, el Teniente Vicente Colomer. Aproxímase la invasión inglesa al Rio de la Plata y á ella preceden atrevidas correrías de los corsarios de Montevideo, destacándose también por temerarias, las del masnouense Hipólito Mordell, que mandaba la corbeta (y á ello me inclino, aunque otros dicen fragata) *Dromedario*, artillada con ocho cañones de á ocho y doscientos hombres de tripulación que, entre otras proezas, el 20 de Septiembre de 1805 vencía en la rada de Loango á tres fragatas corsarias inglesas, y con la presa de las *Nelly* de 22 cañones y *Elisabeth* de 20, estaba de regreso á Montevideo el 6 de Noviembre. Y éste, á

quién no sé porqué afán de afrancesamiento ó extranjerismo que pesa sobre los hispanos, se empeñan en darle por francés, sosteniendo algunos historiadores uruguayos que era su apellido Mordeille y le llamaban *Maincourte*, el Manco y aún Mordesillas sus contemporáneos. Sucede con él lo que con el ilustre marino gallego don Francisco Antonio Mourelle de Rua, empeñados muchos de nosotros en que sea francés y apellidarlo Maurel, Morel, Maureille, etc., todo ménos reconocerle como español por su mucho valimiento. Y llegada aquella y rendida la plaza de Buenos Aires, el 27 de Junio de 1806, extiende su capitulación un comerciante catalán, don Juan Milá de la Roca, por negarse á sufrir el sonrojo de redactarla aquellos caballeros pundonorosos y nobles jefes y oficiales pretextando ignorancia, lo que otro catalán contemporáneo é historiador, don Francisco Saguí, desavenido con las filigranas del honor militar, prorrumpe: «Y (¡qué vergüenza!) ¿se creerá que en una capital como Buenos Aires no había un jefe ni oficial que supiese extender una capitulación?». Entónces, como en el asedio de San Juan de Puerto Rico de 1797, así como ahí defendía la cabeza del puente de San Antonio el veterano jefe de ingenieros don Ignacio Mascaró y Homar, en esta lucha reconquistadora también en contra de los ingleses se destacan el ingeniero don Felipe Sentenach, don Gerardo Esteve y Llach, el Teniente del Ejército don Rafael de Bofarull, capitán y jefe, con su Teniente don José Grau, del Tercio de Catalanes ó Miñones, quiénes ántes que nadie desalojaron á los ingleses del Retiro, haciéndoles prisioneros; don Juan Uset y don José Batlle y Carrés con embarcaciones pequeñas armadas; don Miguel Antonio Vilardebó, que posteriormente actuaría en la guerra de secesión; don Juan Bta Ferrer; don Cristóbal Salvañach, sedicioso después en 1810, Teniente de la 1ª Compañía de Milicias de Montevideo; don Juan Bta Illa y don Jaime Ferrer que lo eran de la 2ª; el prenombrado Ca-

pitán del *Dromedario* Mordell, que con su segundo Juan Bta Raymon ó Raymond como lo escriben otros, y su gente se oponen finalmente en la brecha que los britanos abren en Mntevideo y halla gloriosa muerte aquél; don Francisco Agustini (Agustí), Capitán de Artillería en Buenos Aires; don Pedro Casanova; don Pablo Colom (Colomb ó Colombo de otros), Capitán de la Artillería de Montevideo y muerto en su defensa, y el heróico de la de Maldonado, Capitán de Blandengues don Miguel Borrás, sin olvidar al Teniente de navío don José Corvera, jefe de las fuerzas de Marina. Y después... después tampoco faltan catalanes como Manuel Albertí, los mataroneses Domingo Mateu y Juan Larrea, José Antonio Toll y Bernardet de Llavaneras, Juan José Durán, Francisco Plá, Francisco Giró y tantísimos más entre los sediciosos; vá de Gobernador á Montevideo el Teniente general don Gaspar de Vigodet, que luchara en la Península á las órdenes del Duque de Albuquerque en Mora y Consuegra para luego ser, perdido todo, en 1820 Capitán general de Castilla la Nueva; asciende á Coronel en 1815, el Teniente coronel, don José Sallent, de los Voluntarios de Madrid que guarnecía dicha capital, rematando la cacareada independencia hispano-americana en aquella guerra civil de secesión sostenida, favorecida y alcanzada por españoles, peninsulares los más, en contra de los muy preclaros y leales, apelados «realistas», hijos del país en su mayoría, San Martín, al correrse hácia la costa del Perú, derrota al Brigadier Ricafort que pasará á Filipinas, y, ántes de comenzar la batalla de Ayacucho el General español Monet, que mandaba la derecha realista, alcanzó de su congénere contrario, Córdova, que el vástago de catalanes y Lugarteniente de Bolívar, Sucre, accediera á una tregua para comunicarse los jefes y oficiales de ambos bandos unidos por lazos de amistad ó parentesco.

Los soldados de la España ultramarina eran en su immensa

mayoría campesinos qne tomaban las armas llevados del deseo de un buen *repartimiento*, y á ello tampoco eran ajenos muchos menestrales engolosinados con las esperanzas de las *encomiendas*. Diferenciábanse de los de los Tercios de Flandes é Italia en que no recibian paga ni sueldos, á lo más *algún avío* (antícipo), «porque en aquellas provincias, dice el historiador Calvete, tienen tal punto, que lo tomarían por gran afrenta si se les diese sueldo como se le dá en España»: su reclutamiento y sustento corría á cargo de quién autorizado por el Rey los acaudillara, y esto nos explica el porqué de algunos catalanes entre ellos y el porqué sin desdoro ni mengua del servicio ejercieran el comercio y otras profesiones, durando semejante costumbre casi hasta en los últimos tiempos de nuestra soberanía, como lo atestigua, entre otros casos, el llegar á deberse al ejército del Rio de la Plata 28 meses, del 1º de Enero de 1772 al fin de Abril de 1774, y á las milicias 34 meses, desde el 1º de Junio de aquel año. — Al evolucionar su organización y apremiados por las necesidades de acudir en contra de las repetidas depredaciones de los piratas bucaneros, filibusteros y demás maleantes del mar que infestaron aquellos dominios, dado el cada vez más escaso número de hombres de armas que iban de la Península, se echó mano de los allí residentes pagándoles sólo al movilizarse, hasta que definidas ambas, las tropas regladas peninsulares constituyeron la fuerza veterana y las otras las milicias disciplinadas de las tres armas generales y cuya oficialidad recibía los reales despachos de su empleo y se reclutaba entre las personas de distinción, miéntras que los granaderos y cazadores de cuerpos de infantería se escogían entre los solteros de mejor talla y robustos, percibiendo haberes miéntras estuvieran de facción. Aquella, escasa siempre en número y solo en determinadas guarniciones, no dejó de contar aun en tiempos de Felipe V y posterior á éste con algún regimiento cuyo jefe superior

por ser de noble linaje, lealtad probada y bienes bastantes para ayudar á sostener una tropa reglada, recibiera los reales despachos de Coronel, y de ahi proviniera el que los trompetas, clarines, pitos y tambores de los mismos ostentaran los colores de su librea. El alistamiento de esta tropa en los cuerpos expedicionarios de la Península allí destinados, se efectuaba con voluntarios, gente de leva y desertores: de este modo el de Infantería de Galicia destinado en 1776 á guarnecer Buenos Aires, tenía en sus filas á 439 de estos últimos y tal prática de enviarlos á Ultramar, aunque muy antigua no se regularizó hasta el 9 de Marzo de 1777 disponiéndose «que los desertores de primera en España se remitan á América para completo de los cuerpos que sirven en este continente», con lo cual los regimientos fijos de Lima, Buenos Aires, etc., cubrían sus bajas y en lo menester con gentes de leva y voluntarios de dichas tierras. Por lo que hace á cuerpos catalanes, empezaron á notarse éstos, si no me equivoco, en 1730, primero compañias sueltas y más adelante batallones completos ya de Miñones, Voluntarios ó Ligeros para los de Infantería, ya de Dragones para los monados.

II

LA EXPEDICIÓN AL NORTE DE CALIFORNIA

El segundo de Nadal
Partimos por aquellos valles,
Cuando por tierras,
Cuando por mares,
Por las villas y cibdades,
Peligros por la mar escura:
Ansi ribamos á Cherba,
Isla de mucha verdura.

Coplas del Alhichante (peregrino)
de Puey Monzón. Estrofa VIII.

Dado lo que antecede nada de extraño tiene el que fuera catalano—balear esta expedición: *hecha,* por órden del Ex-

celentísimo señor Marqués de Croix, virrey á la sazón de Méjico y cuyo nombre de Carlos Francisco de Croix, de orígen flamenco, no debe confundirse con el del Caballero de Croix, llamado don Teodoro, que estuvo á las órdenes del anterior gobernando las provincias interiores de la Nueva España y La Sonora en 1766 y más tarde, de 1784 á 1790, fué virrey del Perú; *dirigida,* según el manuscrito de que me valgo, por el Ilustrísimo señor don José de Galvez, del Consejo y Cámara de S. M. en el Supremo de Indias, intendente de ejército y visitador general de Méjico que luego sería Marqués de la Sonora y Secretario de Estado en el Consejo de Indias en 1776, y *ejecutada* por las fuerzas de mar y tierra puestas al mando de don Gaspar de Portolá, Capitán de Dragones en el Regimiento de España y gobernador de la península de California y de los pilotos primero de la Real Armada don Vicente Vila, á quién muchas veces llaman otros Villa, y del mallorquín don Juan Perés, convertido en Perez como dije, que lo era entonces de la Navegación de Filipinas y más tarde realizaría aquellas atrevidas exploraciones al extremo NO de América, ya apuntadas, y descritas con más detalle en mi obra «Navegantes y exploradores españoles del siglo XVIII».

Ya en tiempos de Hernán Cortés, la costa occidental de California había sido descubierta hasta los 43° de altura por el piloto Juan Rodriguez el año de 1542, y los puertos de San Diego y Monterrey en 1602 por Sebastián Vizcaíno, quién luego recibió órden de don Felipe III de ocuparlos y poblarlos, sin realizarse por muerte de Vizcaíno. La expulsión de los Jesuítas y el consiguiente abandono de misiones y lugares, asi como las agresiones en que se ejercitaban algunos estados europeos, particularmente Inglaterra, hizo más patente la necesidad de regularizar nuestro establecimento en dichos puertos, y debiendo visitar don José de Galvez las provincias de Cinaloa, ó Sinaloa como ahora

escriben, y Sonora, autorizado con plenos poderes por el Marqués de Croix para extenderla á California, salió aquél de Méjico el 9 de Abril de 1768 y en Mayo estaba en San Blas, cuya villa distante del arsenal un cuarto de legua, era un caserío de chozas techadas de paja en su mayoría, con calles de piso desigual y pedregoso, clima insalubre por los muchos esteros y pantanos de su alrededor, constituía el departamento marítimo en cuyo puerto no halló más embarcaciones que los paquebotes recién construídos y otros dos de pequeño porte que habían servido á los misioneros jesuítas expulsados de California: con todo, dispuesto á cumplimentar los deseos de la Córte, resolvió que los llamados *San Carlos* y *San Antonio* realizaran tal empresa, embarcándose él á su vez, el 24 de Mayo en la balandra *Cinaloa* y después de reconocer las islas Isabela y Marías y el puerto de Mazatlán, desembarcó en la bahía de Cerralbo, en donde considerando insuficiente la expedición marítima, creyó conveniente enviar otra por tierra: despachó al efecto á todos los misioneros que secundaran aquella, y en cuatro lanchones provisiones y víveres salieron de Loreto con destino á la bahía de San Luis Gonzaga, para pasar á la misión de Santa María, punto de reunión y partida de tropa, arrieros, vaqueros y ganados en pié.

Las *Compañías de Californias* — institución militar más antigua, pero análoga, en cuanto á guardas de fronteras de indios, á los cuerpos de *Blandengues* del Rio de la Plata, — constituídas por soldados sufridos, obedientes, resueltos, ágiles y de mucho aguante, usaban la *cuera*, de hechura semejante á una casaca sin mangas, compuesta de seis ó siete haces de pieles blancas de venado agamuzadas, impenetrables á las flechas de los indios á no ser disparadas muy de cerca, una especie de delantal de baqueta, prendido á la cabeza de la silla cubriéndoles muslos y piernas, adarga de dos haces de cuero crudo de toro como defensa de ginete y

caballo, lanza —que jamás usaron los Blandengues, aunque lo diga el Diccionario de la Real Academia de la Lengua, —espada ancha y escopeta corta, proporcionaron cuarenta hombres que con treinta indios voluntarios de las misiones con arcos y flechas, eran la fuerza armada que debía ir á las órdenes del Gobernador de la península de California, don Gaspar de Portolá; mas, acordado seccionar la exploración, formóse un primer grupo de veinticinco de aquellos soldados colonos, más los indios y ganados correspondientes, al mando del capitán del presidio de Loreto, don Fernando Rivera y Moncada, que habia de salir á primeros de Diciembre, pero por ciertas dificultades habiendo llegado el ganado vacuno en estado deplorable á la misión de Santa María, á principios de Marzo del 1769, fué preciso dejarlo en Velicatá para que se repusiese; fundóse allí una Doctrina bajo la advocación de San Fernando, por ser lugar frecuentado por los indios del norte, y dejando escolta suficiente, prosiguieron la marcha el 24 de dicho mes. En cuanto al segundo grupo bajo la jefatura de Portolá y con el religioso mallorquín Fray Junípero Serra, Presidente de las Misiones de California la hizo de Velicatá el 15 de Mayo.

Respecto á los paquebotes que habían de ir á la Paz (Baja California) en busca de tropa veterana, útiles, pertrechos y víveres para San Diego y Monterrey, hasta mediados de Diciembre no estuvo el *San Cárlos* en dicho puerto, «y como huviese travajado mucho en la Mar, forcejando con los Vientos se le afloxaron, y escupió de las costuras alguna estopa, por donde venía haciendo agua. No hera este accidente para dejado á las espaldas, y se juzgó indispensable el darlo á la vanda para descubirle el costado, y la Quilla, operación que tenía su dificultad en un País poco ménos que destituído de quanto se necesitaba para el efecto: Executóse sin emvargo acatorándola su Ilustrísima con su presencia y exemplo, y en ménos de quince días re-

civió el buque toda su carga, y quedando en disposizión de hacerse, á la Vela, se embarcó la Tropa, que consistia en Veinticinco hombres de la compañía franca de Voluntarios de Cataluña, con su Teniente don Pedro Fages, que su Ill.ma havía mandado venir del Exército, ó Expedición de Sonora, el ingeniero don Miguel Costansó, y el cirujano don Pedro Prat; embarcóse también para la asistencia espiritual de todos el M. R. P. fray Fernando Parrón, Religioso del Colegio de propaganda Fîdae de San Fernando de México, que havía de quedarse en San Diego, para fundar aquella Misión». Y el otro, el *San Antonio,* que juguete de los vientos del N. O. se había visto precisado á refugiarse al surgidero del Palmo en la costa del extremo S. de la península californiana, conforme á lo ordenado por Galvez en vista de la comunicación que el Capitán de éste le enviara, debía pasar á la bahía de San Bernabé, situada en el cabo San Lucas, en el lado opuesto de este mismo extremo meridional. En tanto la *Concepción* y el *San Cárlos*, el 10 de Enero de 1769, navegando de conserva abandonaban La Paz, para conseguir el 14 la bahía de San Bernabé, sin que aún hubiera llegado el *San Antonio;* por lo que Galvez resolvió despachar para San Diego al *San Carlos*, que zarpó en la tarde del día siguiente, miéntras que el esperado *San Antonio* estaba de arribada á fines de aquel mes «y aunque no traía incomodidad alguna, resolvió el Señor Visitador darlo también á la vanda para recorrer sus costados y havilitado como el San Carlos se hizo á la mar para el mismo destino en quince de Febrero».

Teniendo en cuenta las grandes dificultades que á la navegación de vela ofrecían aquellas costas por los vientos reinantes, el viaje á San Diego de ambos buques corrió suerte distinta. El *San Carlos* «experimentó tanta contrariedad de vientos, y calma que viéndose enmarado á más de doscientas leguas de la Costa, y falto de agua, hubo de arrimarse á

ella para buscarla: hízola en la Isla de Cerros com grande dificultad, y trabajo, mantiéndose el Barco á la Vela, bordeando entre la tierra firme, y la isla, que no tiene avrigo, ni surgidero alguno donde se pueda echar una ancla sin exponerse á perderla, por la mala calidad del fondo», y concluida la aguada salió el 26 de Marzo para entrar en San Diego el 29 de Abril con la tripulación y tropa en deplorable estado por el exceso de fatiga, casi todos con escorbuto, muertos dos al entrar en puerto y los demás postrados en sus lechos, quedando en pié para todo cuatro marineros y algunos soldados. Por su parte el *San Antonio,* que saliera un mes más tarde, rindió viaje en cincuenta y nueve días, hallándose en el de San Diego desde el 11 de Abril, pero con la mitad de su gente afectos de escorbuto y pérdida también de dos hombres por igual causa. Reunidas ya las naves, la oficialidad acordó en primer término procurar el alivio de los enfermos, á cuyo objeto el 1.º de Mayo desembarcaban los oficiales don Pedro Fages, don Miguel Costansó y el segundo del *San Carlos,* don Jorge Estorace con veinticinco hombres entre marinos y soldados, y en la ribera occidental del puerto, á unos indios armados de arcos y flechas que vieron, les hicieron señas para trabar conocimiento con ellos sin conseguir darles alcance. «Parabanse estos Indios de rato, á rato sobre alguna altura observando á la Gente y dando á conocer el miedo que les causaban los forasteros en lo mismo que hacian para encubrirlo: hincavan la una punta de sus Arcos en el suelo, y haciendolo por el otro extremo; bailaban y davan bueltas alrededor con indecible belocidad, pero luego que veian á nuestra Gente cerca volvían á alejarse con la misma ligereza: ultimamente se consiguió atraerlos con despachar acia ellos un Soldado, que deponiendo sus Armas en Tierra, y usando de ademanes, y señales de Paz, consintieron que se arrimase: repartioles este algunas dádivas mientras llegavan los demas,

que acavaron de asegurar aquellos Gentiles con algunos regalos mas quantiosos de Cintas, Abalorios, y Buguerías. Pidieronles por señas donde estaba el aguage, y ellos señalando hacia a una Arboleda, que se divisava a lo lejos para el Nordeste, dieron a entender que entre ella corria algun Rio, ó Arroyo, y que siguiesen que los llevarian a él». Y después de andar unas tres leguas se vieron en las márgenes de un ancho río que desaguaba en un estero que en un estero que en la pleamar podía recibir una lancha, con ambas orillas ceñidas por una ceja de sánces y álamos frondosos, copiosos arbustos y plantas salutíferas. «El Pais era de aspecto alegre, y las tierras de las immediaciones del Rio parecieron de excelente migajón, y capaz de producir toda especie de frutos. El Rio vaja de unas sierras muy altas por una cañada espaciosa, que se internava la buelta de Este y Nordeste; a tiro de fusil desviado de él, y fuera del Monte se descubria un Pueblo, ó Rancheria de los mismos Gentiles, que guiavan á los nuestros, compuestos de varias enramadas, y Chozas de figura piramidal cubiertas de tierra. Al avistar á sus Compañeros con la Comitiva, que trahian salieron todos á recivirlos, Hombres, Mugeres, y Niños, convidando con sus casas á los Huéspedes: venian las Mugeres en trage honesto, cubiertas de la cintura hasta la rodilla, con redes tupidas y dobles. Llegaronse los Españoles al Pueblo, que constaria de treinta a quarenta familias, y á un lado de él se reparava una Cerca hecha de Ramas, y troncos de árboles, en donde dieron á entender que se refugiaban para defenderse de sus Enemigos, quando se veían acometidos, fortificazión inexpugnable á las armas usadas entre ellos», que eran de buen talle, disposición y agilidad; altivos, atrevidos, codiciosos, burlones y baladrones, estimaban por más esforzado al más fuerte; se perecían por cualquier trapo, y habiendo vestido á algunos de ellos en diversas ocasiones, al día siguiente se presentaban como

solían ir, en cueros, sin más ropa que un ceñidor tejido de una pita muy fina en forma de red, y sujetaban entre el ceñidor y el cuerpo las aljabas, de piel de gato montés, coyote, lobo ó gamo; sus arcos eran de dos varas de largo, y además usaban una especie de macana de madera muy dura semejante á un sable corto y corvo — esta arma recuerda el bumerang de los australianos, — que arrojan de canto rompiendo el aire con mucha violencia: «despidenla á maior distancia que un piedra, sin él nunca salen al Campo, y si vén á una vivora, ú otro Animal nocivo le tiran la macana y comunmente lo parten de medio á medio, según experimentaron después en el trato continuo que con ellos tuvieron nuestros Españoles». Los cuadrúpedos, aves y peces abundaban y «el principal sustento de los Indios que havitan la Rivera de este Puerto es de Pescado, comen mucho marisco, por la maior facilidad que tienen en cogerlo; usan Balsas de enea que manejan diestramente con canalete, ó remo de dos palas: sus fisgas son de unas Varas largas, cuia punta es de hueso mui aguzado, embutido en la madera tan diestros en arrojarla, que rarisima vez yerran tiro».

Elegida la aguada y restituídos á bordo, los Capitanes don Vicente Vila y don Juan Perez (Perés) resolvieron arrimarse lo más posible al estero, consiguiéndolo com suma dificultad, porque el número de enfermos crecía, miéntras que los más agravados dejaban de existir. En las inmediaciones de la playa construyóse hácia el E un corto recinto formado de un parapeto de tierra y fajina con dos cañones para defensa, y con varias velas y toldos de los buques hicieron dos carpas (tiendas de campaña) para hospital y á un lado colocaron las tiendas de los oficiales, misioneros y cirujano. Como escaseaban las medicinas, don Pedro Prat, á pesar de estarlo él también, acudía á las plantas para suplirlas y aliviar á los dolientes, que se veían agravados con las alternativas del calor del sol durante el día y el frío rigu-

roso de las noches, y así morían diariamente dos ó tres, viéndose de tal modo reducida una expedición que se componía de más de noventa individuos á sólo ocho soldados y otros tantos marineros «en estado de acudir al resguardo de los Buques manejo de las lanchas, custodia del Real y servicio de los enfermos». Como carecían de noticias de los expedicionarios de tierra, registraron las inmediaciones y buscaron vanamente rastros de caballada. «Pero el dia catorce de Maio, los indios dieron aviso á unos soldados, que estavan en la Playa, que venian de la parte del sur del Puerto unos hombres Armados como ellos, y explicavan mui bien por señas que venian montados en Caballos. Alegráronse todos con esta noticia, que se verificó de alli á poco avistándose la Gente; y la Requa del primer trozo de la Expedición de Tierra. Saludáronse mutuamente con festiva salva de sus Armas, explicando después con los brazos; y las voces su contento, que fué igual de una parte; y otra, por que todos esperavan hallar reciproco alivio en sus necesidades: venia toda la Gente de tierra, sin haver perdido un hombre, ni traer un enfermo, después de una marcha de dos meses, pero á media Racion, y sin más provisiones que tres costales de Arina, de que se les suministravan por toda Ración diaria dos tortillas á cada Individuo».

Con tal refuerzo convinieron los oficiales transferir el real, lo que se hizo á una legua más al N, sobre una loma de mediana altura y á la derecha del río, en donde podrían cuidarse mejor los enfermos, que, sin embargo, á pesar del celo y caridad de Prat no mejoraban y ante el temor de quedar en cuadro la marinería, pensaron despachar á don Juan Perez para San Blas con pliegos para los Virrey y Visitador dándoles cuenta del estado en que se hallaban, y miéntras aparejaban llegó el 29 de Junio don Gaspar de Portolá con su gente, quién, una vez enterado, propuso que don Vicente Vila con diez y seis hombres que le daría si-

guiera el viaje á Monterrey; mas declinando este la oferta, porque ninguno era marinero y además carecía de los oficiales de mar, contramaestre, guardián y patrón de lancha, resolvió Portolá dirigirse por tierra, ántes de que la estación se adelantase demasiado, en compañía de don Pedro Fages, don Miguel Costansó y los soldados que estuvieran en disposición de ir, y para dar cuenta de todo ello despachó con pliegos para el Virrey y el Visitador al *San Antonio,* que con ocho tripulantes se hizo á la mar el 9 de Junio. En tanto él, que confiaba en el socorro de vituallas prometido por Galvez y que había de llevar el *San José,* dejó en San Diego caballada y mulada bastante para el servicio de todos; fuerza para custodiar misión y enfermos; el cirujano don Pedro Prat, y los religiosos Fray Juan Vizcaino, Fray Fernando Parrón y Fray Junípero Serra — este último obligado por el cansancio y la fatiga en espera de embarcación para trasladarse á Monterrey, — yéndose con él Fray Juan Crespí y Fray Juan Gomez, que lo hicieron de San Diego el 14 de Junio del año de 1769, después de dejar fundada la hoy opulenta ciudad de este nombre, con toda la fuerza de tierra que ántes estuviera dividida, y suficiente caballada y carga de provisiones y víveres para seis meses, en previsión de que pudieran tardar los paquebotes.

El órden adoptado en las marchas era el siguiente: de vanguardia el Comandante con los oficiales, los únicos seis Voluntarios de Cataluña sanos y algunos indios amigos con herramientas de gastadores para desmontar y abrir paso; al centro la recua con sus arrieros y escolta, y á retaguardia al Capitán don Fernando Rivera con el resto de la tropa é indios convoyando caballos y mulos de repuesto. Hacíanse aquellas con lenitud tanto por la impedimenta como por ser en tierras desconocidas, en que era preciso acampar temprano y explorar el terreno de un día para otro, á fin de poder regularizar las aguadas y pastos, midiéndose los des-

cansos de cuatro en cuatro días salvo fatigas extraordinarias, tener enfermos ó extravío de bestias, que constituían «el maior riesgo de estos Viajes, y el enemigo más temible, es la misma Caballada, sin la qual no pueden tampo [co] lograrse: asómbranse de noche estos Animales, en Pais que no conocen con increible facilidad: bastale para dar estampida (segun termino de esta tierra) el descubrir á un coyote, ó Zorra: un pájaro que pasa bolando, el polvo que el Viento arroja, son capaces de espantarlos, y hacerlos correr muchas leguas, precipitandose por Barrancas y Despeñaderos, sin que valga humana diligencia para contenerlos, cuesta despues inmenso trabajo el recojerlos, lo que no es azequible siempre; y los que no murieron despeñados, ó se estropearon, en su impetuosa Carrera, quedan de ningun servicio en mucho tiempo; pero no experimentó atraso considerable esta expedición, por semejante acaso, mediante el cuidado, y la vigilancia que se observó siempre; pues aunque en algunas ocasiones dieron los Animales estampida, no se siguió desgracia ó perjuicio alguno; por que fué de corta duración». De este modo atravesaron tierras inmensas cada vez más fértiles y alegres, á medida que avanzaban al N, pobladas por multitud de indios dóciles y mansos que salían á recibirles y aún á veces les acompañaban. Estimaron como más vivos é industriosos á los habitadores de las islas y costas del canal de Santa Bárbara, que vivían en pueblos, cuyas viviendas semiesféricas á modo de media naranja y cubiertas de enea cobijaban tres ó cuatro familias cada una, que con su afabilidad y buen trato no desmentían lo referido por Gomez Vizcaíno; de buen talle y aspecto, gustaban de pintarse y embijarse cara y cuerpo, usar grandes penachos de plumas y unas banderillas que sujetaban entre los cabellos con diferentes dijes y abalorios de coral de varios colores. Miéntras los hombres ván enteramente desnudos y solo para defensa de los fríos usan capas largas de pieles de nutria y «unos

mantos hechos de las propias pieles cortadas en tiras largas, que tuercen de manera, que todo el pelo queda por de fuera; tejen luego estos cuantos unos en otros formando trama; y les dán el corte referido». Las mujeres, de buenas facciones algunas de ellas, ciñen la cintura con pieles de venado curtidas, que las cubren anterior y posteriormente hasta más de media pierna, y sobre el cuerpo un capotillo de nutria; «ellas son las que tejen las bateas y vasijas de Junco, á las quales dan mil formas diferentes, y figuras graciosas, segun los usos a que las destinan, ya sea para comer, beber, guardar sus semillas, ú otros fines, por que no conocen estas Gentes el uso del barro, como lo usan las de San Diego». «Los Hombres labran hermosas bateas de madera, con embutidos firmes de coral, ó de hueso, y unos vasos de mucha capazidad cerrados de boca, que parecen hechos al torno, y que con esta maquina no saldrian más bien vaciados, ni de forma más perfecta: dan al todo un lustre, que parece obra acabada de mano de Artifice havil. Las vasijas grandes que contienen el agua son de un tejido mui robusto de Juncos, embreados por dentro, y les dan la misma figura que á nuestras Tinajas». «Para comer las semillas que gastan en lugar de Pan, las tuestan primero en grandes bateas, echando entre las semillas algunos guijarros, ó chinas, caldeadas hasta quedar rojas: mueven entonces, y menean la batea para no quemarla, y dejando la semilla suficientemente tostada la muelen con morteros ó almirezes de piedra: hay de estos almirezes de tamaño extraordinario, tan vien labrados como si para el efecto hubiesen las mejores herramientas; y son bien dignas de admirazión la constancia, prolijidad, y trabajo que emplean en acavar estas piezas tan apreciables, entre ellos mismos, que á los que dejan semejantes obras para que no se pierda la memoria de su habilidad, y aplicazión suelen colocarlas después de su muerte encima del paraje donde fueron sepultados». Poseían pedazos de espada

ancha, hierro y fragmentos de plata labrada, que por señas dieron á entender provenían de Nuevo Méjico y además prolijo es Costanzó en darnos cuenta de la lengua, que es sonora y de fácil pronunciación, creyendo algunos de ellos hallarle cierta conexión con la mejicana; pues como esta abundaba en *eles* y *jotas*. Describenos la vida y haciendas familiares y ritos funerarios de los mismos, y asi sabemos que en sus casas los cónyuges tienen sus camas separadas y en tarimas á cierta altura del suelo, con petates de enea por colchones y otro tanto las cabeceras; cómo es permitida entre ellos la bigamia tan sólo á los caudillos ó caciques, y como «en todos sus Pueblos se puso reparo en una especie de hombres, que vivian con las mugeres, se acompañaban con ellas, vestian el mismo trage, se adornavan con avalorios, pendientes, gargantillas, y otros adornos mugeriles, y logravan de grande consideración entre ellos. La falta del intérprete, no permitió averiguar, que clase de hombres eran, ni á que Ministerio se destinavan, aunque todos recelaron defecto en el sexo, ó algún abuso entre aquellos Gentiles». «Entierran á los muertos, tienen sus Comenterios dentro del mismo Pueblo: los funerales de sus Capitanes se hacen con mucha pompa, y colocan sobre sus Cuerpos unas varas, ó perchas sumamente altas, de que quelgan variedad de útiles y muebles que eran de su uso: ponen también en el mismo paraje unas grandes tablas de Pino con diferentes pinturas, y figuras en que explicarán sin duda las hazañas, y proezas del personage». — Destreza y habilidad suma tienen en construir sus embarcaciones que pintan de vistosos colores, sin entrar para nada el hierro en su factura, aventurándose con ellas mar adentro en busca de pesca manejando en la boga unos remos de dos palas con indecible ligereza; conocen las artes propias de aquel oficio, y trafican con los naturales de las islas, de donde sacan los abalorios de coral que sirven de moneda en aquellas tierras,

aunque prefieren los de vidrio de los españoles, y más que todo «qualesquiera navaja, é instrumento cortante, cuias ventajas, sobre los de pedernal, admiran: causándoles mucha satisfación el ver hacer uso de las Achas y Machetes, y la facilidad con que los Soldados para hacer leña derrivan un Arbol con dichos Instrumentos». «Son asimismo grandes Cazadores: para matar á los Venados, y Verrendos, se valen de una industria admirable: conservan el cuero de la cabeza, y parte del pescuezo de alguno de estes Animales desollado, con cuidado, dejándole sus llabes pegadas al mismo cuero, que rellenaron de sacate, ó paja, para conservarle su forma: aplicanse dha armazón como gorro sobre la cabeza, y salen al Monte arrastrándose poco á poco con la mano izquierda en tierra: en la derecha llevan el arco con quatro flechas: bajan y lebantan la cabeza, moviendola á un lado, y á otro, y haciendo otras demonstraciones tan propias de estos Animales, que los atraen sin dificultad al lazo, y al tenerlos á corta distancia, les disparan sus flechas á golpe seguro».

Del canal de Santa Bárbara para arriba las tierras se vén más despobladas y los indios, con ser igualmente de buena condición son ménos industriosos, por lo que su marcha no tuvo más obstáculos que la Sierra de Santa Lucía, rica aún en aquellos árboles gigantescos conocidos por pinos de California ó palo rojo (sequoia sempervirens), que bajaron con mucho trabajo: «á la caida de dha sierra de la vanda del Norte, se halla el Puerto de Monterrey, segun relaciones antiguas entre las Puntas de Pinos y de Año nuebo. Dieron vista los Españoles á dhas Puntas en primero de Octubre del año de sesenta y nuebe, y creiendo haver llegado al termino de su Viage despachó el Comandante los Exploradores para reconocer la de Pinos: en cuias immediaciones yace dho Puerto por treinta y seis grados, quarenta minutos de Latitud Boreal. Pero las señas escasas, y equibocas que de

él refiere el Piloto Cabrera Bueno, único Norte de este Viage, y la naturaleza de este Puerto, que mas antes merece el nombre de Bahia, siendo espaciosa (á semejanza de la de Cadiz) no confrontando con la idea que es natural formarse, leiendo los Deroteros del referido Cabrera Bueno, ni con la latitud de treinta y siele grados, bajo la qual lo situa: se persuadieron los Exploradores á que el Puerto estaria más al Norte, y volvieron al Campo, que ocupavan los nuestros, con noticia de que no parecia en aquellas parages lo que se buscaba». Como tenían á dieciete tullidos del escorbuto: la estación estaba adelantada, y los servicios de campamento y exploración requerían mayor número de los aptos para el servicio, Portolá reunió consejo de oficiales en que acordaron proseguir la marcha «volviendo en esta ocasión la espalda al Puerto que se buscava», padeciendo mucho los enfermos que se vieron «algunos á toda extremidad, lo que retardaba notablemente la marcha, siendo preciso hacer descanso á cada transito»; con las lluvias luego, á fines de Octubre, les sobrevinièron continuas evacuaciones ventrales, «que postrava las fuerzas, y dejaba á los sugetos exanimes» aquejando á todos los de la expedición haciéndoles temer el fin de ella; «pero sucedió mui al contrario por que cuantos adolecian y padecian del Escorbuto, Tullidos hinchados de todos sus miembros, y cargados de dolores, empezaron desde entonces á experimentar alivio en sus males: disipáronse poco á poco las hinchazones, cesaron los dolores, recobraron el uso de sus miembros, y por ultimo su perfecta salud, sin medicamento alguno».

«El dia último de Octubre llegó la Expedición de Tierra à vista de la Punta de los Reyes y farallones del Puerto de San Francisco cuias señas confrontadas con las que refiere el Derrotero del Piloto Cabrera Bueno, se hallaron exactas, entonces se vino en evidente conocimiento de que el Puerto de Monterrey se havia dejado atrás siendo pocos los que

duravan en la opinión contraria: sin embargo el Comandante resolvió embiar á reconocer el terreno hasta la Punta de los Reyes; los Exploradores que fueron comisionados para este efecto se vieron atajados por immensos esteros, que se internan extraordinariamente en la tierra, y precisavan á dar grandes rodeos por descabezarlos: emplearon tres dias en este reconocimiento y bolveron diciendo que según las señas que les dieron los Indios, no podian dudar que el Puerto dejase de estar mui cerca, y que seguramente havia llegado alguno de los Paquebots, que creian ser el San Joseph a su destino: hizose poco aprecio de esta noticia adquirida por el equiboco medio de señas de manos, y cabeza, que en semejantes ocasiones usurpan el oficio de la lengua, sin embargo para no retirarse con este escrúpulo, se resolvió pasar adelant hasta cerciorarse del hecho: llegados el remate del primer estero y reconocido el terreno que se havia de seguir para llegar á la punta de los Reyes interrumpido con nuebos esteros escaso de Pastos, y de Leña, haviéndose conocido además de esto lo incierto de la noticia: y la equibocación que padecieron los Exploradores. El Comandante con parecer de sus Oficiales resolvió la retirada acia la Punta de Pinos, con esperanzas de hallar el Puerto de Monterrey, y encontrar en el al Paquebots San Joseph, ó el San Antonio, cuio socorro se hacia ya necesario, pues de las provisiones que se tomaron en San Diego, no quedavan mas que unos quantos Costales de Harina de que se les suministrava a cada individuo una corta Racion diaria. Con la Polvora, y el Plomo se suplia en algo la falta de las demas cosas por que era abundante la caza, sobre todo de Anzares, y Patos, que en tiempos de Invierno abundan extraordinariamente en aquella Tierra». Y, entre estas *Sequoia sempervirens* una de las mayores es Palo Alto, al cual debe su nombre la población situada al Sur de la bahía de San Francisco, y es tradición muy respetada que al descubrir esta bahía don Gaspar

de Portolá, acampó bajo de este árbol ya consagrado por la piedad y el respeto.

Emprenden la retirada el 11 de Noviembre, el 28 llegan á la Punta de Pinos (Cypres Point de los norteamericanos) de Monterrey y permanecen hasta el 10 de Diciembre sin parecer embarcación alguna, por lo que escaseando los víveres y cubriéndose de nieve la sierra de Santa Lucía, Portolá opta por evacuarla con su gente, y tras grandes penalidades, sacrificando para alimentarse á doce mulos de la recua, pueden llegar á San Diego el 24 de Enero de 1770 hallando en buen estado «sus humildes fábricas, cercadas de palizada de troncos de Arboles, capaz de buena defensa en caso necesario: recobrados de la fatal Epidemia del escorbuto á muchos de los soldados; y Marineros que quedaron enfermos en el año antecedente aunque el maior número de ellos, y eran los que primero havian contrahido el contagio en la Mar, murieron irremediablemente»; convalecientes los misioneros, el cirujano don Pedro Prat y don Vicente Vila, y suficientes provisiones de maíz, harina y semillas para el abastecimiento del presidio (léase guarnición) durante algunos meses, mas no para aquel refuerzo que se les venia, máxime si los buques tardaban en arribar; por lo que el Comandante Portolá decide que el Capitán del Presidio de Californias, Rivera, con cuarenta hombres se dirija á dicha península «con el fin de acopiar en sus Misiones los Víveres que pudiesen, y traer el gando en pié, que según se dijo al principio havia quedado en Velicatá, y cuia flaqueza no permitió siguiera la marcha: acertada Providencia, en que se miraba á la actual conservación de lo adquirido, disminuiendo el crecido número de consumidores de los Víveres que havia existentes; y á los medios de hacerles subsistir en le sucesibo, aún quando faltasen los Socorros Maritimos, tan importantes para llebar á devido Efecto la deseada Empresa de Monterrey». Sale dicho destacamento en busca de socorros el

10 de Febrero de 1770, y entre tanto el 23 de Marzo daba fondo en San Diego el paquebote de la Armada *San Antonio* que mandaba Perés y había salido de San Blas el 20 de Diciembre; pero los recios temporales y vientos contrários lo alejaron cuatrocientas leguas de la costa «y haviendose visto precisado bolber en demanda de esta por hacer agua, tomó Tierra por treinta y cinco grados de Latitud, desde donde presentando la Proa al Sur, y el costado izquierdo á la Costa en busca de algun Surgidero, aribó á la Punta de la Concepción, por treinta y quatro grados y medio de Latitud Norte; Tierra la más Occidental de la Canal de Santa Bárbara, á cuio abrigo consiguió hacer su aguada junto á una Población de Gentiles, quienes le dieron razon individual de la Expedición de Tierra declarando por señas nada equibocas, como havian pasado los Extrangeros yendo para el Norte y bolvieron despues á pasar faltos de Comida, tirando para el Sur, montados en sus Cavallos, lo que expresavan poniéndose en semejante postura sobre barriles, que los Marineros echavan en tierra y haciendo otras demonstraciones proprias de un hombre á Cavallo. Referian asimismo los nombres de varios soldados, que como fuesen conocidos de algunos de los Marineros, se echó de ber, que no sonaban á casules aquellas vozes». Y esta fué la razón por la cual Perés determinó su arribada á San Diego, y aprovechara Portolá para organizar una nueva expedición á Monterrey, proveyendose de lo necesario y con veinte hombres «entre soldados, Presidiarios, y Voluntarios de Cataluña con su Oficial don Pedro fages», salió el 17 de Abril, al día siguiente de haberlo efectuado para tal destino el de ingenieros don Miguel Costansó y Frey Junípero Serra en el *San Antonio*.

Llegaron á Monterrey los de tierra el 23 de Marzo y el 31 los del *San Antonio* que «arrojó sus anclas en el mismo Puerto, y fondeadero, en donde ciento sesenta y ocho años

ántes estubo surta la Esquadra del General Vizcayno, enbiada por el Conde de Monterrey al Descubrimiento de estas Costas, de órden del Señor Don Felipe Tercero». Descríbela Costansó con detalle en los siguientes términos.

«Hallase este Puerto conforme se dijo, por treinta y seis grados, y quarenta minutos de Latitud Septentrional á la cayda de la Sierra de Santa Lucia de la parte del Norte de ella. Su principal abrigo es la Punta de Pinos tendida (no del Norueste Sudoeste conforme la situa el Piloto Cabrera Bueno) sino de Norueste Sueste, y de la vanda del Nordeste de ella, se halla el surgidero en que puede anclar qualesquiera Embarcación por quatro, seis, ocho brazadas fondo de Arena menuda, buen tenedero, segun estubiese más, ó ménos immediata á tierra, — La Punta de Pinos que defiende el Surgidero del Norueste está toda ceñida de piedras, y de cantiles, pero después de las piedras entra una ermosa Playa bordada de Méganos la buelta al Este, girando luego al Nordeste, y Norte hasta un Estero mui grande con diferentes brazos, distante del principio de la Playa dicha mas de tres leguas: sigue después la Costa bolviendo al Norueste, y oeste de tierra algo gruesa vestida de Arboleda acantilada en partes, hasta la Punta de Añonuevo, que muere en la Mar por Treinta y siete grados y tres minutos de Latitud quedando el surgidero rodeado de la Tierra, por todas partes, ménos del Nornorueste, por donde únicamente carece de Abrigo. — La tierra que registra esta immensa Bahia vista desde la Mar, forma una agradable perspectiva, porque mirando para el sur se deja ver la Sierra de Santa Lucia, que despediendo de si unas lomas mas bajas, á proporción que se arriman á la Playa, coronadas sus cumbres de Pinos, y cubiertas de Pastos, presentan un magnifico anfiteatro, que se hace mas vistoso con el verdor de diferentes Cañadas, que interrumpen el Terreno, y causan admirable variedad, y harmonia á los ojos. No tiene agua corriente este Puerto, pero se halla la

suficiente en una ondonada ó bajial al sueste del desembarcadero, que es donde principia la Playa, en cuio parage se pasa á seco un estero, que se llena solamente en mareas vivas, y se interna bastante hacia el Este. Este bajial es mui humedo, y por tanto crece mucha yerva en él; y siempre se mantiene verde: cabando pues en qualquiera parte, y abriendo pozos, se hallará agua dulce, y buena, casi al pelo de la tierra; y será mejor si se quiere practicar esta diligencia un poco más adentro en alguna cañadita de las muchas que alli vienen á desenvocar, pues en ellas se descubrieron varios manantiales aunque cortos de excelente agua. — De la vanda del Nordeste, y del Este, se extiende el Pais en hermosas llanuras, que terminan en la Sierra con varias Lagunitas, aun que las más son de agua salobre, en algunas se cuaja mucha sal; el terreno en general es arenisco, pero ay muchos bajiales de excelente migajón: y al Sur del Puerto á distancia de dos leguas cortas ay una cañada espaciosa, por la qual baja el Rio llamado del Carmelo, donde hai unos Sacatales, ó Pajonales, que cubren enteramente á un hombre á cavallo, prueva de la feracidad del terreno; sus producciones son Apreciables por que hai Nogales, Avellanos, y Cerezos como en Europa; Zarzamora, Rosales, Yervabuena en todas partes. — En la Sierra hay Robles y Enzinas corpulentissimos, que producen buena Bellota, Pinos que crian Piñas, y Piñones en abundancia: Bosques de Sabinos, de Cipreses y otros varios Palos. — Los naturales de Monterrey viven en la Sierra: los más cercanos de la Playa distan de ella como legua y media, bajan á vezes, y salen á pescar en Balzitas de Enea, pero no debe ser la pesca su principal mantenimiento, y solo recurrirán á ella quando les ayudare poco la caza, que abunda mucho en lo interior de la Sierra, sobre tobo la del Verrendo, y Venado. Son estos Serranos mui numerosos, en extremo dociles, y mansos: nunca solian venir á visitar á los Españoles, sin llevarles buen regalo de

Caza, que comunmente se componia de dos, ó tres Venados, ó Verrendos, que ofrecian sin exigir, ni siquiera pedir cosa alguna: su buena indole ha dado á los R. Padres Misioneros bien fundadas esperanzas de conquistarlos brebemente á la Fé de Cristo. Abunda en estas Costas el Pescado no menos que en la Canal de Santa Bárbara, y Puerto de San Diego: los Ballenatos, y Lobos Marinos son sin número, y con el Tiempo podria tal bez facilitarse la Pesca de los primeros en la misma Bahia».

En tal sitio, pues, estableciόse el presidio y misión avocados á San Carlos, construyéndose los edificios provisionales para los misioneros y tropa reforzada con nueve marineros, más el repuesto de víveres y vituallas necesarios, quedó la futura ciudad de Monterrey bajo el mando de su primer gobernador el Teniente de Infantería don Pedro Fages, que en 1790 lo sería de todo California, yéndose Portolá y con él Costansó, para San Blas, en el *San Antonio*, el 9 de Julio y fondearían en él el 1.º de Agosto; «y haviendo arrivado despues al mismo el otro Paquebot San Carlos, que bolbió desde San Diego, se disponen ambos á emprehender nuevo Viage, en el próximo mes de Noviembre para conducir separados por el Golfo interior de Californias, y por el Mar del Sur treinta Misioneros Apostólicos con abundantes repuestos de Provisiones Ropas, Utiles, y Ornamentos, a fin de sobstener los nuevos Presidios de San Diego, y Monterrey, con sus respectivas Misiones y erigir otras en los fértiles Paises que transitó la Expedición de Tierra, desde Velicatá hasta el Puerto de San Francisco situado á los treinte y siete grados, quarenta y cinco minutos de Latitud». Es asi como se fundaron en 1776 San Francisco de Yerba buena que más tarde sería la hoy opulenta ciudad de San Francisco; Nuestra Señora Reina de los Angeles, que de oscuro pueblo mejicano pasó á ser la ciudad metropolítica de Los Angeles, creada en 1781 con soldados de la misión de San

Gabriel, hoy absorbida y enlazada á aquella por un tranvía eléctrico, como lo están San Pedro, Santa Mónica y Santa Ana, miéntras que una vía férrea la une á San Buenaventura y Santa Bárbara, cuya misión erigida em 1786 por el P. Junípero Serra fué destruida, en Julio de 1925, por un terremoto, destruyéndose también su histórica gran campana, que se hizo añicos al caer; El Paso de San José de Guadalupe ó San José (Ozé), centro importantísimo de cultura en California, que en 1777 contaba con cincuenta individuos, y Santa Clara confundida con él, y tantisimas más convertidas hoy en hermosas y florecientes ciudades de los Estados Unidos, cuyos cimientos se debieron á modestos hijos de Cataluña y á aquellos soldados — colonos ya mencionados.

No terminaré sin dedicar un recuerdo: á aquellos ínclitos españoles del tiempo de la conquista Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que con tres blancos y un negro en la primavera de 1536 sentaron los primeros sus reales en el Yuma: Francisco Vazquez Coronado que fué á Baboquivari y en 1540 destacó en Zuñi á Pedro de Tovar y más tarde á García López de Cárdenas, que descubrió el célebre Gran Cañón del Colorado, miéntras que el Capitán Melchor Díaz, en busca de Hernando de Alarcón, que por mar operaba de acuerdo con Coronado, atravesaba el Arizona por Sonoyta y Tinajas Altas, alcanzaba el rio de Buena Guía, como asi bautizara en Agosto de 1540 Alarcón al Colorado, que navegó unas ochenta y cinco leguas; al Teniente don Antonio Treviño, que explorando el año de 1760 en Tejas al frente de una pequeña escolta, atacado y vencido por los Tavaoyases (Apaches) supo granjearse la estimación de éstos y dominarlos; y en este mismo Estado, en el Rio Grande del Norte en 1766, al ingeniero don Nicolás Lafora con el Marqués de Ruiz, que balsearon á éste cerca del Carrizal; al Capitán don Juan Bautista Ansa que, en 1773 fué de la So-

nora á la misión de San Gabriel, vadeando los ríos Gila y Colorado, atravesando la Sierra Madre por los pasos difíciles del Cerro ó Puesto de San Carlos, y más tarde, ya Comandante, en 1779 dirigióse al O del Colorado, teniendo tratos con los Papagos ó Pimás, aunque muchos años ántes que él (en 1701) estuvieron en dicho Estado el Jesuíta P. Kino con el Teniente don Mateo Mangé (de quién dije sospecho sea Manyé), que visitaron á los Yumas y por Tinajas Altas fueron al encuentro del Colorado, como repito; al Teniente Moriaga, que recorrió el E de San Francisco, y á Fray Francisco Garcés, franciscano de la provincia de Aragón, que sólo con un indio, en 1775, atravesando el Colorado fué á California y luego en 1782 hallaría la muerte del misionero en el Colorado, y por último á los Padres Velez y Escalante que irían á las lagunas de los Yamparicas (41° 21′) y de ahí por el país de los Moquis al presidio de Santa Fé, abrieron el camino á los que más tarde fueron pobladores de tan ricas comarcas.

Alfredo Gummá y Martí.

ALFREDO GOMEZ Y MARTI

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo. F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade. 1854 ..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vols. V e VI cada ..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estranjeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.